REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NEGRA NO BRASIL PÓS-ESTADO NOVO

Para Deputado Estadual

**Abdias
Nascimento**

N.º 2.101

Partido Trabalhista Brasileiro
(P. T. B.)

ABDIAS

Não vote em branco

Vote no Preto

ABDIAS DO NASCIMENTO
(CRIADOR DO TEATRO NEGRO DO BRASIL)
PARA VEREADOR

Registro Geral Numero 525.138

6-6-39
525138

Photographia tirada no mez de junho de 1939

CARLOS MARIGHELLA

Vulgo: "OSWALDO"

JAIME MACIEL

(Estivador, lider sindical e dirigente
estadual do P. G. B.)

**Candidato do povo bahia-
no á Assembléia Estadual**

Vote no Programa
e nos candidatos do

Partido Comunista do Brasil

Photographia tirada em 1936

Isaltino Benedicto Veiga dos Santos vulgo: -----

A CANDIDATEIRA DO PGO. GERALDO CAMPOS DE OLIVEIRA

1940. Geraldo Campos de Oliveira

Edilza Correia Sotero

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Edilza Correia Sotero

**Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo
[Versão revisada]**

**São Paulo
Junho de 2015**

EDILZA CORREIA SOTERO

Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo

[Versão revisada]

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

São Paulo
Junho de 2015

A atual situação dos homens de cor do Brasil é o mesmo panorama que envolve os negros de todo o mundo, especialmente nas regiões onde existe um elevado número de descendentes de africanos. As mesmas aspirações e os mesmos problemas, aqui no Brasil, existem em todos os países da América do Sul e da América Central.

[...]

O progresso do Negro brasileiro, de um modo mais positivo e acelerado, só pode ser conseguido de duas formas distintas: Negros no Legislativo Nacional, que lutem pela consecução dos ideais dos negros brasileiros, no campo socioeconômico. Uma imprensa negra em que militem os negros mais esclarecidos e brancos amigos dos negros dentro de um plano educacional de regeneração de costumes.

(Jornal Himalaya, 12/08/1950.)

Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer), símbolo tradicional entre os povos de língua Akan, que habitam a África Ocidental, frequentemente associado ao provérbio “Se wo were fi na wosan kofa a yenki”, que pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”.

O cronista que narra profusamente os acontecimentos, sem distinguir grandes e pequenos, leva com isso a verdade de que nada que alguma vez aconteceu pode ser dado por perdido para a história. Certamente, só à humanidade redimida cabe o passado em sua inteireza. Isso quer dizer: só à humanidade redimida o seu passado tornou-se citável em cada um dos seus instantes. Cada um dos seus instantes vividos por ela torna-se uma *citation à l'ordre du jour* – dia que é, justamente, o do Juízo Final.

Walter Benjamin (1940) In. LÖWY, 2005, p. 54.

Agradecimentos

Muitas pessoas e instituições foram imprescindíveis para a realização deste trabalho. Ainda que não seja possível contemplar todos neste exíguo espaço, ninguém está esquecido. Quando iniciei a pesquisa, em 2012, um dos poucos receios que tinha era que ela envolvesse um processo muito solitário, pois consistia majoritariamente na leitura de documentos em arquivos e bibliotecas. Para minha felicidade, o meu receio foi completamente infundado.

Tenho muito a agradecer pela colaboração, simpatia e paciência dos profissionais nos muitos arquivos que frequentei, alguns dos quais me presentearam com boas dicas que resultaram em achados muito importantes para a pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Antonio Sérgio Guimarães, pela generosidade e dedicação com que conduziu todo o processo de orientação; foram incontáveis os momentos de aprendizado e estímulo intelectual.

Aos professores Valter Silvério e Marco Aurélio Santana, pela leitura criteriosa, sugestões e críticas valiosíssimas dadas no exame de qualificação, muito significativas para o resultado final da pesquisa.

Agradeço aos colegas do grupo de orientação, Flavia Rios, Matheus Gato de Jesus, Fabio Nogueira, Gustavo Rossi, Benno Alves, Irene Rosseto e Fernando Monteiro, que pacientemente discutiram versões iniciais dos capítulos desta tese, pela riqueza dos comentários, sugestão de bibliografia, além de indicação e disponibilização de fontes.

Aos colegas do grupo “Raça, desigualdade e política” e a professora Marcia Lima sou grata pela oportunidade de participar dessa iniciativa que congrega pesquisadores e estudantes de diversas áreas e instituições na construção de uma experiência acadêmica fundamentada na coletividade.

Parte desse trabalho foi escrito na Princeton University, onde estive por cinco meses na condição de *Visiting Student Researcher Collaborator*. Naquela universidade encontrei um ambiente estimulante para me dedicar intensamente à pesquisa. Durante minha estadia participei de seminários e cursos, a maior parte organizados pelos professores João Biehl, Pedro Meira, Edward Telles e Bruno Carvalho, este último agradeço a simpatia em aceitar me supervisionar durante o estágio. Agradeço também aos amigos do Suvaco do Tiger, em especial a Lizi e Gustavo, meus companheiros no Princeton Blues.

Não posso deixar de agradecer aos amigos que fiz nos oito anos de residência em São Paulo, pelo apoio e companhia na caminhada.

Tania Borges leu diversos capítulos e se dispôs com muito afeto e solidariedade a me ajudar no que fosse necessário. Sua colaboração foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Um especial agradecimento à minha família. Meu irmão Lucas, que acompanhou de perto essa jornada nos quatro anos em que mora comigo em São Paulo. Aos que estão mais distantes, sou grata pela compreensão, pelo suporte e encorajamento em tudo. Meu pai, Orlando, e sua companheira, Raimunda, minhas irmãs, Edna, Deise e Samanta, e meus queridos sobrinhos Mateus, Vitor, Carlos, Erick, Deiva, Otto, Sofia e Bia.

Cabe registrar, por fim, o significativo apoio do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - na concessão da bolsa, sem a qual seria impossível custear a realização dessa pesquisa, e da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – na concessão da bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

RESUMO

SOTERO, E. C. **Representação Política Negra no Brasil Pós-Estado Novo**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho propõe uma análise de experiências políticas de lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de ativistas ligados aos movimentos sociais negros, com o objetivo de compreender os processos relacionados ao surgimento de interpretações sobre raça e nacionalidade que foram operacionalizadas no campo da política pelos dois grupos, durante o período de abertura democrática seguinte ao final do Estado Novo, resultando em estratégias diferenciadas. De um lado, ativistas negros tenderam a enfatizar sua própria condição racial ao se apresentarem como representantes dos negros, esperando atrair o voto dessa parcela de eleitores, o que resultaria no surgimento do “voto racial”, enquanto fenômeno eleitoral no país. Por outro, comunistas se apoiaram no discurso voltado para o “povo” na construção de sua atuação político-partidária, sem, contudo, ignorar o debate sobre a situação da população negra na sociedade brasileira. A hipótese central para investigação das experiências de comunistas e ativista negros foi de que eles concorreram na cena política nacional com variações da noção que negro é povo no Brasil. As fontes utilizadas para realizar a pesquisa foram exclusivamente documentais: jornais, revistas, correspondências, registros elaborados ou arquivados por órgãos do Estado (a exemplo do Superior Tribunal Eleitoral e do Departamento de Ordem Política e Social), documentos de circulação interna e de divulgação tanto de partidos políticos quanto de organizações negras. O uso de variadas fontes podem contribuir para a “revelação” de como alguns acontecimentos foram reforçados e outros apagados do passado, assim como a forma que processos relacionados à composição e à percepção da história influenciam o presente.

Palavras-chave: Movimento Negro Brasileiro, Partido Comunista do Brasil, Raça, Nação, Representação política.

ABSTRACT

SOTERO, E. C. **Black Political Representation in Brazil after the Estado Novo**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

This work intends to analyze the political experiences of the Communist Party of Brazil leaders and the black movements activists. It aims to understand the processes related to the emergence of interpretations on race and nationality, as well as the way both groups used these interpretations to support different strategies in the field of politics, during the democratic opening following the end of the dictatorship period named Estado Novo (1937-1945). On the one hand, black activists tended to emphasize their own racial condition in order to present themselves as representatives of blacks, hoping to attract this segment of voters, which would result in the emergence of the race-oriented voting in Brazil as electoral phenomenon. On the other hand, Communists employed a focused discourse on the idea of "Brazilian people" to formulate their political platform, without ignoring, however, the debate on the situation of blacks in Brazilian society. The central hypothesis of this dissertation is that both Communists and Black activists showed up in the national political scene with competing meanings for the notion: "blacks are the people in Brazil". The sources used in this research were newspapers, magazines, correspondences, documents elaborated or reunited by authorities of the Brazilian State (such as the Superior Electoral Court or the Department of Political and Social Order), as well as documents of internal circulation and disclosure of political parties and black organizations in Brazil. The use of a wide range of sources helped to disclose how certain events have been reinforced and others virtually deleted in the construction of the past, but also how processes related to the composition and perception of history affect the present.

Keywords: Brazilian Black Movement, the Brazilian Communist Party, Race, Nation, Political Representation.

Lista de quadros

QUADRO 1 - CONGRESSO DA MOCIDADE NEGRA: MENSAGEM AOS NEGROS BRASILEIROS.....	37
QUADRO 2 - O NEGRO DEVE SER POLÍTICO?	40
QUADRO 3 - CRITICADA A CONVENÇÃO POLÍTICA DO NEGRO BRASILEIRO	70
QUADRO 4 - A ANB E A VEREANÇA	78
QUADRO 5 - ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO	105
QUADRO 6 - ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO – PARTE II.....	106
QUADRO 7 - ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO – PARTE III,	107
QUADRO 8 - ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO – PARTE IV	108
QUADRO 9 - ARREGIMENTAÇÃO ELEITORAL NO MEIO NEGRO – PARTE V.....	109
QUADRO 10 - PANFLETO DA CAMPANHA ELEITORAL DE RAUL JOVIANO AMARAL.....	111
QUADRO 11 -PROGRAMA DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO	137
QUADRO 12 - CARTA DO DIRETÓRIO NEGRO DO PTB ENDEREÇADA AO DEPUTADO ANTONIO JOSÉ SILVA.....	152
QUADRO 13 - MENSAGEM DOS NEGROS AO “DIÁRIO TRABALHISTA”	159
QUADRO 14 - PROPOSTAS DE CAMPANHA DO CANDIDATO ABDIAS DO NASCIMENTO	165
QUADRO 15 - EXCERTO DO MANIFESTO AO POVO DO DISTRITO FEDERAL.....	175
QUADRO 16 - TESES SOBRE A QUESTÃO NEGRA DO IV CONGRESSO DA IC.....	190
QUADRO 17 - DISCURSO DE LEÔNIO BASBAUM DURANTE A I CONFERÊNCIA COMUNISTA DA AMÉRICA LATINA, 1929.	200
QUADRO 18 - <i>MARTINEZ: SUR LA QUESTION BRESILIENNE</i>	208
QUADRO 19 – AOS TRABALHADORES DAS CIDADES E DOS CAMPOS, A TODOS OS EXPLORADOS DO BRAZIL	209
QUADRO 20 - PELOS TRABALHADORES DE COR (PCB)	210
QUADRO 21- PRONUNCIAMENTO DE CLAUDINO DA SILVA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE..	254
QUADRO 22 – “A CHAPA POPULAR”: JAIME MACIEL (TRAJETÓRIA)	265
QUADRO 23 - APELO DO PCB AOS NEGROS BAIANOS EM PROL DA MANUTENÇÃO DO MANDATO DE CLAUDINO DA SILVA.....	277

Listas de figuras e tabelas

FIGURA 1 - PRISÃO DE LUIZ LOBATO	83
FIGURA 2 - SOFIA CAMPOS TEIXEIRA	90
FIGURA 3 – IMAGENS DA VISITA DE NICOLÁS GUILLÉN	96
FIGURA 4- RAUL JOVIANO AMARAL	111
FIGURA 5 - TELEGRAMA DO DIRETÓRIO NEGRO ENDEREÇADO A GETÚLIO VARGAS	149
FIGURA 6- ABDIAS DO NASCIMENTO E COLEGAS DE TRABALHO NA REDAÇÃO DO JORNAL <i>DIÁRIO TRABALHISTA</i>	157
FIGURA 7 - JOSÉ DE SOUZA MARQUES	162
FIGURA 8 - CONVITE AO POVO - DIA DA MÃE PRETA	179
FIGURA 9- BANCADA COMUNISTA NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1946	249
FIGURA 10- IMAGENS DA CAMPANHA DE JAIME MACIEL E JOÃO DOS PASSOS	269
FIGURA 11 - CLAUDINO JOSÉ DA SILVA	277
 TABELA 1- LISTA DOS "CANDIDATOS OPERÁRIOS" DO PCB BAIANO NAS ELEIÇÕES DE JANEIRO DE 1947	 263
TABELA 2 - OS CINCO CANDIDATOS DO PCB MAIS VOTADOS NAS ELEIÇÕES DE 19 DE JANEIRO DE 1947 - BAHIA	273

Lista de abreviaturas e siglas

ANB: Associação do Negro Brasileiro
ANL: Aliança Nacional Libertadora
BOC: Bloco Operário e Camponês
BSA: Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista
CC: Comitê Central
CGTB: Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CNOP: Comissão Nacional de Organização Provisória
CTB: Confederação dos Trabalhadores do Brasil
DEOPS: Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
ED: Esquerda Democrática
FNB: Frente Negra Brasileira
FUA: Frente Única Antifascista
GCL: Grupo Comunista Lenine
IC: Internacional Comunista
IPEAFRO: Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros
MUT: Movimento Unificador dos Trabalhadores
OPSF: Organização Político-Social Feminina
PCB: Partido Comunista do Brasil
PCUSA: Partido Comunistas dos Estados Unidos
PDC: Partido Democrata-Cristão
PR: Partido Republicano
PRD: Partido Republicano Democrático
PRP: Partido Republicano Paulista
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PSP: Partido Social Progressista
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SSA: Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista
SSA: Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista
TEN: Teatro Experimental do Negro
TSE: Tribunal Superior Eleitoral
UDN: União Democrática Nacional
UJC: União da Juventude Comunista Brasileira
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNIA: Improvement Association and African Communities League
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USTB: União Sindical dos Trabalhadores Baianos

Sumário

Introdução	15
I. Configuração do sistema político e eleições no pós-Estado Novo.....	17
II. Novos atores em cena: busca por incorporação de demandas na política após 1945.....	22
III. Negro e povo: uma aproximação interpretativa	26
PARTE I	29
1. Mobilização negra e demandas políticas (1925-1944).....	30
1.1. Frente Negra e outras frentes – Organizações Negras nos anos 1930.....	42
1.2. Patrianovismo e Socialismo: duas expressões do nacionalismo brasileiro nos anos 1930 ...	51
1.3. Organização negra no contexto de recrudescimento do autoritarismo no Governo Vargas .	57
2. Representação política no “meio negro” de São Paulo após o Estado Novo	64
Seção 2.1 Ser Político e Ser Partidário: o negro em questão no pós-Estado Novo em São Paulo	66
2.1.1 Os sentidos do apartidarismo no “meio negro” após 1945.....	72
2.1.2 Negros e Socialistas: afirmando o associativismo sem negar o partidarismo	79
2.1.3 Disputas políticas na mobilização negra em São Paulo	92
Seção 2.2 Negros Políticos e Políticos Negros: Partidos e Campanhas Eleitorais no pós-Estado Novo	99
2.2.1 Estratégias para a arregimentação política no “meio negro”.....	105
2.2.2 Candidatos negros e disputas partidárias.....	110
2.2.3 Representação negra e momento político em São Paulo (1945-1950): algumas considerações	121
3. Atuação Política do Movimento Negro no Rio de Janeiro após o Estado Novo	125
Seção 3.1. O surgimento de associações culturais negras no Rio de Janeiro pós-Estado Novo	127
3.1.1 Comitê e Convenções: instrumentos de participação política.....	131
3.1.2 A coluna “Problemas e aspirações do negro brasileiro” e o debate sobre a criação de um Partido Político de Negros.....	141
3.1.3 O Diretório Negro do PTB	148
Seção 3.2. A Invenção do Político Negro: intentos eleitorais de Abdias do Nascimento	155
3.2.1 Abdias do Nascimento: jornalista, ativista e candidato negro.....	157
3.2.2 Com a palavra, o Candidato Negro	164
3.2.3 Outras tentativas eleitorais, Movimento Negro e ambiente político no Rio de Janeiro ...	169
PARTE II.....	182
4. O PCB e a “Questão Negra”: raça e nacionalidade no pensamento comunista (1922-1945)	183
Seção 4.1 – Dilemas sobre a formulação de uma interpretação sobre o negro brasileiro no PCB..	186

4.1.1	O PCB e a “questão negra” nos Congressos da Internacional Comunista de 1922 e 1928	186
4.1.2	A pressão sobre o PCB para introdução da “questão negra”, a partir de 1928.....	198
4.1.3	A “questão negra” em debate no Secretariado Sul Americano	202
4.1.4	Incorporação da Questão Negra à estratégia política do PCB.....	208
4.1.5	Questão Negra e o PCB, a caminho de se tornar um Partido de Massas.....	217
Seção 4.2. A questão das raças e nacionalidades: perspectivas de intelectuais comunistas.....		225
4.2.1	O PCB (baiano) e a “questão negra”	232
5.	PCB na legalidade política: a constituição de um partido de massas (1945 – 1948).....	243
Seção 5.1. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946		247
5.1.1	O negro em questão na Assembleia Constituinte de 1946	249
Seção 5.2. O PCB baiano no Pós Estado Novo.....		259
5.2.1	Os candidatos do povo: operários comunistas nas eleições estaduais da Bahia.....	263
5.2.2	Jaime Maciel: um filho do povo na Câmara de Deputados	273
5.2.3	O PCB e a questão racial, entre o implícito e o manifesto	275
Considerações Finais		278
Arquivos, acervos e fontes consultados.....		281
Bibliografia.....		282
Anexos.....		302

Introdução

No presente trabalho, analiso simultaneamente experiências políticas de lideranças do Partido Comunista do Brasil (PCB) e de ativistas ligados aos movimentos sociais negros, com o objetivo de compreender os processos relacionados ao surgimento de interpretações sobre raça e nacionalidade que foram operacionalizadas no campo da política pelos dois grupos, durante o período de abertura democrática seguinte ao final do Estado Novo, resultando em estratégias diferenciadas. De um lado, ativistas negros tenderam a enfatizar sua própria condição racial ao se apresentarem como representantes dos negros, esperando atrair o voto dessa parcela de eleitores, o que resultaria no surgimento do “voto racial”, enquanto fenômeno eleitoral no país. Por outro, comunistas se apoiaram no discurso voltado para o “povo” na construção de sua atuação político-partidária, sem, contudo, ignorar o debate sobre a situação da população negra na sociedade brasileira.

Naquele período, as interpretações sobre raça no Brasil se moviam no interior do consenso ideológico, incorporado à cena política, de afirmação da democracia racial como doutrina capaz de harmonizar conflitos raciais. Desde a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o governo Vargas havia impulsionado um conjunto de transformações que tinha como força motriz a defesa dos “valores democráticos ocidentais” em oposição ao nazi-fascismo. Depois da guerra, a democratização do Estado, sob forte influência dos Estados Unidos, e após a criação da Organização das Nações Unidas, o governo brasileiro passou a se posicionar de forma veemente no combate a preconceitos, especialmente o racial, na defesa da solidariedade e do entendimento, que divulgava ser a vocação do país¹.

No campo das ciências sociais, o Brasil vinha recebendo detida atenção de pesquisadores interessados em sua estrutura de relações raciais desde a década de 1930². Depois

¹ A política internacional brasileira frente aos mais de cinquenta países agrupados na ONU pode ser resumida no seguinte trecho da comunicação proferida pelo Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, em Londres, no dia 10 de janeiro de 1946: “Antes que as armas se calem para sempre, o coração do homem deve ser desarmado; deve ser drenado de todos os preconceitos quanto à raça, nacionalidade e religião; deve ser purgado dos pecados da ambição e do orgulho; devendo ser preenchido, em lugar disso, de esperança e sentimento fraterno”. Segundo Skidmore (1989), mesmo com falas veementes e repetidas no combate ao preconceito racial feitas em Assembleias da ONU, não houveram medidas na política interna de combate ao racismo no país, pelo menos até o início da década de 1950, quando foi aprovada a lei Afonso Arinos.

² A partir da década de 1930, O Brasil passou a atrair um número significativo de pesquisadores estrangeiros. Cidades como Salvador, com alto índice de população negra, passaram a ser consideradas ‘laboratórios raciais’ e tiveram afluência de pesquisadores como Franklin Frazier, Donald Pierson, Melville Herskovits, Ruth Landes, Alfred Métraux e outros. Um exemplo da inserção destes intelectuais na sociedade brasileira no período pode ser observado nas ligações que o antropólogo estadunidense Charles Wagley mantinha tanto em nível de pesquisa, no

da criação da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, pesquisadores voltaram-se para a experiência brasileira na expectativa de que esta fornecesse indícios para a superação do racismo (MAIO, 1997). No âmbito nacional, cientistas sociais como Arthur Ramos e Gilberto Freyre promoviam o desenvolvimento dos estudos sobre o negro, sustentando intelectualmente o ideário de nação assentado na democracia racial (GUIMARÃES, 2004b; 2008b)

Em meados da década de 1940, o período de abertura democrática no Brasil também marcou o início de uma nova fase do protesto negro diferente daquela que foi interrompida durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, em que a Frente Negra Brasileira (FNB)³ foi uma das principais representantes. Na nova fase, ativistas negros e organizações, compuseram alianças tanto entre si quanto com intelectuais e políticos. Dentre os principais objetivos dos ativistas negros, destaca-se a inserção na cena pública de uma pauta de reivindicações voltada para a população negra. O protesto negro em emergência naquele período aproveitou-se da possibilidade de utilizar a democracia racial como um ideal a ser alcançado, assim como um meio de questionamento da realidade social brasileira.

A novidade, portanto, estava na forma como as lideranças negras se organizaram para apresentar sua agenda de reivindicações e nas estratégias utilizadas para encontrar posições dentro do espaço político partidário naquele momento. Para boa parte dos ativistas era necessário pautar a discussão da situação do negro no país nos espaços mais relevantes de decisão política. Para isso, a estratégia mais utilizada foi a aliança com forças políticas já estabelecidas e que estavam interessadas, por diferentes motivos, na inclusão de questões relacionadas a esta parcela da população na esfera estatal.

A crescente atenção dispensada à população negra na política brasileira pode ser compreendida com base no processo de abertura política pós 1945, que provocou alterações no quadro político e permitiu o surgimento de novos atores que, junto a elites políticas estabelecidas, concorreram na ocupação de espaços de poder no Estado.

estudo de comunidades, quanto no apoio à relação de Estado entre o Brasil e os Estados Unidos, em assuntos relacionados à Segunda Guerra Mundial (MAIO, 1999).

³ A Frente Negra Brasileira foi fundada em 1931 na cidade de São Paulo e alcançou um grande número de filiados. Em 1936 a entidade recebeu autorização para se registrar como partido político, contudo foi extinta no ano seguinte. Logo no início do Estado Novo. Tratarei com mais detalhes da FNB e de outras organizações negras dos anos 1920 e 1930 no Capítulo 1.

I. Configuração do sistema político e eleições no pós-Estado Novo

O grande desafio dos partidos políticos no período após 1945 foi o de se adequar à nova realidade eleitoral e social, principalmente no que se referia ao crescimento da participação da classe trabalhadora, que antes estava quase excluída do processo político. Segundo Gláucio Soares (1974), apesar de ainda não contarem como parte significativa dos votantes, a ampliação do eleitorado só poderia se dar no sentido da classe trabalhadora, já que as classes médias e altas já estavam participando praticamente na sua totalidade⁴. O poder de barganha do eleitorado das classes trabalhadoras foi um ingrediente potente para modificação da estrutura da política e do fazer político brasileiro.

A crescente participação do trabalhador no processo político, principalmente aqueles residentes em áreas urbanas e com ocupações nos setores da indústria e comércio, não havia passado despercebida aos grupos políticos atuantes durante o Estado Novo. O regime ditatorial liderado por Getúlio Vargas deu atenção especial às questões relacionadas aos trabalhadores, ao introduzir, durante mais de dez anos, um conjunto de normas que regulamentou a relação entre empregados e empregadores, promoveu a estatização da previdência social e deu origem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943. As ações tomadas durante o Estado Novo consubstanciaram a introdução na cena política nacional de uma ideologia que gozou de longa vida: o trabalhismo⁵.

O trabalhismo tornou-se um legado varguista do qual os partidos políticos formados no período de redemocratização não puderam ignorar. Em maior ou menor grau, houve a

⁴ Levando-se em consideração que o Código Eleitoral impedia o alistamento de pessoas com menos de 18 anos, analfabetos e sem domicílio, a eleição presidencial de 1945, primeira após o fim do Estado Novo, contou com a participação de seis milhões de eleitores, cerca de vinte e cinco por cento do total de adultos no país. Com base em dados do censo, a estimativa era de que aproximadamente dezoito milhões de adultos estavam empregados em trabalhos manuais nas zonas rurais e urbanas. Para Gláucio Soares (1974), o máximo de participação que a classe trabalhadora teve nesta eleição foi de dois milhões de eleitores.

⁵ O trabalhismo não deve ser entendido como a única via de inclusão do direito dos trabalhadores na política brasileira. As ideias trabalhistas no país não foram criadas durante a ditadura Vargas, apesar de ser o trabalhismo varguista o mais reconhecido na cena pública. A ação política dos próprios trabalhadores foi o principal fator depois da abolição e até as primeiras décadas do século XX, para a efetivação de seus direitos sociais. O trabalhismo naquele momento representava uma bandeira empunhada por trabalhadores e seus representantes na luta pela garantia de seus direitos. A historiografia tem se ocupado, nos últimos anos, em desvendar o mundo do trabalho brasileiro no período pós-abolição, possibilitando a construção de um panorama mais amplo das demandas por melhores condições de trabalho, feitas por grupos de trabalhadores, organizados em sociedades, ligas e sindicatos, e sua negociação com os empregadores. (REIS, 2000; FRAGA FILHO, 2006; CRUZ, 2000). Estudos também mostram que a partir de 1918 começaram a surgir um conjunto de leis significativas, que podem ser compreendidas como a gênese da legislação trabalhista no Brasil (GOMES, 1994). A partir de 1934, delineou-se um novo momento das classes trabalhadoras em relação ao acesso à cidadania. A intervenção estatal na formulação de leis e no desenvolvimento do sindicalismo corporativista estabeleceu o padrão de estruturação do trabalho no Brasil que, em boa parte, perdura até os dias atuais.

necessidade de lidar com questões relacionadas à inserção do trabalhador na sociedade capitalista urbana, em que o Brasil vinha se transformando. O tipo de uso e atenção dada às questões relacionadas ao trabalhador variava de partido a partido e tinha uma relação forte com o enraizamento das agremiações partidárias no seio da política nacional. Os grupos políticos com menos legado acumulado das fases políticas anteriores tendiam a se aproximar mais do discurso trabalhista. A doutrina trabalhista se proliferou e passou a ser utilizada por agremiações de diversas tendências, o que serviu para diversificar o seu conteúdo e promover um afastamento gradual em relação a Vargas.

Um exemplo da relevância que as ideias trabalhistas tinham na política brasileira no período são os registros de pedidos de formalização de partidos políticos, entre os anos de 1945 e 1947⁶. Nestes dois anos, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, registraram-se 33 organizações da sociedade civil, requisitando admissão como partidos políticos, das quais 13 apresentavam no nome termos como trabalhista, classista, sindicalista ou popular.

A dificuldade em conseguir um registro definitivo para as atividades dos partidos refletia a incompatibilidade entre as formas de organização política que existiam no momento e os requisitos exigidos para a concessão. Em 1945, a justiça eleitoral só considerava partidos políticos as associações civis, com registro jurídico, que apresentassem assinatura de, no mínimo, dez mil eleitores registrados. No ano seguinte, essa exigência subiu para cinquenta mil assinaturas. Ademais, os eleitores deveriam estar distribuídos em cinco ou mais circunscrições eleitorais e nenhuma delas podia ter menos de mil assinaturas. Segundo a Justiça Eleitoral, a intenção por trás dessas exigências era a de somente registrar partidos políticos de abrangência nacional⁷.

Logo após o fim do Estado Novo, quatro agremiações partidárias tinham estrutura e meios para se destacar no ambiente da política partidária. Os três maiores partidos nacionais deste período foram constituídos entre 1942 e 1944, ainda durante a ditadura, passando a atuar efetivamente a partir de 1945. Esses partidos foram constituídos e orbitavam em torno da figura de Vargas e do getulismo. Em termos de filiação política, a União Democrática Nacional (UDN) foi fundada por grupos que, ainda com divergências internas, tinham a intenção de

⁶ A partir de 1945, o processo de constituição de partidos políticos contava com duas fases. A primeira compreendia o registro em cartório da organização como pessoa jurídica e depois uma requisição de registro provisório junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Depois de um período, se cumprissem todos os requisitos de funcionamento, os partidos recebiam registro definitivo.

⁷ Em 1946 acresceu-se um artigo a essa legislação, prevendo o cancelamento do registro do partido, se houvesse denúncia de que este recebesse orientação, contribuição financeira ou de qualquer outra alçada de procedência estrangeira; ou que promovessem atividades contra os princípios democráticos ou contra os direitos de cidadania, definidos na Constituição.

formar coletivamente a oposição ao governo Vargas; o Partido Social Democrático (PSD) foi organizado sob a orientação inicial de Getúlio e era composto por grupos heterogêneos (como interventores estaduais, proprietários de terra e representantes de setores empresariais), e inicialmente tinha um discurso de adesão ao Estado Novo; já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi construído em grande parte por articulações dentro do Ministério do Trabalho. Segundo Thomas Skidmore, o PTB “representava o esforço de Vargas para atalhar a marcha dos comunistas e da esquerda, assegurando em seu próprio benefício o voto da classe operária, de importância crescente” (SKIDMORE, 2003, p. 83).

Outro partido de abrangência nacional, com uma estrutura organizacional com base nas capitais e principais cidades do país era o Partido Comunista do Brasil⁸ (SOARES, 1974). O PCB, quando legalizado, em meados de 1945, foi projetado por seus dirigentes para se tornar um partido de base popular, ou como ficou melhor conhecido, um partido de massas⁹ (SEGATTO, 1981; PANDOLFI, 1995).

Apesar das diferenças programáticas entre os maiores partidos naquele período – PTB, UDN, PSD, PCB –, um fator assinalado em diversos estudos é a semelhança da composição social dos dirigentes, recrutados, na sua maioria, em setores de classe média (MICELI, 1986; RODRIGUES, 2007; BRANDÃO, 1988). Mesmo o PCB que, de acordo com Leôncio Rodrigues, contava com uma composição social heterogênea e “policlassista”, tinha o seu grupo dirigente majoritariamente formado por homens brancos de classe média¹⁰ (RODRIGUES, 2007, p. 519-521).

Os quatro principais partidos do período também exerceram atuação fundamental no processo de sucessão presidencial que deu fim ao Estado Novo. Desde meados de 1944, a sucessão passou a ter centralidade nos embates políticos do país. Dado que o processo de transição democrática foi iniciado de dentro do governo e de forma verticalizada, existia a

⁸ Em agosto de 1943, aconteceu a II Conferência Nacional do PCB, que ficou mais conhecida como Conferência da Mantiqueira, ainda quando o partido se encontrava na ilegalidade política. A Conferência contou com a participação de militantes de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Pará e do Distrito Federal. Além de promover a reorganização do PCB, com a eleição de um Comitê Nacional, o evento estabeleceu a linha política que o PCB seguiria até sua cassação, em 1947: a “Unidade Nacional” (SENA JR., 2007).

⁹ A expressão “partido de massas” geralmente faz referência ao quadro analítico montado por Maurice Duverger, em sua obra *Les partis politiques*, publicada em 1951. Duverger propôs a distinção entre “partidos de quadros” e “partidos de massas”, esses últimos mais característicos das democracias “modernas”, que tomaram lugar na Europa no século XX (DUVERGER, 1970).

¹⁰ De acordo com Rodrigues, “o grupo dominante entre os dirigentes comunistas foi o dos brasileiros de famílias há muito radicadas no Brasil, havendo, especialmente no período anterior a 1945, forte proporção de dirigentes originários dos velhos troncos oligárquicos. Depois dos brasileiros houve forte participação de judeus [...] a proporção de negros e mulatos entre os principais dirigentes do PCB foi bastante baixa e, se considerarmos a proporção de negros e mulatos na população brasileira, ela parece ainda menor” (RODRIGUES, 2007, p. 521).

expectativa de que este prosseguisse realizá-la sem maiores problemas. Mas, um conjunto de medidas, que não agradaram nem mesmo os aliados políticos do ditador, gerou um temor de que a transição não se efetivasse, em parte porque se desenhava a possibilidade de que Vargas articulasse sua permanência no poder. Assim, grupos militares se mobilizaram e forçaram o encerramento do Estado Novo, via golpe, nos últimos dias de outubro de 1945.

Mesmo com a deposição de Vargas, existia bastante expectativa de que o PTB fosse o partido a liderar a transição democrática brasileira. Muitos desejavam a permanência de Getúlio Vargas no poder, inclusive defendendo sua candidatura nas eleições que viriam a se realizar. O movimento mais expressivo de adesão a Vargas nesse período foi o “queremismo”, devido ao refrão utilizado por eles – “Queremos Getúlio!”. Além dos grupos políticos diretamente relacionados a Getúlio e interessados em sua permanência à frente do governo, o queremismo teve grade adesão de trabalhadores e do povo em geral, recebendo apoio inclusive do PCB (PANDOLFI, 1995). Em verdade, a permanência de Vargas ou de seus aliados no poder naquele momento também significava a possibilidade do fortalecimento do trabalhismo em um contexto democrático. Isto era algo que não só o PCB, mas outros grupos partidários desejavam. O discurso em torno da defesa do trabalhador era tema central e estratégico do Partido Comunista¹¹.

Pouco antes das eleições presidenciais de 1945, o PTB se resolveu pelo apoio a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD. Outros que concorriam eram Eduardo Gomes da UDN e Yedo Fiúza do PCB. A aliança entre PTB e PSD, o primeiro com base política entre trabalhadores urbanos e o segundo alicerçado nas forças oligárquicas tradicionais, deu a vitória a Dutra, com 55% dos votos, enquanto Eduardo Gomes obteve 35% dos votos válidos e Yedo Fiúza, 10%¹².

Apesar de não promover uma ruptura brusca com o getulismo, que era a proposta da UDN naquele momento, o PSD realizou um gradual distanciamento de Vargas quando alcançou a direção do poder executivo, sem, contudo, abandonar completamente aspectos da política do governo anterior, como o discurso trabalhista (DULLES, 1967; SKIDMORE, 2003).

¹¹ O Programa do PCB elaborada no contexto de 1945 é iniciado da seguinte forma: “O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, luta pela conquista da completa emancipação econômica, política e social do Brasil; por conseguir para o povo as garantias da mais ampla e efetiva democracia; por melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da classe operária e de toda a população laboriosa, até chegar a abolir todas as formas de exploração e opressão; e por assegurar o sempre maior desenvolvimento e progresso do país e de suas forças de produção”.

¹² A eleição de Dutra pelo PSD e a frustração de PTB e UDN são abordados amplamente pela literatura historiográfica. Cito, entre muitos, Gomes e D’Araújo (1987) e Skidmore (2003).

Além da escolha do presidente, na eleição de 2 de dezembro foram sufragados os representantes para a Assembleia Constituinte. A eleição dos deputados e senadores, que tinha como tarefa elaborar a nova constituição do país, indicaria a dinâmica de forças políticas em âmbito regional. No cômputo geral, assim como na eleição presidencial, mais uma vez o PSD saiu vitorioso, obtendo mais que o dobro de votos da UDN, segunda mais votada. Os quatro maiores partidos, PSD, UDN, PTB e PCB, somaram cerca 92% de votos para deputados e senadores, ficando os 8% de votos restantes divididos entre mais de 20 partidos¹³.

Um aspecto característico da análise que observa apenas os percentuais de votos em âmbito nacional é a pouca atenção à inserção dos partidos em escala regional, que pode se dar de forma bastante diferenciada. Por exemplo, observando cômputo geral das eleições não é possível perceber que, enquanto o PCB tinha mais êxito em áreas urbanas, o PSD e a UDN tendiam a ser bem votados em áreas rurais, muito pela ação de grupos oligárquicos que estavam presentes na estrutura desses dois partidos¹⁴ (MICELI, 1986).

As dinâmicas locais dão complexidade à análise que seria perdida se esta se restringisse apenas a analisar os dados em escala nacional. Quando o olhar parte em direção às dinâmicas regionais, a representatividade dos partidos políticos passa a ser mais uma dimensão dentro da complexa engrenagem que permitia a ascensão, permanência e queda de grupos na disputa pelo poder político. Dada a forma de organização política brasileira, os partidos nacionais eram formados, em grande parte, por inúmeras lideranças regionais sem muitas afinidades ideológicas, que conseguiam forjar alianças com base em interesses que se sobrepunham durante um período.

Outra ocorrência associada a essa dinâmica, no processo de redemocratização, foi a ação de movimentos sociais, articulados para influenciar na política, inclusive aqueles pouco representados – tanto em termos de presença física quanto no atendimento de demandas. Como já foi mencionado, houve um movimento em direção à incorporação das demandas dos “trabalhadores”, além da emergência de grupos que apostaram em uma construção identitária específica para reivindicar por direitos.

¹³ Os números precisos do percentual de votos recebidos por PSD, UDN, o PTB e PCB para o Senado foram 61,9%, 23,8%, 4,7% e 2,3%, respectivamente; e 52,7%, 26,9%, 7,6% e 4,8% para a Câmara dos Deputados.

¹⁴ Outro fator relevante para o período foi a formação de partidos de forte representação regional, a exemplo do Partido Social Progressista (PSP), muito influente no estado de São Paulo, sob a liderança de Adhemar de Barros.

II. Novos atores em cena: busca por incorporação de demandas na política após 1945

A redemocratização após o fim do Estado Novo aconteceu em um contexto de crescente mobilização popular (SINGER, 1980, p. 83-84; D'ARAÚJO, 2000, p. 59-60). No período, diversos grupos organizados aspiravam por maior espaço na política, embora alguns tivessem dificuldades para participar de forma mais expressiva, a exemplo de mulheres e negros. Às mulheres havia sido concedido o direito ao voto somente em 1932; ainda assim, o Código Eleitoral de 1945 não impunha obrigatoriedade àquelas que não desenvolviam atividade remunerada. Quanto à população negra, não havia impedimentos legais para participação política desde o fim da escravidão, em 1888, não obstante as exigências para o alistamento eleitoral colocassem sérias barreiras para sua participação efetiva¹⁵.

A partir de 1945 surgiram propostas de grupos interessados em uma maior inserção na política. Naquele momento, havia, pelo menos, duas alternativas bem definidas: a aliança com agremiações já estabelecidas ou a organização independente, a exemplo de um partido político específico para representação dos interesses reivindicados em prol do segmento.

Em relação às propostas de organização independente e às demandas por maior representação na política, os arquivos da Justiça Eleitoral dão conta de um pedido, realizado em setembro de 1945, referente ao registro da Organização Político-Social Feminina (OPSF) como um partido político. Os estatutos da OPSF previam que a entidade deveria ser uma organização integrada apenas por mulheres que concordassem com a adoção do programa do partido e com a defesa de seus princípios democráticos. O principal foco do programa era o “aprimoramento profissional e intelectual do gênero feminino”¹⁶.

O pedido de registro da OPSF foi indeferido pela Justiça Eleitoral, apesar de suas diretoras terem cumprido todos os requisitos necessários para a autorização. O procurador geral eleitoral, Hahnemann Guimarães, apresentou as seguintes explicações para o parecer desfavorável: “Se a Organização quisesse ser apenas uma sociedade civil, nada impediria que o sexo feminino constituísse requisito para a admissão. [...] Creio, porém, que uma Organização Feminina, apenas ‘integrada por mulheres’, é tão inadmissível, como partido político, quanto,

¹⁵ Segundo dados do Censo de 1940, o total de brancos analfabetos no Brasil era de 52,8%. Entre pretos e pardos, o percentual chegava a 81,4% e 74,3%, respectivamente.

¹⁶ Nos estatutos da entidade, o plano de ação previa a difusão de escolas profissionais e culturais exclusivas para mulheres. Apesar de ter sido indicado no documento que a diretoria nacional deveria contar com vinte e dois membros, apenas as três fundadoras assinam a requisição: Universina Berenice da Silveira Lamaison, dentista e moradora do Rio de Janeiro; Elza Soares Ribeiro e Dulce Soares, funcionárias públicas e também residentes no Rio de Janeiro.

seria a ‘União Negra’, que, segundo a imprensa, constituiria um partido exclusivamente reservado a pessoas de cor preta. A distinção por motivo de sexo é tão contrária a igualdade perante a lei, quanto a feita por motivo de raça, classe, nascimento, profissão ou crença religiosa”¹⁷.

Em seu parecer, o procurador Guimarães ainda argumentou que a república brasileira não tratava as pessoas desigualmente, pois não admitia “privilégio de nascimento”; ele prosseguiu enfatizando que não seriam aceitas distinções com base em sexo, raça ou classe, e finalizou com a célebre expressão “todos são iguais perante a lei”. Dessa forma, parece que os apontamentos para negação do registro da organização de mulheres poderiam ter sido usados também como precedentes para negar, ou pelo menos dificultar, a priori, qualquer pedido de registro que fosse feito por uma organização negra.

Apesar do temor expresso pelo procurador no parecer para a OPSF, não existiu qualquer pedido de registro de uma organização partidária negra. Na verdade, houve a proposta de criação de um partido formado somente por negros, que não foi bem aceita nem entre intelectuais e ativistas negros, nem entre brancos favoráveis à organização política dos negros no processo de redemocratização (GUIMARÃES e MACEDO, 2008). Contudo, a ocorrência de um debate sobre a pertinência da criação de um partido político de negros é reveladora da forma como o movimento social negro irrompeu na cena pública, em proximidade com o campo partidário e aspirando abertamente à interferência na esfera estatal.

Ainda durante o declínio do Estado Novo, os ativistas envolvidos na formação de entidades e organizações representativas do movimento negro demonstravam estar coletivamente interessados no acesso aos plenos direitos de democracia. As questões em maior destaque envolviam problemas relacionados à vida urbana nos centros de decisão econômica e política brasileira, a exemplo das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, onde se formaram as organizações mais proeminentes¹⁸. Os textos que circulavam na imprensa negra combinavam várias interpretações, muitas vezes incorporando o debate sobre democracia racial ao processo de redemocratização política do país.

¹⁷ Fonte: Tribunal Superior Eleitoral. Parecer nº 23 do Procurador-Geral Eleitoral: Hahneemann Guimarães Data: 22.09.1945. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/registo_partidario/popsf/arquivos/parecer_p.e.pdf.

¹⁸ Antes do encerramento do Estado Novo, ativistas negros retomaram ou iniciaram atividades na formação de entidade e/ou jornais. Entre as iniciativas estava o Teatro Experimental do Negro - TEN, fundado em 1944 na cidade do Rio de Janeiro, por Abdias do Nascimento e um grupo de amigos. No ano seguinte, cerca de oito meses antes do fim da ditadura, surgiu a Associação dos Negros Brasileiros em São Paulo, encabeçada por José Correia Leite, Fernando Góes e Raul Joviano do Amaral. Esse mesmo grupo fundou o jornal *Alvorada*, em 1945. Apesar de serem São Paulo e Rio de Janeiro os principais locais de mobilização, outras organizações relevantes nasceram e foram crescendo em importância fora desse eixo, a exemplo da União dos Homens de Cor, com sede em Porto Alegre e filial em mais 12 estados, segundo declarou o seu presidente, João Alves (Cf. *Diário Trabalhista*, 15/02/1946, p.5).

Naquele período, o conjunto discursivo que apontava para a crescente denúncia das injustiças raciais tinha o intuito de dotar tanto a ideia de democracia racial quanto a de democracia em geral, de um conteúdo não somente simbólico e ideológico, como também de um sentido prático para a ação organizada e consciente de indivíduos mobilizados para sua conquista. Uma ilustração desse pensamento é o texto “Que liberdade, Que democracia”, assinado por Aristides Negreiros e publicado no jornal *Alvorada*, em 1946: “Democracia! Que democracia é esta que não permite aos elementos negros ingressarem na carreira diplomática? [...] Que democracia é esta? – Uma democracia igual à dos Estados Unidos, que permitiram ainda recentemente o criminoso linchamento de quatro jovens negros na Georgia? Democracia pobre, tola, politicamente falando” (*Alvorada*, 28/09/1946, p. 4).

Os ativistas negros que concebiam a política como um espaço estratégico para a introdução de uma agenda de reivindicações, representando “os problemas e aspirações” da população negra, elegeram, prioritariamente, a interação com partidos políticos. Como explicou Aguinaldo Camargo, presidente da Convenção do Negro, realizada em 1945, na cidade de São Paulo: “Estaremos, individualmente, em todos os partidos. Mas, estaremos fiscalizando a sua atitude em relação aos negros, mulatos e mestiços. Apresentaremos a todos eles nossas reivindicações mínimas e seremos as sentinelas dessas reivindicações” (*Senzala*, janeiro de 1946, p. 11).

De acordo com Ruscheinsky (1999), movimentos sociais fundamentados em demandas que envolvem maior participação institucional tendem a buscar “integração no espaço da representação política, e em busca de tal objetivo, fluem para relacionar-se inevitavelmente com os partidos políticos”. Ainda segundo o autor, esses movimentos assentam-se “no consenso sobre demandas, alicerçam-se na solidariedade, tendem a estruturar-se juridicamente, atuam pela pressão política exercida através da ação coletiva e tendem a estabelecer negociações para implementar a pauta colocada na agenda”¹⁹ (RUSCHEINSKY, 1999, p. 36).

Dessa forma, a tendência à institucionalização presente no movimento negro durante o período de abertura democrática do Estado, após 1945, aparece como uma das estratégias para acessar os canais de participação política que se ampliavam.

Em relação aos partidos políticos, a análise da influência de fatores raciais no processo político brasileiro no interregno democrático de 1946 a 1964, feita em trabalhos realizados a

¹⁹ Análises das teorias de ação coletiva e dos movimentos sociais pode ser encontrada em Gohn (1997) e Alonso (2009). Ao trabalhar com a ideia da institucionalização, utilizei a investigação de Rios (2010) “Institucionalização do movimento negro no Brasil contemporâneo” como parâmetro comparativo para a o movimento na década de 1940.

partir da década de 1970, constatou uma identificação de eleitores negros com certas agremiações, bem como o interesse de partidos pelo voto da população negra. Amaury de Souza (1971), investigando as eleições estaduais do Rio de Janeiro de 1960, concluiu que havia uma preferência entre eleitores negros por políticos de tendência populista e trabalhista, especialmente os pertencentes ao Partido Trabalhista Brasileiro²⁰. Entre os argumentos utilizados por Souza para explicar o fenômeno, estavam as ideias de que a política de “mobilização dos trabalhadores urbanos”, iniciada ainda durante o Estado Novo, e o crescimento da “importância política da massa urbana” teriam resultado, nos vinte anos seguidos à redemocratização, na “correlação de intercâmbio entre negro e povo” (SOUZA, 1971, p. 63).

Outro autor que se dedicou à análise da relação entre raça e política no período posterior ao Estado Novo foi o historiador George Andrews. Com base em fontes documentais e analisando a questão da perspectiva dos partidos políticos, Andrews afirmou que os trabalhadores negros eram “corteados pelos partidos políticos de base trabalhista que competiam pelo poder na nova República” (ANDREWS, 1991, p. 36). Na formulação de Andrews, o interesse desses partidos estava associado ao crescente ingresso de negros no trabalho industrial, o que os tornava atrativos também ao movimento operário, controlado majoritariamente pelo Estado.

Pesquisas como as realizadas por Andrews e por Souza, tratando da conjuntura política do pós-Estado Novo, são muito relevantes, tanto por reforçarem aspectos da correlação entre raça e política quanto por indicarem a forma como alguns partidos políticos se relacionavam com a população negra. Entretanto, ao centrar a análise no padrão de relação entre alguns partidos políticos e o eleitorado negro, deixaram de fora outros atores, a exemplo dos movimentos sociais, o que poderia complexificar a compreensão dessa correlação.

Considerando que o início da abertura democrática foi um período de tentativa de inserção e consolidação na cena política de atores antes pouco presentes, decidi centrar atenção na perspectiva de dois grupos que tiveram atuação destacada, mas ainda pouco analisada nos estudos que tratam do período: ativistas ligadas às organizações negras e lideranças comunistas

²⁰ A pesquisa empírica de Amaury de Souza sobre comportamento eleitoral e raça foi precedida das análises de Gilberto Freyre (1956) e Bolívar Lamounier (1968), nas quais os autores procuraram levantar hipóteses e interpretações sobre comportamento eleitoral de negros e brancos no Brasil (GUIMARÃES, 2001). A partir da década de 1980, especialmente após o fim da Ditadura Militar, surgiram novas pesquisas e interpretações sobre raça e política, das quais destaco Soares e Silva (1985), Valente (1986), Prandi (1996), Oliveira (1997), Johnson III (2000) e Rios (2014).

que ascenderam à posição de representantes políticos do PCB, durante o período que o partido esteve na legalidade (1945-1947).

Muitos estudos já fizeram a análise da atuação de lideranças negras na formação de organizações no pós-Estado Novo (COSTA PINTO, 1998 [1953]; FERNANDES, 2008a [1965]; MACEDO, 2005; SILVA, 2005); porém, são escassas as interpretações que atentam para a relação entre essas lideranças e partidos políticos, para os discursos sobre a presença e participação de negros na política, assim como para as estratégias de acesso a cargos eletivos no legislativo estatal.

Em relação ao PCB, apesar do surgimento recente de pesquisas interessadas na interpretação comunista sobre relações raciais e racismo no Brasil (CHADAREVIAN, 2006; GRAHAM, 2014), é necessário empreender uma investigação sobre como essas interpretações foram incorporadas à prática política do Partido, no período em que esteve na legalidade, participando de eleições e inserindo parlamentares em espaços decisórios tanto em nível nacional quanto nos estados.

A hipótese central, norteadora da análise das duas experiências estudadas na pesquisa, foi que comunistas e ativista negros concorreram na cena política nacional com variações interpretativas da noção que “negro é povo” no Brasil.

A disputa tanto pela definição quanto pela prerrogativa de representação do “povo” é compreendida por Pierre Bourdieu (1990) como um importante alvo nas lutas internas dos intelectuais de diferentes campos, tais quais o religioso, o artístico, mas, principalmente o político. De acordo com a explicação do autor, “é no campo político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável”, ele ainda destaca a eficácia simbólica no discurso dos “partidos progressistas” e “sindicatos operários”, por se apresentarem como “detentores de uma espécie de direito de preempção sobre o ‘povo’ e, desse modo, de uma missão exclusiva”, que lhes permite “simultaneamente assumir e reivindicar tudo o que os separa de seus concorrentes e mascarar - em primeiro lugar para si mesmos - o corte com o ‘povo’ que está inscrito no acesso ao papel de porta-voz” (BOURDIEU, 1990, p. 181;184).

III. Negro e povo: uma aproximação interpretativa

O sociólogo Alberto Guerreiro Ramos foi um dos primeiros a fazer uma síntese do significado da correlação entre negro e povo. Ramos, em um texto com críticas à forma como era construído sociologicamente o “problema do negro” no Brasil, argumentou que “O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais

importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional” (RAMOS, 1957, p. 157).

A perspectiva de Guerreiro Ramos foi retomada anos depois por Joel Rufino dos Santos, que interpretou a formulação “negro é povo” levando em consideração aspectos culturais, demográficos e sociais. Para Joel Rufino, “Guerreiro Ramos descobriu que o negro ele próprio é um lugar de onde descrever o Brasil”, um lugar derivado da configuração social em que convergiam elementos como cor, cultura popular nacional e estética social negra (SANTOS, 1995, p. 28). Em outra passagem, Joel Rufino descreveu quais seriam as coordenadas que davam a configuração social do negro como lugar: “o fenótipo (crioulo), a condição social (pobre), o patrimônio cultural (popular), a origem histórica (ascendência africana) e identidade (autodefinição e definição pelo outro)”²¹ (SANTOS, 1996, p. 220).

Utilizei, durante a elaboração deste trabalho, as interpretações de Guerreiro Ramos e Joel Rufino menos como um modelo conceitual e mais como um indicativo do arranjo de conteúdos que podiam estar associados à noção “negro é povo”, que assumia variados significados à medida que era enunciada por diferentes indivíduos e grupos²².

Nesse sentido, um ponto destacado na análise foi o investimento de ativistas negros e dirigentes do PCB na apresentação de candidatos negros para participar em campanhas eleitorais. No entanto, esse fator em si não era uma especificidade, uma vez que, nos primeiros anos após o fim do Estado Novo, diversos partidos políticos se interessaram em apresentar candidatos negros, o que considero ter sido uma entre as estratégias para atrair novos eleitores e construir uma base política sólida. O aspecto que imprimiu singularidade às candidaturas tanto de ativistas negros quanto de comunistas foi o discurso a elas associado. No PCB, interpretações sobre o negro que vinham sendo negociadas no interior do Partido ganharam destaque durante o período em que estive na legalidade política. Ao passo que no ativismo negro, o discurso para inserir uma “agenda negra” na esfera política nacional foi acompanhado da tentativa de algumas lideranças de se estabelecer como representantes políticos.

²¹ A abordagem do “negro como lugar”, enquanto expressão de um espaço topológico também foi realizada por Muniz Sodré (2012). Para o autor, o *lugar* é uma “configuração de pontos ou de forças, um campo de fluxos que polariza diferenças e orienta identificações”. Negro, na interpretação de Sodré, assume um lugar “lógico político” no interior da dinâmica das relações sociais.

²² Na explicação de Bourdieu “povo”, assim como “classes populares” ou “trabalhadores” são “conceitos de geometria variável cujas virtudes políticas se devem ao fato de que se pode ampliar à vontade o referente até incluir nele — em período eleitoral, por exemplo — os camponeses, os executivos e os gerentes ou, ao contrário, restringi-lo somente aos operários da indústria” (BOURDIEU, 1996, p. 17).

Uma etapa importante do trabalho foi o estabelecimento de parâmetros para a compreensão do processo de construção da relação entre raça e nacionalidade, tanto por comunistas quanto por ativistas negros. Para dar conta do processo, iniciei a análise dos dois casos a partir de meados da década de 1920, mas com diferentes questões para cada um. Para a análise dos comunistas, a pergunta principal, no período anterior a 1945, estava relacionada com a construção de uma questão específica sobre a situação do negro no Brasil e como essa interpretação foi incorporada ao conjunto das demandas do PCB. Em relação ao ativismo negro, procurei evidenciar a formação de diferentes matrizes e conjuntos discursivos sobre o negro no interior da mobilização no período de formação de entidades que ganhariam proeminência nos anos 1930, bem como o interesse de ativistas pela inserção em espaços decisórios na política como representantes de uma coletividade negra.

A preocupação em apreender o processo histórico na elaboração desse trabalho permitiu o desenvolvimento de uma análise atenta para observar os grupos estudados, relacionando-os com um contexto mais amplo, que envolvia transformações estruturais e conjunturais, especialmente aquelas ocorridas no sistema político e envolvendo diversos atores, como partidos, Estado e organizações.

As fontes utilizadas para realizar a pesquisa foram exclusivamente documentais: jornais, revistas, registros elaborados ou arquivados por órgãos do Estado (a exemplo do Tribunal Superior Tribunal e do Departamento de Ordem Política e Social), documentos de circulação interna e de divulgação tanto de partidos políticos quanto de organizações negras. Procurei utilizar variadas fontes na intenção de “esgotar todas as pistas capazes de fornecer informações interessantes” (CELLARD, 2008, p. 298).

Apesar de não ser uma pesquisa estritamente biográfica, parte do trabalho que desenvolvi foi de reconstrução de trajetórias de lideranças dos grupos estudados. Nesse sentido, as orientações de pesquisa de Pierre Bourdieu em *A ilusão biográfica* são valiosas por indicarem que o trabalho acadêmico de construção de biografias ou trajetórias de vida são também construção de narrativas, que nem sempre obedecem “um relato coerente de uma sequência de acontecimentos, com significado e direção” (BOURDIEU, 2006, p. 185).

O uso de variadas fontes na pesquisa e a reflexão na construção da narrativa podem contribuir na “revelação” de como alguns acontecimentos foram reforçados e outros apagados do passado, assim como a forma que processos relacionados à composição e à percepção da história influenciam o presente.

PARTE I

1. Mobilização negra e demandas políticas (1925-1944)

Entre os anos de 1897 e 1930, existiu quase uma centena de associações negras na capital paulista, classificadas como dançantes (25), cívicas (4), esportivas (14), grêmios recreativos, dramáticos e literários (21) e cordões carnavalescos (12)²³. De acordo com essa categorização, as entidades que tinham como objetivo a reunião de negros se enquadravam nos campos assistencialista, recreativo e cultural²⁴. Quando a Frente Negra Brasileira (FNB) foi fundada, em outubro de 1931, estava entre os objetivos incluídos nos Estatutos da entidade propugnar pela “elevação moral, intelectual, artística, técnica, profissional e física; assistência, proteção e defesa social, jurídica, econômica e do trabalho da Gente Negra”²⁵. A proposta beneficente da FNB não era o que a tornava singular em relação a outras associações negras de São Paulo, que surgiram no período posterior à abolição.

A Frente Negra herdou o legado das movimentações associativas de negros da década de 1920, e assumiu a tarefa de congregar as propostas políticas que circulavam no interior da mobilização negra. Nos seus estatutos, aprovados em 1931, a proposta era que a entidade se constituísse uma força política organizada, mas não ainda no formato de partido político, como viria a se tornar em 1937:

Art. 1º – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a FRENTE NEGRA BRASILEIRA, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.

[...]

²³ Cf. DOMINGUES, 2004a; PINTO, 1993.

²⁴ O estudo da mobilização negra em São Paulo nas três primeiras décadas do século XX é uma área muito prolífica no campo das relações raciais. As pesquisas têm sido desenvolvidas com diferentes abordagens e variadas temáticas desde aquelas que lançaram fundamentos para estudos das relações raciais no Brasil (BASTIDE e FERNANDES, 1959; FERNANDES, 1965). Uma vertente significativa de pesquisas foi desenvolvida por investigadores estrangeiros, identificados como brasilianistas, a exemplo de MITCHELL, 1977; ANDREWS, 1998; BUTLER, 1998; HANCHARD, 2001; e ALBERTO, 2011. Pesquisadores têm se ocupado com o estudo das organizações que marcaram o período (MOURA, 1980; PINTO, 1993; CARDOSO, 1993), e se aprofundado em algumas, tais como a Frente Negra Brasileira (DOMINGUES, 2005; OLIVEIRA, 2002; FELIX, 2001). A imprensa negra também tem sido abordada de forma geral (FERRARA, 1982; CARVALHO, 2009); ou com foco em jornais específicos como *O Clarim d'Alvorada* (FERREIRA, 2011) ou *A Voz da Raça* (SILVA, 2003). Ainda há os estudos de trajetória de ativistas e intelectuais (FERREIRA, 2005). Recentemente, pesquisas têm investido no caráter internacional da mobilização no período, quer seja pela interpretação que faziam da situação do negro em outros países, especialmente nos Estados Unidos (FRANCISCO, 2014b); ou pelo atenção que atraíam de ativistas e organizações estrangeiras (DOMINGUES, 2013; FRANCISCO, 2014a). Outra significativa linhagem na produção sobre o assunto são os textos escritos por ativistas, ou resultado de entrevistas com os envolvidos na mobilização (LEITE e CUTI, 1992; BARBOSA, 1998; MOREIRA e LEITE, [1951]).

²⁵ Estatutos da Frente Negra Brasileira. Fonte: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 04/11/1931, p 12.

Art. 4º – Como força política organizada, a FRENTE NEGRA BRASILEIRA, para mais perfeitamente alcançar os seus fins sociais, pleiteará, dentro da ordem legal instituída no Brasil, os cargos eletivos de representação da Gente Negra Brasileira, efetivando a sua ação político-social em sentido rigorosamente brasileiro²⁶.

O caráter propositivo em termos políticos da Frente Negra estava relacionado com o a Revolução de 1930²⁷. Petrônio Domingues afirma que o surgimento da FNB está associado ao sentimento dos negros paulistas de terem sido “abandonados pelo sistema político tradicional”, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Embora a nova conjuntura tenha aberto espaços para maior atuação de grupos políticos, esses continuaram a não incluir os negros em seus programas²⁸ (DOMINGUES, 2007a, p. 350). Com efeito, a falta de vontade das elites políticas brasileiras, nesse período, em incorporar/inserir as reivindicações dos ativistas negros pode explicar tanto a baixa representação dos negros nos partidos como a formação de associações independentes do sistema político.

Contudo, essa explicação é apenas uma das razões determinantes para a configuração do associativismo negro paulista na década de 1930. Outro fator explicativo é a diversidade associativa existente, bem como sua persistência organizativa, desde o pós-abolição na cidade de São Paulo. Levando esses fatores em consideração, investigarei as barreiras que dificultaram a participação de negros e a inserção de suas demandas em prol da população negra, seguindo a trilha da interpretação proposta por Roger Bastide. Para o sociólogo francês, o surgimento da Frente Negra deveu-se não apenas à agitação política conjuntural, mas também ao processo político mais longo correspondente ao “período da formação, do desenvolvimento e do apogeu” da entidade (BASTIDE, 1951, p. 53).

Apesar de ser uma das interpretações mais antigas sobre a mobilização negra em São Paulo, a tese do autor ainda joga luz sobre o processo social, ao afirmar que esse período representa a “passagem da reivindicação jornalística à reivindicação política”²⁹ (idem). O

²⁶ Estatutos da Frente Negra Brasileira. Fonte: *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 04/11/1931, p. 12.

²⁷ Na interpretação de Boris Fausto, a Revolução de 1930 provocou um “vazio de poder”, pelo deslocamento dos grupos políticos dominantes, especialmente da oligarquia cafeeira paulista conjugado com a “incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo”. Mas, rapidamente após esse momento de vazio se estabeleceram outros grupos, promovidos pelo Estado, na maior parte elites regionais menos influentes que conseguiram ascender a forças políticas em nível nacional (FAUSTO, 1975, p. 113).

²⁸ Em sua tese de doutorado Domingues apresenta uma explicação mais detalhada que explica esse sentimento de abandono. Segundo o autor: “em 1931, foi organizada a Frente Única Paulista (união do Partido Republicano Paulista, partido Democrático e da Liga de Defesa Paulista), devido às divergências de São Paulo com o governo Getúlio Vargas. Mas, segundo Pedro Paulo Barbosa, ‘os negros não foram convidados para participar de nada. Daí a ideia de se organizar uma Frente Negra Brasileira’. [...] A proposta era formar uma frente (ou coalizão) política que unificasse todos os negros do país em uma única organização” (DOMINGUES, 2005, p. 82).

²⁹ Essa interpretação de Bastide integra uma tese maior sobre a periodização da imprensa negra paulista que se tornou um pressuposto organizador de grande parte dos estudos feitos tanto sobre a imprensa quanto sobre a mobilização negra em geral. Cerca de duas décadas depois dos escritos de Bastide, Miriam Ferrara (1973) fez bom

conceito de reivindicação política assume nesse caso a compreensão weberiana de política, como “participação no poder ou a luta para influir na distribuição do poder, seja ente Estados ou entre grupos dentro de um Estado³⁰. (WEBER, 1982, p. 98)

Tratar desse período e compreender em que termos era formulada a ênfase na reivindicação política é tema fundamental para minha pesquisa; especialmente porque pode contribuir para o entendimento de como esse ciclo de mobilização influenciou no ciclo seguinte, com datação a partir de 1945, com o declínio do Estado Novo.

Acrescento ainda a essa perspectiva a interpretação de Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*, na qual o autor atribuiu à Frente Negra Brasileira (FNB) o surgimento de um novo alento ao protesto coletivo negro na década de 1930. Para o sociólogo, a FNB operou “realisticamente”³¹ e teve uma atuação que resultou tanto em ações instrumentais para promover a integração social quanto no fortalecimento de uma “ideologia negra”, dotada de um discurso que pregava a unificação visando o despertar dos negros para a busca da “integralização social absoluta”, isto é, na “ordem econômica, social e política” (FERNANDES, 2008b [1965], p. 111 e 126). As formulações de Bastide e Fernandes constituem um argumento rico que permitiu situar a Frente Negra Brasileira (FNB) em uma importante posição não somente no contexto da mobilização negra em São Paulo, mas também no Brasil.

No entanto, cabe ressaltar que a Frente Negra nunca foi formada por um grupo homogêneo, mas por indivíduos e grupos de tendências variadas, que, num primeiro momento, confluíram para uma proposta conjunta de associativismo negro, prosseguindo para a concepção de variadas formas de associação ao longo da década de 1930. Nesse sentido,

uso do acesso a maior quantidade de fontes e propôs uma reformulação da periodização. A atualização permitiu corrigir o agrupamento dos jornais que fariam parte de cada período, mas não atacou o núcleo da tese que é a defesa da existência dos períodos da imprensa negra marcados por temáticas e posturas compartilhadas entre os jornais.

³⁰ Recentemente essa categorização do período de formação da FNB vem recebendo críticas. Em um de seus trabalhos, Domingues criticou o uso do termo político pelo “fato de o negro se colocar como grupo desde os primeiros jornais, com reivindicações e problemas específicos, já se configura como um ato político” (DOMINGUES, 2008, p. 29). Apesar de ser uma crítica relevante, por problematizar o uso do termo político, o sentido empregado por Bastide não é o mesmo de Domingues. Além da crítica à categorização, Domingues alarga a periodização e evidencia que a imprensa negra no pós-abolição teve início em 1889, e não em meados da primeira década do século XX, como afirmou Bastide e vários autores depois da publicação de sua pesquisa.

³¹ Fernandes utiliza a o termo realisticamente para explicar que a atuação da FNB “convergia para fins imediatistas e praticáveis coletivamente”, mas que não excluía a esperança de uma alteração radical da estratégia seguida, quando o próprio negro tivesse chances de pôr em prática comportamentos políticos de maior envergadura”, o que só aconteceria quando o negro tivesse “consciência dos movimentos reivindicatórios” (FERNANDES, 2008b [1965], p. 63-64)

Virgínia Bicudo³² (1947) afirmou sobre a Frente Negra que “ainda que existindo o sentimento de união, surgiram obstáculos para a efetivação da agremiação”, em função de sentimentos de “rivalidade e antagonismo entre os pretos”³³ (BICUDO, 1947, p. 212). Mas, ainda assim, as barreiras sociais impostas aos pretos e pardos em São Paulo os compeliavam ao movimento coletivo, baseado no “enaltecimento da raça, na promoção da educação e no desenvolvimento da instrução” (idem, p. 213).

Seguindo o entendimento do surgimento da FNB como um processo, estudiosos da mobilização negra nas duas primeiras décadas do século XX destacam duas associações como as principais influências: o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos (1908)³⁴ e o Centro Cívico Palmares (1926)³⁵. O Kosmos tinha uma atuação voltada para a promoção de bailes, convescotes, saraus e sessões teatrais. Das atividades promovidas pelo grupo, os bailes tinham maior destaque, como geralmente acontecia nos clubes negros, muitos deles dedicados exclusivamente à realização desse tipo de evento (PINTO, 1993; DOMINGUES, 2009).

O Centro Cívico Palmares surgiu com uma proposta diferente daquela já desenvolvida pelos clubes dançantes. O plano inicial era funcionar como uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra de São Paulo. Mas o centro teve logo suas atividades ampliadas “e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil” (ANDREWS, 1998, p. 227). Após ter tido suas reivindicações atendidas nessa campanha inicial, a entidade iniciou outras em que também foi bem sucedida³⁶. A mobilização

³² Apesar de não ter declarado textualmente que a associação estudada em sua investigação tenha sido a Frente Negra, é consenso entre os analistas que esta foi a entidade foco da pesquisa. Silva (2011) também afirma que o estudo de Bicudo foi o primeiro sobre a Frente Negra e sobre o seu jornal, *A Voz da Raça*.

³³ Virginia Bicudo diferencia em seu estudo pretos e mulatos. Sobre os últimos declarou: “o mulato das classes intermediárias não participou” da Frente Negra, “não sentiu necessidade de agremiar talvez por se incorporar, mais facilmente de que o preto, ao grupo dominante” (BICUDO, 1947, p. 214).

³⁴ Sobre o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos, Domingues coletou informações de que foi fundado “por iniciativa de um grupo de jovens negros que, cientes do racismo praticado por vários clubes de brancos, resolveram investir energia, tempo e vontade na construção de um espaço próprio para animar as atividades sociais da comunidade negra. A partir de 1909, quando a primeira diretoria tomou posse, o Kosmos – como era mais conhecido – começou a despertar a atenção de uma parcela da “população de cor” e, aos poucos, tornou-se uma espécie de referência a ser seguida pelas demais” (DOMINGUES, 2009, p. 1).

³⁵ De acordo com Ferreira: “Relatos de antigos militantes informam que o Centro Cívico Palmares surgiu em São Paulo, no ano de 1926, por iniciativa de um sargento da Força Pública chamado Antônio Carlos. A ideia inicial era organizar uma biblioteca, espaço de leitura e também ponto de encontro, diferente dos já existentes: os clubes dançantes. [...] No Palmares ocorriam palestras, cursos e atividades culturais ligadas ao teatro e a poesia. Todas tinham como objetivo concorrer para a instrução e fortalecimento conscientização dos participantes no sentido de fazê-los sabedores de seus papéis de cidadãos” (FERREIRA, 2005, p. 80).

³⁶ George Andrews informou que “o centro foi bem sucedido ao requerer do governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais “robusto” e eugenicamente desejável do Estado” (ANDREWS, 1998, p. 227).

política contra a discriminação iniciada no Centro Cívico Palmares é apontada como uma das bases para a criação da FNB, inclusive pelos ativistas que fizeram parte da primeira entidade e depois atuaram na formação da segunda (ANDREWS, 1998; FERREIRA, 2005). O princípio da unificação promoveu o encontro de pessoas que já atuavam em diferentes associações - como os diretores do recém-extinto *Getulino*, os campineiros Lino Guedes, Gervásio de Moraes e Benedito Florêncio – e de jovens que começavam a aparecer na mobilização negra paulistana, como os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos. Nesse sentido, Domingues (2005) reuniu entre os motivos para o surgimento da FNB a vontade de ativistas que estavam atuando de forma não articulada desde o desaparecimento do Centro Cívico Palmares, em 1929, de voltar a se reunir em uma única entidade.

Alguns jornais também receberam crédito pela contribuição para a mobilização engendrada pela Frente Negra. Regina Pinto (1993) destacou especialmente a atuação do jornal *O Clarim d'Alvorada*³⁷, fundado em 1924 por Jayme de Aguiar e José Correia Leite (1900 - 1989)³⁸, tanto pela campanha que fizeram em prol do surgimento da FNB quanto pelo envolvimento de seus diretores na fundação daquela entidade. A partir de 1928, esse periódico abrigou como colaboradores alguns ativistas que tinham participado das atividades do Centro Cívico Palmares³⁹. Outro jornal que também colaborou com a Frente Negra foi *Progresso*, inclusive por ter atribuído uma seção específica para divulgação de suas atividades, chamada de “Comunicados da Frente Negra Brasileira” (PINTO, 1993, p. 317). Mas, a importância de *O Clarim d'Alvorada* está, em grande parte, associada aos debates que promovia e às denúncias das “condições de vida e de exclusão social em que se encontrava a população negra em São Paulo e no restante do país” (FERREIRA, 2011, p. 7). Apesar de já ter surgido com o caráter combativo, a proposta política do jornal foi sendo aprimorada. Como observa Ferreira, *O Clarim d'Alvorada* “surge com finalidades mais modestas, entretanto seus editores com o passar dos anos vão desenvolvendo mais acuradamente suas reflexões, incorporando às páginas do periódico temáticas políticas e propondo práticas mais combativas” (idem).

³⁷ Maria Ferreira (2011) fez um levantamento dos números disponíveis do jornal e apurou que este teve três fases: “a primeira, que foi de 06 de janeiro de 1924 a 06 de outubro de 1927, compreende um conjunto de 31 periódicos!; a segunda, de 05 de fevereiro de 1928 até o ano de 1933 contém 26 exemplares. Em 1933, após desavença com militantes da Frente Negra *O Clarim d'Alvorada* é extinto, só voltando a existir em 1940, data de início de sua terceira fase” (FERREIRA, 2011, p. 1).

³⁸ Sobre a relação de Jayme de Aguiar e José Correia Leite, Maria Ferreira (2005) apurou que tiveram amizade desde a infância, perderam contato por alguns anos quando Aguiar foi acolhido por uma família proeminente para que pudesse se dedicar aos estudos. Quando retomaram a amizade na juventude, resolveram iniciar o jornal juntos, depois que Correia Leite foi plenamente alfabetizado por seu amigo que era técnico em contabilidade (FERREIRA, 2005, p. 15-16).

³⁹ Esse foi o caso de Gervásio de Moraes, que declarou no início de 1929 que passava a integrar a “fileira de frente” de *O Clarim d'Alvorada* (Aos negros sensatos de São Paulo. *O Clarim d'Alvorada*, 03/02/1929, p.4)

Já em 1925, o jovem José Correia Leite escrevia com entusiasmo no jornal que se cogitava a fundação na capital paulista de “um grande partido político composto exclusivamente de homens de cor”, denominado de “Congresso da Mocidade dos Homens de Cor” (*O Clarim d’Alvorada*, 15/11/1925, p.1). Para Leite, o partido corresponderia à “organização de um centro que trate dos nossos interesses, da nossa união”, para promover a “verdadeira evolução”. Uma associação da qual surgiriam “outros ramos de *Progresso* para os nossos irmãos para a nossa mocidade de hoje, que parece querer doravante labutar com intento de cooperar muito para a elevação dos nossos brios”. Não faltaram palavras ao articulista para descrever o que seria esse partido, “o esteio principal do grande edifício que de há muito projectamos architctar e que até presentemente está desamparado” (*O Clarim d’Alvorada*, 15/11/1925, p.1). Pela leitura das páginas do periódico não é possível saber maiores detalhes sobre a tentativa de formação do partido, nem quem eram as pessoas que cogitavam a fundação dele, além de Correia Leite. Além disso, não registrei mais informações sobre o assunto nos números posteriores de *O Clarim*. Ficamos com a curiosidade de saber como seria formado esse partido político de negros em 1925, especialmente em seu caráter jurídico, já que o Brasil possuía partidos, mas ainda não tinha uma legislação que regulasse sua atuação⁴⁰.

A proposta de realização do Congresso também recebeu outros modelos que não o de partido político. No ano seguinte, 1926, o jornal lançou a proposta de formação da Associação Cristã de Moços de Cor e tentou organizar o Primeiro Congresso de Pretos do Brasil. Nenhum dos dois se concretizou (OLIVEIRA, 2008, p. 106). Em 1929, foi lançada outra campanha no *O Clarim d’Alvorada*, nesse caso para a realização do 1º Congresso da Mocidade Negra, no primeiro momento apenas de São Paulo, logo depois passando a receber a designação “Brasileira”. O congresso da mocidade era uma iniciativa que visava a reunião dos mobilizados em torno da causa negra, ou como publicado em *O Clarim d’Alvorada*, “a nata dos intellectuaes da raça”. Aqueles que se consideravam com a missão de ser “arautos das ideias moças”, que tiveram a “temeridade” de cogitar a realização de um evento desse tipo, com “caráter social pela raça”. (*O Clarim d’Alvorada*, 03/02/29, p. 4). Correia Leite liderava o grupo que se reuniu para realização do Congresso. Sobre o redator de *O Clarim d’Alvorada*, bem à época em que se agitava a realização do Congresso, foi dito em *Progresso* que tinha a “estima e consideração de seus pares por um conjunto de qualidades que lhe asseguram elevado conceito no meio em que vive”, e que “apesar de moço, sua Raça deve-lhe inestimáveis serviços” (*Progresso*, 23/06/1929, p.4).

⁴⁰ Sobre a inexistência de legislação partidária no Brasil durante a República Velha, ver: Soares (1974).

Correia Leite convocou a mocidade negra, dando ênfase aos “moços de cor sensatos”, para participar do Congresso em um artigo de *O Clarim d’Alvorada*, no dia 13 de maio de 1929. Na ocasião ele escreveu: “é a época dos congressos, e nós iremos, custe o que custar, realizar o nosso I Congresso da Mocidade Negra. Deve-se congregar nessa afirmação patriótica, dando ao Brasil, uma nova demonstração; levantando o lábaro da nossa reabilitação no conceito nacional”. O congresso deveria ser parte de uma tarefa que, segundo o articulista, já era de conhecimento do negro, a consecução da “integralização moral e material”, por isso, “uma conquista imprescindível e uma necessidade inadiável” (*O Clarim d’Alvorada*, 13/05/29, p. 6).

Outro grande entusiasta e apoiador do Congresso foi Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978). Formado em Filosofia e Letras pela Faculdade de São Bento⁴¹, ele foi convidado para participar da comissão intelectual do evento e assumiu a responsabilidade de sintetizar as ideias norteadoras e escrever um Manifesto⁴² (FERREIRA, 2005, p. 179).

Para que um Congresso Negro Brasileiro? Temos interesses especiais para cuidar? Já vol-o respondestes afirmativamente.

[...] Vêdes imensa miséria da Gente Negra do Brasil, “considerável” parte integrante da Raça Brasileira. É intelectual, é moral, é econômica e até physica essa miséria.

Vivemos somente das baldas glórias do nosso passado homérico, as taes não bastam para desfazer a nossa desgraça e impormos integral e absolutamente no conceito nacional, contra o preconceito omnímoto e contra a situação vil de simples instrumentos de dissolução, degradação e humilhação nacional e de trastes esmoldos sob o peso da cegueira política e sob o alude dissolvente das ondas estrangeiras e estrangeirizantes.

O Clarim d’Alvorada, 9/06/1929, p.1

A estratégia discursiva do texto foi de explorar a tensão entre igualdade jurídica e as barreiras impostas pelas “forças da sociedade” no pós-abolição. O Quadro 1, a seguir, apresenta uma seleção de trechos do Manifesto.

⁴¹ Arlindo foi diplomado pela Faculdade de São Bento em 1925. Segundo Ferreira, instituição foi fundada em 1908, “posteriormente tornou-se Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo e, em 1959, integrou-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (FERREIRA, 2005, p. 17).

⁴² Ferreira (2005) também analisou o Manifesto. Para a historiadora, o Manifesto tem a autoria de Arlindo Veiga dos Santos, que assumiu a postura de intelectual público e adotou a estratégia política do documento de promover o diálogo com negros não militantes. Ela ainda destaca trechos em que aparecem endereçamentos: “Negros de São Paulo e quiçá do Brasil”, tidos como “bons negros humildes e soffredores silenciosos” (FERREIRA, 2005, p. 184). Eu discordo da versão de autoria exclusiva de Arlindo Veiga, e prefiro trabalhar com a ideia de que tenha sido fruto de um debate, que teria envolvido no mínimo Veiga dos Santos e Correia Leite, já que o segundo se apresentava como principal idealizador do evento.

Quadro 1 - Congresso da Mocidade Negra: mensagem aos negros brasileiros.

Gosamos, theoricamente, de todos os direitos que, juridicamente, nos garante a própria constituição fundamental. Mas, como o direito, para o ser implica uma expressão de vida real e não abstracção, as forças da sociedade que estão, inapellavelmente, acima da lei ou contra ella, evitam-nos e até nos expulsam de suas instituições burocráticas, de utilidades ou 'polícia' social de ensino, e de formação intellectual, moral e religiosa também; abominam-nos nos orphanatos, e hospitais nas casas de assistência social, e até nas casas de expressão econômica em que, em suficiência de capacidade de competência, poderíamos ganhar o pão de brasileiros e humanos.

[...]

Miguel Pereira e Belisário Penna afirmaram que o Brasil é um imenso hospital. E nós não tememos afirmar que este vasto hospital deriva da doença mais grave, que é o preconceito de raça e de côr, enfim a dor da mentalidade dos nossos dirigentes, deixando que pereça toda uma gente que é preciso que seja substituída, porque é mestiça, porque é negra e deverá ser branca custe o que custar, mesmo a custa do esfacelamento do Brasil, pela vaza do arianismo internacional immigrado.

[...]

O remédio, discutil-o-há o Congresso [da Mocidade Negra], dentro da forma já estabelecida por um dos estudiosos do nosso problema, que assim se expressa: - “o problema negro brasileiro é da integralização absoluta, completa, do Negro, em “toda” a vida brasileira (política, social, religiosa, econômica, operária, militar etc); deve ter toda formação e toda aceitação, em tudo as condições competentes, physicas, technicas, intellectuais e moraes, exigidas para a “igualdade a lei”.

[...]

Isso tudo não está nos livros europeus nem norte-americanos. O Brasil de Castro e Silva não presica de uma metáphysica sociológica, mas de uma metáphysica brasileira.

[...]

Seja cada um de nós um obreiro dessa reação contra o sonogamento dos direitos sagrados da Gente Brasileira, de côr, e mais para a efetivação delles; seja cada qual um soldado contra a decadência dos nossos costumes, contra o derrotismo dos perversos e traidores, contra a ignorância e protervia aos preconceitos existentes embora muitos os queiram negar, contra o imperialismo dos advenas, contra a idéa e a política estrangeira arianizante e, sobretudo, mais que tudo, contra a negação do que já há feito, pode fazer e quer ainda fazer o nosso Sangue, cuja nobreza foi conquistada nas artes nas sciências, na política, na guerra pela identidade, unidade e independência nacionaes.

Gente Negra, sede digna dos pretos e índios que ergueram Palmares, primeiro baluarte da Pátria Livre, nas acercanias gloriosas do Norte.

Pela Pátria e pela Raça!

Pela Comissão intellectual do CMNB
Veiga dos Santos
São Paulo, maio de 1929

Fonte: O Clarim d'Alvorada, 9/06/1929, p.1

Os principais interlocutores no texto eram os intelectuais da época que escreviam sobre a realidade brasileira e sobre a situação social da população negra. Não faltaram críticas ao intento de “arianizar os brasileiros do sr. Oliveira Vianna”, como também as análises que afirmavam a indiferença dos brasileiros em relação à tentativa dos “estrangeiros” de se apoderarem do país. Em negativa a esse tipo de interpretação, Arlindo Veiga afirmou no Manifesto: “oh! Se o negro altivo, o Negro orgulhoso do seu passado nacional, se o negro pudesse! Se o Negro de fibra mandasse!” (*O Clarim d'Alvorada*, 9/06/1929, p.1). Outras passagens do texto têm, assim como os trechos selecionados, o tom agressivo quando se referia ao grupo que chamava ora de estrangeiros ora de imigrantes.

A escrita do texto sugere que a atuação de Arlindo Veiga foi além da síntese das ideias da Comissão Intelectual do Congresso. As questões colocadas no Manifesto correspondem a temáticas que tiveram maior vulto na Frente Negra anos depois, presidida nos primeiros anos por Arlindo, como apresentarei mais adiante. Entretanto, não se deve desconsiderar que o Manifesto foi também uma construção coletiva e, certamente, passou pelo crivo da aprovação dos envolvidos em *O Clarim d'Alvorada* para que fosse publicado naquele jornal. Além disso, o próprio Congresso da Mocidade Negra era um empreendimento do grupo que se agrupava no *Clarim*.

De volta ao Manifesto, aquele poderia ter sido um bom recurso para a promoção de uma mobilização de massa em São Paulo. Sobretudo pela repercussão do argumento de que a coletividade negra estaria lutando para a concretização de um direito que já lhe pertencia, mas que era sonogado. Contudo, apesar do esforço de que falavam os idealizadores na campanha para a realização do Congresso, este não aconteceu.

Em outubro, poucos meses depois de lançado o Manifesto, Jayme de Aguiar já admitia que o Congresso da Mocidade Negra não aconteceria. Para ele, o fracasso na realização não se devia à falta de dedicação dos organizadores, que dizia terem feito:

“propaganda em todos os pontos da capital e do interior do nosso Estado, conseguimos colocar cartazes, legendas, e, tudo enfim identificou-se; convidamos todos os patrícios nossos, para que dessem o seu franco apoio, os de alto cultivo intelectual para que se preparassem, afim de apresentarem as suas theses; todos se comprometteram, architectamos o programa de acção a ser observado, cujo emblema era o de engrandecer a pátria e a unificação de todos os princípios sólidos à ascensão da raça sofredora de hontem” (*O Clarim d'Alvorada*, 27/10/1929, p.3).

Na avaliação de Aguiar, apesar de frustrados, os esforços em prol do Congresso da Mocidade Negra não tinham sido em vão, por terem contribuído para a reunião de um grupo de auxílio, que não foi suficiente para realização do evento, mas que poderia ser o começo de uma mobilização maior. Em contraste com a avaliação positiva de Jayme de Aguiar, outros integrantes do jornal tiveram uma postura mais cética sobre o fracasso na organização do evento. Alguns colaboradores, por exemplo, passaram a usar exemplos de casos de discriminação racial para fazer crítica e troça com “pretos ricos – ou que tem scisma de ser – que acharam inoportuna a realização do nosso Congresso”, mas que recorriam à grande imprensa para denunciar casos de que foram vítimas (*O Clarim d'Alvorada*, 27/10/1929, p.1). O que estava por trás dessa crítica era a compreensão desses ativistas de que a solução para problemas recorrentes por que passavam negros em São Paulo não deveria ser individual, mas coletiva.

Ferreira (2005) atribuiu o fracasso na realização do evento a três fatores: baixa aceitação da população negra paulistana; controvérsias no meio associativo sobre como deveria ser organizado o Congresso⁴³; e a proximidade com a eleição presidencial de 1929, cercada da agitação política que desencadeou a “Revolução de 1930”, que permitiu a chegada de Getúlio Vargas à presidência.

Aconteceu também naquele contexto, a quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929, que iniciou uma crise econômica em nível internacional, atingindo também a economia brasileira, especialmente o sistema agroexportador⁴⁴. No plano interno, os primeiros sintomas da crise foram acompanhados da implementação de um processo de modernização que impactou tanto a economia quanto a política do país. São Paulo era um dos epicentros dos acontecimentos. A cidade passava por um acelerado crescimento econômico industrial e populacional, o que dotava a sua elite política e intelectual do sentimento de empunhar a “bandeira da modernidade” para o Brasil (MOTOYAMA, 2006, p. 23) ou, de acordo com outra versão menos otimista e muito mais popularizada, ser a locomotiva da nação, “a puxar vagões vazios” (LOVE, 1982, p. 300).

A crença na superioridade de São Paulo em relação ao restante do país foi incorporada no projeto urbanístico e arquitetônico da cidade, descrito por Nicolau Sevcenko como “um quadro ao mesmo tempo deslumbrante e desorientador” (SEVCENKO, 1992, p. 116). No meio intelectual paulista também predominava a crença na superioridade e modernidade, a exemplo do discurso da especificidade modernista da Semana de Arte de 1922, assim como o projeto da Comunhão Paulista⁴⁵, que resultou na criação da Universidade de São Paulo.

Os fatores rapidamente elencados acima marcam o regionalismo paulista que, de acordo com Barbara Weinstein, “emerge junto com a própria disseminação desigual da modernidade e do desenvolvimento capitalista” e se fundamentava “na afirmação da diferença regional como o equivalente de superioridade” (WEINSTEIN, 2006, p. 283). Ainda segundo Weinstein, essa superioridade regional, que se construía naquele momento no nível do discurso, tinha também

⁴³ Ferreira percebeu a partir da leitura de *O Clarim d'Alvorada* divergências entre os envolvidos na realização do Congresso. Segundo a autora, “discutiam no jornal se deveriam participar só a juventude negra ou não seria melhor que fosse um encontro aberto a todos os brasileiros. Além disso, polemizavam sobre a legitimidade e capacidade intelectual dos congressistas, uma vez que o Congresso se propunha a convidar um conjunto de intelectuais, de preferência negros para expor suas considerações” (FERREIRA, 2005, p. 22).

⁴⁴ James Woodard realiza uma interessante análise da crise do café em São Paulo no livro: *A place in politics: São Paulo, Brazil, from Seigniorial Republicanism to Regionalist Revolt*. Durham: Duke University Press, 2009. A singularidade do trabalho de Woodard está na atenção para como se comportaram diferentes atores políticos no contexto da crise que atingiu a produção de café em São Paulo no ano de 1929.

⁴⁵ Sobre a Comunhão Paulista e o projeto de criação da Universidade de São Paulo, ver: CARDOSO, Irene. *A universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

um sentido de racialização, no qual o branco de classe média figurava como a representação ideal, excluindo assim a população negra do imaginário da “paulistanidade”.

Como reação à construção da paulistanidade como modelo finalizado de embranquecimento, que colocava São Paulo em superioridade na comparação com o restante do país, formulou-se um discurso que tinha como um dos argumentos centrais a afirmação do negro como brasileiro. Essa era uma demanda formulada por intelectuais e ativistas negros desde os primeiros anos da República, geralmente traduzida na fusão das aspirações por igualdade e fraternidade, o desejo de pertencimento ao agrupamento nacional sem restrições a direitos, tratamento e oportunidade com base na cor (GUIMARÃES, 2011).

Os grupos negros organizados na cidade de São Paulo atentaram para o momento político de 1929. Surgiram questionamentos sobre qual comportamento deveriam ter em relação às mudanças que aconteciam na sociedade. *O Clarim d’Alvorada*, por exemplo, promoveu debates em suas páginas sobre a necessidade de politização do negro. Em outubro de 1929, foi publicado um artigo especial para o periódico com o título “O Negro deve ser político?”

Quadro 2 - O Negro deve ser político?

Temos a obrigação de, com a maior franqueza, responder pela afirmativa.

- O negro, até a presente data, não teve conhecimento de um só Governador, que, em suas plataformas políticas tivesse colocado uma só linha ao interesse do negro, para que este tenha algum merecimento, além dos que lhes são dispensados nas ocasiões tão somente de eleições.

- O que convém é a educação para que os futuros negros sejam úteis a sociedade.

- O negro deve ser político, compreendendo os deveres do bom e do útil, não político pelo mero prazer em ser agradável a este ou aquelle, sem vontade própria; deve ser político, porém, de baixo de uma organização, com programa definido, organização esta que possa produzir interesses a raça negra.

Verdade é que ouvimos a cada passo se dizer que o negro não tem habilitação, nem capacidade, puro engano; o que há é que muitos renegam a sua origem, nem só esta, mas a própria cor! Para que não nos envergonhemos nem envergonhemos de ajudal-o com o nosso voto, a galgar uma posição elevada e honrosa para os próprios negros.

- Este direito, ninguém nos poderá tolher, **porque acima de tudo, também o negro é brasileiro.**

-Seria preciso formar um grande bloco e na ocasião precisa ele desabasse, firmando a solidariedade do negro, não derruindo quase sempre as nossas próprias aspirações, formamos projectos e encontramos sempre a dificuldade para a sua realização, exemplo “O CONGRESSO DA MOCIDADE NEGRA” que, apesar da boa vontade de alguns, continua como em lagarto, esmorecido, porque não encontrou o verdadeiro apoio que lhe deve prestar o elemento negro.

- O negro deve ser político, porem cõscio de seus deveres, trabalhando para a sua prosperidade e bem estar de sua família, enfrentando obstáculos, uma vez que redunde em proveito da classe.

- Então, nesse dia, poderemos cantar o Hymno da Victoria.

São Paulo, outubro de 1929
Frederico Baptista de Sousa

No texto, assinado por Frederico Baptista de Sousa⁴⁶, é possível perceber o uso do termo política, no sentido semelhante ao que foi empregado por Bastide (1951) para tratar da passagem do primeiro para o segundo período reivindicatório da imprensa negra. O articulista descreveu precisamente o anseio de grande parte dos ativistas negros em São Paulo no final dos anos 1920: o estabelecimento de uma organização com caráter de reivindicação política coletiva para a população negra. As propostas iniciais de construção de partido ou de um congresso, que promovesse a construção de uma pauta e de onde se tirassem resoluções, demonstram que esse grupo estava convencido da necessidade de mobilizar a comunidade negra, de forma a torná-la uma força política tal que permitisse a demanda por direitos. Mas, a falta de apoio que a proposta recebeu provocou certo abatimento e recuo. Ainda assim, fortalecia a certeza de que a solução para alcançar sucesso nesse tipo de mobilização seria formar “um grande bloco”, ou uma grande Frente, como se escolheu chamar.

O maior sucesso da agitação negra⁴⁷, antes dos anos 1930, ficou por conta da campanha em prol da construção de um monumento em homenagem à “Mãe Preta”. Em São Paulo, Correia Leite iniciou a campanha em *O Clarim d’Alvorada*. Além da criação do monumento, havia também a demanda pelo estabelecimento de uma data comemorativa para a figura simbólica, 28 de setembro, dia de assinatura da Lei do Ventre Livre⁴⁸. A construção do discurso sobre a “Mãe Preta” foi de grande valor na mobilização negra, não somente por ela representar a possibilidade de conciliação entre negros e brancos, com base no arranjo secular que garantiu às amas de leite o trânsito entre senhores e escravos; mas, também porque era um símbolo que conseguia expressar a harmonia desejada e também garantia a construção de uma ideologia em

⁴⁶ Paulina Alberto (2011) caracterizou Frederico Batista de Sousa como “um membro particularmente ativo de sociedades literárias e recreativas de São Paulo, e um zeloso guardião da respeitabilidade da classe de cor” (ALBERTO, 2011, p. 34). Ele, ainda em 1918, assumiu o cargo de diretor do Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e, no mesmo período, passou a atuar como colaborador de diversos jornais da imprensa negra paulista. Nos anos 1920, manteve participação em entidades recreativas, fez parte do Centro Cívico Palmares e integrou o grupo que buscou realizar o Congresso da Mocidade Negra. Segundo Domingues (2004), Frederico trabalhava como “funcionário subalterno da Faculdade de Direito do largo de São Francisco” (DOMINGUES, 2004a, p. 331).

⁴⁷ Agitação, como bem explicou Fernandes (2008b), foi o termo usado na mobilização negra para designar os movimentos reivindicatórios, e as lideranças eram chamadas de agitadores (FERNANDES, 2008b [1965], p. 110).

⁴⁸ O simbolismo em torno da imagem da “Mãe Preta” não foi uma criação da mobilização negra paulista, na verdade, esse discurso era bem aceito e propagado até por grupos de elite. Alberto (2011) investigou campanhas pelo monumento da Mãe Preta no Rio de Janeiro e em São Paulo. No caso da capital da República, houve uma movimentação em 1926, resultado da aliança entre lideranças negras e intelectuais que buscavam se distanciar da ideologia do embranquecimento e do racismo científico (ALBERTO, 2011, p. 78-85). Em sua pesquisa, Alberto também identificou que a influência sobre Correia Leite para que esse passasse a reivindicar a Mãe Preta como um dos símbolos centrais da mobilização negra paulista foi Vicente Ferreira. Um dos principais entusiastas do monumento da Mãe Preta no Rio, Ferreira migrou para São Paulo em 1927, por perceber maior possibilidade de desenvolver na cidade sua atuação política, de cunho racial (ALBERTO, 2011, p. 92).

torno do protagonismo negro, que, mesmo sofrendo de uma “espoliação secular”, conquistou a “plenitude cívica”, como chama a atenção Fernandes (2008b [1965], p. 120) ⁴⁹.

1.1. Frente Negra e outras frentes – Organizações Negras nos anos 1930

Quando a Frente Negra foi fundada, em 1931, São Paulo estava vivendo uma agitação política na expectativa de que o governo do presidente Vargas, iniciado em 1930, convocasse uma Constituinte. A preocupação de como a formulação de uma nova carta constitucional poderia afetar a população negra, apareceu nas páginas do jornal *Progresso*, que publicou um texto intitulado “Frente Única”, no dia 15 de novembro de 1931, que conclamava “homens e mulheres da raça negra” para “exigir, dentro do Brasil, os direitos que as leis que não lhes negam mas que o [erro] moral e espiritual do Brasil lhes recusa poeticamente por um vil preconceito contra uma raça a que o Brasil deve a sua formação como povo e raça, mas a que ele tudo nega porque são negros” (*Progresso*, 15/11/1931, p.3). Diante dessa situação, a frente única de homens e mulheres da raça negra teria o papel de eleger representantes na política, para interferir na formulação e na aplicação das leis:

Na hora em que o Brasil vae reunir o seu Congresso Constituinte, dando uma nota ao Brasil novo os homens e mulheres da raça negra devem compreender e batalhar para que nesse Congresso o negro tenha sua representação de seus legítimos irmãos da raça, para pensarem e realizarem por força da lei, tendo quanto ao homem e a mulher de raça negra [venha] até hoje faltado por haver vozes que se levantem no parlamento nacional em defesa dos seus grandes anseios de cultura e perfeição.

Homens e mulheres da raça negra, batalhae com ardor para que no alto conselho da nação a voz do negro se levante como uma tuba de guerra impondo ao Brasil, para a raça, os esplendores da Justiça (*Progresso*, 15/11/1931, p.3)

Textos como esse que davam ênfase à política, associada à convocação de uma “Frente”, podem ter contribuído para que, a princípio, a proposta política da FNB não fosse bem compreendida em espaços fora da mobilização negra. Certos setores da imprensa noticiaram o surgimento da entidade como a fundação de um partido político⁵⁰. Outro equívoco que aconteceu na época foi a suposição de a entidade ser um “braço político” de um partido. Segundo declarou um dos fundadores da Frente Negra “os ideais frentenegrinos ecoaram por

⁴⁹ Paulina Alberto analisou a atuação de intelectuais e ativistas negros para introdução da Mãe Preta como um símbolo nacional. Ver: Alberto, Paulina. A Mãe Preta entre sentimento, ciência e mito: intelectuais negros e as metáforas cambiantes de inclusão racial, 1920-1980. In: Gomes, Flavio; Domingues, Petrônio (orgs). Políticas da Raça: Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 377-402.

⁵⁰ Cf. *Diário de São Paulo*, 29/09/1931, p.5

todo o território pátrio, a ponto de os espíritos incautos e cheios de zelo balofo em salvaguardar as instituições nacionais, taxarem logo de início e sem o menor escrúpulo que: a Frente Negra Brasileira era comunista e assalariada pela terceira Internacional”. (*A Voz da Raça*, 09/1936, p.4). A confusão inicial sobre a finalidade da FNB parece ter relação com a novidade como era vista a tarefa de “soerguimento da raça negra”, como usualmente era chamado o empreendimento associativo negro no início dos anos 1930.

Ainda que cercada de percepções imprecisas sobre as motivações que levaram ao surgimento da Frente Negra Brasileira, esta chamou a atenção de diversos grupos políticos, quer seja pela proposta inovadora quer seja pela expressiva adesão da população negra à entidade⁵¹. Em termos numéricos, a Frente Negra nos seus primeiros anos de funcionamento conseguiu mobilizar muito mais pessoas do que o Partido Comunista, por exemplo, que tinha, no mesmo período, cerca de oito anos de existência e, estima-se, não mais que mil filiados.

No PCB, como demonstrarei na segunda parte desta tese, houve a percepção do poder de mobilização da FNB, contudo, o partido condenou a postura dos seus líderes, considerados por eles negros aburguesados e influenciados pelos Estados Unidos. Jessica Graham (2014) também analisou o interesse dos comunistas pela Frente Negra e destacou que o caráter urbano da entidade foi provavelmente o que despertou o interesse dos dirigentes do PCB. Esses dirigentes ao mesmo tempo que percebiam um potencial revolucionário também temiam o teor reformista da mobilização que poderia “subverter a agitação comunista entre o proletariado brasileiro” (GRAHAM, 2014, p. 359). Essa concepção alimentou uma postura muito crítica do PCB em relação à Frente Negra, que Graham nomeou de competição. Mas, se era uma competição, ficava mais no campo das ideias do que em ações efetivas que resultassem na arregimentação de adeptos.

Da parte dos envolvidos na mobilização negra, em São Paulo, não havia muita simpatia pelos comunistas naquele período. Antes mesmo do surgimento da Frente Negra é possível perceber traços de resistência à aproximação entre a luta negra e a proposta política comunista, como aparece na pergunta publicada em um artigo no jornal *O Progresso*: “será que os soviets realmente acreditam que os negros embarcam em canoa furada?”. No decorrer do texto o articulista apresenta justificativas para explicar sua posição:

⁵¹ Domingues (2005) apresentou várias estimativas da quantidade de sócios que a Frente Negra alcançou e concluiu que, apesar da imprecisão das informações, “os números são impressionantes para o período, considerando-se a concentração urbana e o nível relativamente baixo de mobilização política na sociedade brasileira” (DOMINGUES, 2005, p. 85).

Os soviets tem cada uma! Essa facção política russa, apesar de radicada pelo Mundo, ainda não conseguiu estabilidade, na sua terra de origem.
 Cançada (sic) de lançar sizania (sic) em todas as classes sociais, e em particular na operária, assestou suas baterias para a Raça Negra.
 Deseja a União Vermelha, que os filhos de Cham, espalhados pelo universo, se tornem independentes e filiados as organizações russas, conforme uma decisão tomada pelo comitê central executivo.
 Se acaso houvesse sinceridade nesse desejo, torna-se-ia um céu (sic) aberto, a situação mundial dos pretos.
 Através das linhas do telegrama distribuído pela Under Press vê-se, a olhos nus, uma segunda intenção (*O Progresso*, 28/04/1929, p.5)

O tom ora jocoso ora irônico revela a pouca crença que alguns ativistas negros atribuíam às ideias comunistas. No texto não se explica qual seria esse “céu aberto” da associação dos negros com os comunistas nem qual a segunda intenção desses. Talvez, dizer que os comunistas não eram um grupo político estável, fosse uma sugestão para implicar que eles estavam à procura dos negros para aumentar fileiras do partido, sem um comprometimento real na incorporação da questão racial.

No entender de Andrews (1991), a tendência anticomunista da mobilização negra tinha relação com a situação de classe média da sua liderança. No caso da Frente Negra, conforme o autor, “embora a maior parte dos membros pareça ter sido de origem pobre e da classe operária, somente aqueles que ascenderam para empregos de colarinho branco ou profissionais liberais podiam aspirar a se juntar à liderança” (ANDREWS, 1998, p. 233). Contudo, Andrews tratava como classe média negra e que estavam na direção da mobilização negra eram pessoas com ocupações quase exclusivamente concentradas em atividades não manuais que requeriam pequena especialização, como “funcionários de escritório”, quase sempre empregados em cargos públicos⁵². Na verdade, estudiosos do PCB indicam que foram exatamente setores da classe média que tiveram maior influência no partido. Contudo, a composição social dos negros “de classe média” identificados por Andrews era bastante diversa dos setores de classe média que lideraram o Partido Comunista do Brasil, com maior participação da *intelligentsia* brasileira (a exemplo de Professores e estudantes universitários e Jornalistas), profissionais liberais (Advogados e Médicos) e, durante a década de 1930, das Forças Armadas (Capitães, Tenentes, Sargentos e Cabos do Exército). Ainda analisando a influência do PCB entre classes profissionais, foi exatamente entre os “trabalhadores manuais de baixa qualificação” que o

⁵² Em uma entrevista publicada recentemente, mas realizada em meados dos anos 1980, uma das lideranças negras da década de 1930 descreveu a situação social dos negros paulistas envolvidos com ativismo na década de 1930: “Naquela época todos estavam desempregados. O Arlindo Veiga dos Santos era professor no São Bento e só tinha uma calça e um paletó. Ele era chefe de um movimento internacional, e só tinha uma calça, um paletó e um sapato desbeijado. Tanta dificuldade até com a alimentação” (PEREIRA e VALENTE, 2014)

Partido teve pouca influência e dificuldades para recrutar membros e dirigentes (RODRIGUES, 2007, p. 519-520).

Cabe aqui apresentar alguns dos envolvidos na Frente Negra que influenciaram os rumos que seguiu a entidade. Desde a fundação, os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, ocuparam os cargos de presidente e secretário, respectivamente, as principais posições na complexa estrutura administrativa dominada por um “Grande Conselho”⁵³. Domingues (2005) assinalou que as funções do presidente se enquadravam na lógica autoritária com que a FNB foi concebida, garantindo a “última palavra em todas as questões”. Os dois irmãos já tinham histórico de atuação na mobilização negra em São Paulo e fizeram parte do Centro Cívico Palmares. Apesar de Isaltino ter sido o primeiro dos irmãos a se mobilizar para a formação da Frente Negra, junto com outro militante, Francisco Costa Santos, a escolha da presidência foi dada para Arlindo, provavelmente, por ele ter formação universitária e, naquela época, já gozar de certo prestígio intelectual na sociedade paulistana⁵⁴ (FERREIRA, 2005, p. 86).

Desde o início, a concepção ideológica que os irmãos Veiga dos Santos imprimiram na Frente Negra encontrou resistências. José Correia Leite, que havia sido um dos 16 indicados para fazer parte do Grande Conselho⁵⁵, foi destituído logo na primeira reunião, após discordar do processo de formulação do estatuto da entidade, escrito apenas por Arlindo Veiga. Dentro da Frente Negra, Correia Leite liderava o grupo ligado ao jornal *O Clarim d’Alvorada*, que deixou a entidade junto com ele⁵⁶. Depois de ser desligado, o próprio ativista pediu demissão do cargo por via de uma carta enviada para o Grande Conselho. Na missiva ele afirmou que

⁵³ Domingues (2005) explica que o funcionamento organizacional da Frente Negra se baseava na hierarquia e centralização de poder. A autoridade máxima ficava no Grande Conselho, “composto pelo presidente, conselheiros, secretário geral, Conselho Auxiliar ou Administrativo, 1º e 2º secretários, fiscais e o tesoureiro geral. O Conselho Auxiliar (ou Administrativo) era constituído pelos cabos e comissários (DOMINGUES, 2005, p. 88). Sobre o trabalho dos cabos e comissários o autor explicou que “eram os representantes de ‘rua’ do grande conselho”. O recrutamento para esses cargos era feito entre os desempregados, pois era necessário tempo e dedicação para desempenhar as atividades do trabalho, que envolviam saída “pelos bairros à procura de novos afiliados. Eles também cumpriam a função de cobradores e recebiam uma porcentagem do montante de dinheiro recolhido das mensalidades dos associados” (DOMINGUES, 2005, p. 91).

⁵⁴ Domingues (2006) apurou as seguintes informações concernentes a Arlindo Veiga dos Santos: “era culto, dominava várias línguas. Traduziu alguns livros. Foi professor de latim, inglês, português, história, sociologia e filosofia. Lecionou em algumas escolas particulares e faculdades como, por exemplo, na Faculdade São Bento, que se transformou posteriormente na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. [...] Em 1923, publica o livro *Amar... e amor depois*, que mereceu a menção honrosa da Academia Brasileira de Letras” (DOMINGUES, 2006, p. 530).

⁵⁵ Os outros membros do Grande Conselho eram: Alfredo Eugênio da Silva, Vitor de Souza, Sebastião Costa, Justiniano Costa, Irineu B. Silva, David Soares, João Francisco P. de Araújo, Horácio de Arruda, Dimas de Campos, Antônio Alves, Cristovam Brasil, Alberto de Barros, José Celestino Franco, Hovanir da Silva Paranhos e Alberto Orlando (DOMINGUES, 2005, p. 92).

⁵⁶ Décadas depois do ocorrido, Correia Leite declarou que sua postura sectária naquele episódio específico se deu pela suspeita de Arlindo Veiga dos Santos se aproveitar da posição de presidente da Frente Negra para usar a entidade na divulgação de suas ideias patrianovistas, e integralistas (LEITE e CUTI, 1992, p. 94).

estava “em pleno desacordo com as ideologias políticas e o clericalismo do sr. Presidente dessa instituição ultra-nacionalista”. E prosseguiu enfaticamente: “nasci e morro republicano. Como negro, condeno a monarquia, a religião e a república aristocrática. Ganho o pão para a minha prole, com árduos trabalhos, no meio dessa burguesia estrangeira que sonha como eu, com uma república socialista democrática”⁵⁷.

Na carta é notório que a crítica de Correia Leite a Arlindo Veiga era fundamentada em contrariedades político-ideológicas, o que nos anos seguintes foi intensificado. Não obstante, o desentendimento na Frente Negra entre os dois ativistas parece também configurar a disputa por espaço e liderança da entidade em particular, e dos rumos da mobilização negra, como um todo. De toda forma, o afastamento de Correia Leite e seu grupo promoveu oposição à Frente Negra logo do início e resultou em intensos debates e na diversificação de propostas políticas no ativismo negro dos anos 1930, como mostrarei mais adiante.

No ano de 1932, a carta acima citada e enviada por Correia Leite foi usada como pretexto para que os irmãos Veiga dos Santos o denunciassem ao delegado do DEOPS/SP, com acusação de que ele tinha assumido ser comunista, ao dizer que sonhava com uma “república socialista democrática”. Aquele ano foi bem agitado entre alguns ativistas que desejavam galgar lugares de liderança na mobilização negra em São Paulo. Além da carta de Correia Leite, várias outras, anônimas ou assinadas, foram entregues à polícia, com a intenção de desmoralizar e denunciar. Não foram só os irmãos Veiga dos Santos que agiram dessa forma. Outros ativistas também serviram-se dessa tática arriscada, pois ao colocar o holofote sobre os outros, inevitavelmente, o colocavam sobre si mesmos⁵⁸.

A controvérsia não ficou somente no campo da denúncia policial, em certas situações foram abertas ações judiciais. O baiano Joaquim Guaraná Santana integrava a Frente Negra e foi advogado dos irmãos Veiga dos Santos no processo iniciado por Correia Leite, acusando-os de ter mandado empastelar os jornais que funcionavam em sua casa⁵⁹. Poucos meses após esse ocorrido, Guaraná Santana rompeu com a FNB e fundou o Partido Radical Nacionalista

⁵⁷ Cópia fiel da carta enviada pelo Sr. José Correia Leite aos membros do Conselho da “Frente Negra Brasileira”, São Paulo, 23/12/1931. (DEOPS/SP, Prontuário 1538 - Frente Negra Brasileira).

⁵⁸ Pelo depoimento de Correia Leite, o episódio da entrega de sua carta ao delegado do DEOPS/SP serviu exatamente para que a Frente Negra passasse a ser observada com mais atenção pela polícia (LEITE e CUTI, 1992, p. 100).

⁵⁹ Em 1932 vários conflitos tiveram início e foram alimentados nos jornais da imprensa negra. Uma grande polêmica envolveu um caso extraconjugal de Isaltino Veiga dos Santos. Para satirizar os dirigentes da Frente Negra, o grupo de *O Clarim d'Alvorada* criou um segundo jornal, *Chibata*, que provocou a ira dos fretenegrinos. Quando estava no seu segundo número, a edição do jornal, que funcionava na casa de Correia Leite, sofreu um empastelamento orquestrado por Arlindo Veiga e seu irmão, Isaltino (FERREIRA, 2005; DOMINGUES, 2004b).

(PRN)⁶⁰. Segundo Ferreira (2005), a saída do advogado foi motivada pelo pouco espaço que tinha na Frente Negra para que alcançasse seu intento de ocupar um lugar de destaque na mobilização negra paulista. Outra versão para a saída foi apresentada por Isaltino Veiga em carta que escreveu para o delegado do DEOPS/SP pedindo uma medida da polícia contra Guaraná Santana. Na condição de secretário geral da entidade, Isaltino alegou que o advogado tinha sido expulso “por incapacidade moral, pois recebendo dinheiro dos seus associados não lhe deu o fim necessário”⁶¹.

A carta também trazia alegações de que Guaraná Santana era “perigoso a coletividade” porque tinha formado a Legião Negra para “arregimentar homens negros para a Revolução Constitucionalista, ganhando com esse gesto vantagens pecuniárias do governo revolucionário” que tinha se estabelecido em São Paulo. De fato, Guaraná Santana foi líder do grupo que decidiu apoiar as forças que se levantavam contra o Governo Vargas, no movimento deflagrado em 9 de julho de 1932.

Os líderes da Frente Negra tiveram postura política oposta e mantiveram o apoio a Vargas⁶². Apoio reconhecido pelo próprio presidente e pelo então governador do Estado de São Paulo, Armando de Salles Oliveira, que receberam em audiência dirigentes da FNB naquele mesmo ano. Desses contatos a entidade auferiu algumas conquistas concretas no campo dos direitos civis, como eliminar a prática de proibir o ingresso de negros nos rinques de patinação e impedimentos no acesso a posições na Guarda Civil de São Paulo. Um dos argumentos utilizados pelos fretenegrinos foi baseado no Decreto nº 19.482 de 1930, que obrigava indivíduos, empresas, associações, companhias e firmas comerciais a empregar, pelo menos, dois terços de brasileiros natos⁶³.

No campo da oposição ao regime, a Legião Negra foi criada no dia 14 de julho, com a intenção de ser um batalhão específico para o alistamento de negros dispostos a se juntar as

⁶⁰ Há duas versões sobre o Partido Radical Nacionalista. Segundo Kim Butler (1998), o PRN era um grupo socialista e não se distinguiu da Legião Negra, em suas palavras: “J. Guaraná Santana fundou um grupo socialista, conhecido como Partido Radical Nacionalista, comumente conhecido com Legião Negra” (BUTLER, 1998, p. 124, tradução minha). Já Domingues (2003) afirmou que “o PRN tinha orientação ideológica ultranacionalista cuja inspiração era o modelo fascista em voga na Europa” (DOMINGUES, 2003, p. 232).

⁶¹ (Prontuário DEOPS/SP, nº 1538)

⁶² Em um documento apreendido pelo DEOPS/SP com data de 9 de maio de 1932, assinado por Arlindo Veiga dos Santos e endereçado aos Irmãos Negros, o presidente da FNB expõe a sua posição e da entidade: “Quando demos apoio a Ditadura, ao Exército Nacional na pessoa do Sr. General Góes Monteiro e quando apoiamos o programa do Clube 3 de outubro, não foi, não, para sermos de novo escravos como desejam alguns que nos querem coarctar a liberdade, que nos querem vender aos interesses particulares: foi porque vimos que a Nação estava ameaçada pela voracidade dos partidistas ambiciosos, dos separatistas e bairristas e também dos internacionalistas, inimigos da Unidade da Pátria que é em suma parte obra dos Nossos Avós Africanos e Bugres” (Prontuário DEOPS/SP, nº 1538).

⁶³ Publicado originalmente no *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 19/12/1930, p. 22585. Esse decreto foi revogado oficialmente em 1991, segundo consta no *Diário Oficial da União* - Seção 1 - 21/1/1991, p. 1513.

tropas que faziam resistência ao governo provisório de Getúlio Vargas. Além de Guaraná Santana, que ocupou os cargos de chefe civil e capitão da Força Pública, estiveram na direção do movimento: “Gastão Goulart, o chefe militar. Os dois eram auxiliados pelo tenente Arlindo Ribeiro, também da Força Pública, e por Vicente Ferreira, uma das maiores lideranças do movimento negro na época. O tenente Cunha Glória era o secretário”⁶⁴. (DOMINGUES, 2003, p. 209).

A Campanha Constitucionalista foi amplamente apoiada pela imprensa paulista⁶⁵. O surgimento da Legião Negra recebeu destaque nos jornais, inclusive com notícias sobre o cotidiano das atividades que aconteciam na sede da entidade. Domingues (2003) observou na leitura dos textos publicados nos jornais que a reação da elite política do estado demonstrava certo assombro pela iniciativa do grupo que queria ser identificado racialmente, como negro, e que se dispunha a lutar no movimento. Como bem chama à atenção Flavio Gomes, “a participação negra em 1932 não era exclusividade da Legião Negra. Era, sim, seu discurso e apelo racial explícito” (GOMES, 2005, p. 73). Mas, como argumenta Weinstein (2006), a existência da Legião Negra não impediu que a Revolução Constitucionalista reforçasse, no nível de representação, ideias de hierarquia regional brasileira assentadas em noções racializadas de superioridade paulista que não compreendia esse grupo de negros, tão disposto a se unir à causa.

Na direção da entidade, Guaraná Santana conseguiu valer-se do prestígio da Legião Negra na grande imprensa e lançou um Manifesto, publicado no jornal *Correio de São Paulo*. No documento, o advogado defendia que os negros deveriam fazer parte da Campanha Constitucionalista em São Paulo para “defender o imenso patrimônio que durante três séculos e meio acumulamos”. Por isso, a afluência de soldados “descendentes da Raça Negra, bravos como Henrique Dias, intemeratos como Patrocínio e sábios como os Rebouças”, era mostra de coerência com o passado (*Correio de São Paulo*, em 21/7/1932).

⁶⁴ Domingues (2003) investigou que a Legião Negra chegou a ter um efetivo de aproximadamente mil combatentes, reunidos em três batalhões de infantaria. Em relação às frentes de batalha, Domingues explicou: “as cinco principais frentes de combate da guerra foram a frente leste, na divisa com o Rio de Janeiro; a frente norte, na divisa com Minas Gerais; a frente sul, na divisa com o Paraná; a frente oeste, na divisa com Mato Grosso e a frente litorânea. A Legião Negra – denominada às vezes de Henrique Dias – atuou, mormente na Frente Norte e na Frente Sul (ou do Paraná). Ela era composta por batalhões (tendo como um das principais o Marcílio Franco, que também incidiu militarmente no setor Norte e Sul) e algumas tropas menores” (DOMINGUES, 2003, p. 210). Recentemente, as pesquisas sobre a Legião Negra receberam uma contribuição valiosa para a reconstrução da história do batalhão: o estudo da participação de mulheres negras nas frentes de batalha, para maiores detalhes, ver: FERREIRA, Jhonatan Uilly Gomes; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Pérolas Negras: a participação de mulheres negras na Revolução Constitucionalista de 1932. *Revista Trilhas da História*. Três Lagoas, v.3, nº6 jan-jun, 2014, p.121-148.

⁶⁵ Cf. BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. Vol. 1.

Em 31 de agosto, pouco mais de um mês após a publicação do manifesto, Guaraná Santana foi expulso da Legião Negra, sob a alegação de que tinha tentado utilizar a entidade para fazer promoção política. O advogado também foi acusado de dar “demonstração de indisciplina e derrotismo”⁶⁶. Não demorou muito o conflito armado teve fim, após a rendição das tropas paulistas, em 2 de outubro de 1932. A repercussão da derrota paulista atingiu em cheio as lideranças do movimento constitucionalista, muito delas presas ou exiladas. Mesmo expulso da Legião Negra, Guaraná Santana foi preso pelo DEOPS/SP em 16 de novembro. A prisão foi realizada dias depois de uma carta ter sido enviada por Isaltino Veiga dos Santos, em que dizia estar causando “extranheza continuar esse indivíduo [Guaraná Santana], perigoso a coletividade, completamente solto, a exhibir a sua pose malcriada e, o que é grave, conspirando contra o actual governo e fazendo praça dessa circunstância”⁶⁷.

Em outra carta, com data de 1 de junho de 1933, também endereçada ao delegado do DEOPS/SP, Isaltino e Arlindo Veiga alegaram que Guaraná Santana, por ter interesses políticos, “causava embaraços para os propósitos da entidade” quando fazia parte da Frente Negra, porque nela não havia interesse de envolvimento “em política”. No documento prosseguiram informando que o imediato propósito da FNB era tratar da alfabetização “da nossa gente” e fazer outros trabalhos beneficentes, como assistência hospitalar, assistência jurídica e instrução militar.

A despeito da afirmação de não querer envolvimento com política, Arlindo Veiga dos Santos tinha sido candidato avulso a deputado na Constituinte de 1933-1934, lançado pela Frente Negra⁶⁸. O jornal *A Voz da Raça*, trouxe em matéria de capa no dia 22 de abril de 1933, o programa político, denominado de orgânico-sindicalista, e as principais propostas, compreendidas nos temas: terra, raça, tradição, trabalho; também se colocava contra a concentração de renda (chamado argentarismo) e contra o bolchevismo⁶⁹.

⁶⁶ Transcrição de documento realizada em cartório. Carta do capitão Gastão Goulart, endereçada ao General Klinger, com data de 24 de setembro de 1932 (Prontuário DEOPS/SP, nº 2029).

⁶⁷ Carta de Isaltino Veiga dos Santos, endereçada ao Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Ordem política e Social. São Paulo, 9 de novembro de 1932 (Prontuário DEOPS/SP, nº 2029).

⁶⁸ A Frente Negra não foi a única organização no meio negro a se envolver naquelas eleições. De um grupo ainda mobilizado em torno da proposta da extinta Legião Negra foi apresentada a candidatura de José Bento Assis, um dos comandantes civis (GOMES, 2005, p. 64). Outro diretor da Legião Negra e destacado ativista negro, Vicente Ferreira, publicou um artigo no jornal *Correio da Manhã*, no dia 15 de abril, conclamando os negros para tomar parte nas eleições: “e se a raça negra não despertar agora, terá sobre ella o mesmo silencio que a condenou até hoje, irmãos negros do Brasil, levantai-vos para o despertar vigoroso, tocando a rebate, para glorificar as cinzas dos nossos antepassados, na esperança que a raça palpita, na esperança de ser respeitada nos direitos humanos [...] é chegada a hora de vos reunirdes em torno de uma bandeira, para a defesa e reivindicação dos vossos direitos. Para a Constituinte!” (*A Voz da Raça*, 22/04/1933, p.1)

⁶⁹ O resumo das propostas de campanha de Arlindo Veiga dos Santos foi feito por Gomes (2005): “fazia um ataque ao ‘bolchevismo’ numa perspectiva fortemente nacionalista do uso da terra e do acesso ao mercado de trabalho. Produzia um discurso contra o ‘internacionalismo’ da política e de estratégias de desenvolvimento econômico.

Retomando a carta enviada ao delegado do DEOPS/SP, os irmãos Veiga dos Santos também fizeram uma denúncia sobre as atividades a que vinha se dedicando Guaraná Santana e outros expulsos da Frente Negra, que “formaram clandestinamente, ajudados por políticos interesseiros, a tal Frente Negra Brasileira Socialista⁷⁰”. Essa entidade, segundo eles, tentava se passar pela “verdadeira FNB”, pois era dirigida por “pessoas inescrupulosas que dentro em breve serão severamente punidas por quem de direito” (Prontuário DEOPS/SP, nº 1538)⁷¹.

Além da Frente Negra Socialista, outro grupo composto por dissidentes da Frente Negra que faziam parte do grupo de *O Clarim d’Alvorada*, também se reuniu em uma nova entidade, O Clube Negro de Cultura Social (CNCS). Na avaliação de Domingues (2004b), apesar do CNCS contar com um grupo dirigente formado por lideranças negras de destaque no período, como José Correia Leite, logo no início as atividades foram prejudicadas pela deflagração do conflito constitucionalista, iniciado oito dias depois da fundação oficial. Ainda de acordo com o historiador, parte dos integrantes do Clube ingressou na Legião Negra e participou da luta armada⁷².

O perfil do CNCS era a promoção de atividades recreativas, particularmente na área dos desportos, como atletismo, vôlei e bola ao cesto. Além disso, também tinha atividades literárias, teatro e contava com uma biblioteca⁷³. Em uma entrevista concedida nos anos 1980, Correia Leite explicou qual era o princípio norteador do Clube: “o Cultura não tinha absolutamente a proposta política, muito pelo contrário, nós conseguimos expulsar qualquer um que fosse com

Declarava repúdio à onda imigrantista e defendia a concessão de terra aos brasileiros. Quanto ao ‘problema do negro’, repetia as palavras do manifesto lançado em 1931, quando da criação da FNB: ‘integralização absoluta – política, social, religiosa, econômica, operária, militar, diplomática etc.; o negro brasileiro deve ter toda aceitação em tudo e toda parte, dadas as condições competentes (que devem ser favorecidas) físicas, técnicas, intelectuais, morais exigidas para a igualdade perante a lei’ (GOMES, 2005, p. 63).

⁷⁰ Pouco se sabe sobre a Frente Negra Socialista. José Correia Leite em entrevista a Marcio Barbosa, publicada no livro *Frente Negra Brasileira: depoimentos*, explicou que o grupo dissidente que formou a Frente Negra Socialista era “de esquerda” e saiu da FNB quando “viram que as ideias de Isaltino e do Arlindo estavam prevalecendo, que era um negócio de direita” (BARBOSA, 1998, p. 70). O livro também traz excertos dos estatutos da Frente Negra Socialista, publicados no Diário Oficial, em 21 de junho de 1933.

⁷¹ Apesar das acusações feitas pelos irmãos Veiga dos Santos estarem em maior número nos arquivos do DEOPS/SP, há também algumas cartas e depoimentos contra eles. Guaraná Santana, que parece ter sido o principal alvo das denúncias dos irmãos também delatava atividades “ilícitas” dos irmãos. Em um depoimento concedido ao delegado do DEOPS/SP e transcrito por um escrivão, em abril de 1933, Guaraná declarou que “os Veiga dos Santos são declaradamente monarchistas (pátria-louvistas) (sic); que como a responsabilidade de líder da raça negra tem que orientar os seus irmãos da raça afim de que os mesmos não se lancem na loucura do pátria-louvismo (sic), isto é, a restauração da monarchia no Brasil” (Prontuário DEOPS/SP, nº 2029).

⁷² Domingues (2004b) destacou uma lista de integrantes do CNCS, no período de sua inauguração, que considerou mais relevantes, como: José de Assis Barbosa, o diretor, José Correia Leite, Osvaldo Santiago, Raul Joviano Amaral, Benedito Vaz Costa, Átila J. Gonçalves, Luís Gonzaga Braga, Benedito C. Toledo, Sebastiao Gentil de Castro, Manoel Antônio dos Santos e Antunes Cunha.

⁷³ O CNCS tentava associar atividades desportivas ou culturais com questões raciais. Por exemplo, anualmente organizava uma corrida que tinha como ponto de partida o local onde estava o busto de Luiz Gama, no Largo do Arouche (DOMINGUES, 2004b).

ideias políticas lá” (BARBOSA, 1998, p. 73). Correia Leite empregou o termo política com uma acepção ideológico-partidária, dado que prossegue afirmando que “a política naquela época era uma coisa... se você não fosse comunista, você era fascista. Então não tinha jeito de se fazer política, porque a ideia democrática, republicana, essas ideias estavam fora de questão” (idem).

A avaliação de Correia Leite sobre a política na década de 1930 encontra paralelo na análise da historiadora Lucia Lippi Oliveira (1982) quando ela afirma que, a despeito do debate político naquele período comportar “o confronto de diferentes projetos, os contendores, partilhavam o mesmo universo de temas comuns ao pensamento político”, inseridos em três grandes eixos: “o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo” (OLIVEIRA, 1982, p. 15)

Essas declarações de Correia Leite revelam sua preocupação com as consequências da partidarização no seio da mobilização negra. Também podem ser indício de uma mudança de concepção em relação ao tipo de atuação que o associativismo negro deveria ter na política. Lembrando que, em 1925, Correia Leite foi o primeiro a divulgar e apoiar na imprensa negra a ideia de criação de um partido de negros em seu jornal *O Clarim d’Alvorada*. Irei desenvolver essa ideia mais adiante.

Nos primeiros anos da década de 1930, como assinalou Correia Leite, havia uma oposição entre antifascistas - especialmente comunistas e comunistas - e integralistas, que alimentou várias tensões internas na mobilização negra. Do período, ficou marcada mais fortemente a simpatia da de líderes da Frente Negra pelo integralismo e pelo fascismo. Mas dada a proporção que alcançou a oposição acima mencionada, até a FNB teve que lidar com diferenças ideológicas no âmbito interno - não por acaso surgiu a Frente Negra Brasileira Socialista, a partir de um grupo dissidente.

1.2. Patrianovismo e Socialismo: duas expressões do nacionalismo brasileiro nos anos 1930

A Frente Negra Brasileira Socialista foi fundada em março de 1933, dirigida por Sebastião Schiffini, no cargo de secretário geral, e Manoel Passos⁷⁴. Uma mensagem publicada no Jornal do Estado (*Diário Oficial de São Paulo*), no dia 21 de junho de 1933, apresentava a Frente Negra Brasileira Socialista como “uma organização revolucionária, cujo programa é o mesmo do Partido Socialista”. Segundo Castro (2002), além de gravitar em torno do Partido

⁷⁴ Embora não tenha encontrado registros da participação de Manoel Passos, Flavio Gomes (2005) indica que este não só participou, mas liderou a Frente Negra Brasileira Socialista.

Socialista Brasileiro de São Paulo, a organização apoiou a Frente Única Antifascista (FUA), criada no mês de junho daquele ano⁷⁵. Ainda conforme o autor, a FUA promoveu a publicação do jornal *O Homem Livre*, representante de “sua identidade política frente à sociedade civil paulista e, particularmente, em contraposição ao fascismo”. A direção ficou por conta de jornalistas que participavam ou eram próximos da Frente⁷⁶.

A leitura de *O Homem Livre* permite perceber que não era fácil a construção de uma militância de cunho racial e socialista naquele período, visto que a perspectiva antirracista do movimento chegava ao ponto de deslegitimar qualquer mobilização que tivesse por base a justificativa racial. Desde o primeiro número, o jornal demonstrava estar muito atento aos debates que permitissem atacar diretamente ideias nazifascistas, como o antissemitismo e o racismo. Na discussão sobre o racismo no Brasil havia a crítica direta à Frente Negra Brasileira⁷⁷. O jornal se baseava na alegação de que o preconceito só existia na imaginação dos líderes da FNB, que queriam criar uma questão de raça no país. Em um trecho do artigo publicado em 27 de maio de 1933, encontra-se a afirmação: “o problema do negro que ora pretende estabelecer e resolver, não passa, por enquanto, da exploração ‘política’ de um passivo agrupamento de homens negros até aqui indiferentes ou interessados na vida política do paiz, na mesma proporção em que os brancos eram”. O artigo prossegue informando que os líderes da FNB eram partidários de Hitler e Mussolini e adeptos da política da raça, tal qual se praticava na Alemanha. Sobre raça, o articulista propunha o seguinte:

Esta coisa de raça está no livro de Lothrop Stoddaris, mais uma das edições cábulas da “Revista de Occidente”, do reacionaríssimo Ortega y Gasset. É ele o pai e a mãe da neo-aristocracia [...] E para formar essa neo-aristocracia pede uma seleção racial, de tipos puro sangue, espécimes apurados de capacidade física, mental, etc., como Hitler pretende realizar. Mas nessa neo-aristocracia não haverá lugar para a Frente Negra, embora a boa gente que a dirige “pense” desse mesmo geitinho. (*O Homem Livre*, 27/5/1933, p.3).

⁷⁵ A FUA, organização criada em São Paulo, era composta por diversas forças políticas, como a esquerda tenentista, socialistas brasileiros e socialistas italianos, anarquistas e trotskistas. Da formação estava ausente o PCB, que procurou se ausentar da proposta frentista. O “núcleo duro” da FUA era a Liga Comunista Internacionalista (LCI), formada por dissidentes do Partido Comunista, e o “núcleo mole” era o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. (CASTRO, 2002).

⁷⁶ O redator-chefe de *O Homem Livre* era Geraldo Ferraz, que trabalhava também como secretário de redação do *Correio da Tarde*; o diretor-gerente era o advogado José Pérez; e Mário Pedrosa, era secretário de redação (CASTRO, 2005).

⁷⁷ O primeiro número do jornal incluiu o artigo: “Frente Negra, problema do negro, fascismo e as conclusões de Stoddard” (*O Homem Livre*, 27 de maio de 1933, p.3). No segundo número foi publicada uma nota na primeira página: “A França, paiz negro: qual seria a opinião de Hitler sobre o Brasil?”; e um artigo na quarta página: “Frente Negra: ‘união política e social da raça’” (*O Homem Livre*, 3 de junho de 1933). Em 22 de agosto o jornal publicou um artigo com trechos de textos de líderes nazistas, um deles com o título: “Sobre a pureza da raça: contra a igualdade das raças”. Abaixo do título foi acrescentada a mensagem: dedicado aos negros patrianovistas e integralistas (*O Homem Livre*, 22 de agosto de 1933, p.3).

Na segunda edição *O Homem Livre* voltou a publicar um artigo sobre a Frente Negra iniciado com a seguinte pergunta: “o que pode pretender uma união política e social da raça, como define a Frente Negra Brasileira, num país como nosso?”. A resposta foi dada em seguida: “a autovalorização da raça, em oposição ao valor da outra raça, ou das raças existentes e em fusão no amálgama étnico do país”. (*O Homem Livre*, 3/6/1933, p.3). Segundo a matéria, o curso de ação para realizar essa pretendida autovalorização deveria incluir: influência política - traduzida como força eleitoral -, desenvolvimento cultural, e “organização mística de uma nova maçonaria”. Segundo o articulista, isso de nada adiantaria, pois a situação em que se encontrava a população negra se devia aos resquícios do período da escravidão. Na verdade, a situação dos negros era percebida como bem encaminhada, pois julgava que, no período de “liberdade” (45 anos), os negros já tinham feito muito e se adaptado “de uma forma extraordinária a sua nova situação” (idem).

A grande interrogação para os militantes socialistas responsáveis por *O Homem Livre*, era como os líderes da FNB conseguiam conciliar um discurso de valorização racial do negro e de denúncia contra o “preconceito de cor” com ideias de pureza racial, por causa da simpatia por Hitler ou pelos “Hitlers indígenas”, como se referiam aos integralistas.

Para resolver indagações semelhantes a essa, o antropólogo Andreas Hofbauer (2006) propôs uma interpretação interessante sobre como se dava o arranjo dessas ideias conflitantes no discurso de Arlindo Veiga, presidente da Frente Negra. Segundo o autor, a FNB tentava fundir o “projeto negro” ao “projeto nacional”, e para isso, utilizava a “política de Hitler na Alemanha como modelo de “política racial”. Repito aqui a citação feita por Hofbauer de um artigo publicado por Arlindo Veiga dos Santos no jornal da Frente Negra, *A Voz da Raça*, como ilustração:

Quê nos importa que Hitler não queira, na sua terra, o sangue negro? Isso mostra unicamente que a Alemanha Nova se orgulha de sua raça. Nós também, nós Brasileiros, temos RAÇA. Não queremos saber de *arianos*. QUEREMOS O BRASILEIRO NEGRO E MESTIÇO que nunca traiu nem trairá a Nação. Nós somos contra a importação do sangue estrangeiro que vem somente atrapalhar a vida do Brasil, a sua unidade da nossa Pátria, da nossa raça, da nossa língua. Hitler afirma a raça alemã. Nós afirmamos a Raça Brasileira, sobretudo no seu elemento mais forte: O NEGRO BRASILEIRO. Basta de exploração (*A Voz da Raça*, 9/12/1933, p.1, maiúsculas no original).

Outra passagem de Arlindo Veiga dos Santos em *A Voz da Raça* ilustra bem suas posições, em defesa das políticas nazista e fascista por terem uma característica político-ideológica nacionalista, e na oposição a ideias comunistas ou socialistas. No artigo, com tom

incendiário e intitulado Fogo Neles!, o presidente da FNB defendeu a queima de livros na Alemanha com a justificativa de que atentavam contra a “pureza da raça alemã”. No entendimento de Veiga dos Santos, “Hitler, na Alemanha, anda fazendo uma porção de coisas profundas. Entre elas a defesa da raça alemã, defesa que chega até o exagero”.

Nações que se prezam, que tem uma doutrina nova e séria como a Itália e a Alemanha atuais, não podem permitir que uns pândegos da democracia liberal, os ladrões que até hoje vivem gritando os “imortais princípios” da revolução Francesa, os socialistas anarquizadores e os comunistas criminosos que preguem libertariamente a sua estupidez. Também os bolchevistas russos, os malucos que inventaram uma infinidade de abstrações lunáticas querendo a toda força e baldamente aplica-las neste mundo com uma fúria de brutalidade materialista e satânica, também os russos não admitem em sua terra a pregação de coisa alguma que não seja comunista. Quem tentar morre. (*A Voz da Raça*, 6/1/1934, p.1).

De forma semelhante aos socialistas de *O Homem Livre*, os socialistas negros também construíram uma forte crítica aos líderes da Frente Negra Brasileira, mas não com foco na desconstrução do argumento racial que era base para a o associativismo na entidade. O alvo direto era o patrianovismo, propagado pelos irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos⁷⁸. Os comentários, via de regra, se limitavam ao caráter e procedimento dessas duas lideranças da Frente Negra, que, de formas variadas, não estariam honrando a confiança que lhes foi outorgada⁷⁹. As críticas ficavam concentradas nos dois irmãos pela posição que ocupavam dentro da FNB, ainda que a leitura de *A Voz da Raça* permita a observação de outros integrantes da Frente Negra fazendo propaganda patrianovista, como explicou Regina Pinto (1993).

Em 1933, os socialistas de *Brasil Novo*, jornal fundado por Guaraná Santana, foram ativos na crítica à forma como se organizava politicamente à FNB⁸⁰. Logo no primeiro número do jornal, Guaraná Santana escreveu um artigo intitulado com letras garrafas *PARA A RAÇA NEGRA LER*: “os negros do Brasil não desejamos a volta da monarquia. Essa história de saudosismo monarchico parte única e exclusivamente dos irmãos Veiga dos Santos, Isaltino e

⁷⁸ Arlindo Veiga dos Santos foi um dos grandes idealizadores do patrianovismo. Em 1928, em conjunto com alguns amigos, fundou o *Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova* (CMCSP Pátria Nova). As bases da entidade foram estabelecidas em um “programa político-filosófico-religioso de construção da Pátria-Nova, fundada no princípio de que a instauração do III Império seria a salvação para todos problemas do Brasil”. Veiga dos Santos se manteve na direção do grupo até 1934, que tinha passado a se chamar *Ação Imperial Patrianovista Brasileira*. A partir de 1929, o grupo iniciou a edição da revista *Pátria-Nova: Religião, Pátria e Raça* (DOMINGUES, 2006, p. 522).

⁷⁹ No jornal foi publicada a acusação de os irmãos Veiga dos Santos terem inescrupulosamente alterado um balancete da Frente Negra. No documento foi declarado que a organização contava com 50.000 mil membros somente na cidade de São Paulo, em 1933. O número de associados foi comparado ao valor declarado em um balancete, como proveniente de arrecadação e, segundo *Brasil Novo*, era muito inferior ao que deveria ser (*Brasil Novo*, 10/04/1933, p. 1-2).

⁸⁰ O jornal tinha uma equipe pequena. O expediente era formado por três pessoas: J. Guaraná Santana, Alfredo Thomé e W. Cardoso. Além disso, todo número trazia textos assinados por colaboradores.

Arlindo, exaltados adeptos e propagandistas do chamado “patrianovismo”. Na edição de 17 de julho um colaborador do jornal se referiu à FNB como “companhia negra frente-veguina”, enfatizando o caráter personalista que os dirigentes imprimiram à organização. Ainda nesse número, Gervásio de Moraes, um dos fundadores e na época mais um dissidente da Frente Negra, expôs sua opinião: “patrianovismo constitue cretinice tão característica que chega a ser um caso de hidrofobia”. O articulista prosseguiu com veemência:

A raça negra não quer a monarchia porque essa megera destruiu-lhe o futuro, maculou-lhe o lar, victimizou sua geração, aniquilou sua mocidade e manchou de ignominia as cans *d'*uma velhice sacrificada.

A Raça Negra quer a Republica na sua expressão liberal consciente, na sua magnitude universalmente concessora de direitos conquistados por capacidades individual e coletiva.

A raça negra quer salvar-se por si e para a pátria, mas, na República, com a República, pelo Brasil.

A Raça Negra não é patrianovista e não será Lacaia de Magestades.

Morra o Rei!

(*Brasil Novo*, 17/7/1933, p.1)

Mesmo com muitas críticas à ideologia patrianovista, a proposta de arregimentação da Frente Negra era muito louvada entre os colaboradores de *Brasil Novo*. Em um dos números do jornal, Benedicto Florencio se dispôs a construir uma narrativa sobre o percurso da FNB, afirmando os pontos positivos advindos de seu surgimento. Conforme sua interpretação: “não se pode negar que a Frente Negra Brasileira como expressão de um ideal em marcha, teve a sua atuação fecunda, conquistou nome distinto e registrou até dias de glórias destacadas”. Para ele, a FNB tinha surgido em uma conjuntura histórica especial “de grande transcendência política, aparada por uma onda avassaladora de profundo transformismo social”. A adesão das massas negras, “o começo da arregimentação negra no Brasil”, fez com que os brancos tremessem “no pedestal da sua apregoada superioridade racial”. Mas, a despeito do grande potencial com que surgiu a Frente Negra, conflitos internos causaram seu enfraquecimento. Conflitos iniciados pelo “regime arbitrário, violento, crivado de absolutismo que vinha caracterizando a direção suprema da Frente Negra Brasileira”, e acirrados nos “dias terríveis da Revolução Paulista, trazendo no seu bojo um montão de micróbios dissolventes para atacar a obra grandiosa do ideal que se pretendia fazer victorioso no meio negro brasileiro”. Para Florencio, naquele momento “se patenteou a inhabilidade política dos Veiga dos Santos, que não souberam controlar os acontecimentos, para assim evitar a formação da ala esquerda frentenegrina, em franca oposição à atitude por eles assumida”. O surgimento da Frente Negra Socialista, no entender do articulista, teria sido causado menos pela diferença ideológica do ativismo negro

socialista e mais pela impossibilidade de construção de mobilização conjunta em uma organização marcada pelo autoritarismo de seus diretores⁸¹.

Os dirigentes da FNB também recebiam críticas no *Brasil Novo* pelo incentivo à conduta que pregava “separação provocadora de preconceitos”. Guaraná Santana defendia que “os negros devem se arregimentar, precisam se organizar, com o elevado objetivo, porém, de com os seus irmãos brancos, no mais estreito e fraternal anseio, trabalharem, juntos, pela grandeza do Brasil” (*Brasil Novo*, 03/04/1933, p.1).

No tocante aos ideais socialistas, a versão defendida em *Brasil Novo* era o modelo da socialdemocracia, explicitado na nota *Porque somos socialistas!*, publicada em seu número inicial⁸². O comunicado expunha que o socialismo era “a única forma política capaz de nos dar a evolução que anciamos”, tendo em vista as “ideias que nortearam a revolução de 1930”. Segundo consta no texto, o socialismo também apresentava a vantagem de impedir os “excessos e os riscos” de uma “ditadura proletária no Brasil”.

O surgimento da cisão socialista causou estremecimentos na Frente Negra, e fez crescer resistências à manutenção de Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos na direção (GOMES, 2005). Os dois irmãos acabaram se afastando da entidade: o primeiro foi Isaltino, expulso em meados de 1933, acusado de ter descumprido as diretrizes da organização⁸³. Arlindo Veiga pediu afastamento da presidência da FNB em 1934. A saída de Arlindo, entretanto, não alterou a estrutura pouco democrática da entidade. Depois de sua saída, Justiniano Costa assumiu o cargo de presidente.

⁸¹ Segundo Florencio, A Frente Negra Socialista crescia e já tinha alcançado milhares de sócios em São Paulo e em cidades do interior do estado, especialmente em Santos, provavelmente pela forte presença operária, mais simpática a discursos de esquerda. Na cidade, a filial da Frente Negra se desvinculou da matriz e se associou à Frente Negra Socialista. Gomes (2005) explicou que ainda quando era parte da FNB, o núcleo de Santos “apoiava o partido Socialista nas eleições e mantinha fortes ligações com o Sindicato dos Portuários” (GOMES, 2005, p. 60). Tavares (2007, p. 99-103) investigou a penetração da Frente Negra e da Frente Negra Socialista em Santos e a aceitação das ideias frentegrinas entre comunistas e operários negros. Em relação à estrutura, se comparada à FNB, a Frente Negra Socialista era muito pequena. Naquele período, a Frente Negra tinha filiais distribuídas no interior de São Paulo e em Estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, e também mantinha vínculo com organizações homônimas no Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco (DOMINGUES, 2007b).

⁸² É curioso que entre os números de abril e julho tenha sido acrescentada ao subtítulo do jornal “órgão socialista”, a palavra “independente”. Provavelmente para demarcar que, apesar de socialista, o jornal não representava nenhuma tendência ou grupo socialista específico. A independência não representava isolacionismo, visto que *Brasil Novo* aderiu à Frente Única Antifascista em julho de 1933. (*O Homem Livre*, 07/08/1933, p.8)

⁸³ Domingues (2007b) levantou fontes que explicam o desligamento, em abril daquele ano, Isaltino escreveu em *A Voz da Raça* uma defesa contra acusações de ter desviado recursos da FNB. Uma investigação realizada pela seção de investigação do DEOPS/SP concluiu que Isaltino “foi desligado da Frente Negra Brasileira, por imposição da quase totalidade dos sócios e de seus diretores, por ter se afastado das diretrizes da FNB, que então só tinha este ideal: defender o Brasil, instruir os brasileiros negros, e desenvolver uma grande ação nacionalista, combatendo ideologias estranhas a vida brasileira” (Ordem de Serviço nº 63. Prontuário no 1538, Frente Negra Brasileira. DEOPS/SP).

As diferenças de tendência política dos ativistas que participaram da FNB e formaram outras entidades após o rompimento com a entidade, provavelmente já existiam mesmo antes do seu surgimento, em 1931. O fato de essas diferenças terem ficado mais evidentes em meados dos anos 1930 parece estar mais relacionado com a abertura de oportunidades para participação política que permitiu a diversificação do movimento. O historiador George Andrews (1998) observou que a Revolução de 1930 permitiu a mudança na percepção dos trabalhadores e da classe média de que a política não era atribuição exclusiva da “elite”, o que permitiu o acirramento na disputa política, também entre os negros organizados. Nesse contexto, os ativistas encontraram novas possibilidades para construir associações e de inserir reivindicações em espaços de poder. O acúmulo da experiência de décadas de associativismo negro, desde o pós-abolição, somando ao ambiente político favorável, dotava o associativismo negro de instrumentos materiais e redes de apoio para a formação de novas organizações.

1.3. Organização negra no contexto de recrudescimento do autoritarismo no Governo Vargas

Entre 1934 e 1935, o surgimento Aliança Nacional Libertadora (ANL) provocou um novo impulso na mobilização que tinha como alvo a luta contra o fascismo no mundo. No âmbito nacional o antifascismo era direcionado ao integralismo da Aliança Integralista Brasileira (AIB). O propósito da ANL era ser uma ampla frente antifascista, e tinha marcada influência do Partido Comunista do Brasil (PCB). Por isso, alguns temas característicos do PCB foram reelaborados nas bandeiras adotadas pela organização. Um dos mais importantes documentos da ANL foi o Manifesto-programa, que recebeu a assinatura de Luiz Carlos Prestes. No texto, a questão imperialista foi confrontada com as desigualdades regionais em uma perspectiva nacionalista, chegando-se à conclusão que uma questão estava condicionada à outra, ou seja, só a libertação do domínio imperialista permitiria a unificação nacional. Os agentes dessa modificação deveriam ser as “grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo”. Dos grupos chamados à ação, os negros estavam entre os que receberam especial atenção, incluídos na seção do Manifesto: “privilégios da Raça, Cor e Nacionalidade”.

Dentre as forças políticas que formaram a ANL, o PCB era uma das que tinha interesse especial na população negra brasileira. Desde o início da década de 1930, o partido tinha um

direcionamento específico para a população negra, como demonstrei no capítulo 1. Após alguns anos tentando promover aproximação com a mobilização negra, os comunistas parecem ter encontrado uma ótima oportunidade em um grupo de ativistas negros interessados em integrar ações antifascistas, mesmo após a ANL ser considerada ilegal pelo Governo Vargas⁸⁴. Esse grupo de ativistas fundaria uma organização em 4 de novembro de 1935, a Federação dos Negros do Brasil.

Domingues (2011) realizou um trabalho de cotejamento de fontes que permite fazer algumas afirmações sobre a atuação desse grupo. A primeira informação importante é que a Federação dos Negros do Brasil foi atentamente observada pela polícia política do DEOPS/SP, que tinha um prontuário especificamente voltado para arquivar informações sobre a organização e seus membros⁸⁵. Segundo apurou um investigador do DEOPS/SP, no dia 9 de novembro, 32 pessoas faziam parte da organização, 6 mulheres e 26 homens. Entre os identificados estavam Isaltino Veiga dos Santos e José Correia Leite, além de outros dissidentes da Frente Negra⁸⁶.

Isaltino Veiga demonstrava estar muito interessado em participar como articulador da organização. Em agosto de 1935, o ex-secretário da Frente Negra concedia depoimento em *A Platéia*, jornal ligado à ANL e ao PCB, instando os negros à mobilização⁸⁷ (CARNEIRO e KOSSOY, 2004, p. 92). O surgimento da Federação dos Negros também foi noticiado por *A Platéia*, que informou sobre “reunião realizada pelos elementos negros foi fundada a Federação nacional do Brasil, movimento nacionalista da raça negra” (*A Platéia*, 5/11/1935).

Como já mencionei, a designação nacionalista nada tinha de conflitante com o antifascismo da ANL, dado que esta havia formulado uma versão do nacionalismo que contemplava a perspectiva de luta contra o imperialismo. Na verdade, como explica

⁸⁴ Consta no depoimento de José Correia Leite a Renato Jardim Moreira que a **Aliança Nacional Libertadora** “como organização de base popular, procurou envolver os negros. Assim, a Frente, a Legião e o Cultura foram assediados por ela” (MOREIRA e LEITE, [1951], p. 170).

⁸⁵ Um investigador do DEOPS/SP relatou sobre a Federação dos Negros que a entidade “nunca recebeu e nem mereceu a atenção da FNB, porque esta somente soube de sua existência por ligeiras informações. Isaltino B. Veiga, procurou articular a Federação dos Negros do Brasil com as suas congêneres do Rio de Janeiro, mas sabedora disso, a União Negra do Brasil, oficiou aqueles negando a Isaltino a qualidade de representante dos negros de S. Paulo. Depois extingui-as”. Outro dado importante é que a Federação dos Negros do Brasil não foi a única a receber atenção do DEOPS/SP. Durante a década de 1930 “o movimento associativo da ‘gente negra’, [é] acusado de ser dotado de um potencial conspiratório e de tentar criar um problema que supostamente não existia no Brasil” (DOMINGUES, 2011).

⁸⁶ Segundo o investigador faziam parte da Federação Nacional dos Negros do Brasil: Isaltino Veiga dos Santos, Benedicto Sodré, Estefanio Benedicto, Eustachio de Almeida, Manoel da Rosa Lima, Estella Silva de Miranda, Antonio Almeida Prado, Sinval Neves, José de Almeida, Milton de Castro Santos, Benedicta Augusta de Almeida, Maria Augusta de Almeida, Darcy Maria de Almeida, Dulce dos Santos, Benedicta Nazareth dos Santos, José Correia Leite, Sebastião de Oliveira, Oscar de Barros Leite, José Ignácio do Rosário, Sebastião da Silva, José Almeida, entre outros (DEOPS/SP, Prontuário 2018).

⁸⁷ O negro brasileiro desperta e fecha os punhos num movimento de protesto. *A Platéia*, 22/08/2015.

Domingues, “o nacionalismo estava em voga, alimentando sonhos e esperanças, mobilizando paixões e inspirando os ideais dos mais diferentes grupos da sociedade civil” (DOMINGUES, 2011). Quanto ao envolvimento da Federação com política partidária, a matéria de *A Platéia* asseverava: “não tem fins políticos, e em tempo algum se filiara a entidades daquele caráter, uma vez que o seu fim é conseguir para o negro uma verdadeira liberdade através do despertar de sua consciência” (*A Platéia*, 5/11/1935).

A leitura da matéria permite a compreensão de que a consciência do negro pretendida pela Federação Negra era de sua preponderância na vida da nacionalidade. Para isso afirmavam pretender alcançar todo o Brasil, tornando-se, assim, o primeiro movimento negro de alcance verdadeiramente nacional. Na prática, a organização teve vida curta, desarticulando-se no final de novembro, mês de seu surgimento, após o fracasso do levante armado que ficou conhecido como “Intentona Comunista”.

Antes do desfecho final, a atuação mais significativa da Federação Negra Brasileira foi a organização do Comitê Negro pela Defesa da Abissínia, atualmente conhecida como Etiópia. A invasão da Abissínia pela Itália foi um episódio que atraiu atenções e mobilizou grupos antifascistas no Brasil e no mundo. A organização resolveu pela realização de comícios e a divulgação de um manifesto. O documento foi dirigido aos “negros do Brasil! Intelectuais, trabalhadores, jovens e mulheres!”. O mote do texto foi usar o caso da invasão da Abissínia, definida como “o último império negro do mundo”, para convocar os negros a participar das atividades da Federação, “para a conquista de uma maneira mais digna de suas legítimas aspirações, independente da tutela daqueles que são os responsáveis diretos pela situação que se encontram atualmente”⁸⁸.

Em novembro, quando a Federação dos Negros do Brasil se organizou, o caso da invasão da Abissínia pela Itália era notícia há alguns meses nos jornais, inclusive na imprensa negra. Em março daquele mesmo ano o jornal *O Clarim*, publicado pelo “departamento intelectual” do Centro Negro de Cultura Social, trouxe na capa o título: *O caso da Abyssinia e o mundo negro*. A matéria informava que os negros já tinham um mundo “de pensamentos e uma mentalidade racista, concepcionada nas lutas de todas as sortes de segregações”. Esse mundo negro, estava na vanguarda da defesa da raça e já desenvolvia ações para ajudar a Abissínia. No mês de setembro, José Correia Leite também utilizou a expressão ‘mundo negro’ para fazer referência à “raça [negra], no ponto de vista universal”. Para ele, a luta em prol da Abissínia era “uma questão de brio e de amor-próprio, além de um dever de honra com os nossos

⁸⁸ Manifesto da Federação dos Negros do Brasil. Fonte: DEOPS/SP, Prontuário 40.509.

antepassados”. Um “protesto moral” que poderia causar a reunião das forças perdidas, “para um trabalho construtivo de base moral, social e econômica”. Mas, Correia Leite pedia previdência ao “homem negro brasileiro” para que não fosse levado por “tapeações nessas manobras de baixos interesses pessoais”, daqueles que faziam a “obra do negro” em troca de “favores da política partidária”. Naquele momento, o ativista defendia que a “obra do negro” deveria ser realizada nos “próprios arraiaes da raça”. O que demonstrava um posicionamento bem crítico ao envolvimento dos líderes da mobilização negra com partidos. Postura que o iria acompanhar por muito tempo e viria a ser uma grande influência em seu ativismo, o que irei demonstrar em detalhes no capítulo 4, sobre a mobilização negra em São Paulo após 1945 (*O Clarim*, 03/1935, p.1).

Voltando à agitação política em torno da questão da Abissínia, apesar do momento ter parecido muito propício, a mobilização intencionada pela Federação dos Negros teve pouca expressão. Logo depois da organização de um comício, no dia 15 de novembro, a repressão do Governo Vargas contra grupos que estavam, até marginalmente, envolvidos com o comunismo e com a “Intentona Comunista” foi severa. A ainda nascente Federação sofreu baixas com a prisão de diversos membros. Isaltino Veiga dos Santos foi considerado pelo DEOPS/SP como fundador e mentor da Federação dos Negros, e indicado como o formulador do Manifesto da entidade (DOMINGUES, 2011). Naqueles dias, Isaltino estava muito envolvido com a mobilização antifascista, mostra disso é sua participação na divulgação do Manifesto da Frente Popular pela Liberdade, assinado por ele em conjunto com o General Miguel Costa, o Coronel Colombo de Melo Matos, o advogado Danton Vampré, Caio Prado Júnior, e os cientistas José Maria Gomes e Waldemar Rangel Belfort de Mattos⁸⁹. A proximidade entre a data da publicação do Manifesto da Frente Popular pela Liberdade e a deflagração dos levantes da “Intentona Comunista” foi um dos fatores que provocou a prisão dos envolvidos na divulgação do documento, sob a suspeita de envolvimento com os levantes armados. Isaltino Veiga dos Santos foi preso em 27 de novembro de 1935, ganhando liberdade somente depois de mais de um ano de prisão, em dezembro de 1936. Outro assinante do manifesto que também foi preso, Caio Prado Júnior, naquele momento um jovem intelectual filiado ao PCB, recebeu soltura ainda depois de Isaltino, em junho de 1937. Caio Prado exilou-se na França depois de sair da prisão. Já Isaltino continuou a morar em São Paulo por um tempo após ser liberado, mas nos primeiros anos da década de 1940 já tinha fixado residência no Rio de Janeiro, onde fundaria a

⁸⁹ O Manifesto foi publicado no jornal Diário da Noite, de São Paulo, em 23 de novembro de 1935, no mesmo dia em que irrompeu o primeiro levante da “Intentona Comunista”, em Natal/RN.

União Negra Brasileira (união político-social, cultural, artística, científica e recreativa da gente negra brasileira), entre os anos de 1944 e 1945.

Nos primeiros anos depois do fracasso da “intentona comunista” e do aumento da perseguição e repressão no governo de Vargas, a Frente Negra Brasileira, que apoiara o regime desde seu estabelecimento, no início dos anos 1930, continuou a operar sem impedimentos. Tanto que, em 1936, registrou-se como partido político, sob a direção de Justiniano Costa, na presidência, e Francisco Lucrécio (1909-2001), como secretário geral.

Em maio de 1937, Marcos Rodrigues dos Santos, fundador da filial da Frente Negra Brasileira em Salvador (1932-1933), escrevia um artigo para *A Voz da Raça*, com o título *O que pretendem os Negros Frentenegrinos com o nome de "Frente Negra Brasileira"*⁹⁰. No texto explicou que a Frente Negra tinha sido reconhecida como partido político não somente em São Paulo, mas em todo o território nacional e que naquele momento, os “legisladores da raça” trabalhavam “no campo político, dando provas de que são capazes de competir em todo terreno das atividades humanas (*A Voz da Raça*, 06/02/1937, p.4).

Outro integrante da FNB que se destacava naquele período era o jovem Raul Joviano Amaral (1914-1988). Amaral tinha participado da fundação do Clube Negro de Cultura Social, em 1932, mas depois foi atraído pela FNB, chegando a ser capitão da milícia frentenegrina, uma organização paramilitar que funcionava no interior da entidade (FERNANDES, 2008b [1965], p. 56). No artigo *Representação Política*, o jovem Raul escreveu ser tema nas rodas de conversas “dos negros que pensam em melhores dias para a sua classe, a possibilidade de se apresentar candidatos, isto é, deputados negros a próxima Legislatura em maio vindouro [1938]” (*A Voz da Raça*, 06/1937, p.4).

Apesar do anseio que artigos publicados em *A Voz da Raça*, ao longo do ano de 1937, demonstravam pela apresentação de candidaturas para o Partido da Frente Negra, esse desejo nunca veio a se realizar. Em novembro de 1937 Vargas fechou o Congresso Nacional e outorgou uma nova Constituição, ficando assim decretado o início do Estado Novo. Pouco tempo depois, um decreto aboliu todos os partidos políticos; com isso a Frente Negra foi obrigada a encerrar suas atividades. Raul Joviano Amaral e outros associados da FNB tentaram manter a entidade utilizando outro nome, União Negra Brasileira, mas com vida curta; desapareceu em 1938, no mesmo período em que se comemorava o cinquentenário da Abolição em São Paulo.

⁹⁰ Sobre a Frente Negra Brasileira na Bahia e seu fundador, Marcos Rodrigues dos Santos, ver: Barcelar, Jeferson. *A Frente Negra Brasileira na Bahia. Afro-Ásia*, nº 17, 1996.

A extinção da Frente Negra também foi um marco da descontinuidade do ideal de unificação das organizações negras paulistas, situação que não se modificaria até o final do Estado Novo, em 1945⁹¹. Minha observação de que ficou suspenso o ideal de unificação não implica o desaparecimento completo do associativismo negro. Entre 1937 e 1945 algumas associações sem caráter político partidário e que não eram consideradas “subversivas” pelo Regime foram conservadas e até promovidas pelo Governo Vargas, a exemplo das Escolas de Samba (MORAES, 1978; ANDREWS, 1991).

Além das associações, um evento realizado em maio de 1938 por alguns jovens negros de Campinas e cidades vizinhas ganharia importância por marcar o início da trajetória de destacadas lideranças negras do pós-Estado Novo⁹². O I Congresso Afro-Campineiro foi concebido por Abdias do Nascimento, Geraldo Campos de Oliveira, Aguinaldo de Oliveira Camargo, Agur Sampaio, José Alberto Ferreira e Jerônimo (identificado por sua profissão: tipógrafo) (NASCIMENTO, 1976). Ainda em 1938 surgiram a Associação dos Brasileiros de Cor, em Santos, e a União Nacional dos Homens de Cor, em São Paulo⁹³.

A reivindicação negra teve novo impulso em São Paulo já no período de declínio do Estado Novo, especialmente durante o ano de 1944. O episódio mais notório foi a tentativa da polícia paulista de deslocar um ponto de encontro de negros (*footing*) da rua Direita, no centro da cidade, para locais mais afastados⁹⁴. A proposta foi recebida com protestos, um deles foi a carta redigida pelo presidente da Associação Palmares, endereçada ao presidente Getúlio Vargas, em que afirmou “[nós negros] somos brasileiros e nosso sobrenome é de 400 anos, vemos feridos nosso brio e a nossa honra de cidadãos nacionais”⁹⁵.

Os protestos desencadearam investigações do Serviço Secreto do DEOPS/SP, com caráter apenas de averiguação, para descobrir possíveis agitações geradas pelo ocorrido. A maior parte dos investigados estava ligada a clubes recreativos, como a Associação Palmares.

⁹¹ Durante a década de 1930, apesar dos conflitos, o discurso sobre a necessidade de unificação era presente no meio negro paulista. Em meados de 1933, por exemplo, Correia Leite, um dos primeiros a afastar-se da Frente Negra advogava pela formação de uma Frente Única Negra, pedindo para cessar “as pequenas intrigas e os despeitos” (*Evolução*, 13/05/1933, p.9).

⁹² Campinas parece ter sido uma cidade paulista onde conflitos raciais eram bastante acentuados. Segundo Hofbauer, naquela cidade, com forte presença de população negra, “os atos de discriminação se mostravam ‘mais formalizados’ aparecendo até em ‘avisos escritos’ (HOFBAUER, 2006, p. 345).

⁹³ Cf. NASCIMENTO, 2008, p. 109.

⁹⁴ Segundo consta em um documento apreendido pelo DEOPS/SP, a proposta para mudança de local foi feita pelo Secretário de Segurança Pública de São Paulo, que sugeriu o deslocamento do ponto de encontro para a Praça das Bandeiras, no início da Avenida Nove de Julho ou para o Parque D. Pedro II (DEOPS/SP, Prontuário 50Z-127-54). George Andrews explicou que a rua Direita passou a ser um espaço frequentado por negros pobres e da classe trabalhadora em finais da década de 1930. Nas tardes e noites dos domingos a rua se transformava em um “território livre onde eles podiam socializar, dançar e relaxar dos rigores da semana” (ANDREWS, 1998, p. 281).

⁹⁵ Carta de Rubens Ribeiro Costa, presidente da Associação Beneficente e Cultural Palmares, endereçada ao presidente Getúlio Vargas. São Paulo, 11 de maio de 1944. DEOPS/SP/, Prontuário 50Z-127-54.

Todavia, um dos relatórios de investigação se destaca por fazer referência a “elementos inimigos do regime”, que não perdiam uma chance de se infiltrar nos “movimentos de massa” para insuflar as agitações que surgissem. Segundo relatório do investigador, “o Snr. Rossini Camargo Guarnieri, funcionário do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, através do servente que ali trabalha, de nome Góes, mais conhecido por ‘Gandi’, está organizando um trabalho no meio dos pretos”. Como colaboradores da ação foram citados “José Correia Leite, funcionário da prefeitura; Manoel dos Santos, escrevente do Gabinete de Investigações, o qual recebe instruções do comunista João Batista Sales Pacheco, também escrevente do aludido Gabinete”⁹⁶.

A investigação parece não ter dado muitos resultados, já que todos os envolvidos citados mantiveram seus empregos como funcionários públicos e não se tem notícia dessa agitação de massas que o documento dizia estar se formando⁹⁷. Naquele período, os citados Góes, provavelmente Fernando Góes, e José Correia Leite demonstravam estar em diálogo com intelectuais comunistas, mas não podem ser considerados militantes comunistas, como fazia o DEOPS/SP. A proximidade entre os dois ativistas e líderes comunistas pode ser observada na publicação de um texto de Góes na revista baiana *Seiva*, dirigida por comunistas que ficaram refugiados em Salvador durante a repressão da Ditadura. O texto foi publicado na edição de *Seiva* de maio de 1939, toda dedicada à comemoração do dia da Abolição⁹⁸. Um texto do líder comunista Leôncio Basbaum (assinando como Luiz Bastos), também publicado naquele número de *Seiva*, foi republicado no jornal *O Clarim d’Alvorada* (3ª fase), em setembro de 1940, dirigido por Correia Leite e Fernando Góes.

Na saída do Estado Novo, em 1945, Correia Leite e Fernando Góes iriam fundar a Associação do Negro Brasileiro, em conjunto com outros remanescentes de organizações negras, que, como disse Correia Leite, “se digladiaram desde 31, quando os elementos do *Clarim* abandonaram a Frente Negra”. (MOREIRA e LEITE, [1951], p. 174).

⁹⁶ Documento do Serviço Secreto. Assunto: Agitação provocada por elementos comunistas. DEOPS/SP, Prontuário 50Z-127-54.

⁹⁷ Um relato que pode estar associado a “agitação” investigada pelo DEOPS/SP foi feito por Abdias do Nascimento na década de 1970. Segundo o ativista, uma comissão formada por ele próprio, Fernando Góes, Rossini Camargo Guarnieri e José Galdino resolveu ir ao rio de Janeiro, então Distrito Federal, protestar contra a proibição do *footing* na Rua Direita. Abdias também explicou que o protesto da comissão teve pouca repercussão por causa da censura a que estavam submetidos os jornais na época (NASCIMENTO, 1976, p. 29).

⁹⁸ A capa da revista *Seiva* e os títulos dos textos publicados na edição de 13 de maio de 1939 estão no Anexo B.5. Agradeço a Rafael Oliveira Fontes pela prontidão e simpatia no envio de uma cópia digital desse número de *Seiva*.

2. Representação política no “meio negro” de São Paulo após o Estado Novo

Os últimos anos do Governo Vargas foram marcados por uma agitação política caracterizada por crescente participação popular. Os estudos que procuram entender as mobilizações do período geralmente apresentam a campanha antifascista, que ganhou vulto com o ingresso do Brasil na II Guerra, em 1942, como o grande marco de uma série de protestos que fortaleceu especialmente a organização estudantil e sindical. Na saída da ditadura varguista, a movimentação dos grupos políticos críticos ao regime ficou concentrada em dois grandes blocos: de um lado, grupos políticos já estabelecidos (liberais, conservadores ou oligárquicos), que estavam na oposição ao regime de Vargas e desejavam retomar a situação política anterior, de fragmentação, o que garantiria o controle regional e lhes dava possibilidades de disputar o poder em nível nacional. Do outro lado, grupos fortalecidos pela mobilização popular (partidos e organizações) reivindicavam que a redemocratização atingisse várias instâncias da sociedade brasileira e não ficasse concentrada apenas no executivo estatal (CALIL, 2001)⁹⁹.

Nesse contexto, surgiram também algumas organizações que elegeram como finalidade principal a reivindicação por melhoria das condições socioeconômicas da população negra. Certamente, o aparecimento desses grupos negros não lhes conferia singularidade *per si*, outros coletivos de representação de trabalhadores, estudantes e mulheres, por exemplo, surgiram no período. A particularidade na organização negra tinha relação com o histórico prévio de marcante mobilização, particularmente em São Paulo. No “meio negro”¹⁰⁰, os primeiros grupos logo estabeleceram critérios de reconhecimento e legitimação; e em pouco tempo, apareceram

⁹⁹ A abordagem proposta por Calil (2001) propõe a análise do fim do Estado Novo como um processo de declínio com participação de diversas frentes. Sobre os grupos criados e fortalecidos na crise do Estado Novo, ver: ALMEIDA JR., Antônio Mendes de. *Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Vargas*. In: FAUSTO, Boris (direção). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo III, volume 10, p. 276-283

¹⁰⁰ A expressão “meio negro” tem longa vida em seu uso na sociologia brasileira. Roger Bastide e Florestan Fernandes empregam o conceito na primeira versão dos resultados da pesquisa UNESCO, publicada na *Revista Anhembi*, X-XI:30-34, em 1953. Depois dessa publicação, as seguintes feitas por Florestan e Bastide, como *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955) - e somente por Florestan Fernandes, como os dois volumes de *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (1965) -, também utilizam o conceito, sempre entre aspas ou em uma citação do depoimento de um informante/colaborador. Por exemplo, em *A Integração*, registrei o uso de “meio negro” 172 vezes. No prefácio do autor para o livro *Circuito Fechado*, publicado em 1976, Florestan abordou o processo de escolha dos conceitos a ser adotados nas pesquisas sobre relações raciais feita a partir da década de 1950. O sociólogo explicou que dos conceitos descritivos utilizados (branco, negro, mulato, meio negro), apenas “meio negro” era aplicado em uma dimensão inclusiva e totalizadora (FERNANDES, 2010 [1976]). Muitos estudiosos também fazem uso do conceito. Gomes (2005) compreende “meio negro” como o público específico dos intelectuais, grupos, associações e entidades negras de São Paulo. A ideia de “meio negro” circulava na imprensa negra paulista desde o final da década de 1920, em jornais como *Progresso* e *Clarim d’Alvorada*. A partir de 1945, o uso da expressão ficou mais usual que no período anterior. José Correia Leite foi um dos ativistas que mais descrevia o meio de mobilização negra em São Paulo como “meio negro”.

no espaço público pós-redemocratização reclamando para si autoridade para representação dos negros.

Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, mostrarei os impasses dos ativistas negros para se reorganizar politicamente no processo de democratização que emergiu com o fim do Estado Novo, tomando como referência os diferentes posicionamentos frente as possibilidades de articulação naquele contexto. Na segunda seção, analisarei as estratégias e tentativas de inserção de ativistas do “meio negro” no sistema partidário, em especial o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Seção 2.1 Ser Político e Ser Partidário: o negro em questão no pós-Estado Novo em São Paulo

Após o fim do Estado Novo, a atuação de ativistas negros, que consideravam a abertura política como um momento privilegiado para intervenção, fundamentou-se na crítica a problemas da sociedade brasileira. Das várias organizações de cunho reivindicativo que surgiam em diversas regiões do país, formou-se uma articulação de lideranças, o que imprimiu ao movimento um ritmo de constante agitação intelectual e política, especialmente entre os anos de 1945 a 1948 (GUIMARÃES e MACEDO, 2008). Com o discurso focado na denúncia e luta contra barreiras raciais impostas aos negros brasileiros, especialmente relacionadas a vida nos centros urbanos, grande parte dos ativistas que tiveram suas ações documentadas no período se concentrava nos centros de decisão política e econômica do país, especialmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

Do diálogo entre ativistas com variadas posições, emergiram dois discursos divergentes sobre qual deveria ser o caráter do movimento associativo negro: um que privilegiava o associativismo como principal forma de ação para construção e amadurecimento das demandas em prol da população negra; e outro que não descartava o associativismo negro, mas via na política partidária um espaço fundamental para introduzir reivindicações em um ambiente capital para sua resolução, o Estado.

Logo nos primeiros meses de reestabelecimento da democracia, dirigentes de organizações negras lançaram uma proposta de unificação e de proposição de reivindicações, escolhendo São Paulo como o local para o primeiro grande ato público. Isso se deu provavelmente pelo legado histórico de organizações negras - como o Centro Cívico Palmares (1926-1929), a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e o Clube Negro de Cultura Social (1932-1938) - e dos jornais da imprensa negra¹⁰¹.

O primeiro evento de maior visibilidade foi arquitetado para influenciar o processo de disputas eleitorais para sucessão presidencial e para elaboração de uma nova Carta Constitucional. A Convenção Política do Negro Brasileiro, que depois passou a ser chamada de Convenção do Negro Brasileiro, foi realizada na capital paulista, no mês de novembro de 1945¹⁰².

¹⁰¹ A exemplo de *O Clarim d'Alvorada* (1924-1932), *Progresso* (1928-1931) e *A Voz da Raça* (1933-1937).

¹⁰² A retirada da palavra Política do nome da Convenção deve ter ocorrido pelas críticas de que esta tinha finalidade eleitoreira. Um panfleto da Convenção arquivado no DEOPS/SP tem a seguinte mensagem: “A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não é um partido político/ A Convenção Nacional do negro Brasileiro não apoia

A Convenção marcou a tentativa de reunir lideranças negras de diferentes partes do país. O evento foi realizado nos salões da Associação Paulista de Imprensa e, segundo consta em um relato do evento publicado na *Revista Senzala*¹⁰³, contou majoritariamente com a participação de representantes de São Paulo e do Rio, além de Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em relação a sua influência no “meio negro” paulista, a Convenção marcou um movimento de aglutinação de grupos que consideravam viável se organizar em torno de uma agenda de reivindicações compartilhada.

Durante a Convenção foi promovido um debate amplo sobre quais direcionamentos deveriam ser tomados para influenciar a escrita da nova Carta Constitucional. O resultado da Convenção de 1945 foi um Manifesto direcionado à nação brasileira que continha os princípios gerais de reivindicações, elaborados, segundo os participantes do evento, para melhoria da vida da população negra¹⁰⁴. Em resumo, o manifesto tratava da demanda por inclusão da origem étnica do povo brasileiro no texto da nova Carta Magna; da determinação do racismo como crime, com punição prevista em lei; da provisão de vagas em estabelecimentos particulares de ensino secundário, superior e militar para estudantes negros, quando não houvesse vagas suficientes no ensino público; da criação de incentivos fiscais para os interessados em iniciar negócios nos ramos do comércio, indústria ou agricultura; e da adoção de medidas gerais que visassem elevar o nível econômico, social e cultural dos brasileiros.

Para o então secretário político da Convenção do Negro, Aguinaldo Camargo (1918-1952), o evento expressava o desejo de união dos negros “para reivindicar de fato os direitos que desde há muito já nos são outorgados por lei” (*Senzala*, janeiro de 1956, p. 11). Para Camargo, o problema era primordialmente de ordem econômica e cultural - sendo a escolarização da população negra o caminho de sua superação -, mas “também de caráter social, pois se é vedado na sociedade o acesso de grande parte do elemento negro, nós temos que

nenhum partido político/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não tem candidato algum/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não apoia candidato algum”. Além desse panfleto, outros da Convenção foram arquivados pelo DEOPS/SP. Todos têm teor explicativo sobre a proposta da Convenção. Ainda sobre as dúvidas que pareciam existir outro panfleto traz a mensagem: “procure compreender a nossa luta no sentido da Unidade. É preciso não se deixar iludir pela falsa propaganda em torno da Convenção Nacional do Negro Brasileiro” (DEOPS/SP, Dossiê 50-Z-127).

¹⁰³ A *Revista Senzala* surgiu em São Paulo, em 1946, com a intenção de congregar lideranças que atuavam em São Paulo e do Rio de Janeiro. Os diretores de *Senzala* eram Geraldo Campos Oliveira e Sebastião Batista Ramos. Os colaboradores do jornal compunham uma lista com 27 nomes, dentre eles José Correia Leite, Lino Guedes, Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Isaltino Veigas dos Santos, José Pompílio da Hora e Sebastião Rodrigues Alves.

¹⁰⁴ Além de ter sido divulgado em diversos jornais e revistas, o Manifesto foi apresentado a Partidos e líderes políticos, sendo recebido com simpatia por legendas como PSD, PTB, UDN, e PCB. Entretanto, quando o manifesto e suas reivindicações foram apresentados em forma de projeto na Assembleia Constituinte, em 1946, pelo senador da UDN, Hamilton Nogueira, todos os pontos foram rejeitados pelo conjunto de senadores e deputados.

enfrentar essa sociedade reacionária e anticristã, apontando-lhe a sua lamentável falha democrática” (idem). Esses fatores foram expostos como justificativa para existência da Convenção, que reuniu um grupo de ativistas e intelectuais negros e brancos, organizados e decididos a influir nas decisões políticas sobre assuntos concernentes ao negro. Ainda segundo Camargo, os motivos para a realização do encontro foram eminentemente políticos, mas não necessariamente partidários¹⁰⁵:

O sentido político da Convenção não é de caráter partidário. A assembleia é composta de elementos de todos os Partidos Políticos atuais. Os rumos que deveremos tomar serão todos de feitio democrático e de contínua vigilância aos Partidos.

Estaremos, individualmente, em todos os Partidos. Mas estaremos fiscalizando a sua atitude em relação aos negros, mulatos e mestiços. Apresentaremos a todos eles nossas reivindicações mínimas e seremos as sentinelas dessas reivindicações (*Senzala*, janeiro de 1946, p. 11).

José Correia Leite (1900-1989), um dos porta-vozes da militância negra paulista, não se animou com a Convenção nem a apoiou e fez sua posição pública ao conceder entrevista para o jornal *Folha da Noite*, que utilizou suas declarações na matéria “Crítica da Convenção Política do Negro Brasileiro”¹⁰⁶. Àquela altura, Correia Leite contava com mais de 20 anos de atuação na direção de organizações e de jornais da imprensa negra, com enfoque no enfrentamento de preconceitos e discriminações raciais¹⁰⁷ (BASTIDE, 1973; FERRARA, 1986; PINTO, 1993). Mesmo afirmando que fazia declarações de cunho pessoal, o jornal procurou

¹⁰⁵ Um panfleto da Convenção do negro arquivado no DEOPS/SP tem a seguinte mensagem: “A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não é um partido político/ A Convenção Nacional do negro Brasileiro não apoia nenhum partido político/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não tem candidato algum/ A Convenção Nacional do Negro Brasileiro não apoia candidato algum”. Além desse panfleto, outros foram arquivados pelo DEOPS/SP. Todos têm teor explicativo sobre a proposta da Convenção. Ainda sobre as dúvidas que pareciam existir outro panfleto traz a mensagem: “procure compreender a nossa luta no sentido da Unidade. É preciso não se deixar iludir pela falta propaganda em torno da Convenção Nacional do Negro Brasileiro” (DEOPS/SP, Dossiê 50-Z-127).

¹⁰⁶ *Folha da Noite* não se limitou a divulgar apenas a posição de Correia Leite em relação à Convenção. No mês de novembro de 1945, o jornal publicou matérias com informações sobre o evento que se realizava em São Paulo, a exemplo do artigo: “Preconceitos raciais e constrangimentos de cor focalizados durante a Convenção Política do Negro Brasileiro” (*Folha da Noite*, 12/11/1945, p. 20). Essas reportagens sobre a Convenção centravam atenção nos dirigentes do evento, o que indica que estes transitavam no meio da imprensa paulista tal qual acontecia com Correia Leite. Outros jornais também fizeram cobertura da Convenção, *O Diário da Noite* publicou artigo em 9/11/1945 e o *Diário de São Paulo* nos dias 11/11/1945 e 13/11/1945.

¹⁰⁷ Dentre os envolvidos com a mobilização negra em São Paulo no período anterior ao Estado Novo, e que desempenharam papel de liderança, Correia Leite foi o que conseguiu ingressar no período de abertura democrática, a partir de 1945, mantendo papel de destaque. Outros que tiveram papel importante antes que o direito de organização fosse restringido, como Arlindo Veiga dos Santos, primeiro presidente da Frente Negra Brasileira, havia perdido influência no “meio negro” e passou a se dedicar ao movimento patrianovista (DOMINGUES, 2006). Outra liderança importante na mobilização negra, Isaltino Veiga dos Santos, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fundou a União Negra Brasileira, em 1945. Ainda que outros militantes, que iniciaram suas trajetórias na década de 1920, a exemplo de Jayme de Aguiar, Francisco Lucrécio, Raul Joviano do Amaral e Fernando Góes, tenham se mantido atuantes na mobilização negra, Correia Leite se estabeleceu como o nome mais expressivo, sempre ocupando os cargos de maior destaque nas entidades em que participava.

situar a posição de Correia Leite em um lugar de legitimidade, ao afirmar que ele era um dos “mais autorizados a fazer comentários”, por sua atuação no passado como presidente do Clube Negro de Cultura Social, na fundação da Associação do Negro Brasileiro (ANB), da qual era presidente do Comitê Organizador, e no jornal *Alvorada* (1945), onde ocupava o cargo de diretor¹⁰⁸.

Os motivos que Correia Leite utilizou para justificar sua desconfiança com os envolvidos na mobilização, que resultou na Convenção, foram baseados na incompatibilidade das demandas expostas naquela ocasião com as dos “negros mais humildes”, com os quais ele afirmava conviver. Na época em que o depoimento foi publicado, Correia Leite trabalhava como funcionário público, no cargo de encarregado do almoxarifado do departamento de Urbanismo da Prefeitura de São Paulo, posição que ocupava desde 1937. Em uma entrevista realizada alguns anos depois, em 1951, o ativista explicou que trabalhava desde os dez anos, e que já tinha atuado como servente de pedreiro, carroceiro e em vários ramos do comércio, sempre desempenhando serviços braçais¹⁰⁹. Ao chamar atenção para a própria condição socioeconômica, Leite demonstrava estar em uma posição privilegiada para reconhecer na proposta dos realizadores da Convenção do Negro uma perspectiva de classe não correspondente à população que diziam representar¹¹⁰.

¹⁰⁸ Além de Correia Leite, Fernando Góes e Raul Joviano do Amaral estavam na direção do jornal *Alvorada*. Em outubro de 1945, *Alvorada* divulgou o nome dos membros da comissão diretora da Associação dos Negros Brasileiros, que tinha Correia Leite como presidente; Raul Joviano do Amaral como secretário geral; Mario Silva Junior, Roque Antônio dos Santos e Abílio Justino Costa, como tesoureiros; Fernando Góes como consultor e Edgard Ferreira, José Barbosa, Francisco Lucrécio (antigo secretário-geral da Frente Negra) e Manuel Antônio dos Santos, atuando como assistentes. Paulina Alberto (2011) credita a Raul Joviano do Amaral, que havia participado tanto da Frente Negra quanto do Clube negro de Cultura Social, o sucesso em reunir lideranças negras que se encontravam em campos opostos antes da Ditadura Vargas, a exemplo de Correia Leite e Francisco Lucrécio (ALBERTO, 2011, p. 156).

¹⁰⁹ Fonte: Fundo Florestan Fernandes/UFSscar, p. 245. 02.04.4526.

¹¹⁰ A lista dos signatários do Manifesto divulgado ao final da Convenção Nacional do Negro continha 25 nomes, de indivíduos com trajetórias diversas, a maioria com relativa circulação em ambientes de classe média e no meio intelectual de São Paulo e Rio de Janeiro. Seguem os nomes: Abdias do Nascimento, Francisco Lucrécio, tenente Francisco das Chagas Printes, Geraldo Campos de Oliveira, Salatiel dos Santos, José Bento Ângelo Abatayguara, Emílio Silva Araújo, Aguinaldo Oliveira Camargo, Sebastião Rodrigues Alves, Ernani Martins da Silva, Benedito Juvenal de Souza, Ruth Pinto de Souza, Luís Lobato, Nestor Borges, Manoel Vieira de Andrade, Sebastião Baptista Ramos, Benedito Custódio de Almeida, Paulo Moraes, José Pompílio da Hora, René Noni, Sofia Campos Teixeira, Cilia Ambrósio, José Herbel e Walter José Cardoso (NASCIMENTO, 1982, p. 113).

Quadro 3 - Criticada a Convenção Política do Negro Brasileiro
Declarações do Sr. José Correia Leite a reportagem da “Folha da Noite”

Nós, os negros de São Paulo, nesta altura da nossa liberdade civil e política que data de mais de meio século, sabemos bem distinguir quando se trata de ventilar os problemas de nossa condição e quais os nossos verdadeiros e falsos líderes. Eu, pelo menos, nasci e fui criado nesta Capital, sou um homem do povo e por essa condição, a minha convivência é com os negros mais humildes.

[...]

Depois de toda essa confusão que se tem verificado no panorama político de nossa terra, nunca pensei em entrar num movimento de agitação da massa negra de uma maneira tão insólita como essa que, apesar das boas intenções, não partiu de um princípio básico. Faço essa afirmação porque entendo que uma Convenção, na sua verdadeira expressão de análise e indagação de estudos de problemas tão complexos como esse do negro brasileiro não pode ser sustentada, em suas teses, apenas pela orientação de quatro ou cinco indivíduos, que no Rio deram várias entrevistas aos jornais.

[...]

Outra coisa que tem causado espanto a todos os negros de São Paulo é essa Convenção não se ter instalado no Rio, uma vez que ela reúne ali, conforme consta do seu diretório nacional, representantes de vários Estados da nossa federação.

Fonte: *Folha da Noite*, 7/12/1945

Para Correia Leite, em vez de se basear na vida da população negra mais humilde, a Convenção tinha sido estruturada em “explorações de sentimentalismo”, certamente, não por más intenções, mas por certa ingenuidade dos propositores. Os principais motivos para os equívocos da Convenção estariam atrelados à incapacidade de suas propostas atraírem base popular. Além disso, outro ponto parece central para a posição de Correia Leite em relação ao evento: o local de atuação política de seus idealizadores, o Rio de Janeiro¹¹¹.

O próprio Correia Leite tratou do assunto anos depois, quando concedeu depoimentos para elaboração do livro com suas memórias biográficas:

Nesse ínterim reapareceu em São Paulo o Isaltino Veiga dos Santos. Ele veio do Rio de Janeiro dizendo estar em missão de um grupo de negros que pretendia realizar aqui em São Paulo uma convenção de fundo político, voltada para a Constituinte que estava prestes a ser convocada. Eu expliquei a ele que não podia participar porque já estava comprometido (LEITE e CUTI, 1992, p. 144).

¹¹¹ Sobre a procedência dos organizadores da Convenção, os nomes dos membros do primeiro diretório foram registrados na ata da reunião de 28 de setembro de 1945, em reunião realizada na União Negra Brasileira, localizada no Rio de Janeiro. Seguem os empossados: Presidente: Abdias do Nascimento; 1º Secretário: Isaltino Veiga dos Santos; 2º Secretário: Synval Silva; Secretário de Relações Culturais: José Pompílio da Hora; Secretário de Assuntos Eleitorais: Sebastião Rodrigues Alves; Secretário do Expediente Acadêmico: Ironildes Rodrigues; Secretário de Propaganda: José Herbel; Secretário de Finanças: Hemes di Cícero; Secretária Assistente de Finanças: Ruth de Souza; Secretário de Relações Políticas: Aguinaldo de Camargo (Fonte: Dossiê da Convenção Política do Negro, IPEAFRO)

Nesse último depoimento, Correia Leite já ocupando a posição de “velho militante”, um dos mais consagrados pelo movimento negro paulista e brasileiro, atenuou muito a tensão que sua posição em relação à Convenção causou. Certamente, passados mais de 40 anos dos acontecimentos, é compreensível que parte da recuperação da memória das experiências vividas se perca.

Retornando para os registros dos acontecimentos no ano de 1945, uma carta escrita por Geraldo Campos de Oliveira, diretor da Convenção do Negro no estado de São Paulo, expressa um pouco como foram recebidas as críticas de Correia Leite pelos envolvidos na organização do evento:

O José Correia Leite concedeu uma entrevista à *Folha da Noite*, que não julgo de grande importância. Não é ofensiva nem pode causar danos. É uma laranjada. Contudo vocês que a analisem pelo recorte anexo. Ele seguiu para o Rio de Janeiro há coisa de dois ou três dias. E ao que me consta foi entrevistar-se com Abdias [do Nascimento]. Não posso assegurar se há algo de verdadeiro sobre isto. Espero que a entrevista já se tenha realizado, que algo de prático tenha surgido. Seria ótimo que ele se resolvesse colaborar conosco no sentido de prosseguirmos na marcha ditada pelos nossos princípios. Seria um grande passo para a unificação do movimento em São Paulo. E se vocês conseguissem que ele se convencesse de colaborar não haveria acontecimento mais jubilar no presente momento¹¹².

O entendimento de que a adesão de Correia Leite era fundamental para a unificação do movimento em São Paulo é um dado importante para a percepção do lugar que ele ocupava entre aqueles que se apresentavam como representantes das demandas voltadas para a melhoria de vida da população negra. Mas o que manteve Correia Leite afastado da Convenção e causou seu crescente isolamento nos primeiros anos de experiência democrática, foi sua posição pelo não envolvimento entre associativismo negro e partidos políticos.

Para analisar o período será necessário situar os diferentes grupos e suas formas de atuação, além de demonstrar como, mesmo em meio aos dissensos, forjou-se um discurso de unificação no movimento. O discurso em torno da unificação se fortaleceu a tal ponto que se fixou no tempo como uma marca do movimento, que, em geral, foi analisado mais pela perspectiva do consenso do que dos conflitos¹¹³.

¹¹² Carta de Geraldo Campos de Oliveira. (Fonte: Dossiê da Convenção Política do Negro, IPEAFRO)

¹¹³ Um exemplo dessa perspectiva aparece na pesquisa de Michael Hanchard (2001). Para o autor a dificuldade de inserção da política racial no Brasil, desde 1945, se deveu às limitações dos grupos políticos brasileiros, tanto os de direita quanto os de esquerda, de inserir as demandas do movimento negro em suas pautas. Entretanto, Hanchard não faz menção a multiplicidade de propostas em relação a política partidária no meio da mobilização negra. Assim, um conjunto de implicações que poderiam apontar os motivos para dificuldade de inserção da agenda do movimento negro na política não são sequer cogitadas. Outro aspecto da análise de Hanchard é que grande parte das fontes utilizadas para construir a história social do movimento negro, entre os anos de 1945 e 1950, são

2.1.1 Os sentidos do apartidarismo no “meio negro” após 1945

Como já foi assinalado, Correia Leite era representante de um grupo dedicado a mobilização negra após o Estado Novo. Junto com Fernando Góes (1915–1979) e Raul Joviano Amaral (1914-1988), ele apostou em uma organização baseada no associativismo, a Associação do Negro Brasileiro. Segundo Ferrara (1985), o programa da ANB era, na verdade, uma versão revisada das propostas que circularam em jornais e organizações anteriores, feita por lideranças que se reuniam após a dispersão do período da ditadura Vargas (FERRARA, 1986, p. 204). Florestan Fernandes (2008b [1965]) ressaltou que apesar de se valer da experiência de lideranças já consagradas, a compreensão que a ANB tinha do “problema do negro”, propagada em *Alvorada*, era “madura, integrativa e plástica”, ao conceber perspectivas de caráter econômico, social, cultural e racial (FERNANDES, 2008b [1965], p. 106). Além disso, um traço marcante no programa da entidade era a restrição a seus membros quanto a participação político-partidária e eleitoral.

A conjuntura política, em especial a partidária, era tema constante nas páginas de *Alvorada*, fundado em setembro de 1945¹¹⁴. Dos muitos debates que o jornal promovia sobre o assunto, eram constantes manifestações de desconfiança em relação aos negros que se lançavam no empreendimento político partidário.

Logo na primeira edição do jornal há uma denúncia a um “Congresso da ‘Raça Negra’”, cuja realização estava prevista na cidade de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. No texto, são pontuados questionamentos que levantavam dúvidas sobre as intenções dos envolvidos na organização do evento. Perguntava-se se o Congresso – que, segundo foi afirmado em *Alvorada*, não tinha os mesmos moldes dos realizados em Recife e Salvador, em 1934 e 1937 – seria uma simples manobra visando às eleições que se aproximavam. Parte das dúvidas apresentadas sobre a seriedade do Congresso baseava-se no fato de que “pessoas e instituições das mais representativas do negro de São Paulo”, como a Associação do Negro Brasileiro, não haviam sido convidadas para participar do evento.

É interessante notar em quão alta conta essas lideranças negras colocavam Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro pela realização dos Congressos Afro-brasileiros, um

memórias de Abdias do Nascimento e documentos sobre o Teatro Experimental do negro, que, apesar de muito relevante, foi apenas uma das organizações daquele período.

¹¹⁴ Em termos de tiragem, *Alvorada* não tinha grande alcance, especialmente se comparado aos grandes jornais paulistas em circulação, que, na década de 1930 já beiravam os 100 mil exemplares. Mas, o jornal circulava em espaços considerados pelos seus idealizadores como estratégicos, além de ser distribuído no “meio negro” de São Paulo, era celebrado, por exemplo, o fato de *Alvorada* circular na Faculdade de Letras e Ciências Humanas (USP) e no Instituto Histórico e Geográfico.

indicativo da respeitabilidade e da legitimidade que esses intelectuais e suas ideias tinham naquele momento¹¹⁵. Anos depois, veio do próprio Correia Leite um comentário desabonador sobre esses Congressos da década de 1930, ao dizer que foram eventos que “os brancos fizeram”, interessados em discutir folclore e comidas, mas não propriamente o interesse dos negros (BARBOSA, 1998, p. 80).

A edição seguinte de *Alvorada*, publicado em outubro de 1945, trouxe mais informações sobre o Congresso de Ribeirão Preto, que àquela altura já havia sido realizado. O tom de questionamento do primeiro texto, publicado em setembro, foi substituído por certezas de que o evento tinha realmente sido idealizado com fins políticos eleitorais. Com o título, “Não façamos política, trabalhemos pela democracia”, o artigo publicado dá mostras de que a disputa pela representação do negro fazia o grupo liderado por Correia Leite se apresentar como juiz no “meio negro” paulista. Os responsáveis por *Alvorada* consideravam que, via de regra, a política eleitoral era usada apenas como um meio para indivíduos terem ganhos pessoais, especialmente de caráter monetário.

O grupo que se reuniu na velha e tradicional cidade (Ribeirão Preto) e que a si mesmo denominava-se, pomposamente, de Congresso, deliberou a fundação de um ‘Partido político’ (está nos jornais)... será preciso mais? Será. Será preciso ainda, nós veremos o espetáculo doloroso e deprimente de sempre – meia dúzia de homens de nossa raça se apresentarem aos principais chefes das agremiações políticas e oferecerem o seu ‘prestígio’ de ‘líderes’ da massa negra, medindo tais e tais concessões de benefícios, que no fim resultam em alguns míseros contos, ou antes, mil cruzeiros, que escorregam nos bolsos de cada um dos ditos ‘líderes’ (*Alvorada*, outubro de 1945, p. 4).

Para o grupo liderado por Correia Leite, a mobilização negra deveria ser dissociada de qualquer envolvimento com a política partidária. A defesa do associativismo como principal curso de ação aparece em diversas publicações de *Alvorada*¹¹⁶. Essa postura não era, contudo, uma negação à política como um todo, mas a crença de que a democracia que se estabelecia trazia consigo espaços para discussão e resolução de problemas de grupos específicos, dentre

¹¹⁵ Guimarães e Macedo (2008) chamam à atenção para a legitimidade intelectual que figuras como Gilberto Freyre e Arthur Ramos tinham no movimento negro naquele período, especialmente em formulações que contribuíssem para o que os autores conceituaram como “democracia racial negra”, que pode ser resumida em “um construto utópico nascido da colaboração tensa entre radicais negros e progressistas brancos (GUIMARÃES e MACEDO, 2008, p. 174).

¹¹⁶ Por exemplo, em dezembro de 1945, em um trecho do artigo intitulado Civismo e Compreensão, Raul Joviano do Amaral afirma que: “A associação em organização social é uma forma de contribuir patrioticamente para a garantia das liberdades pela qual todos pugnamos. E é uma fórmula de levar ao Governo o amparo e o apoio que necessariamente lhe devem os governados coletivamente, os negros estarão cooperando para que se consolidem os pontos cardiais da democracia, engrandecendo-se a si mesmos pelo civismo e compreensão” (*Alvorada*, dezembro de 1945, p. 1).

eles a população negra no Brasil. Nesse sentido, a posição apartidária em *Alvorada* era associada à defesa pelo fortalecimento da democracia, como modelo de Estado mais desejável.

Não é do nosso programa dar conselhos políticos, orientar quem quer que seja a êsse respeito. Mas podemos dizer lealmente para quem nos honra com a sua atenção, que este não é o momento dos negros se agruparem em organizações políticas particulares, ou, em grupos, nos Partidos existentes. É preciso, por um instante apenas, até as eleições democráticas de 2 de dezembro, pensarmos no Brasil. Até lá, trabalharemos com afinco e com todo o nosso esforço, pela redemocratização do país. E depois, confiemos na democracia, que ela nos permitirá debater os nossos casos e problemas e, assim, resolvê-los (*Alvorada*, outubro de 1945, p. 4).

Em termos de atuação política, o “socialismo democrático” (DOMINGUES, 2004, p. 62) ou “socialismo engajado” (FLORES, 2007, p. 504) fazia parte do repertório de Correia Leite desde o início dos anos 1930, com ênfase no discurso antifascista.

Apesar da posição crítica em relação ao envolvimento de organizações negras e seus líderes na política, *Alvorada* não tinha postura sectária em relação a iniciativas que considerasse ligadas estritamente ao campo do associativismo¹¹⁷. Além da promoção de iniciativas negras com variadas finalidades, o grupo que dirigia *Alvorada* também optou por um discurso positivo sobre a proposta de unificação de demandas entre grupos envolvidos na mobilização negra, que estivesse, no entanto, dentro dos parâmetros que consideravam os mais acertados¹¹⁸. A crítica para aqueles que tinham postura diferenciada do que apregoavam era severa, como aparece a seguir:

Parece incrível a falta de visão de certos negros que trazem a luz meridiana destes tempos de tantas renovações, os velhos recalques de um capangismo intelectual, para satisfazer em nome da raça negra, as suas pobres pretensões, a liderança de táticas incompreendidas. Nunca tiveram palavra maciça e apresentação de uma ideia sequer em favor de nossas massas. E desejam ser deputados... (*Alvorada*, janeiro de 1946, p. 4).

A desconfiança em relação aos propósitos que estariam motivando alguns dos envolvidos nos movimentos associativos do “meio negro” a se aventurar na política partidária, era, em certo sentido, uma avaliação sobre a conjuntura política daquele momento. Os textos

¹¹⁷ A exemplo dos artigos publicados sobre Abigail de Moura e sua Orquestra Afro-brasileira; sobre o TEN (O “Imperador Jones” interpretado no Rio por artistas negros; O Negro no Teatro Brasileiro), sobre a associação José do Patrocínio, além das notas sobre o surgimento de novos jornais na Imprensa Negra (*Senzala e Novo Horizonte* em São Paulo; e *Palmares*, no Rio de Janeiro), a divulgação de bailes carnavalescos, entre outros.

¹¹⁸ Um dos exemplos de discurso pró-unificação aparece no texto publicado por Raul Joviano do Amaral, intitulado “Unificação Transcendental”, já de início o autor menciona que: “Não é a primeira tentativa, e certamente não será a última, a que no momento se verifica em todos os quadrantes do país – mas especialmente em São Paulo – em torno da unificação dos anseios do Negro brasileiro, unificação de pontos essenciais do seu programa de valorização, autovalorização e integração na sociedade brasileira” (*Alvorada*, março de 1946).

publicados em *Alvorada* traziam repetidamente afirmações de que em épocas de agitações políticas “sempre é propício aos oportunistas ensaiar uma manobra de fundo eleitoral” (*Alvorada*, julho de 1946, p. 04)¹¹⁹. Dessa forma, a posição desse grupo se mostra contraditória, pois, apesar de afirmarem acreditar na democracia como instituição, desconfiavam da capacidade dos partidos políticos de executar seu papel no processo democrático.

Quanto às críticas publicadas, apesar de a maioria não ser endereçadas especificamente a pessoas ou grupos, ficou referido desde o depoimento de Correia Leite, citado anteriormente e publicado no jornal *Folha da Noite*, em dezembro de 1945, que ele tinha restrições quanto às pretensões políticas do grupo envolvido na realização da Convenção do Negro, encabeçado por Abdias do Nascimento e Isaltino Veiga dos Santos. Outro artigo, publicado no jornal *Alvorada* em outubro de 1946 e intitulado “Milagres Políticos”, apresentava críticas que pareciam ter como alvo o mesmo grupo, especialmente quando o termo *leader* foi utilizado de forma irônica, para satirizar as pretensões políticas de alguns indivíduos envolvidos nas mobilizações¹²⁰.

Por esses elementos não somos e jamais seremos compreendidos. E é pena porque encontram-se nos seus arraiais alguns homens que bem poderiam ser dignos de melhor respeito. Eles, porém, preferem viver na ilusão do momento... as suas ambições são medidas e calculadas. Desde os que aspiram aos grandes postos até os que se contentam com quaisquer dinheiros. E se intitulam nossos “leaders” (sic). Arranjam sempre alguns adeptos e aparecem em grupos que assediam os políticos mais abastados. Vão para as portas dos Partidos, dos escritórios, e fazem curvaturas, de mãos estendidas - como nos bandos precatórios dos contos de Victor Hugo: Verdadeiro Pátio dos Milagres (*Alvorada*, outubro de 1946, p. 4).

A crítica ao uso da justificativa racial por negros para a inserção na política partidária também era constante nas páginas de *Alvorada*. Mas, em novembro de 1947, o jornal apresentou uma modificação em sua linha de argumentação ao dar espaço para a veiculação da denúncia de discriminação racial por qual passou um candidato a vereador, pelo Partido Social

¹¹⁹ Outro artigo, publicado em *Alvorada*, na edição de setembro de 1946, aborda o oportunismo: “Principiamos a nossa jornada numa fase de intensa agitação política e de efervescências partidárias. As miragens de certas situações não conseguiram nos demover e muito menos seduzir a nossa compostura ou quebrar os nossos princípios. Atravessamos até aqui boa parte da maré e, nessa travessia, assistimos ao soçobrar das primeiras investidas atiradas pelas ambições oportunistas” (p. 4)

¹²⁰ Leader, por exemplo, foi o termo escolhido pelo antropólogo Arthur Ramos para se referir a necessidade do surgimento de um legítimo representante negro para disputar a política eletiva, durante o contexto de redemocratização pós-Estado Novo. O comentário foi realizado em uma demonstração de apoio de Ramos à iniciativa de realização da Convenção do Negro Brasileiro. O trecho da fala de Arthur Ramos foi publicado no Jornal *Diário Trabalhista*, em 15 de janeiro de 1947: “competem a uma elite negra, com seus ‘leaders’ traçarem normas, diretrizes, para o futuro do seu povo de cor...”

Democrático (PSD), na cidade de Florianópolis¹²¹. José Ribeiro era líder comunitário e presidente do Grêmio Recreativo e Carnavalesco “Brinca quem pode”¹²². Segue trecho:

O Sr. José Ribeiro que é um brasileiro de pele escura – quando foi incluído na chapa do Partido do Sr. Nereu Ramos, por certo, foi por seu merecimento. No entanto, desde logo foi molestado e alvo de ataques, apenas porque é um negro. E quando se faz isso, procura-se logo, ridicularizar a pessoa, deslustrando a condição de sua origem. Nós que não tratamos de assuntos políticos e, muito menos, quando se trata de um caso de contenda eleitoral: não podemos silenciar diante de um fato em que se enquadra a intolerância de prurido racial dessa gente fascistizada que desconhece a história política deste país (*Alvorada*, novembro de 1947, p. 3).

A polêmica em torno da candidatura de José Ribeiro foi estabelecida quando o jornal *Diário da Tarde*, de Florianópolis, ligado a UDN, passou a publicar textos e versos satirizando a escolha de nomes da chapa de vereadores do PSD para as eleições que seriam realizadas em 23 de novembro. O jornal fazia insinuações e trocadilhos com cores, que sugeriam uma aliança encoberta entre o PSD, os amarelos, e o Partido Comunista, a quem chamava de vermelhos. No arco-íris das cores, forma como os udenistas escolheram para se referir a chapa do PSD, sobrou para José Ribeiro ser a cor preta¹²³:

Há uma disputa para ser vereador
E o rol, a chapa, é um arco-íris divulgado
Havendo muita, muita gente lado a lado
E conservando toda ela a própria cor...
[...]
Dum arco-íris não passa todo o PSD
- E o preto? Fala-me, diz-me, por quem é...
- Então não sabes? Zé Ribeiro, o tal Bagé.
(*Diário da Tarde*, 23/10/1947.)

¹²¹ A candidatura de José Ribeiro gerou intenso debate na imprensa catarinense. Nacionalmente, o PSD era o Partido em maior evidência, por ter eleito o presidente da República, General Dutra, em 1945. No contexto local, o PSD também era o Partido de maior sucesso eleitoral após ter ganho os cargos de governador, vice-governador, as duas vagas no senado e a vaga na câmara federal do estado. Além disso, a maior bancada de deputados estaduais era do Partido.

¹²² José Ribeiro já havia sido citado nas páginas de *Alvorada*, em setembro de 1946, no artigo intitulado “Os Negros de Florianópolis”. O texto pode ser compreendido no conjunto das notícias de divulgação de iniciativas e organizações negras que apareciam periodicamente em *Alvorada*. Além disso, a partir de dezembro de 1946, o jornal também passou a ser distribuído na capital catarinense, através do contato com José Ribeiro e outros líderes da mobilização negra na cidade.

¹²³ Os líderes do PSD em Santa Catarina prontamente acusaram os udenistas de serem preconceituosos e antidemocráticos, em artigo publicado no jornal *A Gazeta*, no dia 24 de outubro de 1947. Em resposta, os udenistas de *Diário da Tarde* defenderam não ter feito nada condenável e que José Ribeiro “por ser de cor, não pode sofrer também uma crítica, sem que ela envolva uma questão de raça?”. Além disso, afirmaram que por inocência e vaidade, Ribeiro estaria sendo usado pelo PSD para conseguir votos para eleger outros candidatos do Partido. (*Diário da Tarde*, 25/10/1947, p. 1)

Apesar de os editores de *Alvorada* terem saído em defesa de José Ribeiro, como foi demonstrado anteriormente, e de o caracterizarem como “um homem do povo, envolvido na evolução do tempo”, não se furtaram à crítica ao carnavalesco catarinense. Segundo eles, Ribeiro, por ser líder de uma associação recreativa e gozar de certo prestígio popular, estaria sendo instrumentalizado para usos políticos.

O episódio envolvendo José Ribeiro reforçou uma postura que vinha sendo assinalada por *Alvorada* desde seu surgimento: a ideia de que a política partidária não constava como uma possibilidade viável para realização do que eles denominavam de “levantamento cultural e econômico” dos negros. Isso porque, para eles, de um lado estavam os partidos que intencionavam apenas se aproveitar e instrumentalizar as lideranças negras e, do outro lado, as lideranças (ou pretensas lideranças) que se lançavam à carreira política apenas por ganhos pessoais, por vaidade ou por certa ingenuidade.

Outro ponto apresentado no texto, publicado em defesa de José Ribeiro, sugere que, para o grupo encabeçado por Correia Leite, não era simplesmente a presença de negros na política que resolveria o problema negro no Brasil. Para justificar essa ideia argumentaram, por exemplo, que: “a presença de descendentes da raça negra nos altos postos de representação política, é uma questão remota”. Prosseguiram explicando que:

Desde Cotegipe, no Império, até um que todos conheceram na presidência da República; ninguém pode furtar-se a realidade dos fatos. Primeiramente, como este, ainda recente, de que em 1929, aqui, em São Paulo, o líder da bancada majoritária tinha a cor de Luiz Gama.

E um vereador desse mesmo Partido – perrepista¹²⁴ – tinha a cor bem mais escura que José Patrocínio (*Alvorada*, novembro de 1947, p. 3).

O núcleo formado por José Correia Leite, Raul Joviano Amaral e Fernando Góes manteve firme a posição de dissociação do movimento associativo da política partidária. Entretanto, à medida que o processo de redemocratização pós-Estado Novo se completava, tanto a Associação do Negro Brasileiro quanto o jornal *Alvorada* foram ganhando mais adeptos, cujos projetos pessoais nem sempre confluíam em todos os pontos com o que era defendido pela cúpula central, formada pelos três ativistas mais experientes¹²⁵.

Entre os anos de 1945 e 1947, tiveram lugar três pleitos eleitorais em São Paulo. A repetição do jogo eleitoral dentro do modelo democrático aumentou a pressão para que os defensores do apartidarismo dentro da mobilização negra redefiníssem sua posição. A eleição

¹²⁴ Forma como eram chamados os membros do Partido Republicano Paulista, surgido ainda durante o Império, em 1873.

¹²⁵ Em outubro de 1945, poucos meses após a fundação da ANB, *Alvorada* já divulgava que a associação contava com mais de 500 inscritos.

para a Câmara Municipal na cidade de São Paulo, realizada em novembro de 1947, colocou novamente a questão entre política partidária e movimento associativo para o grupo dirigente da ANB. A seguir, transcrevo, na íntegra, um comunicado divulgado em *Alvorada* e assinado pelo então presidente da associação, Raul Joviano Amaral (Quadro 4).

O comunicado enfatizava a decisão dos dirigentes da entidade pelo apartidarismo. Mas, ao final do texto, quando se comprometia a punir eventuais usos da associação por membros ou diretores para fins políticos partidários, implicava que a decisão de não envolvimento com política não era compartilhada por todos os envolvidos na associação.

Quadro 4 - A ANB e a Vereança

Aproxima-se, celeremente, a eleição municipal para vereadores em todo São Paulo, completando-se assim o processo de redemocratização iniciado em 1945.

Nos combates das urnas, nos prélios eleitorais de 2 de dezembro e de 19 de janeiro, a ANB manteve-se equidistante de Partidos e candidatos, coerente com as normas de orientação que se traçou na atual campanha de recuperação do negro brasileiro.

Estamos, agora, na antevéspera de novas eleições. E a **ANB afirma que está distanciada oficial e oficiosamente de Partidos. Não tem a direção da ANB interesse partidário, não tem candidato, não apoia ou desapoia quem quer que seja.** Observando a mesma linha de conduta e orientação que a vem distinguindo, a ANB não conferiu poderes de representação a qualquer dos seus membros ou diretores. Respeitando, como respeita, a ideologia política, religiosa, etc. dos seus inscritos, estes têm plena liberdade de ação e pensamento, cabendo a cada um cumprir o seu dever cívico de acordo com as suas preferências pessoais de acordo com a manifestação livre de suas consciências. **A ANB não indica, não recomenda, não apoia. Cada um que se decida individualmente.**

E para prevenir possíveis explorações declara a ANB que punirá exemplarmente, de conformidades com os seus estatutos, a todos aqueles diretores ou membros que se desviarem da linha de imparcialidade que adotou, abusando do seu nome.

São Paulo, 15-09-1947.

Raul J. Amaral

Presidente Geral

Fonte: *Alvorada*, outubro de 1947, p. 1, grifos meus.

Dentre aqueles que passaram a colaborar com a ANB e com *Alvorada* durante, o período de restabelecimento da democracia, estava Luiz Lobato, que contribuiria para o aumento da tensão para adoção de uma postura diferenciada na relação com partidos políticos. Maranhense, chegado ao Rio de Janeiro em meados da década de 1930, Lobato viria fixar moradia em São Paulo, quando passou a colaborar mais ativamente com *Alvorada* em 1947. No mês de dezembro, em um artigo intitulado “Construamos Nossa Sede”, ele fugiu à censura imposta

pelos líderes da entidade e deixou registrado que havia participado como candidato das eleições para vereador, realizadas em 9 de novembro daquele mesmo ano.

Todos quanto conhecem meu temperamento impulsivo, mas não leviano, decerto, estarão à espera de minha análise a respeito das eleições municipais, à quais concorri como candidato do Partido Socialista Brasileiro. Confesso que prefiro silenciar [...] Sim, preferi silenciar porque, neste instante, integrado como estou na diretoria da Associação dos Negros Brasileiros vejo-me absorvido pelo plano de construção da sede própria da nossa organização específica.

Assim, não poderei enganar de fatos que dizem respeito à política partidária e que só no Partido poderia trata-los, apesar de minha sempre notada impulsividade (Luiz Lobato, *Alvorada*, dezembro de 1947, p. 1).

2.1.2 Negros e Socialistas: afirmando o associativismo sem negar o partidarismo

Correia Leite informou, em seu livro de memórias, que Luiz Lobato iniciou sua atuação no “meio negro” paulista no grupo Jabaquara, do qual tinha sido uma das principais lideranças. Sobre o grupo, Correia Leite registrou que este surgiu como uma entidade negra “meio clandestina” durante a ditadura Vargas (LEITE e CUTI, 1992, p. 139). Provavelmente essa caracterização de Jabaquara tem relação com o fato da entidade ter sido investigada pelo Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP) no período de intensa repressão política¹²⁶. Além disso, Correia Leite relatou que Luiz Lobato tinha sido ligado ao Partido Comunista antes de se associar ao Partido Socialista.

Pouco se sabe sobre Luiz Lobato, apesar de ele ter se tornado uma destacada liderança na mobilização negra após o fim do Estado Novo. Algumas pesquisas que tratam do período utilizam o livro de memórias de Correia Leite como fonte para identificar Lobato¹²⁷. No livro,

¹²⁶ A investigação foi realizada em 1944, com objetivo de descobrir a “finalidade da Sociedade” e a idoneidade moral de seus fundadores e dirigentes”. No relatório da investigação consta a informação de que: “a Organização de Cultura e Beneficência Jabaquara é uma sociedade legalmente constituída, que tem por finalidade elevar o nível moral, cultural e social dos seus associados”. Além disso, os documentos da investigação mencionam que Jabaquara era “uma sociedade de pretos, com fins culturais e beneficentes”. Os investigadores concluíram que a pretensão dos responsáveis pela organização era de “criar, no Brasil, a questão racial, problema gravíssimo que, felizmente, desconhecemos/ Não se justifica a finalidade de tal associação, pois, no Brasil, país essencialmente democrático, todas as carreiras e profissões estão abertas aos capazes, seja qual for a pigmentação de sua epiderme”. O relatório finaliza com a indicação de que Jabaquara era “perniciosa à segurança pública, pois o seu programa de ação se presta admiravelmente para agitações de modo [que] será, infalivelmente, uma presa fácil para os demagogos profissionais” (Dossiê 50-J-46-8, DEOPS/SP). O relatório sobre Jabaquara também foi analisado por: KÖSSLING, Karin Sant’Anna. “O Discurso Policial sobre o Afro-descendente: Estigmas e Estereótipos”. *Revista Histórica*, nº 15, p. 4-10, 2004.

¹²⁷ A exemplo de COSTA, Diogo. A intelectualidade negra de São Paulo e o projeto Unesco: a construção de uma contra ideologia racial. Recife: SBS, 2007; ALBERTO, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

além de explicar que o maranhense migrou primeiro para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo, o depoimento o caracteriza da seguinte forma:

O Luiz Lobato orientava os negros sempre no sentido de que não existia problema racial. Ele, como marxista, teórico marxista, como ele se considerava, não acreditava que o problema tivesse cunho racial. Para ele era um problema de classe, um problema econômico. O negro sem dinheiro sofria a mesma coisa que o branco sem dinheiro, o branco explorado. [...] Mais tarde o Lobato teve de enfrentar divergência, quando terminou o Estado Novo e ele quis ingressar no meio negro. (Correia Leite, 1992, p. 140)

O jornal *Diário Trabalhista* do Rio de Janeiro, fonte utilizada por Guimarães e Macedo (2008), descreve Lobato como professor, além de indicar outras atividades por ele desempenhadas:

Professor Luiz Lobato, Secretário geral do Diretório Nacional da Convenção do Negro Brasileiro, diretor técnico do Instituto 13 de maio, sua responsabilidade é enorme na condução do movimento negro cultural e artístico a que estamos assistindo presentemente. A cultura do professor Lobato, a sua atuação - principalmente em São Paulo - no sentido de elevar a gente negra a um padrão cultural e humano mais digno, o situam como uma das grandes esperanças desses milhões de brasileiros infelizes - os negros. (*Diário Trabalhista*, 18/7/1946, p. 4)

Das duas fontes citadas, uma reforça o perfil profissional de Lobato, professor, e a outra se atém à sua posição político- filosófica teórico marxista. Outra fonte que, até o momento não se encontrava integrada com essas que tratam da atuação de Lobato junto ao “meio negro”, é proveniente do partido político a que pertencia¹²⁸. O Partido Socialista Brasileiro surgiu em 1947¹²⁹, mesmo ano em que Luiz Lobato se candidatou a vereador em São Paulo. Desse fato, pode-se concluir que ele participou do processo de fundação da entidade, o que seria uma rica fonte de informação pela farta documentação que envolve esse processo. Entretanto, existe pouca informação sobre Lobato nas pesquisas que tratam do surgimento do PSB. Hecker (1998), por exemplo, reconstrói a história de surgimento do Partido Socialista com base em depoimentos de antigos membros. Em seu livro, depois de afirmar que Lobato foi uma das 14

¹²⁸ Em sua dissertação, Campos (2014) faz uso de Leite e Cuti (1992) e Hecker (1998) na intenção de montar um perfil sobre Lobato, mas, quando trata da profissão, a autora utiliza apenas as informações do livro de Alexandre Hecker.

¹²⁹ Sobre o processo de formação do PSB, especialmente em relação aos grupos sociais que compuseram a primeira formação do Partido, Paul Singer nota que: “O PSB paulista foi criado por um amálgama de grupos que representavam um amplo arco de frações distintas: ex-trotsquistas oriundos de vários momentos da história desta tendência, dissidentes do PCB, simpatizantes deste, estudantes e ex-estudantes do movimento de resistência à ditadura do Estado Novo, remanescentes do Partido Socialista que atuou em São Paulo nos anos 30. Formava um conjunto expressivo da esquerda não-stalinista do Estado. Quase de imediato, sobressaiu-se um conjunto de intelectuais brilhantes, que assumiram a liderança ideológica do Partido não só em São Paulo, mas também no Brasil, em competição com outro conjunto de intelectuais, não menos brilhante mas provavelmente menos homogêneo e coeso, do Rio”. (HECKER, 1998, p. 10)

pessoas que assinou o Manifesto da União Democrática Socialista, que instituiu o PSB, o autor o cita em duas passagens rápidas:

Luiz Lobato, operário propriamente, acompanhou os lances seguintes da história dos socialistas democráticos, quase como único operário. Por isso foi tratado com muito carinho, muito desvelo mesmo. (p. 80)

Durante muito tempo os socialistas de São Paulo adularam, no dizer de vários de seus militantes, o único operário – Luiz Lobato – que sempre se manteve fiel à agremiação. (p. 229)

É curioso que o mesmo Lobato identificado como professor e teórico marxista no meio da militância negra tenha se convertido em operário, adulado exclusivamente por ser o único nessa condição de trabalho, entre seus companheiros de Partido. Sobre a formação de Lobato, existe a informação dada por Correia Leite (1992), de que ele tinha migrado do Maranhão junto com uma “leva de estudantes” (LEITE e CUTI, 1992, p. 139). A respeito de sua ocupação, um anúncio publicado na revista *Senzala*, em 1946, dá ciência de que ele era “técnico em questões fiscais” e possuía uma empresa: a Sociedade de Assistência Técnica em Assuntos Fiscais, com dois escritórios, um em São Paulo e outro no Rio de Janeiro¹³⁰.

Sem recair em uma investigação apenas com foco na busca do que é verídico sobre a trajetória de Luiz Lobato, basta saber que os dois perfis bem serviam aos seus interesses e dos grupos em que se inseriu, Movimento e Partido. O próprio Lobato chama a atenção para um aspecto que parece estar no centro do dilema que vivia, ao afirmar que, no Brasil, “negro é povo”, em uma entrevista publicada no jornal *Diário Trabalhista*.

Em outro ponto da entrevista, Lobato apresenta uma explicação de como os Partidos políticos se utilizavam do conhecimento de que o negro estava em maior quantidade entre as camadas populares.

Os grandes Partidos, pelos seus chefes inteligentes, “apoiam” economicamente essas organizações [Diretórios Negros] para obterem, por intermédio delas, o apoio do negro. Mas que benefício real existe nessa transação para o negro, como coletividade? Nenhum. Os benefícios concretamente serão para os Partidos políticos em geral e para os seus cabos eleitorais, em particular. Que os negros se alertem, não me canso de dizer contra esses líderes que jogando com a condição econômica do negro e com seus sentimentos de haver sido escravo, não fazem outra coisa senão resolver temporariamente sua situação pessoal (Luiz Lobato, *Diário Trabalhista*, 18/7/1946, p. 4).

A preocupação de Lobato com a possibilidade de uso da população negra para fins eleitorais, sem que isso trouxesse melhorias para a coletividade, parece ser semelhante à posição

¹³⁰ O anúncio foi publicado na página 6 da *Revista Senzala*, em março de 1946.

apresentada por Correia Leite e seus companheiros que dirigiam o jornal *Alvorada*¹³¹. Entretanto, a dualidade em que vivia Lobato, exige que se verifique sua atuação também dentro do Partido, para a compreensão de como ele operava com as categorias que diziam respeito à sua militância racial no seio da agremiação partidária.

Apesar da posição de pouco prestígio intelectual que parecia gozar no interior da militância político partidária – principalmente por ser um grupo socialmente reconhecido como pertencente a intelectualidade urbana¹³² –, Lobato foi convidado para ser colaborador do semanário *Vanguarda Socialista*, fundado por Mário Pedrosa, em 1945. Na época de fundação do jornal, Pedrosa, já reconhecido como crítico de arte, idealizou um órgão de imprensa com a proposta de agrupar diversas tendências da esquerda marxista críticas ao bolchevismo e, em particular, ao Partido Comunista do Brasil (LOUREIRO, 1984). O jornal foi prontamente abraçado por intelectuais que despontavam na cena nacional, inclusive os ligados à Esquerda Democrática¹³³.

Segundo Correia Leite (1992), Lobato foi convidado para escrever no jornal pelo próprio Mário Pedrosa, de quem era amigo íntimo. De fato, Pedrosa e Lobato tinham militado no mesmo grupo trotskista, que durante a ditadura Vargas sofreu repressão e foi investigado pelo DOPS. Em janeiro de 1938, Lobato chegou a ser preso, junto com outras sete pessoas, dentre elas a mulher de Pedrosa, Mary Houston¹³⁴. As prisões foram feitas em uma tentativa de desarticular a “célula comunista” constituída pelo grupo, que se reunia em Niterói. A notícia da desarticulação da célula dirigida por Pedrosa foi veiculada em vários jornais da época, inclusive

¹³¹ Luiz Lobato demonstra concordar com a dissociação entre mobilização negra e política partidária quando afirma que: “Todas as organizações de negros em que sou filiado ou dou meio apoio, são de caráter estritamente cultural. Destacando-se, entre elas, a Convenção Nacional do Nego, pelo seu rumo imprimido de organização sem política partidária, sem racismos, sem demagogia e de um cunho elevado nos estudos os mais variados que tem empreendido sobre o problema negro do Brasil” (*Diário Trabalhista*, 18/7/1946, p. 4).

¹³² Hecker (1998) explica que o PSB foi gerado no contexto de derrocada da Segunda Guerra Mundial, como resultado “das críticas patrocinadas por intelectuais de classe média, insatisfeitos com os rumos da política nacional e esperançosos em participar no que entendiam ser a construção de um mundo novo” (p. 221). O grupo que conseguiu o controle ideológico do Partido, considerado “guardião das propostas socialistas”, era constituído por nomes como Antônio Candido, Arnaldo Pedroso D’Horta, Azis Mathias Simão, Mário Neme, Lourival Gomes Machado, Décio de Almeida Prado, Patrícia Galvão (Pagu), Sérgio Buarque de Hollanda, Sérgio Milliet, Paulo Emílio Salles Gomes, Oliveiros Ferreira, Maurício Tragtenberg, Perseu Abramo, entre outros.

¹³³ Mario Pedrosa foi uma das maiores lideranças do trotskismo no Brasil durante a década de 1930. Devido a sua atuação política, foi submetido a exílio entre os anos de 1937 e 1945, durante a Ditadura Vargas. No exílio Pedrosa se afastou do trotskismo e passou a defender um socialismo democrático, com proposta anti-stalinista e anticapitalista. Pedrosa fundou *Vanguarda Socialista*, com a colaboração de outros intelectuais de tendência marxista que se encontravam no Rio de Janeiro, como Nelson Veloso Borges, Hilcar Leite, Edmundo Moniz e Geraldo Ferraz. Além de outros como Aristides Lobo, Fúlvio Abramo, Febus Gikovate e Aziz Simão, em São Paulo, esses últimos ligados a Esquerda Democrática.

¹³⁴ Outros presos na mesma ocasião foram: Álvaro de Sousa Abreu, conhecido como Paes Leme, Elias Mariano da Silva Lobo (irmão de Aristides Lobo), Luiz Cingolani, Carlos Alexandre Tamangui, Felipo Ferri e Pasquale Petraccone.

naqueles de maior circulação, a exemplo do *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e do *Diário da Noite*, de São Paulo.

Figura 1 - Prisão de Luiz Lobato

Fonte: Jornal Diário da Noite 13/1/1938

Nos artigos dos jornais, assim como na ficha do DEOPS feita naquela ocasião¹³⁵, o maranhense é citado por seu nome completo, Luiz Hermenegildo Lobato, e são dadas algumas informações sobre ele: “comunista professo, com antecedentes na polícia do estado do Maranhão, onde respondeu a inquérito policial militar, ficando exuberadamente provada a sua responsabilidade nas tarefas subversivas da Juventude Comunista” (*Diário da Noite*, 14/1/1938). Nos jornais em que as prisões foram narradas, Lobato foi descrito como alguém “muito ativo, esperto e com a necessária retórica para imbuir os desavisados” (*Correio da Manhã*, 14/1/1938). Além disso, havia a informação de que ele fazia parte do Grupo B do “Partido Operário Leninista”, também chamado nas reportagens de “Ala trotskista do Partido Comunista” ou de “Partido Comunista do Trotskismo”¹³⁶. A prisão de Lobato resultou em uma

¹³⁵ Nos arquivos do DOPS existem duas fichas referentes a Lobato. É provável que a primeira ficha tenha sido feita no período da prisão de sua prisão. Na primeira, constam as seguintes informações: Luiz Hermenegildo Lobato, 19 anos, natural de Maranhão, Solteiro, Operário, residente na Rua Tavares de Macedo, 194 - Niterói/RJ. Na segunda ficha, com data de 1951, o nome que consta é apenas Luiz Lobato, nascido em 16/05/1916, natural de São Bento / MA, Casado, Industriário, residente na Estrada do Vergueiro, 2889, SP. O nome da mãe e do pai de Lobato também sofreram modificações da primeira ficha para a segunda. Na primeira os nomes de seus progenitores eram Luiz Augusto Lobato e Raymunda Lobato, e na segunda Luiz Antônio Lobato e Raimunda Silvina de M. Lobato. Outra diferença é a anotação, COMUNISTA (grifado em vermelho e com letras maiúsculas), no quesito ‘Atividade’, que consta na primeira e não aparece na segunda (Cf. Anexo A.1).

¹³⁶ O Partido Operário Leninista (POL), fundado em 1936, sob a liderança de Mario Pedrosa. Sobre o POL ver KAREPOVS, Dainis. Luta subterrânea, O PCB em 1937-1938, São Paulo, Hucitec, UNESP, 2003.

sentença de 3 meses de reclusão. Com exceção de Álvaro Abreu, julgado condenado, todos os outros envolvidos foram absolvidos, inclusive Mário Pedrosa¹³⁷.

Em 1946, Lobato se tornou colunista de *Vanguarda Socialista* e voltou a morar no Rio de Janeiro, integrando-se a mobilização na cidade, então capital da República, sem contudo desligar-se totalmente de suas redes de relações em São Paulo. A coluna assinada por Lobato recebeu o título de “O Negro e o Socialismo” e tinha como proposta tratar de vários temas de interesse da população negra. Um dos destaques da coluna ficou por conta do codinome escolhido por Lobato para assiná-la: Imperador Jones¹³⁸.

A coluna começou a ser publicada em 5 de julho de 1946. No texto, Lobato deu mostras de como combinava a mobilização em prol da causa dos negros com a necessidade de implantação do regime socialista. Segundo o autor, o preconceito de cor se intensificava à medida que o capitalismo avançava na sociedade brasileira. A condição de classe proletária da maioria dos negros brasileiros seria o fator que tornaria essa parcela da população de fundamental importância para superação das contradições do modo de produção vigente. Mas, isso não seria possível se os negros ficassem à margem no movimento socialista. Para Lobato, os interlocutores entre o socialismo e a população negra deveriam ser as organizações associativas dos negros: “Cabe, pois, aos negros do Brasil, por suas organizações, baterem-se pelo socialismo, difundi-lo o quanto puderem, afim de que seja abreviado o seu sofrimento e uma nova aurora lhes surja - o socialismo” (*Vanguarda Socialista*, 5/7/1946, p. 6).

Além da relação entre os negros do Brasil e o socialismo, tema de seu primeiro artigo, Luiz Lobato tratou de diversos assuntos em sua coluna, todos concernentes à situação do negro no Brasil. Por vezes também introduzia assuntos do panorama internacional, especialmente acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos. Nos textos publicados, alternava seu lugar de enunciação, certas vezes marcava-se como socialista, chamando os negros para se organizar em torno dessa perspectiva político-ideológica; outras vezes se punha no lugar de ativista negro, mas especificamente daqueles que denominava como “jovens negros democratas e socialistas”.

Nossa geração de Fernando Góes, Solano Trindade, Agnaldo Camargo, Abdias Nascimento, Geraldo Campos de Oliveira, Cristina Julieta Aragão, José Borda, Maria José Aragão, Cília Ambroso, Sofia Campos, Laponésio Batista, Antônio Cândido de Melo, Abigail Moura, nossa geração não suportará mais o engodo, o embuste e outras

¹³⁷ Segundo documentos arquivados do DOPS, Lobato foi sentenciado a um ano de prisão em 5 de julho de 1938. No dia 25 de julho do mesmo ano, a pena foi reduzida para três meses, depois de uma apelação movida pelo próprio Lobato.

¹³⁸ Imperador Jones é o nome de uma peça teatral de autoria do dramaturgo estadunidense Eugene O'Neill (1888-1953). No Brasil, Imperador Jones foi o primeiro espetáculo encenado pelo Teatro Experimental do Negro, em 1945. A curiosidade fica por conta do teor da obra, que conta a história de Jones, um escravo negro que comete assassinato e foge para uma das ilhas das Antilhas, onde ascende ao poder escravizando outros negros. Os escravizados planejam uma revolta e matam o Imperador Jones.

artimanhas que se inventarem para vender-nos novamente nos balcões dos grandes Partidos políticos. Reagiremos, podem confiar. Porque o que nos alimenta a continuar lutando em benefício da coletividade não é fruto da artimanha para proveitos pessoais, mas a necessidade que temos de ajudar a libertação do povo brasileiro da exploração do homem pelo homem (*Vanguarda Socialista*, 26/7/1946, p. 8).

Ao assinalar a existência de uma geração de jovens comprometidos com a luta pela coletividade negra, Lobato insinua uma disputa travada com um grupo de militantes bem estabelecido no “meio negro”, que não deve seu nome citado na lista que apresentou. Não penso que tenha sido por acaso que Lobato não tenha citado José Correia Leite entre os que elencou no artigo publicado em *Vanguarda Socialista*. Em sua declaração, Lobato indicou quem, para ele, eram os propositores dos termos de como seria desenvolvida a mobilização negra naquele contexto. A atuação desse grupo parece ter sido bem impactante na mobilização negra do período. Uma demonstração disso aparece em um artigo publicado pelo sociólogo Roger Bastide, em 1951. No texto sobre a imprensa negra de São Paulo, o autor afirmou que, no meio associativo negro, “o ponto de vista dos jovens de esquerda parece agora prevalecer” (BASTIDE, 1951, p. 54)¹³⁹.

Quando se aproximaram as eleições de janeiro de 1947, a coluna de Luiz Lobato no semanário carioca modificou-se, passando a ser um espaço de divulgação da campanha de Sofia Campos Teixeira, para o cargo de deputada federal em São Paulo. A princípio, a manobra causaria certa estranheza, dado que *Vanguarda Socialista* era um jornal com sede no Rio de Janeiro. Mas, como o jornal tinha bastante colaboração de paulistas, suponho que a publicação circulava pelo menos na capital do estado. Para entender melhor o ocorrido é necessário compreender o papel de Lobato no contexto da mobilização negra em São Paulo.

Primeiro, sabe-se que Lobato iniciou sua atuação no “meio negro” paulista no grupo Jabaquara, que tinha provável inspiração política de esquerda. Nessa organização estavam, segundo Correia Leite (1992), antigos militantes da Frente Negra e pessoas mais jovens¹⁴⁰. Nos documentos recolhidos pelo DEOPS/SP não há registros da atuação de Lobato no Associação Jabaquara, mas são citados alguns dos nomes apontados por Correia Leite¹⁴¹. O relatório foi

¹³⁹ O autor prossegue explicando que “contra tudo que possa parecer um racismo de cor, eles se entendem quanto à distinção entre as reivindicações da classe proletária, na qual brancos e pretos devem trabalhar juntos, e quanto aos obstáculos que mais particularmente se oferecem aos homens de cor, que justificam a criação de grupos especiais” (BASTIDE, 1951, p. 54).

¹⁴⁰ Quando falou sobre o grupo Jabaquara, Correia Leite lembrou-se de poucos nomes, os dos irmãos Vaz Costas e da “filha do Tenente Rosário, professora e irmã mais velha da ex-deputada Theodosina Ribeiro”, que se chamava Maria do Rosário Ribeiro (LEITE e CUTI, 1992, p. 139).

¹⁴¹ O relatório arquivado no DEOPS/SP tem as seguintes informações sobre os membros da Associação Jabaquara: “Consta que seu presidente, José Inácio Rosário, é funcionário do Fórum”. Além do nome de José Inácio Rosário, como presidente da associação, a lista de dirigentes era formada por: Benedito Vaz Costa (vice-presidente); Jarbas dos Santos (secretário geral); Maria de Lourdes Rosário (1º secretária); Mario Vaz Costa (2º secretário); André

feito com base em depoimentos de pessoas que não eram membros da Associação. Entre as informações recolhidas sobre o perfil dos associados ao Jabaquara, consta a de que, “embora pretos, mantém uma atitude correta, vestem-se decentemente e em suas reuniões, que têm cunho literário, cantam e declamam” (Dossiê 50-J-46-8, DEOPS/SP). Sobre as profissões dos sócios da organização informaram que “figuram guarda-livros, dentistas, funcionários públicos, operários e empregados do comércio” (idem).

A proposta associativa de Jabaquara não resistiu por muito tempo depois do fim do Estado Novo (LEITE e CUTI, 1992, p. 148) e, ainda que tenha fracassado em seu projeto de se tornar uma entidade associativa para negros, a articulação de seus membros com os grupos políticos com quem tinham relação, de certo, não se extinguiu. Tudo indica que, a exemplo do que ocorreu com Luiz Lobato, outros associados se aproximaram do grupo que fundou a Esquerda Democrática em São Paulo, em 1945, e que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro, em 1947.

Nas eleições de 19 de janeiro de 1947, a primeira participação da Esquerda Democrática, constam, pelo menos, quatro nomes de candidatos negros apresentados pelo partido: Sofia de Campos Teixeira, Francisco Lucrécio, Sebastião Francisco e Eurides de Oliveira. Dos quatro, os dois primeiros tiveram atuação de destaque na mobilização negra durante o processo de redemocratização¹⁴².

Francisco Lucrécio era um militante atuante desde a época de formação da Frente Negra. Sofia Campos foi citada na lista em que Lobato computou a geração jovem na mobilização negra. Sem dúvida, a presença dela na lista já é um motivo relevante para que ele tenha se comprometido a promover sua campanha em *Vanguarda Socialista*.

Sofia foi apresentada, na coluna assinada pelo Imperador Jones, no dia 27 de dezembro de 1946, ainda não como uma candidata oficial do Partido, mas na condição de nome indicado pelo diretório da capital para deliberação do diretório estadual. Lobato defendeu a indicação e declarou que se tratava de uma “socialista consciente”, e “a única mulher que acompanhava todo o desenvolvimento da Esquerda Democrática”¹⁴³. Outro argumento utilizado em defesa da

Bueno de Oliveira (1º tesoureiro); Rubens Garcia (2º tesoureiro); Nestor Borges (provedor); Lafayette dos Santos, Laponésio Batista e José Assunção (conselho fiscal) (Dossiê 50-J-46-8, DEOPS/SP).

¹⁴² Sofia de Campos e Francisco Lucrécio, assim como Lobato, fizeram parte do grupo que assinou o manifesto da Convenção Nacional do Negro, em 1945. Também participavam como colaboradores dos jornais e revistas da imprensa negra paulista iniciados naquele período. Os dois também eram membros da Associação do Negro Brasileiro, dirigida por Correia Leite e Raul J. Amaral.

¹⁴³ De fato, Sofia de Campos teve atuação destacada durante a formação da Esquerda Democrática, que depois se tornaria o PSB. Hecker (1998), no livro em que reconstrói a trajetória de Esquerda Democrática de São Paulo explicou que a professora negra participou do primeiro Diretório do Partido em São Paulo, eleito em 6 de abril de 1948. O diretório era presidido por Fúlvio Abramo e composto, além de Sofia de Campos, por Antônio Costa

candidatura foi de que esta seria uma vitória moral, pelo ineditismo que sua eleição poderia representar.

Pela primeira vez no Brasil, exceção feita ao Estado do Maranhão, uma mulher negra concorre com seu nome a um pleito eleitoral. E o fato se torna mais expressivo porque se passará em São Paulo, em cujo Estado, embora tenha muitos negros, o preconceito de cor atinge proporções desconcertantes, contribuindo, para isso, o baixo índice econômico em que se encontram os mesmos (*Vanguarda Socialista*, 27/12/1946, p. 4).

Nesse mesmo texto, Lobato revelou uma tensão na disputa por espaço dentro do Partido. Como já mencionei, Francisco Lucrécio foi também candidato a deputado estadual, pela Esquerda Democrática naquelas eleições. No entanto, mesmo que existam fontes documentais que atestem que Lucrécio, Lobato e Sofia de Campos participavam do mesmo círculo no “meio negro”, no campo da política eles eram concorrentes. Pelo menos, é isso que sugere a crítica forte e de caráter pessoal que fez Lobato à escolha de Lucrécio como candidato pelo Partido.

Fazendo assim [aceitando a candidatura de Sofia de Campos Teixeira], terá esse Partido consertado a grande falha que fez ao apresentar o nome do Sr. [Francisco] Lucrécio, um negro racista, oportunista e sem cultura. Somente a inclusão do nome dessa companheira poderá fazer com que o programa social que defende a Esquerda Democrática não seja de todo desmoralizado (*Vanguarda Socialista*, 27/12/1946, p. 4).

A primeira observação que parece muito relevante sobre a situação é questionar quais seriam os motivos que levaram o partido a indicar Lucrécio antes de Sofia, já que ela era, como Lobato afirmou, uma das fundadoras da agremiação. Será que os motivos da escolha não estariam relacionados a uma tentativa dos dirigentes de escolher um candidato negro que poderia atrair mais votos? Se assim o fosse, era uma prática que Lobato mesmo declarou ser comum, mas reprovável, embora estivesse sendo utilizada por seu próprio partido.

Entre Lobato e Lucrécio me parece que estava em jogo também a biografia do último, sua participação na Frente Negra Brasileira (FNB) e atuação como secretário-geral da entidade, a partir de 1934. Lobato era um ardoroso crítico da Frente Negra, não por sua proposta associativa de cunho racial, mas pela linha político partidária que seguiu¹⁴⁴.

Corrêa, Máximo Cardoso, Hozair Mota Marcondes, e Azis Mathias Simão. Hecker, ao fazer referência a Sofia de Campos a definiu como “mulher negra símbolo para a democracia socialista” (p. 96).

¹⁴⁴ A postura de Lobato em relação a FNB aparece logo em seu primeiro artigo publicado em *Vanguarda Socialista* quando afirma que: “Nem mesmo a Frente Negra Brasileira, que o integralismo desejou manobrar seu belo prazer, nem mesmo essa organização fomentou racismo entre nós”. (*Vanguarda Socialista*, 5/7/1946, p.6). Pouco tempo depois, no texto publicado em 26/7/1946, ele afirma ter sido a Frente Negra quem iniciou “a venda de negros” aos Partidos políticos. A crítica, portanto, é direcionada ao uso partidário da entidade, que, segundo ele, “só ao fascismo interessa”.

Provavelmente, parte do antagonismo em relação a Lucrécio se devia aos conflitos originários da sua próxima convivência com desenvolvimento da militância negra naquele período específico¹⁴⁵. Um exemplo das diferenças de opinião entre Lobato e Lucrécio está em um embate travado sobre a criação de um Partido Negro. Em 1946, a revista *Senzala* promoveu, em suas páginas, debates em que foram apresentados diferentes pontos de vista sobre o assunto¹⁴⁶. Francisco Lucrécio advogava em favor de um Partido controlado por negros¹⁴⁷:

Porque os negros não podem reunir e fundar um partido político para harmonizar as lutas táticas em proveito da coletividade? Se assim procedessem, porventura estariam criando racismo? Se já é de conhecimento de todos que no Brasil não existe esse problema de raças e muito menos se constituiria com relação ao homem negro de vez que pertence a Raça Brasileira já por fatores históricos bem como falando a mesma língua e usando os mesmos costumes.

De um lado, com a fundação de um Partido Político dirigido por um grupo de negros, evitar-se-ia a exploração de indivíduos e grupinhos que surgem nestas ocasiões, teimando em representar o pensamento e a força eleitoral do negro, junto a outros partidos, em benefício próprio (Francisco Lucrécio, Um ponto de vista: Partido Político, In: *Senzala*, fevereiro de 1946, p. 14).

Na opinião de Lobato, um partido não deveria surgir da vontade de alguns negros de resolver o problema da “raça” por meio de sua inserção na política, talvez por isso tenha acusado Lucrécio de ser um “negro racista”. Para ele, o que justificava o surgimento de um Partido era a defesa de uma ideologia que representasse uma forma de Estado e que correspondesse às mentalidades da burguesia, classe média ou proletariado. Por existirem negros de variadas tendências ideológicas, o Partido Negro teria também de ser plurideológico. Se assim o fosse, comunistas, socialistas, fascistas e democratas formariam “grupos para dominar o Partido e alijarem-se uns aos outros. Teríamos tudo, menos benefício para o negro como coletividade” (*Senzala*, março de 1946, p. 9). Segundo Lobato, se o problema a ser resolvido era o “levantamento social” dos negros, a melhor solução seria aplicar o dinheiro e organização necessários para construção de um partido político em escolas. Além disso, Lobato

¹⁴⁵ A escolha de Francisco Lucrécio como candidato pelo PSB parece se enquadrar no “critério de admissão pouco exigente” explicado, segundo Hecker (1998), pela “premência em formar quadros e a insuficiência de candidatos para organizar chapas completas”. Essa situação resultou em constante “admissão de indivíduos dos quais o Partido exigia pouco em termos de definição ideológica” (p.124).

¹⁴⁶ Os textos foram publicados na seção “Um ponto de vista”, que divulgava junto com os textos o seguinte aviso: “Um ponto de vista é a coluna destinada a receber a manifestação do pensamento de todo pensador negro que queira dar livremente o seu parecer sobre a situação do negro em face da sociedade brasileira, no sentido econômico, político, social e moral. É uma página de debates em plano elevado sem visar pessoal e de qual esperamos um corpo de princípios doutrinários que possam orientar as atividades culturais e político-sociais da coletividade negra do Brasil” (*Senzala*, março de 1946, p. 8).

¹⁴⁷ A postura de Francisco Lucrécio em prol da criação de um partido negro naquele contexto representava também a experiência da existência do Partido criado pela Frente Negra Brasileira. O próprio Lucrécio trata do assunto em entrevista concedida a Marcio Barbosa e Vera Benedito, publicada no livro: BARBOSA, Márcio. *Frente Negra Brasileira: depoimentos/ entrevistas e textos*; organizador Quilombhoje. São Paulo, 1998, p. 58-60.

compreendia que a questão racial deveria ser limitada ao programa do partido e não dominar toda sua estrutura¹⁴⁸.

Embora reconheça questões peculiares aos negros, repudio a separação de raças, quer em forma de Partidos, quer como uma doutrina. Mesmo porque o problema do negro sob aspecto econômico, social e até político, é um problema de classe e jamais poderá ser resolvido sob o prisma racial.

[...]

O Partido político da raça negra não resolveria sua situação posto que seria um Partido de meia dúzia que iria negociar em nome dos negros para obter uma pretensa melhoria. Tratar da elevação cultural, econômica e educação social e política da coletividade negra é capítulo de programa partidário. E nada mais. A sua estrutura deve ser filosófica, afim de que sintamos realmente a necessidade de levar os negros para um Partido político. O programa, repito, para este caso tem importância secundária (Luiz Lobato, Um ponto de vista: Partidos Políticos da Raça Negra, In: *Senzala*, março de 1946, p. 9/10).

Além de suas opiniões contra a criação de Partidos Políticos de Negros, Lobato fazia críticas aos candidatos negros que se apresentavam nas eleições de 1947. Pouco antes de iniciar sua campanha pela candidatura de Sofia de Campos, o articulista publicou um texto em *Vanguarda Socialista* com o título “Candidatos Negros”. Nesse artigo ele arguiu que, naquelas eleições, os Partidos iriam apresentar “negros candidatos e candidatos negros”. Lobato utilizou o trocadilho para enfatizar que, em sua opinião, ser negro não era motivo suficiente para que um candidato “merecesse o voto dos negros” (*Vanguarda Socialista*, 6/12/1946, p.4). Assim, além de ser negro, o candidato deveria ter qualidades como “inteligência, cultura, caráter e decisão”¹⁴⁹.

Sofia Campos era, nas palavras de Lobato, uma mulher “inteligente, culta, decidida e de caráter inatacável. Incansável na luta pela elevação do nível econômico e cultural dos negros brasileiros” (*Vanguarda Socialista*, 27/12/1946, p. 4). Ainda segundo o articulista, a candidata, que atuava como professora, tinha como bandeiras a luta contra o preconceito de cor e era a

¹⁴⁸ A opinião de Lobato sobre a inserção de assuntos relacionados aos negros em programas partidários parece ter tido ressonância entre os membros do partido ao qual era filiado, o PSB. Em abril de 1947, o PSB divulgou um Manifesto que figurou a luta contra o preconceito racial entre os princípios orientadores do partido. O item 8 da carta de princípios tratava de cultura, educação, classe e raça: “No terreno cultural, o objetivo do Partido é a educação do povo em bases democráticas, visando a fraternidade humana e a abolição de todos os privilégios de classe e preconceito de raça” (CHACON, 1981, p. 386). Antes da luta contra o preconceito racial passar a fazer parte do programa do PSB, o PTB havia tratado do assunto em seu programa, divulgado em 1945. No texto do PTB, a abordagem é contra as dificuldades de acesso de “cidadãos na vida pública” com causa no preconceito de cor e não no “critério da competência” (CHACON, 1981, p. 446).

¹⁴⁹ No mesmo texto, ele apontou um exemplo de um candidato que havia sido eleito, mas que não reunia as qualidades que considerava fundamentais, Claudino da Silva – deputado federal do PCB, em 1945. Ele explicou que quando o deputado teve a oportunidade de se posicionar em defesa dos negros, apoiando uma emenda que havia sido apresentada pelo senador Hamilton Nogueira (UDN), Claudino “limitou-se a dizer que a emenda do Senador era restritiva, mas não apresentou um substitutivo” (*Vanguarda Socialista*, 6/12/1946, p.4). Na verdade, o deputado federal Claudino da Silva apresentou um projeto de emenda constitucional versando sobre o assunto. Tratarei do episódio com mais detalhes no Capítulo 5.

favor dos direitos das mulheres¹⁵⁰. Eram mostras do seu comprometimento com o cargo que ocupava na direção do departamento feminino do Diretório Estadual de São Paulo da Convenção Nacional do Negro, “o único departamento que na realidade funcionou”: a colaboração na criação da Associação das Empregadas Domésticas e a defesa da sindicalização da categoria, que apresentou durante o I Congresso da Mulher que Trabalha. Lobato transcreveu o que teria sido um trecho da fala que Sofia Campos apresentou durante o evento¹⁵¹:

Figura 2 - Sofia Campos Teixeira
(*Vanguarda Socialista*, 17/1/1947)

Solicito ao plenário a aprovação desta tese no sentido de que o Congresso recomende à Câmara dos Deputados Federais a regulamentação do trabalho de milhares e milhares de trabalhadoras que, tão humanos como nós outras, professoras, advogadas, médicas, dentistas reunidas neste conclave, não têm, todavia, os direitos que nós temos. Ao contrário, elas vivem jogadas ao desamparo do Estado ou de instituições de Previdência Social, sujeitas somente ao bom coração de suas patroas (*Vanguarda Socialista*, 27/12/1946, p. 4).

Para Lobato, a campanha de Sofia era direcionada para a luta por direitos trabalhistas do “grande número de mulheres ou homens negros [que] são cozinheiros, amas-secas, lavadeiras ou garçons e motoristas particulares”. Dessa forma, a candidata lutava “pelos direitos sociais da grande massa”, o que constituía uma luta “pelos direitos dos negros do Brasil” (idem).

Foi exatamente dos negros que o Imperador Jones chamou a atenção no seu seguinte artigo em *Vanguarda Socialista*. Na ocasião, afirmou que “os negros paulistas têm o dever de eleger Sofia de Campos Teixeira”. Em outra passagem, acrescentou que “os negros de São Paulo cometerão uma injustiça com seus antepassados se não sufragarem o nome dessa companheira na eleição de 19 de janeiro”. Lobato antevia que Sofia de Campos precisaria de, ao menos, 10 mil votos para ter sucesso em uma eleição que considerava decisiva, pois marcaria “os rumos da vida política, social e econômica, não só de S. Paulo, mas do Brasil inteiro” (*Vanguarda Socialista*, 3/1/1947, p. 4).

¹⁵⁰ Uma das muitas colaborações de Sofia de Campos Teixeira em jornais da imprensa negra paulista consiste em textos escritos na seção feminina da *Revista Senzala*. Em janeiro de 1946, em “Algo Feminino”, ela escreve o seguinte: “Considerando que o mundo não pertence só aos homens e sim também a mulher, e que a felicidade e a desgraça quando sobre a humanidade não respeitam sexo, e que a mulher aceitando com resignação toda qualquer responsabilidade decorrente das dificuldades da vida, ela julga ter direito de aceitar ou não as ideias daqueles que se arrogam em diretores, que discutem a questão de ser a mulher indispensável a tutela masculina, privilégio e prazer de tão falado sexo forte./ Entretanto, é preciso que os homens sejam menos egoístas para que as mulheres, uma vez que já tem dado sobejas provas de cooperação também lhes caiba o direito da sua liberdade, como humanas que são (*Senzala*, janeiro de 1946, p. 21).

¹⁵¹ A atuação de Sofia de Campos junto ao movimento de mulheres foi seguida de perto pelo DEOPS/SP. Nos arquivos do Departamento encontrei 17 documentos que fazem referência ao nome da ativista, que também tinha uma ficha com informações da investigação que foi feita sobre ela (Cf. Anexo A.2).

Lançando mão de um repertório argumentativo contundente, Lobato apresentou a candidatura de Sofia de Campos como uma possibilidade de construção de um novo símbolo, que superasse a figura da Mãe Preta, tradicionalmente utilizada como representação da contribuição negra para a nação brasileira¹⁵².

Assim como nas bandeiras os negros tiveram uma grande atuação, deixando, em cada local por onde passaram, o marco de uma cidade, assim também em 1946, a mulher negra deixa de ser a simples “Mãe Negra” que amamentou os filhos do “sinhô” branco e vai para as urnas reivindicar o lugar que lhe pertence (*Vanguarda Socialista*, 3/1/1947, p. 4).

Com sua observação sobre a Mãe Preta, Lobato propunha o rompimento com uma tradição incrustada no seio da mobilização negra do período, antecipando a quebra do discurso de conciliação em tornos das tensões raciais na formação da sociedade brasileira, rompimento esse que só viria a ser realizado de forma mais completa décadas depois, por volta dos anos 1980 (GUIMARÃES, 2003, p. 99).

Retornando ao tema da candidatura de Sofia Campos, os artigos publicados em *Vanguarda Socialista* são de divulgação de sua campanha, mas sem uma apresentação detalhada das propostas. Ficou registrado apenas o que foi apontado por Lobato como sendo suas prioridades. Sofia pareceu estar de acordo com o que foi publicado. Em uma nota divulgada dois dias antes das eleições, externou agradecimento pela atuação do jornal em prol de sua candidatura.

Não há possibilidade de saber qual o impacto das publicações de Lobato sobre o desempenho eleitoral de Sofia de Campos, especialmente porque ele escrevia em um jornal do Rio de Janeiro, enquanto ela era uma candidata em São Paulo. Ainda assim, o material oferece uma rica documentação que destaca o pensamento sobre a candidatura de uma representante negra com definida posição partidário-ideológica, de tendência socialista.

Segundo o resultado das apurações, a votação que Sofia recebeu não foi suficiente para que fosse eleita. Além disso, a Esquerda Democrática, partido pelo qual se candidatou, não atingiu quociente eleitoral, e, por isso, não elegeu nenhum deputado estadual. Sofia Campos foi

¹⁵² A figura da Mãe Preta era constantemente utilizada pela imprensa negra, especialmente no dia 28 de setembro, data reservada para este fim, por ter sido o dia da assinatura da Lei do Ventre Livre. Curiosamente, Sofia de Campos Teixeira publicou o artigo “28 de Setembro”, no jornal *Alvorada*, no mesmo ano em que foi candidata a deputada estadual, 1947. No texto, ela defendia a Mãe Preta como um símbolo imortal, no qual mulheres brancas negras e mulatas deveriam se inspirar ao abraçar o papel social de luta contra o preconceito na educação dos filhos (*Alvorada*, outubro de 1947, p. 3). Sobre a construção simbólica em torno da figura da Mãe Preta, ver: SEIGEL, Micol. Mães pretas, filhos cidadãos. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da & GOMES, Flávio dos Santos. *Quase cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007. p. 62-90.

a mais votada entre os candidatos negros da legenda (306 votos), seguida por Francisco Lucrécio (182), Eurides de Oliveira (49) e Sebastião Francisco (18)¹⁵³.

2.1.3 Disputas políticas na mobilização negra em São Paulo

Após as eleições de janeiro de 1947, Luiz Lobato continuou com sua coluna em *Vanguarda Socialista*. Entretanto, naquele período houve uma modificação nos temas abordados por ele, que passaram a tratar basicamente de denúncias contra ativistas e organizações negras do Rio de Janeiro e de São Paulo. Um dos embates que travou teve relação com o envolvimento de associações negras nas eleições de 19 de janeiro¹⁵⁴. O artigo “Um grito de alerta” começava com uma crítica à União dos Homens de Cor do Paraná, com a alegação de que esta teria se envolvido em disputas político partidárias. Lobato defendeu que as organizações negras fomentassem o discurso político, mas não aderissem a qualquer agremiação partidária, o que seria uma prática repreensível. Dito em suas palavras: “se todas as organizações de negros no Brasil tiverem uma bandeira política partidária, jamais teremos, na realidade, alcançado o objetivo que almejamos: a extinção do preconceito de cor e as facilidades a todos nos mais variados setores da vida pública do país” (*Vanguarda Socialista*, 7/2/1947, p. 4).

A crítica feita à União dos Homens de Cor do Paraná funcionou mais como um prelúdio para introduzir a questão que parece ter sido a fomentadora do texto, uma acusação contra a Associação do Negro Brasileiro. Segundo Lobato, a ANB “saindo fora de seu programa, prestigiou, aberta e desassombradamente, um só candidato negro, quando no estado de São Paulo existiam mais de cinco” (idem). Os candidatos foram citados em seguida: “Mario Henrique de Almeida, do PSD; Arthur Albino da Rocha, do PTB; Sebastião Francisco, Eurides

¹⁵³ A Esquerda Democrática teve 45 candidatos, ao todo. O candidato mais votado foi Alípio Correia Netto, médico e professor da Universidade de São Paulo, com 2.22 votos. Sofia de Campos foi a 15ª mais votada e Sebastião Francisco foi o candidato menos votado da legenda (CONOLLY, 2008). A maior parte dos candidatos do Partido naquelas eleições era formada por “escritores, pensadores, professores, profissionais liberais, artistas”, como assinala Hecker (1998), ao explicar que o PSB (nessa época com nome de Esquerda Democrática) “manteve-se ao longo do tempo como uma criatura disforme, cuja volumosa cabeça mal se sustentava em um corpo franzino de militantes” (p. 90).

¹⁵⁴ Não tratarei com mais detalhes aqui das muitas polêmicas iniciadas por Lobato em sua seção de *Vanguarda Socialista*. Como exemplo, cito o texto “Resposta a um negro comunista”, no qual afirmou que na Rússia existia “preconceito de raça ou de cor” e que, “enquanto nós [negros socialistas] dizemos claramente que o preconceito de cor no Brasil é um problema de classe social, os comunistas [negros] calam-se sobre o assunto, naturalmente para não espantar as “branquinhas” ou “branquinhos” de seu Partido (*Vanguarda Socialista*, 14/3/1947, p. 3-4)

de Oliveira e Sofia Campos Teixeira, da Esquerda Democrática; João Vicente Ferreira¹⁵⁵, oficial do Exército, candidato pelo PSP” (ibidem).

Lobato não citou Francisco Lucrécio, candidato da Esquerda Democrática, o que leva a crer que é a pessoa de quem trata quando se refere ao candidato apoiado pela ANB. Além disso, Lucrécio compunha o núcleo diretor da entidade desde sua fundação, em 1945.

O Imperador Jones, não poupou críticas ao procedimento da ANB, que, segundo ele, não teria feito o que era a obrigação de uma entidade que se dizia “apolítica”, na verdade, apartidária. Assim, o certo teria sido chamar todos os candidatos negros para uma reunião e se inteirar de seus projetos em relação a situação do negro no Brasil, independente de filiação partidária. Em dado momento, o indignado articulista chega a afirmar que a atitude dos dirigentes da ANB se igualava a de “líderes decaídos”, com “um passado de ação” que não correspondia ao comportamento pelo qual eram acusados.

A denúncia de Lobato, bem abrigado sob as asas da esquerda intelectual, tinha como alvo o grupo liderado por Correia Leite. O texto finalizava com o que parecia uma sugestão de rompimento entre o negro socialista e os dirigentes da ANB:

Continuamos a dizer aos negros de São Paulo quem são seus verdadeiros líderes, embora muitos deles se encontrem encrustados nas direções de sociedades e fazem uma única coisa: deliciarem-se em torno da aureola em que eles mesmos se envolvem. Alerta, pois, negros de São Paulo! Alerta, negros do Brasil! Tenhamos coragem de dizer o que serve para nosso desenvolvimento cultural, econômico e social e jamais compactuemos com os oportunistas e comodismos dos líderes das épocas eleitorais. Alerta! (*Vanguarda Socialista*, 7/2/1947, p. 4).

Os líderes negros de São Paulo atingidos pelas denúncias de Lobato deram a resposta na publicação seguinte de *Alvorada*, em março de 1947. O tom por eles utilizado foi de repreensão, professoral e, por vezes, quase paternal. Bem apropriado para aqueles que tanto enfatizavam o próprio lugar de voz da experiência na mobilização negra.

Mais alto que qualquer provocação – oriunda das inventivas do anonimato – fala, este canto de coluna, onde se galvaniza, serenamente a síntese do nosso pensamento. E ninguém pode negar que a nossa prédica não seja feita à luz meridiana de um ideal esclarecido e de finalidades bem definidas.

[...]

Os negros já verificaram que a ANB não é um ludibrio e em seu seio a miragem da política não medra. Assim sendo, é inútil rosnar bazófia de falsos endossos. Porque nós continuaremos. E para aqueles que nos atacam, lembramos a célebre legenda grega – Homem, conhece-te a ti mesmo (*Alvorada*, março de 1947, p. 2).

¹⁵⁵ Vicente Ferreira foi uma importante liderança negra paulista no início da década de 1930 por causa de sua atuação na da Legião Negra (DOMINGUES, 2003). Oswaldo Faustino (2011) transformou Vicente Ferreira em uma personagem no seu romance histórico sobre a Legião Negra. Ver: FAUSTINO, Oswaldo. *A Legião Negra: a luta dos afro-brasileiros na Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

O texto publicado em *Alvorada* também reiterou o compromisso de não envolver “a legenda da ANB em qualquer aventura política: sejam quais forem os seus matizes ou sabores partidários” (idem). Porém, não trataram diretamente da acusação de terem feito campanha para um candidato negro nas eleições de 19 de janeiro. Limitaram-se a destacar o seguinte: “nossa ação se encontra documentada, não somente na matéria deste pequeno jornal, como em nossos volantes de propaganda. Não adianta tergiversar a verdade nesta altura dos nossos trabalhos” (ibidem).

Se as acusações de Luiz Lobato causaram estremecimentos em sua relação com Correia Leite e com o grupo de ativistas reunidos na Associação do Negro Brasileiro, em São Paulo, em pouco tempo o clima de colaboração foi restabelecido. Em junho de 1947, *Alvorada* passou a publicar assiduamente textos assinados por Lobato, todos voltados para discutir assuntos concernentes ao associativismo negro e à gestão da Associação do Negro Brasileiro¹⁵⁶.

Em contrapartida, os textos assinados pelo Imperador Jones em *Vanguarda Socialista* ficaram cada vez mais escassos e, no segundo semestre de 1947 já não foi possível observar mais contribuições do colunista nas páginas do jornal. Provavelmente, a saída de Luiz Lobato de *Vanguarda Socialista* teve relação com as dificuldades financeiras que o jornal passou a enfrentar em seu segundo ano de existência.

O que é possível saber de certo é que as relações de Lobato no meio da política partidária e na mobilização negra o puseram em constante tensão. Pelo que veio a público, os conflitos pareciam estar mais pendentes para suas relações no movimento associativo negro do que para o círculo partidário. Anos depois, em seu livro de memórias, Correia Leite (1992) cita os conflitos com Lobato, relacionados ao conteúdo publicado em *Vanguarda Socialista*. Leite

¹⁵⁶ Apesar de a sequência de publicação do jornal estar incompleta, foi possível encontrar os seguintes textos assinados por Lobato: “Os negros devem organizar-se, em junho de 1947; “Como é difícil educar”, em julho de 1947; “O Negro e o Humanismo, em setembro de 1947; “Um programa a realizar-se, em novembro de 1947”; e “Construamos nossa sede”, já citado anteriormente, em dezembro de 1947. O retorno de Luiz Lobato a São Paulo coincidiu com uma grande polêmica em torno da publicação do artigo, “Negros do Brasil”, por Paulo Duarte, no jornal *O Estado de S. Paulo* (16/04/1947, p. 5). O artigo de Paulo Duarte, associava o afrouxamento do Estado, após o fim do regime ditatorial, com uma desordem moral, que tinha no negro seu principal agente. Segundo Bastos (2007), essa publicação gerou várias manifestações de “estudiosos dos problemas sociais”, alguns contrários e outros a favor do articulista (p. 251). No “meio negro”, houve manifestações também, como no caso de *Alvorada*, que publicou em sua edição de maio de 1947 o artigo, “O esgar do Sr. Paulo Duarte”, que denominou as declarações de “ranços do arianismo”, provenientes de um “apavorado e lúgubre, tresandado a miasma do escravagismo, como contra o fantasma de uma imaginação retrograda” (*Alvorada*, maio de 1947, p. 8). Entre os defensores de Paulo Duarte estava o companheiro de partido de Lobato, Sergio Milliet. Sobre a polêmica, Milliet publicou o texto “O preconceito de cor”, também em *O Estado de São Paulo* (10/05/1947, p.7). No texto o escritor afirma que as declarações de Duarte foram mal compreendidas, e que não são uma expressão de racismo. Seus comentários seriam, ao contrário, uma crítica a “uma intenção de brancura, que sem chegar a constituir um preconceito é bastante forte para repelir uma política de valorização excessiva do mulato”, em maior número na composição da população brasileira (*O Estado de São Paulo*, 10/05/1947, p.7).

contou que “de lá ele [Lobato] começava a criticar as nossas ideias, que eram contrárias as ideias socialistas” (p. 148). Na verdade, apesar das críticas, Lobato também atuou na promoção de organizações negras, especialmente a Convenção Nacional do Negro, o Centro de Cultura Afro-Brasileiro (dirigido por Solano Trindade) e a Associação do Negro Brasileiro. Além disso, nos primeiros meses de sua coluna, o maranhense fez sistematicamente divulgação de *Alvorada*, inclusive repercutindo notícias que haviam sido publicadas no jornal¹⁵⁷.

Os atritos causados pelas divergências de posição e opinião política, entre os envolvidos na militância negra paulista, são demonstrações de que esta vivia, naquele momento, uma correlação de forças entre os congregados no que era por eles denominado de “meio negro”. Nas diversas posturas, raça e classe operavam em arranjos particulares e atuavam na construção de diferentes concepções políticas. Para Lobato e outros adeptos do socialismo, o associativismo negro deveria ter fins raciais, mas em termos de organização política, uma vez que a população negra, em sua maioria pobre, deveria aderir à proposta socialista. Francisco Lucrécio parecia acreditar na solução fretenegrina de que a organização política partidarizada por parâmetros raciais daria conta de resolver os problemas de natureza econômica dos negros. Já Correia Leite e seu grupo defendiam que o movimento associativo por si teria os instrumentos necessários para dar autonomia aos negros e também pressionar o poder público no sentido da resolução dos problemas da população negra.

Mesmo levando em conta as disputas, não se pode desconsiderar a existência da cooperação, como também de um projeto de unificação engendrado pela mobilização negra. O desejo de unificação, quer tenha sido fruto de uma ideologia compartilhada ou da percepção da fragilidade política por qual passava o movimento, permitiu que as trajetórias de ativismo se construíssem em proximidade.

No caso dos desentendimentos entre Luiz Lobato e os líderes da ANB, por exemplo, pouco tempo depois o articulista de *Vanguarda Socialista* já fazia comentários positivos sobre a Associação do Negro Brasileiro, assegurando sua idoneidade, frente a outras entidades que tratavam os negros paulistas como “mercadorias”, comportando-se tal quais “capitães do mato”.

Não trepidamos em apoiar todos os movimentos honestos, dirigidos e orientados por negros, cujos propósitos seja o de educar, indistintamente, negros e brancos pobres. Assim, demos nossa solidariedade à **Associação dos Negros Brasileiros**. Tomaremos igual atitude com qualquer outra sociedade congênere, desde que sua posição seja

¹⁵⁷ Por exemplo, em 9 de agosto de 1946, o Imperador Jones reproduziu uma denúncia anteriormente publicada em *Alvorada* sobre “um titular que se outorgou o direito de representar aos negros paulistas num determinado Partido político”. A nota termina com votos de que “os companheiros de *Alvorada* continuem vigilantes contra o abuso desses pretensos líderes” (*Vanguarda Socialista*, 38/9/1946, p. 8).

definida e seus princípios não impliquem no racismo e sua educação não seja totalitária ou fascista (*Vanguarda Socialista*, 13/06/1947, p. 3, grifos no original).

A foto a seguir, por exemplo, é o registro de um momento importante para o ativismo negro na década de 1940, a visita de Nicolás Guillén¹⁵⁸, um dos maiores nomes da poesia cubana na época. Na foto, Luiz Lobato está sentado junto a Correia Leite, Fernando Góes e outros, em uma reunião íntima com Guillén e Rosa, sua esposa.

Figura 3 – Imagens da visita de Nicolás Guillén

Fonte: *Alvorada*, de dezembro de 1947.

Nos primeiros meses de 1948, *Alvorada* passou a trazer textos mais críticos ao desenvolvimento da democracia brasileira, que estaria sendo ameaçada pelas práticas pouco éticas da política partidária¹⁵⁹. Associada à desilusão com a democracia brasileira, o jornal também trazia críticas à forma como o associativismo negro estava sendo organizado em São Paulo. Raul Joviano Amaral, que estava na direção da ANB e de *Alvorada* quando fecharam as portas, não poupou críticas aos negros que davam pouca atenção aos “soldados que tentavam honrar a memória dos antepassados”.

No penúltimo número que se tem notícia da circulação de *Alvorada*, foi dito que “a sorte está lançada, e oxalá venha a coletividade a unir-se no compromisso moral de fazer prosseguir o processo histórico da emancipação”. Para o seu diretor, ficava a certeza da previsão: “nós

¹⁵⁸ Guillén foi um dos maiores representantes do negrismo cubano (OLIVEIRA, 2012). Em sua visita ao Brasil, o poeta cubano recebeu homenagens da Academia Brasileira de Letras e da Sociedade Brasileira de Escritores.

¹⁵⁹ Segue trecho do texto “Momento Político”, publicado em março de 1948: “Diante de tanto barulho que a política vem fazendo, deixando o povo paulista estarrecido e sobressaltado, com tantas incoerências de ética partidária e, mesmo, dos postulados até há pouco apregoados e firmados no diapasão da eterna vigilância. Deste jeito a nossa nascente democracia, não só corre perigo, como, se ela sobreviver, tem que lutar para sair do atolamento das paixões tortas e camesinhas desses homens que lutam pela ambição do mando” (*Alvorada*, março de 1948).

sabíamos que, nesse após-guerra, o homem negro principalmente se arruinaria na desenfreada orgia dos entrechoques político-sociais e se desorientaria impelido pelas conjunturas econômicas que o leva de roldão nas ilusões de falso nababo, na imprevidência bem característica do brasileiro – nós sabíamos ser de resistência a nossa luta” (*Alvorada*, maio de 1948, p. 4).

Em meados de 1948, *Alvorada* deixou de circular. Segundo Correia Leite (1992), nesse mesmo período, a Associação dos Negros Brasileiros encerrou suas atividades devido às dificuldades financeiras por que passava. Em seu depoimento, não poupou críticas ao que considerou uma gestão pouco previdente financeiramente por parte de Raul Joviano Amaral, último diretor da ANB.

No parecer de Correia Leite, depois do desaparecimento da ANB não surgiu um “movimento negro de expressão” até meados da década de 1950, quando foi fundada a Associação Cultural do Negro. Na análise sociológica feita por Florestan Fernandes (2008b [1965]), o fim do ideal associativo sinalizado pelo fechamento de *Alvorada* e da ANB representou a derrocada das esperanças de estratégias de integração coletiva do negro. Para o autor, o acelerado processo de urbanização e industrialização acontecidos em São Paulo após a Segunda Guerra foram cruciais para promover dois fenômenos que arrefeceriam a capacidade de mobilização racial na cidade. Um deles foi a afluência migratória interna, que favoreceu o aumento do que o autor denominou de “população nativa ou de estirpe brasileira”, o que acabou definitivamente com o ideal “europeizante” da cidade. O outro fato foi consequência do desenvolvimento econômico, que permitiu o aumento de alternativas de proletarização ou de ascensão à classe média para os negros.

Para Fernandes, o surgimento desses fatores, de certa forma correspondentes às reivindicações do movimento, foram “coincidências totalmente alheias às agitações raciais”. A realização dos anseios de “classificação no núcleo da ordem social legítima” e a atenuação dos conflitos raciais teria desestimulado a participação em movimentos coletivos, mesmo que não tivessem desaparecido as preocupações com os efeitos do “preconceito de cor”, buscavam-se cada vez mais soluções individuais (FERNANDES, 2008b [1965], p. 137-139). De forma sumária, Florestan arguia que apesar da existência de tentativas, naquele período, a capacidade de mobilização dos negros baseada em reivindicações de direitos, nos moldes do que propunham lideranças do movimento em São Paulo, era pequena.

Apesar das dificuldades de mobilização que a análise de Fernandes evidenciou, no início dos anos 1950, José Correia Leite continuava a fazer uma defesa intransigente do

associativismo negro e do distanciamento entre lideranças negras e partidos políticos. Em um depoimento concedido a Renato Jardim Moreira, em 1951, ele voltou a explicar sua posição:

Acho que os partidos políticos têm procurado aproveitar as ambições e vaidades de alguns negros, no pressuposto que eles tenham algum prestígio no meio negro, e, com isso, colocam nas eleições apenas para ajudar as legendas partidárias.

[...]

Sou contrário que o negro se envolva em política, tendo a cor como bandeira. O negro deve se organizar para jogar politicamente com os Partidos que queira atender nos seus programas as reivindicações que os negros tenham a fazer¹⁶⁰.

Na opinião de Correia Leite, cabia ao movimento associativo pressionar os partidos e o Estado. Já a população negra deveria fazer uso do voto para “forçar o governo a tomar certas medidas legais que atendam às suas reivindicações”. Mesmo com a importância que tinha no “meio negro” de São Paulo, a posição de Correia Leite em relação à política partidária se tornou quase isolada. Na militância negra atuante na cidade, afluía uma concordância em torno da necessidade de participar do jogo político em posições que dessem possibilidade de proposição e encaminhamento de demandas.

¹⁶⁰ Depoimento de José Correria Leite a Renato Moreira Jardim, Fonte: Fundo Florestan Fernandes - BCo/UFSCAR, 02.04.4526, p. 246.

Seção 2.2 Negros Políticos e Políticos Negros: Partidos e Campanhas Eleitorais no pós-Estado Novo

No período posterior ao fim do Estado Novo, diversos aspectos da questão racial foram mobilizados por grupos políticos, perceptíveis tanto na abertura de espaço para a candidatura de negros quanto no enfrentamento de temas pouco debatidos na política até aquele momento, mais presentes no discurso do movimento social, como o “preconceito de cor”¹⁶¹. Essa tendência aparecia nos partidos, que operavam com estratégias comumente denominadas de “populista” ou “trabalhista” e naqueles grupos que se encontravam no campo da “esquerda”.

Dos partidos surgidos após 1945, os programas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB) abordavam a questão do preconceito contra negros. Nos dois casos, os tópicos que tratavam do assunto indicavam a existência do fenômeno em caráter contextual e individualizado, o que não seria estrutural, mas localizado em certas manifestações que precisavam ser combatidas para a realização da fraternidade ou solidariedade que estavam na vocação do Brasil enquanto sociedade multirracial¹⁶².

Um fato significativo aconteceu em São Paulo, quando o então governador Adhemar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP)¹⁶³, nomeou um advogado negro como prefeito da cidade. Paulo Lauro (1907-1983) ocupou a posição entre agosto de 1947 e agosto de 1948. O advogado assumiu cargos na política desde o Estado Novo e se tornou uma figura notória em 1938, quando conseguiu a absolvição de um cliente, no episódio que ficou conhecido como o “Crime do Restaurante Chinês”¹⁶⁴. Segundo Francisco Lucrécio, foi a Frente Negra Brasileira

¹⁶¹ A exemplo da Lei 1390/51, mais conhecida como Lei Afonso Arinos, que tornou contravenção penal a discriminação racial ou, como expresso na letra da lei, atos resultantes de “preconceitos de raça ou de cor”.

¹⁶² Os programas de PTB e PSB encontram-se reproduzidos integralmente na *História dos Partidos Políticos*, livro organizado por Vamireh Chacon (CHACON, 1981).

¹⁶³ O PSP foi formado da fusão entre o Partido Republicano Progressista (PRP) - fundado em setembro de 1945, por Adhemar de Barros (1901-1969) após seu rompimento com a UDN -, e dois pequenos partidos de São Paulo, o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS). Segundo a categorização de Fleischer (2007), o PSP era um partido médio que funcionou como um “veículo político pessoal de Adhemar de Barros” e na arena política situava-se entre os partidos populistas de direita (FLEISCHER, 2007, p. 306). Para uma análise detalhada sobre a trajetória política de Adhemar de Barros e do PSP, entre os anos de 1956 e 1965, ver: Sampaio, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global, 1982.

¹⁶⁴ Paulo Lauro nasceu em Descalvado, interior de São Paulo e formou-se em Direito do Largo São Francisco, em 1932. Tornou-se muito conhecido ao atuar como advogado de defesa de Arias Oliveira, acusada de quatro homicídios, no caso que ficou conhecido como “O crime do restaurante Chinês”. Durante o julgamento Paulo Lauro usou o argumento de que seu cliente havia sido acusado em virtude do uso de técnicas racistas, o que lhe concedeu absolvição. Sobre o “Crime do restaurante Chinês” ver: FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009). À época de sua designação, Paulo Lauro ocupava o cargo de secretário dos Negócios Jurídicos da Municipalidade (*Folha da Manhã*, 31/08/1947, p. 11). Em sua gestão como prefeito, inaugurou obras de grande expressão, como a Av. 9 de julho, além de ter atuado na ampliação de feiras livres e criação de restaurantes populares. Entretanto, Paulo Lauro teve uma administração muito criticada e suas

que articulou a atuação de Paulo Lauro como advogado de defesa de Arias Oliveira, sócio da entidade acusado pelo crime (BARBOSA, 1998, p. 48).

O quadro de receptividade dos partidos políticos poderia ser bem aproveitado pelas lideranças do “meio negro” de São Paulo dispostas a realizar o ingresso em cargos político-eletivos. Mas, para isso, tinham que lidar tanto com forças políticas oligárquicas, que “acabaram se reforçando ao longo das décadas de 30 e 40, através da aliança que líderes de peso do empresariado industrial firmaram com o regime de Vargas (MICELI, 1986, p. 572), quanto com uma classe de políticos profissionais, que conseguiu maior acesso na política em todo o Brasil durante o Estado Novo, especialmente em São Paulo, em substituição a oligarquia estadual antivarguista¹⁶⁵. Segundo Adriano Codato, durante e após o fim do Regime, o recrutamento desses políticos profissionais era feito por mecanismos menos “elitistas” que os da República Velha, mas, mesmo assim, ficou concentrado em bacharéis, na maior parte provenientes da classe média. (CODATO, 2008, p. 103). Assim, mesmo com maiores oportunidades, “o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem”, como bem enunciou Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1998, p. 166). Não farei uma análise no presente trabalho sobre a presença de políticos profissionais na política paulista no pós-Estado Novo, embora apresente esse fator para indicar que o campo em que lideranças do “meio negro” paulista queriam se inserir era bem disputado.

Pouco tempo depois da posse de Paulo Lauro no cargo de prefeito, houve eleições para composição da câmara de vereadores da cidade de São Paulo. Naquela ocasião, Geraldo Campos de Oliveira concorreu pelo Partido Socialista Brasileiro. O jornal *O Novo Horizonte* publicou material relacionado à candidatura¹⁶⁶. O primeiro texto no jornal foi dedicado a

contas de governo não foram aceitas pela Câmara de Vereadores, o que resultou em um processo judicial que levou anos para ser finalizado. Sobre a gestão de Paulo Lauro na prefeitura de São Paulo ver: PRESTES FILHO, U. D. F. Prefeitos e vereadores na Primeira Legislatura: nuances da relação entre os dois poderes. In: MANECHINI, C. *São Paulo na Tribuna: primeira legislatura (1948-1951)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p. 97-102). Verbete com informações biográficas de Paulo Lauro: DUARTE, Nestor. Centenário de Paulo Lauro: o primeiro prefeito negro de São Paulo. *Notícias do TRE*. Novembro/Dezembro de 2007.

¹⁶⁵ Para Bourdieu, no campo político, a legitimidade se encontra como monopólio dos profissionais, aqueles que dominam os códigos ou “*corpus* de saberes específicos”. Na teoria do campo de Bourdieu, o domínio do *corpus* de saberes específicos está circunscrito no *habitus* político, fundamentado tanto na aprendizagem de “teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.”, quanto no acúmulo do trabalho político que permite o “domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debatedor, necessária nas relações entre profissionais”. (BOURDIEU, 1998).

¹⁶⁶ *O Novo Horizonte*, que circulava desde 1946, sob a direção de Arnaldo de Camargo, tinha Aristides Barbosa como redator-chefe. Segundo Miriam Ferrara, *O Novo Horizonte* se diferenciava de *Senzala* e *Alvorada* – que centravam atenção em reivindicações e na tentativa da unificação negra por uma causa comum – por se voltar para promoção de atividades culturais, como expresso em seu subtítulo: “para seres bom negro, sê culto – o futuro de nossa raça o exige”. (FERRARA, 1985, p. 204). Já Florestan Fernandes caracterizou *O Novo Horizonte* como um jornal de “agitação intelectual e de comunicação no ‘meio negro’”, que se dedicava “a seu modo, ao esforço de congregar e de unir o negro e o mulato em causa comum” (FERNANDES, 2008b [1965], p. 100). Elisa Nascimento destaca em *O Novo Horizonte* seu caráter “excepcional por ser uma publicação independente, não de um clube ou

apresentar a trajetória de Geraldo Campos, com destaque para sua atuação na mobilização negra contra o racismo e para sua carreira profissional, como jornalista e professor.

De há muito que o prof. Geraldo Campos de Oliveira, vem lutando em todos os setores e de todos os modos possíveis pelo reerguimento do elemento afro em nossa terra. Tendo-se iniciado muito jovem na luta que empreendemos contra os preconceitos de cor e contra o racismo, militou nas organizações culturais do negro em Franca, Ribeirão Preto, Campinas, Rio de Janeiro e em nossa Capital. Tomou a iniciativa de editar a revista negra mais aprimorada que se editou no Brasil, “Senzala”, cuja circulação, não obstante todos os seus esforços se encontra paralisada. Exerce ainda a profissão de jornalista nos “diários associados”. Exerce há 12 anos o magistério secundário, que é um longo caminho de dedicação ao ensino da mocidade do Rio e de São Paulo. Atualmente faz parte do corpo de professores do Liceu Siqueira Campos, onde é largamente estimado. Temos ainda o prazer de incluir o nome do prof. Geraldo Campos de Oliveira entre os nossos colaboradores.

Ao fazermos circular essa informação queremos crer que o prof. Geraldo Campos de Oliveira será efetivamente um candidato à altura de representar os trabalhadores de São Paulo, fazendo-lhes votos de muito êxito, desejando que possa merecer os votos do eleitorado negro de São Paulo¹⁶⁷.

A atuação de Geraldo Campos no “meio negro” em São Paulo era feita de forma articulada ao grupo mobilizado no Rio de Janeiro, encabeçado por Abdias do Nascimento. A proposta naquele momento não era propriamente de unificação da agenda nas duas cidades, mas de construção paralela das agendas e mobilizações; da mesma forma que foi criado o Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, dirigido por Abdias, em São Paulo também se fundou um Teatro Experimental do Negro, sob a direção de Geraldo Campos¹⁶⁸. A Convenção do Negro realizada em novembro de 1945 em São Paulo, foi replicada em maio de 1946 no Rio de Janeiro. Ainda em relação à Convenção do Negro, Geraldo Campos foi nomeado secretário-geral do Diretório Estadual de São Paulo.

Algumas correspondências e outros documentos disponíveis nos arquivos do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO) solidificam a ideia de construção dialogada da mobilização negra orquestrada por Abdias do Nascimento e Geraldo Campos, que,

entidade, esse jornal se mantinha por meio de contribuições da comunidade” (NASCIMENTO, 2008, p. 118). Em relação ao envolvimento de *O Novo Horizonte* com política partidária, Michael Mitchell (1977), afirmou que este foi um dos poucos jornais da imprensa negra que publicamente se envolveu com disputas eleitorais, ao apoiar a candidatura de Adhemar de Barros ao governo de São Paulo. (MITCHELL, 1977, p. 156-157)¹⁶⁶.

¹⁶⁷ Seção livre: Será candidato o prof. Geraldo Campos de Oliveira, *O Novo Horizonte*, setembro de 1947, p. 1

¹⁶⁸ Assim como aconteceu no caso do Teatro Experimental do Negro no Rio de Janeiro, a criação do TEN em São Paulo recebeu atenção também da grande mídia. A Folha da Manhã, por exemplo, publicou em 30 de setembro de 1945 o artigo intitulado: “Novas possibilidades para a carreira artística da raça negra: declarações do Prof. Geraldo Campos de Oliveira, diretor do Teatro Experimental do Negro de São Paulo”, p. 22. Durante a entrevista publicada no artigo do jornal, Geraldo Campos alinha os Teatros Experimentais do Rio e de São Paulo em uma proposta única, segundo ele: “[...] o Experimental de São Paulo – como o do Rio ou outros que possivelmente surjam – estará contribuindo para aumentar o capital humano dos nossos conjuntos teatrais, onde o negro poderá ter sua presença assinalada com o êxito que marcou o surgimento do Experimental do Rio”.

por sinal, tinham relação de parentesco, eram primos¹⁶⁹. Provavelmente pelo fato de a maior parte dos dirigentes da Convenção Nacional do Negro se encontrar no Rio de Janeiro, Geraldo Campos reclamava de não ser devidamente informado das atividades do coletivo. Em uma carta enviada em maio de 1946 para o Rio de Janeiro, acusa o diretor nacional da Convenção, Abdias, de “incontestável incúria e negligência” pela falha na comunicação de detalhes da realização da Convenção que se realizaria no Rio de Janeiro, naquele mesmo mês. Segundo Campos, o diretório de São Paulo desconhecia “tudo, e mesmo se haverá a realização do Conclave. Não sabemos da data do seu início. Não sabemos do seu programa. Não sabemos do seu local, não sabemos se nos será permitido participar do mesmo e nem se devemos convidar, especialmente, elementos que do mesmo desejariam participar”¹⁷⁰.

A insatisfação de Geraldo Campos revela a instabilidade do arranjo pretendido entre atividades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em setembro de 1947, quando começa sua campanha como candidato a vereador não trata mais do assunto, o que sugere que a proposta da Convenção, e possivelmente de uma mobilização mais conjunta, não havia sido bem sucedida. Como candidato, Geraldo parece ter optado por se apresentar como um indivíduo que participava e era apoiado por diversas organizações do “meio negro”, mas não como o representante de um grupo específico.

Na edição seguinte de *O Novo Horizonte*, a candidatura de Geraldo Campos recebeu mais espaço, com um artigo na primeira página e outro na última. A grande atenção que a candidatura de Geraldo de Campos recebe nesse número de *O Novo Horizonte*, onde escrevia para o jornal como colaborador, deve-se provavelmente ao fato deste ter custeado a confecção do jornal, fato admitido pelo então redator-chefe, Aristides Barbosa¹⁷¹. No primeiro artigo, com formato de entrevista, Geraldo trata de sua campanha e do apoio de associações negras. Sobre as associações, recebe destaque a seção que trata da politização do negro.

É preciso ressaltar um aspecto interessante relativo às atividades político-partidárias das associações negras. Sempre esposamos o princípio de que as nossas associações devam se manter afastadas de compromissos político-partidários. Com isso não quero dizer que elas devam furtar-se ao dever de politização do negro. Ora, meu caro companheiro, se o negro está submetido às mesmas contingências a que está submetido a maioria do povo brasileiro, se o negro luta contra a mesma falta de habitação. Luta contra a mesma deficiência de alimentação, contra a falta de carne, de

¹⁶⁹ O artigo “Dois primos e duas teorias no Teatro Experimental do Negro”, publicado no jornal Diário da Noite, em 24 de janeiro de 1958, pelo jornalista Elias Raide trata do parentesco e das diferenças entre Abdias e Geraldo. Fonte: Fundo Florestan Fernandes. BCo/UFSCAR 02.04.6589, p. 2

¹⁷⁰ Carta de Geraldo Campos de Oliveira, 6 de maio de 1946. Fonte: Dossiê da Convenção Política do Negro, IPEAFRO.

¹⁷¹ Como o jornal circulava com base em doações, a admissão que Geraldo Campos pagou para publicação de matérias em apoio a sua campanha não parece ser um problema para Aristides Barbosa, que disse sobre esse número específico “Fizemos um jornal muito bonito” (BARBOSA, 1998)

leite e todos os gêneros de primeira necessidade. Luta contra a instrução cara. Contra o transporte deficiente e caro. Luta, é verdade, contra determinados fatores específicos, como sejam a intolerância racial e o preconceito de cor. Mas a luta maior deve ser para a solução dos problemas gerais do nosso povo. **O negro não pode ficar indiferente ante esses problemas, que lhe dizem respeito bem de perto, como povo que é**¹⁷².

Geraldo Campos demonstra concordar com o que parece ser um consenso, ao menos discursivo, entre os integrantes do “meio negro” em São Paulo naquele momento, a dissociação entre associações negras e política partidária. Mas, ao mesmo tempo, enfatizava o papel das associações para promover a politização do negro. Em sua concepção, o processo de politização do negro passaria pela compreensão de que é povo, parte integrante da nacionalidade brasileira. O candidato prosseguiu explicando detalhes do que seria essa característica ontológica do negro brasileiro, sua condição de povo.

Podemos asseverar certamente que a questão da opressão e da marginalidade só será resolvida quando resolvidos os problemas gerais, aos quais o negro está diretamente ligado, como trabalhador. Nas zonas rurais e urbanas podemos verificar a presença do negro em grande proporção. Nas estradas, nas vias férreas, nas construções urbanas, no tráfego urbano, em todas as profissões, enfim, podemos verificar que o negro engrossa fortemente a massa trabalhadora. Participa, como tal, dos conflitos entre as classes sociais.

[...]

O povo, e quem diz povo diz negro, está cansado de promessas. Especialmente o negro, a quem tudo tem sido prometido pelos políticos e tão somente prometido. Nada foi cumprido¹⁷³

A partir da compreensão de que negro é povo, Geraldo Campos afirmou que o programa de seu partido, o PSB, tinha condições de solucionar problemas dos negros, visto que “não se poderá imaginar socialista que não lute contra as injustiças sociais, contra as intolerâncias raciais e contra o preconceito de cor” (*O Novo Horizonte*, outubro de 1947, p.2). O próprio programa do PSB para aquelas eleições não apresentou um compromisso especial endereçado à população negra de São Paulo. No documento, foram abordadas as questões mais tradicionais da luta socialista, como a oposição ao capitalismo e ao totalitarismo, com destaque para o lema: “socialismo e liberdade”¹⁷⁴

Além de seu compromisso como socialista, Geraldo reafirma seu compromisso como ativista em prol da população negra: “depois de longos anos de luta pela valorização do negro e sua integração na comunidade nacional, não seria agora, quando a minha eleição poderia me

¹⁷² Depoimento de Geraldo Campos de Oliveira, Contra a exploração do voto: a luta do negro é a minha luta, *O Novo Horizonte*, outubro de 1947, p.1, grifos meus.

¹⁷³ Id.

¹⁷⁴ Ver cartaz com propostas do partido e lista dos candidatos (Cf. Anexo A.3).

colocar em posição muito mais favorável, que eu iria deixar de lutar nesse sentido. A luta do negro é a minha luta” (*O Novo Horizonte*, outubro de 1947, p.2).

O artigo publicado na última página desse mesmo número de *O Novo Horizonte* traz uma carta endereçada “aos negros de S. Paulo”, que os conclama a escolher um candidato a vereador que seja do próprio “meio social”, com capacidade de “defender as legítimas aspirações” e “tenha sofrido as mesmas necessidades”. O texto finaliza com o seguinte apelo: “Principalmente você, que é brasileiro de cor, não pode, não deve e não deixará de cumprir o teu dever cívico, votando no nosso candidato. E estaremos certos de que teremos assim um dos nossos legítimos defensores, capaz, culto e inteligente, a nos defender na Câmara” (*O Novo Horizonte*, outubro de 1947, p.4)¹⁷⁵.

O resultado das eleições de 9 de novembro de 1947 reafirmou o lugar do PSB como um partido com fraco desempenho eleitoral em São Paulo¹⁷⁶. Segundo Hecker, naquele período “não se escondiam as carências devidas à pequenez de um partido para o qual faltavam pessoal e recursos” (HECKER, 1998, p. 91). Entretanto, o autor detectou que “pairava entre seus dirigentes um sentimento difuso de onipotência, fruto da convicção de que as ideias socialistas em si mesmas carregavam uma força inaudita” (idem).

Apesar de não ter sido bem sucedido a ponto de conseguir êxito eleitoral, Geraldo Campos foi o sétimo mais votado dos 44 candidatos do PSB. Recebeu 189 votos, mais do que os 90 de Luiz Lobato, também candidato a vereador pelo partido nas mesmas eleições. Foi mais votado também que João da Costa Pimenta (73 votos), um dos fundadores do PCB em 1922, e consagrados intelectuais, tais como, Lourival Gomes Machado (54 votos), Sergio Buarque de Holanda (7 votos) e Sergio Milliet (109 votos). O único candidato eleito da agremiação partidária foi Cid Franco, com mais de 1.500 sufrágios¹⁷⁷.

¹⁷⁵ A carta é assinada pela seguinte comissão: Mario Vaz Costa, Mario de Lima, B. Zanelo, Ernesto Ludgero Maria, Paulo Vaz Costa, Avelino Traves, Francisco Lucrécio, Lino Guedes, Aristóteles Paranhos, Aristides Barbosa, Ovídio P. dos Santos, Hildebrando A. Paranhos.

¹⁷⁶ O PSB foi o sétimo mais votado dos dez partidos da capital paulista, o partido recebeu 13.443 dos quase 300 mil votos computados entre os eleitores.

¹⁷⁷ As informações sobre o resultado das eleições em São Paulo foram retiradas do jornal *Folha da Manhã*, 16/11/1947, p. 4 e 11.

2.2.1 Estratégias para a arregimentação política no “meio negro”

Depois de completado o primeiro ciclo eleitoral após o restabelecimento da democracia, em 1945, parte dos envolvidos na mobilização negra em São Paulo se debruçava sobre alternativas para resolução de demandas relativas à população negra por dentro da política partidária. Além das candidaturas em si, o assunto era frequentemente discutido nos veículos de comunicação da imprensa negra. Até José Correia Leite, crítico do envolvimento com a política partidária, passou por certa pressão para que lançasse candidatura a cargo eletivo. Em janeiro de 1950, a revista *Quilombo*, do Rio de Janeiro, publicou uma nota em que noticiou que Correia Leite iria provavelmente aceitar a “indicação de seu nome como candidato a deputado” nas eleições que se aproximavam (*Quilombo*, janeiro de 1950, p. 2).

Apesar da resistência de Correia Leite em associar mobilização negra à disputa político-partidária, outros ativistas do “meio negro” passaram a atuar ativamente com esse objetivo. Um rico material que documenta algumas tentativas foi recolhido e agrupado pelo sociólogo Florestan Fernandes, que realizou, em conjunto com seus assistentes de pesquisa, uma investigação específica sobre “Arregimentação eleitoral no meio negro”, no âmbito do Projeto Unesco. Durante a realização do estudo de caso, o sociólogo registrou a existência de um comitê, cujo objetivo central era discutir a situação do negro na política e construir um projeto comum entre as lideranças negras paulistas interessadas em intervir nessa frente específica.

Quadro 5 - Arregimentação eleitoral no meio negro

A consciência de que pela política pode-se dar uma solução ponderável o problema negro, está evidenciado pelas inúmeras candidaturas de negros, lutadores militantes pelo engrandecimento da raça. Infelizmente não vimos ainda nenhum membro do grupo conseguir votação suficiente para se tornar representante do povo. Refiro-me às candidaturas às deputações federal e estadual e à vereança na Capital. E a razão disso está em que o eleitor negro está longe de compreender o bem que fará para a comunidade, dando preferência par a candidatos negros.

O candidato branco recebe indistintamente os votos de brancos e negros, mas o candidato negro tem que contar exclusivamente com o voto de seus patrícios, e esses votos são escassos e bem maleáveis, eis que, a troco de ninharia, o eleitor negro descamba-se para o candidato branco, e para ele tudo faz. Tenho ouvido, bem constrangido, o dizerem nos Partidos políticos, que voto negro se compra com cachaça.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 7

O documento não traz especificado de quem é a autoria, como também, se é o registro de uma reunião ou de um comunicado¹⁷⁸. Mas, duas listas registradas revelam quem são as pessoas e os grupos envolvidos. Primeiro, a indicação do comitê responsável: Geraldo Campos de Oliveira, José Evaristo, Benedito Armando Costa, Dr. Raul Amaral, Sofia Campos Teixeira, Hermínio Augusto Evaristo, B. Vitalino A. da Silva, Firmino Ferreira e Jorge Prado Teixeira. Segundo, as associações subscritas foram: Associação José do Patrocínio, Legião Negra de São Paulo, Associação Palmares, Campos Elísios, Evoluídos, Irmandade do Rosário, Irmandade dos Remédios – Cambuci, Irmandade de São Benedito – Vila Santa Isabel, Clube Negro de Cultura Social, Organização Novo Horizonte, Centro de Cultura Luiz Gama, União das Escolas de Samba, Extra – Ribeirão Preto (02.04.4539, p. 9).

Na parte do documento dedicada a tratar da situação socioeconômica dos negros brasileiros, há a indicação de que, apesar de valorosos, os esforços associativos no “meio negro” não contavam com uma estrutura econômica e com apoio social suficiente para que o negro pudesse “situar-se perfeitamente dentro da sociedade” (02.04.4539, p. 9), ou na expressão que ficou mais conhecida, “integrar-se à sociedade de classes”.

Quadro 6 - Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte II

Desde [1]888 que nossa gente encontra-se abandonada, e nada se tem feito para o seu ajustamento na sociedade.
Personalidades negras que, através de esforços insanos conseguiram sair da cortina envolvente da degradação negra, tem procurado, através de planificações de cunho relevantíssimo, de verdadeiro espírito de solidariedade humana, dar solução a esse problema magno da nacionalidade. Fórmulas e mais fórmulas têm sido aplicadas, com o objetivo de dar solução ao problema. De norte a sul do país, os negros têm procurado arregimentar-se de maneira a, dentro de um esforço conjugado, resolver seus problemas locais. Todavia, todas as iniciativas, todos os movimentos associativos têm sido frustrados pelo peso da responsabilidade econômica.
Com exceção da Frente Negra, nenhum outro movimento no Brasil pôde arregimentar os negros de maneira a fazer com que até os poderes públicos lhe sentissem a força. E vemos então o quadro triste e sombrio da nossa incapacidade como grupo.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 5

¹⁷⁸ Florestan Fernandes faz uso desse documento em *Integração do Negro na Sociedade de Classes*. No livro, o autor afirmou que se tratava de “um documento divulgado de modo restrito e que se destinava a servir de fulcro à seleção de um candidato político negro e à organização da campanha eleitoral correspondente” (Fernandes, 2008, p. 415, nota 114). Sobre a autoria, Florestan palpitou que o texto tinha sido “escrito pelo prof. Jorge Prado Teixeira, promissor intelectual jovem do ‘meio negro’, que morreu prematuramente e que prestou construtiva colaboração à nossa pesquisa” (FERNANDES, 2008a [1965], p. 108-109). A suposição de Florestan se fortalece por ser Jorge Prado presidente da Associação José do Patrocínio. Essa entidade possuía uma subdivisão, o Movimento Afro-brasileiro de Educação e Cultura (MABEC), que, segundo Mitchell (2011) – com base em uma entrevista com Raul Joviano Amaral -, “atuava como comissão de triagem, composta de figuras notáveis da comunidade afro-brasileira paulistana, que aprovava, os candidatos a eleições que mostrassem ter um forte comprometimento com as causas dos negros”. Ainda de acordo com Mitchell, “embora tenha habilitado muitos candidatos a diversas eleições em meados dos anos 1950, a MABEC logo foi extinta por causa da natureza elitista de seu procedimento”.

A solução para os negros comprometidos com a mobilização seria, então, organizar-se por meio da política, por ser o espaço institucionalmente disponível para reivindicar ações do poder público¹⁷⁹.

Quadro 7 - Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte III,

Contar com as instituições privadas para virem em nosso socorro, não podemos. [...] Qualquer organização com o objetivo de arregimentador de modo a orientar a massa para destinos melhores, terá que depender exclusivamente do elemento visado, que, já desconfiado em virtude de logros sofridos durante muito tempo, não se dispõe agora a colaborar moral e materialmente, antes de ver alguma coisa feita em seu benefício, a qual possa desfrutar. Assim, teríamos que apelar tão somente para os poderes públicos. Esses não se dispõem a nos ajudar porque politicamente nada representamos. Somos a minoria mais desunida da história de que há notícia. O dia em que pudermos elevar no Parlamento Nacional e nas Câmaras Estaduais e Municipais, negros que vieram da luta e têm consciência do seu dever para com a raça, então poderemos nos dispor a conquistas maiores, com a ajuda dos poderes governamentais.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes. BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 5

Para resolver o problema do insucesso eleitoral dos candidatos negros, foi convocada uma reunião com “as maiores expressões que se encontram no nosso meio”. O projeto era desenvolver uma ação conciliatória “em que as divergências de caráter pessoal têm que ser colocadas de lado em benefício do conjunto e em que, o desprendimento pessoal tem que ser a maior virtude”. A proposta foi apresentada como “um movimento de opinião, especialmente dirigido ao negro, de caráter político, fechado, independente com relação aos partidos”. Para dar o pontapé inicial do projeto, a primeira ação que serviria para testar a força do grupo seria a escolha de um candidato, que representasse “o traço de união” (02.04.4539, p.11).

A proposta feita ao grupo, listado anteriormente, era a escolha de um “cidadão negro” que se enquadrasse dentro das exigências “morais, políticas e intelectuais” de todos. Como um candidato dessa coletividade, exigia-se do grupo o envolvimento e o comprometimento para que o escolhido tivesse uma “votação expressiva”. Em relação ao significado dessa candidatura, defendia-se que, apesar de negro, este “não seria representante do negro, mas um representante negro” disposto a trabalhar, com a assistência de seus pares e “criar um motivo de estímulo” para introduzir as lutas específicas do negro na política (02.04.4539, p.13).

¹⁷⁹ A ação de “indivíduos inescrupulosos que, em nome da raça, se abeiram nos partidos e nas portas dos políticos mais abastados, constituindo-se em líderes, possuidores de cem, duzentos e até quinhentos mil votos arregimentados, vendendo o voto negro”, era uma das preocupações do grupo. Esse tipo de acusação era uma constante entre os envolvidos na mobilização negra paulista, desde 1945 (02.04.4539, p.11).

O próximo passo apresentado no documento, caso a união em torno de uma candidatura única fosse exitosa, seria a criação de uma organização, concebida com o seguinte estratagema:

Quadro 8 - Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte IV

Um organismo jurídico que, oficialmente poderia ser uma sociedade civil, de objetivo educacional, mas que, entre nós, entre outros, teria os objetivos seguintes:

- a) A arregimentação de eleitores negros, e de brancos que queiram seguir os seus postulados;
- b) trabalho intenso no sentido de formação de eleitores;
- c) alfabetização intensiva para a formação de eleitores;
- d) orientação educacional e profissional;
- e) politização das massas;
- f) assistência social.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes. BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 13.

O autor do projeto prosseguiu na apresentação dos detalhes técnicos da sua proposta de movimento. Primeiro, em relação aos gastos: “o movimento teria a facilidade de dispensar inicialmente grandes gastos, porquanto os órgãos diretivos poderiam funcionar nas residências ou escritórios de companheiros, uma vez que o movimento associativo não determinaria obrigações senão morais aos filiados”; em seguida, sobre o espaço: “qualquer lugar decente poderia ser ponto de reunião para nós”; e também de como seria a relação desse movimento com as associações negras, que “poderiam dar o seu apoio, porque não seria o movimento concorrência as suas atividades”. Por fim, como seria articulado o movimento, “através da descentralização da direção, com núcleos municipais e distritais” (02.04.4539, p.13).

O processo de escolha de candidatos deveria ser testado nas eleições seguintes, caso a proposta de um candidato único fosse aceita. Nesse sentido, uma tabela foi apresentada, como um guia que deveria ser utilizado para orientação da escolha. O objetivo da tabela era de que os escolhidos fossem “aqueles que mais se distinguissem na luta ou demonstrassem maior capacidade e confiança”.

Quadro 9 - Arregimentação eleitoral no meio negro – Parte V

- 1) Possibilidades dos candidatos nos meios negros;
- 2) Idem no seio do povo e entre entidades que reúnam maior número de elementos brancos.
- 3) - Trabalhos prestados à entidades negras, em São Pulo.
- 4) - Votação dos que se apresentaram nas eleições passadas.
- 5) - Posição dos candidatos dentro dos partidos.
- 6) - Possibilidades de adaptação dos candidatos aos partidos que satisfaçam a maior parte dos eleitores. (Este item é um técnica e tática políticas para nos cercarmos de maiores possibilidades de êxito)

Fonte: Fundo Florestan Fernandes. BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 9.

A leitura dos trechos selecionados do documento devem aguçar a curiosidade do leitor para diversas questões. Depois de expostos os itens da “Tabela de Seleção” uma pergunta a ser feita é: quem seriam as pessoas mais aptas para serem candidatas, representando o movimento? De acordo com o autor do texto, “todos os presentes [na reunião], como cidadãos brasileiros, reúnem condições legais e possibilidades tanto mais reais quanto maior for a nossa harmonia e nosso desprendimento” (02.04.4539, p. 9).

Uma lista de nomes e outra de associações aparece ao final do documento, como já citado. Dos listados como participantes do comitê, um deles aparece com a informação de que naquele momento já era candidato a deputado estadual, Raul Joviano Amaral. A inclusão de materiais da campanha de Raul Amaral nos documentos da pasta “Arregimentação eleitoral no meio negro” do Fundo Florestan Fernandes, poderia levar a suposição de que este teria sido o escolhido por seus pares como representante, tendo sido levado a cabo o projeto de unificação do “meio negro” paulista. Entretanto, outros dos assinalados como membros da comissão também saíram como candidatos naquela eleição, como Geraldo Campos de Oliveira (deputado estadual) e Sofia de Campos Teixeira (deputada federal), ambos concorrendo pelo partido a que eram filiados, o PSB.

2.2.2 Candidatos negros e disputas partidárias

Raul Joviano Amaral havia participado da direção de umas das primeiras entidades negras surgidas em São Paulo após o fim do Estado Novo, a Associação dos Negros Brasileiros. Em 1950, com 36 anos, tinha uma extensa trajetória na mobilização negra paulista, desde sua participação na fundação da Frente Negra Brasileira, em 1927, no início dos anos 1930 como capitão da milícia fretenegrina e após a extinção da FNB como presidente da União Negra Brasileira, criada em 1937 (FERNANDES, 2008b [1965], p. 56-57); além de fazer parte também do Clube Negro de Cultura Social, em 1932 (DOMINGUES, 2004b, p. 63)¹⁸⁰.

Diplomado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1937, Raul Joviano ainda tinha formação nos cursos de Economia e Estatística, e também dedicava-se a escrita de temas que abrangiam áreas como sociologia, história, poesia, direito, estatística e economia¹⁸¹. Na década de 1930, trabalhava como jornalista, inicialmente como redator do *São Paulo Jornal* (OLIVEIRA, 1998, p. 240). No livro *Branços e Negros em São Paulo*, Roger Bastide agradeceu em uma nota de rodapé a colaboração especial de Raul Joviano, com o estudo *O Negro na população de São Paulo* (1947). Bastide descreveu o estudo como um “trabalho de análise estatística e histórica”, comprovado e ampliado pelo trabalho que ele havia desenvolvido em conjunto com Florestan Fernandes. O próprio Amaral contou que, no seu primeiro encontro com Bastide, o sociólogo francês teria se impressionado com seu conhecimento sobre os fundamentos básicos das Ciências Sociais. O francês teria até indagado se Amaral era sociólogo, a que respondeu ser autodidata em Sociologia, isso porque, apesar de ter cursado a Escola de Sociologia e Política, o fez pelo fascínio que nutria por Estatística¹⁸².

Mas, de forma semelhante ao que acontecia com uma boa parcela da população negra com alto nível de escolaridade e residente em grandes centros urbanos naquele período, Raul

¹⁸⁰ Além das citadas associações, Raul Joviano desempenhava no meio negro atividades como Consultor Jurídico e Diretor Cultural do Centro de Cultura "LUIZ GAMA", também tinha sido Presidente da União Negra Brasileira; professor do Curso de Formação Social da Frente Negra Brasileira; Diretor e redator de "*Alvorada*"; ex-professor da Escola de Comércio "Cruz e Sousa"; professor do Colégio Palmares; e redator de "*A Voz da Raça*" e "*O Clarim*" (02.04.4539, p. 18).

¹⁸¹ Alguns dos títulos que constam da produção bibliográfica de Raul do Amaral: *Silêncio* (poesia, 1935); *Vozes e lamentos* (poesia 1938); *Thobias Barreto e a Escola Germânica* (1939); *Crimes e Contravenções* (1940); *Tradições Populares* (folclore, 1943); *O Negro na população de São Paulo* (1947); *Os pretos do Rosário de São Paulo: subsídios históricos* (1953); *Direito Penal do Futuro* (1955); *Estudos de Sociologia Jurídica* (1960); *A Estatística no Estudo da Criminalidade* (1964); *Símbolos Nacionais do Brasil* (1967).

¹⁸² Essa admissão de Raul Joviano do Amaral foi feita em uma publicação da Revista do IEB em homenagem póstuma a Roger Bastide. No texto Amaral conta sobre seu primeiro encontro com Bastide, que teria o procurado em um curso que ministrava na Associação José do Patrocínio. Cf. AMARAL, Raul J. "Roger Bastide – No coração do negro", *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 20, São Paulo, USP, 1978, p. 126-129.

Joviano ingressou no funcionalismo público e, desde o final de 1948, passou a ocupar o cargo de assistente no Departamento de Estatística do Estado de São Paulo¹⁸³.

O folheto da campanha de Raul Joviano de 1950, conservado no Fundo Florestan Fernandes, permite perceber que além do apoio dos negros de São Paulo, eram visados também aos votos dos funcionários públicos, inclusive porque Joviano participava da direção de associações da categoria¹⁸⁴.

Quadro 10 - Panfleto da Campanha Eleitoral de Raul Joviano Amaral

Figura 4- Raul Joviano Amaral

**AO POVO DE SÃO PAULO
AO FUNCIONALISMO PÚBLICO**

Pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO, recomendamos ao sufrágio popular o nome simpático de RAUL JOVIANO AMARAL que, de sobejo tem dado provas da sua capacidade de trabalho; e, se honrado pelo voto dos seus concidadãos, que não desmerecerá na CÂMARA ESTADUAL a confiança dos que lhe outorgam a representação.

Funcionário público (advogado, professor e jornalista) RAUL JOVIANO AMARAL é uma legítima expressão popular que, por méritos próprios, dedicação extraordinária às causas humanitárias, tenacidade e desinteresse, faz jus ao VOTO consciente dos seus compatriotas.

[...]

Nesse apostolado de salvação, de recuperação dos primeiros construtores da grandeza pátria, RAUL JOVIANO AMARAL tem sido dos mais persistentes batalhadores dos novos tempos. Com inabalável fé, combatendo preconceitos, dogmas e místicas, RAUL JOVIANO AMARAL vem pregando na Escola, na Imprensa, nos Clubes o imperativo do conagraçamento popular; a valorização crescente do homem do campo e das cidades; o efetivo amparo da infância desvalida; a proteção e a assistência da mulher desamparada e da velhice abandonada; a disseminação da instrução, enfim, vem se batendo pela melhoria real das classes trabalhadoras, pela instituição de uma justa, poderosa e inadiável e equânime JUSTIÇA SOCIAL.

Fonte: Fundo Florestan Fernandes. BCo/UFSCAR 02.04.4539, p. 18, maiúsculas no original.

O PTB, que lançou a candidatura de Raul Joviano, vinha se consolidando, no Estado de São Paulo, como o segundo maior partido em êxito eleitoral, nas últimas eleições tinha ficado atrás somente do Partido Social Progressista (PSP)¹⁸⁵. Em relação a situação partidária, Raul Joviano se diferenciava de outras lideranças negras paulistas que normalmente concorriam

¹⁸³ Diário Oficial [do estado de São Paulo], n. 292, ano 58, 30 de Dezembro de 1948. Caderno Executivo, p. 5.

¹⁸⁴ No período de sua candidatura, Raul Joviano era Secretário Geral e consultor da Liga Eleitoral dos Servidores Públicos, também tinha sido presidente da Associação dos Funcionários Extranumerários e do Conselho Consultivo da União dos Servidores Públicos (02.04.4539, p. 18).

¹⁸⁵ Refiro-me especificamente ao sucesso eleitoral nos primeiros anos do PTB. Isso porque, segundo Benevides (1989), “embora o PTB tenha sido, no período 46-64, o partido de maior crescimento nacional, o PTB paulista sofreu crises e baixas, quase ao ponto do desaparecimento no estado” (p. 140). Sobre a história do PTB no período anterior a Ditadura Militar, ver: BENEVIDES, Maria Victoria. O velho PTB paulista (partido, sindicato e governo em São Paulo -1945/1964). *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, Junho de 1989.

eleitoralmente por partidos com pequena expressão eleitoral, a exemplo dos que se candidataram pelo PSB. O Partido Trabalhista se valia do peso simbólico de Getúlio Vargas que, segundo escrito no folheto de campanha, recomendava pessoalmente a candidatura de Raul Joviano.

Em um trecho do folheto foi feita a afirmação de que o candidato era “uma legítima expressão popular”, isso logo depois de ter sido citado ser ele “advogado, professor e jornalista, além de funcionário público”. O sentido empregado ao termo popular parece carregar aspectos que mobilizavam sentidos relacionados à classe e raça, quando na sequência do documento aparece a explicação que “de procedência modesta, desde cedo Raul Joviano Amaral dedicou-se à tarefa realmente imprescindível de pugnar pelo alevantamento do Negro brasileiro”. No texto, o contingente da população negra é caracterizado como “robusta e honrosa representação do trabalhador nacional” e “os primeiros construtores da grandeza da pátria” (02.04.4539, p.18).

Dessa forma, a construção de “popular” se revela na articulação em torno dos elementos “negro” e “trabalhador”, ou ainda do “povo humilde e bom de São Paulo” a qual Raul Joviano dedicava-se de forma quase sacerdotal, notável no uso das expressões: “apostolado da salvação” e “inabalável fé” distribuídas ao longo do texto (02.04.4539, p.18).

Ao final das eleições estaduais, realizadas em 03 de outubro de 1950, Raul Joviano Amaral tornou-se o candidato do “meio negro” paulista com melhor desempenho eleitoral, ao receber um total de 2.031 votos. Se analisado em relação ao total de votos que recebeu o PTB, 223.314, ou ao candidato mais bem votado do partido, José Porphyrio da Paz com 16.122, a quantidade de votos que recebeu pode não ser muito expressiva¹⁸⁶. Mas, comparando com os 214 votos que recebeu Sofia de Campos Teixeira, para o cargo de deputada federal, e os 748 de Geraldo Campos de Oliveira, para deputado estadual, o desempenho de Raul Joviano deve ter causado certo entusiasmo. Porém, essa comparação entre os candidatos do “meio negro” não deve ser feita levando em consideração apenas os ativistas, pois os partidos com suas estruturas e capacidade de investimentos tinham bastante relevância na definição do resultado das eleições. Além disso, o interesse desta análise é mais a construção do discurso em torno das candidaturas do que a tentativa de medir sua efetividade.

Em termos de discurso, as campanhas dos candidatos negros do PSB também eram direcionadas em primeiro lugar “ao povo de São Paulo”, no caso de Sofia de Campos, o apelo tinha níveis de especificidade, primeiro ao povo, depois aos negros de São Paulo e por último à mulher negra, como aparece no texto publicado em 23 de setembro de 1950. A imprensa negra

¹⁸⁶ O PTB elegeu 12 candidatos para a Câmara Estadual, Raul Joviano Amaral foi o quadragésimo mais votado entre os 78 candidatos do PTB. Fonte: (CONOLLY, 2008)

foi novamente utilizada como veículo de divulgação do conteúdo da campanha eleitoral dos candidatos negros do PSB, dessa vez no jornal *Mundo Novo*, dirigido por Armando de Castro¹⁸⁷. O texto publicado no jornal em apoio à candidatura de Sofia de Campos foi escrito na forma de uma carta e assinada por um comitê¹⁸⁸.

Nós trabalhadores negros que representamos grande parte da coletividade brasileira, nesta hora em que toda a nação marcha para o pleito de 3 de outubro, sentimo-nos na contingência de participar ativamente desta luta.

Num país onde tudo é fartura e grandeza, a dignidade humana de muitos dos nossos homens toca a esfera da animalidade, desfrutando tudo quanto lhes interessa, reduzindo a vida de milhares de trabalhadores a maior miséria possível.

[...]

E como somos negros de uma geração sobre a qual pesa grandes responsabilidades que jamais pesaram sobre outra qualquer, devemos nessas próximas eleições participar e concorrer com um candidato que represente as nossas aspirações, um candidato que tenha espírito de luta pelas reivindicações populares, especialmente dos negros brasileiros. SOFIA DE CAMPOS TEIXEIRA é a candidata que apoiamos para deputado federal. A única mulher negra que disputa as eleições, sob a legenda de um partido democrático (*Mundo Novo*, São Paulo, 23 set. 1950, p. 5, maiúsculas no original).

No texto de 1950, de forma semelhante a sua campanha para as eleições de 1947, foi destacado na trajetória de Sofia de Campos seu envolvimento na fundação do PSB, sua carreira como professora e sua dedicação na “luta em prol dos direitos de sua raça, tão menosprezados”. Além disso, outro aspecto de sua militância destacado foi sua dedicação em “evidenciar a situação da mulher trabalhadora, concitando-a à luta em defesa dos seus mais sagrados

¹⁸⁷ Em minha pesquisa, encontrei apenas dois exemplares do jornal *Mundo Novo* (o número 1, de 26 de agosto de 1950; e o número 3, de 23 de setembro de 1950). A literatura que trata do assunto também faz poucas referências tanto sobre o jornal quanto sobre seu diretor, Armando de Castro, que havia sido secretário de *Senzala*, em 1946, revista dirigida por Geraldo Campos de Oliveira. Um verbete produzido pelo Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa (CEDAP) para o Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963) traz as seguintes informações sobre o jornal *Mundo Novo*: “apresenta colunas e ilustrações ligadas à política, com propagandas e apoio a alguns políticos. Suas colunas estão diretamente relacionadas a assuntos de interesse da comunidade negra. O periódico contém pequenas notas publicitárias, manifestos estudantis e uma página esportiva. Em sua grande maioria os destaques, tanto em forma ilustrativa quanto nos artigos, vão para os movimentos políticos da década de 1950” (SILVA, 2008). Além da campanha eleitoral dos candidatos do PSB, *Mundo Novo* também publicava propaganda de outros candidatos negros e brancos, em geral no formato de anúncio. O jornal se enquadra no que descreveu Paulina Alberto sobre alguns veículos da imprensa negra que passaram vender espaço para a publicação de propaganda eleitoral paga (ALBERTO, 2011, p. 166). Os dois números do jornal a que tive acesso possuem propagandas do candidato a governador pelo PTN, Hugo Borghi; e também dos candidatos do PSB, João Mangabeira (presidente) e João da Costa Pimenta (senador). Outro candidato negro também teve propaganda publicada no jornal, Arlindo Ribeiro concorria ao cargo de deputado federal pelo PSD, primeiro tenente reformado da polícia militar, além de “presidente de honra da Legião Negra de São Paulo e comandante da Legião Negra na revolução constitucionalista de 1932” (*Mundo Novo*, 26/08/1950, p. 5).

¹⁸⁸ Assinaram o documento: Pedro Paulo Barbosa, Arlindo Alves, Aurea Maria Campos de Oliveira, Maria José dos Santos, Aracy de Campos Teixeira, Waldomiro Machado, Hevelson de Oliveira, Modesto Gabriel de Oliveira, Teodoro Gonçalves, Samuel Santos, Alfredo Sutherland White, Aristides Barbosa (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5).

direitos”¹⁸⁹. Por isso, seus apoiadores afirmaram que ela seria “na câmara federal legítima porta-voz não só dos negros, mas ainda da mulher que trabalha, defendendo os seus direitos e preparando o caminho da sua emancipação” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5).

Naquele momento, as formulações no “meio negro” paulista sobre a democracia e sua efetivação no mundo da política passam a receber argumentos mais contundentes, especialmente em relação aos artigos esperançosos e confiantes publicados na imprensa negra no período imediatamente após o fim da Ditadura Vargas.

A reivindicação “por uma democracia ampla e real” apareceu também na campanha de Sofia de Campos. No entanto, esta somente aconteceria “com bases de liberdade e oportunidade para todos, nos bens materiais de vida dentro de uma sociedade efetivamente livre e organizada, dentro de um mundo verdadeiramente humano e civilizado” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 5).

Na maioria das vezes, a descrença com a democracia estava relacionada a um descontentamento com a política partidária, a exemplo do artigo “A campanha deve ser iniciada”, assinado por Ovídio P. dos Santos, que na época ocupava o cargo de diretor do jornal *O Novo Horizonte*, problematizando algumas questões que acreditava que deveriam ser tratadas na campanha para as eleições de 03 de outubro de 1950. Para ele, “pouco ou quase nada evoluiu-se do regime democrático no Brasil, desde a arrancada de [19]45 a esta parte [1950]”, isso devido a “má orientação partidária” que “contamina a consciência do povo” (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2). Ainda em sua avaliação, a população negra estaria duplamente prejudicada, por sofrer com os desmandos que acreditava haver na política partidária e também por não conseguir participar da política em sua integralidade¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Sofia de Campos foi presidente da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, entre 1948 e 1949. No período ela esteve na direção de algumas campanhas da entidade, como a Campanha Pró-Paz e Campanha Contra a Carestia. O desligamento do cargo de presidência e da entidade se deu por iniciativa própria. Segundo apurou uma investigação do DEOPS/SP, a saída foi pela motivada por uma “infiltração comunista” na Federação (DEOPS/SP 50-J-104-159). Sofia foi substituída na presidência da Federação por Helena Maria Nioac, esposa de Caio Prado Jr (DEOPS/SP 50-J-104-119).

¹⁹⁰ Ovídio P. Santos finalizou o texto com uma reivindicação para quem pudesse “levar avanti” na campanha eleitoral: “a instrução e orientação das domésticas pró-melhoria do elemento que serve à sociedade paulistana. Luta contra os vícios, luta pelo erguimento moral e social das domésticas, são indispensáveis” (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2). A mobilização em prol das empregadas domésticas era umas das principais bandeiras da Associação José do Patrocínio, fundada em 1941, da qual Ovídio era integrante e chefiava uma de suas subdivisões, o Movimento Afro-brasileiro de Educação e Cultura (MABEC), que atuava fazendo uma espécie de seleção dos candidatos que estariam aptos a receber apoio do meio negro em São Paulo (MITCHELL, 2011). A postura em relação a política partidária de Ovídio expressa no texto de 1950 tem diferenças com a de outro artigo por ele assinado e publicado também em *O Novo Horizonte*, em 1947. Na ocasião, ele criticava os líderes de associações negras que tinha na carreira política uma meta e declarava “não ser apolítico”, mas defendia que “antes de lançarmos nomes de pessoas à deputação do estado ou a vereança municipal, devemos criar escolas e orfanatos a juventude pobre e abandonada, temos nós a incumbência, mesmo primária, ocuparmos da instrução de todos aqueles que se acham alheios ao conhecimento da alfabetização, o amparo aos mais desditosos, ministrando-lhes escolas e encaminhando-os a lides profissionais” (*O Novo Horizonte*, setembro de 1947).

O negro afigura-se muito pequeno, insignificante mesmo, no cenário político nacional. Todo o esforço feito até aqui em pró da elevação do nível social, cultural e econômica de nossa gente tem sido inútil. Temos escrito repetidas vezes que nós, negros, não estamos preparados habilmente para ingressarmos na política, arte de grande artimanha. Além que a democracia abre também aos negros largos caminhos de confiança para atingir a meta desejada. É exato, o regime que mais dá ampla liberdade de ação e oportunidade à vontade popular é o democrático, desde que o negro não adote a corrupção moral aceitando numerário para apoiar “bloco político”, com isso usufruindo vantagens pessoais e deixando o negro na mesma obscuridade (*O Novo Horizonte*, junho de 1950, p. 2).

A crítica ao exercício da exploração eleitoral como jogo político de certas lideranças negras em troca de benefícios próprios, abordada por Ovídio P. dos Santos, era um tema dos mais presentes nos comentários e debates sobre política partidária em São Paulo. Em geral, esse tipo de acusação não era endereçada a um grupo específico, mas uma prática generalizada que deveria ser extinguida. Mas, durante a campanha eleitoral de 1950 em São Paulo, uma polêmica permitiu que certas acusações genéricas tomassem corpo e forma. O caso teve início com um suposto comentário do candidato a governador de São Paulo pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), Hugo Borghi, de que não necessitava dos “votos dos homens de cor e de elementos de outras origens” para se candidatar, logo repercutido em jornais de grande circulação do Rio de Janeiro e de São Paulo¹⁹¹ e também na imprensa negra¹⁹². O próprio Hugo Borghi havia se utilizado de uma tática muito semelhante em benefício do candidato de sua predileção, Eurico Dutra (PSD), na eleição presidencial de 1945, quando atribuiu a frase: “não necessito do voto dos marmiteiros” ao candidato Eduardo Gomes (UDN)¹⁹³.

¹⁹¹ Segundo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* Hugo Borghi teria dito “que se elegeria com os votos dos ítalo-brasileiros e por isso não precisava dos votos de negros, caboclos, japoneses, judeus, sírios e outros levantinos aos quais consagrou palavras de profundo desprezo” (Os negros responderão a 3 de outubro. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 07/09/1950, p. 9). Em sua tese de doutorado, Maria Lopes analisa o episódio envolvendo os comentários de Borghi. A historiadora argumenta que ele, assim como outros políticos contemporâneos, agiam com a intenção de “formar e classificar os cidadãos úteis a pátria brasileira” (LOPES, 2007, p. 42). Considero que Andrews (1998) ofereça um aparato analítico interessante ao observar as relações entre negros e brancos em São Paulo a partir do pós-abolição. Assim como Andrews adota em sua análise, os negros paulistas aparecem no “episódio Borghi” como um grupo com uma especificidade tal a ponto de ser compreendido em termos étnicos, como os grupos imigrantes. Além disso, as ideias que orientam o suposto comentário seriam a expressão do resultado do processo de subordinação econômica e política a que tinha sido submetida a população negra, especialmente em São Paulo.

¹⁹² Contra a exploração eleitoral do negro. *Mundo Novo*, São Paulo, 26/08/1950, p.4.

¹⁹³ Em seu livro de memórias, Borghi contou ter criado a frase que caracterizou Eduardo Gomes como antipopular a partir da seguinte declaração, pronunciada pelo candidato da UDN em um comício no Rio de Janeiro: “*Não necessito dos votos dessa malta de desocupados que apoia o ditador para eleger-me Presidente da República!*”. Durante a campanha de 1945, Borghi, que era membro do PTB e opositor político de Gomes, ainda distribuiu panfletos e broches impressos com a frase supostamente dita pelo candidato. Para mais informações sobre o episódio dos “marmiteiros” ver: BORGHI, Hugo, *A força de um destino*, Editora Forense Universitária, São Paulo, 1995).

Como resposta aos comentários de Borghi, foi organizado um ato de desagravo pela Comissão da Federação das Associações Negras do Estado de São Paulo¹⁹⁴. Em um convite para o ato, convocado para o dia 07 de agosto de 1950, pedia-se a presença dos “negros e o povo em geral que se orgulha de sua nacionalidade brasileira”. A passeata deveria ser encerrada na herma de Luiz Gama, localizada no Largo do Arouche na região central da capital paulista. Dois nomes foram citados entre os oradores, Francisco Morais, indicado como líder da Federação das Associações Negras e o ex-prefeito de São Paulo, Paulo Lauro.

Esse ato organizado em São Paulo e outras manifestações contrárias ao candidato Hugo Borghi, veiculadas especialmente em órgãos da imprensa que tinha relação oficial ou oficiosa com partidos de oposição a ele, o pressionaram a declarar sua posição em relação aos negros publicamente¹⁹⁵.

Em entrevista ao jornal *Mundo Novo*, Geraldo Campos de Oliveira, que na época era candidato a deputado estadual pelo PSB, declarou que a fala atribuída a Borghi, de que este não necessitava do voto dos negros, era suspeita. Para ele, era difícil acreditar que no momento em que Borghi “luta desesperadamente na sua campanha de somar votos”, o candidato “tivesse esquecido a forma como liquidou definitivamente para sempre o brigadeiro Eduardo Gomes como expressão política no seio das massas populares”. Para Geraldo Campos, apesar de o caso servir para “confirmar a existência de preconceitos de raça e de cor, ardorosamente negado por muita gente boa”, ele foi criado para “explorar o homem negro” politicamente. Isso porque, segundo ele, nunca tinha visto uma “passeata-protesto contra o fato de um negro ter sido recusado num hotel ou ter sido humilhado num salão de barbeiro”. Sua avaliação sobre o grupo que se reuniu para organizar o protesto contra as declarações de Borghi era de que se tratava de representantes de um “movimento eleitorista, organizado por aproveitadores do elemento negro, que se serviram líderes bem contemplados com empregos e propinas, que se prestam ao

¹⁹⁴ Cf. Passeata de Protesto. *Folha da Manhã*. São Paulo, 05/08/1950; Protestam os negros contra o Sr. Hugo Borghi. *Diário Carioca*. São Paulo, 06/08/1950, p.2.

¹⁹⁵ O jornal *Folha da Manhã* era um dos que operava oficiosamente em campanha pró coligação PSP-PTB. Segundo artigo publicado no periódico sobre a declaração divulgada por Hugo Borghi, a emenda que saiu pior do que o soneto. Segue trecho da declaração de Borghi: “Não sou e nem poderia ser contra a raça negra a que tanto deve a nossa pátria. O que combato com energia e sinceridade é a degenerescência dos negros, em consequência de alcoolismo, da sífilis e da promiscuidade. É plano de meu governo mobilizar e valorizar o trabalho dos negros, encaminhando-os para colônias agrícolas, onde não entrará uma só gota de álcool, nem haverá jogo de bicho e carnaval, com a sua promiscuidade luxuriosa. Nessas colônias mesmo fora de São Paulo, como em Goiás, onde já estou em negociações com a fundação Rockefeller, os negros terão maternidade para suas esposas, instrução e boa alimentação para seus filhos, tornando-se desse modo realmente úteis à nossa Pátria e trocando definitivamente o pandeiro, o tamborim e a cuíca pelos instrumentos de trabalho” (“Colônias agrícolas para os negros. Borghi é positivamente contra os homens de côr”. *Folha da Manhã*, 03/09/1950, Seção livre, p. 4).

triste papel de porta-estandarte dos interesses eleitorais de indivíduos e grupos, à custa do nosso homem negro, do trabalhador negro” (*Mundo Novo*, 26/08/1950, p.4).

O ex-prefeito de São Paulo, Paulo Lauro, deveria ser um daqueles que Geraldo Campos criticava por ter uma “forma interesseira de conduzir o problema da elevação econômico-social do negro brasileiro”. A luta deveria ser “no sentido de uma reforma que liquide todas as posições que se baseiam na manutenção das injustiças sociais e na permanência da exploração do homem pelo homem” (idem).

A posição de Geraldo Campos de Oliveira demonstra que para ele, e possivelmente para o grupo de ativistas negros e socialistas de São Paulo, a reprovação aos líderes negros de ocasião, “surgidos numa abundância espantosa nos períodos eleitorais”, era duplamente fundamentada na ausência de compromisso verdadeiro com a resolução dos problemas da população negra e na prática política conservadora para os parâmetros socialistas.

Outro aspecto da crítica de Geraldo Campos que sugere que os políticos negros, alvo de sua crítica, estariam sendo usados para satisfazer os interesses eleitorais de seus partidos, poderia ser ampliada para todo e qualquer político, inclusive para ele mesmo. Afinal, a intenção de qualquer partido ao apoiar candidatos é angariar votos. O julgamento moral nesse caso parece ser pouco autocrítico, quando feito por alguém que se encontrava inserido na disputa partidária e eleitoral.

Nas eleições de 3 de outubro de 1950, Paulo Lauro foi eleito para o cargo de Deputado Federal, pelo Partido Social Progressista¹⁹⁶. Durante a campanha, políticos ligados ao PSP utilizaram amplamente a polêmica envolvendo os comentários de Borghi, carregando nas tintas de um discurso antirracista e anti-xenofóbico, na defesa de uma democracia “universalista”, associada a ideia de brasilidade¹⁹⁷.

A campanha eleitoral de Geraldo Campos de Oliveira, em 1950, não deu maior atenção à polêmica envolvendo a declaração de Borghi nem deu enfoque a um argumento

¹⁹⁶ Paulo Lauro foi o sétimo candidato mais votado do PSP, que elegeu ao todo 13 candidatos, a maior bancada do estado de São Paulo (Fonte: CONOLLY, 2008).

¹⁹⁷ Em 13 de setembro de 1950, o jornal *Folha da Manhã* trouxe estampada na sua primeira página a foto do candidato a governador de São Paulo pelo PSP, Lucas Garcez, apertando cordialmente a mão de um homem negro. Acompanhava a foto um texto, com o título “Garcez não tem preconceitos raciais”, que defendia que o candidato do PSP não alimentava “mesquinhos preconceitos raciais” e que reconhecia a contribuição de “sangue e suor” de negros e imigrantes para a “elaboração da nossa raça e engrandecimento da nossa terra”. Os argumentos do texto fundamentavam-se nos valores “para dirigir o povo brasileiro, formado com o sangue de várias raças, é preciso ser bastante democrata e cristão para ver em todo homem um concidadão e um irmão, seja ele branco, preto, japonês, judeu ou sírio” (*Folha da Manhã*, 13/09/1950, p. 1). Assim como fez o PSP, a UDN também publicou declarações contra o preconceito racial, na esteira dos supostos comentários de Borghi. Somente no dia 08 de agosto, por exemplo, a seção Momento Político trouxe três textos que abordavam o ocorrido: A semente maldita do preconceito racial; A UDN contra os preconceitos de raça e cor; e Preconceitos de raça e de cor (*O Estado de S. Paulo*, 08/08/1950, p.3).

especificamente voltado à crítica ao “preconceito de cor ou de raça” para atrair voto dos negros paulistas. A estratégia utilizada enfatizava a ideia de que a solução do problema do negro estava “na solução democrática do Partido Socialista Brasileiro”, ou melhor, “na solução do problema social, da superação das relações de produção capitalistas e do aniquilamento da exploração do homem pelo homem”.

Homem negro: a solução do seu problema racial depende da solução do teu problema como assalariado do capitalismo. A luta de classe é maior que a luta de cor. Quando vences a tua luta de classe, terás vencido a tua luta de cor. Não te refugies numa casta, mas luta pela tua igualdade fundamental do homem. Não te iludas com os demagogos “populistas”, dos quais é escravo e com os seus slogans mistificadores de última hora (*Mundo Novo*, São Paulo, 23/9/1950, p. 3.)

O texto é bastante assertivo ao ressaltar que o socialismo seria a solução definitiva para a mobilização negra. A forma mais radical na apresentação das ideias provavelmente se deve ao fato de ter sido assinado por três estudantes do curso de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, o “Comitê Universitário”, composto por: Wilson Cantoni, Lolio L. de Oliveira e Zilah Sayão Wendel, provavelmente membros do PSB¹⁹⁸. Mas, uma afirmação de Armando de Castro no texto “um representante negro no legislativo bandeirante” sugere que os debates sobre o binômio raça e classe estavam na ordem do dia, no início da década de 1950: “das muitas definições expendidas em certos meios conhecedores dos problemas do negro, avulta aquela afirmativa de que a questão racial no Brasil é antes um caso de classes” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2).

Apesar de concordar que “os problemas do negro” tenham um caráter econômico, Armando de Castro usa uma explicação diferenciada. Para ele, em comparação com o negro estadunidense, ou com os imigrantes japoneses e seus descendentes, a assimilação social e o *status* de igualdade jurídica do negro brasileiro teriam impossibilitado sua ascensão econômica¹⁹⁹. As ideias apresentadas por Castro de forma bem básica nesse texto são, contudo,

¹⁹⁸ A minha suposição da participação do grupo no PSB baseia-se nas indicações expressas no texto em trechos como o seguinte: “Lutar por uma candidatura verdadeiramente socialista representa um imperativo histórico e um dever moral para qualquer universitário que mereça esse título, que tenha aprendido a pensar as ciências do homem como técnicas de autoconsciência social” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 3). Sobre a formação universitária, além do que é indicado no texto, os nomes de Wilson Cantoni (turma 949) e Zilah Wendel (turma 947) aparecem na lista dos inscritos para o I Congresso de ex-alunos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, ocorrido em julho de 1950.

¹⁹⁹ Chama a atenção o uso do imigrante japonês como base comparativa para o negro brasileiro. Armando de Castro argumentou que esses “homens de raça exótica” eram bem aceitos devido a sua boa situação econômica, mas que social e culturalmente estavam descolados da sociedade brasileira. Ele entendia que “os nipônicos e seus descendentes brasileiros tem a sua sociedade a parte, a sua religião, a sua comunidade, o seu “modus vivendi” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2). Penso que atenção devotada por Castro a situação dos japoneses estava relacionada ao sucesso que tiveram na política. A população japonesa de São Paulo conseguiu eleger seu primeiro representante ainda em 1947, Yukishigue Tamura, vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Para saber

bem próximas a um argumento introduzido no campo da Sociologia nesse mesmo período acerca das estratégias de mobilidade de minorias étnicas, especialmente no que se refere aos fecundos debates sobre solidariedade (FERNANDES, 2008a [1965]; BASTIDE e FERNANDES, 1971; FERNANDES, 2007; FIGUEIREDO, 2002); também é possível encontrar referências naquilo que Florestan Fernandes anuncia como “o dilema racial brasileiro”²⁰⁰.

Quanto ao negro brasileiro, devido a lei que os considera oficialmente cidadãos, com direitos civis e jurídicos, mal grado a guerra subterrânea dos particulares, não teve o mesmo incentivo, o mesmo espírito de luta para se fortalecer economicamente como os seus irmãos da terra dos dólares [Estados Unidos], como os judeus em todo o mundo. E, pois, fundamentalmente, um caso de classes o problema que nos assoberba há mais de 60 anos. (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2)

Após apresentar sua interpretação sobre o problema do negro, Castro defendeu que sua solução seria a presença de “legítimos representantes da raça em todas as câmaras estaduais do Brasil, afim de que, problemas negros não precisem das mal compreendidas iniciativas de um bem intencionado Afonso Arinos²⁰¹”. A legitimidade desses representantes estaria no fato de serem “cultos pelo trato do espírito, mas calejados pela luta a descoberto pela causa dos seus”, ademais seriam “homens de ambiente negro, de famílias negras, continuadores da obra de profundo e mordaz Getulino e do temido ‘Tigre da Abolição’” (*Mundo Novo*, 23/09/1950, p. 2).

Ainda que o texto de Armando de Castro seja uma rica fonte, que permite variadas possibilidades de análise, não percamos de vista que se trata de uma publicação em apoio a um candidato em meio a uma campanha eleitoral, por isso foi construído de modo a apresentar Geraldo Campos de Oliveira como a alternativa de legítimo representante negro. Para o diretor de *Mundo Novo*, mesmo que Geraldo Campos fosse “um moço de partido”, ele seria no

mais detalhes sobre a trajetória de Tamura e a atuação política da comunidade japonesa em São Paulo, ver: SALVADORI FILHO, Fausto. Perfil Yukishigue Tamura. *Revista Apartes*. São Paulo, janeiro-fevereiro/2014, p. 17-24.

²⁰⁰ Florestan conceitua como dilema racial brasileiro a crença de que existe uma democracia racial no Brasil, a qual escamoteia a desigualdade racial da arena política e cria uma situação única, que só atinge o negro (FERNANDES, 2007, p. 299).

²⁰¹ Armando de Castro referia-se ao projeto de lei apresentado pelo deputado federal Afonso Arinos (UDN), em julho de 1950, com artigos que visavam tornar contravenção penal a discriminação racial, chamadas à época de “preconceito de raça ou de cor” (Cf. Contra o preconceito de raça e de cor. O Deputado Afonso Arinos apresentou na Câmara o projeto visando colocar fora da lei qualquer manifestação no país, de caráter racista. *O Estado de São Paulo*, 18/07/1950/ p.3). O projeto de lei de Arinos foi apresentado pouco tempos depois da recusa do hotel Esplanada, localizado em São Paulo, em hospedar a bailarina negra americana, Katherine Dunham, o que gerou grande repercussão na imprensa nacional. Florestan Fernandes construiu uma categorização dos argumentos de “personalidades negras” com críticas à Lei Afonso, para maiores detalhes, ver: (FERNANDES, 1955, p. 216). Maio e Grin (2013) analisaram o contexto de elaboração da lei. No artigo, os autores abordam a recepção da lei e também o ceticismo com que sua elaboração foi recebida entre algumas lideranças do movimento negro na época.

“legislativo bandeirante, o ponto de partida para a nova arrancada dos negros em busca de sua independência moral, política e social”. Em relação ao PSB, Castro afirmou que “as diretrizes da agremiação política que o lançou na arena eleitoral, ao invés de prejudicar os interesses negros, pelo contrário os reforçará”²⁰².

Na campanha de Geraldo Campos em 1950, a defesa da proeminência de classe sobre raça na estruturação da sociedade brasileira parece ser o ponto central. Apesar das fontes a que tive acesso e utilizei – os textos da Comissão Universitária e de Armando de Castro – não serem de autoria do próprio candidato, não significa que tenham deixado de passar pelo crivo de sua aprovação ou que até tenham sido escritas sem sua colaboração. A análise desse momento eleitoral e uma reportagem publicada no jornal *Diário da Noite*, em 24 de janeiro de 1958, parecem sugerir que Geraldo Campos passou a enfatizar a militância socialista em detrimento da mobilização negra *per se*. No texto de 1958, o jornalista Elias Raide compara o Teatro Experimental do Negro em São Paulo ao do Rio de Janeiro e conclui que as diferenças entre eles se devem as “teses diversas defendidas por Geraldo e Abdias [do Nascimento]”, respectivos diretores.

Segundo Raide, “a linha do Teatro Experimental do Negro de São Paulo se apoia na afirmação de que ‘o preconceito é de classe’; [enquanto] o conteúdo do teatro de Abdias Nascimento se funda na tese de que ‘o preconceito é de cor’”. Sobre o TEN de São Paulo, o jornalista escreveu que este “não se prende a peças especificamente para negros, nem sobre problemas do negro. Preocupa-se mais com a sociedade, criticando os desníveis econômicos, a diferença de classes”²⁰³ (*Diário da Noite*, 24/01/1958, p. 12).

²⁰² Armando de Castro não expôs quais fatores que, em sua opinião, fariam as diretrizes do PCB serem um reforço aos interesses dos negros. No órgão de imprensa do PSB, o jornal *Folha Socialista*, a questão racial no Brasil não recebeu grande atenção. Destaco um dos slogans da campanha com uma imagem que traz em primeiro plano a representação de um homem negro e um instrumento de construção civil (Cf. Anexo A.4). O jornal também divulgou uma rápida biografia de Geraldo Campos durante a campanha eleitoral - assim como fez com os demais candidatos do PSB em São Paulo. No texto o candidato negro foi apresentado ao eleitor como “professor e jornalista, sua destacada atuação em prol do negro brasileiro valeu-lhe a simpatia e o reconhecimento de todos os que o problema do negro do Brasil com olhos desapaixonados. Militante sindical denodado, presidente da Associação dos revisores de jornais, tem participado de movimentos reivindicatórios de jornalistas e gráficos de São Paulo” (*Folha Socialista*, 2/9/1950).

²⁰³ É possível que a tentativa de supor uma linha de continuidade entre a atuação política e teatral de Geraldo Campos não seja a ideal, por tratar-se de dois campos diversos, mas a aproximação entre os dois momentos de sua trajetória podem ajudar a dar mais inteligibilidade às suas ideias.

2.2.3 Representação negra e momento político em São Paulo (1945-1950): algumas considerações

A presença de negros na política partidária em São Paulo, após o fim da Ditadura Vargas, não pode ser explicada somente pelas tentativas de inserção dos ativistas envolvidos no que foi denominado neste trabalho de “meio negro”, fazendo uso da expressão comumente empregada naquele período para demarcar o grupo de ativistas negros com variadas tendências políticas – das quais destaquei as mais expressivas – e que compartilhavam de práticas associativas semelhantes. Minha escolha por trabalhar com o “meio negro” paulista se justifica na estratégia política utilizada e na sua apresentação a priori como representantes dos negros na disputa eleitoral. Essa escolha tem consequências que foram esboçadas ao longo do texto. Penso que a mais significativa seja relacionada ao discurso sobre legitimidade de representação dos negros. Isso porque, ao trabalhar com esse grupo, não pude escapar completamente da classificação feita por eles sobre si e sobre os outros. Explico: a atuação desses ativistas foi significativa tanto para a produção acadêmica sobre o movimento negro quanto para a produção do próprio movimento sobre si. As biografias, a produção da imprensa negra, os materiais compilados e disponíveis em arquivos representam a vontade de sujeitos interessados em contar a [sua] história com base nas próprias perspectivas. Não apresento isso como um “problema” da fonte, mas sim aponto seus limites e o que podem representar²⁰⁴.

A demanda por reconhecimento daqueles que se auto afirmavam representantes legítimos da população negra foi, aceita por pesquisadores que, no geral, se dedicaram a analisar apenas as organizações e ativistas do “meio negro”. Assim, mesmo não sendo um objetivo dessa pesquisa, penso que a partir dela fica exposta a necessidade de investigar a trajetória de políticos como Paulo Lauro, prefeito da capital paulista entre os anos de 1947 e 1948, cuja a história se encontra geralmente dissociada das narrativas sobre políticos negros no século XX²⁰⁵. A razão

²⁰⁴ Essa é uma situação que não está limitada apenas ao campo da representação política. Outro exemplo que penso ser representativo da minha crítica sobre o discurso de legitimidade de representação pode ser observado na relação da escritora Carolina Maria de Jesus com ativistas negros na década de 1950. Carolina tornou-se um fenômeno literário com a publicação de seu livro “Quarto de Despejo”, mas foi vista com certa desconfiança por parte de alguns ativistas, que a pensavam como uma “inocente útil de aproveitadores brancos”, portanto, sem muito proveito para a mobilização. Sobre esse episódio, ver: Santos, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.47-48.

²⁰⁵ Reconheço a existência de valiosos trabalhos acadêmicos sobre políticos negros no século XX, a exemplo de: NOGUEIRA, Oracy. *Negro político, político negro*. São Paulo, Edusp, 1992; DANTAS, Carolina Vianna. Monteiro Lopes (1867-1910), um líder da raça negra na capital da república. *Afro-Ásia*, v. 41, p. 168-209, 2011; e WOODARD, James. Negro político, sociedade branca: Alfredo Casemiro da Rocha como exceção e estudo de caso (São Paulo, décadas de 1880 a 1930). In: Gomes, Flavio; Domingues, Petrônio (orgs). *Políticas da Raça*:

dessa dissociação seria o não pertencimento dele ao grupo de “representantes legítimos”, daqueles que se denominaram como “meio negro” e sobre quem comumente se fala quando o assunto é movimento negro.

Por sua vez, as lideranças que lograram posições legítimas nas organizações e imprensa negras não conseguiram converter esse capital político para as agremiações partidárias. Apesar de alçarem à posição de porta-vozes²⁰⁶ das reivindicações da população negra, eles tiveram uma concorrência severa no campo eleitoral, no qual participavam quase exclusivamente políticos profissionais.

Os fracos resultados eleitorais dos ativistas negros que tentaram se inserir no campo político em São Paulo, no pós-Estado Novo, revelam as dificuldades de inserção. De certa forma, essa dificuldade pode ser entendida pelo fato de, em sua maioria, esses ativistas não terem se inserido no rol dos políticos profissionais, que passaram a ter lugar estabelecido no Estado durante e após o Estado Novo.

Outro fator pode estar relacionado ao desempenho eleitoral dos partidos a que esses ativistas estavam associados. Em relação ao desempenho eleitoral dos partidos, o PSB não conseguiu eleger seus candidatos negros, mas é importante perceber que o sucesso eleitoral do partido como um todo foi bem reduzido. Nas eleições que aconteceram durante os cinco primeiros anos após o fim da Ditadura Vargas, o PSB conseguiu eleger dois vereadores na cidade de São Paulo, em 1947; e dois deputados estaduais no estado, em 1950. O candidato de maior destaque foi Cid Franco, que conseguiu se eleger vereador e deputado estadual. Como indicado por Hecker (1998), o projeto do PSB de se tornar um partido de base popular logo em seus primeiros anos de existência não foi bem sucedido. A estratégia de promover a candidatura de políticos que tivessem possibilidade de chamar a atenção das “massas” não surtiu muito efeito, nem com os candidatos negros nem com os “operários”. Esse tipo de estratégia parece também não ter sido bem sucedida entre os comunistas em São Paulo; no entanto, em cidades como Rio de Janeiro e Salvador, houve êxito em emplacar candidaturas de negros e operários, como discutirei no quinto capítulo.

Experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014, p. 231-262. Meu argumento é de que trabalhos como esses têm sido regularmente compreendidos como estudos de casos de exceção, uma vez que se pressupõe o espaço político brasileiro dominado por uma elite branca, e não como a representação de uma forma de inserção do negro na política.

²⁰⁶ Segundo Bourdieu, os “porta-vozes” na política agiriam de forma a se apropriar das palavras e do silêncio daqueles que representa, como também da “força desse mesmo grupo, para cuja produção ele contribui ao prestar-lhe uma palavra reconhecida como legítima no campo político” (BOURDIEU, 1998, p. 185).

No próximo capítulo tratarei mais detidamente do que interpreto como uma estratégia de partidos de orientação populista para atrair o voto da população negra, a promoção de lideranças negras de grande vulto na mobilização. Foi o caso de Raul Joviano Amaral, em São Paulo. No Rio de Janeiro, o Partido Trabalhista estabeleceu negociações com um grupo encabeçado por Abdias do Nascimento, resultando na criação de um Diretório Negro do PTB, em 1946.

As eleições em São Paulo apresentadas neste capítulo parecem se encaixar facilmente no quadro apresentado por Andrews (1991):

Os trabalhadores negros habilitados a votar (o voto ainda se restringia aos alfabetizados, embora essa exigência fosse frequentemente contornada pelos membros dos sindicatos) eram abertamente cortejados pelos partidos políticos de base trabalhista que competiam pelo poder na nova República. O Partido Comunista, O Partido Trabalhista Brasileiro, de Getúlio Vargas, e, em São Paulo, o Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros – cada um deles, e mais o movimento operário, do qual tiravam seu apoio, estava buscando agressivamente o apoio dos negros e dando boas-vindas aos eleitores negros nas suas fileiras (ANDREWS, 1991, p. 35-36).

Andrews prossegue afirmando que “a receptividade dos partidos populistas aos eleitores negros reduziu substancialmente o sentimento, na comunidade negra, em favor de uma atividade política segundo a linha da Frente Negra”²⁰⁷ (ANDREWS, 1991, p. 36). Discordo, porém, da sequência argumentativa do autor quando afirma que, como resultado daquele novo momento político do negro, “no período de 1946-1964, as organizações tiveram uma orientação exclusivamente cultural, focalizando-se na alfabetização e outros projetos educacionais, no patrocínio de atividades nas áreas literária, teatral e artística, e assim por diante” (idem).

Meus achados de pesquisa me permitem afirmar que existia um projeto de inserção negra na política no período posterior ao fim da Ditadura Vargas. Apesar das divergências internas, esse projeto foi encampado por lideranças negras que exerciam militância em associações que tinham, de fato, uma orientação cultural – utilizando os termos empregados por Andrews -, mas que viam na política partidária, quer seja nas candidaturas de representantes próprios ou no diálogo com partidos políticos, um meio de atuação estratégico para o alcance de seus objetivos.

²⁰⁷ A observação de Andrews sobre o crescimento de interesse dos partidos populistas pelo apoio da população negra ainda durante a década de 1940 foi muito acertada. Um exemplo de como era feita a arregimentação desses partidos junto aos negros pode ser visto no panfleto “Festa da Mãe Presta” (Cf. Anexo A.5), de 31 de dezembro de 1949. No documento, ilustrado com as fotografias de Adhemar de Barros e Nestor Macedo, este último era organizador de festas e comícios, normalmente voltados para propaganda de candidatos e partidos, direcionados a comunidade negra. O panfleto também indica a existência de uma entidade denominada “Ala Negra Progressista”, provavelmente ligada ao Partido Social Progressista, de Adhemar de Barros. Carneiro e Kossoy (2008) analisam o panfleto da Festa da Mãe Preta e outros também distribuído pela Ala Negra Progressista.

Outro aspecto dessa questão é desenvolvido por Michael Hanchard (2001), ao concluir que, entre os anos de 1945 e 1964, o movimento negro foi cunhado em uma perspectiva culturalista. Para o autor, isso seria resultado da exclusão no campo da política dos “problemas afro-brasileiros”, tanto por parte da esquerda quanto da direita, causando nos ativistas negros a “necessidade de revestir sua linguagem e sua prática de formas indiretas, ambíguas e fragmentadas, sob o véu da prática cultural” (HANCHARD, 2001, p. 124-125). Esse tipo de análise é muito relevante por permitir a criação de grandes panoramas, mas com pouca capacidade para a compreensão do processo, marcado não só pela continuidade que pode afirmar o quadro geral, como por cisões, rupturas e contradições.

Em minha investigação, a análise detida da atuação de ativistas negros visando inserção na política partidária, nos cinco primeiros anos após o fim da Ditadura Vargas, permite a observação do processo, que pode ter resultado na circunscrição da mobilização negra no Brasil no campo da cultura; mas também possibilita acompanhar a emergência de um discurso sobre o negro, alicerçado em uma concepção de poder, ainda que latente, de interferência nos rumos da sociedade brasileira. O negro povo, ao qual se dirigiam os candidatos negros (como Luiz Lobato, Geraldo Campos, Raul Joviano, Sofia de Campos, entre outros), é a chave da concepção do país identificado com base no seu contingente mais explorado socioeconomicamente, mas que constitui também uma “comunidade imaginada” pelo seu conteúdo simbólico (ANDERSON, 2008; HALL, 2003, p. 47-63); e ainda uma comunidade de destino, posto em termos weberianos, como propõe Guimarães (2003), pela sua utilidade prática, no campo eleitoral.

Considero que o uso intercambiado de negro e povo não era somente um recurso retórico, senão um argumento de fundo ideológico que tinha a pretensão de afincar definitivamente o negro à nação e potencializar a disputa por espaço nos ambientes de decisão política. Nesse sentido, o negro povo no discurso desses ativistas candidatos era a representação do brasileiro, não à moda paulistana, que se queria branca, mas ao modelo que se inaugurava no Brasil, mestiço, por vezes, negro.

3. Atuação Política do Movimento Negro no Rio de Janeiro após o Estado Novo

Nos primeiros anos da década de 1940, ainda durante o Estado Novo, surgiram variadas propostas associativas e culturais empreendidas por lideranças negras no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. O ambiente que se constituía permitiu constante diálogo entre as lideranças, e teve como um dos resultados a formação de uma coalizão de ativistas interessados em promover a inserção na cena pública brasileira de uma pauta de reivindicações voltada para a população negra. Para tanto, ativistas negros compuseram alianças com intelectuais das ciências sociais, a exemplo de Arthur Ramos e Gilberto Freyre, bem como com outros intelectuais e políticos, que defendiam a necessidade de integração do negro na sociedade sem descartar o ideário de nação pautado na ideia de democracia racial²⁰⁸. Além disso, no contexto do Pós-Segunda Guerra (1939-1945), o governo brasileiro procurava afirmação internacional utilizando a propaganda da democracia racial como uma característica nacional, com capacidade de harmonizar os conflitos raciais (SKIDMORE, 1989; MAIO, 1999).

Apoiado no consenso sobre a democracia racial, o protesto negro, em emergência no Rio de Janeiro tinha como uma das principais bandeiras a demanda por uma efetivação da justiça racial durante o processo de reestabelecimento da democracia (GUIMARÃES e MACEDO, 2008). Dessa forma, a política partidária representava no pós-Estado Novo um campo privilegiado de atuação e construção de alianças entre ativistas negros no Rio de Janeiro e políticos, em sua maioria brancos, dispostos a discutir e, por vezes, inserir a agenda do movimento, ou parte das demandas, em seus partidos e no legislativo do Estado. Além do contato com políticos, ativistas negros também passaram a se organizar para indicar candidaturas próprias, com a expectativa de que o movimento pudesse utilizar-se da política, não apenas como um espaço de pressão, mas também de participação do jogo por dentro.

As redes de relações que viabilizaram a presença de negros no *mainstream* intelectual e político da sociedade carioca não foi uma especificidade do pós-Estado Novo. Isso pode ser visto na análise de Paulina Alberto, que comparou a experiência do ativismo negro no Rio de Janeiro e em São Paulo, nas décadas de 1910 e 1920. Sobre o período, a autora explicou que “em contraste com o que ocorria em São Paulo, negros com aspiração intelectual ou política no

²⁰⁸ Compartilho da perspectiva de Antonio Sérgio Guimarães, segundo a qual democracia racial constituiu mais que uma ideologia. Segundo o autor, no pós-guerra ela era uma construção utópica nascida da colaboração entre ativistas e intelectuais negros e intelectuais brancos interessados na integração dos negros à vida social brasileira (GUIMARÃES, 2006).

Rio parecem ter tido outras alternativas além das organizações e imprensa negras independentes (ALBERTO, 2011, p. 85, tradução minha).

A especificidade do período após 1945, no que tange à inserção política, parece ter sido a pretensão de alguns ativistas negros em se estabelecerem como uma força política distinta, não necessariamente autônoma, pois se concebia em relação a certos partidos políticos e dentro deles. Ademais, assim como ativistas negros de São Paulo, as lideranças à frente de organizações no Rio de Janeiro – como o Teatro Experimental do Negro (TEN), a Orquestra Afro-Brasileira e o Centro de Cultura Afro-Brasileiro – assumiram a posição de “legítimos” representantes de uma coletividade, a população negra. Dessa forma, não era incomum, entre os ativistas negros interessados em ingressar na carreira política local do Rio de Janeiro, o uso do argumento de serem representantes da população negra como plataforma eleitoral.

Do ponto de vista da dinâmica do campo político, o Rio de Janeiro no pós-Estado Novo era o centro de articulação da política nacional, sede do Distrito Federal até sua transferência para Brasília em 1960, e interpretado por muitos como uma cidade que reunia o que havia de mais moderno e modelar da cultura política no país, um “espaço-síntese da nacionalidade” (MOTTA, 2007, p. 176). Por outro lado, a cidade também possuía uma política local que precisava responder a demandas de uma das maiores cidades brasileiras, ainda em fase de acelerado crescimento urbano. Os políticos interessados na esfera local tinham que se candidatar exclusivamente à vaga de vereador e procuravam representar interesses de grupos específicos, como “categorias profissionais, de grupos religiosos e, principalmente, de localidades e regiões da cidade” (FREIRE e SARMENTO, 2004, p. 44). Nesse sentido, a capital do Brasil tornou-se espaço privilegiado para compreender as formas de atuação dos ativistas negros, tanto nas associações como nas agremiações partidárias, seja no plano local, seja na esfera nacional.

Este capítulo está dividido em duas seções, a primeira trata da organização política com fins partidários de setores do movimento negro no Rio de Janeiro, especialmente, as iniciativas orquestradas por lideranças ligadas ao TEN. A segunda seção aborda as tentativas de ingresso na carreira política do ativista negro Abdias do Nascimento, cujas campanhas eleitorais conseguiam reunir, a despeito de diferentes posicionamentos políticos, apoios interessados em promover a candidatura de um representante do movimento negro no legislativo do Estado.

Seção 3.1. O surgimento de associações culturais negras no Rio de Janeiro pós-Estado Novo

A efervescência cultural no Rio de Janeiro durante a década de 1940 tinha, entre os fatores característicos, um elemento associado ao acelerado crescimento populacional da cidade, que permitiu a reunião de pessoas com origens culturais muito variadas. O intenso movimento de migração interna em direção ao Rio de Janeiro ocorria principalmente pela busca da população por melhores oportunidades de emprego e vida. Luís de Aguiar Costa Pinto (1998 [1953]) explicou, no livro *O Negro no Rio de Janeiro*, que o deslocamento para os grandes centros era em sua maioria de negros e mulatos, motivados pela busca de melhoria das condições de vida, mas também pelo caráter mais impessoal das relações sociais, típicos da vida urbana. Segundo dados oficiais do censo, a população do Rio de Janeiro em 1940 era composta por 71 % de brancos e 28,5% de pretos e pardos, já em 1950, o percentual de negros residentes no Rio de Janeiro beirou 30%. Os milhares de recém-chegados no Rio de Janeiro se concentravam nas favelas e subúrbios, o que acentuava a estrutura de segregação espacial, social e econômica da cidade.

Esse contexto foi um terreno fértil para o florescimento de uma nova forma associativa de caráter reivindicatório, que tinha como principal alvo a luta contra o preconceito e as injustiças raciais, que Costa Pinto denominou de “novo tipo”²⁰⁹. Até o início da década de 1940, se sobressaíam associações negras voltadas para socialização de caráter religioso ou recreativo no Rio de Janeiro, como irmandades católicas e escolas de samba. As novas formas de associação surgidas no período baseavam-se também na cultura negra como as anteriores, mas com diferentes enfoques, especialmente a organização para inserção política. Assim, uma meta visada nesse novo ciclo de mobilizações era a de confrontar diretamente as desigualdades raciais, para tanto, os ativistas procuravam se munir de um discurso inserido no pensamento moderno e baseado nas ideias sobre os direitos de cidadania e humanidade que circulavam no mundo, a partir do pós-guerra. A consequência desse pensamento era a denúncia das injustiças socioeconômicas e raciais em que se alicerçava a sociedade brasileira. Três iniciativas que se destacaram e que estavam inseridas nesse novo ciclo de mobilizações foram a Orquestra Afro-brasileira (1942), O Centro Cultural Afro-brasileiro (1943) e o Teatro Experimental do Negro (1944).

²⁰⁹ Costa Pinto (1953) criou uma tipologia para classificar as associações negras que existiam no Rio de Janeiro na década de 1940. A partir da análise das mudanças sociais que aconteciam no período, o autor dividiu as entidades entre “associações tradicionais” e “novo tipo”.

Em 1942, o mineiro Abigail Cecílio de Moura (1904- 1970) iniciou as atividades da Orquestra Afro-brasileira, no Rio de Janeiro. A orquestra mesclava o uso de instrumentos musicais de percussão e sopro na apresentação de um repertório de cânticos rituais e outros tipos de música de tradição afro-brasileira ou nela inspirada, como maracatu, frevo e jongo (LOPES, 2004). Moura chegou ao Rio de Janeiro durante os anos de 1930 e começou a atuar como músico profissional, tocando trombone e bateria. Depois de iniciar as atividades da Orquestra, o músico conseguiu inserção no meio da classe intelectual da capital do país, passando a frequentar locais como o Café Vermelhinho²¹⁰, no centro da cidade, onde estabeleceu contato com seus frequentadores, escritores, artistas, políticos e jornalistas, dentre os quais alguns ativistas negros. Sua inserção na rede intelectual carioca também lhe rendeu contatos que o ajudaram a se estabelecer profissionalmente como copista na rádio MEC²¹¹. Apesar de a Orquestra Afro-brasileira ter uma atuação muito louvada no meio intelectual e do ativismo negro, enfrentava diversos problemas ligados à falta de financiamento e, ao que parece, de compreensão de sua proposta²¹².

No mesmo período de surgimento da Orquestra Afro-brasileira, o artista e escritor pernambucano Solano Trindade (1908-1974) se mudou para o Rio de Janeiro. Algum tempo depois, Trindade fundou o Centro de Cultura Afro-brasileiro, onde desenvolvia diversas atividades culturais de caráter popular²¹³. O Café Vermelhinho também foi um local importante para Solano firmar relações com intelectuais, artistas e jornalistas da cidade, e iniciar sua militância no Partido Comunista do Brasil²¹⁴. Assim como Moura, Trindade encontrou inserção profissional no serviço público estatal, trabalhando, a partir de 1942, no Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE.

²¹⁰ O café Vermelhinho estava localizado na Rua Araújo Porto Alegre, em frente à Academia Brasileira de Imprensa (ABI), onde a Orquestra Afro-brasileira se apresentava com regularidade.

²¹¹ O trabalho de copista envolve o manuseio de arquivos musicais, para produção de cópias, transposições ou codificações e resumos de partituras para serem executados por músicos de uma orquestra ou conjunto.

²¹² Alguns anos após o surgimento da Orquestra, Abigail de Moura ainda tentava explicar os seus objetivos, como na entrevista concedida ao jornal *Diário Trabalhista*: “Procuramos descobrir e interpretar os anseios da nossa gente, anseios esses soterrados e diluídos nas tradições religiosas, projetando-os depois de estilizados – porém não sofisticados – no panorama artístico e folclórico [brasileiro]”. Moura também disse que a proposta da Orquestra era mal compreendida até no meio artístico, a exemplo dos diretores do rádio que não permitiam a execução das músicas do grupo utilizando a justificativa de que se tratava de “macumba” (*Diário Trabalhista*, 29/06/1946, p.5).

²¹³ Solano foi um dos fundadores da Frente Negra em Pernambuco, em 1936, que pouco tempo depois passou a se chamar “Centro de Cultura Afro-Brasileiro de Recife” (CCAB). Solano passou a ter sua atuação reconhecida em nível nacional após sua participação nos Congressos Afro-Brasileiros, realizados na década de 1930, em Recife e Salvador. No início de 1940 Solano se mudou, inicialmente, para Belo Horizonte, depois para Pelotas, onde atuou em um grupo de cultura popular. Em 1941, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, iniciando militância política ligada ao PCB e uma carreira artística, fortemente baseada na cultura popular brasileira.

²¹⁴ O engajamento de Solano Trindade com o comunismo era grande, a ponto de abrigar reuniões de uma célula em sua casa, situada em Duque de Caxias, Baixada Fluminense. As células eram organizações de base do PCB, com reuniões permanentes responsáveis por transmitir para os membros do partido as decisões dos diretórios centrais no Brasil e na Rússia.

As propostas do Centro de Cultura Afro-brasileiro e da Orquestra Afro-brasileira serviram de impulso para a criação do Teatro Experimental do Negro em 1944. Segundo Abdias do Nascimento²¹⁵, idealizador do teatro, a relação com artistas como Solano Trindade e Abigail Moura, foi fundamental para que ele se voltasse com intensidade para desenvolver a militância negra por meio da cultura (SEMOG, 2006).

Naquele período, Abdias também recebia convite de seus amigos para que fosse conferir a movimentação na cidade. Uma das cartas foi enviada por seu amigo de longa data, Sebastião Rodrigues Alves, em julho de 1944, com o pedido de que fosse ao Rio de Janeiro para “ver as grandes possibilidades”²¹⁶. Também para ver velhos amigos que ansiavam por vê-lo, dos quais dois, Aguinaldo [Camargo] e Solano [Trindade], tinham meios para conseguir que fizesse seus “bombásticos discursos” e assim ter a oportunidade de desabafar. Provavelmente, os desabafos a que o amigo de Abdias se referia estavam associados ao seu encarceramento em São Paulo (1941-1943), período no qual se envolveu com a dramaturgia²¹⁷. A ida ao Rio de Janeiro não seria uma novidade, já que tinha morado alguns anos naquela cidade. Nascimento era paulista, nascido em Franca no ano de 1914²¹⁸. Sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro se deu em 1936. Depois de chegar ao Distrito Federal, Abdias se estabeleceu na Mangueira, conseguiu um emprego como redator de um jornal, e ingressou como aluno na Faculdade de Economia da Universidade do Brasil²¹⁹. Nascimento se associou nesse período ao Movimento Integralista daquela cidade. E tal atuação política lhe rendeu uma prisão. A experiência de cárcere com outros presos políticos, dentre eles o comunista Luís Carlos Prestes, parece ter rendido a Abdias a primeira porta de entrada junto à camada intelectual e política que viria a exercer papel preponderante no auxílio a seus projetos de militância negra nos anos subsequentes²²⁰.

²¹⁵ Abdias do Nascimento teve uma vida longa (1914-2011) e conectada com grande parte da mobilização negra no Brasil ao longo do século XX. Procurarei me concentrar aqui apenas ao período de sua trajetória diretamente relacionados a essa investigação. Sobre a biografia de Abdias Nascimento ver: (SEMOG, 2006; MACEDO, 2005; CUSTODIO, 2011; ALMADA, 2009).

²¹⁶ Sebastião Rodrigues Alves serviu no Exército brasileiro junto com Abdias. Os amigos se envolveram em uma briga de rua em 1936 o que resultou na expulsão dos dois das forças armadas (SEMOG, 2006).

²¹⁷ Abdias escreveu sua primeira peça na prisão, intitulada de *Zé Bacoco*. Outros trabalhos de escrita a que se dedicou no período foram o romance *Zé Capetinha* e um diário, intitulado *Sub mundo*. (MACEDO, 2005, p. 57).

²¹⁸ Abdias era filho de pai sapateiro e mãe que trabalhava como cozinheira, doceira e costureira, e eventualmente como ama-de-leite, para filhos de fazendeiros locais. Em 1930, deixa Franca e parte para São Paulo, com 16 anos, para se alistar como voluntário do exército.

²¹⁹ Antes da formação em Economia Nascimento havia cursado Contabilidade, no ginásio, no Ateneu Francano. Nascimento conclui o curso de Economia em 1938.

²²⁰ Nascimento descreve essa experiência como um “permanente seminário político”, por conta da população carcerária. Todos presos foram detidos por agirem na oposição ao Estado Novo, recém-iniciado. Logo após sair da prisão, Abdias se engajou na organização do Congresso Afro-Campineiro, junto com Geraldo Campos de Oliveira, que fora seu companheiro de cárcere, Aguinaldo Camargo, Agur Sampaio, João Gualberto, José Alberto Ferreira e o tipógrafo Jerônimo. (SEMOG, 2006)

Em 1944, pouco tempo depois de ter recebido a correspondência de Sebastião Alves, Abdias resolveu retornar ao Rio com um projeto de criar um teatro negro. Anos depois, Abdias declarou que a decisão de se estabelecer na capital do país foi tomada pelo ambiente extremamente propício para que seus intentos na criação do teatro lograssem êxito (SEMOG, 2006).

Além do contexto propício que possibilitou o crescimento do meio associativo negro nos últimos anos do Estado Novo, a proposta de criação de um teatro negro era bem aceita no meio intelectual da época. Agradava aos intelectuais a ideia da criação desse teatro não simplesmente pela justificativa de que este deveria ser constituído somente por negros, pois existiam companhias com esse perfil desde muito tempo (MACEDO, 2005). A singularidade do Teatro Experimental do Negro foi a proposta política sustentada desde seu surgimento, ao ser fundado em 13 de outubro de 1944, dentro de um contexto de efervescência cultural e política. De acordo com Abdias, seus primeiros companheiros na empreitada de fundação do teatro negro foram:

o advogado Aguinaldo de Oliveira Camargo, companheiro e amigo desde o Congresso Afro-Campineiro que realizamos juntos em 1938; o pintor Wilson Tibério, há tempos radicado na Europa; Teodorico dos Santos e José Herbel. A estes cinco, se juntaram logo depois Sebastião Rodrigues Alves, militante negro; Arinda Serafim, Ruth de Souza, Marina Gonçalves, empregadas domésticas; o jovem e valoroso Claudiano Filho; Oscar Araújo, José da Silva, Antonieta, Antonio Barbosa, Natalino Dionísio, e tantos outros (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

O Café Vermelhinho era ponto de encontro dos membros do TEN, e foi nesse espaço que o grupo procurou fazer contatos e tecer alianças com artistas e intelectuais, em sua maioria, brancos e bem estabelecidos no Distrito Federal. Na fase do protesto negro brasileiro, desencadeada pelo declínio do Estado Novo, o TEN logo se tornaria uma das organizações mais proeminentes.

Além do teatro, o TEN desenvolvia diversas outras atividades, como a de formação escolar, na criação da Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização. No mesmo período, parece também ter havido a primeira tentativa de criação de um jornal entre os militantes do TEN, denominado *Palmares*²²¹. Na edição de dezembro de 1945, o jornal *Alvorada*, sediado em São Paulo, noticiou a seguinte informação:

²²¹ Segundo Macedo, “O TEN foi muito mais do que um grupo teatral composto só por negros. Além da parte artística – com várias peças centradas na temática racial –, organizou concursos de beleza e artes plásticas, promoveu intensa atuação político-social em convenções, conferências, congressos, seminários, cursos de alfabetização e iniciação artísticas culturais para negros, editou um jornal intitulado *Quilombo* e alguns livros. Entre 1944 e 1968, período de existência do grupo, consta em torno de cinquenta e uma atividades realizadas” (MACEDO, 2006).

Seguindo o exemplo dos negros de São Paulo, que logo após a redemocratização do país fundaram este mensário, os negros do Rio de Janeiro lançarão, por todo o mês de fevereiro próximo, o seu jornal, que terá o significativo título de “Palmares”. O novo órgão da imprensa periódica da Capital da República será dirigido pelo Sr. Sebastião Rodrigues Alves, tendo como redatores principais os Srs. Abdias do Nascimento e Aguinaldo de Oliveira Camargo (*Alvorada*, dezembro de 1945, p. 4).

Apesar de ter sido dado como coisa certa, o jornal *Palmares* nunca saiu do papel. Pode ser que a notícia tenha sido veiculada apenas como estratégia para dar mais visibilidade ao conjunto de ativistas do teatro negro na capital do país ou se tratou de um projeto real que foi frustrado. Mas, a ideia de um jornal negro demonstra que, já naquele momento, os envolvidos no TEN consideravam importante a existência de um veículo de imprensa que pudesse ser utilizado para expansão de sua área de influência entre a população negra.

A apesar de não terem tido êxito em realizar esse primeiro intento de produção de um jornal negro, isso não impediu que os líderes do TEN fizessem uso constante dos órgãos de imprensa que suas redes os permitissem utilizar. Abdias também admitiu que, naquela época, as indicações de conhecidos com influência viabilizaram sua inserção no *métier* da imprensa escrita do Distrito Federal (SEMOG, 2006)²²².

3.1.1 Comitê e Convenções: instrumentos de participação política

Anos depois do surgimento do TEN, Abdias do Nascimento revelou que além da atuação cultural, o momento histórico demandava do movimento a criação de um “instrumento de participação política” (NASCIMENTO, 1976, p. 32). A primeira tentativa de Abdias, e de um grupo de amigos atuante no Rio de Janeiro de organizar um discurso político sobre o negro no pós-Estado Novo, se deu com a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, em março de 1945, cujo objetivo era interferir diretamente na política institucional²²³. Abdias do Nascimento (2004), em um artigo no qual se dedicou a refletir sobre a trajetória do TEN afirma que:

O objetivo imediato do comitê era o de inserir as aspirações específicas da coletividade afro-brasileira no processo de construção da nova democracia que se articulava após a queda do Estado Novo. O comitê era composto de um núcleo de negros ativistas a que se agregaram líderes estudantis, e seu local de reunião era uma sala na sede da UNE. O comitê passou um tempo inicial lutando pela anistia aos presos políticos (na sua maioria brancos). Entretanto, quando chegou a hora de tratar das

²²² Desde sua primeira passagem pelo Rio de Janeiro, na década de 1930, Abdias utilizava o trabalho na imprensa como forma de sustento. No ano de 1944, começou a trabalhar como revisor de jornais, e em 1946 foi contratado para seu primeiro trabalho como repórter de jornal.

²²³ Além de Abdias, estavam envolvidos na criação do Comitê Democrático Afro-brasileiro o escritor e jornalista Raimundo Souza Dantas, os poetas Aladir Custódio e Corsino de Brito, que dirigiam junto com Solano Trindade o Centro de Cultura Afro-Brasileiro, Sebastião Rodrigues Alves e Aguinaldo Camargo, do TEN.

preocupações específicas à comunidade negra, o projeto foi vítima da patrulha ideológica de supostos aliados que acabou desarticulando o comitê. Invocaram o velho chavão de que o negro, lutando contra o racismo, viria a dividir a classe operária... (NASCIMENTO, 2004, p. 221)

O depoimento de Nascimento revela que o projeto de intervenção política de ativistas negros no Rio de Janeiro, após a redemocratização, foi concebido logo de início em associação com outros movimentos sociais e grupos políticos, como a UNE, que abrigava a reunião de vários grupos e era ela própria constituída por vários grupos políticos, reunidos em dois blocos: democratas e comunistas (SEGANFREDDO, 1963). Além disso, o TEN também utilizava as dependências da UNE para realizar suas atividades de formação teatral e cursos de alfabetização²²⁴. Mas, o conflito gerado logo na primeira tentativa de intervenção política, com a criação do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, parece ter levado esses ativistas negros a perceber a necessidade de organizar suas demandas políticas de forma mais independente antes de levá-las para outros grupos.

Poucos meses depois da experiência do Comitê Democrático Afro-Brasileiro, aconteceu a cerimônia de posse dos membros do Diretório Nacional da Convenção Política do Negro Brasileiro²²⁵. A Reunião aconteceu na União Negra Brasileira, dirigida por Isaltino Veiga dos Santos, um dos fundadores da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1931. A entidade era autodenominada como uma “união político-social, cultural, artístico, científico e recreativo da gente negra brasileira”²²⁶, uma espécie de versão aprimorada do slogan “órgão político-social da raça negra” da FNB. Isaltino, que foi expulso da Frente Negra em 1933, resolveu criar no Rio de Janeiro uma organização homônima àquela que a substituiu em 1937, depois de sua extinção como partido político²²⁷. Parece que a intenção era mesmo de criar uma ligação entre as duas entidades separadas no tempo, pois, segundo consta em um documento no IPEAFRO com a biografia de Isaltino, o objetivo na criação da União Negra Brasileira no Rio de Janeiro era de que se tornasse um partido político, o que não aconteceu.

Voltando ao assunto da organização da Convenção Política do Negro Brasileiro, os empossados na reunião realizada na sede da União Negra Brasileira foram: Abdias do Nascimento – presidente; Isaltino Veiga dos Santos – 1º secretário; Synval Silva – 2º secretário;

²²⁴ Em 1940 a UNE tinha formado seu próprio grupo de teatro, que atraía jovens talentos, como o ator Sérgio Cardoso (SEGANFREDDO, 1963)

²²⁵ A ata da reunião, assim como muitos documentos daquele período, está disponível no acervo do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros (IPEAFRO), fundado por Abdias do Nascimento em 1981.

²²⁶ Fonte: IPEAFRO, Dossiê Convenção Política do Negro Brasileiro.

²²⁷ Após a extinção da Frente Negra Brasileira foi criada a União Negra Brasileira em São Paulo, registrada como uma associação com objetivo “caritativo-cultural-patriótico”. A União Negra de São Paulo existiu por menos de 1 ano, dirigida por Raul Joviano Amaral, Marcos Rangel, Abercio Pereira Barbosa, Mario Silva Junior, e Rubens Ribeiro Costa (DEOPS/SP, Prontuário 1538).

José Pompilho da Hora – secretário de relações culturais; Sebastião Rodrigues Alves – secretário de assuntos eleitorais; Ironildes Rodrigues – secretário do expediente acadêmico; José Herbel – secretário de propaganda; Hermes di Cícero – secretário de finanças; Ruth de Souza – secretária assistente de finanças; e Aguinaldo Camargo – secretário de relações políticas.

Não encontrei entre a documentação do IPEAFRO uma fonte sobre a motivação específica e as primeiras negociações para a realização da Convenção. Mas, pela composição do Diretório Nacional, é uma demonstração de que o núcleo duro era formado por integrantes do TEN, tendo Abdias como principal liderança. Outro aspecto da Convenção que já estava acertado quando tomou posse o Diretório é de que o evento seria realizado em São Paulo.

Um dia antes da reunião de posse, Abdias concedeu entrevista ao jornal *O Globo* em que explicou que o objetivo da Convenção era a arregimentação dos negros para participarem das eleições que se aproximavam. A reportagem dava mostra de que as percepções sobre raça e racismo estavam muito afetadas pela vitória dos países Aliados sobre o nazismo alemão na Segunda Guerra Mundial. Por isso, a afirmação de que a luta contra o “racismo odioso de Hitler” abriu espaços para “perspectivas de fraternal solidariedade entre todos os homens, independente de cor e credo religioso”. O texto negava que no Brasil houvesse conflitos como os que eclodiram na Europa, mas admitia a desigualdade social entre brancos e negros no país, sendo necessárias ações “no sentido de elevar a raça negra a um nível mais humano de igualdade perante o branco, que inegavelmente ainda goza de certos privilégios sobre os seus irmãos de cor” (*O Globo*, 27/09/1945).

Abdias e seu grupo parecem ter feito bom proveito da abertura que o contexto da Segunda Guerra propiciou para o debate público sobre assuntos como a raça, racismo, cidadania e democracia. No trecho da matéria de *O Globo* correspondente ao depoimento de Abdias, o ativista chama à atenção para a novidade que era o voto para sua geração, que ainda não tinha tido uma única oportunidade de escolher o presidente da república. Sobre a pertinência da existência de um movimento negro, afirmou que “enganam-se os [negros] que pensam ser o seu problema o problema do povo em geral. Não é somente um problema de classes”. Pois havia certas interdições para negros em espaços de sociabilidade e em ocupações de maior prestígio, o que só poderia ser resolvido com “a educação do negro e a reeducação do branco”.

A explicação de Abdias para a realização da Convenção se baseava na pouca atenção que o “problema do negro” vinha recebendo no campo da política partidária:

Já está se aproximando o 2 de dezembro. As correntes políticas mais autorizadas do país já se manifestaram sobre os problemas que consideram importantes. Nenhuma

delas tocou no problema do negro... umas por ignorância, outras por considerarem-no pouco digno de atenção, outras pela convicção de que ele não existe. Mas nós, os negros, muito branco sincero e esclarecido, vários intelectuais e estudiosos dos nossos problemas, sabemos que, além de existir, o problema do negro, ele é um dos mais importantes e complexos que a nossa sociologia e a política tem pela frente. E a organização política do negro só pode causar espanto e receio aos totalitários, tanto da direita como da esquerda, porquanto ela existiu antes de 1937. A Frente Negra Brasileira, com sede em S. Paulo, nunca mereceu o ataque da democracia, porque de negro brasileiro ninguém tem o direito de esperar gestos que não sejam para uma melhor compreensão e fusão das raças. As entidades negras, tais como o Teatro Experimental do Negro, que dirijo, a Orquestra Afro-Brasileira, a Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização, a Associação dos Negros Brasileiros (de S. Paulo), estão todas ligadas espiritualmente por uma mesma linha de reivindicações, cuja base se assenta numa maior aproximação de negros e brancos (*O Globo*, 27/09/1945).

O depoimento de Abdias constituiu uma base lapidar para o seu discurso sobre o movimento de negros naquele período, trazendo a ideia de que havia unicidade de reivindicações, compartilhamento de pautas, e de que o movimento não se iniciava naquele momento, mas que tinha uma história.

Em relação à organização política negra, Abdias explicou que a União Negra Brasileira tentava se tornar um partido político, contudo não deu muitos detalhes, com a justificativa de que não era um projeto coletivo, mas o desejo de uma liderança em particular. A outra iniciativa que abordou foi a Convenção Política do Negro Brasileiro, a ser realizada em São Paulo, Abdias assumiu que a Convenção era uma articulação sua, mas que não refletiria somente suas posições, pois seria um espaço democrático de construção de um “Código do Negro” para as eleições que se aproximavam.

Ninguém vai comparecer à Convenção com o nome de um partido cabalado no bolso do colete. Somente depois de debates, análises e discussão democrática dos programas, discursos, diretrizes, etc. dos vários partidos e candidatos, será escolhido, por votação o candidato que o negro vai apoiar. Ainda por votação, se elegerá o Partido que merecerá os nossos votos, para as eleições da Câmara. Antes de escolher o candidato a Presidente e o Partido, as reivindicações de nossa gente, num programa mínimo pelo qual lutaremos, serão votadas e, em forma de Código do Negro – como certa vez Gilberto Freyre advogou – serão apresentadas ao candidato e ao Partido. Quando estes nos derem garantias de apoiar o nosso Código, então lançaremos um manifesto, a toda a população de cor, no qual inscreveremos aquele programa mínimo de reivindicações e concitaremos a todos os negros do Brasil para apoiarem o candidato e o partido eleitos pela Convenção. Nesse Código havemos de garantir um melhor padrão de saúde, de instrução, de higiene, de moradia, e de dignidade humana, enfim, ao negro, à mulher negra e à sua prole. Isto é um trabalho genuinamente democrático, porque o negro constituindo a maioria do povo brasileiro, é também sua classe menos favorecida (*O Globo*, 27/09/1945).

O formato inicial da Convenção compreendia um processo com duas fases: a formulação de demandas e o apoio a candidatos que aceitassem defendê-las. Além disso, o discurso de Abdias pressupunha que os ativistas envolvidos na realização da Convenção tinham

legitimidade junto à população negra para direcioná-la a um candidato ou a outro. Ou ainda, se não pressupunham esse poder, jogavam com a possibilidade de influenciar o “voto negro”, ao afirmar que o negro era a “maioria do povo brasileiro”, o que certamente chamaria a atenção de grupos políticos.

A Convenção foi realizada em novembro de 1945 em São Paulo e teve relativa repercussão na mídia impressa carioca, até em jornais de grande circulação²²⁸. Apesar da grande repercussão, o grupo que se dedicou a realizar o evento foi de pouco mais de 15 pessoas (os 10 membros do Diretório Central citados anteriormente e alguns colaboradores), segundo as listas de presença das reuniões disponíveis no acervo do IPEAFRO. O que demonstra que os envolvidos tinham bom trânsito nos meios jornalísticos e intelectuais.

Quando foi realizado, a Convenção do Negro resultou apenas na elaboração do manifesto, sem que fossem indicados candidatos de preferência para os negros. O recuo pode ter acontecido pela ausência de um consenso sobre qual candidato apoiar, mas provavelmente também teve relação com a acusação de que a proposta do evento mascarava finalidades partidárias e eleitorais. Especialmente, se for colocado em consideração que o evento teve uma modificação no título na retirada da palavra política, de Convenção Política do Negro Brasileiro passou a se chamar Convenção Nacional do Negro Brasileiro.

Uma acusação desse tipo foi publicada pelo jornal carioca *A notícia* no dia 20 de outubro de 1945, por meio da reportagem que afirmava que os envolvidos na Convenção queriam fundar um partido político e “atrair prosélitos, conquistar adesões e inspirar simpatias” com alegações vagas e que não resistiam a uma análise rigorosa.

A resposta para as acusações está em um documento assinado por Abdias do Nascimento, iniciado da seguinte forma: “os racistas reacionários que se escondem sob o manto acolhedor da democracia, continuam a sua campanha soez e criminosa contra as legítimas reivindicações do negro brasileiro”. Voltou a explicar o caráter racial do “problema do negro”, associando as barreiras impostas aos negros com “base intelectual” para ingressar em carreiras de prestígio (como Diplomacia, Escola Militar e Naval) com a existência de preconceito de cor.

²²⁸ Algumas das matérias publicadas nos jornais no período de realização da Convenção: Contra o preconceito de cor! Como falou o presidente da Convenção Política do Negro. *Democracia*, Rio de Janeiro, 12/10/1945; Os negros de todo o Brasil abrem luta contra o preconceito de cor. *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 12/11/1945; “Não precisamos consultar ninguém para concluir do acumplicimento de forças interessadas do nosso desaparecimento!” – Encerrada a Convenção Nacional do Negro Brasileiro – Um manifesto e seis reivindicações. *A Gazeta*, São Paulo, 13/11/1945; A Convenção Nacional do negro apresenta seu manifesto à Nação. *Correio Paulistano*. 13/11/1945; A convenção Nacional do Negro - “O que nos faltou até hoje foi a coragem de nos utilizarmos de nossa força”. *Jornal de São Paulo*, 13/11/1945; Encerrada a convenção Política do Negro com um Manifesto à Nação. *Folha da Noite*, São Paulo, 13/11/1945; Convenção Nacional do Negro Brasileiro – Em São Paulo o importante conclave dos homens de cor, reivindicando direitos legítimos. *O Radical*, Rio de Janeiro, 17/11/1945.

Também tratou dos impedimentos para que negros acessassem alguns locais “elegantes” e da alta participação de negros entre os mais pobres.

Sobre a publicação veiculada em *A Notícia*, explicou que a intenção da Convenção não era se tornar um partido político, mas apoiar o “partido (de brancos e negros) que reconhecem as reivindicações específicas do homem de cor”²²⁹. Também informou que a Convenção já tinha recebido o apoio do então candidato a presidente “General Eurico Gaspar Dutra, desejando-lhe pleno êxito em seus trabalhos” e do presidente da UDN, Otávio Mangabeira, que, em reunião com os membros do Diretório Nacional da Convenção, teria declarado “estou com vocês totalmente”.

No mesmo texto, Abdias também assegurou que a Convenção não tinha se decidido por nenhuma corrente ou candidato, que o apoio estava condicionado à adesão dos três princípios considerados fundamentais:

- 1) Que se torne explícita na Constituição do nosso país, a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a branca, a negra e a indígena. 2) Que se torne matéria de lei, na forma de crime lesa-Pátria o preconceito de cor e de raça. 3) Que se torne matéria de lei penal o crime praticado nas bases do preconceito acima, tanto nas empresas de caráter particular, como nas sociedades civis, e nas instituições de ordem pública e privada²³⁰.

A formulação do Manifesto data do dia 11 de outubro de 1945, segundo documento manuscrito disponível no acervo do IPEAFRO. A primeira parte do documento são os três itens citados, que formam os princípios fundamentais, a segunda parte não foi publicada na versão oficial do Manifesto divulgada na Convenção do Negro em São Paulo, em novembro daquele ano. O trecho excluído tratava das obrigações práticas que garantiriam o “cumprimento de fato” dos 3 itens do manifesto para os partidos que resolvessem adotá-los. Estes ficariam obrigados a assegurar:

²²⁹ Não encontrei registro de que esse documento tenha sido publicado ou lido em algum evento. O título do documento é “Declarações de Abdias do nascimento, presidente do Diretório Nacional da Convenção Política do negro Brasileiro”, está datilografado e se encontra disponível nos arquivos do IPEAFRO, Dossiê Convenção política do Negro Brasileiro.

²³⁰ A formulação do Manifesto data do dia 11 de outubro de 1945, segundo documento manuscrito disponível no acervo do IPEAFRO. A primeira parte do documento são os três itens citados, que formam os princípios fundamentais. A segunda parte não foi publicada na versão oficial do Manifesto divulgada na Convenção do Negro em São Paulo, em novembro daquele ano. O trecho excluído tratava das obrigações práticas que garantiriam o “cumprimento de fato” dos 3 itens do manifesto para os partidos que resolvessem adotá-los: o partido assegurará, por tempo indeterminado, à Convenção Política do Negro Brasileiro e por sua indicação, o seguinte: a) nas chapas para a representação federal dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, uma cadeira; nas dos Estados da Bahia e Rio Grande do Sul, duas cadeiras; nas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, três cadeiras. B) as Assembleias Legislativas de cada Estado, em proporção a ser determinada no momento oportuno, bem assim como nas Câmaras Municipais.

Por tempo indeterminado, à Convenção Política do Negro Brasileiro e por sua indicação, o seguinte: a) nas chapas para a representação federal dos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Distrito Federal, Rio de Janeiro, uma cadeira; nas dos Estados da Bahia e Rio Grande do Sul, duas cadeiras; nas dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, três cadeiras. B) as Assembleias Legislativas de cada Estado, em proporção a ser determinada no momento oportuno, bem assim como nas Câmaras Municipais.

Apesar de ter sido excluído, esse trecho é muito relevante por ser uma demonstração de que havia o interesse entre os ativistas envolvidos na Convenção do Negro de ingressar no jogo político e não apenas de fazer com que as reivindicações em prol do negro fossem inseridas na política partidária.

Poucos dias depois da crítica de *A Notícia* à Convenção, o jornal *Democracia* publicou o artigo: “Primeira vitória dos negros”, em que citava o apoio dos partidos políticos. Além de fazer referência a Otávio Mangabeira e ao general Dutra, também afirmou que “a Esquerda Democrática teve também palavras de elogios aos negros. O general Rabelo, pela Sociedade Amigos da América, também se manifestou favorável. O Partido Trabalhista Brasileiro até chegou a fazer um desdobramento do seu programa”. Segundo a publicação, o desdobramento do programa tinha sido uma resposta às demandas da Convenção do Negro. Segue abaixo o artigo 24 do Programa do PTB e o desdobramento em 7 itens:

Quadro 11 -Programa do Partido Trabalhista Brasileiro

<p style="text-align: center;"><i>Espírito De Solidariedade Entre Todos Os Cidadãos</i></p> <p>24) Desenvolvimento do espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, sem preconceitos de cor, classe, origem ou religião, visando o bem e a grandeza da Pátria. A unidade nacional, da qual depende a grandeza da Pátria, se funda no espírito de solidariedade entre todos os cidadãos, abrigados, sem quaisquer distinções, sob a gloriosa Bandeira Nacional.</p> <p>Para que essa solidariedade cada vez mais se solidifique toma-se necessário:</p> <p>a) que nenhum preconceito de cor seja empecilho ao acesso de cidadãos na vida pública, inclusive no oficialato das Forças Armadas, no corpo diplomático, admitida a seleção entre todos os candidatos apenas pelo critério da competência;</p> <p>b) que o governo cuide, especialmente, da educação e da saúde dos homens de cor para que lhes seja possibilitada igualdade absoluta de condições ao acesso na vida pública;</p> <p>c) que sejam abolidos quaisquer preconceitos de classe existentes em entidades privadas, especialmente em associações recreativas e desportivas;</p> <p>d) que nenhuma classe possa possuir privilégios ou se arrogar direitos que a coloquem em posição especial em face do resto da população;</p> <p>e) que nenhum preconceito de origem impeça o ingresso de indivíduos cuja competência seja comprovada, em quaisquer funções da vida pública e, especialmente, no oficialato das Forças Armadas e no corpo diplomático;</p> <p>f) que nenhum preconceito ou restrição religiosa possa ser estabelecida, assegurada a liberdade do culto a todas as religiões e a assistência religiosa às Forças Armadas.</p>

Fonte: CHACON, 1981, 9. 446

O programa do PTB foi lançado oficialmente em setembro de 1945, durante a I Convenção Nacional do partido. Os itens do artigo 24 parecem ter sido produzidos em acordo com as reivindicações formuladas na Convenção do Negro. O texto final do Manifesto à Nação, divulgado em novembro de 1945, pouco abordava a questão da solidariedade – que estruturava o artigo 24 do programa do PTB –, mas tinha foco no combate ao preconceito de cor – o conteúdo dos sete itens que esmiuçaram o artigo²³¹. A investigação sobre a similaridade discursiva entre o programa do PTB e as demandas colocadas pela Convenção do Negro apontam para a atuação dos integrantes do Diretório da Convenção do Negro no interior do partido trabalhista. Segundo Marcio Macedo (2005), desde o início de 1940, Abdias do Nascimento mantinha relações com o PTB, a ponto de ter conseguido cargos no funcionalismo público por via dos contatos que tinha dentro do partido.

A proximidade de Abdias com o PTB naquele período fica evidenciada em um texto registrado como um discurso que teria sido proferido em um comício do partido na Praça Saens Peña, no dia 29 de novembro de 1945. O comício aconteceu durante a campanha para as eleições de 02 de dezembro daquele ano, que elegeriam o presidente da República e representantes do legislativo para Assembleia Constituinte. Naquela ocasião Abdias não era candidato do PTB, e também dizia não ser filiado, mas afirmou que votaria na legenda porque ela tinha “os ideais de libertação do negro e do trabalhador”.

Segundo os seus estatutos, o Partido Trabalhista pretende desenvolver uma ação eficiente em benefício dos negros do Brasil. Os partidos reacionários, os partidos burgueses, jamais deram apoio à causa desses humildes colaboradores da grandeza nacional. Isto porque, quando se fala em negro, fala-se em trabalhador, e quando se fala em trabalhador, fala-se no próprio povo brasileiro. E quem, até hoje, quis de fato, a ascensão do povo brasileiro aos postos de responsabilidade no governo? Sempre houve uma casta a nos governar. Sempre existiram escravocratas, sugando o melhor das energias do povo em benefício próprio, e conservando distante dos ouvidos as vozes amarguradas do povo, com a ameaça das patas de cavalo. E quando um presidente tentou os primeiros passos no sentido de alforriar o trabalhador da tutela degradante dos intermediários, os eternos inimigos do povo tramaram a sua queda, pretendendo com isso riscar dos códigos da Nação os justos direitos dos que alicerçaram a sua soberania e grandeza. A traição ao trabalhador atingiu o nosso amado presidente Getúlio Vargas²³².

²³¹ Além das três reivindicações citadas anteriormente como os princípios fundamentais da Convenção do Negro, foram acrescentados os seguintes pontos no texto final do Manifesto à Nação: 4) Enquanto não for tornado gratuito o ensino em todos os graus, sejam admitidos brasileiros negros, como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do país, inclusive nos estabelecimentos militares; 5) isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejarem se estabelecer com qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior a Cr\$ 20.000,00; 6) Considerar como problema urgente a adoção de medidas governamentais visando a elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros.

²³² IPEAFRO, Acervo Abdias Nascimento, Seção Teatro Experimental do Negro.

A interpretação de que “negro”, “trabalhador” e “povo brasileiro” eram equivalentes foi utilizada como um recurso por boa parte dos envolvidos no movimento social negro no período posterior ao fim do Estado Novo no Brasil, especialmente aqueles que se envolveram com política partidária. Na versão defendida por Abdias no discurso da Saens Peña, a inserção da “causa negra” na política deveria estar associada à maior presença de negros ou, fazendo uso da sinonímia utilizada por ele, do “povo brasileiro aos postos de responsabilidade no governo”. Estava lançado ali o desafio aos trabalhistas de não somente inserir a temática, mas também os formuladores das reivindicações. A linguagem simples, mas eloquente, cumpriu os interesses propagandísticos do discurso proferido no comício, na louvação ao ex-presidente Vargas, principal personalidade do PTB, representado no texto como um visionário.

Apesar do destaque, Abdias não era o único ativista negro relacionado ao PTB, como aparece na cópia de uma carta enviada ao Partido Trabalhista Brasileiro, em 25 de outubro de 1945, aos cuidados do presidente da comissão executiva, Paulo Baeta Neves. Na missiva Sebastião Rodrigues Alves e Isaltino Veiga dos Santos foram apresentados como delegados da Convenção Política do Negro Brasileiro. Além disso, requisitava-se que os diretores do PTB estudassem “minuciosamente as possibilidades e também a conveniência de um possível entendimento com a referida Convenção”. Apesar de somente ter encontrado essa carta, é possível que outras com conteúdo semelhante tenham sido enviadas para outros partidos políticos. O uso da expressão “entendimento”, entretanto, sugere que os remetentes da carta estavam dispostos a uma negociação específica com o PTB. A participação de outros ativistas negros do Rio de Janeiro, no Partido Trabalhista Brasileiro, ficou mais explícita quando foi organizado o Diretório Negro do PTB, como demonstrarei mais adiante.

A proximidade do grupo reunido em torno do TEN com o trabalhismo petebista não resumia todas as alianças entre movimento negro e políticos no Rio de Janeiro do período pós-Estado Novo. Por exemplo, apesar do aparente apoio do PTB, foi o senador Hamilton Nogueira (UDN) quem realizou um discurso na Assembleia Constituinte, no dia 21 de fevereiro de 1946, baseado na leitura do texto *Restrição aos pretos*, que tinha o Manifesto à Nação da Convenção do Negro Brasileiro²³³. No parlamento, o senador iniciou sua fala afirmando que expressava o

²³³ Guimarães e Macedo (2008) explicaram que o gesto do senador da UDN, Hamilton Nogueira, de inserir o problema racial brasileiro na Constituinte não foi pontual, mas foi uma demonstração da aliança deste com várias organizações negras do período, em especial o TEN. O senador Nogueira dava mostras de um diálogo próximo com ativistas negros naquele período, inclusive reproduzindo termos e argumentos característicos dos ativistas negros, como na entrevista concedida ao jornal *Diário da Noite*, de São Paulo, no dia 14 de março de 1946. Na ocasião afirmou ter participado da Convenção do Negro, realizada em São Paulo, em 1945 e declarou que havia restrições ao preto no Brasil “nas carreiras públicas, principalmente nas forças armadas, no oficialato, da Aeronáutica, da marinha e do Exército. Quanto ao Itamarati nem se fala, os seus servidores são todos de puro sangue ariano... na atividade privada são inúmeros os casos de restrições que decorrem naturalmente da

pensamento de seu partido e que confiava que aquele também fosse o pensamento dos participantes da Assembleia sobre “a questão racista no Brasil”. Em seguida se propôs a responder a questão²³⁴:

Existe no Brasil uma questão racista? É possível que não exista nas leis, mas existe de fato, não somente em relação aos nossos irmãos pretos como em relação aos nossos irmãos israelitas”. Após leitura do texto com intenção de explicar o surgimento do racismo no mundo moderno, Nogueira fez a proposta de que se estabelecesse na Constituição “a igualdade de todas as raças e considerando crime de lesa-humanidade a contravenção a essa lei (*Diário Trabalhista*, 15/03/1946, p. 6).

Além do contato com políticos, no interior do movimento social negro reunido no Rio de Janeiro, havia lideranças com variadas tendências partidárias. Mostra disso foi o grupo que se reuniu para realizar a Convenção do Negro realizada naquela cidade, em maio de 1946. O escolhido como secretário geral do evento foi Luís Lobato, militante socialista de tendência trotskista e integrante da Esquerda Democrática, que depois viria a se tornar o Partido Socialista Brasileiro (PSB)²³⁵. Além de Lobato, a Convenção era presidida por Aguinaldo Camargo, e tinha José Pompílio da Hora na vice-presidência, ambos membros do TEN²³⁶.

A Convenção do Negro do Rio de Janeiro contou com a participação de ativistas ligados a diferentes partidos políticos, como foi noticiado no jornal *Diário Trabalhista*: “seus associados enfileiram-se nas hostes da UDN, PSD, PCB, PTB, indistintamente” (*Diário Trabalhista*, 03/04/1946). A presença de pessoas com posições políticas diversas também foi registrada por José Vicente Rodrigues de Lima²³⁷, um amigo pernambucano de Solano Trindade, convidado para participar do evento:

mentalidade dominante nas esferas oficiais” (*Diário da Noite*, 14/03/1946, p. 1-2). A historiadora Paulina Alberto acessou variadas fontes que demonstraram em detalhes a aliança entre Nogueira e ativistas negros de São Paulo e do Rio de Janeiro, no período de 1945 a 1950 (ALBERTO, 2011, p. 174-176).

²³⁴ A íntegra do discurso bem como a repercussão durante a sessão na Assembleia Constituinte está disponível nas atas da 25ª Sessão, realizada em 14 de março de 1946, ver: (BRASIL, 1946, p. 408-414, v. 9).

²³⁵ Luís Lobato participou também da Convenção do Negro em São Paulo, em 1945, e foi um dos signatários do Manifesto divulgado naquela ocasião. Outros ativistas envolvidos com grupo socialista formador da Esquerda, que Democrática participaram do evento e que assinaram o manifesto foram Sofia Campos Teixeira, Geraldo Campos de Oliveira e o ex-frentenegrino Francisco Lucrécio.

²³⁶ Outros membros do Diretório Nacional da Convenção do Negro foram: Rubens Barbosa, tesoureiro; Sebastião Rodrigues Alves, secretário de arregimentação; José Herbel, secretário de Propaganda; Synval Silva, secretário de relações artísticas; Ruth de Souza, secretária de assuntos femininos; e Ironildes Rodrigues, secretário de relações culturais.

²³⁷ José Vicente foi fundador, junto com Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima e Miguel Barros, do Centro de Cultura Afro-Brasileiro de Recife. Tinha formação acadêmica nas áreas de Contabilidade e Economia. Durante o Congresso Afro-brasileiro, realizado em 1934 no Recife, apresentou os trabalhos: “Atividades Culturais do Negro no Brasil” e “Estudos sobre o Panteísmo”, que, segundo ele, chamaram a atenção de diversos intelectuais como Gilberto Freyre e Arthur Ramos, este último inclusive propôs, em 1941, que José Vicente fosse aceito como membro da Sociedade Brasileira de Etnologia. (SILVA, 2008).

Chego ao Rio para uma conversa, após a realização de uma “Convenção Negra” na Associação Brasileira de Imprensa. Os ânimos estão inflamados. Solano Trindade ainda lidera, mas é grande a oposição, cada um com suas tendências, Aguinaldo Camargo e Abdias do Nascimento representam uma tendência política de direita, Solano Trindade está na esquerda, conheci Raimundo Dantas, Abigail Moura, neutros e moderados, Ruth de Souza era apenas uma estreante como outros negros, ficaram nos meios termos. (LIMA, 1979 *Apud* Silva, 2008b).

Como amigo do pernambucano Solano Trindade, José Vicente ainda afirmou que o comprometimento de Solano com o comunismo estava dividido com a expectativa da formação de um partido político negro, o que poderia significar uma organização com a capacidade de suplantar as divergências de posicionamento político dentro do movimento negro.

Ruth de Souza, classificada por Vicente de Lima como uma “estreante” sem muita definição política, tinha contudo uma posição crítica sobre a interferência partidária no movimento negro. Em um depoimento sobre uma homenagem ao senador Hamilton Nogueira, realizada dias antes da Convenção do Negro no Rio de Janeiro, a atriz disse não ter gostado das “atitudes extremamente partidárias” de alguns “irmãos negros”. Segundo ela, a homenagem estava sendo prestada a um “defensor da raça e não a um partido”. Por isso, os protestos teriam “quebrado o espírito da união que deve presidir a nossa luta” (*Diário Trabalhista*, 05/04/1946, p. 5).

Provavelmente, parte da opinião de Vicente de Lima estava influenciada por sua relação com Solano Trindade, que o apresentou ao meio da militância negra carioca. Mas, o interessante é perceber que mesmo para um forasteiro, ficava patente que o grupo de ativistas negros do Rio de Janeiro, que optou por unir forças no período de redemocratização, precisou amalgamar as diversas posições político-ideológicas em um discurso coeso sobre o negro brasileiro.

3.1.2 A coluna “Problemas e aspirações do negro brasileiro” e o debate sobre a criação de um Partido Político de Negros

A partir de 1946, a coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*, do jornal *Diário Trabalhista*, foi incorporada no empreendimento de atuação pública realizado pelo movimento negro no Rio de Janeiro, juntamente com a organização das Convenções do Negro e a divulgação não sistemática em outros jornais das imprensas carioca e paulista. A coluna começou a ser escrita em janeiro, quando o jornal foi fundado, e tinha como editor Abdias do

Nascimento, além de contar com a colaboração de Sebastião Rodrigues Alves, Ironides Rodrigues e Aguinaldo Camargo (Cf. *Diário Trabalhista*, 15/01/1946, p. 5).

Abdias foi contratado pelo *Diário Trabalhista* para as funções de redator e crítico teatral. Na coluna *Teatro*, um dos poucos espaços autorais do jornal, usava o acrônimo A.B.Dias, e fazia apresentação de espetáculos em cartaz no Rio de Janeiro, crítica teatral, campanhas reivindicando o acesso ao teatro para trabalhadores e denúncias sobre preconceito de cor no meio artístico²³⁸. Os textos publicados na coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*, no ano de 1946, foram analisados por Macedo (2005) e por Guimarães e Macedo (2008). Segundo Guimarães e Macedo, a coluna pode ser compreendida como “a matéria-prima para o futuro discurso negro sobre a democracia racial” (GUIMARÃES e MACEDO, 2008, p. 171). Era caracterizada por uma crítica radical às desigualdades raciais no Brasil, além de ser um espaço de constante construção de alianças entre ativistas negros e intelectuais e políticos brancos, que se mostrassem sensíveis às questões em debate²³⁹. A coluna no jornal *Diário Trabalhista* pode ser enquadrada no que Paulina Alberto (2011) definiu como a contribuição essencial de ativistas e intelectuais negros desse período para a construção de uma ideia de democracia com “um idioma aceitável, um símbolo compartilhado, através dos quais podiam fazer suas reivindicações de cidadania plena” (ALBERTO, 2011, p. 169).

Ao longo do ano de 1946, foram publicados diversos textos relacionados a variados temas, inseridos dentro do que os redatores acreditavam representar os problemas e as aspirações dos negros no Brasil. Além dos textos, a coluna publicou entrevistas de quarenta

²³⁸ Ainda que anteriormente fizesse trabalhos esporádicos em jornais, principalmente como revisor, parece que somente ao ingressar no *Diário Trabalhista* foi que Nascimento passou a vislumbrar uma carreira no jornalismo. Mostra disso é que deu entrada em um pedido de registro no Sindicato de Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1946, pouco mais de um mês depois que tinha começado seu trabalho no jornal. Nascimento conseguiu inserção na carreira jornalística em um momento bem favorável. Em meados da década de 1940, o processo de transformação no setor se intensificou, no sentido de estabelecer um caráter mais comercial, que, associado ao fim das políticas de cerceamento promovidas pelo Estado Novo, promoveu o surgimento da imprensa nacional com estrutura empresarial. Além da modernização do parque gráfico, o aumento da profissionalização permitiu a divisão do trabalho, demarcando as funções de repórteres, fotógrafos, redatores, gráficos e colunistas. Sobre esse assunto, ver: BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. História da imprensa brasileira. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990; e LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa Carioca nos anos 50. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *Imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

²³⁹ Os assuntos essenciais que seriam tratados na coluna foram apresentados na primeira publicação: I – Finalidade essencial: valorização social do negro brasileiro, esclarecendo-se e harmonizando-se as divergências espirituais e sociais de brancos e pretos. Os assuntos serão localizados objetivamente estudando-se a situação dos pretos tal qual é; II – Campanha intensa pela alfabetização do preto e do povo em geral. Incitamento a abertura de novas escolas pela Prefeitura, mormente nas proximidades dos morros. Auxílio material e financeiro dos cursos particulares. Cursos noturnos para adultos; III – Campanha permanente às restrições impostas nas atividades privadas e públicas por motivo de cor; IV – Amplo noticiário geral das atividades afro-brasileiras; V – Demonstração, fundamentada em estatísticas, do concurso do negro em maior percentagem aos trabalhos mais árduos, particularmente os braçais, desmentindo-se a fama injusta da indolência do preto (*Diário Trabalhista*, 15/01/1946, p.5).

peessoas, classificadas por Guimarães e Macedo (2008) como: ativistas negros que estiveram ligados à Convenção Nacional do Negro, intelectuais e artistas negros, negros do “povo” e intelectuais e políticos brancos.

Antes de tratar com mais detalhes da coluna, especialmente sobre um debate travado entre alguns entrevistados a respeito da pertinência da criação de um partido político de negros, tratarei rapidamente sobre o jornal *Diário Trabalhista*. Considero que a presença de Abdias entre os funcionários do jornal pode ser explicada com base nas alianças que tinha nos meios intelectuais no Rio de Janeiro, mas também da aproximação política com grupos de tendência trabalhista.

Desde sua fundação no Rio de Janeiro, o jornal *Diário Trabalhista* deu mostras de ser mais uma expressão do imbricado jogo de forças que se equilibravam em torno da política de tendência trabalhista no período pós-Estado Novo, já que tinha uma abordagem trabalhista alinhada ao governo do então presidente Eurico Gaspar Dutra²⁴⁰. Entre 1946 e 1948, o jornal esteve sob a direção de Eurico de Oliveira e, nesse período, foi mais do que um canal de relacionamento do governo com os trabalhadores, pois tratava de questões relacionadas diretamente ao interesse do trabalhador, seus sindicatos e diversos acontecimentos políticos e culturais. Além disso, uma coluna diária ocupava o espaço de pelo menos uma página com diversas informações consideradas importantes para trabalhadores de diversas áreas, as mais recorrentes eram: marmoristas, funcionários da light, professores, pescadores, trabalhadores dos transportes, trabalhadores da hotelaria, mineiros de carvão, eletricitistas, trabalhadores em frigoríficos, padeiros, empregados em empresas teatrais e cinematográficas, trabalhadores em fiação e tecelagem, servidores públicos, marceneiros e comerciários.

Alguns acontecimentos permitem observar a posição da direção do jornal sobre as relações raciais no Brasil. Trago o exemplo de um episódio que ganhou bastante repercussão no início de 1947, quando um hotel luxuoso do Rio de Janeiro recusou como hóspede a estadunidense Irene Diggs, jornalista e acadêmica negra. Eurico de Oliveira apresentou sua opinião no editorial *Brancos, pretos, mulatos, mamelucos, somos todos irmãos*. Apesar de

²⁴⁰ Um verbete encontrado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) aponta que: “O *Diário Trabalhista* foi fundado por Eurico de Oliveira, que, por não contar com recursos suficientes, se associou a Antônio Vieira de Melo, Mauro Renault Leite (genro do presidente Eurico Dutra) e José Pedroso Teixeira da Silva. Enquanto os dois primeiros se responsabilizaram pelo funcionamento do jornal, os dois últimos forneceram o capital. Exibindo uma orientação política de caráter trabalhista, o jornal visava na verdade garantir um respaldo popular para o governo do presidente Eurico Dutra, com o qual possuía ligações. Embora Eurico de Oliveira tivesse realmente compromissos com o trabalhismo, chegando a candidatar-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o jornal fazia, no fundo, restrições às posições petebistas, preocupando-se basicamente em defender o governo. O fim do mandato de Dutra na presidência foi de fato acompanhado da saída de Mário Renault Leite e de José Pedroso Teixeira da Silva do jornal”. (FERREIRA, CPDOC).

condenar o ocorrido, o diretor do *Diário Trabalhista* acreditava que “só alguns brasileiros desnaturados insistem em renegar a raça que, desde os primórdios da nacionalidade, tão decisivamente contribuiu para a nossa formação étnica, econômica e social”. Para resolver esse problema causado por alguns brasileiros e fazer com que a democracia se estabelecesse de fato, seria necessário “erradicar de um a vez e para sempre o ridículo e irritante preconceito” (*Diário Trabalhista*, 13/02/1947, p. 4).

O entendimento de Eurico de Oliveira sobre as relações raciais no Brasil e, em particular sobre preconceito e discriminação, estavam de acordo ao que correntemente se formulava de que se tratava de manifestações no nível individual que precisavam ser neutralizadas, mas que não condiziam com o caráter de cordialidade racial da nação brasileira²⁴¹. A estratégia dos envolvidos na coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro* era de também afirmar essa perspectiva.

Logo na primeira publicação da coluna, afirmaram que “no Brasil não existem preconceitos de raça; quando muito, recalcitram algumas restrições individuais, vencidas, entretanto, e superadas pela inteligência de homens de côr” (*Diário Trabalhista*, 15/01/1946, p. 5). Essa postura difere radicalmente do discurso preparado por Abdias do Nascimento para um comício do PTB em 29 de novembro de 1945, quando ele declarou:

Estou aqui falando como negro. Represento um desses 20 milhões de brasileiros que até hoje vivem amordaçados por uma escravidão branca, que é a pior de todas, porque nos nega até o direito de lutar pelos nossos direitos, sob a alegação de que no Brasil não há problema do negro. Mas nós, os negros, sabemos que em nossa terra, infelizmente, existe o preconceito de côr. Existe uma bem dissimulada linha de restrição ao negro²⁴².

Essas duas formulações, tão próximas no tempo, mas diferenciadas na forma de expor o problema podem indicar uma “ausência de teoria sólida”, como observaram Guimarães e Macedo (2008), mas também demonstram que esses ativistas se valiam da possibilidade de modificar os argumentos, de acordo com o grupo com que estavam em diálogo. A postura assumida na coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro* do jornal *Diário Trabalhista* indica que aquele era um espaço que demandava um discurso moderado, mas que permitia o uso de um tom combativo. Isso porque dois meses depois do início da coluna, seus responsáveis

²⁴¹ Sobre discursos relacionados à existência de preconceito, racismo e discriminação no Brasil e a percepção como fenômenos individuais ou estruturais ver: GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Preconceito e discriminação: queixas e ofensas no tratamento desigual dos negros no Brasil. Salvador: Novos Toques, 1998; SCHWARCZ, Lília M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: História da Vida Privada. São Paulo, Cia das Letras, 1998.

²⁴² Fonte: IPEAFRO, Dossiê Candidatura de Abdias Nascimento.

já declaravam: “somos o único órgão da imprensa carioca que mantém uma seção permanente de estudos e debates de assuntos referentes ao negro brasileiro. Nossa campanha contra o preconceito de cor e de raça revelou fartamente as injustas restrições que o preto sofre em vários setores da vida nacional, uma flagrante negação da nossa democracia, da nossa instituição jurídica e da própria linha da nossa evolução étnica toda alicerçada na mestiçagem”²⁴³ (*Diário Trabalhista*, 15/03/1946).

Entre os assuntos destacados na coluna e os debates que promovia, estava a discussão sobre a criação de um partido político de negros. Esse tópico passou a ocupar as páginas da coluna com mais constância no segundo semestre de 1946. Dois dos “inquéritos” feitos com lideranças negras centralizaram o assunto, quais sejam, uma entrevista realizada com Luís Lobato, em 18 de julho, e um depoimento de Raimundo Souza Dantas, no dia 01 de agosto.

Luís Lobato, maranhense radicado em São Paulo, tinha se transferido para o Rio de Janeiro para integrar a equipe do jornal, dirigido por Mario Pedrosa, *Vanguarda Socialista*, onde manteve a coluna *O Negro e Socialismo*, em que assinava como “Imperador Jones”, o nome do primeiro espetáculo produzido pelo Teatro Experimental do Negro. Na entrevista concedida a Abdias no *Diário Trabalhista*, Lobato foi apresentado como professor e secretário da Convenção do Negro, mas não foi mencionada sua posição em *Vanguarda Socialista* e nem sua filiação à Esquerda Democrática, partido que seria a base do Partido Socialista Brasileiro, fundado no ano seguinte. Outro expediente usado para apresentação foi chamar à atenção de que Lobato atuava em São Paulo.

O debate sobre a pertinência da criação de um partido político de negros tinha acontecido meses antes nas páginas da revista *Senzala*, que reuniu muitos ativistas negros que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo, a exemplo do próprio Lobato, de Abdias e seus companheiros na coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*²⁴⁴. Nos meses de fevereiro e março de 1946, *Senzala* trouxe em suas páginas o debate entre Luís Lobato e Francisco

²⁴³ Apesar de aludirem ao jornal *Diário Trabalhista* como um todo, Abdias do Nascimento e seus associados, na verdade, estavam reclamando para si autoria da “campanha contra o preconceito de cor”. O protagonismo era apontado por aqueles indivíduos como uma característica histórica dos negros, como aparece na formulação: “os negros quem desde muito tempo vem malhando o ferro frio da indiferença do Estado e da sociedade e através de inúmeras organizações, lutam contra a ignorância da raça, e contra o preconceito de cor” (*Diário Trabalhista*, 15/02/1946).

²⁴⁴ Os responsáveis pela revista foram Geraldo Campos de Oliveira (diretor); Sebastião Batista Ramos (gerente); e Armando de Castro (secretário). Entre os colaboradores estavam: 1) de São Paulo, Aristides Barbosa; Cícero Pereira dos Santos; Francisco Lucrécio; Francisco de C. Printes; Jayme Aguiar; José Antônio de Oliveira; José Correia Leite; Lino Guedes; Luiz Lobato; Nestor Borges; Pedro Paulo Barbosa; Raul Joviano do Amaral; Paulo Moraes; Paulo Santos; Rubens Alves Pinheiro; Salatiel de Campos; Sofia Campos Teixeira; 2) do Rio de Janeiro, Abdias Nascimento; Aguinaldo Camargo; Eronides Silva; Isaltino Veiga dos Santos; José Pompílio da Hora; Sebastião Rodrigues Alves; 3) de Campinas, Jerônimo Sebastião da Silva; José Alberto Ferreira; Julio Mariano (*Senzala*, fevereiro de 1946, p. 1).

Lucrécio, o primeiro contra a ideia de um partido formado somente por negros e o segundo favorável à criação de um partido nos moldes do que havia sido criada pela Frente Negra Brasileira em meados dos anos 1930.

No *Diário Trabalhista*, Lobato reafirmou sua posição e declarou que o “partido político da raça negra seria, como o são os seus embriões regionais, apêndices dos grandes partidos. No fundo, não são coisa alguma: são simplesmente chamariz de negros para serem vendidos nos balcões dos partidos que precisam de apoio popular” (*Diário Trabalhista*, 18/07/1946, p. 4). Lobato explicou que não considerava raça um princípio organizativo no campo partidário, pelo fato de ser socialista e por defender entidades associativas negras com finalidade estritamente culturais.

Outro depoimento onde foi abordado detidamente a relação entre movimento negro e partidos foi dado por Raimundo Souza Dantas (1923-2002), sergipano e morador do Rio de Janeiro desde 1942. Na capital do país, ele trabalhou inicialmente como contínuo, depois como redator em diversos jornais e, como escritor, lançou seu primeiro livro em 1944²⁴⁵. Em sua entrevista ao *Diário Trabalhista*, Souza Dantas declarou: “A questão do negro no Brasil não é obra para partidos”. Além disso, negou que houvesse um problema específico do negro no Brasil, antes o preconceito racial era praticado em alguns setores, por “organizações oficiais e particulares” (*Diário Trabalhista*, 01/08/1946, p. 6). Também defendeu que o preconceito não existia na mesma intensidade nos diferentes locais do país, era mais agudo em São Paulo, mas operava de forma mais branda no norte do país, por exemplo. Para ele, “a questão do negro no Brasil tem que ser resolvida pelo povo”. E afirmava isso “na qualidade de membro de um grande partido do povo” (*Diário Trabalhista*, 01/08/1946, p. 6). O partido a que Souza Dantas se referia era o PCB, do qual era membro, pelo menos, desde 1945. Naquele ano participou, junto com Abdias, Aguinaldo Camargo e Sebastião Rodrigues Alves, do Comitês Democrático Afro-Brasileiro, do qual os três últimos foram expulsos. Segundo Abdias, a expulsão se deu porque outros membros do Comitê alegavam que seu grupo tinha intenção de dividir racialmente a classe trabalhadora.

A posição de Luís Lobato e Raimundo Souza Dantas, contrários à criação de um partido negro não surpreende, já que os dois eram membros de partidos políticos, PCB e Esquerda Democrática – que depois formaria o PSB – que tinham, em seus programas, políticas de forte

²⁴⁵ No livro *Um começo de vida* (1949), Souza Dantas escreveu um relato biográfico em que contou ter sido alfabetizado apenas na idade adulta, quando foi contratado como tipógrafo no *Jornal de Sergipe*. Nei Lopes (2004) fez uma breve biografia de Raimundo Souza Dantas em sua *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. Souza Dantas foi nomeado embaixador em Gana, em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros. A nomeação causou polêmica em Gana e no Brasil, sobre o assunto ver: Dávila (2010, p. 43-51).

apelo popular, que pretendiam atender os anseios do “povo brasileiro”, independente da cor. Entretanto, eles não foram os únicos a se opor à criação de um partido de negros. Também declarou-se em desacordo com a ideia Aladir Custódio, presidente do sindicato dos ascensoristas²⁴⁶, poeta e diretor do Centro de Cultura Afro-Brasileira, junto com Solano Trindade e Corsino de Brito. Acredito que Custódio, se não era membro, era próximo do PCB, pois fazia parte de organizações que gravitavam em torno do partido, como o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, do qual Abdias e seu grupo foi expulso, e do Centro de Cultura Afro-Brasileira.

Uma interrogação sobre o debate a respeito da polêmica envolvendo a criação de um partido negro é a ausência na coluna *Problemas de aspirações do negro brasileiro* de opiniões favoráveis. Nessa investigação encontrei duas lideranças em defesa do partido negro após 1945 que tinham associação com os responsáveis pela coluna: Isaltino Veiga dos Santos, no Rio de Janeiro, e Francisco Lucrécio, em São Paulo. Isaltino Veiga tinha até tentado formar um partido negro a partir da União Negra Brasileira, que criou em 1944.

Pelo que foi exposto, parece que a ideia de criação de um partido negro, surgida no período pós-Estado Novo, tinha poucas chances de sucesso. Parte dos ativistas negros estava comprometida com seus partidos políticos, mas mantinham aliança no movimento negro, situação que se modificaria anos depois. Tratarei com mais detalhes do assunto na próxima sessão. Por ora, adianto que a polarização ocorreu entre “grupos de esquerda nacionalista”, de que faziam parte os ativistas negros de tendência comunista e socialista; e os de “centro-direita populista reformista”, entre os quais Abdias do Nascimento era um dos principais representantes (MACEDO, 2005, p. 245).

Dizer que as tensões entre os grupos do movimento negro carioca de diferentes bases político-ideológicas produziram rompimentos no início da década de 1950, não significa que em meados dos anos 1940 não houve conflitos. Mas, defendo que no pós-Estado Novo uma das estratégias centrais de atuação negra era a reunião de forças no combate às restrições e barreiras que resultavam em desigualdades raciais. No caso específico da política partidária, houve também uma tentativa de construir um Diretório Negro no interior do Partido Trabalhista para indicação de uma liderança que fosse uma representação política viável para disputar cargos eletivos.

²⁴⁶ Cf. Tribuna popular, 25/05/1945, p.8.

3.1.3 O Diretório Negro do PTB

O Diretório Negro do PTB foi fundado em novembro de 1946²⁴⁷. Antes mesmo do surgimento, do Diretório houve tentativas de aproximação de ativistas negros com aquele partido, como as já citadas cartas enviadas ao comitê executivo do partido e a participação de Abdias do Nascimento em um comício eleitoral. Outro momento em que foi demonstrada simpatia pelo Partido Trabalhista foi a publicação, em 08 de fevereiro de 1946, de um artigo intitulado *A Bancada Trabalhista dá todo seu apoio às reivindicações do negro*, na coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*. O Partido Trabalhista foi o primeiro procurado, mas não seria o único. De acordo com os responsáveis pela coluna, seriam ouvidos parlamentares de todos os partidos políticos, pois acreditavam que o problema do negro brasileiro era amplo e não deveria ser subordinado a tendências político partidárias.

No artigo, o PTB foi apresentado como o único partido que havia contemplado em seu programa o combate ao “preconceito de cor” de maneira explícita. A reportagem consistiu em uma narrativa sobre uma visita à sede do partido e a tentativa de colher declarações de deputados eleitos para a Assembleia Nacional Constituinte pelo partido, a exemplo de José Segadas Viana, Manoel Benício Fontenele, Rubens de Melo Braga, Paulo Baeta Neves e Benjamin Farah. Apesar do elogio feito à forma como o PTB enfrentava “o problema do negro brasileiro” e das várias entrevistas realizadas, a reportagem sugeriu que os políticos do partido não estavam muito comprometidos com a questão. Alguns esquivaram-se de responder, outros responderam apressadamente. Baeta Neves, um dos principais líderes do partido naquele momento, declarou estar dispostos a apresentar à Câmara dos deputados uma legislação que coibisse o preconceito de cor, mas, como já mencionei, quem apresentou uma proposta de criminalização da discriminação por cor ou raça foi o deputado da UDN, Hamilton Nogueira²⁴⁸.

A visita feita em nome da coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro* à sede do PTB, no Rio de Janeiro, parece ter sido uma tentativa de expor a dificuldade que os políticos do partido tinham para lidar com “agenda racial”. Porém, se foi realmente essa a intenção dos responsáveis pela coluna, esta não teve sentido o de deslegitimar a atuação daquele partido em

²⁴⁷ Apesar de não ter conseguido uma data precisa, é possível acompanhar nos arquivos do IPEAFRO os primeiros passos da entidade. Entre as atas de reuniões realizadas, o registro mais antigo é datado de 18 de novembro de 1946.

²⁴⁸ Segundo Maria Celina D’Araújo, em uma pesquisa sobre o PTB entre os anos de 1945 a 1965, o período da Constituinte foi de muitas disputas internas no partido, o que pode ter enfraquecido sua capacidade de influência e de disputa pela proposição de temas que eram do interesse de alas do partido. Uma das críticas contundentes ao PTB foi feita por Segadas Viana, líder do partido na Constituinte, ao declarar “que o partido estava adormecido, sem rumos e sem orientação”. Dizia também que “a bancada de 22 membros na Constituinte pouco se pronunciava” (ARAUJO, 1996, p. 40).

relação à população negra, apenas de demarcar que não era somente importante tratar do problema do negro, e sim criar mecanismos para que os próprios negros, ou melhor suas “lideranças”, representassem suas demandas.

O registro mais antigo de uma reunião do Diretório Negro, realizada no dia 18 de novembro de 1946, revela que o encontro aconteceu na sede do PTB no Rio de Janeiro e teve como pauta a discussão dos estatutos do Diretório e a organização da primeira sessão pública, marcada para o dia 21 de novembro. Essa ata não indicou todos os participantes dessa reunião, mas foi inserida a informação de que tomaram parte os membros do Diretório e “outros interessados no problema do afro-brasileiro e o representante da Convenção Nacional do Negro”. O único citado nominalmente foi Abdias do Nascimento, que fez a sugestão de que fosse enviado um telegrama a Getúlio Vargas informando da criação do Diretório. Não encontrei informações sobre o recebimento do telegrama por Vargas, mas, nos arquivos do IPEAFRO, consta o texto escrito e assinado por Abdias, Sebastião Rodrigues Alves e Maria Lourdes Valle, primeira esposa de Abdias²⁴⁹.

Figura 5 - Telegrama do Diretório Negro endereçado a Getúlio Vargas

Fonte: IPEAFRO, Dossiê Diretório Negro PTB

²⁴⁹ Transcrição do Telegrama: Exmo. Snr. Senador Getúlio Vargas/ São Borja – Santos Reis/ Trabalhistas afro-brasileiros, em entendimento presidentes Baeta e Antonio Silva (vg) têm honra comunicar vossencia instalação Diretorio Negro Petebista afim concorrer eleições municipais objetivando valorisação social gente de côr (vg) combate discriminações raciais (vg) elevação standard vida e cultura classes operarias (pt) Nestas circunstancias solicitam palavra ordem do eminente chefe (pt) Respeitosas saudações/ Abdias Nascimento/ Sebastião Rodrigues Alves/ Maria Lourdes Valle.

A análise do material de divulgação do Diretório Negro do PTB permite perceber que os ativistas envolvidos na criação da entidade defendiam o protagonismo daquele grupo dentro do partido, no que se referia a assuntos concernentes aos negros.

Em novembro, os jornais *O Imparcial* e *Democracia* noticiaram a instalação do Diretório Negro do PTB no Rio de Janeiro²⁵⁰. O título e o conteúdo do texto publicado nos dois jornais são idênticos e datam do dia 21 de novembro, uma mostra de como funcionavam as redes de suporte das ações desenvolvidas por aqueles ativistas negros nos veículos da imprensa carioca. Um trecho da matéria trazia a explicação que o Diretório tinha sido instalado com o objetivo de dar “um sentido eminentemente prático e construtivo” aos pontos que tinham sido incluídos no programa da PTB, ao entregar “aos próprios interessados os meios de lutar pela valorização da gente de cor”. O texto é finalizado com um convite, para a reunião que seria realizada naquele mesmo dia na sede do PTB: aos “interessados na questão afro-brasileira, quer sejam pretos ou brancos, pois o movimento tem bases essencialmente democráticas, sendo radicalmente anti-isolacionista e anti-racista” (*A Democracia*, 21/11/1946, p. 3; *O Imparcial*, 21/11/1946, p. 4).

Na semana seguinte, o *Diário Trabalhista* também publicou uma convocação para a segunda reunião do diretório, realizada no dia 28 de novembro. Na mensagem, foi abordado o compromisso do partido em dar oportunidade para que “os próprios interessados debatam suas questões, até mesmo na Câmara Municipal, consignando em sua chapa de vereadores um lugar para a representação dessa minoria étnica” (*Diário Trabalhista*, 28/11/1946, p. 5)²⁵¹.

Além dos textos publicados em jornais, há indícios de que houve envio de convites para participação das reuniões do Diretório Negro do PTB. No acervo, Abdias do Nascimento do IPEAFRO consta um convite endereçado ao sr. Natalino Dionízio, integrante do TEN. O texto do convite era muito semelhante ao que foi publicado nos jornais, avisando que “O Partido Trabalhista Brasileiro, dando cumprimento aos seus Estatutos na parte referente ao combate ao preconceito de cor e de raça, vai entregar aos próprios interessados a solução do problema, dentro dos seus quadros partidários”²⁵².

A despeito do otimismo que os membros do Diretório Negro petebista demonstravam em ter suas demandas atendidas pelo partido, a intensa disputa interna entre os dirigentes pela liderança ideológica da agremiação era fonte de incertezas. O PTB era um partido forte no Rio

²⁵⁰ Os dois jornais tinham orientação trabalhista, mas *A Democracia*, fundado em 1945, pertencia efetivamente ao PTB desde junho de 1946 (GOMES e ARAÚJO, 1987, p. 50).

²⁵¹ Guimarães e Macedo (2008) transcreveram integralmente e analisaram o artigo da coluna *Problemas e aspirações do negro brasileiro*, publicado em *Diário Trabalhista*, em 28 de novembro de 1946.

²⁵² Fonte: IPEAFRO, Dossiê Diretório Negro PTB.

de Janeiro, mas estava imerso em uma crise organizacional, alimentada pela contradição de ser um partido de trabalhadores e sindicalistas e ao mesmo tempo o “partido de Getúlio Vargas”. Na direção de Baeta Neves (1945-1948), o direcionamento principal era a proximidade e o recrutamento de lideranças sindicais, para que se estabelecesse em um partido com um grupo dirigente proveniente da classe trabalhadora. Mas, outros políticos influentes como Hugo Borghi e Salgado Filho, defendiam que o partido tivesse uma estrutura organizacional mais tradicional, composta majoritariamente por políticos profissionais, que nutrissem simpatia entre a classe trabalhadora, porém com base em um discurso nacionalista e não apenas de uma classe (GOMES e ARAÚJO, 1987; ARAÚJO, 1996).

É possível que o grupo que formou o Diretório Negro petebista tenha buscado ganhar visibilidade no espaço público como uma tentativa de se legitimar no partido mesmo com a crise interna por qual passava. Entretanto, mesmo com toda a divulgação, a adesão à proposta foi pequena, se observado o número de presentes nas reuniões. Na primeira reunião aberta do Diretório Negro, realizada no dia 21 de novembro, consta o comparecimento de 16 pessoas²⁵³; na segunda reunião, 14 pessoas assinaram presença²⁵⁴.

Na reunião do dia 21 de novembro, foi oficializada a indicação de Abdias do Nascimento como candidato a vereador do Diretório Negro. No dia seguinte, Sebastião Rodrigues Alves e Maria de Lourdes Valle enviaram, na condição de membros da comissão executiva e em nome do Diretório Negro, uma carta endereçada ao deputado Antonio José da Silva, presidente do diretório regional do PTB, para tratar do assunto da candidatura de Abdias:

²⁵³ Assinaram a lista de presença no dia 21 de novembro de 1946: Abdias do Nascimento, Maria de Lourdes Vale, Efraim Tomas Bó, Eneias Laurindo de Azevedo, Lucilla Santiago, Lourdes Batista, Antonio Pereira de Araújo, Augusto Conceição de Souza, José Raimundo da Silva, Raul Soares, Solano Trindade, Aguinaldo Camargo, Rubens do Nascimento, Antonio Fraga, Isaltino Veiga dos Santos e Theodorico dos Santos Araújo. Fonte: Acervo Adbias do Nascimento, IPEAFRO.

²⁵⁴ Os assinantes da lista de presença da reunião do Diretório Negro no dia 28 de novembro foram: Wanda Montes Santos, Alexandrina Silva, Maria de Lourdes Vale, [Manoel de Oliveira], Alberto Ribeiro, Procópio dos Santos, Abdias do Nascimento, Abigail Moura, Francisco José dos Santos, Manoel Cezar de Albuquerque, Antonio Pereira de Araújo, Aguinaldo Camargo, Rubens do Nascimento e Arinda Serafim. Fonte: Acervo Adbias do Nascimento, IPEAFRO

Quadro 12 - Carta do Diretório Negro do PTB endereçada ao Deputado Antonio José Silva

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1946
Exmo. Snr.
Deputado Antonio José Silva
D.D. Presidente do Diretório Regional do PTB

Nesta

Excelentíssimo Senhor:

Temos a honra de comunicar a V. Excia, que o “Diretório Negro Petebista” realizou uma assembleia ontem, dia 21 do corrente, às 19 horas, à rua Álvaro Alvim, 52, 1º andar, com a presença, entre outras pessoas, dos snrs. e snras.: Dr. Aguinaldo de Oliveira Camargo, presidente da Convenção Nacional do Negro Brasileiro; poeta Solano Trindade, presidente do Centro de Cultura Afro-Brasileiro; pintor Wilson Tibério; Dr. Theodorico dos Santos Araújo, arquiteto; Abdias do Nascimento, jornalista; Antonio Fraga, escritor; Sebastião Rodrigues Alves, trabalhador em construção civil; Efraim Tomás Bó, Eneias Laurindo de Azevedo, Lucila Santiago, Lourdes Batista, Antonio Pereira de Araújo, Augusto Conceição de Souza, Raul Soares, Maria Lourdes Valle, contadora, Isaltino Veiga dos Santos, Pedro do Nascimento e Dr. Silveira Rosa.

Durante a reunião, o Dr. Aguinaldo de Oliveira Camargo lançou a candidatura de Abdias do Nascimento para figurar como representante dos negros, na chapa dos candidatos do PTB à futura Câmara Municipal, no pleito de 19 de janeiro de 1947, havendo esse nome sido escolhido por unanimidade.

Nestas condições, o “Diretório Negro Petebista” indica, como seu candidato às referidas eleições, o sr. Abdias do Nascimento, diretor do Teatro Experimental do Negro, fundador e presidente da primeira diretoria dos Comitê Afro-Brasileiro e da Convenção do Negro Brasileiro.

Fonte: IPEAFRO, Dossiê Movimento Negro Petebista.

Apesar de ter sido citada na carta a presença de Sebastiao Rodrigues Alves e Wilson Tibério na reunião, as assinaturas não constam na lista. Acredito que a inserção dos nomes na carta tenha sido menos pela intenção de inflar o número dos presentes e mais para assinalar o acordo com a indicação de Abdias para a candidatura pelo PTB. Outro ativista negro que, segundo encontra-se na ata da reunião, apoiou a candidatura de Abdias foi José Pompílio da Hora. A ata também inclui a informação de que Pompílio da Hora seria candidato a vereador pelo Partido Comunista do Brasil nas eleições de janeiro, mas que “acharia justo a candidatura [de Abdias] pelos inúmeros esforços que este tem apresentado em relação à valorização da reivindicação do negro no Brasil”²⁵⁵.

Na verdade, Pompílio da Hora foi escolhido candidato pela União Democrática Nacional, mesmo partido do senador Hamilton Nogueira²⁵⁶. Em termos de ideologia partidária,

²⁵⁵ Ata de Reunião do Diretório Negro do PTB, indicando a apresentação de candidatos a vereador. Fonte: IPEAFRO, Dossiê Movimento Negro Petebista.

²⁵⁶ Cf.: A Noite, 16/11/1946, p.7.

a UDN se diferenciava substancialmente do PTB, tanto pela inspiração nas tradições liberais brasileiras, quanto pela identificação como um “partido dos notáveis, em oposição ao partido de massas”, que era a representação buscada pelo Partido Trabalhista (BENEVIDES, 1981, p. 225). Possivelmente, um dos quesitos considerados para a vaga de José Pompílio da Hora entre os candidatos da UDN era sua condição de “notável” no movimento negro no Rio de Janeiro. A título de exemplo, um dos líderes da União Democrática Afro-Brasileira, uma organização negra do período, situou-o como parte da “constelação de moços cultos”, negros que contribuíam para o engrandecimento do país (*Diário Trabalhista*, 12/02/1946, p. 5). Guimarães e Macedo também fizeram uma breve análise da participação de Pompílio no movimento e o caracterizaram como “um dos homens negros mais bem reputados – ainda que não estabelecido – no Rio de Janeiro de então” (GUIMARÃES e MACEDO, 2008, p. 150). Sobre sua trajetória informaram que era:

[...] formado em direito pela Universidade de Nápoles e ensinava latim e grego em colégios secundários do Rio de Janeiro. Sua formação escolar aprimorada garantia-lhe não apenas circulação nos meios profissionais da capital, mas também a admiração dos membros da Convenção. O que levaria um negro tão bem-educado e, portanto, com reais chances de aceitação no mundo dos brancos, a unir-se a manifestantes político-raciais? Afinal, desde a Colônia, não apenas os mulatos claros, mas os escuros, e até mesmo alguns poucos pretos bem-educados, evitavam mobilizar-se e protestar contra o preconceito de que eram vítimas, possivelmente porque tais percalços não bloqueavam irremediavelmente suas carreiras. Havia vias abertas de integração e mobilidade.

Abdias do Nascimento não teve o mesmo sucesso que José Pompílio da Hora ao ser indicado candidato na chapa de um grande partido. A despeito de toda movimentação em prol da construção do Diretório Negro do PTB e de sua indicação pelo órgão recém-criado, ele não foi aceito como candidato a vereador por aquele partido. No final de dezembro, a candidatura do fundador do TEN seria lançada por outra agremiação, o Partido Republicano Democrático (PRD).

Cerca de 30 anos depois, Abdias do Nascimento abordou o ocorrido em um livro de memórias de ativistas que viviam a experiência de exílio, durante a Ditadura Militar Brasileira, e a sua avaliação sobre aquele momento foi que os partidos faziam “trapaça”, não contra ele pessoalmente, mas contra o “negro”, ao criar expectativas sobre candidatura e no último momento usar de algum subterfúgio para negar espaço na chapa. Teria sido esse o caso com o PTB:

Criamos um departamento para assuntos negros no PTB da Guanabara. A coisa ganhou vibração, os negros me indicaram como seu candidato a ser incluído na chapa de deputados do PTB. Tudo parecia correr bem. Parecia... De repente alguma coisa encencou, não sei bem aonde. Talvez no diretório regional do partido. Sei que me cortaram da chapa. Porque? Alegaram meu passado integralista... Como se naquele saco de gatos que era o PTB tivesse havido, em qualquer tempo, coerência ideológica. (NASCIMENTO, 1976, p. 34)

A explicação de Abdias sobre a recusa de sua candidatura não é suficiente para justificar o desaparecimento do Diretório Negro no PTB, a não ser que este tenha sido criado especialmente com o intento de viabilizar seu nome dentro do partido. Se houve realmente a recusa do apoio a sua candidatura pelo passado integralista, outros representantes que não tivessem o mesmo envolvimento no passado poderiam ter sido indicados, para assim, garantir a vaga de representação do movimento²⁵⁷. Mas, salve melhor juízo, não foi o que aconteceu.

No período após a Segunda Guerra Mundial, a crítica ao integralismo foi incorporada no discurso político da maioria dos partidos (CALIL, 2001; ALMINO, 1980). Nas narrativas de Abdias, seu “passado integralista” foi usado com a justificativa de expulsão ou de exclusão não somente entre setores do trabalhismo, mas também em outros grupos políticos, especialmente, os comunistas.

Na próxima seção deste capítulo, tratarei das tentativas de inserção na política de Abdias do Nascimento. Na primeira eleição, em 1947, pelo PRD, depois de fracassado o acordo com o PTB, e em outras duas eleições na década de 1950.

²⁵⁷ Marcio Macedo em sua pesquisa constatou que outras lideranças próximas de Abdias tinham se envolvido com o movimento integralista na juventude, a exemplo de outro fundador do TEN, Sebastião Rodrigues Alves (MACEDO, 2005, p. 205; 232).

Seção 3.2. A Invenção do Político Negro: intentos eleitorais de Abdias do Nascimento

No período pós-Estado Novo, alguns ativistas negros no Rio de Janeiro constituíram uma aliança que, entre vários interesses, visava à intervenção na política. A tentativa de candidatura a cargos políticos envolvia a crença de que o movimento tinha legitimidade como representante de toda a população negra. Nesse sentido, a existência de organizações, a exemplo do Centro de Cultura Afro-brasileiro, Orquestra Afro-brasileira e Teatro Experimental do Negro, foi fundamental para que se criasse a expectativa de mobilizar pessoas de diferentes segmentos da sociedade em torno de uma proposta voltada para o “negro”.

Durante o ano de 1946, Abdias do Nascimento se apresentou como uma liderança com um grupo de apoio não muito grande (cerca de 15 pessoas) mas consistente, que lhe dava condições de tomar parte no pleito eleitoral que se aproximava. A aliança instituída com o Partido Trabalhista Brasileiro culminou na instalação de um Diretório Negro, porém não foi o suficiente para que este abrisse espaço para a candidatura de Abdias, que acabou sendo aceito por uma legenda partidária de menor expressão, o Partido Republicano Democrático (PRD). Lançado candidato para as eleições de 19 de janeiro de 1947, o ativista tinha como plataforma política o discurso de ser o “legítimo representante do pensamento dos brasileiros de cor”²⁵⁸.

Mesmo sem conseguir o intento da candidatura na legenda do PTB, a ideologia trabalhista permaneceria embasando o discurso político de Abdias e de parte dos ativistas que o apoiavam em sua empreitada política por se identificarem com a perspectiva da “democracia populista trabalhista e reformista” (MACEDO, 2005, p. 232). Apesar disso, sustento que aquela não era uma situação que pode ser explicada apenas pelo alinhamento político-eleitoral, mas também pela ideia de que foi formada uma aliança entre lideranças negras que percebiam na candidatura de Abdias uma possibilidade positiva para o movimento parece ser mais adequada. Dessa forma, o apoio de ativistas como Solano Trindade, que era filiado ao Partido Comunista do Brasil, pode ser compreendida não como uma excepcionalidade, mas com uma característica da conjuntura que marcou o movimento negro no Rio de Janeiro durante o período de estabelecimento da democracia após 1945. Todavia, a unificação dos grupos de diferentes

²⁵⁸ Analisar o uso dessa expressão é muito interessante, pois de forma bem prática ela dá um sentido de independência ao candidato. A condição *sine qua non* para Nascimento representar o pensamento do negro brasileiro seria a existência autônoma deste. Esse tipo de reivindicação da contribuição dos negros como formuladores de conhecimento não foi inserido por acidente, ao contrário, indicava a relevância do assunto para os ativistas negros no período.

tendências políticas no movimento negro carioca foi se reduzindo à medida que se acirrava a disputa no campo político nos anos seguintes, o que demonstrarei ao longo dessa seção.

Ainda que a análise da candidatura de Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro apresente especificidades que permitem entender mais detalhadamente a situação do movimento negro e da política partidária em nível local, não se pode perder de vista que, naquele momento, existia a intenção da construção de um movimento negro de âmbito nacional. Utilizando intensamente dos veículos de comunicação e da promoção do encontro de lideranças negras e brancas, ativistas começavam uma tentativa de atender a complexidade da situação do negro em diversas regiões do país. O momento em que se processou a mobilização foi oportuno para a construção do discurso de um movimento de caráter nacional, como chama à atenção Guimarães (2002): “O federalismo político foi, de certo modo, fortalecido pela nacionalização dos diversos regionalismos culturais, todos de cunho racial, e temperados agora pela grande mobilidade espacial da população e pela ‘integração dos negros na sociedade de classes’, ou seja, como trabalhadores e brasileiros negros” (GUIMARÃES, 2002, p. 88).

Os negros que conseguiram se estabelecer nos grandes centros econômicos e políticos do país, como o Rio de Janeiro, foram os principais agentes na construção de uma mobilização que correspondia ao novo momento da sociedade brasileira. Esses ativistas atentaram para a possibilidade de utilizar politicamente a percepção de que o “povo brasileiro” era uma representação da população negra. Numa posição que contrariava a alienação de que eram repetidamente acusados, procuraram se defrontar com temáticas a que se dedicavam os setores políticos e intelectuais no período, “temáticas da identidade nacional e de um projeto de nação. Voltava à baila a pergunta: o que vem a ser o Brasil?” (MACEDO, 2005, p. 73).

O debate dessas questões no âmbito da política partidária não era uma transposição da forma como apareciam no movimento negro nem mesmo de setores deste. Isso porque outros fatores são relevantes para configurar o discurso político utilizado para cumprir com a estratégia eleitoral em cada candidatura específica.

3.2.1 Abdias do Nascimento: jornalista, ativista e candidato negro

Em janeiro de 1947, Abdias Nascimento tinha estabelecido sua posição como jornalista no *Diário Trabalhista* e atuava em diversas áreas. Além da coluna *Teatro*, fazia cobertura de eventos que aconteciam na cidade e recebia representantes de trabalhadores e de sindicatos. A foto abaixo mostra Abdias sentado na redação do jornal, entre alguns colegas de trabalho.

Figura 6- Abdias do Nascimento e colegas de trabalho na Redação do Jornal *Diário Trabalhista*

Fonte: *Diário Trabalhista*, 15/01/1947, p.4

Eurico de Oliveira, diretor do jornal, é o primeiro sentado da esquerda para direita, ladeado por seu irmão, Júlio de Oliveira, seguido por Sabino Monteiro de Lemos, Adolpho Porto e Abdias do Nascimento²⁵⁹. A foto da equipe foi publicada no jornal, na edição comemorativa de seu primeiro ano de existência, em 15 de janeiro de 1947. Fruto de premeditação ou não, a foto expressa um ambiente de trabalho descontraído, no qual o único negro se encontra sentado, muito tranquilamente, com o que aparenta ser um cachimbo em suas mãos.

No decorrer do primeiro ano de existência do jornal *Diário Trabalhista*, Abdias do Nascimento e os demais responsáveis pela coluna *Problemas e Aspirações do negro brasileiro*, fizeram desta uma vitrine dos debates e da atuação de ativistas e organizações negras, não somente do Rio de Janeiro, mas de outras cidades como São Paulo, Salvador, Recife e Porto

²⁵⁹ Após Nascimento, estão Bercelino de Maria, Manoel Rodrigues Pereira Filho, Franklin Lette, Ademar Nóbrega, Celius Auliaus, João Chaves, Walter, Jair e Ney.

Alegre. Em 1946, a maior conquista daquela articulação de ativistas parece ter sido a inserção do debate sobre a situação do negro brasileiro na Assembleia Constituinte, por meio do contato com o Senador da UDN, Hamilton Nogueira. Entre os envolvidos na negociação para a apresentação da proposta, os responsáveis pela coluna afirmavam ser aquela a primeira vez, depois da abolição, que o tema do negro foi abordado no Parlamento²⁶⁰.

Aquela geração de ativistas negros demonstrava estar ainda muito impactada pela experiência de mobilização em São Paulo na década de 1930, especialmente na Frente Negra Brasileira, e pelo vácuo de mobilização que se seguiu após o fechamento daquela entidade. O reconhecimento da importância da experiência de São Paulo foi expresso em diversas ocasiões, como no texto *O negro em marcha*, que anunciava: “Em São Paulo é onde o movimento negro brasileiro atingiu maior amplitude, congregando nos quadros sociais das entidades verdadeiras massas de elementos afro-brasileiros” (*Diário Trabalhista*, 18/12/1946, p. 4). Muitas narrativas naquele período procuravam estabelecer conexões que os pusessem como sucessores da geração anterior. Foi essa estratégia, por exemplo, que Aguinaldo Camargo escolheu para apresentar suas primeiras realizações como membro do movimento negro:

Esse movimento foi iniciado em 1930, mais ou menos, em todo o território nacional. Tanto no norte como no sul, moços negros procuraram estudar as causas e solucionar mesmo o problema do negro brasileiro. Como participante do grupo sul do lado de Abdias do Nascimento, Geraldo Campos de Oliveira, Jerônimo Sebastião da Silva, José Alberto Ferreira, Lino Guedes, Arguro Sampaio de Aguiar e outros valores da geração nova de São Paulo e Minas, fizemos o primeiro Congresso Afro-Campineiro. Mais tarde, aqui no Rio, fundamos, após muita luta e incompreensão, o Teatro Experimental do Negro, hoje já plenamente reconhecido como a maior organização cultural-artística do negro brasileiro. Ainda mais uma vez ao lado de Abdias e ajudado grandemente pela fibra e cultura do Dr. José Pompílio da Hora e outros próceres de real valor tais como Sebastião Rodrigues Alves, desta vez num esforço de união nacional, com elementos representantes de vários estados, realizamos a Convenção Nacional do Negro Brasileiro (*Diário Trabalhista*, 17/02/1946).

Mesmo reconhecendo a importância das mobilizações anteriores e das iniciativas contemporâneas, os envolvidos na produção da coluna *Problemas e Aspirações do negro*

²⁶⁰ A questão racial brasileira foi abordada outras vezes durante a Constituinte de 1946, além da primeira proposta feita por Hamilton Nogueira, em 14 de março. Em maio, numa sessão comemorativa do aniversário da Lei Áurea, Claudino da Silva, deputado federal do PCB tratou da situação social precária que viveram os negros desde a Abolição e do preconceito de cor. Claudino propôs que ficasse garantido no texto da constituição a garantia do direito de todos os cidadãos, independentemente da cor (BRASIL, 1946, p. 33). Em agosto a Assembleia Constituinte voltou a tratar do assunto, dessa vez o senador Hamilton Nogueira apresentou um projeto de emenda (1089) para que fosse acrescentado ao artigo 141 da Constituição “Todos os brasileiros são iguais perante a lei”, a qualificadora: “sem distinção de raça ou de cor” (BRASIL, 1946, p. 411-412). O projeto de emenda constitucional de Hamilton Nogueira recebeu apoio de políticos como Claudinho Silva (PCB) e Segadas Viana (PTB). Porém, a resistência a emenda era forte entre políticos da UDN, como o deputado Mário Masagão, de São Paulo, que compreendia que o acréscimo ao texto constituía em si uma discriminação e que aquele não seria assunto de lei, mas de opinião (BRASIL, 1946, p. 412).

brasileiro do jornal *Diário Trabalhista* destacavam sua relevância pela disposição em denunciar, sistematicamente, “o injusto tratamento dispensado aos negros e as discriminações de que é vítima em vários setores das atividades públicas e privadas”. Por isso, a comemoração do aniversário do primeiro ano do jornal parece ter sido um momento propício para enfatizar o papel do jornal, da coluna e de seus realizadores.

Quadro 13 - Mensagem dos negros ao “Diário Trabalhista”

É com a mais viva satisfação que os negros brasileiros se dirigem ao Sr. Eurico de Oliveira, diretor do DIÁRIO TRABALHISTA, na data em que este vibrante matutino completa o seu primeiro aniversário de existência. Não só no calendário das lutas operárias, como também no áspero roteiro das reivindicações do homem de cor em nossa terra, o nome desse jornal está inscrito com letras de ouro e de sangue pela corajosa intrépida e única posição de combate a todas as formas de opressão e sonegação dos direitos das classes menos favorecidas.

[...] [O DIÁRIO TRABALHISTA] amparou e estimulou o movimento de valorização da gente negra, prestigiando suas organizações culturais e artísticas, bem como suas manifestações políticas. Jornal democrata de verdade, permitiu que a voz amargurada do preto se fizesse ouvir, sem policiar suas ideias, sem travar a sua língua. Por seu intermédio o negro pode falar e adquirir novas esperanças, e não resta dúvida que estamos no limiar de uma nova era nas relações de raças de pretos e brancos no Brasil. Nova era que há de ser de igualdade real, respeito à personalidade do brasileiro de cor, estes com um padrão mais elevado de instrução, cultural e de meios de vida. Diário Trabalhista está ligado em alma e corpo a estas reivindicações, e ao seu inteligente, dinâmico e amigo diretor cumprimentamos com um afetuoso abraço de felicitações e votos de muita prosperidade.

Assinam: Abdias do Nascimento, diretor do Teatro Experimental do Negro.
Aguinaldo Camargo, presidente da Convenção Nacional do Negro Brasileiro.
Ruth de Souza, do Teatro do Negro.
Abigail Moura, diretor da Orquestra Afro-brasileira.
Solano Trindade, presidente do Centro de Cultura Afro-brasileiro.

Fonte: *Diário Trabalhista*, 15/01/1947, p.1-2.

Naquele momento, os envolvidos na mobilização negra no Rio de Janeiro faziam parte de um grupo maior do que aqueles que assinaram a missiva, Abdias do Nascimento, Aguinaldo Camargo, Ruth de Souza, Abigail Moura e Solano Trindade. Chama à atenção o porquê de terem sido privilegiados os cinco acima citados para assinar a mensagem, escrita em nome de todos os negros brasileiros. Parece que a questão da representatividade dos grupos dos quais os signatários faziam parte foi fundamental na escolha dos nomes apresentados. A Orquestra Afro-brasileira, o Centro de Cultura Afro-brasileiro e o Teatro Experimental do Negro eram as mais relevantes realizações coletivas da mobilização negra no pós-Estado Novo no Rio de Janeiro, de forma que essas entidades, apesar de vivenciar dificuldades, recebiam atenção até na imprensa de grande circulação. Assim, tanto o título que foi dado ao texto, quanto a estratégia

utilizada para sua construção, reforçam a ideia de que o grupo de ativistas negros em torno de Abdias se apresentava como autêntico representante do povo negro e da causa negra.

Além disso, outro recurso que parece ter sido usado com finalidade de expressar representação foi associar cada pessoa a uma organização. Aguinaldo Camargo, por exemplo, foi estrategicamente indicado como presidente da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, mas também tinha sido um dos fundadores do TEN, onde atuava como ator e diretor.

A representação feminina era uma característica importante do movimento naquele período, tendo grande valor a presença de Ruth de Souza entre os assinantes do documento. O reconhecimento à participação de mulheres apareceu em um texto publicado na coluna *Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro*: “o atual movimento pró reivindicação da raça conta com o apoio e o trabalho eficiente da mulher. Ela está profundamente vinculada às aspirações dos seus irmãos de cor de todo o país”. No TEN, formou-se um grupo significativo de mulheres que trabalhava no serviço doméstico e que atuava em prol dos direitos de trabalho da categoria. Ruth, entretanto, estava menos associada ao discurso sobre o emprego doméstico, e tinha mais destaque por sua atuação como atriz que sempre recebia boa recepção da crítica²⁶¹.

A *Mensagem dos negros* foi publicada no jornal *Diário Trabalhista* em meio à campanha eleitoral de Abdias do Nascimento, candidato a uma vaga de vereador na Câmara Municipal do Distrito Federal. No dia 29 de novembro de 1946, Abdias foi apresentado no jornal como candidato do Partido Republicano Democrático (PRD) – depois de frustrada a tentativa de candidatura pelo Partido Trabalhista Brasileiro – e um “dos mais ardorosos defensores da raça negra no Brasil”. Em outro artigo, publicado no dia 5 de janeiro de 1947, o candidato Abdias foi apresentado como o “redator da seção *Problemas e aspirações do negro brasileiro*”, que:

[...] desde longa data vem se dedicando ao trabalho de valorizar seus patrícios de cor, quer realizando conclaves, como o Congresso Afro-Campineiro (1938), quer fundando outras entidades como o Teatro Experimental do Negro (1944), o Comitê Democrático Afro-brasileiro, a Convenção Nacional do Negro Brasileiro (1945) e cuja existência é um passado de luta sem tréguas pela elevação do nível educacional, econômico e social de sua gente, e sua desassombrada afirmação anti-racista, combatendo todas as formas de reacionarismo anti-democrático encastelado no preconceito de cor (*Diário Trabalhista*, 5/1/1947).

²⁶¹ Apesar de ser mais identificada como atriz, Ruth de Souza atuava como militante em prol do trabalho doméstico. Em um depoimento concedido ao jornal carioca *A Manhã*, Ruth foi descrita como “dedicada defensora da causa das domésticas”. Com um discurso em defesa da criação de um sindicato da categoria, Ruth afirmou: “o que temos a fazer é unirmo-nos em torno da necessidade de criação de nosso Sindicato. Ao governo cumpre velar por todos os direitos, e não podemos continuar vivendo assim à mercê da sorte”. (É preciso regulamentar o trabalho doméstico. *A Manhã*, 20/01/1946).

O artigo ainda afirmava que a postura combativa de Nascimento contra o preconceito racial era relevante para o momento, em face da ameaça racista no mundo, representada pelo fascismo que se rearticulava para oprimir os judeus da palestina, o Klu-klux-klan que linchava negros em Nova Orleans e o franquismo que promovia chacina de ciganos nos Pirineus. Nesse sentido, Abdias se apresentava como um ativista comprometido com a causa negra, mas também como um candidato em defesa do antirracismo.

No dia 10 de janeiro de 1947, foi publicado no *Diário Trabalhista* o artigo *O pensamento brasileiro e as reivindicações negras*, com espaço para mensagens dos seguintes políticos e intelectuais: Eduardo Gomes, Luís Carlos Prestes, Eurico Dutra, Arthur Ramos, Raimundo Magalhães Junior e Eurico de Oliveira. Datados entre 1945 e 1947, a maioria dos textos publicados eram fragmentos retirados das respostas recebidas quando do envio do Manifesto à Nação, elaborado na Convenção Nacional do Negro em 1945. As mensagens selecionadas indicavam simpatia dos autores em relação às reivindicações aprovadas na Convenção ou ainda abordavam a pertinência do surgimento de candidatura de negros engajados na luta contra as injustiças raciais.

Arthur Ramos, um dos mais entusiásticos, dizia que “compete a uma elite negra, com seus ‘leaders’ traçarem normas, diretrizes, para o futuro do seu povo de cor”. Raimundo Magalhães Junior tratou mais especificamente de representação política:

Não se diga que os negros estão querendo criar por conta própria um “problema negro” no Brasil. Não. Este problema já está criado. Só através de uma organização integrada pelos elementos da própria raça negra – e até mesmo com finalidade eleitoral, - poderão os negros combater a série de restrições que pesam contra eles. Essa acusação de que os negros estão querendo criar um problema negro é, ainda, no fundo, uma demonstração de preconceito, por parte daqueles que tudo recusam ao negro e que desejam vê-lo reduzido à ignorância, à miséria e à servidão. Se há liberdade de reunião e de organização política para todos, deve haver também para os pretos. Só o fato de serem eles pretos e se declararem negros não podem servir de pretexto para que lhe casse essa prerrogativa. Adquirindo uma consciência política, passando a valer eleitoralmente, os negros não tardarão a encontrar advogados e defensores, - interesseiros, é verdade, mas que a troca de votos os ajudará a vencer os obstáculos atuais. Mas o melhor será escolherem eles próprios os seus líderes, porque estes saberão, sem dúvida, o que é que mais fundamente os aflige (À noite, 7/1/1946).

Seria Abdias esse líder negro inquirido pelos intelectuais citados acima? Cabia à campanha do candidato a tarefa de trabalhar na construção dessa ideia. No dia 16 de janeiro, o artigo *Os negros vão mostrar que têm expressão política* trouxe um registro de uma reunião realizada no comitê eleitoral do candidato. No encontro, estava presente o dramaturgo J. Santos, a atriz Ruth de Souza, Sebastião Rodrigues Alves, indicado naquele momento como o

líder operário²⁶², e as representantes das domésticas Neusa Paladino e Arinda Serafim. Um dos presentes a dar depoimento, J. Santos, citou o político negro Monteiro Lopes e sua carreira política no Rio de Janeiro²⁶³. O depoente introduziu um sentido de tradição à candidatura de Abdias, ao afirmar que “Monteiro Lopes foi um brilhante parlamentar negro no governo Afonso Pena. Hoje podemos ter muitos Monteiros Lopes”. Por coincidência ou não, a sigla do partido que lançou a candidatura de Abdias, o Partido Republicano Democrático, tinha a mesma sigla (PRD) daquele que Monteiro Lopes foi eleito quase 30 anos antes.

Figura 7 - José de Souza Marques

O PRD de Abdias foi fundado em junho de 1945. Era um partido de pouca expressão, e apesar de ter entre suas finalidades precípua a defesa de direitos do trabalhador, naquele período não pode ser considerado como um partido de orientação trabalhista²⁶⁴. O partido era presidido pelo advogado negro José de Souza Marques (1894-1974) desde sua fundação. Com anos de experiência na carreira política, Souza Marques já tinha sido vereador pelo Distrito Federal em 1935²⁶⁵, e também era pastor da Igreja Batista, destacado membro da maçonaria, professor e fundador, em 1929, do Colégio Souza Marques, em Cascadura no subúrbio carioca²⁶⁶.

Além de José de Souza Marques, o PRD tinha 13 diretores. Apesar de não assumir qualquer orientação religiosa em seus documentos oficiais, o partido tinha diversos líderes

²⁶² A estratégia de adjetivar os envolvidos na militância negra de diferentes formas, conforme fosse conveniente no momento, pode causar confusão. O Sebastião Rodrigues Alves apontado aqui como líder operário é o mesmo que já foi citado como fundador do TEN e presidente da Cruzada Afro-Brasileira de Alfabetização em outras ocasiões.

²⁶³ Manoel da Motta Monteiro Lopes (PE, 1867- RJ, 1910) foi um político que alcançou reconhecimento público no Rio de Janeiro, foi o primeiro que assumiu, em público, ser orgulhosamente “negro”. Sobre Monteiro Lopes ver: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna. *É chegada “a ocasião da negrada bumbar”*: comemorações da abolição, música e política na Primeira República. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, 2011.

²⁶⁴ Entre as finalidades do partido estão: combate à pobreza, ao desemprego; apoio à agricultura, indústria e comércio; defesa da propriedade privada; participação dos funcionários dos lucros das empresas; defesa ao direito de greve; reforma agrária; oportunidades iguais de educação para todos. Em 1948 o PRD passou a se chamar PRT, Partido Republicano Trabalhista, e assumiu um discurso mais próximo ao trabalhismo.

²⁶⁵ Cf. *Diário Carioca*, 13/10/1934, p.11; *Diário Carioca*, 8/12/1934, p.3.

²⁶⁶ Segundo consta nas poucas informações biográficas disponíveis, José de Souza Marques nasceu no Rio de Janeiro em 1893, neto de escravos, filho de um pai marceneiro e mãe lavadeira. Depois de converter-se ao protestantismo na Igreja Batista, trabalhou como faxineiro e passou a estudar no Colégio mantido pela Igreja. Formou-se em Letras no Seminário Teológico Batista e, em 1922, tornou-se vice-diretor do Colégio Batista. Foi por algum tempo pastor no Paraná. Em 1929 já estava de volta ao Rio de Janeiro, naquele ano fundou a Escola Primária, que logo se transformou no Colégio Souza Marques, e se formou no curso de Direito. Também continuou a desempenhar a função de pastor e fundou várias igrejas no subúrbio carioca. Ocupou por diversas vezes o cargo de presidente da Convenção Batista carioca e brasileira. Também foi presidente do Superior Tribunal Maçom do Rio de Janeiro (BAÍÁ, 2013; MAGALHÃES e SILVA, 2012; LOPES, 2004, p. 224)

protestantes na direção, mas que foram indicados nos Estatutos apenas como profissionais liberais²⁶⁷.

Para as eleições de 19 de janeiro de 1947, o PRD tinha uma chapa com 33 candidatos, composta por Abdias do Nascimento, como já mencionei, e também pelo presidente do partido, Souza Marques. Todos os candidatos da agremiação foram apresentados em um manifesto endereçado ao “nobre povo do Distrito Federal” e publicado no jornal *Diretrizes*. O texto publicado fazia votos ao livre exercício de escolha dos candidatos nas eleições, mas contava também que os nomes apresentados pelo partido fossem bem aceitos pelos eleitores. Mesmo assim, as expectativas sobre as chances eleitorais do partido eram modestas: “não se impressionando com os votos de candidatos, prezando o valor da opinião pública, desejosa de sua aprovação com voto qualificado, movido por uma consciência cívica esclarecida” (*Diretrizes*, 13/01/1947, p.14).

O discurso apresentado no manifesto do PRD parece ser uma demonstração da compreensão de como estava organizando a política eleitoral no pós-Estado Novo. Lavareda (1999) explica que no período que se seguiu imediatamente à abertura democrática de 1945, a tendência foi de domínio de poucos partidos, como o PTB, o PSD e a UDN. Em cidades como o Rio de Janeiro, em que o PCB também tinha muita influência, a competição entre os partidos ficava ainda mais acirrada. O PRD, assim como inúmeros partidos de pouca expressão, só viriam a começar a ter sucesso nas urnas em pleitos posteriores, com o aumento do “fracionamento”, devido à maior competição²⁶⁸.

De qualquer modo, a campanha de Abdias procurou fugir da polêmica em torno do partido em que se candidatou. No *Diário Trabalhista*, o candidato foi insistente em negar uma associação partidária para além da necessidade de uma sigla para a candidatura. Sem contar com o apoio de um partido forte, a estratégia foi de demonstrar que o candidato Abdias do Nascimento tinha sustentação no meio político por outras vias, como no artigo que reuniu os nomes do presidente Eurico Dutra, do ex-candidato a presidente pela UDN, Eduardo Gomes, e de Luiz Carlos Prestes, líder do Partido Comunista do Brasil. Além disso, também foi feito

²⁶⁷ Dos 14 diretores, 5 eram advogados, 2 jornalistas, 2 funcionários públicos, 2 professores, 2 médicos e 1 engenheiro. Os líderes religiosos além de Souza Marques eram: Sinesio Lira, 2º Vice-Presidente, era reverendo da Igreja Presbiteriana; Ernesto Soren, 1º Secretário e pastor da Igreja Batista; Euclides Deslandes, 3º vice-presidente, era reverendo da Igreja Anglicana.

²⁶⁸ Na primeira eleição no Distrito Federal para cargos legislativos após o fim do Estado Novo, somente PTB, UDN, PCB e PSD conseguiram êxito nas urnas. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, para as duas vagas de senador da Assembleia Constituinte, PCB e UDN somaram juntos quase 65% do total de votos. Dos dezessete deputados federais eleitos, nove eram do PTB, três da UDN, três do PCB e 2 do PSD. O PRD, que inscreveu candidatos apenas para as vagas de deputado federal, foi o sexto partido mais votado, recebendo pouco mais de onze mil votos, do total de quase quinhentos mil apurados.

certo investimento em demonstrar que existia uma base popular endossando a campanha, que deu enfoque para sua atuação pela resolução do “problema racial” no país, sem a defesa de uma bandeira político-partidária.

3.2.2 Com a palavra, o Candidato Negro

Como afirmavam não querer se prender a amarras ideológicas baseadas na associação a um partido, restava aos formatadores da campanha de Abdias a construção de um candidato forte, que se comprometesse em trabalhar na resposta aos anseios de toda uma massa desprivilegiada no usufruto real de sua condição de cidadania. Esse argumento é um dos recursos mais utilizados pelo “candidato negro”, como aparece no trecho a seguir:

O movimento negro, como não poderia deixar de ser, é o movimento do povo que luta por melhores dias. É um movimento de homens explorados, marchando ombro a ombro com os homens explorados de outras raças, tais como os judeus e os ciganos. O movimento tem suas raízes nas dores do povo brasileiro, secularmente sugado e escravizado pelas forças reacionárias do capital, que não permitem ao negro a conquista do lugar que lhe compete neste Brasil construído a poder do seu sangue, do seu suor, e das suas lágrimas. A mulher negra na cidade é normalmente uma empregada doméstica que em outras palavras significa um pobre diabo sem direito algum. [...] Assim sendo, será entregar o pescoço ao algoz, votar num candidato que não conheça as necessidades do negro e do povo, ou que as conhecendo, não se disponha a defendê-las (Diário Trabalhista, 5/1/1947, p. 2).

As propostas específicas do candidato Abdias do Nascimento foram divulgadas no jornal *Diário Trabalhista*, em 10 de janeiro, nove dias antes das eleições. Os pontos tiveram como base as reivindicações aprovadas pela Convenção Nacional do Negro Brasileiro, nomeada como o verdadeiro ‘partido’ na campanha de Abdias. A Convenção foi apresentada como uma entidade de negros, mas “sem cor partidária”.

Quadro 14 - Propostas de campanha do candidato Abdias do Nascimento

- 1- Nenhum preconceito de cor ao acesso dos cidadãos na vida pública, inclusive no oficialato das forças armadas e no corpo diplomático;
- 2- As discriminações raciais e de cor devem ser consideradas como crimes, e como tal, os que as praticarem estarão sujeitos a penalidades;
- 3- O governo deve cuidar especialmente da educação e da saúde dos homens de cor para que lhes seja possibilitada igualdade de fato nas condições ao acesso na vida pública;
- 4- Sejam abolidos quaisquer preconceitos de cor existentes em entidades privadas, especialmente em associações associativas ou desportivas, e no trabalho de empresas industriais e comerciais;
- 5- Organização imediata da profissão das empregadas domésticas, na base de salário justo, horário de trabalho, amparo na doença e na velhice;
- 6- Pugnar pela elevação do nível econômico, cultural e social do povo.

Fonte: *Diário Trabalhista*, 10/1/1947, p.4

As propostas de Abdias não estavam relacionadas entre as propostas divulgadas pelo PRD, já que compromisso de campanha do partido não incluía qualquer ponto sobre discriminação racial, mas sim o objetivo de defender e ampliar direitos de “pobres” e “operários”; demandas essas de cunho social que tinham mais relação com o perfil do presidente do partido, José de Souza Marques. Magalhaes e Silva, em um estudo sobre a trajetória do político, concluíram que “Souza Marques nunca fez militância da sua condição de integrante da raça negra ou do fato de ser batista ou maçom, despontando como um construtor pragmático, moderado e conciliador” (MAGALHÃES e SILVA, 2012, p. 5).

A campanha de Abdias acrescentou um ponto às demandas do Manifesto à Nação: a reivindicação em prol das empregadas domésticas, formado em grande parte por mulheres negras. Como explicou Costa Pinto, o emprego doméstico constituía no final da primeira metade do século XX, “a grande oportunidade de ocupação remunerada” para a população feminina negra no Rio de Janeiro (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 119). Segundo dados analisados por esse autor, quando distribuídas segundo a cor, as mulheres pretas e pardas representavam 44,63%, quase metade do total de empregadas domésticas na cidade. Além da composição fortemente representada por mulheres negras, a classe também era marcada pelo desamparo político, principalmente no que concernia à legislação que regulamentasse os direitos de trabalho.

Em outra ocasião, Abdias afirmou no *Diário Trabalhista* que tinha o apoio dos negros e, especialmente, das “domésticas castigadas pelo preconceito de cor” e, de fato, sua campanha foi apoiada por mulheres envolvidas na luta pelo direito das domésticas. Arinda Serafim, uma expressiva liderança e integrante do Teatro Experimental do Negro declarou que a intenção da

categoria era “colocar na Câmara Municipal um negro, justamente porque temos certeza de que ele defenderá a solução dos nossos problemas, que são os problemas de todo mundo, agravados ainda pelas restrições decorrentes do preconceito de cor”²⁶⁹ (*Diário Trabalhista*, 16/1/1947, p. 4).

A categoria doméstica tinha muita necessidade de representação política, visto que o setor não havia sido contemplado pelas leis trabalhistas. Entretanto, representar esse grupo não seria um feito fácil de realizar. A primeira dificuldade seria alcançá-las enquanto categoria ocupacional, pois não existia qualquer entidade que as congregasse. Naquele momento, já havia a tentativa de construção da Associação das Empregadas Domésticas, mas o intento só veio a se concretizar em 1950²⁷⁰.

Apesar das possíveis dificuldades de arregimentação eleitoral, a quantidade de pessoas atuando no emprego doméstico no Rio de Janeiro não era nada desprezível, numericamente. No censo de 1940, 63.964 mulheres foram registradas como trabalhadoras dos serviços domésticos, o que correspondia a 9,03% da população feminina do Rio de Janeiro com 10 anos ou mais de idade. As funções que as mulheres negras desempenhavam no serviço doméstico eram, geralmente, as menos qualificadas, como lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras, especialmente em casas particulares²⁷¹. Quando tratou do *status* social que envolvia a condição de trabalho no serviço doméstico, Costa Pinto afirmou que a conjunção de fatores ligados à condição de sexo,

²⁶⁹ Arinda Serafim atuava em prol dos direitos de trabalho das empregadas domésticas desde o início da década de 1930. Em um texto, publicado no jornal *Vanguarda Socialista*, com o título “Problemas das Empregadas Domésticas”, Arinda abordou a variedade de dilemas vividos pelas mulheres que trabalhavam no serviço doméstico naquele período relacionados com a baixa remuneração, o alto número de horas trabalhadas e as barreiras que lhes dificultavam a extensão de direitos trabalhistas e de sindicalização. O texto ainda trata de uma tensão entre as ‘Donas de Casa’ e as empregadas domésticas. Segundo Arinda, a Associação das Donas de Casa queixava-se da dificuldade em encontrar empregadas domésticas. Para ela, devido à falta de garantias legais para a categoria, muitas mulheres estavam buscando outras colocações, nas áreas de comércio e indústria. Para Arinda, a luta contra o analfabetismo era fundamental para que as mulheres que trabalhavam no serviço doméstico tivessem acesso a mais oportunidades. Em suas palavras: “creio na educação como base da evolução dum povo. A empregada, integrante deste povo, precisa aprender a valorizar-se a si mesma” (*Vanguarda Socialista*, 28/06/1946, p. 6). Seu ativismo a levava a ter uma atuação prática que consistia no compromisso de voluntariamente trabalhar ensinando outras mulheres a ler e escrever. A denúncia contra o preconceito que sofriam as empregadas domésticas também fazia parte das ações de Arinda Serafim. Em um depoimento concedido a Abdias do Nascimento, que trabalhava como repórter do jornal *Diário Trabalhista*, no Rio de Janeiro, Arinda fez a seguinte declaração sobre as empregadas domésticas: “merecemos consideração e respeito, pois somos trabalhadoras tão boas como as que melhor produzem para o bem do Brasil” (*Diário Trabalhista*, 07/02/1947, p.1). Em outra ocasião ela questionou o fato das bailarinas terem conseguido direito à sindicalização, o mesmo que a justiça trabalhista negava às domésticas.

²⁷⁰ Algumas das envolvidas na construção da entidade, durante os últimos anos da década de 1940, eram também ativistas atuantes na mobilização negra no Rio de Janeiro, como as já citadas Arinda Serafim e Neusa Paladino.

²⁷¹ Costa Pinto (1953) tratou da hierarquia de posições no serviço doméstico carioca, com base nas linhas de sexo e de cor. Os que se encontravam em melhor posição eram os homens brancos, geralmente contratados para “funções de mordomo, copeiro, chofer de carros particulares, jardineiro ou certas funções no serviço doméstico de hotéis de maior preço [que] exigem certas habilidades, mesmo aprendizagem” (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 119).

classe, cor e instrução, determinavam “para a mulher de cor uma situação particularmente inferior dentro do sistema de estratificação social” (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 120).

A percepção do potencial de mobilização das mulheres envolvidas no emprego doméstico e o enfoque na campanha de Abdias para essa classe trabalhadora específica foi uma estratégia que parece fazer muito sentido. A eleição seria garantida se o “nicho” eleitoral em questão respondesse positivamente à promessa de que o candidato ao se eleger vereador seria o representante na esfera política de seus anseios por melhores condições de trabalho.

Sem dúvida, Nascimento tinha altas expectativas em relação a sua candidatura. Como já citado, a construção de sua imagem nas páginas do periódico era a de uma personalidade pública de destaque, que tinha grande confiança no apoio de seus pares no pleito eleitoral que se aproximava. Entretanto, mesmo com todo o investimento feito em sua imagem, Abdias foi categórico ao afirmar que não era sua pessoa que importava e sim a “luta da defesa de direitos sempre espezinhados dos negros”. Adiante no texto, quando se propõe a falar da possibilidade de não ser eleito, afirma que continuará a sua luta no jornal ou na praça pública. Nesse momento, Nascimento defende que sua motivação não é alcançar um cargo político, mas desempenhar sua militância numa esfera estratégica. O candidato tenta também escapar das acusações que apontavam sua militância como oportunismo, para ganhos próprios; essas acusações eram constantes, desde a fundação do TEN (MACEDO, 2005).

Se a intenção da candidatura de Abdias foi mostrar que negros tinham expressão política, o resultado das eleições de 19 de janeiro de 1947 foi frustrante. O PRD não atingiu o coeficiente eleitoral e, assim, não elegeu nenhum vereador. De um total de 589.972 eleitores e 441.086 votos apurados, o partido recebeu 6.038 votos, somando todos seus 32 candidatos, segundo a contagem do Tribunal Superior Eleitoral. Ainda segundo a contagem oficial, publicada pelo jornal *Correio da Noite*, o candidato Abdias do Nascimento recebeu ao todo 37 votos. O candidato mais votado do partido foi José de Souza Marques, com 1.328 votos²⁷².

O artifício utilizado por Abdias e pelos demais responsáveis por sua campanha, registrada nas páginas do jornal *Diário Trabalhista*, de que o candidato tinha grande adesão popular não é estranho na política partidária. Mas, no caso da tentativa de eleição de Abdias, há a possibilidade de que a campanha não tivesse foco principal nas eleições, mas que tenha sido uma tentativa para mobilizar a população negra, mais um entre os outros meios utilizados para agitação política no Rio de Janeiro.

²⁷² Cf. Resultados Oficiais das eleições no Distrito Federal. *Correio da Manhã*, 06/02/1947, p.12.

Ainda que a candidatura tivesse sido pensada apenas na intenção de chamar a atenção da classe política, e da sociedade carioca em geral, para as demandas da população negra, as propostas de campanha não foram apenas alegóricas. A incorporação das demandas das empregadas domésticas marcou uma tentativa de incluir a categoria entre as beneficiadas dos direitos trabalhistas ampliados durante o governo Vargas. Ainda que seja compreendida como uma política de caráter reformista, a luta pelo direito das domésticas era uma demanda que se fortalecia no interior do movimento, que tinha muitas mulheres empregadas naquela função, mas que não era incorporada por outros setores, como os trabalhadores ou os grupos de “esquerda”.

Essa primeira tentativa eleitoral de Abdias do Nascimento parece ter atraído pouca atenção do eleitorado negro. A literatura que trata do tema constatou no período, entre 1945 e 1964, uma expressiva adesão da população negra a candidatos do trabalhismo varguista, principalmente aquele que era representado pelo PTB, e nos anos posteriores a políticos de caráter populista.

Amaury de Souza (1971) realizou um estudo buscando compreender como as desigualdades sociais e raciais poderiam estar associadas a determinado comportamento político dos eleitores. Em suas conclusões, o autor afirmou que “a tentativa de Vargas de criar uma nova base política para o Estado Novo, através da mobilização dos trabalhadores urbanos e a importância política da massa urbana, criou um efeito significativo nas duas décadas seguintes à redemocratização e estabeleceu a correlação de intercâmbio entre negro e povo” (SOUZA, 1971, p. 63). Souza apresentou dois pontos que sustentavam sua afirmação: o fato inequívoco de que a população negra foi grandemente beneficiada pela legislação de proteção ao trabalhador, implementada durante o Estado Novo e o uso da correlação entre negro e povo feito pela própria oposição a Vargas durante e após o Estado Novo, “num esforço de transferir para um movimento político os estereótipos imputados ao negro e ao mulato” (idem, p. 64).

Abdias não desistiu depois da primeira tentativa, no interregno democrático tentou candidatar-se novamente em 1950, 1954 e 1962. A análise de outras tentativas para ingresso em um cargo eletivo pode dar mais indícios de qual o lugar da política partidária na atuação de Abdias do Nascimento e de outros ativistas negros reunidos no Rio de Janeiro nos anos seguintes ao reestabelecimento da democracia no Brasil.

3.2.3 Outras tentativas eleitorais, Movimento Negro e ambiente político no Rio de Janeiro

Vimos sustentando desde muitos anos, com vigor da nossa alma e do nosso corpo, a urgência do negro desenvolver seus valores próprios, suas virtudes intrínsecas de homem. Hoje, e não amanhã, ele deve, precisa intervir na vida pública, sem timidez e sem humildade, mas ao contrário, transfigurado pela grande ambição de servir à Pátria no cumprimento do mandato cívico conferido pelas urnas. [...]

Incitamos calorosamente aos negros e mulatos a se filiarem a partidos nacionais a fim de que dentro de qualquer organização política legal sejam os primeiros a dar motivação popular, nobreza e ardor à campanha cívica que está ocupando neste momento a atenção do país. Em nossa atuação, em nossa palavra, os partidos encontrarão a mais poderoso argumento dessa necessidade urgente de se franquear a vida política aos brasileiros de cor (Nascimento, 2003 [fevereiro de 1950], p. 71 e 78).

O trecho acima, destacado de um artigo assinado por Abdias do Nascimento, expressa um discurso muito presente no movimento negro carioca, da necessidade de construção de representação política própria como uma forma de colocar em evidência reivindicações em prol da população negra no país. Nos primeiros anos, após o reestabelecimento da democracia, após o fim do Estado Novo, a preocupação central eram as barreiras que impediam a plena inserção e concretização da ascensão social para os negros. Assim como Abdias, outros ativistas negros se apresentaram como candidatos em campanhas eleitorais no Rio de Janeiro²⁷³ e em outras cidades, a exemplo de São Paulo, de que já tratei no capítulo anterior.

Mesmo levando em consideração que se tratam de casos com características bem diferentes, os ativistas negros que tentaram a carreira política em São Paulo e no Rio de Janeiro concebiam que a inserção na esfera do Estado era estratégica para a efetivação de suas demandas enquanto representantes de um coletivo. A postura desses ativistas parece se enquadrar com a explicação de Paulina Alberto (2011) ao indicar que a abertura democrática oferecia uma oportunidade para ativistas negros se mostrarem como “atores políticos racionais e equilibrados, capazes de participar produtivamente em um sistema democrático” (ALBERTO, 2011, p. 168, tradução minha). No entanto, o ideal de reconhecimento não garantia o sucesso eleitoral, ou seja, o sufrágio dos eleitores visados em suas campanhas, os negros. Entretanto, não se pode esquecer que o percentual da população brasileira com participação efetiva como eleitores não chegava a 20%, a proibição de voto aos analfabetos era um dos principais fatores

²⁷³ Segundo o registro feito no jornal *Quilombo*, alguns dos candidatos negros que concorreram as eleições no Rio de Janeiro, em 1950, foram: José Bernardo, pleiteante a uma vaga de deputado federal pelo PTB; Isaltino Veiga dos Santos, candidato a vereador pelo PDC e José Alcides, candidato a vereador pelo PSD (*Quilombo*, 2003 [junho/julho, 1950], p.111). Dos candidatos citados, José Bernardo teve campanha registrada no jornal *Himalaya*, ligado a *União dos Homens de Cor* em Niterói e ao *Centro Espírita Jesus do Himalaya*, todos sob sua direção. Outro candidato ligado a União dos Homens de Cor foi Mário Bruno, eleito vereador da cidade de Teresópolis pela legenda do PTB, nas eleições de 1950 (Cf. *Himalaya*, 21/10/1950, p.2; 28/10/1950, p.8).

de exclusão da participação da população no processo eleitoral. Dessa maneira, a legislação negava o direito de voto a um contingente considerável de negros²⁷⁴.

A coerência do enquadramento geral para a mobilização de ativistas negros em relação à política não impossibilita a percepção de maiores fatores explicativos para cada caso ou para um conjunto de casos. No que se refere a Abdias, as sucessivas tentativas de inserção na carreira política parecem representar um desejo pessoal de se tornar um político profissional, contudo, lhe interessava ser um político representante de uma coletividade, podendo ser compreendida como o movimento negro ou a população negra, em maior escala. O ativista só voltaria a concorrer a um cargo no legislativo nas eleições de 1962. Esse intervalo entre candidaturas não aconteceu por falta de insistência, pois duas tentativas, em 1950 e depois em 1954, foram frustradas por problemas que conjugaram falta de apoio partidário e dificuldades de registro na Justiça Eleitoral.

Em 1950, Abdias foi indicado como candidato pelo PSD, primeiro a vereador²⁷⁵, depois o partido o incluiu entre os postulantes ao cargo de deputado federal²⁷⁶. Naquele momento, o PSD ainda era o partido da presidência da República, e também estava na direção do executivo na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de dominar o poder executivo, o PSD tinha sido apenas o quarto partido em votação para o legislativo do Distrito Federal nas eleições anteriores, em 1947.

Um dos principais contatos de Abdias do Nascimento no PSD parece ter sido o empresário do ramo da construção civil, Jael de Oliveira Lima²⁷⁷, figura frequente nas páginas do jornal *Quilombo*, organizado pelo Teatro Experimental do Negro e dirigido por Abdias do Nascimento e sua esposa, Maria de Lourdes Vale Nascimento, com a colaboração de ativistas e intelectuais negros e brancos²⁷⁸. No ano de 1950, o empresário se tornou um dos principais patrocinadores das realizações do TEN, reconhecido como “símbolo da bondade e

²⁷⁴ Em 1945, somente 16% do total da população brasileira se registrou nas eleições. Nos anos seguintes o percentual cresceu, mas em 1962 ainda não havia passado dos 25%. (ALBERTO, 2011). O censo de 1940 registrou uma taxa de analfabetismo de 61,6% para a população brasileira de 5 anos e mais (54,5% para a população com 15 anos e mais); quando separados por cor, a taxa para a população que se declarava branca caía para 52,8%, entre os pardos subia para 74,3%, e entre os pretos chegava a 81,4% (ROSEMBERG e PIZA, 95/96, p. 117).

²⁷⁵ Cf. Escolhidos os candidatos do PSD carioca às Câmaras Federal e Municipal. *A Manhã*, 21 de julho de 1950.

²⁷⁶ Cf. Escolhidos os candidatos do PSD carioca aos órgãos legislativos. *A Manhã*, 22/08/1950.

²⁷⁷ O envolvimento de Jael Oliveira na campanha de Abdias foi anotado por Costa Pinto (1998) [1953]: “durante os preparativos e a propaganda eleitoral toda a publicidade de Abdias preparava sua eleição para vereador municipal; para isso um industrial branco candidato a deputado, principal financiador das atividades do TEN, neste período, montou juntamente com Abdias, um escritório eleitoral” (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 267).

²⁷⁸ *Quilombo* teve dez edições entre dezembro de 1948 e julho de 1950. O jornal também contava com a colaboração de intelectuais negros, a exemplo do sociólogo Guerreiro Ramos; e de intelectuais brancos renomados, como Gilberto Freyre, Arthur Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Murilo Mendes, Raquel de Queiroz e Roger Bastide. Para uma análise detalhada sobre o jornal *Quilombo* ver: (MACEDO, 2005, p. 150-195; OLIVEIRA, 2008, p. 140-147).

compreensão” e por dar “inúmeras provas de lealdade à causa negra”²⁷⁹ (*Quilombo*, 2003 [maio de 1950], p. 98).

O papel de patrono desempenhado por Jael de Oliveira concedeu um lugar de destaque nas páginas de *Quilombo*. Assim, quando o jornal passou a dedicar atenção para questões políticas, especialmente relacionadas às eleições que se aproximavam, o empresário foi o primeiro a ser convidado a deixar um depoimento na coluna *Fórum Político*, em janeiro de 1950. Na condição de pré-candidato, Jael recebeu um aceno positivo no *Quilombo* por meio da afirmação: “os candidatos da gente de cor serão aqueles, – negros ou brancos – que além do seu manifesto sentimento democrático estejam vinculados realmente aos problemas das massas” (*Quilombo*, 2003 [janeiro de 1950], p. 63).

Na declaração feita em *Quilombo* pode ser percebida uma nova postura de Abdias em relação à representação política da população negra. Enquanto em 1947 ele enfatizava a necessidade de que os eleitores negros optassem por candidatos negros, utilizando expressões como “legítimo representante dos brasileiros de cor”, em 1950, o discurso da representação passa a ser associado ao comprometimento do candidato com a resolução dos problemas dessa parcela da população. Essa mudança pode ser resultado de uma nova compreensão sobre a questão da representação política, mas penso que estava relacionada a dois fatores: 1. O fraco desempenho eleitoral que Abdias e outros candidatos negros tiveram nas eleições de 1947, um indicativo da inexistência de “voto negro” no Brasil naquele momento²⁸⁰; e 2. O compromisso causado pela “benevolência” que Jael Oliveira vinha demonstrando ao suportar financeiramente as ações do TEN. Em todo caso, a inclusão de candidatos brancos entre os que poderiam ser apoiados por eleitores negros condiz com o que era pregado por Abdias e seus companheiros desde meados dos anos 1940, quando afirmavam que o movimento que intencionavam construir era de caráter antirracista e anti-isolacionista²⁸¹.

²⁷⁹ Naquele ano Jael de Oliveira patrocinou a criação da Escola Profissional para os Brasileiros de Cor, ofereceu o financiar o prêmio de 10.000 cruzeiros para o concurso “Boneca de Pixe”, e também emprestou um imóvel para ser sede das atividades do TEN no segundo andar da rua Mayrink Veiga, como por exemplo a Escola Profissional e a Associação Profissional das Empregadas Domésticas, além de diversos cursos (MACEDO, 2005, p. 98; OLIVEIRA, 2008, p. 189).

²⁸⁰ Mesmo que minha interpretação sobre a compreensão de Abdias sobre o “voto negro” seja acertada, saliento que o ativista negro continuava a tratar da questão como uma possibilidade. Isso aparece, por exemplo, em um dos artigos que publicou no *Quilombo*: “chegou, pois, o instante de perguntar ao Brasil: o negro deve ter voz poderosa e autônoma nessa eleição? Saibam os partidos e os candidatos que mais de um milhão de votos da massa negra pode e quer decidir a vitória” (*Quilombo*, 2003 [junho de 1949]:35).

²⁸¹ A declaração em favor dos candidatos brancos comprometidos não excluiu o questionamento sobre o baixo percentual de candidatos negros nos partidos políticos e críticas aqueles que não enfrentavam o “preconceito de cor” em seus programas. Uma demanda por maior representação de negros foi feita no *Manifesto Político dos Negros Fluminenses*, que reivindicava que os partidos incluíssem nas eleições de 1950 ao menos três “brasileiros de cor, de reconhecida competência” em suas legendas (*Quilombo*, 2003 [março/abril 1950]:87; MACEDO, 2006, 189).

Sobre o posicionamento político de Abdias, Marcio Macedo (2005) observou que, no início da década de 1950, ele se encontrava em um “alinhamento político reformista e populista” com Jael de Oliveira Lima, como também com Eurico de Oliveira, seu chefe no jornal *Diário Trabalhista*, também candidato nas eleições de 1950²⁸². Para o autor, entre eles havia uma concordância em “pensar a problemática negra como parte da problemática nacional e herança da escravidão numa perspectiva liberal” (MACEDO, 2005, p. 206).

Abdias, quando se apresentou como candidato nas eleições de 1950 utilizou o slogan “candidato de pretos e brancos, pobres e ricos”. O artigo no *Quilombo* sobre a cerimônia de lançamento da campanha reforçava o slogan ao informar que “a candidatura de Abdias não implica em discriminação de cor nem problema racial, mas sim no reconhecimento da contribuição do negro nos vários setores da vida nacional”²⁸³ (*Quilombo*, 2003 [março/abril de 1950]:92).

O lançamento da candidatura de Abdias repercutiu na imprensa carioca, dividindo opiniões. Uma parte da polêmica foi reproduzida nas páginas de *Quilombo*, que transcreveu um artigo publicado em *O Globo*, com críticas à candidatura de Abdias por ele querer ser candidato dos “pretos”, considerado pelo jornal como uma demonstração de um “espírito de imitação”, que não tinha lugar na tradição democrática brasileira (*Quilombo*, 2003 [maio de 1950], p. 99). Outra parcela da imprensa demonstrava estar favorável à candidatura, identificando Abdias como “Candidato único dos negros do Distrito Federal” (*Vanguarda*, 12/04/1950), ou ainda, como um elemento de confiança dos “homens de cor” (*Diário da Noite*, 21/04/1950).

Apesar da atenção que o lançamento da candidatura de Abdias atraiu, como já tinha adiantado, ele não chegou a concorrer nas eleições por problemas com o registro na Justiça Eleitoral. Esse episódio foi narrado de forma semelhante pelo próprio Abdias (1976) e por Costa Pinto (1998 [1953]). Segundo este, o que impossibilitou a candidatura foi a troca de posição de Abdias na legenda do PSD, de candidato a vereador para candidato a deputado federal, “às vésperas da eleição”. A vaga de deputado federal exigia um quociente eleitoral maior, fora das possibilidades de arregimentação de Abdias, assim, “a votação de Abdias beneficiaria a legenda do partido, mas não teria a menor possibilidade real de elegê-lo. Em face disso, Abdias

²⁸² Apesar do entendimento do problema do negro como um problema nacional, havia diferentes nuances na percepção. Jael Oliveira, por exemplo, reproduzia o discurso dominante na época, de ausência de problema racial e de conflitos, ressaltando o convívio harmônico: “do No Brasil não há problema racial. Aqui vivem harmoniosamente pessoas de todas as raças, misturando sangue, suor e trabalho para o bem comum da Pátria. As teorias sobre inferioridade e superioridade de raças estão mortas. [...] A gente negra é de uma vitalidade espantosa, de uma vivacidade espiritual e mental admiráveis. Precisamos ajudar essa gente boa e simples não com o olho da boca da urna, mas realizando uma obra eficiente e prática” (*Quilombo*, 2003 [janeiro de 1950]:63).

²⁸³ Sobre a Cerimônia de lançamento da candidatura de Abdias do Nascimento em 1950 ver: (MACEDO, 2005, p. 189; OLIVEIRA, 2008, p. 186-187).

desinteressou-se de sua propaganda já nas vésperas do pleito e nem sequer foi ao Tribunal Eleitoral fazer a regularização final de sua inscrição” (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 187). Na verdade, a mudança do PSD foi feita em agosto, não tão às vésperas das eleições, que seriam realizadas no dia 03 de outubro²⁸⁴. Mas, independentemente do tempo, a possibilidade de Abdias construir uma candidatura bem sucedida para deputado federal parecia pouco provável.

A narrativa de Abdias sobre o ocorrido foi apresentada anos depois, num momento em que ele se propôs analisar a própria trajetória. Na ocasião, declarou: “Sempre ocorria idêntica trapaça contra o negro. A última hora o PSD também me torpedeou. [...] Tudo não passava de um embuste, um jogo para drenar o voto negro” (NASCIMENTO, 1976, p. 35). Pode se notar que a forma escolhida por Abdias para narrar o ocorrido é significativa, dado que ele não afirmou que os problemas com o PSD foram um intento específico contra ele, mas contra o “negro”²⁸⁵. Foi nesse sentido também que ele avaliou a sua seguinte tentativa de candidatura fracassada, em 1954, uma exigência arbitrária que o tirou da disputa (idem, p. 34).

Na campanha de Abdias para vereador na legenda do PSD, em 1954, teve destaque a propaganda utilizada “Não vote em branco, vote no preto”. O *slogan* logo criou polêmica, chegando a ser criticado pelo renomado cronista político, Heráclio Salles²⁸⁶. Além do debate que suscitou, a campanha de Abdias em 1954, demonstra uma mudança de estratégia, que não considero ser meramente do contexto eleitoral, mas um reflexo da introdução de um tema que foi muito valioso para alguns envolvidos no movimento negro no Rio de Janeiro no início dos anos 1950: a *Négritude*.

Négritude foi um movimento francófono de caráter “artístico, estético e político dos anos de 1940 e 1950, baseado no ativismo de poetas negros de expressão francesa, como Léon-Damas, A. Césaire, S. Senghor, É. Léro, A. Diop e outros” (BARBOSA, 2013, p. 172). Segundo Antonio Sérgio Guimarães, a negritude que se estabeleceu em Paris nos anos 1940 deve ser compreendida como “um ato de aceitação de si, por parte dos negros, crioulos e mulatos, impulsionadas pelas ideologias literárias, científicas e filosóficas do momento: o surrealismo, a psicanálise, o marxismo, o existencialismo” (GUIMARÃES, 2004, p. 13). No Brasil, ativistas negros reunidos no Teatro Experimental do Negro receberam a negritude francófona e

²⁸⁴ Cf. A Manhã, 22/08/1950, p.1.

²⁸⁵ Um ocorrido que merece nota, mas sobre o qual tenho pouca informação sobre a repercussão na campanha de Abdias, em 1950, foi a reprovação de sua candidatura pela Liga Eleitoral Católica (LEC). Abdias foi incluído numa lista com outros 622 candidatos a vagas no Senado, na Câmara Federal e na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, publicada no jornal *O Globo*. Segundo publicado na matéria do jornal, esses candidatos tiveram a “vida pública e privada” analisada, ficando reprovados aqueles que tinham demonstrado algum apoio ou simpatia a comunistas ou que não contribuíam para a “elevação do nível moral e político” do país (*O Globo*, 22/7/1950, p. 1 e 3).

²⁸⁶ Cf. “Candidato Preto”. *Jornal do Brasil*, 28/05/1954.

desenvolveram, nos discursos, nas peças do teatro e nos artigos publicados no jornal *Quilombo* uma proposta de “negritude brasileira e nacionalista”, representada pela “negociação de uma identidade racial e cultural que, embora se subjugasse à nacionalidade brasileira, mantinha-se singular” (idem, p. 36). Dessa forma, a “tomada de consciência”²⁸⁷, fundamental para a negritude, foi concebida por líderes e ideólogos do TEN no início dos anos 1950, como Abdias do Nascimento e o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, inicialmente numa perspectiva conciliadora e não diferencialista, e depois de certo tempo como um “racismo antirracista”, com forte influência do pensamento de J. Paul Sartre (BARBOSA, 2013).

A influência de Sartre no pensamento de Guerreiro Ramos ficou expressa na dialética que ele adotou para tratar da *negritude*, ainda que o sociólogo brasileiro tenha usado em sua versão alguns elementos diferentes dos que foram desenvolvidos por Sartre²⁸⁸. Segundo Barbosa (2013), a visão dialética de Guerreiro Ramos tinha três elementos complementares:

a) *niger sum*, a assunção da negritude pelo homem de pele escura (tese); b) suspensão da branquidão como ideologia dominante (antítese); c) compreensão humanística do valor objetivo da negritude e da luta negra (síntese). Em suma, estava traçado o caminho pelo qual o homem e a mulher de “pele escura” poderiam tornar-se uma “pessoa”. Ou seja, um indivíduo que se percebe e age para além da unidimensionalização social (e racial) (BARBOSA, 2013, p. 181).

Nas eleições de 1954, a campanha de Abdias parece ter incorporado um discurso próprio da *negritude*. No *Manifesto ao povo do Distrito Federal*, que acompanhava o panfleto da campanha (Quadro 15), a mensagem principal era um apelo à consciência: “Chegou a oportunidade de o negro demonstrar consciência do seu papel preponderante na formação social brasileira, não apenas como número, mas também, e principalmente, como fator de *Progresso*, que realmente é”. Diferente das campanhas anteriores, o apelo ao eleitorado negro não tinha como argumento principal a luta contra as discriminações causadas pelo “preconceito de cor”, em vez disso, foi utilizado o símbolo da Mãe Preta, eficiente por imprimir um tom conciliatório e por situar a contribuição negra na formação da nação. A mudança de estratégia pode ser associada à existência da lei 1.390 de 1951, que tornou o “preconceito de cor ou raça” contravenção penal, o que respondia em parte às demandas apresentadas desde o Manifesto à

²⁸⁷ Expressão empregada por Aimé Césaire, como explica Barbosa (2013): [a negritude] “tratava-se de uma “tomada de consciência” da especificidade do ser negro. Em suas palavras: “negro estou, negro permaneceré” (CÉSAIRE, 2005, p. 28 apud BARBOSA, 2013). Todavia, diz o autor, a consciência desta especificidade não era um enclausuramento, mas uma abertura para o universal e para a valorização do Homem, ao mesmo tempo em que carregava uma dimensão revolucionária ao afirmar a presença de uma parte antes ignorada da humanidade” (BARBOSA, 2013, p. 172).

²⁸⁸ Sartre, em *Reflexões sobre o racismo*, concebeu uma dialética em que a supremacia branca é a tese; a negritude a antítese; e o racismo antirracista, o processo para a criação da síntese: uma sociedade a-racial (BARBOSA, 2013).

Nação da Convenção do Negro, realizada em São Paulo no ano de 1945. Entretanto, na opinião dos envolvidos na campanha de Abdias, a lei “Afonso Arinos” era limitada, pois declararam: “Apesar da Lei 1.390, que pune o racismo como contravenção penal, nossa democracia étnica continua falha, eivada de afrontosas desvantagens para o negro”. De forma semelhante ao que foi colocado na campanha de Abdias, o movimento negro naquele período passou a se concentrar no discurso de busca por autonomia política dos negros, demandando “a democracia como respeito integral à cidadania e aos direitos individuais” (GUIMARÃES e MACEDO, 2008, p. 174).

É interessante também o uso da figura da mulher, a Mãe Preta, para fazer o apelo em favor da candidatura de Abdias, mas por outro lado, o Manifesto apresentou também uma lista dos predecessores de Nascimento, que eram todos homens, “os legítimos representantes das aspirações do povo negro”: “Zumbi dos Palmares (Alagoas), Chico-Rei (Minas), Preto Pio (S. Paulo), Chico de Matilde (Ceará), José do Patrocínio (Rio), Luiz Gama (S. Paulo), Rebouças (Rio), Lima Barreto (Rio), Teodoro Sampaio”. O que parece ser promissor no uso da Mãe Preta é a possibilidade de diálogo amplo, uma figura que fundamentava o *niger sum* na dialética da negritude proposta por Guerreiro Ramos.

Quadro 15 - Excerto do Manifesto ao povo do Distrito Federal
Panfleto de campanha de Abdias do Nascimento, candidato a vereador pelo PST (1954)

<p><i>Não vote em branco</i></p> <p>Vote no Preto</p> <p>ABDIAS DO NASCIMENTO (CRIADOR DO TEATRO NEGRO DO BRASIL) PARA VEREADOR</p>	<p>No íntimo de cada brasileiro, de cada um de nós, clama uma voz irreprimível, que devemos ouvir. Voz que não se ouve com os ouvidos, porém, com o coração. Vem do passado. É a voz dolente e carinhosa da Mãe Preta, que embalou e nutriu, com leite e histórias maravilhosas a infância da nossa pátria. É aquela Mãe Preta que nos alimentou o corpo e o espírito e que só tinha de branco o leite e os dentes. É ela que, quatro séculos depois, vem cobrar aos brasileiros de qualquer cor, essa dívida de sangue. Ela vem cobrar não com ameaças, mas com os métodos suaves de antigamente: ela pede o voto para ABDIAS DO NASCIMENTO, para que ele possa, uma vez eleito, continuar, com maiores probabilidades, a esforçar-se na solução de problemas de todos nós, dos brasileiros de todas as cores: luta contra a carestia e a fome; luta por mais casas para o povo; luta contra a falta d'água; por mais transportes, educação, escolas para nossos filhos; luta pelo equilíbrio econômico e social e por maiores e melhores oportunidades para o negro brasileiro ascender socialmente.</p>
--	--

Fonte: IPEAFRO, Dossiê: Candidatura de Abdias do Nascimento.

Outro aspecto que pode ser observado a partir dessa campanha eleitoral de Abdias é o grupo que colaborava com a empreitada política do ativista naquele momento. O *Manifesto ao povo do Distrito Federal* foi assinado por 26 pessoas, “jornalistas, operários, escritores, artistas, trabalhadores de todas as categorias e profissões, de qualquer cor, origem racial” dirigentes do “Comitê pró Abdias do Nascimento”. Alguns deles eram companheiros e colaboradores das atividades empreendidas por Abdias no Rio de Janeiro desde a fundação do TEN, como Sebastião Rodrigues Alves, José Pompílio da Hora, Arinda Serafim e Ironides Rodrigues. Outros eram colaboradores mais recentes, como a diretora do *Ballet Folclórico*, Mercedes Batista; os atores Claudiano Filho, Jóca, Léa Garcia e Frediman Ribeiro; os advogados, Guiomar Ferreira de Matos e Pyramo Moura Brandão; os compositores Ataulfo Alves e Bororó; entre outros²⁸⁹.

A ausência de colaboradores ligados a partidos de esquerda, a exemplo de comunistas ou socialistas, na campanha de Abdias, em 1954, também é uma demonstração da extensão das divergências deflagradas durante o I Congresso do Negro Brasileiro, realizado em 1950, e promovido pelo Teatro Experimental do Negro. O evento deveria representar o êxito de criação de uma “ampla frente antirracista e pró-melhoria da população afro-brasileira” (MACEDO, 2005, p. 244), entretanto foi palco de um embate entre grupos com perspectivas sobre os direcionamentos do movimento negro naquele momento. De um lado, foi feita a defesa da *negritude* apresentada na tese apresentada por Ironides Rodrigues, *A Estética da Negritude*, apoiada por Abdias, Guerreiro Ramos, Sebastião Rodrigues Alves, Aguinaldo Camargo e outras lideranças ligadas ao TEN. Contra essa perspectiva, estavam participantes do Congresso, negros e brancos, alguns deles com relações com o Partido Comunista, que produziram um documento que ficou conhecido como “Declaração dos Cientistas”²⁹⁰. No documento, os

²⁸⁹ Os demais dirigentes do Comitê eram: João Cabral Alves, presidente da União dos Homens de Cor; Eloy de Freitas Guimarães, químico industrial; Romeu Cruz, escritor e funcionário do Banco do Brasil; Maria Luiza Castello Branco Silva, funcionária pública; José Medeiros, fotógrafo da Revista *O Cruzeiro*; Waldomiro Machado, funcionário público; Walter Lima Cruz, serventuário da justiça Armada; Walter Bastos, Assistente Social; Nilza Silva, doméstica; Edwiges da Silva Rodrigues Alves, dona de casa; Darcy Gabriel da Silva, comerciária.

²⁹⁰ Um dos participantes do Congresso do Negro oposto a tese da *Negritude*, e que não tinha relação com o PCB, foi José Bernardo, presidente da União dos Homens de Cor. A crítica de Bernardo ao Congresso de 1950 foi apresentada durante o evento e publicada alguns meses depois no jornal que dirigia. Segue trecho: “Este Congresso, senhores, é um primor de estudos científicos e literários acerca do negro e seus problemas. Mas ainda se não objetivou no Brasil, através de soluções adequadas, a mínima parte do que o negro necessita para sair dos laços fatais da miséria e da fome, do analfabetismo e dos vícios. O que se há feito neste sentido é tão pouco que parece nada. Negro não se libertará desses laços com aquarelas cantadas e pintadas, com escritos românticos e esse cientismo lírico que por aí anda. Negro tem fome e precisa comer” (*Himalaya*, 30/12/1950, p.5). No mesmo jornal foram publicados alguns textos com críticas aos organizadores do Congresso (Cf. O Congresso Negro e o Esperanto, *Himalaya*, 14/10/1950, p. 8; Guerreiro Ramos, a União e eu, *Himalaya*, 21/10/1950, p.2). Costa Pinto (1998 [1953]) trata do conflito entre José Bernardo e os organizadores do Congresso do Negro, ligados ao TEN, resultando na exclusão da tese do primeiro dos Anais do evento (1998 [1953], p. 261-265).

signatários questionavam o fundamento científico da *negritude*, o que acreditavam se tratar de “racismo às avessas” (BARBOSA, 2013; MACEDO, 2005).

Durante os debates, Abdias e outras lideranças ligadas ao TEN procuraram dar um contorno político partidário à polêmica, com declarações da existência de um “laço político comum” entre os opositores, que tinham o interesse de “destruir” o que se pretendia fazer²⁹¹ (NASCIMENTO, [1968] 1982, p. 397). Abdias, por exemplo, associou os acontecimentos que envolveram lideranças comunistas ou socialistas e os apresentou como se fossem todos orquestrados para desmobilizar o “movimento negro”:

Em 1945, Raimundo Souza Dantas, antes de se converter ao cristianismo, entrou no movimento com uma ordem de levar todos os negros para um determinado lugar. Esse escritor, naquela época, era analfabeto. Em São Paulo apareceu declaração idêntica feita pelo Sr. Luís Lobato. E agora aqui aparece trazida pelos Srs. Édison, Costa Pinto, etc. Penso que elementos como o Sr. Lobato, Abatiguara, etc. têm um laço comum para destruir o que se pretende fazer. Parecem ter um laço comum político. Nós queremos dizer que somos antirracistas e contrários a essa corrente político-partidária. (NASCIMENTO, [1968] 1982, p. 397).

A posição anticomunista de Abdias é bem representativa daquele momento político, especialmente, após o PCB ter sido colocado na ilegalidade, em 1948. Além disso, naquele momento, parecia consolidada a aliança dessas lideranças com políticos de partidos com a prática de incorporação de algumas demandas da agenda do movimento negro, quer de apelo trabalhista/populista, como o PTB, ou mais conservador, como a UDN. Dessa aliança, não foi bem sucedido, porém, o projeto de inserção de ativistas negros na carreira política.

A última tentativa de Abdias, antes do Golpe de 1964, foi na legenda do PTB, candidato a deputado estadual pelo partido no estado da Guanabara, em 1962²⁹². Naquele período, sua atuação continuava a estar alicerçada na área cultural, no Teatro Experimental do Negro e também no cinema, com destaque para sua atuação em *Escola de Samba*, *Alegria de Viver*, episódio dirigido por Cacá Diegues para o longa-metragem *Cinco Vezes Favela*, um precursor do Cinema Novo no Brasil²⁹³.

²⁹¹ Quando parte das teses e de debates do Congresso foram publicados no livro *O Negro Revoltado*, pouco mais de 15 anos após sua realização, Abdias tratou dos embates que aconteceram no conclave como expressão da emergência de duas correntes, com divergências sobre “a respeito dos estudos e dos comportamentos do homem de cor”. Segundo ele, de um lado estava o “povo negro”, que representava a maior parte dos participantes do Congresso e era constituído por “pessoas destituídas de títulos acadêmicos e honoríficos”; do outro, estavam aqueles que se autodeclaravam “homens da ciência” (Nascimento, 1982 [1968]:59).

²⁹² O estado da Guanabara existiu entre 1960 e 1975, e ocupou o território do atual município do Rio de Janeiro, após a transferência do Distrito Federal da cidade carioca para Brasília.

²⁹³ *Cinco vezes favela*, produzido pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, é visto pela crítica de cinema como um dos filmes que definiu os parâmetros do cinema nacional nos anos seguintes, por colocar na linguagem cinematográfica uma reflexão sobre povo e nação, o que era uma novidade para aquele setor naquela época. Ver mais em: GARCIA, Estevão. “Cinco vezes favela”. *Contracampo Revista de Cinema*, 01 out. 2004; NETTO,

No folheto da campanha de 1962, disponível no acervo do IPEAFRO, a apresentação de Abdias continuou a destacar, como nas campanhas anteriores, suas realizações como liderança do movimento negro, e manteve na declaração dos princípios defendidos “a valorização social dos brasileiros de cor”, contudo, a maior parte das propostas não eram nomeadamente direcionadas à população negra, de forma que a preferência foi dada ao uso de expressões como “trabalhador em geral” e “povo”. As propostas em destaque no folheto estavam relacionadas às Reformas de Base²⁹⁴ e ao campo da cultura popular²⁹⁵.

A incorporação das reformas de base nas propostas de Abdias são uma indicação de que ele estava alinhado com o grupo petebista que defendia as políticas compreendidas nessa denominação. No PTB, a luta pelas reformas de base foi encampada especialmente por um setor que estava sob a liderança de Leonel Brizola, político gaúcho que migrou para o Rio de Janeiro em 1962. Segundo Jorge Ferreira (2008), Brizola comandava o setor mais radicalizado do PTB, conhecido como nacional-revolucionários. Ainda de acordo com esse autor, Brizola despontou como líder de uma ampla frente de esquerda durante o governo João Goulart, seu prestígio “no campo popular, nacionalista e de esquerda era imenso e sua atuação foi, sobretudo, no sentido de pressionar o presidente para agilizar as reformas prometidas, sobretudo a agrária, que, [de acordo com o líder], se não fosse realizada ‘na lei’, seria implementada ‘na marra’”²⁹⁶ (FERREIRA, 2008, p. 2).

Naquelas eleições, Abdias também não conseguiu coeficiente para se eleger, recebeu 834 votos, ficando na 34ª posição entre os 51 candidatos a deputado estadual do PTB²⁹⁷

Guilherme. “Em busca de um cinema popular: Cinco Vezes Favela do CPC e das ONG’s”. *Revista Alteior*. Ano: 03. Volume: 01. Jan-Jun. 2012.

²⁹⁴ As reformas de base eram o carro chefe do governo do presidente João Goulart (1961-1964), que as apresentava como uma continuação das transformações que Vargas tinha iniciado na década de 1930. Essa reforma deveria incluir medidas voltadas para solução de problemas em áreas como: reforma agrária, educação, urbanização, política-eleitoral, fiscal, entre outras (GOMES e FERREIRA, 2007).

²⁹⁵ As propostas em destaque estavam comprometidas com a solução de problemas relacionados a: Favelas, com um princípio similar ao da reforma agrária das Reformas de Base, propondo a construção de casas populares para os moradores de favelas; Escolas de Samba, com uma proposta de institucionalização por serem “autêntica manifestação de arte popular e instrumento de educação social e cívica do povo”; Liberdade e Igualdade de cultos, uma demanda por igualdade de tratamento de cultos afro-brasileiros, cristãos e judaicos; e Artes, com propostas para áreas de cinema, teatro, galerias de arte e música (Fonte: IPEAFRO. *Dossiê Candidatura de Abdias Nascimento*).

²⁹⁶ Sobre Brizola e o que ficou conhecido como a “esquerda brizolista”, ver: Tavares, Tânia dos Santos. Grupo de Onze: a esquerda brizolista (1963-1964). Dissertação (Mestrado em História Social). UERJ, 2013.

²⁹⁷ Outros candidatos negros na legenda do PTB naquelas eleições foram: o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, que concorreu a uma vaga na Câmara Federal, recebeu 2.623 votos e ficou como segundo suplente entre os candidatos não eleitos; e José de Souza Marques, fundador do partido da primeira candidatura de Abdias (PRD – 1947), recebeu 3.320 e também ocupou a segunda suplência entre os candidatos não eleitos para o cargo de deputado estadual. Guerreiro Ramos fazia parte do Diretório Nacional do PTB, desde 1959, e conseguiu ocupar o cargo de deputado federal entre agosto de 1963 e abril de 1964 na vaga Leonel Brizola, que tinha sido licenciado (PIZZA JUNIOR, 1997; AZEVÊDO e ALBERNAZ, 2013).

(CONOLLY, 2008). Mesmo sem ter tido sucesso eleitoral, o próprio Abdias tratou a experiência no PTB de 1962, em uma entrevista concedida em 2009, de forma bem positiva:

Na histórica ocasião em que Leonel de Moura Brizola se elegeu deputado federal com um terço dos votos do estado da Guanabara, maior votação da história política do Brasil em 1962, eu me candidatei a deputado estadual e pela primeira vez me senti realmente identificado com a proposta de um partido político. O PTB de João Goulart e de Brizola tinha tudo a ver com minha orientação política, embora a questão racial ainda não ganhasse ressonância (NASCIMENTO, 2009, p. 10).

As eleições de 1962 inauguraram uma colaboração política entre Abdias e Brizola que perduraria durante e após a Ditadura Militar²⁹⁸. Naquele ano, Brizola foi o convidado especial na comemoração do dia da Mãe Preta promovida pelo TEN, poucos dias antes das eleições realizadas em 07 de outubro.

Figura 8 - Convite Ao Povo - Dia da Mãe Preta
Abdias do Nascimento e Leonel Brizola

Diário de Notícias, 28/09/1962, seção 1, p. 3. Acervo IPEAFRO

O agenciamento do símbolo da Mãe Preta na política não foi específico da campanha de Abdias, pois durante a pesquisa, encontrei eventos em homenagem à Mãe Preta no contexto de campanha eleitoral de partidos com orientação populista, não somente no caso de Abdias no Rio de Janeiro, como também em São Paulo²⁹⁹. A comparação entre os eventos revela a semelhança da inserção política de Abdias do Nascimento no Rio de Janeiro com a de políticos

²⁹⁸ Para saber mais sobre a relação e a colaboração de Abdias na formação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) sob a direção de Brizola, ver Rios (2014, p. 126-136).

²⁹⁹ Ver no Anexo A.5 o panfleto do Convite da Festa da Mãe Preta, realizada na cidade de São Paulo, em 1950, e promovida pelo representante da “Ala Negra Progressista” Nestor Macedo, em homenagem ao governador Adhemar de Barros do Partido Social Progressista de São Paulo.

negros que recebiam severas críticas de lideranças do “meio negro” de São Paulo, que ficou demonstrado na seção 4.2 (*Negros Políticos e Políticos Negros*). De acordo com Florestan Fernandes, a condenação dos ativistas negros paulistas às relações de troca de favores e proteção com a elite branca era grande, especialmente, porque “formara-se a consciência de que o ‘negro’ tem de resolver por si mesmo os seus problemas e que não deve se contentar com as ‘migalhas’, lagaradas aqui ou ali por uma generosidade que foi largamente identificada com a falta de empenho em ajudar o negro” (FERNANDES, 2008b [1965], p. 195).

A situação política e social de Rio de Janeiro e São Paulo não eram semelhantes. No Rio, o ativismo negro vinha se desenvolvendo desde o início do século XX em proximidades com setores da intelectualidade e do meio político branco (ALBERTO, 2011). Já em São Paulo, o “meio negro” se constituiu de forma mais independente, somente no início dos anos 1950 o grupo que estava em atuação começou a estabelecer uma relação próxima com intelectuais pesquisadores das relações raciais. Na política, algumas lideranças mantinham relações próximas com partidos e políticos, contudo, existia um conflito sobre a melhor forma de relacionamento do movimento associativo no “meio negro” com os grupos dirigentes do sistema partidário. No Rio de Janeiro, os conflitos se deram mais entre os grupos que se encontravam abrigados em legendas partidárias concorrentes, sendo assim, salve melhor juízo, pouco relevantes as posições pelo apartidarismo.

No caso específico na inserção no meio partidário de Abdias do Nascimento, ele utilizou, sempre que possível, de relações de apadrinhamento com políticos bem estabelecidos e do apoio de variadas lideranças negras. No decorrer dos anos de existência da democracia, Abdias se consolidou como uma respeitada liderança no movimento negro, reconhecido a nível nacional, mas não conseguiu sucesso como representante político dessa coletividade. Mesmo que isso tenha ocorrido por diversos fatores, a mudança de estratégia nas campanhas de Abdias sugere que houve tentativas de adaptação aos diferentes contextos. As propostas, por exemplo, deixaram de ter um conteúdo endereçado especificamente para a população negra e passaram a se valer de uma plataforma de propostas populares mais genéricas, sem muitos contornos raciais.

A mudança no discurso de Abdias nas situações em que se apresentou como candidato – em 1947, 1950, 1954 e 1962 –, pode ter acontecido em decorrência do entendimento de que o voto negro não tinha se constituído nem estava em fase de formação e que tratar do negro pela sua condição de povo poderia render mais sucesso eleitoral. Outra hipótese que levanto para a mudança, é a possibilidade de que a ideia de negritude brasileira mudou a percepção da questão racial do grupo envolvido em sua formulação e defesa, repercutindo também na

apresentação política de Abdias. Nessa perspectiva, o uso da Mãe Preta seria, para esse grupo, um instrumento para a incorporação da consciência da negritude brasileira, o símbolo que permitiria a afirmação da contribuição negra para a formação da nação, carregado do sentimento de conciliação por seu trânsito entre o mundo dos negros e o mundo dos brancos, a Casa Grande e a Senzala.

PARTE II

4. O PCB e a “Questão Negra”: raça e nacionalidade no pensamento comunista (1922-1945)

Neste capítulo, apresentarei formas como temas relacionados às relações raciais, em particular aqueles concernentes aos negros, foram compreendidos e negociados no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB) desde a sua fundação, em 1922. Este é um assunto que tem recebido pouca atenção, tanto entre os trabalhos que propõem um resgate da história do PCB, quanto entre as investigações interessadas na trajetória da mobilização negra no Brasil.

A forma como a questão negra foi tratada pelo PCB, especialmente no período que vai de sua fundação até o final do Estado Novo, em 1945, é mencionada de forma vaga e superficial por brasilianistas como Peter Flynn, Robert Levine e John Dulles. Esses autores desenvolveram pesquisas com diferentes perspectivas sobre a história política do Brasil e se limitaram a indicar que houve alguma preocupação do PCB em atrair a população negra para suas fileiras, sem situar a problemática para além da necessidade do Partido de se aproximar das “massas populares”³⁰⁰.

George Andrews, também brasilianista e estudioso na área de relações raciais, afirmou em uma nota de rodapé, em seu estudo sobre negros e brancos em São Paulo, que “de todos os partidos políticos da República, somente o Partido Comunista fez sério esforço para recrutar afro-brasileiros” (ANDREWS, 1998, p. 304). A afirmação de Andrews foi feita com base em documentos do PCB, compilados por Edgard Carone. O trabalho de reunião de documentos do PCB feito por Carone forneceu algumas pistas sobre como a questão negra era tratada pelo Partido³⁰¹. Mas, como o historiador não tinha a intenção de tratar especificamente do assunto em seu trabalho, os documentos por ele resgatados não são suficientes para dar pormenores, nem para construir uma linha do tempo que ofereça um quadro sobre os posicionamentos do PCB em relação ao negro, ao longo da história da agremiação partidária.

Nos últimos anos, pesquisadores como Anita Prestes e Dainis Karepovs se debruçaram sobre a história do Partido Comunista, fazendo uso de extensa pesquisa documental. Em alguns de seus trabalhos, eles pontuaram rapidamente momentos em que a

³⁰⁰ Levine, Robert M. *The Vargas Regime: the Critical Years, 1934-1938*. New York: Columbia University Press, 1970, p. 73; Dulles, John W. F. *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935*. Austin: University of Texas Press, 1973, p. 473-474; FLYNN, Peter. *Brazil: A Political Analysis*. Boulder, CO.: Westview Press, 1979, p. 78.

³⁰¹ CARONE, Edgard (ed). *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, DIFEL, 1982, p. 167 e CARONE, Edgard (ed). *Movimento Operário no Brasil, 1877-1944*. Rio de Janeiro: Difel, 1979, P. 333-336.

questão negra era abordada por dirigentes do PCB, em reuniões com líderes do comunismo internacional³⁰². Prestes, por exemplo, depois de analisar registros de uma conferência em Moscou, afirmou que “já em 1934, os comunistas brasileiros estavam preocupados com o problema racial no país e, em particular, com a questão do negro na sociedade brasileira” (Prestes, 2006, p.137).

A pesquisa que apresenta investigação mais substancial, até o momento, foi realizada pelo economista Pedro Caldas Chadarevian, que defendeu a tese de doutorado, *Des theories du racisme a l'analyse economique actuelle de ses consequences sur le marche du travail au Brésil*, em 2006. Na tese, o autor dedica um capítulo ao estudo dos temas Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista do Brasil, entre os anos de 1922 a 1964³⁰³. Para analisar a interpretação comunista sobre o problema racial brasileiro, Chadarevian fez uso de uma diversificada fonte de dados, passando pela análise de documentos de circulação interna do Partido, documentos de divulgação, publicações em jornais e produção de intelectuais comunistas. Em suas conclusões, o autor argumentou que a persistência comunista no uso da concepção etapista da evolução econômica dos países foi responsável por uma análise inadequada da realidade nacional, inclusive em relação a questão racial³⁰⁴.

Nessa investigação, segui algumas indicações encontradas nos trabalhos acima citados. Assim, foi necessário realizar uma ampla pesquisa em documentos, tanto de circulação interna, quanto de divulgação do Partido, que abrangeu comitês regionais, o comitê nacional, o secretariado sul-americano e a Internacional Comunista (IC)³⁰⁵. Essas diferentes instâncias de decisão do PCB são importantes e interdependentes. No período abordado, de 1922 a 1945, o direcionamento das linhas de ação do partido estava subordinado, em grande parte, ao que era decidido no âmbito da Internacional Comunista. Entretanto, apesar da centralização, existiam conflitos, que só podem ser melhor compreendidos se for feita uma análise do PCB como uma agremiação com poder centralizado, composta por diversas seções, que nem sempre se

³⁰² Ver: Karepovis (2001, p. 605-606,623) e Prestes (2006, p. 136-137)

³⁰³ Desde a defesa de sua tese, Chadarevian publicou artigos com temas relacionados ao PCB e a questão racial em revistas brasileiras, a exemplo de: CHADAREVIAN, Pedro. “Os precursores da interpretação marxista do problema racial”, *Crítica Marxista*, n. 24, 2008; _____. “Raça, classe e revolução no Partido Comunista do Brasil (1922-1964)”. *Política & Sociedade* - Florianópolis - Volume 11 - Nº 20 - abril de 2012.

³⁰⁴ O racismo, preocupação central na investigação de Chadarevian, teria sido compreendido no PCB “como uma mera reminiscência de uma estrutura social arcaica, originária da escravidão, da ‘ideologia do colonialismo’, que impedia a ascensão social do negro, mantendo-os como servos no campo” (CHADAREVIAN, 2012, p. 276)

³⁰⁵ A partir de 1922, o PCB concentrava suas instâncias de decisão no país em comitês regionais e em um comitê nacional. A III Internacional Comunista, fundada em Moscou, no ano de 1919, tinha a função de determinar as diretrizes centrais a serem seguidas por Partido Comunista em todo o mundo. A IC manteve um Secretariado Latino, na França, até 1925. A partir de 1926 é criado o Secretariado Sul-Americano, na Argentina, onde funcionou até 1930, quando foi transferido para Montevidéu. A IC foi dissolvida em 1943.

posicionavam de forma consensual, o que pode ser verificado em divergências sobre a questão racial no Brasil.

Procurei desenvolver uma análise que ressalte a posição dos sujeitos no interior do PCB, o que pode oferecer mais recursos para a análise das mudanças de interpretação no partido ao longo dos anos. Outro recurso empregado foi a periodização, para marcar a predominância de tendências associadas aos diferentes momentos do partido em suas primeiras décadas de existência. Acompanho, com algumas modificações, a periodização proposta por Chadarevian (2006): 1922 a 1933, correspondente ao período de negação da questão negra; e 1934 a 1964, quando é formulada no PCB uma crítica ao racismo. Para o período que me interessa na análise, 1922 a 1945, procurei assinalar o período de negação da questão racial pelo PCB (1922-1928); o período que o partido começou a ser pressionado pela IC para tratar de assuntos relacionados à população negra brasileira (1928-1930); e a fase inicial da mudança de interpretação no PCB sobre a “questão negra” brasileira (1930-1934). Depois disso, investigo como os diferentes conteúdos associados à “questão negra” foram incorporados na estratégia política do PCB, a partir de meados dos anos 1930.

Diferente do caso dos estudos desenvolvidos sobre o Partido Comunista no Brasil, outros países possuem uma literatura extensa sobre a relação entre comunismo e questão racial. O maior contraponto talvez sejam pesquisas sobre o Partido Comunista dos Estados Unidos (PCUSA). Naquele país é possível encontrar publicações como de Kennedy e Leary na revista *Phylon*, em 1947, afirmando que “um estudo das relações raciais nos Estados Unidos, especialmente os relacionados ao negro, não seria completo sem uma análise do programa do Partido Comunista”. Dentre as justificativas utilizadas pelos autores está a de que “muitos negros norte-americanos, especialmente os elementos mais ativos politicamente e inteligentes, pertencem ou são profundamente solidários com as propostas do programa do Partido Comunista” (KENNEDY e LEARY, 1947, p. 116, tradução minha.). De forma comparativa, irei utilizar as análises sobre os PCs em outros países, especialmente os Estados Unidos, pelo papel que desempenhou ao se tornar modelo nas diretrizes sobre a questão racial divulgadas pela Internacional Comunista.

Este capítulo está dividido em duas seções, a primeira seção está circunscrita ao período de 1922 a 1935 e tem enfoque na linha política do PCB, por isso, as fontes principais são os documentos do Partido e da Internacional Comunista. A segunda seção apresenta algumas formulações de intelectuais comunistas sobre o negro brasileiro, nos anos 1930 e início da década de 1940, durante o Estado Novo, quando o PCB se encontrava virtualmente excluído da cena política nacional.

Seção 4.1 – Dilemas sobre a formulação de uma interpretação sobre o negro brasileiro no PCB

4.1.1 O PCB e a “questão negra” nos Congressos da Internacional Comunista de 1922 e 1928

O PCB foi fundado oficialmente durante o seu primeiro Congresso, na cidade de Niterói, no mês de março de 1922³⁰⁶, data estratégica para garantir participação no IV Congresso da Internacional Comunista (IC)³⁰⁷, que aconteceria em Moscou naquele mesmo ano.

Dois dias após a realização do Congresso em Niterói, a direção do recém-fundado partido enviou uma carta endereçada ao Comitê Executivo da Internacional Comunista (IC), apresentando Mario Barrel e Antônio Canellas³⁰⁸ como delegados do Partido para participar do IV Congresso. A tarefa de Barrel e Canellas consistia em entregar um relatório sobre “os antecedentes e a realização, nos dias 25 a 27 de março, do congresso de delegados dos grupos comunistas do Brasil, de onde surgiu o Partido Comunista, organizado sobre a base das 21 condições³⁰⁹ de admissão na Internacional Comunista”.

³⁰⁶ O I Congresso do PCB contou com 9 delegados: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa, residente em Porto Alegre), Astrojildo Pereira (jornalista, do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (funcionário público em Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista, de Cruzeiro, interior de São Paulo), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate, natural do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (funcionário público no Rio de Janeiro), Luís Peres (trabalhador da Indústria vassoureira, do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Dos citados acima, somente Cendón não provinha do anarcossindicalismo. No momento de sua fundação o PCB contava com 73 membros. Antes da realização do Congresso de fundação do PCB existiam grupos comunistas espalhados por algumas cidades brasileiras. Em 1920, dois grupos (Grupo Literário em São Paulo e Grupo Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro) receberam o nome Zumbi, considerado por eles uma representação brasileira de Spartacus (Carone, 1982, p. 333-334; Del Roio, 2004, p. 118). A comparação entre Zumbi e Spartacus revela que, naquele caso, o líder negro foi utilizado como uma metáfora da luta pela liberdade – que dialogava com o contexto mundial de enfrentamento contra o capitalismo – e não de luta contra discriminação, como ele é mobilizado atualmente pelo Movimento Negro. Sobre o processo de fundação do PCB, ver: (VINHAS, 1982; DEL ROIO, 2007).

³⁰⁷ A III Internacional Comunista foi fundada como resultado da Revolução Russa. A direção da Internacional era do Partido Comunista da União Soviética e tinha Lênin como principal liderança. Esta buscava unificar todas as seções da Internacional, nos vários países que possuíam Partidos Comunistas, por meio de diretrizes formuladas e/ou divulgadas em plenárias e congressos, frequentados por membros indicados pelos partidos nacionais.

³⁰⁸ Canellas (1898-1936) e Barrel residiam na França e já tinham proximidade com o PC francês. Somente Canellas compareceu como representante do PCB no IV Congresso da IC. Mesmo residindo fora do país na época de fundação do partido, Canellas integrou a primeira Comissão Central Executiva do Partido (CCE), estrategicamente escolhido para a função de Secretário Internacional.

³⁰⁹ Sobre as 21 condições para participar da Internacional Comunista citadas na carta do PCB ao Comitê Executivo da IC, ver: (DOMINIQUE, 1969, p. 73; CARONE, 1981, p. 96-97).

Os tópicos gerais dos vários informes apresentados durante o IV Congresso da IC por Canellas, em nome do PCB, giravam em torno dos acontecimentos que possibilitaram a fundação do partido e de uma tentativa de análise histórica da sociedade brasileira. A primeira menção registrada sobre a questão racial no Brasil foi feita em uma das comunicações do delegado, em uma descrição da forma como era constituída a população brasileira.

População heterogênea (negros de África, portugueses e indígenas) continuamente misturada, com a chegada de imigrantes de todos os países. Não há no Brasil uma unidade de pensamento nacional, como se vê nos países do Velho Mundo. A força da tradição é também muito baixa. Sem tradições políticas.

[...]

Não há preconceitos de raça ou religião, pessoas de todas as raças e todas as religiões vivem sem que fatores étnicos ou religiosos sejam um obstáculo ao acordo entre elas³¹⁰.

Nesse primeiro momento, ainda com o partido recém-fundado, a liderança do PCB envolvida na elaboração dos textos para apresentação no IV Congresso da IC rapidamente em afirmar a inexistência de conflitos raciais no Brasil³¹¹.

Ainda que inicie o tópico informando sobre os diferentes grupos raciais na base da composição da população, o autor aborda o tema das relações raciais para, na verdade, introduzir uma ideia em torno da avaliação da cultura política no Brasil, concluindo o tópico da seguinte forma: “Assim, as instituições políticas não têm no Brasil o mesmo caráter sólido que possuem em alguns países europeus. Nem os partidos políticos. Nem seus programas”.

A ideia de que haveria certa debilidade na formação do país, que resultou em um prejuízo para a cultura política, volta a aparecer em um texto intitulado “Alguns aspectos da vida política no Brasil”, assinado por Canellas. Um dos tópicos do documento recebeu o título “Caciquismo e messianismo”, do qual transcrevo um trecho:

³¹⁰ CANELLAS, A. Rapport presente par les delegues des groupes communistes du Brésil à l'Executif de l'Internationale Communiste à Moscou, 1922, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³¹¹ Um ponto importante sobre o surgimento do PCB, e que pode contribuir para a compreensão das posições dos dirigentes do partido, está relacionado ao fato de que sua formação não foi um acontecimento isolado, como afirma Muniz Ferreira (2012b). Além dos acontecimentos internacionais, que serviram para divulgar o comunismo pelo mundo e o recrudescimento da luta operária no Brasil, a criação do PCB foi concomitante a dois eventos, de fundo político-cultural: A Semana de Arte Moderna e o Levante do Forte de Copacabana, que marcou o início do Tenentismo. Ainda segundo Ferreira, comunistas e modernistas logo estabeleceram diálogos. Nem todos os modernistas se aproximaram do PCB; e os que o fizeram faziam parte de um “segmento minoritário”, mas “altamente representativo”, estes constituíram “desde aproximações transitórias até relacionamentos orgânicos e duradouros, passando por ligações de duração e importância intermediárias” (FERREIRA, 2012b, p. 20). Os autores citam nomes de modernistas próximos ao PCB como Mario de Andrade, Di Cavalcanti, Djanira, Oswald de Andrade e Patrícia Galvão, a Pagu.

Estes são os dois aspectos curiosos da política no Brasil. O primeiro revela o estado social do Brasil, o segundo é, sobretudo, uma manifestação característica da mentalidade do povo brasileiro. O termo caciquismo provém de cacique, denominação genérica que serve para designar os chefes das tribos indígenas.

[...]

Estes elementos étnicos [indígenas] são criados com os portugueses e os negros, estes últimos vindos da África. Esta assimilação étnica é produzida, sobretudo, no Nordeste do país onde, após o período colonial, quase não houve imigração estrangeira. [No Nordeste] as populações se encontram relativamente homogêneas.

Os caciques indígenas desapareceram, mas os grandes senhores, para quem o Rei de Portugal dividiu as terras no país, tornaram-se, por sua vez, tipos de chefes, talvez mais poderoso do que aqueles outros³¹².

Nos dois documentos, a constituição racial do Brasil é compreendida como a responsável por uma cultura política pouco desenvolvida. Os textos apresentados no Congresso da IC abordam brevemente a questão, por isso é difícil fazer uma análise mais detalhada de quais ideias alimentavam o pensamento em voga no PCB da época sobre a formação racial e suas implicações a sociedade brasileira. Do pouco que é apresentado, pode-se inferir que a liderança do Partido compreendia que a presença de diferentes grupos raciais no Brasil não implicava na existência de conflitos. Mas, ao mesmo tempo, a miscigenação era associada à falta de unidade e de tradição política, além de uma deformidade cultural que teria resultado em uma política primitiva.

Em sua exposição, Canellas fez uso de aspectos culturais para demarcar hierarquia, quando associou a ausência de imigração europeia e primitivismo político no Nordeste do país³¹³. Esse tipo de interpretação da sociedade brasileira apresentada pelo representante do PCB demonstra que possuía uma compreensão de raça no Brasil por um viés cultural, ainda que muito impregnado por um biologismo social³¹⁴.

Canellas apresentou sua comunicação para uma comissão responsável por avaliar o pedido de admissão na Internacional Comunista dos brasileiros e de outros partidos formados nos países da América Latina. Ao final do Congresso, o partido não foi admitido como membro, apenas como “partido simpatizante”³¹⁵. Eliezer Pacheco avaliou a participação de Canellas no Congresso e apresentou algumas explicações para a rejeição do PCB naquela ocasião

³¹² CANELLAS, A. *Quelques aspects de la vie politique au Brésil, 1922*, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³¹³ A interpretação de Canellas parece seguir a linha de pensadores brasileiros a exemplo de Sílvia Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que escreviam desde a década de 80 do século XIX. Sobre o assunto, entre outros, ver (SCHNEIDER, 2005, passim).

³¹⁴ Esse tipo de abordagem sobre raça não era específico dos comunistas na época. Maria Veloso (2000) analisou que artistas e intelectuais ligados ao Modernismo e concluiu que como resultado da compreensão que tinham sobre raça, promoveram uma “renovação interpretativa da cultura brasileira, tais como a substituição (pelo menos tentativa) do conceito de raça pelo de cultura” (p. 362).

³¹⁵ No retorno ao Brasil, Canellas continuou a defender sua posição em relação aos temas que causaram polêmica durante o Congresso da IC, o que ocasionou em sua expulsão do partido em 1923 (DEL ROIO, 2007). Para saber

Em Moscou, na reunião da IC, [Canellas] defende a ideia de que nosso gênero de socialismo é neutro em moral, podendo o partido brasileiro ter como membros elementos maçons, protestantes, católicos. Defendeu as teses reformistas francesas e dos anarquistas. Esta posição de Canellas se contrapunha radicalmente aos princípios do PCB, pois este fundara suas bases no grupo de vanguarda marxista que havia se distanciado do anarquismo (PACHECO, 1984, p. 93).

A participação do PCB no Congresso de 1922, ou melhor dito, a participação do dirigente escolhido para representar o partido em Moscou, é uma demonstração da baixa conexão do grupo brasileiro com o pensamento hegemônico do Partido Comunista em nível internacional. Essa observação pode ser relacionada também ao fato de o PCB não ter dado maior atenção à questão racial, salvo as breves menções à formação da população brasileira, num contexto em que a IC começava a demonstrar maior interesse pela “questão negra”.

Foi justamente no IV Congresso da III Internacional, que um documento foi divulgado com uma avaliação específica sobre o problema racial em nível internacional³¹⁶. De acordo com Jane Degras (1959), o assunto foi abordado pela primeira vez no contexto da IC durante o debate sobre as teses das questões nacional e colonial no segundo Congresso, em 1920. Quem apresentou a discussão foi o John Reed, delegado dos Estados Unidos. Em sua comunicação, Reed falou sobre a situação dos negros estadunidenses, enfatizou a importância de atraí-los para as organizações sindicais e promover uma luta conjunta com trabalhadores brancos. Na sessão final do III Congresso, em 12 de julho de 1921, a delegação sul-africana propôs que a Comissão Central Executiva considerasse a “questão do negro”, e a sugestão foi adotada³¹⁷.

mais sobre Antonio Canellas e sua trajetória no PCB, ver Salles, 2005. O PCB só foi aceito como partido integrante da IC após a intervenção de Rodolfo Ghioldi, líder do PC da Argentina, em janeiro de 1924.

³¹⁶ Pedro Chadarevian (2008) chama a atenção para o fato de que desde 1914, Lenin, principal liderança comunista nos primeiros anos após a Revolução Russa, formulava ideias sobre como nacionalidades oprimidas deveriam agir com relação a ameaças a sua autonomia política, defendendo o direito de autodeterminação dos povos. O direito de autodeterminação sempre seria legítimo se houvesse uma desigualdade do poder político ou econômico entre nações. Naquele momento também foi formulada uma tese de apoio a burguesias nacionalistas, que teriam um papel importante em livrar nações oprimidas do poder do “capital financeiro imperialista”. Dois tipos de opressão nacionais eram distinguidos: em primeiro plano, a opressão entre nações no contexto colonial; e em segundo plano, a opressão em nível nacional, na qual se compreendia que as minorias eram as mais atingidas. No II Congresso da IC, em 1920, os negros dos Estados Unidos foram apontados, junto a judeus, irlandeses, alsacianos e colônias com os problemas nacionais mais sensíveis, por serem exemplos de povos “dependentes” e subordinados”, e que deveriam ter direito a formar sua própria nação” (CHADAREVIAN, 2008, p. 83).

³¹⁷ Max Shachtman também escreveu uma narrativa sobre a introdução da questão negra nos Congressos da IC antes de 1928, no livro *Communism and the Negro*, escrito no início da década de 1930 e publicado pela primeira vez em 2003.

No IV Congresso da IC, as teses sobre a questão negra foram introduzidas por Otto Huiswoud³¹⁸ e Claude McKay³¹⁹, ambos dos Estados Unidos. Em seu discurso, Huiswoud defendeu que o problema do negro era principalmente econômico, com o passar do tempo agravado pelas disputas entre trabalhadores negros e brancos. Para ele, a questão racial seria derivada dos preconceitos de classe de alguns grupos. Já McKay, fez críticas à pouca atenção do Partido Comunista à questão racial e aos equívocos de interpretações formulada até aquele momento. Segundo ele, os próprios comunistas e socialistas dos Estados Unidos praticavam preconceito racial, por isso não se mostravam dispostos a enfrentar com seriedade a questão do negro. Dessa forma, os comunistas precisariam primeiro se emancipar de ideias preconceituosas sobre os negros, para depois alcançá-los com qualquer tipo de propaganda radical. Ao final da sessão, as teses apresentadas foram aprovadas por unanimidade³²⁰.

No conjunto das resoluções do IV Congresso o tópico recebeu o título de *Teses sobre a questão negra*, segue trecho³²¹:

Quadro 16 - Teses sobre a questão negra do IV Congresso da IC

A história reservou aos negros dos EUA um papel importante na libertação de toda a raça africana. Há trezentos anos os negros norte-americanos foram arrancados de seu país natal, a África, e arrastados para a América onde tem sido objeto dos mais abjetos tratamentos e vendidos como escravos.

[...]

A Internacional Comunista observa com satisfação que os operários negros explorados resistem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. Com base nesta luta deve organizar-se o movimento negro: na América, como centro de cultura negra e centro da cristalização dos protestos dos negros; na África, como reserva de mão de obra para o desenvolvimento do capitalismo; na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e as demais repúblicas “independentes” onde predomina o imperialismo norte-americano), em Porto Rico, no Haiti, em San Domingo e nas demais ilhas do Caribe, onde os maus tratos infligidos aos negros pelos invasores norte-americanos provocaram protestos dos negros conscientes e dos operários brancos revolucionários. Na África do Sul e no Congo, a crescente industrialização da população negra originou diversas formas de sublevação. Na África oriental, a recente penetração do capital mundial impulsiona a população local a resistir ativamente ao imperialismo.

Fonte: *Revista Princípios*, outubro de 1984.

³¹⁸ Otto Huiswoud (1893 - 1961) nasceu no Suriname. Neto de escravos, mudou-se para os Estados Unidos em 1912, onde trabalhou inicialmente no comércio de produtos tropicais e depois na imprensa, no Harlem. Após sua chegada aos Estados Unidos, Huiswoud se envolveu com organizações socialistas que promoviam reivindicações de cunho racial.

³¹⁹ Claude McKay (1889 –1948) tinha origem jamaicana e desempenhou papel de destaque durante a Harlem Renaissance. Escritor e poeta, McKay, se tornou próximo do comunismo ainda jovem, mas nunca se filiou ao PCUSA.

³²⁰ A íntegra do discurso foi publicada em *Bulletin of the IV Congress of the Communist International*, nº. 22, 2 dezembro de 1922, p. 17-23.

³²¹ O texto integral da tese aprovada no IV Congresso da IC foi publicado na *Revista Princípios* de outubro de 1984.

A atuação de negros americanos foi fundamental para a formulação das teses introduzidas nas resoluções do IV Congresso da IC, o que influenciou os diversos partidos comunistas ao redor do mundo. Nos anos seguintes, e até a extinção da IC em 1944, é possível perceber a predominância da interpretação dos negros americanos na forma como a Internacional Comunista tratou o tema³²².

George Fredrickson, em seu livro *Black Liberation*, trata do processo que culminou na centralidade dos Estados Unidos em assuntos relacionados aos negros no Partido Comunista Internacional. Segundo o autor, o PC partia do princípio que os negros estadunidenses “eram mais ‘avançados’ que negros nas áreas coloniais” (FREDRICKSON, 2005, p. 190). Caberia portanto, aos negros dos Estados Unidos o papel de expandir o comunismo não só em seu país, mas também em outros países com população negra no mundo, tornando-se “agentes da revolução em outros lugares da diáspora africana e até mesmo na África” (idem). Uma das principais referências utilizadas no discurso sobre a superioridade do negro nos Estados Unidos era a sua inserção como trabalhadores na indústria no Pós- Primeira Guerra. Além disso, havia a avaliação que a organização política negra no país despertava a atenção, um “espírito de rebelião” que poderia ser substrato para a “revolução”³²³.

No texto das *Teses sobre a questão negra*, a IC comprometeu-se em contribuir para a organização dos negros em todo o mundo. Além desse compromisso, o texto apresentou quatro pontos com tarefas práticas a ser desempenhadas imediatamente pelos partidos da Internacional:

A Internacional Comunista, que representa os operários e camponeses revolucionários de todo o mundo em sua luta por derrotar o imperialismo, a Internacional Comunista, que não é somente a organização dos trabalhadores brancos da Europa e América, mas também a dos povos de cor oprimidos, considera que é seu dever acolher e ajudar à organização internacional do povo negro em sua luta contra o inimigo comum.
[...]

³²² A literatura que trata da relação do Partido Comunista nos Estados Unidos e a população negra no país é bastante extensa, com abordagens voltadas para diversos aspectos. Sem a pretensão de esgotar todos os pontos de análise das pesquisas, aponto a relevância dos seguintes trabalhos: Naison (2005) trata dos comunistas no Harlem durante a depressão, apresenta também um quadro de como se deu a relação entre os comunistas negros e outras organizações negras, principalmente durante a década de 1920. Uma análise documental da relação entre negros e comunismo foi feita no livro editado por Foner e Allen (1987). A trajetória de um negro americano dentro do PC foi reconstruída em profundidade por Haywood (1978) em sua autobiografia.

³²³ Fredrickson explica que houve um percurso de mais de 20 anos dentro do pensamento socialista estadunidense para que chegassem às formulações de 1922. O autor explicou que “em 1901, Eugene Debs, líder do Partido Socialista Americano defendeu que este não tinha nada de especial para os negros, pois o socialismo não poderia fazer ofertas especiais para todas as raças”. E concluiu: “O Partido Socialista é o partido de toda classe trabalhadoras, independente da cor” (FREDRICKSON, 2005, p. 188). Somente com a revisão da doutrina marxista feita por Lênin, e após a experiência do comunismo na Rússia, houve incentivos para o surgimento de novas maneiras de pensar raça, etnia e nacionalidade. Naquele momento, então, os comunistas estavam aptos para ir além do ‘nada de especial para oferecer’ ou de outras abordagens completamente segregacionistas dos socialistas de antes da guerra.

I - O 4º Congresso reconhece a necessidade de manter toda forma de movimento negro que tenha por objetivo enterrar e enfraquecer o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração.

II - A Internacional Comunista lutará para assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.

III - A Internacional Comunista utilizará todos os meios a seu alcance para fazer com que as trade-unions admitam os trabalhadores negros em suas fileiras. Nos lugares onde estes têm o direito nominal de afiliar-se às trade-unions, realizará propaganda especial para atraí-los. Se não o conseguir, organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará particularmente a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-los.

IV - A Internacional Comunista preparará imediatamente um Congresso ou uma Conferência geral de negros em Moscou³²⁴.

As teses sobre a questão do negro foram alteradas somente no VI Congresso da IC, entre julho e setembro de 1928. Esse Congresso decretou a mudança de estratégia da IC em sua orientação política, que passou a preconizar a máxima de “classe contra classe”³²⁵. Naquele período, estava em processo a “primeira inflexão stalinista” (ANTUNES, 1995), marcada pela lógica de uniformização do modelo de revolução³²⁶. Com a nova orientação política, a IC passou a recomendar aos PCs em todo o mundo que, em vez de utilizar a tática de frente única e coalisão aliancista com progressistas, passassem desempenhar papel de liderança na revolução, que deveria ser realizada prioritariamente por operários.

Segundo a avaliação da IC durante o Congresso de 1928, o Brasil estava entre os países independentes, mas com situação política, econômica e social muito próxima das semicolônias, e precisava formar um Governo Operário e Camponês³²⁷. O PCB deveria ser o condutor de todas as etapas do processo, baseando sua liderança na aliança entre operários e camponeses. A nova orientação também restringia acordos com a pequena-burguesia. Essa nova resolução da IC trouxe muitas dificuldades ao PCB, culminando na substituição da quase totalidade de seu quadro dirigente nacional nos anos seguintes.

Antes de tratar mais detidamente da mudança de posicionamento político adotado a partir do VI Congresso da IC, e de como esta afetou a organização do PCB e obrigou o partido

³²⁴ A Conferência que aparece na proposta nunca chegou a acontecer (FONER e ALLEN, 1987).

³²⁵ A nova posição da IC modificou intensamente as resoluções do V Congresso, realizado em 1924. A posição anterior era do incentivo a formação de uma política de alianças para os países coloniais e semicoloniais, intitulada bloco das quatro classes - formado pelo proletariado, por camponeses, pela intelectualidade pequeno-burguesa e por democratas urbanos - baseada em modelos de alianças que o PC desenvolveu na Inglaterra e na China.

³²⁶ Claudin informou que: “A teoria do socialismo num só país se converte em doutrina oficial da IC (uma vez que o trotskismo foi posto para fora da lei na União Soviética e nos partidos comunistas de todos os países) e passa a ser o princípio diretor da concepção da revolução mundial formulada no programa aprovado no VI Congresso”. (CLAUDIN apud ANTUNES, 1995).

³²⁷ “Nestes países, a luta contra o feudalismo, contra formas de exploração pré-capitalistas, a busca constante da revolução camponesa e a luta contra o imperialismo estrangeiro e independência nacional são de importância decisiva. Aqui, a transição para a ditadura do proletariado será possível somente através de uma série de etapas preparatórias, e como o resultado de todo um período de transformação da democracia-burguesa em revolução socialista” (Programme of the Communist International Adopted at its Sixth Congress, In: DEGRAS, 1959).

a modificar seu posicionamento em relação à questão racial, irei dedicar certa atenção às resoluções aprovadas sobre a questão do negro durante o Congresso.

Após as teses de 1922, o interesse da IC sobre a questão negra cresceu, especialmente os assuntos relacionados a acontecimentos nos Estados Unidos. O Comitê Executivo da IC (Komintern) enviou, nos seis anos entre a realização do IV e do VI Congresso, dezenove resoluções e documentos específicos para o PCUSA a respeito dos negros nos Estados Unidos (DEGRAS, 1959, p. 564)³²⁸. Além de pressionar os PCs nacionais, o Comitê Executivo da IC passou a promover a ida de comunistas negros a Moscou para “treinamento especial” na Universidade Comunista dos Trabalhadores do Oriente (FREDRICKSON, 2005)

A grande mudança adotada pela IC em 1928 foi a introdução de políticas diferenciadas por país, atendendo ao percentual de negros na população. Assim, passou-se a compreender a população negra em alguns países não como uma minoria oprimida, como ficou determinado nas resoluções da IC de 1922, mas como uma nação oprimida. Essa mudança de perspectiva determinava que, nos países com significativo contingente populacional de negros e que tivessem situações de conflito, a reivindicação por autodeterminação deveria ser a principal bandeira comunista para tratar da “questão negra”.

A comissão que trabalhou na formulação da “questão negra” para o VI Congresso da IC foi formada no ano anterior a sua realização, em 1927, e presidida pelo próprio Stalin, líder da União Soviética, e por Bukharin, então presidente do Comitê Executivo da IC (FREDRICKSON, 1995)³²⁹.

No conjunto das resoluções do VI Congresso, a “questão negra” era parte integrante das *teses sobre o movimento revolucionário em países coloniais e semicoloniais*, e estava entre as tarefas de ordem imediata. A divisão da população negra em regiões, que já tinha sido indicada no IV Congresso, foi reelaborada e apresentada com mais detalhes. Além de definir as regiões, a III IC determinou o tratamento específico que deveria ser dado a cada uma delas, vinculando-as sempre à luta contra o imperialismo³³⁰. Chadarevian (2006) chamou à atenção para a mudança de percepção de quais condicionantes teriam implicado ao negro uma posição subordinada na sociedade. Antes, os negros eram interpretados pela IC como vítimas do capitalismo, tanto

³²⁸ Segundo um militante, não identificado no livro *The Communist International*, a despeito da demonstração de interesse da IC sobre a questão, o partido dos Estados Unidos não havia demonstrado qualquer intenção em discutir o assunto. O Comitê Executivo da IC também enviava resoluções e outros documentos para PCs de outros países. Pedro Chadarevian (2006) descreveu o caso de uma carta recebida, em 1923, pelo PCB com um questionário sobre o negro no Brasil. O secretário geral do Partido respondeu que havia negros no Brasil, mas que não havia uma questão negra específica no país.

³²⁹ A maior parte dos integrantes da Comissão da Questão Negra era formada por estadunidenses e sul-africanos. Não encontrei registro da participação de brasileiros.

³³⁰ O texto integral da resolução do VI Congresso está disponível no Anexo B.1.

quanto brancos. A partir do VI Congresso, começa a ser elaborada uma interpretação comunista sobre a existência de um mecanismo particular, que atingia a população negra em todas as partes do mundo.

Após nova definição sobre a questão negra adotada no IV Congresso da IC, a Comissão foi mantida e trabalhou na elaboração de uma resolução posteriormente aprovada pelo secretariado político da IC e publicada em 26 de outubro de 1928. A resolução tratava basicamente da situação do negro estadunidense, apesar de projetar ações diferentes para três tipos de situações vivenciadas pelos negros no mundo. Novamente, a justificativa apresentada foi que a “questão negra” nos Estados Unidos poderia ser um modelo para o resto do mundo.

A questão negra nos Estados Unidos deve ser tratada em sua relação com questões negras e lutas em outras partes do mundo. A raça negra em todos os lugares é uma raça oprimida. Quer se trate de uma minoria (U.S.A. etc), maioria (África do Sul) ou de um chamado Estado independente (Libéria etc), os negros são oprimidos pelo imperialismo. Assim, um laço comum de interesse será estabelecido pela luta revolucionária da raça e da libertação nacional do domínio imperialista sobre os negros em várias partes do mundo. Um forte movimento negro revolucionário nos EUA será capaz de influenciar e dirigir o movimento revolucionário em todas as partes do mundo onde há negros³³¹.

Na resolução a IC deposita grande expectativa nos negros, pelo menos naqueles que estavam nos Estados Unidos, que seriam os agentes revolucionários na luta de classe. Assim, os negros teriam dupla função, a libertação negra e a luta proletária.

A classe operária Negra chegou a um estágio de desenvolvimento que a permite, se devidamente organizada e bem conduzida, cumprir com sucesso uma dupla missão histórica: (a) desempenhar um papel importante na luta de classes contra o imperialismo americano como uma parte significativa da classe trabalhadora americana; e (b) liderar o movimento das massas oprimidas da população negra³³².

Naquele momento, o objetivo do Komintern era atrair lideranças do já existente movimento por autodeterminação dos negros nos Estados Unidos para o comunismo e depois passar ao Partido Comunista dos Estados Unidos a liderança total do movimento³³³.

³³¹ Extracts from an Ecce Resolution on the Negro Question. In: DEGRAS, 1959, p.555, tradução minha.

³³² Ibid. p.552, tradução minha.

³³³ O diferencial do movimento por autodeterminação do PCUSA de outros grupos que defendiam a autodeterminação negra nos Estados Unidos naquele período era a demanda por independência política para negros dentro do território dos Estados Unidos. Segundo o pensamento comunista, a região conhecida como *Black Belt*, que ia da parte central do Alabama até o norte do Mississípi, poderia ser compreendida como uma nação oprimida. Sobre os envolvidos e o processo de construção da formulação sobre autodeterminação comunista ver Haywood, 1978. O termo *black belt* surgiu no século XIX nos Estados Unidos, sobre o assunto ver Karen E. Fields, Barbara J. Fields, *Racecraft: The Soul of Inequality in American Life*. London: Verso Books, 2012, especialmente o capítulo 5: *Origins of the New South and the Negro Question*; e Phillips, Ulrich B. *The Origin and Growth of the Southern Black Belts*. *American Historical Review*, 11 (July, 1906), p. 798-816.

Certamente, as resoluções sobre a questão negra do VI Congresso da IC, em 1928, e a tarefa que foi determinada para as lideranças negras do PCUSA eram bastante arrojadas. Isso porque, em 1928, o PCUSA não tinha mais do que 50 membros negros (Allen, 2000, p.18; Degras, 1959, p.552); enquanto isso, no mesmo período, a Universal Negro Improvement Association and African Communities League (UNIA), liderada por Marcus Garvey³³⁴, alcançava milhões de adeptos.

A favor das pretensões da IC estava uma crise iniciada na UNIA em 1927, depois de ocorrida a deportação de Garvey para a Jamaica³³⁵. A avaliação dos comunistas era de que o PCUSA deveria disputar a liderança do movimento pela demanda por autodeterminação negra, aproveitando-se do já demonstrado poder de mobilização da comunidade negra naquele país.

Para realizar essa tarefa, o Partido Comunista deve liderar o movimento pelo direito da raça negra oprimida pela emancipação integral. Enquanto prosseguir e intensificar a luta sob o slogan de pleno desenvolvimento social e político de igualdade para os negros, que pode se torna o lema central do nosso Partido para o trabalho entre as massas, o partido deve sair abertamente e sem reservas pelo direito de negros a autodeterminação nacional nos estados do sul, onde formam uma maioria da população. A luta pela igualdade de direitos e o slogan da autodeterminação devem estar vinculados às demandas econômicas das massas negras³³⁶.

A organização em torno da autodeterminação não seria uma tarefa para os comunistas negros nos Estados Unidos, muitos deles contrários a esse tipo de reivindicação. A experiência de mobilização do comunismo negro nos Estados Unidos teve seus primeiros registros com o surgimento da African Blood Brotherhood, uma organização secreta, fundada em 1919, que tinha bandeiras como “self-defense”, “race pride” e “self-determination”³³⁷. Entretanto, essa organização se desarticulou depois de um curto período de existência. Depois dessa organização, a maioria dos militantes, que continuaram a atuar no PCUSA, passou a ter posição contrária a luta por autodeterminação (FREDRICKSON, 2005).

Diferente da atuação de membros do PCUSA, entre 1922 e 1928, não localizei qualquer dado sobre o PCB que indicasse a existência de uma organização específica para a mobilização

³³⁴ Marcus Garvey (1887-1940) nasceu na Jamaica, o mais novo de 11 filhos. Garvey fundou a Universal Negro Improvement Association (UNIA), em 1914. Em 1916, Garvey mudou-se para o Harlem, em Nova York, e transferia a UNIA para seu novo local de moradia. Nos Estados Unidos Garvey alcançou milhares de negros com um discurso em torno da elevação do orgulho da raça e o retorno para a África, a terra ancestral.

³³⁵ O relato sobre como a prisão de Garvey afetou seus seguidores aparece na fala do ativista da UNIA, Samuel Haynes. Este escreveu em 14 janeiro de 1928, na edição do jornal Negro World: “Garvey, vivo ou morto, é o nosso patrão santo, nosso líder supremo e conselheiro, e nem o canhão do ódio nem o chicote do preconceito pode nos desviar da nossa lealdade a ele e ao grande ideal do nacionalismo Africano” (HILL, 1990).

³³⁶ Extracts from an ecci resolution on the Negro Question. In: DEGRAS, 1959, p.553, tradução minha.

³³⁷ A African Blood Brotherhood defendia o direito de auto determinação apenas em países onde o negro era a maioria.

da população negra. Entretanto, a ausência de registros de mobilização não significa o mesmo que total alienação do debate. Especialmente porque os representantes do PCB no VI Congresso da III IC estavam presentes no espaço onde se deram os debates sobre a Questão Negra. Como já mencionei, a questão do negro foi debatida durante o VI Congresso em uma subcomissão interna à comissão sobre o Movimento Revolucionário nas Colônias e Semicolônias. Na mesma comissão, aconteceu o fórum de debates sobre o Brasil e outros países da América Latina. Foi exatamente naquele Congresso que se elaborou pela primeira vez um conteúdo com resoluções específicas e estratégias para os partidos comunistas da região.

Antes de 1928 havia, entre os representantes dos partidos comunistas da América Latina, muito descontentamento por ter sido “esquecida” pelo Comitê Executivo da IC até aquele momento³³⁸. Os representantes escolhidos pelo PCB para participar do VI Congresso foram Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e Heitor Ferreira Lima. Dentre a participação dos três representantes, a que gerou mais polêmica foi, sem dúvida, a de Lacerda, com um discurso contundente em que contestava a afirmação de Bukharin, de que somente após o interesse da IC, o movimento comunista passou a se desenvolver na América Latina. Segue trecho da fala de Lacerda durante o VI Congresso:

As delegações latino-americanas acreditam, como o camarada Bukharin, que o movimento comunista englobe América Latina? É exatamente o oposto. Esta é a primeira vez que a Internacional Comunista se ocupa seriamente ou começa a se preocupar seriamente do movimento proletário na América Latina ou do movimento comunista na América Latina; é necessário que a IC continue sua tarefa neste ponto, que ela também concentre sua atenção sobre esta parte do continente americano que desempenha um papel importante na luta internacional do proletariado³³⁹.

Especificamente sobre a questão racial no Brasil, a delegação do PCB no VI Congresso abordou o tema apenas quando fez referência aos grupos que compunham a população brasileira, assim como aconteceu durante o IV Congresso da IC.

³³⁸ Até o V Congresso da IC os problemas relativos aos países coloniais ou neocoloniais eram determinados pelo que se passava na Ásia (ZAIDAN, 1988). Até 1925, os assuntos referentes a América Latina eram discutidos no Secretariado Latino da Internacional, com sede na França. O Secretariado ficava incumbido de todos os países de língua latina, países como França, Itália eram os que tinham mais destaque nas discussões. Em 1926 foi formado o Secretariado Sul Americano da Internacional, subordinado ao Secretariado Latino, com sede em Buenos Aires. Mesmo contando com a publicação quinzenal seu imprenso oficial, a revista *La Correspondencia Sudamericana*, o Secretariado teve muitas dificuldades de funcionar de forma orgânica, principalmente por conta de instabilidades políticas na Argentina. Em 1930, depois da instauração de uma ditadura militar na Argentina, o Secretariado foi transferido para Montevidéu e passou a se chamar Bureau Sul-Americano.

³³⁹ LACERDA, F. El Frente popular antiimperialista en Brasil. CONGRESO DA INTERNACIONAL COMUNISTA, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

A população do Brasil se elevou, em 1926, para 36.870.900 habitantes. As raças que habitam o país são: a raça branca, em torno de 35% da população total; a negra, cerca de 7 a 8% da população; a raça indígena, entre a população de 3 a 4%. O restante da população é formado de uma mistura das raças branca, negra e indígena. Na parte Norte, a população se formou, em grande parte, pela mistura de brancos, negros e indígenas; nas partes leste e central, de Pernambuco ao Rio de Janeiro, se encontra uma grande quantidade de negros. Do Rio ao Sul, a população é quase toda branca. No interior do país, especialmente no norte e no oeste, ainda existem tribos indígenas selvagens, mas elas são pouco importantes. O governo formou uma comissão com objetivo de civiliza-los, mas tem feito pouco ou nada sobre isso. A maioria desses índios, abandonou sua forma de vida primitiva nas garras dos missionários católicos, que se alocaram próximos a locais onde vivem esses indígenas³⁴⁰.

No Congresso de 1928, em vez de associado à cultura política e com argumentos demográficos - como foi feito no Congresso de 1922 - o tema racial apareceu vinculado à questão econômica. A associação entre as questões racial e econômica condiz mais com a forma como o assunto era tratado pela IC. Entretanto, a permanência de negros (e índios) entre os mais pobres foi apenas mencionada e não articulada no contexto de luta de classes ou de revolução comunista. Chama a atenção o uso recorrente de números precisos para tratar tanto dos percentuais raciais da população quanto da divisão do trabalho no país.

Economicamente e politicamente a raça branca tem predominância. A burguesia se compõe de brancos ou de mestiços. Negros e índios são bastante raros entre a burguesia.

Do ponto de vista econômico, a população total do Brasil pode ser dividida aproximadamente da seguinte forma: os grandes proprietários: 2-3 mil; burguesia industrial: 20-30 mil; pequenos proprietários: 470 mil - Trabalhadores na Agricultura 10 milhões; pequena burguesia comercial, intelectual e funcionários [públicos]: 7 a 8 milhões; proletariado urbano: 1 milhão e 500 mil dos quais 469 mil são trabalhadores industriais. O resto da população é constituída por pessoas sem ocupação identificada como algumas das mulheres e crianças³⁴¹.

A relativa autonomia na adaptação da linha política da IC para a realidade brasileira que o PCB possuía, passou a ser restringida a partir do VI Congresso. O processo de stalinização do comunismo brasileiro, como chama a atenção Quartim de Moraes (1991), foi marcado por um crescente controle político e ideológico³⁴².

³⁴⁰ Rapport sur la situation du Brésil au VI Congrès, 1928, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgar Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³⁴¹ Id.

³⁴² Segundo Quartim: “Se é clara e indiscutível a natureza terrorista da ditadura staliniana na União Soviética, sua capacidade coercitiva variou, no plano internacional, na razão inversa de sua distância [...] O comunismo latino-americano, inclusive o brasileiro, escapou a esse controle policial-terrorista não apenas devido à distância geográfica que o separava do centro moscovita, mas também por sua posição periférica relativamente ao próprio movimento revolucionário dos povos oprimidos pelo imperialismo, cujo epicentro se situava na Ásia, notadamente na China (QUARTIM DE MORAES, 1991, p. 69-70).

4.1.2 A pressão sobre o PCB para introdução da “questão negra”, a partir de 1928

Mesmo com o aumento das resoluções direcionadas especificamente aos países da América Latina no VI Congresso, ficou patente que, no que concernia à questão negra, o Comitê Executivo continuava a demonstrar ter mais interesse em concentrar suas atenções nos Estados Unidos. Ainda assim, o PCB precisou responder à resolução sobre a questão negra, que incluía o Brasil, e as outras nações latino-americanas, no conjunto das demandas dos Estados Unidos, por conta de sua configuração racial.

As alternativas para o PCB seriam de responder de forma afirmativa ao que foi determinado na resolução de 1928 ou se contrapor, usando como base a defesa de que o Brasil não poderia ser associado aos Estados Unidos no tocante à questão racial, apresentando especificidades nacionais.

Os Partidos Comunistas da América Latina decidiram construir uma resposta para a resolução do VI Congresso sobre a Questão Negra de forma conjunta, durante a I Conferência Comunista da América Latina, ocorrida de 1 a 12 de junho de 1929, na Argentina.

Participaram da Conferência os partidos comunistas da Argentina, Brasil, Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Também estiveram presentes delegados da Internacional Comunista, delegados da Internacional da Juventude Comunista, do Partido Comunista dos Estados Unidos, do Partido Comunista da França, do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista (SSA) e o Secretariado Sul Americano da Internacional da Juventude Comunista (DEL ROIO, 1990)³⁴³.

Na Conferência foram discutidos de dez pontos, com destaque para os seguintes assuntos: a situação internacional da América Latina e o perigo de guerra; a luta anti-imperialista e os problemas táticos dos Partidos Comunista da América Latina; a questão camponesa e o problema das raças na América Latina. Na discussão sobre raças, a delegação peruana dominou a maior parte dos debates e submeteu uma proposta de tese, escrita por José Carlos Mariátegui³⁴⁴, reivindicando a reformulação das resoluções para a América Latina,

³⁴³ Dos partidos citados, alguns eram considerados como “simpatizantes” da IC outros estavam em processo de adaptação à estrutura de política comunista.

³⁴⁴ Nascido em 1894, no Peru, José Carlos Mariátegui trabalhou com jornalismo até 1919. Considerado um dos maiores pensadores da América Latina, Mariátegui participou da fundação do Partido Socialista Peruano, em 1928. O Partido Socialista Peruano passou a integrar a Internacional Comunista. Dentro do movimento comunista,

incluindo a população indígena. Um delegado do PC do Peru ficou responsável pela relatoria das sessões que discutiram o problema das raças na América Latina. Outros dois delegados, um de Cuba e outro do Brasil, foram indicados como correlatares. O delegado do PCB escolhido foi Leôncio Basbaum, então secretário geral do partido³⁴⁵.

Durante os debates, Basbaum também fez uma intervenção, iniciada com uma ponderação a respeito da escolha das delegações que ficariam responsáveis por introduzir a problemática:

O problema das raças na América Latina é um assunto de fundamental importância e isto se verifica através das teses que apresentaram os companheiros da delegação peruana. Estou certo que o Secretariado Sul Americano confiou a um companheiro do Peru a elaboração destas teses, devido ao fato que o Peru é um dos países latino americanos em que o chamado problema “do índio” se apresenta com maior agudez. Estou seguro também que se um cubano e um brasileiro foram encarregados de tratar desta questão no decorrer destes debates, isso se deve a existência da raça negra em seus respectivos países³⁴⁶.

O pronunciamento de Basbaum é a primeira declaração pública do PCB consistente e específica a respeito das relações raciais no Brasil³⁴⁷, dedicada a apresentar a posição do partido no Brasil sobre o assunto e relacioná-lo a temas centrais para o comunismo. Seguem abaixo trechos com alguns dos principais argumentos da comunicação feita por Basbaum:

defendia que os povos indígenas da América Latina deveriam passar a ter um papel ativo na luta revolucionária, inclusive de liderança desta (MARIÁTEGUI, 2005). Mariátegui faleceu em 1930, dessa forma, apesar das propostas inovadoras, as ideias de Mariátegui e sua influência nos rumos da política na América Latina foram perdendo influência após seu desaparecimento.

³⁴⁵ Leôncio Basbaum nasceu em Recife, em 1907, filho de imigrantes judeus da Moldávia. Basbaum ingressou no PCB em 1925. Em 1927 foi indicado como Secretário Geral da recém-funda Juventude Comunista Brasileira (JCB), tornando-se editor do jornal *O Jovem Proletário*. Antes da participação na I Conferência Comunista da América Latina, Basbaum já havia sido indicado para representar o PCB, junto com outras lideranças, no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Além de Basbaum, a delegação brasileira era composta por Cassini e Gubinelli.

³⁴⁶ Discurso de Leôncio Basbaum, publicado em *El Movimiento Revolucionario Latino Americano*, 1929, tradução minha.

³⁴⁷ Naquele período, o PCB não tinha muito sucesso em circular as ideias e análise do partido acerca da realidade brasileira. A única referência teórica para a interpretação comunista da realidade nacional no período era o livro de Octávio Brandão (com o pseudônimo Fritz Mayer), *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil-1924*, publicado em 1926. Outra via de divulgação de ideias, a publicação de instrumentos de imprensa, não vinha sendo feita com muito êxito. Publicações comunistas sofriam constante repressão, muitas vezes sendo extintas, como no caso da revista *Movimento* (1922-1923), ou passavam por proibição como o jornal *A Classe Operária*, que deixou de circular entre os anos de 1925 e 1928. Quando ressurgiu, em 1928, *A Classe Operária* se torna órgão oficial do PCB.

Quadro 17 - Discurso de Leôncio Basbaum durante a I Conferência Comunista da América Latina, 1929.

O preconceito de cor

A questão de raças, nos termos como ela se apresenta nos Estados Unidos, não existe entre os latino americanos. O cruzamento de raças tem sido incessante desde que estas se puseram em contato, e por regra geral, a miséria econômica e a opressão política nivelam os trabalhadores brancos e negros.

O negro no Brasil

Grande parte da população do litoral brasileiro é composta por mulatos. O tipo negro puro é muito raro atualmente. O cruzamento se faz cada dia mais intensamente, produzindo tipos cada vez mais claros, já que imigrantes negros não vêm ao país há mais de meio século. **O preconceito contra o negro atinge características de proporções reduzidas. No meio do proletariado [o preconceito] não existe em absoluto. Na burguesia e em certas camadas da pequena burguesia, se percebem preconceitos.** Isso se traduz no fato de que essas esferas veem com simpatia a influência do índio nos costumes do país e com má vontade a influência do negro. Tal atitude não provém, sem dúvida, de um verdadeiro ódio de raças, como é o caso dos Estados Unidos, senão que no estrangeiro se referem ao país chamando-o depreciativamente: “país de negros”. Isto excita a vaidade patriótica do pequeno burguês que protesta, esforçando-se por demonstrar o contrário. Entretanto, é comum também encontrar esse pequeno burguês exaltando o valor de seus ascendentes africanos. Se deve fazer notar, igualmente, que muitos negros e mulatos ocupam postos elevados no seio da burguesia nacional.

Pode se deduzir pelo que foi dito que no Brasil não se poderá falar do preconceito de cor? É claro que o partido deve combatê-lo no momento que apareça, é necessária uma ação permanente e sistemática, mesmo que ele se manifeste muito raramente.

Conclusões

1. Não se pode falar, na generalidade dos países da América Latina sobre uma questão de raças semelhante a que existe nos Estados Unidos, por que entre os latino americanos o preconceito de cor não existe em pureza de verdade, senão somente em escala muito pequena.

[...]

6. A situação dos negros no Brasil não é de natureza tal que exige que nosso partido organize campanhas reivindicatórias para os negros com slogans especiais.

Fonte: *El Movimiento Revolucionario Latino Americano*, 1929, p. 294-29, tradução minha, grifos meus.

Ao afirmar categoricamente que a questão racial na América Latina é diferente da questão racial nos Estados Unidos, Basbaum atacou o pilar central das determinações sobre a questão negra, apresentadas no VI Congresso da IC, em 1928. Para o líder comunista, argumentar sobre a condição não estrutural do preconceito de cor no Brasil, ao contrário do que acontecia nos Estados Unidos, era uma garantia que o partido não precisava de nenhuma política específica para os negros no país. Dessa forma, o preconceito estaria subsumido à condição de classe dos indivíduos, pouco disseminado, ainda que presente na burguesia e inexistente entre o proletariado. Na interpretação de Basbaum, não haveria no Brasil nem uma aguda desigualdade racial, já que para ele “muitos negros e mulatos ocupam postos elevados no seio da burguesia nacional”. A única ressalva de

Basbaum foi para a existência de uma espécie de racismo cultural³⁴⁸ ou étnico, que se manifestaria nos brasileiros devido à interação com estrangeiros.

Chadarevian (2006) analisou os debates da Conferência sobre o problema racial e a repercussão da intervenção de Basbaum entre os demais delegados. Durante os debates, os pontos mais polêmicos estavam relacionados à demanda por autodeterminação para os povos oprimidos e a forma como os partidos comunistas da América Latina lidariam com as resoluções do VI Congresso da IC sobre a “questão negra” como um todo.

A postura dos delegados do Brasil, em negar a existência de um problema racial no Brasil e na América Latina, recebeu várias mais críticas. As duas delegações que demonstraram maior incômodo em relação às ideias expostas pelos representantes do PCB foram Cuba e Guatemala.

Braceras, delegado de Cuba, contrariou Basbaum e expôs sua posição, informando que em seu país a candidatura à presidência havia sido historicamente vedada a negros e que estes sofriam uma severa discriminação no mercado de trabalho³⁴⁹. A contrariedade de Braceras em relação ao que foi exposto por Basbaum em sua comunicação não se limitou somente ao que o representante brasileiro expôs e não correspondia a realidade em Cuba. O delegado cubano também fez um longo comentário sobre o Brasil em sua argumentação. Sem receio de apresentar uma posição contrária à delegação do PCB, ele apresentou informações que davam indícios sobre a existência de preconceito contra negros no Brasil. Segue trecho da fala de Braceras:

Eu também quero dizer que no Brasil, mesmo contra a informação dos companheiros do país no VI Congresso da Internacional Comunista, o problema existe. Em organizações desportivas e culturais não são permitidos homens de origem negra. Até mesmo nos sindicatos de classe existem certos preconceitos com respeito a esse problema, preconceitos contra quais todos nós devemos lutar ferozmente; mas as organizações trabalhistas já previram este preconceito e estabelecem que pode entrar nas fileiras dos sindicatos todo trabalhador, de cor, religião ou convicções políticas que seja.

Nota-se esse preconceito de forma mais acentuada na classe média e o perigo de nosso movimento é que a classe de trabalhadores se contagie com este flagelo. Não é a situação, por exemplo, a mesma que observamos nos Estados Unidos, mas o problema existe em todos seus caracteres³⁵⁰.

³⁴⁸ Sobre racismo cultural e representação nacional, ver: GILROY, Paul. *There Ain't No Black in the Union Jack': The Cultural Politics of Race and Nation*. Chicago: Chicago University Press, 1987.

³⁴⁹ Chadarevian (2006) explicou que Cuba fugia a regra dos Partidos da América Latina com relação à questão racial: “Não por forma manifesta problema racial, mas sim pelo modo como o Partido Comunista do país colocou o problema. [No PC de Cuba] o interesse na questão dos negros foi bastante precoce, nasceu a partir da análise dos fundadores do partido” (CHADAREVIAN, 2006, p. 117).

³⁵⁰ *El Movimiento Revolucionario Latino Americano*, 1929, p. 302, tradução minha.

4.1.3 A “questão negra” em debate no Secretariado Sul Americano

Depois do VI Congresso da IC e da I Conferência Comunista Latino Americana, a “questão brasileira” foi posta em debate pela Internacional Comunista. Naquele mesmo período, a liderança do PCB começou a ser alvo de duras críticas do Secretariado Sul Americano (SSA), pela forma como o partido vinha sendo gerenciado. Logo após o fim da Conferência na Argentina, o Secretariado se reuniu com a delegação brasileira para discutir questões de orientação. A reunião girou em torno da sucessão presidencial brasileira e da possível indicação de um candidato para o pleito, que ocorreria em 1930³⁵¹.

Sem gozar de direitos políticos para participar das eleições, o PCB havia criado, em 1927, o Bloco Operário e Camponês (BOC), como uma proposta de coalizão, apenas com vista eleitoral. O BOC era composto por organizações sindicais e outras associações, geralmente lideradas consideradas pela IC como reformistas³⁵². O Bloco Operário naquele momento já havia participado de duas eleições, a primeira em fevereiro de 1927 e outra em outubro de 1928. Nesta última, teve sucesso ao eleger dois intendentes (correspondente ao cargo de vereador), Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

A maior parte das críticas feitas ao PCB durante as reuniões residia no fato de os dirigentes do Partido resistirem em seguir algumas resoluções do VI Congresso da IC, especialmente no que concernia à indicação para rompimento de alianças com grupos que não fossem de orientação exclusivamente operária ou camponesa. Esse tipo de aliança, que reunia setores da burguesia e do operariado, era o fundamento do BOC, que havia se tornado o maior veículo de visibilidade dos comunistas na cena política do país. O sucesso do BOC era visto com apreensão pelo Secretariado Sul Americano, especialmente por ser às vezes confundido com o PCB, o que poderia conduzir à substituição do Partido pelo Bloco³⁵³.

³⁵¹ A leitura das atas das reuniões permite perceber que o PCB queria lançar a candidatura de Luiz Carlos Prestes à presidência, mas com sua recusa, o escolhido foi Minervino de Oliveira, líder marmorista e secretário-geral da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), criada em 1929. Minervino era negro e foi o primeiro candidato operário a uma eleição presidencial no Brasil. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³⁵² A IC denominava reformistas os partidos políticos e grupos identificados como social-democratas ou socialistas. Além disso, nos países da América Latina, caracterizavam as burguesias nacionais como reformistas (HENN, 2012)

³⁵³ Segundo Del Roio (1988): “A conjuntura política havia criado para o BOC duas funções que tendiam a se confundir: o de organizador da frente única das massas, proponente de alianças sociais e políticas e faxe legal do PCB; nessa confusão o BOC poderia limitar-se a ser um organismo eleitoral no qual o PCB se diluiria, caso a direção do BOC escorregasse das mãos dos comunistas” (DEL ROIO, 1988, p. 87)

Durante reunião realizada em 15 de junho de 1929, Victorio Codovilla, dirigente do PC da Argentina e representante do SSA, apontou fraquezas da direção do PCB por sua incapacidade de recrutamento e no grande investimento depositado no BOC.

Desde o ano de 1925 o partido está paralisado com respeito ao recrutamento de afiliados: podemos ver que naquele ano tinha aproximadamente 750 afiliados e agora [1929] tem quase a mesma quantidade, por isso há um perigo de estancamento no partido. Não se fez uma propaganda especial para o recrutamento de afiliados novos para o partido, só se fez com relação ao BOC. O BOC tem sido o eixo da atividade do partido, substituindo muitas vezes o mesmo, o que tem sido um erro³⁵⁴.

As críticas ao PCB e as divergências entre a direção do Partido no Brasil e a IC gerou uma tensão que teve seu ápice entre 22 de outubro a 5 de novembro de 1929, na reunião da secretaria expandida para tratar de assuntos relacionados ao Brasil, em Moscou. A secretaria era composta por representantes do PCB, entre os quais estava Astrojildo Pereira, maior liderança na época; diretores do Secretariado da América Latina da Internacional Comunista; além de simpatizantes interessados nos debates, como Luiz Carlos Prestes, que na época ainda não era um membro oficial³⁵⁵.

Durante as reuniões, os temas abordados estavam relacionados a assuntos considerados urgentes, como a o papel do PCB na organização da classe operária no Brasil, as eleições presidenciais, a atuação do Partido em relação à questão agrária e a situação da questão negra no país.

O primeiro registro de discussão que encontrei sobre a questão negra no Brasil, durante reuniões do Secretariado Latino Americano em Moscou, data de 27 de outubro de 1929. Naquela ocasião, um representante do PCB, identificado apenas como Silva, argumentou que não existiam indícios suficientes de que houvesse no Brasil uma questão negra que conferisse motivos para a construção de uma política dos comunistas específica para a organização daquela parcela da população. Para Silva, os únicos convencidos da existência de uma questão

³⁵⁴ Codovilla, V. Reunion del día 15 de junio de 1929. Orden del día: QUESTION BRASILEÑA, p.4, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³⁵⁵ Dainis Karepovs (1991) analisou atas taquigráficas e conseguiu informações de que as reuniões foram chefiadas pelo Secretariado da América Latina da Internacional Comunista, que tinha como responsável o italiano Ruggero Grieco (Garlandi). Além de Astrojildo Pereira, que estava em Moscou desde abril, ocupando o cargo de membro suplente do Comitê Executivo da IC, outros membros do PCB presentes eram “o metaúrgico russo Hermann Berezin e três estudantes das escolas de formação de quadros da IC e da ISV: o alfaiate Heitor Ferreira Lima, que em 1931 se tornaria secretário geral do PCB, Carlos Augusto da Silva e o trabalhador da construção civil Russildo Magalhães”. Secretariado e convidados (entre eles Dimitri Manuilsky, um dos principais dirigentes da IC e porta-voz do Partido Comunista da União Soviética na IC). Apesar de Karepovs ter conseguido registros da presença de 29 pessoas, uma das atas trazia a informação dos membros do Comitê Expandido, responsável pelas reuniões: Garlandi, Ledo (Astrojildo Pereira), Humert-Droz, Stepanov, Guralsky, Stirner, Ramirez, Banderas, Yacobson, Michard, Léo, Martinez (Profint), Prestes, Lesof, Lounin, Griochin, Martinez (Ecole Leniniste), Looris, Silva, Perez, Kraftchinko, Tilge.

negra no Brasil não são comunistas brasileiros. Segue trecho da fala de Silva, em que pede mais esclarecimentos sobre o assunto³⁵⁶:

Agora eu vou me ater a uma pergunta que alguns companheiros fizeram, mas que ainda não foi tocada. Eu tenho uma opinião que muitos camaradas consideram equivocada. Eu, independentemente, não a julgo errada. É a questão do negro. Alguns camaradas, incluindo Humbert-Droz veem no Brasil uma questão racial entre trabalhadores brancos e negros, e o argumento que apresentam é a luta armada que ocorreu entre brancos e negros nas empresas Ford, no Pará. Eu não acho que este argumento é suficiente e é, por isso, que eu tenho dúvidas sobre a questão do negro, tanto que não há nenhum outro argumento mais convincente. Até agora, os argumentos são muito fracos e, não é por acaso, que os camaradas brasileiros têm dúvidas sobre esta questão. Quero que os companheiros aqui presentes e que conhecem exemplos mais marcantes do que este os apresentem, a fim de obter uma ideia mais precisa e mais clara desta questão³⁵⁷.

A argumentação de Silva colocou em descoberto a existência de dois grupos, um deles parece ter sido formado por dirigentes da IC que acreditavam existir uma “questão racial” no Brasil, representado pelo Secretariado Latino da Internacional Comunista, Jules Humbert-Droz³⁵⁸; o outro era composto pelos dirigentes do PCB, pouco convencidos de que a relação entre trabalhadores brancos e negros seria um assunto relevante o suficiente para orientar a política do Partido no país.

Provavelmente, Humbert-Droz formou sua opinião sobre a situação racial brasileira em uma passagem pelo país, em maio de 1929, quando viajou a bordo de um navio em direção à Montevideu. Em uma carta enviada a sua esposa Jenny, ele escreveu algumas de suas impressões:

³⁵⁶ O conflito citado por Silva parece ter relação com Fordlândia, cidade criada por Henry Ford (1863-1947) no interior do Pará, em 1927, e abandonada após o fim da Segunda Guerra Mundial. Greg Grandin escreve sobre o assunto no livro *Fordlandia: The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City*, publicado em 2010. A criação da cidade envolve várias motivações, como: a vontade da Ford Motor Company de diversificar o fornecimento de borracha para fabricação de seus automóveis; uma tentativa de aproximação do governo brasileiro, que ofereceu o acesso à área para a construção da cidade no interior da Amazônia brasileira; e uma espécie de experimento social, com a transplantação para terras brasileiras do modelo de subúrbio Americano. Elaine Lourenço (1999) dá atenção especial aos conflitos surgidos na Fordlândia, em sua tese: *Americanos e Caboclos: Encontros e Desencontros em Fordlândia e Belterra/PA*.

³⁵⁷ Intervenção de Silva, Secrétariat Latino-Américain, Commission brésilienne, 27 octobre, 1929. p. 69, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³⁵⁸ Jules Humbert-Droz (1891-1971) era dirigente do Secretariado Latino Americano e participou intensamente dos debates sobre a questão negra no Brasil durante as reuniões em Moscou. Humbert-Droz foi pastor, jornalista e ativista do movimento comunista da Suíça e membro da Internacional Comunista. Em 1921, foi eleito Secretário do Comitê Executivo da IC, quando ainda era liderado por Lênin. Suas atividades envolviam a organização e consolidação das seções comunistas dos países latinos. Entre 1921 e 1931 Humbert-Droz viveu em vários países no desempenho atividades designadas pela IC, por isso foi apelidado de “olho de Moscou” (CABALLERO, 1986, p. 158). Em 1929, Humbert-Droz participou da I Conferência Comunista da América Latina, ocorrida em junho de 1929 na cidade de Buenos Aires, o evento promoveu a discussão sobre as raças na América Latina, o que abordei em detalhes no tópico anterior.

No porto, uma multidão extraordinariamente colorida, negros, mulatos, mestiços, índios, chineses, amostra de todas as raças e misturas de raças que se possa imaginar. Ainda que não existam preconceitos de raça no Brasil segundo informações de nossos camaradas, uma coisa chama logo a atenção e se precisa, se confirma a cada passo, a cada minuto passado nesse solo. Os *coolies* brasileiros, os homens da estiva, os homens de trabalho pesado são todos homens de cor, enquanto os comissários, os contramestres, aqueles que manejam a pena e os funcionários, as mulheres bem vestidas, etc., são todos brancos. Talvez haja alguns brancos entre os primeiros e alguns negros no segundo grupo, mas isso não muda a proporção e se há exceção ela é ínfima e não faz senão confirmar a regra. (HUMBERT-DROZ, 1979)

Apesar da experiência que Humbert-Droz adquiriu em sua passagem pelo Brasil, não foi ele quem respondeu o questionamento de Silva. Outro dirigente do Secretariado Latino da Internacional Comunista, conhecido como Stepanov³⁵⁹, apresentou uma extensa resposta:

Eu começo com uma as últimas questões respondidas por Silva, a dos negros. Silva disse que ele e Ledo e todos os militantes brasileiros negam a existência da questão da forma como nós a colocamos. [Disse que] Havia negros escravagistas que viviam da venda de negros. Eles negam a existência da questão negra. Eu vejo na tese defendida pelo camarada Silva, em nome dos camaradas brasileiros, [a ideia de que havia nos negros] a tendência de "escravo".

[...]

Eu acho que há entre os camaradas brasileiros uma falsa apreciação da realidade e que eles permanecem no campo da democracia formal. Camarada Ledo nos disse que os negros podem até se tornar presidentes da república, que podem ocupar qualquer posição, ainda que vejamos que 7/8 da população no Brasil são analfabetos e a maioria destes analfabetos, se não todos, são negros. Formalmente os analfabetos não têm direitos políticos. Isso é justo? Quando vocês persistem na defesa das ideias que os negros podem se tornar presidentes da república, que não existe questão negra, eu acho que isto é perigoso. Eu nunca estive no Brasil, mas ao olhar para o que tem sido escrito por viajantes burgueses sobre o modo de vida dos diversos segmentos da população, fico impressionado com os relatos que fazem sobre a situação dos negros. A população negra era inicialmente a camada de escravos, após a abolição legal da escravidão, vive em condições de extrema pobreza³⁶⁰.

Stepanov desafiou os argumentos dos militantes do PCB resistentes em admitir a necessidade de uma política voltada para a população negra no Brasil. O dirigente do Secretariado Latino baseou sua argumentação na realidade brasileira e não fez, na ocasião, qualquer comparação com a situação de negros de outros países. O assunto em debate parecia ser exclusivamente o Brasil.

Em outro momento, Stepanov apontou qual seria, em sua opinião, a particularidade da questão negra, que não podia ser reduzida à experiência da pobreza. A peculiaridade, para ele,

³⁵⁹ O nome verdadeiro de Stepanov, também conhecido como "O Moreno", era Stoian Minev (1891-1959). Stepanov nasceu na Bulgária e foi um dos dirigentes operativos mais importantes do Komintern, apesar de nunca ter sido mencionado em um documento oficial. Dirigiu o Secretariado dos Países Latinos no Comitê Executivo da IC, também esteve encarregado do trabalho orgânico do partido mundial. (ULIANOVA e RIQUELME, 2009, p. 109; DRACHKOVITCH, 1966, p. 197-198).

³⁶⁰ Intervenção de Stepanov. Secrétariat Latino-Américain, Commission brésilienne, 27 octobre, 1929. p. 70, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

estaria ligada ao tratamento dispensado aos negros. O tipo de argumentação desenvolvida por Stepanov permite a compreensão da “questão negra” como um fenômeno identificado pela existência de discriminação racial.

Eu não posso negar que nos distritos de Berlim há uma população trabalhadora que tem uma vida muito dura e miserável, que se assemelha a dos negros, mas isso não significa que não exista uma questão negra. **Não existem negros que são constantemente insultados, que são maltratados sem parar, que são desmoralizados? Este é um fato**, e se eu soubesse que em nossas reuniões se levantaria esta questão [se existe ou não uma questão negra], eu teria trazido descrições de viajantes, escravagistas e também de escravos³⁶¹.

Apesar da grande capacidade retórica e argumentativa de Stepanov, os representantes do PCB que estavam nas reuniões realizadas em Moscou, não demonstraram estar muito convencidos sobre a pertinência da introdução de uma questão negra no movimento comunista do Brasil. Um exemplo disso foi a intervenção de Ledo³⁶², durante reunião ocorrida em 5 de novembro de 1929.

Sobre a questão dos negros, me questionaram se havia negros no partido. Nesta formulação eu acho que encontrei o sentido de toda a questão, uma vez que foi questionado pelos negros no Brasil. Aqui vemos a questão dos negros no Brasil através dos Estados Unidos. Como nos Estados Unidos tem havido e ainda há lutas ferozes entre negros e brancos, como tal, estas lutas são refletidas mais ou menos nos sindicatos e em toda parte. Acredita-se que no Brasil a mesma coisa acontece, acredita-se que, no movimento dos trabalhadores no Brasil, há também uma luta entre trabalhadores negros e brancos. Isso é completamente falso. Eu já respondi que no partido não só há um monte de negros, mas há também no Comitê Central. E se no CC do partido não há negros, não é porque que tentamos colocar os negros por serem negros, mas por serem militantes comunistas ativos³⁶³.

Se de um lado Stepanov estava certo da existência da questão negra com base na existência de discriminação racial, Ledo (Astrojildo Pereira) estava convencido de que esta não existia, exatamente porque, para ele, não haveria conflitos entre trabalhadores brancos e negros no Brasil. O argumento em torno da inexistência de conflitos raciais entre trabalhadores é o centro da argumentação de Astrojildo, mas, em alguns momentos, existem contradições em sua

³⁶¹ Id.

³⁶² O comunista apresentado durante as reuniões do Secretariado Sul Americano em Moscou como Ledo era, na verdade, a maior liderança do PCB na época, Astrojildo Pereira. Antonio Candido (1982) narra o episódio do encontro de Sergio Buarque de Holanda com Ledo em Moscou, e uma pequena confusão em torno do uso do pseudônimo por Astrojildo. Candido afirma que do encontro dos dois em Moscou “nasceu uma boa amizade para toda a vida” (CANDIDO, 1982, p. 6). Sergio Buarque esteve em Moscou entre 1929 e 1930 como jornalista, na função de correspondente de *O Jornal*, do Rio de Janeiro. Astrojildo morou em Moscou no mesmo período e trabalhava no Secretariado para a América Latina da IC.

³⁶³ Intervenção de Ledo (Astrojildo Pereira) Secrétariat Latino-Américain, Commission brésilienne, 5 de novembre de 1929. p. 46, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

formulação. Por exemplo, quando se referiu aos trabalhadores das forças armadas brasileiras admitiu a existência de discriminação racial. Mas, como compreendia que as forças armadas incorporavam indivíduos pertencentes às classes médias, associava as desigualdades raciais à condição de classe³⁶⁴.

Nas usinas, nas fábricas, os trabalhadores negros e os trabalhadores brancos fazem o mesmo trabalho, recebem os mesmos salários, têm as mesmas condições de trabalho. Também nas plantações, brancos e negros estão sob as mesmas condições econômicas e sociais.

É verdade, sem dúvida, que no exército e na marinha, por exemplo, há muitos negros e mestiços, mas que estes são muito raros entre os oficiais, que são quase todos brancos ou mestiços suficientemente... clarificados³⁶⁵.

Até o final do ciclo de reuniões para discutir a questão brasileira, realizadas entre os dirigentes do PCB e os representantes da IC em Moscou, não houve consenso sobre a questão negra. Pouco mais de um mês depois, um líder comunista venezuelano Ricardo Martinez, um dos presentes nas reuniões de 1929, apresenta um relato sobre as reuniões em que foi discutida a questão brasileira, enfatizando que a questão negra foi o maior impasse que existiu.

³⁶⁴ Outro trecho da intervenção de Astrojildo Pereira ajuda a entender a posição do dirigente do PCB sobre a relação entre luta de classes e questão racial: "Obviamente, se não há essa tradição de luta é que não há antagonismo entre negros e brancos. Atualmente no Brasil não há nenhum problema específico de negros. O que existe é uma luta de classe de trabalhadores fraternos brancos e negros contra as condições de exploração de opressão que os atinge igualmente. Quando peço prova em contrário eu ouço a concessionária Ford, e esta é a única prova concreta me foi dada a chamada luta "entre negros e brancos" no Brasil. Eu já disse que isto não prova nada: primeiramente isso é uma coisa nova, deste ano; segundo, o que é mais importante é que os trabalhadores que anteriormente estavam na Ford e eram contrários que a Ford importasse negros da Jamaica, não eram brancos. Entre eles, havia uma maioria de negros. Foi, portanto, uma luta entre negros e negros e não uma luta entre negros e brancos".

³⁶⁵ Intervenção de Ledo (Astrojildo Pereira) Secrétariat Latino-Américain, Commission brésilienne, 5 de novembre de 1929. p. 46, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

Quadro 18 - *Martinez: Sur La Question Bresilienne*

Algo que eu não entendo é a resistência dos camaradas Silva e Ledo sobre esta questão [negra] em cada uma das intervenções dos companheiros. Quando Humert-Droz e Stepanov citaram fatos concretos, como o conflito que surgiu nas concessões de Ford, disseram que “isso não prova que existe um problema negro no Brasil”. Eu acho que foram relatadas muitas falhas do partido brasileiro, como a questão agrária, e a atitude dos camaradas do Brasil foi totalmente diferente. [Deveriam] no mínimo, reconhecer a necessidade da questão [negra]. Nossas experiências mostram que nos Estados Unidos o mesmo acontecia em 1924, quando os companheiros não consideravam a questão do negro como uma questão importante. Stepanov lembrou que um amigo de Cuba, em 1926, simplesmente negou a existência de um problema racial no país, mas hoje, a prática mostra o contrário, e os camaradas de Cuba nos ajudam a resolver esse problema. É claro que as características da questão negra no Brasil, ou qualquer outro país da América Latina, não são as mesmas nos Estados Unidos; mas como já vimos em Cuba, muitos desses recursos são transplantados por causa da preponderância da influência que os Estados Unidos adquirem diariamente. Em Cuba, o fato é que eles [os negros] estão sendo vergonhosamente colocados à margem da sociedade.

Os negros foram traídos na América Latina, por isso eles podem ser mais intensamente explorados e este estado de coisas continua até hoje. Em todos os países da América Latina, vemos que os negros estão sujeitos ao trabalho mais árduo e são os mais mal pagos. A mesma questão se coloca no caráter colonial da América Latina, há três ou quatro anos, era comum camaradas não reconhecerem a característica semi-colonial em vários países da América Latina, particularmente a Argentina, Brasil e Chile. Por que negar a possibilidade de existência de uma questão [negra], que é menos, muito menos importante?

Fonte: Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas.

4.1.4 Incorporação da Questão Negra à estratégia política do PCB

Apesar das divergências nas reuniões de 1929, pouco tempo depois, ações tomadas pelo PCB indicam que houve uma revisão de posicionamento, quer seja para simplesmente atender às exigências da Internacional Comunista ou por convencimento, de fato³⁶⁶.

Em abril de 1930, o jornal *A Classe Operária* divulgou a Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira. Segundo texto publicado no jornal, a resolução foi o

³⁶⁶ O impacto que as reuniões de Moscou teve sobre os dirigentes e demais membros do PCB pode ser percebido no depoimento de Heitor Ferreira Lima, um dos presentes na ocasião: “Fomos acusados de orientar toda a tática e estratégia do PCB na espera da terceira revolta., colocando-nos desse modo a reboque da pequena burguesia; de menosprezarmos as reivindicações específicas do proletariado; de abandonarmos a questão camponesa [...]; de não cuidarmos devidamente da formação de um PCB independente, à altura das necessidades nacionais; de não nos preocuparmos com os problemas dos negros e dos índios, enfim de adotarmos uma política pequeno-burguesa, contrária ao leninismo e às recomendações da IC. Em resumo: fomos totalmente arrasados na ideologia e na ação prática que seguíamos. Tal contestação, em forma tão severa, nos deixou, a nós brasileiros, perplexos, atônitos, quase aniquilados, pois eram esforços, trabalhos e sacrifícios de tantos anos que víamos desmoronar irremediavelmente, ante nosso espanto e inconsciência, como se o mundo viesse abaixo. Foi uma espécie de desilusão. Não podíamos deixar de reconhecer, porém, que naquela análise aguda e forte havia muito de verdadeiro, embora contivesse também muito exagero” (Heitor Ferreira Lima. *Caminhos percorridos. Memórias de militância* apud KAREPOVS, 2001, p. 623-624).

“resultado de um sério exame, que se procedeu em Moscou, da situação do Brasil e do PCB”. No tópico “As tarefas imediatas do Partido Comunista do Brasil”, o último parágrafo informava que “o trabalho sistemático e sério entre os emigrados e, também, entre as raças oprimidas (negros e índios) dará igualmente ao partido a possibilidade de aumentar e de estender sua influência entre as massas” (*A Classe Operária*, 17/04/1930, p.3).

Na publicação de *A Classe Operária*, em julho de 1930, percebe-se que a população negra foi inserida entre os grupos focalizados para mobilização do Partido. No artigo intitulado “Aos trabalhadores da cidade e dos campos, a todos os explorados do Brasil”, o Bureau Político do PCB escreveu um apelo, convocando diversos grupos, chamados por eles de “massas” para uma Jornada Internacional de Mobilização, que seria realizada no dia 1º de agosto³⁶⁷.

Quadro 19 – Aos trabalhadores das cidades e dos campos, a todos os explorados do Brazil

NO DIA 1º DE AGOSTO as massas provarão que querem lutar contra os perigos da Guerra e por suas reivindicações.
 Basta de escravidão ! Viva a luta decidida e corajosa contra todos os exploradores e opressores !
 OPERÁRIOS ! – organizai comitês de luta em todas as fábricas ; organizai a frente única de todo o proletariado ; manifestai no dia 1º de agosto fazendo greves e demonstrações de rua !
 TRABALHADORES AGRICOLAS, COLONOS, PEQUENOS LAVRADORES! – organizai comitês de luta em todas as fazendas e localidades do interior ; manifestai no dia 1º de agosto contra os senhores feudais e o governo, contra a polícia e os fazendeiros; TOMAI A TERRA, recusai-vos a pagar impostos; RESISTI À POLÍCIA DOS NEGREIROS!
 SOLDADOS E MARINHEIROS! – preparai-vos para a luta; fraternizai com os trabalhadores!
TRABALHADORES NEGROS! – a vossa escravidão continua! lutai em conjunto com os demais trabalhadores contra a exploração feudal, por vossa libertação definitiva!
 ÍNDIOS – organizai-vos para reconquistar pela luta as terras que vos roubaram e para vossa completa emancipação!
 DESEMPREGADOS ! – organizai os vossos comitês de luta em todos os bairros e em todas as localidades, e manifestai juntamente com os demais trabalhadores no dia 1º de agosto
 O Bureau Político do PCB.

Fonte: *A Classe Operária*, 19 de julho de 1930, p.1. Caps lock no original, grifos meus.

³⁶⁷ No mesmo período em que foram registradas as primeiras ações do PCB no sentido de reconhecer especificidade nas demandas da população negra no Brasil, acontecia uma conferência internacional de trabalhadores negros organizada pela IC. Segundo Degras (1964), a conferência foi realizada em Hamburgo, na Alemanha e presidida James Ford (1893 – 1957), do PCUSA. Ainda segundo a autora, compareceram à conferência “negros da Nigéria, da África do Sul, Gold Coast (Gana), de Serra Leoa, Senegal, Gâmbia, Trinidad, e dos Estados Unidos”. A idéia dessa conferência foi sugerida em julho de 1929 - presumivelmente por iniciativa do Bureau Negro, criado após o Sexto Congresso da IC -, para resolver o problema da pequena conexão entre os negros comunistas de diferentes países. Até aquele período, as organizações de negros que tinham alcançado relevância internacional estavam ligadas ao Garveyismo, Panafricanismo (DEGRAS, 1964, p. 124). Um dos resultados da conferência foi a criação, em novembro de 1930, da “União de Luta pelos Direitos dos Negros”, que tinha o programa centrado na autodeterminação negra na região conhecida como *Black Belt* nos Estados Unidos.

Pouco mais de um mês após a publicação da convocação para a Jornada Internacional, *A Classe Operária* voltou a dedicar atenção aos negros brasileiros. A nota divulgada já inicia com a afirmação da existência de uma questão racial no Brasil e demonstra que houve uma mudança de perspectiva radical em relação ao que foi defendido pelo PCB em diversas situações nos anos anteriores³⁶⁸.

Quadro 20 - Pelos trabalhadores de cor (PCB)

No Brasil existe uma questão de raça. Os nossos companheiros de cor continuam oprimidos. Ide as favelas, aos casebres do Leblon e do morro da Mangueira, assisti aos trabalhadores mais penosos no Caes do Porto e no interior, e encontrareis principalmente os nossos irmãos negros.

Nos Estados Unidos, os lacaios de Ford, os protectores de Geraldo Rocha, os donos da Standard Oil instigam o linchamento dos negros. O presidente Julio Prestes, cão de fila dos banqueiros de Londres, não aceitou os marinheiros de cor a bordo do navio que o conduziu aos Estados Unidos.

Companheiros trabalhadores negros, entrai para os sindicatos revolucionários e para o Partido Comunista. Combatei os imperialistas, vossos perseguidores nos Estados Unidos, na Africa e no Brasil. Lutai pela revolução das massas oprimidas que vos há de tornar independentes.

Benedicto

Fonte: *A Classe Operária*, 27 de agosto de 1930, p.1. grifos meus

O momento promissor no PCB que permitiu a inserção da questão negra ao conjunto de questões relevantes para a realidade brasileira, aconteceu ao mesmo tempo em que um ciclo de mudanças imposto pelo Secretariado Sul Americano da IC atingiu tanto a linha política do PCB quanto suas lideranças. Os autores que se dedicam ao estudo do fenômeno denominam o processo de “virada tática” (HENN, 2012) ou “primeira inflexão stalinista” (ANTUNES, 1995), que resultou na proletarianização/obrerismo³⁶⁹.

Tenho como hipótese que o processo resultante na substituição dos dirigentes do PCB também influenciou no surgimento de tendências, que passariam a disputar interpretações sobre a realidade brasileira, inclusive sobre como proceder em relação à questão negra. Entre os

³⁶⁸ Dessa vez, apenas uma pessoa assina o texto, Benedicto. O nome é, provavelmente, uma alcunha utilizada por um membro do Partido, mas até o momento não encontrei qualquer menção ou associação com qualquer militante do PCB no período.

³⁶⁹ A proletarianização ou obrerismo é uma orientação que prega a constituição essencialmente proletária dos partidos comunistas e o afastamento de lideranças com perfil intelectual, supostamente responsáveis por seu direcionamento conservador (ou contrarrevolucionário) (HENN, 2012).

propositores das interpretações sobre a situação racial no Brasil e sua relação com outras temáticas pertinentes aos comunistas, estavam os novos dirigentes do Partido, os dirigentes afastados que permaneceram nas fileiras do PCB e outros afastados que optaram por sair do partido ou foram expulsos.

Em novembro de 1930, Astrojildo Pereira (chamado de Ledo durante as reuniões de 1929) foi destituído do cargo de secretário geral do Comitê Central do PCB e substituído por Heitor Ferreira Lima, primeiro brasileiro a participar da Escola Leninista Internacional de Moscou, onde residiu de 1927 a 1930. Na mesma reunião em que foi selada a saída de Astrojildo do Comitê Central do PCB, oficializou-se a saída de todos os dirigentes do partido considerados intelectuais de origem burguesa, ou seja, quase a totalidade foi afastada³⁷⁰.

O processo de proletarização ao qual o PCB foi submetido resultou também no de um grupo de oposição, o Grupo Comunista Lenine (GCL), formado por militantes que haviam abandonado o partido ou que tinham sido expulsos. Inicialmente o GCL denominava-se um grupo de oposição no interior do PCB, mesmo com a recusa do Partido³⁷¹. Em vista disso, para compreender melhor as mudanças de posição do comunismo no Brasil em relação à questão negra, ao longo da década de 1930, é preciso prestar atenção para a origem do discurso e os interlocutores com quem o autor, ou autores, pretendiam dialogar.

Em relação ao grupo de militantes que se manteve no PCB, a movimentação em torno da inserção da questão negra às bandeiras do partido, durante o ano de 1930, parece não ter sido considerada suficiente pelos representantes do Komintern na América Latina. Em 1931, o Bureau Sul-Americano (BSA)³⁷² divulgou um conjunto de teses sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista. Um dos tópicos do texto endereçado ao PCB foi intitulado de *O trabalho entre os negros e índios*. Apesar de endereçada a um grupo de dirigentes diferentes

³⁷⁰ Del Roio (1990) explicou que o processo de depuração da direção do PCB promoveu mais do que a modificação da composição social dos quadros dirigentes. O historiador defendeu que parte do objetivo da depuração foi a adoção de uma nova linha política. Isso porque, dois líderes operários foram também afastados, o metalúrgico José Casini e o gráfico Manoel da Silva. Além desses, outros dirigentes considerados intelectuais foram afastados, como Octávio Brandão, Leôncio Basbaum, Rodolfo Coutinho, Paulo de Lacerda e Fernando de Lacerda.

³⁷¹ Segundo Ferreira (2005), “O Grupo Comunista Lenine esboçou o que foi imediatamente o primeiro setor oposicionista de viés trotskista no Brasil, a denominada Liga Comunista Internacionalista (Bolchevique-Leninista), composta por Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Plínio Gomes de Melo, João Mateus, Benjamin Péret, Victor Azevedo Pinheiro, João da Costa Pimenta, Fúlvio Abramo, Raquel de Queiroz, Dalla Déa e outros, organizada em São Paulo em janeiro de 1931. Inicialmente a organização não pretendia um rompimento com o PCB e, de certa forma, acompanhava as expectativas de L. Trotsky, que acreditava na regenerescência do Partido Comunista Russo, do socialismo na União Soviética, no reconhecimento da necessidade de um novo trabalho por parte da IC, desde que Stálin e sua fração fossem politicamente derrotados” (FERREIRA, 2005, p. 16).

³⁷² Em 1930, o Secretariado Sul Americano da IC foi transferido de Buenos Aires para Montevidéu, a transferência foi motivada pela instauração de uma ditadura militar na Argentina. Com a transferência, o Secretariado Sul Americano passou a ser denominado de Bureau Sul-Americano.

daqueles que participaram as reuniões em Moscou, no ano de 1929, as críticas no documento eram bem semelhantes as que foram dirigidas aos representantes anteriores³⁷³. Entre as críticas, continuava a figurar a falta de interesse do PCB em atuar na organização de uma reivindicação negra no país.

No Brasil, onde em sua maioria, a população é constituída por mestiços e negros, o trabalho entre as camadas trabalhadoras mais impiamente exploradas do que as massas trabalhadoras “brancas” é uma tarefa indiscutível de cada comunista. Contudo, o Partido ainda desconhece esse trabalho. Apesar do fato de que o destino da revolução no Brasil depende, em grande parte, da atividade dessas massas oprimidas. As lutas revolucionárias da massa negra e indígena (Amazonas) têm se desenvolvido sem a participação do Partido e da margem deste.

Nas regiões onde a maioria da população é negra, estas não participam muito da vida do Partido. Não há, além disso, nenhum índio no Partido. Na direção, os negros são muito sub-representados. O Partido todo menospreza o recrutamento de trabalhadores negros e índios. Não há métodos especiais de trabalho entre essas camadas oprimidas, nem tampouco há reivindicações específicas dos trabalhadores negros e índios.

Grande parte dos camaradas não entendem o significado da participação das massas negras e indígenas no movimento revolucionário. Eles não entendem ou reconhecem a existência de problema racial no Brasil. A igualdade formal das raças, interpretam como efetiva, real³⁷⁴.

Naquele momento, os dirigentes do Bureau Sul-Americano acreditavam que o contexto brasileiro estava se modificando em função do surgimento de organizações negras que começavam a arregimentar muitos membros, entre as quais, a de maior projeção era Frente Negra Brasileira (FNB), fundada na cidade de São Paulo, em 1931³⁷⁵.

As organizações chauvinistas dos negros se estendem cada vez mais por todo o país e o Partido não assinala seu perigo para as massas de trabalhadores negros. Em toda sua existência, o PCB não tomou nenhuma medida para penetrar nos clubes e organizações culturais dos negros a fim de conquistar a massa trabalhadora que aflui a elas. O Partido não compreende que a aproximação das nossas tarefas entre as massas negras e indígenas é um dos aspectos do problema da conquista da maioria da

³⁷³ Abraham Iakovlevitch Heifetz (Guralsky) era o secretário do Bureau Sul-Americano no momento em que as teses sobre o Brasil foram divulgadas. Guralsky esteve na direção do Bureau Sul-Americano entre 1930 e 1935, nesse período morou no Brasil, no Chile e na Argentina (CABALLERO, 1986, p. 158). Em 1929, Guralsky participou do comitê estendido nas reuniões de Moscou sobre a questão brasileira realizadas.

³⁷⁴ *Teses do Bureau Sul-Americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista*, 1931. Tradução minha.

³⁷⁵ Outras organizações negras existiram em São Paulo, antes do surgimento da Frente Negra. O Centro Cívico Palmares (1926-1929) é visto como o predecessor da Frente Negra (Domingues, 2008, p. 521). Butler (1998) caracterizou Palmares como “a primeira organização ativista afrobrasileira em São Paulo (BUTLER, 1998, p. 103). No estatuto da entidade, sua missão é “zelar pelos interesses dos homens pretos, facilitando-lhe instrução physica, moral e intellectual, manter um bibliotheca, finalmente incentivar por todos os meios possíveis o gosto pelo aperfeiçoamento do negro” (Projeto de Estatuto do Centro Cívico Palmares apud LUCINDO, 2013). Dentre os envolvidos nessa organização estavam os futuros líderes da Frente Negra Brasileira, os irmãos Arlindo e Isaltino Veiga dos Santos, além de escritores e responsáveis por jornais da imprensa negra, que já existia na cidade desde a primeira década do século XX. Levine (1980) e Andrews (1991) expõem que tentativas de aproximação do PCB com a população negra e com envolvidos na mobilização paulista não foram bem sucedidas. O jornal *O Progresso*, que tinha ligação com o Centro Cívico Palmares, era partidário da visão de que a proposta comunista para a população negra não era viável, como indica um texto publicado em 1929: “Será que os sovietes realmente acreditam que os negros os negros embarcam em canoa furada?” (*O Progresso*, 24/03/1929, p.5)

população trabalhadora do Brasil. Sem a participação das massas negras e indígenas na luta, nenhuma revolução de massas é possível no Brasil³⁷⁶.

Pesquisas que analisaram a Frente Negra frequentemente associam o alcance que a entidade alcançou com a movimentação política comumente chamada de Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas à presidência do Brasil. O argumento que consubstancia as interpretações baseia-se no aumento das aspirações de parcelas da população negra por maior participação política no período. George Andrews (1991) estrutura, em linhas gerais, o contexto que propiciou o surgimento de organizações negras naquele período, com enfoque especial para o estado de São Paulo.

Assim, os afro-brasileiros se encontravam excluídos seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e a outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus. Particularmente em São Paulo, essa exclusão racial se estendia também aos vários movimentos de oposição. Embora alguns membros do movimento operário tenham feito algum esforço para atrair os afro-brasileiros, o domínio do movimento por imigrantes tendia a ter um efeito desencorajador da participação negra. (ANDREWS, 1991, p.32)

A hipótese de Andrews, sobre a possibilidade de o domínio de imigrantes ter afugentado negros do PCB, parece também ter sido aventada por Stepanov, ainda no ano de 1929, durante as reuniões realizadas em Moscou para discutir a “questão brasileira”. Para Stepanov, a imigração tinha causado maior “heterogeneidade étnica” poderia auxiliar na compreensão dos conflitos raciais no Brasil:

Eu acho que esta questão de negros não pode ser liquidada declarando que os negros têm os mesmos direitos que o resto da população. Os direitos formais? Todo mundo tem direitos formais. A questão dos negros está associada com outra questão que não se deu exatamente no mesmo período, mas que o Partido Comunista do Brasil deve examinar completamente e concretamente, porque ela também deve determinar os slogans utilizados pelo partido nas diferentes camadas da população trabalhadora: é a heterogeneidade étnica da população. No Brasil, diferente de outros países, desde 1860 houve toda uma política de imigração e sobre a base desta “política” de imigração, se produziu uma crise que continua até hoje³⁷⁷.

A dificuldade de aproximação do PCB com organizações negras recém-fundadas, flagrada tanto nas críticas do Bureau da IC quanto na citação de George Andrews, são uma demonstração da dificuldade que teve o Partido em se posicionar em meio aos acontecimentos

³⁷⁶ *Teses do Bureau Sul-Americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista*, 1931. Tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

³⁷⁷ Intervenção de Stepanov. Secrétariat Latino-Américain, Commission brésilienne, 27 octobre, 1929. p. 70, tradução minha. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.)

políticos do período. De certa forma, o PCB ficou a reboque das mobilizações deflagradas em 1930. Dulce Pandolfi chegou a afirmar que o Partido Comunista ficou “à margem do processo, por considerar uma mera quartelada pequeno-burguesa contra os interesses do proletariado” (PANDOLFI, 1995, p. 100).

A orientação do Bureau Sul-Americano para aproximação do PCB com organizações negras parece ter sido uma tarefa difícil de ser realizada no início dos anos 1930. Especialmente por causa da stalinização a que foi submetido o partido, exigindo uma mudança radical em sua estrutura, a substituição de suas lideranças e a desarticulação do Bloco Operário e Camponês³⁷⁸. Para o BSA, era fundamental que o PCB ganhasse a confiança das “massas negras e indígenas” para, assim, “organizar as lutas pela autodeterminação, pela liquidação dos privilégios dos brancos e a devolução das terras roubadas pelos colonizadores”.

Por isso, o BSA propõe a formação de comissões especiais de trabalho entre os negros e indígenas, que elaborem suas reivindicações econômicas e políticas específicas, que os impulse a participar e integrar as organizações revolucionárias do proletariado (Socorro Vermelho, Sindicatos, Partido). Essas comissões devem elaborar um plano especial de recrutamento de trabalhadores negros e indígenas para o Partido. Os melhores militantes negros, que são membros do partido, devem ingressar na direção e, por último, deve se fazer um plano concreto de formação de quadros de trabalhadores negros e indígenas capazes de realizar este trabalho entre as mas amplas massas dessas raças oprimidas³⁷⁹.

De todas as tarefas dadas pelo BSA para o PCB realizar em relação aos negros no Brasil, parece que a única levada a cabo com eficácia foi a defesa pelo direito à autodeterminação. As formulações do PCB em torno da ideia de autodeterminação foram um esforço que o Partido fez para colocar em prática as resoluções sobre a questão negra determinadas pela IC, ainda que no início tivessem sido formuladas especialmente para o contexto dos Estados Unidos. Entretanto, no caso brasileiro, as demandas não passavam de formulações genéricas e bem superficiais. Bem diferente do que o PCUSA elaborava no mesmo período em reivindicações similares. Entre os anos de 1931 e 1932 o PCUSA, em associação com a IC, promoveu diversos encontros liderados por dirigentes negros do partido no país. Como resultado desses encontros

³⁷⁸ A dependência do BOC foi uma crítica constante da direção do IC aos dirigentes do PCB após o VI Congresso da entidade, realizado em 1928. Nos anos de sua existência, foi o Bloco Operário a grande ponte entre o Partido e o movimento sindical. Para o IC manter o BOC seria muito arriscado para o PCB, que poderia passar a funcionar apenas em função da política aliancista e partidária. A política de “Classe contra Classe”, resultante da tese do “terceiro período”, que indicava o começo de um período de instabilidade no ocidente, com crescimento das lutas proletárias, com possibilidade de surgimento de contextos revolucionários. Os dirigentes do PCB foram instruídos a abandonar alianças em nome da disputa pela liderança na condução da revolução da classe operária (KAREPOVS, 2006).

³⁷⁹ *Teses do Bureau Sul-Americano sobre a situação do Brasil e as tarefas do Partido Comunista*, 1931. Tradução minha.

foi divulgada uma resolução sobre o direito de autodeterminação dos negros americanos na região que ficou conhecida como *Black Belt*³⁸⁰.

Um dos grupos que mais questionou as formulações do PCB a partir de 1930 foi a Liga Comunista, surgida a partir do grupo Comunista Lenine. A Liga tinha como tarefa desempenhar uma “Oposição de Esquerda” ao Partido Comunista no Brasil. A divulgação das ideias da Liga, formada em grande parte por militantes expulsos do PCB, era feita nas páginas do jornal *A Luta de Classe*³⁸¹. A defesa do direito de autodeterminação feita pelo Partido em favor de negros e índios no Brasil, recebeu críticas do jornal. Em 1931, a demanda foi incorporada às teses elaboradas para a Conferência Regional de São Paulo³⁸².

Nações de negros e de Índios!

Referindo-se aos negros e índios do Brasil, diz o “Bureau Regional do PCB”:

“Urge defender suas reivindicações próprias de raças mais que oprimidas. Reconhecer-lhes, aos índios e aos negros, o direito de plena autonomia, inclusive o de formarem nações independentes”

E mais adiante:

“lutemos pela sua idependência absoluta, inclusive a de formarem uma nação separada. O mesmo para as raças negras”.

É assim que a direção stalinista pretende combater os preconceitos de raça e nacionalidade. Prega abertamente a separação das raças. O louro Astrojildo e o candidato Paulo de Lacerda sentir-se-iam envergonhados de sentar, num bonde, ao lado de um trabalhador negro ou de um índio!

Os operários do Partido que verifiquem agora quem são os “traidores” e “renegados”

(*A Luta de Classe*, 31/05/1931, p. 4)

No mesmo período em que os dissidentes do Partido Comunista criticavam a linha política em defesa da autodeterminação negra e indígena no Brasil, Max Shachtman, dissidente do Partido Comunista nos Estados Unidos e associado a Oposição de Esquerda Internacional, elaborava críticas relacionadas à introdução do slogan de autodeterminação feita pela IC, a partir de 1928. Em *Communism and the Negro*³⁸³, escrito em 1933, Shachtman propôs desenvolver ideias sobre o ponto de vista da Oposição de Esquerda. Segundo ele, raça e racismo

³⁸⁰ A íntegra da resolução da IC sobre o *Black Belt* nos Estados Unidos pode ser encontrada em Jane Degras (1964, p. 129-135). Em 1932, o PCUSA lançou James W. Ford como candidato a vice-presidente, um dos responsáveis por elaborar a resolução da IC tratando detalhadamente do direito de autodeterminação na região chamada de Black Belt. Um dos principais slogans da campanha foi: “Self Determination for the Black Belt” (PHELPS, 2003).

³⁸¹ A primeira edição de *A Luta de Classes* foi publicada em 8 de maio de 1930. Nesse número, os editores explicaram que o que impulsionou o surgimento do jornal foi “o agravamento dos erros da direção do partido Comunista”. O mesmo texto prossegue mais adiante com a afirmação de que *A luta de Classe* “não visa combater o partido Comunista, porque que urge é reintegrá-lo na linha que se traçou na ocasião de sua fundação”.

³⁸² A avaliação das teses para a Conferência Regional do PCB foi feita em tom de severa crítica, às vezes quase de troça, como na passagem a seguir: “a de dificuldade de uma crítica a respeito está em não se saber por onde começar, tal é o amontoado de asneiras que, do princípio ao fim, se concentram naquele documento. Mas desejamos citar aqui as principais monstruosidades para que os operários do Partido verifiquem até que ponto podem conduzir a ignorância e a má fé da burocracia dirigente. Deixamos para mais tarde”. *A Luta de Classe*, 31/05/1931, p. 4.

³⁸³ O livro foi publicado em 2003 com mudança no título para *Race and Revolution* (SHACHTMAN, 2003).

eram constitutivos da história, sociedade e política dos Estados Unidos. Apesar de não ser possível considerar os escritos de Shachtman como a posição oficial da Oposição de Esquerda sobre a questão negra, o autor, que era um dos intelectuais do grupo, realizou o exercício de submeter as resoluções da IC sobre a questão negra a um detalhado escrutínio. Para Shachtman, o slogan por autodeterminação não era adequado, além de não ser eficiente para atrair o negro proletário. Em vez disso, o foco do comunismo deveria ser a “igualdade econômica, social e política para os negros” em relação aos brancos³⁸⁴.

No Brasil, além das diferentes interpretações sobre a ação necessária para mobilizar a população negra, outro assunto que alimentava as discordâncias entre PCB e Oposição de Esquerda envolvia a análise da “revolução de 1930”. Para os comunistas do PCB, esta era um reflexo das disputas entre os imperialismos “yankee” e inglês³⁸⁵. Já os oposicionistas acreditavam que as disputas entre frações da burguesia nacional eram mais relevantes para entender os acontecimentos que envolveram a sucessão presidencial naquele ano (ABRAMO e KAREPOVS, 1987).

A tônica dos comunistas na influência do imperialismo sobre a sociedade brasileira pode ajudar melhor a compreensão do texto publicado em *A Classe Operária*, em dezembro de 1931, de que o racismo estava sendo introduzido no Brasil por meio da influência da burguesia americana.

A burguesia paulista é tão lacaia dos americanos que anda a copiar o que fazem nos Estados Unidos contra os negros. Assim é que, nos rinks de S. Paulo não se consente que os negros entrem.

A Frente Negra, sociedade fundada por burgueses para tapear nossos companheiros negros, protesta contra isso: mas apela para o “humanitário” e “positivista» Rabello. Rabello foi posto no governo por um golpe dado por gente que serve a burguesia americana, a mesma que lincha os negros nas ruas.

Os negros oprimidos não devem se fiar nessa cambada! Devem tomar a direção da Frente Negra. Devem unir-se aos seus companheiros, os trabalhadores brancos e lutarem juntos contra todos os opressores de qualquer raça.

Devem entrar para o Partido Comunista, **o unico partido que não distingue raças nem cor e que reconhece nos negros os mesmos direitos que têm os brancos.** O unico Partido que luta em defesa de todos os oprimidos brancos e negros. (*A Classe Operária*, 15/12/1931, p.2)

³⁸⁴ Existiam muitas dúvidas na Oposição de Esquerda nos Estados Unidos sobre a questão da autodeterminação. Os dirigentes do grupo consideravam o trabalho organização da população negra uma das prioridades e tinham perspectiva similar a apresentada por Shachtman (PHELPS, 2003, p.XXXVI). Entretanto, Trotsky tinha uma opinião divergente: “Autodeterminação é uma exigência democrática. Os nossos camaradas americanos colocam contra essa demanda democrática, uma demanda liberal. Essa demanda liberal é, aliás, complicada. Eu entendo o que a “igualdade política” significa. Mas qual é o significado da igualdade econômica e social na sociedade capitalista? Eu me baseio apenas nos argumentos apresentados pelos companheiros americanos. Acho-os insuficientes e considero uma certa concessão ao ponto de vista do chauvinismo americano, que me parece ser perigoso” (*The Negro Question in America – Minutes of discussion between comrades Trtsky and Swabeck*, publicado em Breitman (BREITMAN, 1967, p. 20-31).

³⁸⁵ Cf. *A classe Operária* de 17/04/1930 e 19/07/1930

Como expressão do pensamento do Partido, o texto acima revela a concepção de que o comunismo é por natureza antirracista. Esse tipo de apelo do PCB não encontrou muito eco entre os grupos negros organizados naquele momento. Parte da explicação reside no fato de que o poder de mobilização do PCB era reduzido até meados da década de 1930. O partido tinha grandes dificuldades na arregimentação de membros, sem contar as constantes dissidências e expulsões³⁸⁶.

4.1.5 Questão Negra e o PCB, a caminho de se tornar um Partido de Massas

A política de introdução da população negra, como um dos grupos de interesse do PCB, se manteve nos anos seguintes. Em uma edição de *A Classe Operária*, de novembro de 1932, a matéria de capa tinha o seguinte título: *Lutemos contra a Guerra Inter-imperialista e anti-soviética! Proletários, camponeses, índios e negros, soldados e marinheiros, pequenos comerciantes! De pé!* Assim como em publicações anteriores, a tônica do discurso era a luta contra o imperialismo. O texto não se aprofundava na questão negra ou “das massas oprimidas”, mas citava a população negra entre os grupos de interesse dos comunistas, indicando que o “radar racial” do PCB se mantinha ligado.

Os dirigentes da IC continuaram a pressionar o PCB para que este ficasse atento para o trabalho no tocante às populações negras e indígenas. Exemplo disso é a Resolução da Comissão Política sobre o trabalho do Partido no campo, enviada em julho de 1933.

Na sua atividade, o partido deve dar uma atenção especial ao trabalho no seio dos negros e índios nacionalmente oprimidos, conduzindo o trabalho entre os camponeses índios na língua materna, elaborando reivindicações parciais que decorram das condições específicas de sua vida e que se liguem a luta pela sua autodeterminação nacional até a completa separação (por exemplo, abolição de todas as limitações jurídicas e de fato estabelecidas para os índios e negros, restituição as tribos índias das terras que lhes foram roubadas pelos grandes proprietários; extinção das missões indígenas das ordens religiosas e entrega de suas terras aos índios, etc.)³⁸⁷.

³⁸⁶ Leôncio Rodrigues explicou que o crescimento do PCB foi modesto, durante a década de 1920. Até 1925, o Partido tinha 300 membros registrados, a maioria no Rio de Janeiro e em Niterói. O autor prosseguiu afirmando que “Em 1928, o número de filiados ao PCB aumentou para 700, dos quais 400 no Rio, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em pequenos grupos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades. Outros 700 membros que se haviam inscrito no período de 1922-1927 abandonaram o Partido” (RODRIGUES, 2007, 434).

³⁸⁷ Resolução da comissão política da CE da IC, 07/07/1933. (Coleção Internacional Comunista, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

Em julho de 1934, o PCB realizou sua primeira Conferência Nacional. No mês seguinte, foi publicado um manifesto no Jornal *A Classe Operária* com a síntese dos assuntos abordados durante a conferência. Um dos tópicos foi intitulado de *Negros e índios escravizados*:

No odioso regime em que vivemos, vós sofreis duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas.

Estribando-se no conceito escravocrata de raças “inferiores” e raças “superiores”, as camarilhas dominantes aproveitam-no para nos explorar, perseguir e maltratar mais ainda.

Todos os direitos políticos, econômicos, culturais e sociais vos são negados e usurpados. Vossas terras são roubadas. Vos pagam menores salários. Vos impõem toda sorte de humilhações. Vos negam o direito de dirigir vós mesmos vossos destinos (*A Classe Operária*, 01/08/1934, p.7).

Apesar de o conteúdo do texto fruto da Conferência Nacional ter similaridades com as publicações do PCB desde o começo de 1930, o tom mais incisivo da mensagem expressava o momento político por qual passava o Brasil. No mês de julho, após a promulgação de uma nova Constituição, Getúlio Vargas foi reeleito à presidência, de forma indireta. Contudo, o foco das atenções de parte dos grupos políticos do país, dentre eles os comunistas, era o aprofundamento da “radicalização política entre fascistas e antifascistas”³⁸⁸ (CASTRO, 2007, p. 431).

Em 1934, a reivindicação por autodeterminação de negros e índios continuava a ser a proposta central do Partido Comunista para aquela parcela da população. Uma novidade do Manifesto da I Conferência Nacional foi o acréscimo do povo nordestino às reivindicações por autodeterminação³⁸⁹. Provavelmente, a atenção aos nordestinos era resultado do entusiasmo do PCB com as histórias sobre Lampião e o Cangaço³⁹⁰.

Uni-vos e levantai-vos em luta por vossos direitos econômicos. O proletariado, os camponeses de todas as nacionalidades e o Partido Comunista vos ajudarão nas lutas

³⁸⁸ Os primeiros anos da década de 1930 foram de constante atenção em relação à ascensão de movimentos nacionalistas na Europa, em especial na Alemanha e Itália. Em 1933, Hitler chegou ao poder na Alemanha, através do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães. Enquanto isso, Benito Mussolini já comandava o governo italiano desde meados dos anos 1920. O fascismo italiano e o nazismo alemão se transformaram nos anos seguintes no “inimigo comum” de vários países, dentre eles a União Soviética, e por conseguinte, de todo comunismo internacional (HOBBSAWM, 1995). No Brasil, uma organização que recebeu créditos por propagandear ideias fascistas foi Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada em 1932. Fundamentada em ideias nacionalistas, a AIB tinha como slogan os dizeres: ‘Deus, Pátria e Família’.

³⁸⁹ Segue trecho do tópico dedicado a questão nordestina: “[...] considerando que as lutas que sustentais contra os “coronéis”, contra os grandes proprietários de terras e empresas imperialistas, contra os representantes dos governos centrais – lutas às quais se ligam e têm também idênticas expressões as heroicas guerrilhas dos cangaceiros – possuem rasgos profundos de nacionalidade oprimida, apoiando cada uma das vossas lutas econômicas e políticas, o Partido Comunista apoia decididamente e luta junto convosco pelo direito de dispordeis de vós mesmos como nacionalidade em formação, isto é, a lutar para que tenhais o direito de possuir vossos próprios costumes, vossa própria língua e de viver como bem entenderdes e resolverdes, sem dar satisfação a ninguém, inclusive o direito de vos separardes em nacionalidade à parte do governo federal e constituirdes vosso próprio governo” (*A Classe Operária*, 01/08/1934, p.7).

³⁹⁰ Cf. Prestes, (PRESTES, 2006, p. 136-138).

por vossa libertação, desde as lutas pela devolução das terras roubadas e pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, até a luta pelo direito de constituídes vossos próprios governos separados do governo federal e estaduais, caminho pelo qual vós podereis desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios³⁹¹.

A questão das “minorias nacionais oprimidas” volta a aparecer pouco tempo depois nas páginas de *A Classe Operária*. O PCB publicou no jornal a sua plataforma para as eleições para as Assembleias Constituintes estaduais, que seriam realizadas em outubro. O texto é praticamente o mesmo do Manifesto:

Ampla direito das nacionalidades oprimidas de disporem de si mesmas, inclusive o direito de separação, constituindo seus próprios governos, separados do governo federal e dos estaduais, com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios. Igualdade absoluta de direitos econômicos, políticos e sociais, sem nenhuma distinção de cor ou na cionalidade. (*A Classe Operária*, 23/08/1934, p.4)

Em outubro de 1934, aconteceu a III Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe, em Moscou³⁹². Diferente do que ocorreu durante as reuniões de 1929, o PCB estava em maior consonância com a política da IC sobre a questão negra. Segundo Anita Prestes (2006), Luiz Carlos Prestes, aceito como membro do PCB havia pouco tempo, após anos de resistência por parte da direção do partido, ficou responsável por abordar a questão negra, mesmo sem fazer parte da delegação brasileira no evento.

Segundo suas palavras, a delegação lhe solicitara tratar, em particular, do problema do negro no Brasil. Ao abordar tal questão, Prestes reconhecia que existia no país “opressão de raça”, concluindo que “devemos, no fundamental, levantar perante os negros a questão da igualdade de direitos. Nós, comunistas, somos contra qualquer forma de opressão racial das massas”. (PRESTES, 2006, p. 137).

A Conferência marcou o início de uma nova fase no PCB. Os dirigentes da IC concordaram com a mudança de tática do PCB, que abandonou a política sectária que vinha pregando desde 1929, de frente única proletária, e passou a defender a formação de uma ampla “frente popular antifascista e anti-imperialista”. Parte da responsabilidade pela mudança no PCB é creditada a atuação de representantes do partido, especialmente o secretário-geral, que

³⁹¹ Manifesto da I Conferência Nacional do PCB, publicado em *A Classe Operária*, 01/08/1934, p.7.

³⁹² A Conferência aconteceu para aproveitar a presença dos delegados latino-americanos que estavam em Moscou para participar do VII Congresso da IC, que tinha sido adiado para 1935. Representaram o PCB na conferência: Antônio Maciel Bonfim (Miranda ou Queiroz), Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), José Caetano Machado (Alencar ou Almeida), Elias Reinaldo da Silva (André ou Souza) e Valdevino de Oliveira (Márquez). Também estiveram presentes Luiz Carlos Prestes (Fernandez) e Otávio Brandão, ex-dirigente do PCB, exilado em Moscou desde 1931 (PRESTES, 2006).

conseguiram convencer os dirigentes da IC de que o Brasil estaria na iminência de uma revolução popular³⁹³.

A “estratégia de ilusão” utilizada pelas lideranças do PCB para convencer os dirigentes da IC de que o Brasil estaria passando por uma crise revolucionária liderada pelo Partido foi bem sucedida³⁹⁴. Ainda em 1934, Prestes que residia desde 1931 em Moscou, retornou para o Brasil com a tarefa de impulsionar o surgimento e liderar um levante popular.

Os esforços do PCB em organizar uma frente popular, somados à insatisfação de diversos setores com o governo Vargas e a promessa de Liderança de Luiz Carlos Prestes³⁹⁵ resultaram na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Fundada oficialmente em março de 1935, a ANL foi inicialmente baseada nas redes remanescentes do movimento tenentista, além de ser apoiada por sindicatos, partidos políticos e associações, todos organizados contra o governo Getúlio Vargas (ALMEIDA, 2005). Duas organizações comunistas também foram importantes no contexto de formação da ANL, principalmente por reforçar a conexão entre os acontecimentos políticos brasileiros com o contexto internacional, especialmente na associação entre integralismo, imperialismo e fascismo. No segundo semestre de 1933, foram fundados o *Comitê de Luta contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo* (Comitê Antiguerreiro) e a *Frente Única Antifascista* (FUA). Os dois grupos tinham composição diversa, sendo que o Comitê Antiguerreiro era liderado pelo PCB e a FUA por “trotskistas” da Liga Comunista. O acirramento luta contra o fascismo também foi responsável por uma “trégua” entre pecebistas e trotskistas no Brasil³⁹⁶.

Durante o evento de fundação da ANL, Luiz Carlos Prestes foi nomeado “presidente de honra”, mesmo ausente. Na época o discurso oficial era de que ele estava em Moscou. Carlos Lacerda foi um dos envolvidos na articulação para indicação de Prestes como presidente da ANL. Durante um ato realizado pela organização, em 5 de julho, Lacerda leu um manifesto

³⁹³ De acordo com Anita Prestes: “Chamam atenção os informes feitos pelo então secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim (Miranda), codinome *Queiroz*, adotado durante os encontros de Moscou. O triunfalismo e o caráter fantasioso das informações transmitidas por esse personagem são reveladores de que, tendo empolgado havia pouco tempo a direção máxima do PCB, tratava-se, na verdade, de um parlapatão, bem-falante, vaidoso e aventureiro, que, num momento de grave crise do partido, conseguira ser promovido rapidamente ao seu cargo máximo, sem um exame criterioso da trajetória anterior desse militante recém-ingresso nas fileiras comunistas” (PRESTES, 2006, p. 134).

³⁹⁴ Cf. Pinheiro (1991).

³⁹⁵ Luiz Carlos Prestes (1898-1990) era uma liderança de grande alcance popular desde o movimento conhecido como Coluna Prestes. Depois de frustrada a Coluna, Prestes esteve fora do Brasil desde 1927 e aderiu formalmente ao comunismo no início dos anos 1930. Sobre a Coluna Prestes, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *A Coluna Prestes. Análise e Depoimentos*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

³⁹⁶ A atuação das organizações contra o fascismo chegou a registrar alguns confrontos violentos com membros de grupos considerados por elas como fascistas. Um deles aconteceu na cidade de São Paulo, em outubro de 1933, quando a Frente Única Antifascista organizou um ato contrário a um evento em comemoração do aniversário de fundação da Ação Integralista Brasileira (CASTRO, 2007, p. 434).

que, segundo ele, tinha sido escrito por Prestes. O documento foi endereçado ao “povo brasileiro”.

A tática da frente popular era central para promover o fortalecimento da ANL. Logo no início do documento vinha a afirmação que “só as grandes massas juntamente com a parte da burguesia nacional, não vendida ao imperialismo, serão capazes de, através de um governo popular revolucionário, acabar com esse regionalismo, com a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país”³⁹⁷. Parte do Manifesto aborda os *Privilégios da Raça, Cor e Nacionalidade*. No documento de Prestes, a questão do negro é entendida como parte da nacionalidade brasileira e não como uma demanda de uma nação oprimida.

Com a Aliança estarão os pequenos comerciantes, os pequenos industriais, que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas de um lado e a miséria cada vez maior da massa popular do outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam vão passando a simples intermediários mal remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. **Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas das Palmares, porque só a ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, e de dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos**³⁹⁸.

No Manifesto da ANL não se fez referência a qualquer reivindicação no sentido de autodeterminação, o que tinha sido a ênfase do Partido Comunista nos anos anteriores. É importante perceber que a ANL não era o PCB, mas este foi fundamental para sua articulação³⁹⁹. Ainda assim, é possível encontrar paralelos entre a atuação da Aliança e o Partido Comunista. Por isso, sugiro que, no mesmo contexto que a luta pela hegemonia do proletariado na revolução burguesa deixou de ser o foco do Partido Comunista, a bandeira da autodeterminação também foi abandonada como a principal demanda do PCB em prol da população negra do Brasil.

Jacira Primo (2006) investigou a tentativa de diálogo da ANL com a Frente Negra Brasileira e outras organizações negras. Um dos assuntos utilizados pela ANL para promover uma aproximação foi a invasão italiana na Abissínia, sob o comando de Benito Mussolini, um acontecimento que ganhou repercussão internacional⁴⁰⁰.

³⁹⁷ Luiz Carlos Prestes. Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, 5 de Julho de 1935. Publicado em *A Platéia*, 06/07/1935.

³⁹⁸ Id.

³⁹⁹ Cf. Prestes (2006, p. 106)

⁴⁰⁰ Em 1935, a Itália concretizou a invasão da Abssínia (atual Etiópia). A expansão colonial italiana e a guerra deflagrada nos anos seguintes no país africano causaram comoção mundial. Esses acontecimentos foram observados com atenção pelos grupos organizados contra o fascismo no Brasil. No contexto internacional, muitas mobilizações contrárias à invasão italiana foram realizadas, como a criação da *International Friends of Abyssinia*, que contava com a participação de lideranças negras como o líder queniano Jomo Kenyatta, do líder trotskista C.

A ANL precisa utilizar o mais possível, no momento atual, a grande vontade de luta dos negros, despertada pela guerra imperialista contra a Abssínia. Para isso devem ser enviados os maiores esforços e empregados todos os métodos e recursos.

Nos lugares onde houver organizações negras, chamá-las à frente com a ANL contra a guerra, o imperialismo e contra o fascismo pela defesa dos interesses específicos dos negros em cada localidade.

Nas localidades e principalmente nas capitais nas quais não existem organizações negras como a Frente Negra, os aliancistas devem imediatamente tomar iniciativa de sua organização, sem fazer questão de programas radicais, nem de imediata adesão formal a ANL. Tais organizações devem surgir especialmente para a defesa dos interesses dos pretos contra os preconceitos raciais e contra a Abssínia⁴⁰¹.

O apelo da ANL às organizações negras foi feito de forma menos condenatória como tinha feito o PCB em outras tentativas de aproximação com os envolvidos naquele tipo de mobilização⁴⁰². Além da circular da ANL sobre a organização negra em solidariedade à Abissínia, Primo (2006) identificou que a Aliança organizou outras ações abordando a “questão negra”, como “campanhas pela igualdade dos negros, publicou uma série de artigos exaltando João Candido e no 13 de maio ela organizou um grande ato comemorativo da abolição da escravidão, levantando a bandeira do combate ao racismo” (PRIMO, 2006, p. 65).

A lembrança do 13 de maio parece ter sido repercutida pela ANL em nível nacional, como aparece no panfleto “Salve, 13 de Maio!”, distribuído no Maranhão, no dia 13 de maio de 1935. No folheto é feita uma comparação entre a exploração senhorial, durante a escravidão, e a exploração imperialista que escravizava os maranhenses naquela “etapa do regime capitalista”.

A Aliança Nacional Libertadora relembrando a maneira brutal e desumana por que eram arrancados ao seu berço, dominados e por fim escravizados e explorados os homens de cor que fizeram as fortunas dos senhores de engenho, quer fazer ressaltar a esses milhares de maranhenses que hoje são escravos do imperialismo nesta parte do Brasil, que não foi sem protestos e com indiferença que eles sofreram o longo cativeiro.

R. L. James e de Amy Garvey, esposa de Marcus Garvey (Marques, 2008, p. 169). No Brasil também aconteceram mobilizações negras contra a invasão da Etiópia. Marques (2008) acompanhou protestos publicados no jornal *A Alvorada*, de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Especificamente sobre a invasão italiana na Etiópia ver: Berhe, A. Revisiting resistance in Italian-occupied Ethiopia: the Patriots' Movement (1936-1941) and the redefinition of post-war Ethiopia in *Rethinking Resistance Revolt and Violence in African History*, edited by Abbink, Jan, de Bruijn, Mirjam and van Walraven, Klaas, 87-113. Leiden The Netherlands: Beill. 2003.

⁴⁰¹ Circular 31. Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados (CEDI), seção legislativa, caixa 14 (sem data) apud PRIMO, 2006, p. 64.

⁴⁰² O PCB tinha muita influência na organização da ANL, como aparece em uma circular do Partido, obtida por Primo (2006), com instruções sobre como a Aliança deveria atrair negros para suas fileiras: “A Aliança popular deve transformar-se ao mesmo tempo no paladino de lutas pelas reivindicações elementares e pela completa igualdade de direito das massas negras, racial e nacionalmente oprimidas, atraindo à Aliança não somente as organizações revolucionárias locais dos negros, senão também firmando um ato sobre a luta conjunta com a chamada “frente negra”, organização esta que romperá abertamente com o governo reacionário de Vargas e orientará suas atividades com o objetivos revolucionários da Aliança” Aperi, Fundo Polícia Política, Setor Comunismo, pasta 18, fls 207 apud PRIMO (2006, p.65).

Com o aparecimento de figuras de um heroísmo indomável, como a de Luiz Carlos Prestes, o invicto lutador contra o imperialismo que nos avassala, quão as de Henrique Dias, Zumbi, e outros, veio a época dos Palmares e Quilombos, baluartes das reivindicações negras, que, forçando as consciências, movendo os sentimentos, até empolgar a inteligência nas lutas pelo abolicionismo, culminou com a calculada assinatura da chamada “lei aurea”, que, dando a ilusão de uma efêmera liberdade, arrancou esses nossos antepassados de um regime truculento para entregá-los a outro não menos barbado – exploração capitalista. É contra essa exploração na sua etapa mais alta – o imperialismo – que hoje se levanta a Aliança Nacional Libertadora, indomável e invencível como aqueles baluartes, martírio e glória dos escravos de outrora⁴⁰³.

O uso de um repertório de vocábulos que evocavam a escravidão e a analogia com a situação social daquele momento, foi uma estratégia utilizada não somente pela ANL, como também pelo PCB⁴⁰⁴. O PCB inseria, assim, na cena política brasileira a demanda por uma “nova abolição” bem diferente, em termos de conteúdo, da demanda por uma “segunda abolição” feita por ativistas negros que demandavam “a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista” (GUIMARÃES, 2002, p. 147).

Depois de um curto período de atuação a ANL foi posta na ilegalidade, em julho de 1935, apenas poucos dias depois da divulgação do Manifesto assinado por Prestes.

Diferente do que foi registrado em relação à ANL, outro grupo organizador da luta antifascista, a Frente Única Antifascista, não via potencial revolucionário na proposta da Frente Negra Brasileira⁴⁰⁵. Ao contrário, criticavam a FNB pelo apoio a “Hitler e Mussolini”, pela “propaganda literária do monarquismo (Patrianovista)”, e porque defendiam uma política de raça, como a que se praticava na Alemanha (*O Homem Livre*, 27/5/1933, p. 3). Mas, em especial, criticavam a Frente Negra por não acreditarem na existência de um problema de raças no Brasil, que estava sendo criado pela própria Frente Negra quem criava o problema:

⁴⁰³ Comitê Provisório de Organização da ANL. “Salvé, 13 de Maio!”, p. 17 (Coleção Internacional Comunista, IC/0008, filme 495, assunto 116, dossiê 29, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP). A íntegra do panfleto está disponível no Anexo B.2.

⁴⁰⁴ Em 1938, por exemplo, a Federação da Juventude Comunista do Brasil teve um folheto apreendido pelo DEOPS que tratava do 13 de maio. O folheto foi endereçado “À gloriosa raça negra do Brasil! A todo o povo oprimido pela ditadura de Getúlio! À valente mocidade brasileira!”. Distribuído no contexto da Ditadura Vargas, o folheto trazia uma analogia entre Vargas e um feitor, a serviço dos “modernos senhores feudais - os banqueiros estrangeiros de Berlim, de Roma, de Tóquio, de Nova-York e de Londres” (DEOPS/SP, Prontuário nº: 1271)

⁴⁰⁵ A Frente Única Antifascista teve no jornal *O Homem Livre* seu principal porta-voz. Segundo Castro (2005), “*O Homem Livre* que era hegemonizado pelos trotskistas da Liga Comunista que conheciam muito bem o PCB e sua importância para a luta antifascista, se preocupou, desde o início, a travar um combate propagandístico contra o fascismo em geral e os integralistas em particular, mas também e, não menos importante, combater a posição da Internacional Comunista e do PCB de não se preocupar em lutar diretamente contra os fascistas” (p. 70). Os fundadores do jornal trabalhavam como jornalistas do Diário da Noite, de Assis Chateaubriand. Ainda de acordo com Castro, o primeiro número do jornal, publicado em 27 de maio de 1933, teve colaborações de José Pérez, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Goffredo Rosini, Geraldo Ferraz e Miguel Macedo (p. 67).

A Frente Negra Brasileira está nucleando, com alguns milhares de sócios, a afirmação da existência de um problema “social e político da raça negra” no Brasil. A associação da rua Liberdade, explorando o filão do preconceito, que só existe na imaginação dos seus líderes, cria um caso, que pode dar o que fazer aos futuros governos. Resolvendo organizar uma “questão” da raça, sob aspecto “social e político”, os elementos formadores da Frente Negra Brasileira começam a criar a barreira para a absorção do negro no amalgame que se verifica no país, referentemente a assimilação das raças, que aqui se cruzam, numa mestiçagem violenta, quotidiana, solucionadora e indiferente as desigualdades étnicas.

O problema do negro, é possível que venha a preocupar um dia, quando a Frente Negra Brasileira tiver concretizado em toda a plenitude o que tem por finalidade realizar: separar o negro do branco, do mulato e do japonês, fazer bairros de negros, fazer cidades, organizar escolas primárias, secundárias e superiores só de negros...

(*O Homem Livre*, 27/5/1933, p. 3)

Ainda que defendessem diferentes posições, a luta contra o fascismo foi uma bandeira que agregou tanto os comunistas “bolcheviques” do PCB, quanto as dissidências “trotskistas”. Depois do primeiro momento de unificação antifascista, a escalada na tensão entre o governo Vargas e os grupos organizados, principalmente os ligados à Aliança Nacional Libertadora, resultou numa série de levantes militares ocorridos em novembro de 1935 e rapidamente contidos pelo Estado⁴⁰⁶. O período seguinte aos levantes foi de intensa repressão, marcado pela perseguição contra pessoas ligadas a ANL, como membros do Partido Comunista, intelectuais, políticos, sindicalistas, militares, como também os simpatizantes da organização.

Os acontecimentos de 1935 contribuíram para o endurecimento do Regime Varguista, que já era muito questionado em seu caráter democrático, o que resultou na instituição de um governo ditatorial em 1937 que só teve fim em 1945.

⁴⁰⁶ Os levantes militares ocorridos em Natal, Recife e Rio de Janeiro ficaram conhecidos como “Intentona Comunista”. Segundo Prestes (2005), as pesquisas que afirmam que o objetivo da “Intentona” era a de implantação de um governo comunista no Brasil estão equivocadas. A autora apresenta documentos que apontam o interesse de constituição de um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR). Este não seria um governo comunista, nem poria fim à propriedade privada. O GPNR surgiu como uma proposta de governo formado pelo (PRESTES, 2005, p. 109-111). Ainda segundo Prestes, desde meados de 1935 “as diretivas do PCB e, sob a sua influência, as da ANL, estavam voltadas para o desencadeamento de lutas armadas parciais, que deveriam permitir às massas populares chegarem a uma insurreição nacional. Essa insurreição derrubaria o Governo Vargas, estabelecendo o GPNR com Prestes à frente, ou seja, o poder da ANL, que realizaria os seus objetivos programáticos. Não se tratava, portanto, de uma insurreição para estabelecer o comunismo no Brasil, conforme a História Oficial sempre difundiu, consagrando a designação de “Intentona Comunista” para os levantes de novembro de 1935 (PRESTES, 2005, p. 114).

Seção 4.2. A questão das raças e nacionalidades: perspectivas de intelectuais comunistas

Em meio a agitação da luta antifascista, surgiram as primeiras interpretações comunistas sobre a “questão negra” no Brasil. Essas interpretações estavam inscritas em diversos campos, em alguns casos com circulação mais restrita ao âmbito partidário e em outros com caráter de produção acadêmica⁴⁰⁷.

Leônicio Basbaum, um dos ex-dirigentes do PCB formulou uma das primeiras análises sobre a questão negra numa perspectiva “marxista-leninista”, adaptada à realidade brasileira. Basbaum participou da formulação do discurso do partido sobre a negação do problema racial no Brasil, durante a década de 1920, mas deu mostras de ter mudando radicalmente de posição. Em 1929, quando era secretário-geral do Partido, Basbaum participou da I Conferência Comunista da América Latina e foi correlator nas sessões que discutiam a questão negra. Naquela ocasião, como porta-voz do PCB, Basbaum fez um discurso que negava veementemente a existência de um problema racial no país. Durante o processo de proletarianização do partido, Basbaum começou a passar por instabilidades na posição dentro do PCB, assim como outros considerados “pequenos-burgueses”. Em 1934, quando se encontrava afastado pela atual liderança do partido, publica o livro *A Caminho da Revolução Operária e Camponesa*, utilizando o pseudônimo de Augusto Machado⁴⁰⁸. O autor dedicou um capítulo do livro à “Questão das Raças e das Nacionalidades”, no qual tratou, entre outros assuntos, da situação do negro no Brasil.

Diz Lenine (sic) que as nacionalidades oprimidas são atualmente revolucionárias e essa capacidade revolucionária deve e pode ser aproveitada no sentido da revolução democrático-burguesa.

Dentro dessas nacionalidades oprimidas encontramos o proletário, o camponês, o capitalista, etc. A nós interessam sobretudo o proletário e o camponês, mas não obteremos o seu apoio enquanto não o libertamos da opressão nacional. Nesse momento, liberto da opressão nacional, ele estará em condições de igualdade com o

⁴⁰⁷ A primeira interpretação sobre a realidade brasileira que circulou entre os meios comunistas e recebeu destaque foi publicada por Octávio Brandão (1896-1980), alagoano e com formação em Farmácia, pela Universidade do Recife. Brandão converteu-se de militante anarco-sindicalista em um dos maiores líderes do Partido Comunista na década de 1920 e um dos principais redatores do jornal *A Classe Operária*. Sua obra *Agrarismo e Industrialismo: Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil-1924*, foi publicada em 1926, no Rio de Janeiro. Vários temas foram abordados no livro. O autor fez referência a população negra quando tratou da definição do povo brasileiro, que para ele não constituía um tipo específico, mas uma mistura desordenada de raças e sub-raças.

⁴⁰⁸ Basbaum foi afastado do Secretariado Político do Comitê Central do PCB em 1930 e, menos de um ano depois, foi oficialmente expulso do CC, juntamente com Astrojildo Pereira e Paulo de Lacerda. Em 1932, foi escolhido Secretário-Geral do Comitê Regional Paulista e depois voltou a integrar o Secretariado Político. Em 1934, foi expulso do partido, voltando a ser readmitido em 1936.

proletariado da nação dominante e poderão os dois unir-se em força única contra o capitalismo.

[...]

Isso não significa absolutamente que essa ordem deva ser seguida absolutamente e invariavelmente à risca. Há ocasiões e momentos em que a luta contra a opressão nacional se transforma ao mesmo tempo em luta contra a opressão capitalista (MACHADO, 1934, p. 173).

O autor defendeu a existência de opressão racial específica na sociedade brasileira, mesmo que esta fosse menos importante se comparada à opressão de classe. As ideias de Basbaum no livro revisitaram alguns dos temas centrais na abordagem da Internacional Comunista para a questão negra. As críticas de Basbaum ficaram concentradas na forma como a direção do Partido Comunista no Brasil compreendia e agia em relação ao assunto.

No Brasil não há apenas o choque das classes, há também o das raças e das nacionalidades, ainda que este em muito menor importância que aquele.

É impossível tratar da Revolução operária e camponesa no país sem pensar nesses problemas.

O problema das raças se refere aos negros e índios. É um grande erro pensar que são problemas de após-revolução. Essa falsa opinião ainda vigorante, mesmo em alguns membros dirigentes do PCB, convém ser vigorosamente combatida (MACHADO, 1934, p. 171).

Para Basbaum, a reivindicação por autodeterminação estava no centro da luta comunista em prol da população negra que, no Brasil, deveria ser compreendida como uma nacionalidade oprimida. Além disso, o autor indicou que a luta por autodeterminação era uma etapa anterior à revolução, sendo assim uma demanda para corrigir desigualdades criadas pelo capitalismo.

Em todo caso, porém, o ideal político primeiro das nacionalidades oprimidas é a sua autodeterminação, o direito de dispor de si mesmos, sua constituição em Estado independente, podendo livremente continuar os seus costumes, línguas, tradições, etc. A luta pela autodeterminação se realiza, pois, antes da Revolução operária e camponesa (e também durante). Pois, esta, pela própria natureza, encerra em seu programa a autodeterminação (MACHADO, 1934, p. 174).

Em relação aos temas abordados, os escritos de Leôncio Basbaum guardam semelhanças com o conteúdo divulgado pelo PCB nas páginas do jornal *A Classe Operária*, principal órgão de imprensa do partido no período. Entretanto, a tendência de crítica no livro dava margem para que o autor discutisse abertamente que a principal bandeira comunista para a questão negra não era bem aceita pela população alvo no Brasil. A rejeição seria causada por falta de entendimento da proposta do Partido.

Não a desejam *porque não a compreendem, enquanto não a compreendem*. A obra do PC é educá-los no sentido político afim de que compreendam que for a da linha do PC não há salvação para eles. É assim a questão da autodeterminação para os negros. Muitos não a desejam enquanto não compreendem a sua necessidade. Enquanto os negros não se libertarem da opressão racial, os explorados negros não se poderão unir em igualdade de condições aos trabalhadores brancos (MACHADO, 1934, p. 184, grifos no original).

Basbaum compreendia que a organização dos negros contra opressões sociais, econômicas e políticas era inevitável, mas a falta de compreensão da proposta comunista os conduzia para formas de associação que se colocavam à serviço do capitalismo, a exemplo da Frente Negra Brasileira⁴⁰⁹.

Os negros, seguindo o seu instinto racial de ódio aos brancos, fundaram em S. Paulo a Frente Negra Brasileira. O fim desta sociedade é: organizar o negro para defender os interesses deste contra o preconceito do branco, para lutar contra as várias restrições que lhe impõe o branco, pois S. Paulo é das cidades onde é maior esse preconceito.

[...]

E quem são os dirigentes? São negros pequeno-burgueses, intelectuais, como quase todos, completamente corrompidos pela burguesia. Afastam os negros da verdadeira luta pela sua independência, afastam-no da propaganda comunista, pregam-lhe o ódio ao trabalhador branco, engodam-no com a legislação brasileira (muitos dirigentes são bacharéis), em que a lei é igual para todos. Esses dirigentes são os verdadeiros donos das organizações, vivem em salamaleques com as autoridades e a propósito de tudo jogam-lhe aos pés a solidariedade de 50 mil negros organizados! (MACHADO, 1934, p. 185-186).

No mesmo ano em que Basbaum publicou sua interpretação sobre a questão negra no Brasil aconteceu o I Congresso Afrobrasileiro, em Recife. Organizado por Gilberto Freyre, o Congresso de 1934 contou com a participação de diversos intelectuais envolvidos no estabelecimento do campo de estudo das relações raciais no Brasil, especialmente interessados em questões negras e/ou africanas, além de representantes de organizações negras⁴¹⁰. Para

⁴⁰⁹ Para Basbaum, a organização da Frente Negra no Brasil tinha relação com o surgimento da mobilização negra por Marcus Garvey e seus adeptos: “Há nos Estados Unidos um negro chamado Garvey, principal dirigente da emancipação negra... na África. O ideal por ele pregado é a volta dos negros para a África. Em tudo o mais é um laiaio dos brancos, dos capitalistas norte-americanos. [...] Praticamente a Frente Negra, se não o é ainda, se transformará num forte instrumento do imperialismo americano, por intermédio desse Garvey” (Machado, 1934, p. 186).

⁴¹⁰ Gilberto Freyre foi o grande nome do Congresso de Recife, este passou a ter muito prestígio depois da publicação de seu *Casa Grande e Senzala*, em 1933, especialmente pela abordagem culturalista do livro. Durante o Congresso, o trabalho de Freyre foi destacado por alguns, a exemplo de Roquette-Pinto (1884-1954), como o mais importante expoente dos estudos sobre o negro no Brasil. Outros estudiosos do tema, especialmente Arthur Ramos, não concordaram que Freyre tivesse primazia e reforçaram as contribuições de Nina Rodrigues. As figuras de Arthur Ramos e Gilberto Freyre são expressões do confronto de duas abordagens sobre a questão do negro no Brasil naquele momento: uma devota e herdeira de conhecimentos médicos e psicanalíticos, envolta nos discursos racialistas e evolucionistas; e outra atenta as mesmas questões, mas com enfoque e treino nos usos científico da cultura (ROMO, 2007). Para saber mais sobre as disputas no campo da nascente antropologia brasileira ver: CORREA, Mariza. *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. Sobre os estudos a respeito dos negros no Brasil do período ver: SKIDMORE, Thomas E. *Preto no Branco*. Rio de Janeiro-São Paulo, Paz e Terra, 1989.

Anadelia Romo (2007), o Congresso se desenrolou em torno de três figuras centrais: Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Édison Carneiro⁴¹¹. Dos três intelectuais destacados por Romo, Édison Carneiro era o mais jovem, com 22 anos, e profundamente envolvido com o Partido Comunista. Carneiro tinha como ocupação principal no período o jornalismo e como colunista de vários periódicos abordava temas como povo e nacionalidade, principalmente por meio de seus estudos sobre cultos afro-brasileiros, folclore e cultura popular, especialmente a baiana⁴¹². Gustavo Rossi (2011) atentou para a associação entre a militância comunista de Édison e sua atividade intelectual:

Pelo menos desde 1933, portanto, começa a ser quase impossível dissociar as atividades intelectuais de Édison Carneiro dos encargos políticos e simbólicos que ele começou a assumir como quadro de célula comunista e, mais tarde, membro do núcleo da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Entre alguns destes encargos estavam aqueles de representação e liderança da juventude estudantil baiana, cujos esforços em muito se voltavam para a organização de reuniões e eventos com finalidades de propaganda e doutrinação ideológicos junto aos grupos de potenciais interesses ao raio de ação do Partido: notadamente, nos bairros, sindicatos e associações “proletárias” ou “populares”, onde disputavam espaço com a Ação Integralista e a igreja católica que ali também se faziam presentes através de empreendimentos educacionais e assistenciais (ROSSI, 2011, p. 142).

Édison Carneiro apresentou dois trabalhos no Congresso: “Situação do negro no Brasil” e “Xangô”. No primeiro, elaborou uma análise sobre a condição do negro no país, desde a abolição da escravidão, bastante inspirado por ideias comunistas. Carneiro baseou-se no

⁴¹¹ O argumento de Romo (2007) sobre a importância da participação dos três intelectuais no Congresso baseia-se no envolvimento deles na rejeição do determinismo biológico em favor do conceito de cultura para análise das categorias raciais. O Congresso de Recife é percebido por muitos estudiosos como o espaço de fundação do campo de estudos de relações raciais no Brasil. Segundo Rossi (2011), os participantes do Congresso de Recife são uma ilustração de como se encontrava o campo de estudo de relações raciais no momento. Foram convidados “toda sorte de *curiosos* e autodidatas, cujos interesses pela cultura africana e popular se ajustavam, em maior ou menor medida, às suas atividades como escritores, jornalistas, militantes políticos, romancistas e historiadores amadores ou regionais. Assim, no que dizia respeito aos autores que se debruçaram com maior ênfase nos aspectos históricos, políticos, sociológicos e/ou etnográficos, o congresso de Recife dava feição à profusão de demandas sociais, ideológicas e pessoais que orientavam as abordagens e a atuação destes letrados autodidatas na área dos estudos afro-brasileiros” (ROSSI, 2011, p. 164).

⁴¹² Durante a década de 1930, Édison Carneiro era contratado primeiro como colaborador e depois como redator do jornal *Estado da Bahia*, onde escrevia sobre os ritos e festas dos candomblés baianos. Carneiro também colaborava em jornais da imprensa comunista como os periódicos *O Momento*, *Revista Flama*, *Revista Seiva*, *Diretrizes*, entre outros. Ainda sobre a atuação intelectual conjugada com militância política, Rossi afirma que: “[...] as práticas de Édison como *comunista* e intelectual *interessado* nos destinos da *cultura negra* eram sensivelmente articuladas. Dito de uma melhor maneira: na medida em que passava a justificar as tomadas de posição intelectuais e políticas como efeitos de sua vinculação aos interesses dos *explorados* e do *proletariado*, Édison ajustou também seu olhar ao problema das “raças oprimidas” na Bahia e no Brasil: o qual, “sob o disfarce da luta das culturas desiguais”, se afirmava, antes de qualquer coisa, como a expressão das relações de dominação mais abrangentes que a sociedade de classes impunha ao negro, assim como do “antagonismo entre os opressores e os oprimidos” (ROSSI, 2011, p. 143)

argumento geral de que o fim da escravidão teria sido benéfico para o branco e não para o negro, ao concender a igualdade legal e não na prática.

A passagem do semi-feudalismo a etapa econômica superior do capitalismo foi, para o negro, um presente de gregos. Livre no texto da constituição burguesa de 1891, e reconhecido abstratamente como igual a todos perante a Lei (a Lei com letra maiúscula, que representava unicamente os inconfessáveis interesses políticos-econômicos da nova classe dominante, em cuja elaboração não tomara parte) – como, aliás, os proletários índios e brancos, - o direito, reconhecido havia muito por Fourier, de morrer de fome quando a anarquia da produção capitalista se fizesse sentir nas crises periódicas de super-produção (CARNEIRO, 1988 [1935], p. 239).

A análise de Carneiro sobre o negro no Brasil estava bastante enquadrada em uma lógica de pensamento marxista, inclusive na utilização de conceitos-chave como : "crise de super-produção do capitalismo" e "superestrutura"⁴¹³. Assim, mesmo que aponte a existência de especificidades de uma questão negra, especialmente em uma perspectiva culturalista, a divisão social mais relevante para ele é entre burgueses e proletários. Ou seja, o negro na condição de proletário deveria se aliar a outros proletários, brancos e índios.

Os negros conscientes, que se adaptaram, bem ou mal, a superestrutura política da sociedade brasileira, sabem perfeitamente que os seus interesses imediatos e futuros não são em nada diversos do proletariado em geral e desejam, além da instrução, da alimentação suficiente e do melhoramento de condições de trabalho, o reconhecimento dos seus direitos – como de todas as raças oprimidas do país – a colaboração no mesmo pé de igualdade com o branco, na obra de reconstrução econômico-política do Brasil (CARNEIRO, 1988 [1935], p. 240).

Para Rossi (2007), a análise do problema negro no Brasil proposta por Carneiro, a partir do Congresso de Recife, que conjugava as categorias raça e classe, foi bem original, comparada às abordagens que vinham sendo produzidas no campo das Ciências Sociais no país. Mas, em relação ao que havia sido formulado pelo pensamento comunista até aquele momento, as ideias de Carneiro reproduziam as linhas gerais de interpretação, tratando da população negra como raça oprimida, que deveriam lutar junto com outros proletários para a superação das desigualdades no mundo capitalista e a quem era oferecido o direito de autodeterminação.

Somente a sociedade comunista, que reconhece as raças oprimidas até mesmo o direito de se organizarem em Estado independente, conseguirá realizá-la, abolindo a propriedade privada, de uma vez por todas, com a exploração do homem pelo homem (CARNEIRO, 1988 [1935], p. 241).

⁴¹³ Apesar da presente referência de Carneiro a teoria marxista em seus textos, Rossi (2007) chama à atenção que a produção de Edison Carneiro na época do Congresso foi tachada como “pouco científica e muito ideológica” (p. 165). Romo classificou a comunicação de Carneiro como “carente de [linguagem] acadêmica formal e afiliações científicas, diferente de muitos outros participantes do Congresso” (ROMO, 2007, p. 47, tradução minha).

Durante o Congresso em Recife, o jornal *A Bahia* publicou um texto de Carneiro que pode ser entendido como um complemento de sua fala no evento devido à similaridade temática. Em *As Raças Oprimidas do Brasil*, Édison deu mais enfoque a questões especificamente relevantes para o pensamento comunista. Quando tratou da autodeterminação, a compreende como uma situação hipotética e somente possível em uma fase posterior a implantação da “democracia do proletariado”, diferente do que pensava Leôncio Basbaum, quando escreveu sobre o mesmo assunto no livro *A Caminho da revolução Operária e camponesa*, em seu capítulo sobre as raças oprimidas:

O reconhecimento desses direitos elementares não implica em nenhuma hostilidade, em nenhum incentivo a desunião, no seio das massas trabalhadoras. O movimento comunista é internacional, não reconhece fronteiras nem limitações de qualquer espécie, mas daí não se infere que o proletariado depois de conquistar pela força das armas a sua emancipação político-econômica deva negar as raças e as nacionalidades oprimidas o direito de se governarem a si mesmas, de organizarem a vontade o seu Estado independente. O proletariado caso fizesse isso trairia o seu espírito democrático, viraria patriota, fascista, ditatorial (Édison Carneiro. “As Raças Oprimidas do Brasil”. *A Bahia*, 13/11/1934).

Um diferencial do pensamento de Carneiro em relação a outros intelectuais de tendência comunista era o conhecimento mais aprofundado que possuía sobre a história e cultura negra no Brasil. Isso o habilitava a perceber a questão negra de uma perspectiva em que o negro não era somente a vítima, o oprimido, mas também agente ativo e interessado na transformação de suas condições de vida. Rossi (2011), em seu estudo da trajetória de Édison Carneiro, atentou para o movimento instado por jovens comunistas dedicados a modificar a forma de abordagem do negro, “convertendo-o, em maior ou menor medida, numa espécie de cavalo de santo ideal para a incorporação ou personificação das “ficções sociais” que amparavam a luta revolucionária⁴¹⁴” (ROSSI, 2011, p. 180). Dessa forma, a revolta negra não seria uma promessa, esperando em estado latente o agravamento da contradição do modo de produção capitalista para vir acontecer. A revolta surge na interpretação como uma vocação do negro, contribuindo para a formação da nação tanto quanto sua religião e culinária.

⁴¹⁴ Rossi (2011) evidenciou em sua tese sobre Édison Carneiro que jovens intelectuais comunistas passaram a se dedicar com mais intensidade a temática racial a partir de meados da década de 1930: “Certamente não foi por acaso ou por razões unicamente associadas ao redescobrimento científico da temática racial que, tal como Édison, outros jovens escritores e militantes do PCB se mostraram igualmente dispostos a construírem seus retratos do negro brasileiro [...] E embora fossem poucos, não deixaram de ser extremamente significativos e dignos de nota ensaios como *Insurreições negras no Brasil*, de Aderbal Jurema, e romances, como *Jubiabá*, de Jorge Amado, e *O quilombo de Manoel Congo*, de Carlos Lacerda (1914-1977). Todos os três publicados no ano de 1935, no momento em que seus autores, vinculados ao PCB, passavam a canalizar o melhor de seus esforços para a

O negro, aliás, não se submeteu completamente a tirania social e política dos brancos. Por toda a história nacional, o negro reage, aqui e ali, as vezes de armas em punho, como na república dos Palmares, na revolta dos cabanos no Pará, na balaiada no Maranhão, nas insurreições de negros na Bahia, inclusive na *jihad* dos negros mulçumanos (malês) no século passado, onde a luta adquire um caráter por assim dizer intelectual. Ora, esses movimentos não nasceram por acaso. Eles exprimiam diretamente, sem ambages [equívocos], os interesses imediatos da raça oprimida (Édison Carneiro. “As Raças Oprimidas do Brasil”. *A Bahia*, 14/11/1934).

Outra mudança introduzida pela nova abordagem comunista acerca da questão negra, representada pela produção de Carneiro em meados dos anos 1930, é a preocupação dedicada à cultura negra. Antes apenas citada nas resoluções comunistas como um dos direitos de autodeterminação das “raças oprimidas”, a religião passa a configurar um aspecto relevante para compreensão da expressão negra que, para o baiano, precisa ser percebida em seu sentido “humano”⁴¹⁵:

A vida intelectual do negro aparece, às classes dominantes, como qualquer coisa de bárbaro, de imoral. A religião negra é ridicularizada e desrespeitada pelos prepostos policiais que, em nome da moral, destroem objetos do culto africano, sem compreender o sentido humano dessa religião.

[...]

Toda a vida do negro – material, social e política – tem sido sistematicamente destruída em benefício do branco, por meio dessa incorporação forçada do elemento negro a massa da população nacional. Os resultados desse método dacroniano aí estão – na criminalidade, no analfabetismo, no raquitismo e na mortalidade infantil do negro (Édison Carneiro, *As Raças Oprimidas do Brasil*. *A Bahia*, 14/11/1934).

A produção de Carneiro à época da realização do Congresso de 1934 em Recife, fazendo uso de argumentos tão nitidamente em defesa de uma perspectiva comunista para pensar a questão negra no Brasil, ganha ainda mais significado se compreendida como um dos pontos nevrálgicos de um novo circuito de produção e circulação de ideias sobre o negro brasileiro, em que a Bahia era o principal entreposto. Desenvolverei essas questões a seguir.

viabilização da ampla frente popular preconizada pela ANL; sendo que os dois primeiros haviam participado, no ano anterior, do congresso afro-brasileiro de Recife” (ROSSI, 2011, p. 180).

⁴¹⁵ Carneiro citou as resoluções comunistas quando tratou dos estudos que, em sua opinião, traçavam a história social do negro e do indígena: “Além dos estudos particularizados de Couto de Magalhães e Roquette Pinto sobre o indígena e dos de Nina Rodrigues, Manuel Querino e Arthur Ramos sobre o negro brasileiro, só temos a contribuição maravilhosa de Gilberto Freyre e alguns manifestos do Partido Comunista para a resolução do problema. Estamos no escuro sobre o assunto, na mais deplorável das cabras-cegas” (Édison Carneiro, *As Raças Oprimidas do Brasil*. *A Bahia*, 13/11/1934).

4.2.1 O PCB (baiano) e a “questão negra”

A participação de Édison Carneiro, e de outros comunistas no Congresso Afro-Brasileiro de Recife⁴¹⁶, aprofundou tensões relacionadas a diferenças no viés interpretativo da nascente área de estudos. José Gonsalves de Mello, presente no Congresso de 1934, escreveu texto com memórias do evento e fez referência a conflitos gerados pela participação de conhecidos militantes comunistas na ocasião: “Houve desconfianças de alguns setores de que [o Congresso] fosse iniciativa de comunistas. Não posso negar que não tivesse havido tentativas de infiltração por parte dos comunistas – todas repelidas por Gilberto Freyre”⁴¹⁷ (MELLO, 1988).

Além das disputas relacionadas a afiliações partidárias, durante e depois do Congresso de Recife cresceram críticas de jovens intelectuais baianos à produção que vinha sendo feita na área de estudos sobre negros, ou Africanologia, o termo mais usual no período. Nas palavras de Waldir Freitas Oliveira: “Nós, em Salvador, tínhamos idéias próprias sobre o problema do negro. Isso porque não concordávamos, integralmente, com a concepção de Gilberto Freyre sobre a formação social do Brasil e com a sua teoria sobre relações raciais” (OLIVEIRA, 2004, p. 127).

Édson Carneiro em sua atuação como jornalista fez o trabalho de divulgação e crítica de estudos sobre o negro⁴¹⁸. Em uma demonstração de que possuía certa autoridade intelectual, sobe o tom da crítica à Freyre em texto publicado no jornal *A Manhã*, em novembro de 1935⁴¹⁹:

⁴¹⁶ Além de Édison Carneiro, o Congresso contou com a participação de outros intelectuais ligados ao Partido Comunista, como o também baiano Jorge Amado, Aderbal Jurema, Jovelino M. de Camargo (ROSSI, 2011). Paz (2007) apontou a participação de Astorjildo Pereira Duarte Silva, uma das principais lideranças do PCB na década de 1920, naquele momento já desligado do Partido.

⁴¹⁷ O comentário de Gonsalves de Mello é parte da apresentação da edição fac-similar dos textos apresentados no Congresso de Recife, publicada pela editora Massangana, em 1988.

⁴¹⁸ A divulgação e crítica tanto de recentes trabalhos quanto daqueles considerados clássicos na área de estudos sobre o negro começou a ser feita de forma mais intensa por Carneiro a partir de 1934, principalmente em jornais de Salvador, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. Outros artigos publicados por ele no mesmo período foram: *Aderbal Jurema e Odorico Tavares*. Rio de Janeiro, Literatura, 20/06/1934; *Escritores da Bahia*. Recife, Diário da Tarde, 08/08/1934; *Sobre dois livros novos*. São Paulo, Hoje, nov/1934; *Nota sobre “O Negro Brasileiro”*. Rio de Janeiro, Boletim de Ariel, abr/1935. Uma lista de artigos de Edison Carneiro publicados em periódicos foi elaborada por Ana Carolina Nascimento em sua dissertação ““O sexto sentido do pesquisador: a experiência etnográfica de Edison Carneiro” (NASCIMENTO, 2010).

⁴¹⁹ Gilberto Freyre não foi o único a receber críticas no artigo de Carneiro, também foram citados Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Manuel Querino, alcunhado de “negro que aderiu ideologicamente à burguesia”. Até o comunista Aderbal Jurema foi acusado de ter pouca profundidade na abordagem do tema em seu livro *Insurreições Negras no Brasil*, lançado em 1935. Para Carneiro “o negro em Aderbal Jurema não é um fim, é um meio. Nestas condições, o estudo do negro vira demagogia, não arma de combate sério e honesto” (*A Manhã*, 14/11/1935). Esse texto de Carneiro corrobora a análise feita por Rossi de que “muitas das lógicas de sentido que orientavam as ações de Édison Carneiro em Salvador, naquele momento, revelavam as pretensões de um militante buscando se projetar

Nos novos [estudiosos] é, principalmente, em Gilberto Freyre que essa exploração do negro aparece com mais força. No seu grande livro sobre a formação da família brasileira, sob o regime da economia patriarcal (*Casa-Grande & Senzala*), todas as vezes em que se trata do negro, há sempre um pouco de sadismo (do sadismo do senhor dos escravos que ele mesmo definiu tão bem), de prazer pelo sofrimento anônimo da raça, de nostalgia mal disfarçada pela escravidão. (Édison Carneiro, *Exploração do Negro, A Manhã*, 14/11/1935)

Carneiro constituiu uma liderança entre intelectuais na Bahia que, apesar de jovens, evocavam o discurso da tradição ao se referir a uma escola baiana de "estudos africanos", iniciada por Nina Rodrigues e secundada por Arthur Ramos e pelo próprio Édison (OLIVEIRA, 2004, p. 127). A base do grupo era formada principalmente, por ex-integrantes da Academia de Rebeldes⁴²⁰.

A crença na abordagem original, o apoio de intelectuais de renome como Arthur Ramos e o peso da tradição da escola baiana de Nina Rodrigues, de que se acreditavam herdeiros, possibilitou que eles realizassem o II Congresso Afro-Brasileiro, em 1937, na Bahia. A equipe de novos, termo que usavam para se autodenominar, organizou o Congresso em Salvador em um desafio aos "donos do assunto", dentre os quais estava Gilberto Freyre (CARNEIRO e FERRAZ, 1940, p. 7-8)⁴²¹.

Ao mesmo tempo que se desenrolaram os trâmites que conduziram a realização do Congresso na Bahia, o PCB era atingido fortemente pelas repercussões dos levantes militares, orquestrados pela ANL, em 1935. Nesse período o estado da Bahia se tornou um reduto para

como uma jovem liderança na vida intelectual e política baiana, ao mesmo tempo em que começava a se firmar como um escritor e jornalista combativo na imprensa local e mesmo nacional" (ROSSI, 2011, p. 142).

⁴²⁰ A Academia de Rebeldes foi o nome recebido por um grupo de jovens em busca de "projeção intelectual e literária", que tinha intenção de "colocar Salvador na cena do debate sobre a modernização brasileira e o modernismo literário que, pelo menos desde a Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, vinha ganhando forma e substância nos diferentes ambientes intelectuais do país" (Rossi, 2011, p.89). Apesar de muito jovens, em sua maioria recém-formados da escola secundária, os participantes da Academia dos Rebeldes conseguiram forjar uma parceria que, em alguns casos, como entre Édison Carneiro e Jorge Amado, perdurou muitos anos. Além de Carneiro e Amado, fizeram parte do grupo: Aydano do Couto Ferraz (1914-1985), Clóvis Amorim (1912-1970), João Cordeiro (1905-1938), Guilherme Freitas Dias Gomes (1912-1943), José Alves Ribeiro (1909-1968), Sosígenes Costa (1901-1968), Walter da Silveira (1915-1970), José Bastos (1905-1937) e Pinheiro Viegas (1865-1937) (Idem).

⁴²¹ Os organizadores do II Congresso não evitaram polêmicas ao tratar das desconfianças que a proposta de realização do evento gerou na apresentação do livro com os textos que foram apresentados durante o evento: "Pensaram que um congresso de africanologia, para ser levado a efeito com reais proveitos para esses estudos, precisava ter a frente Gilberto Freyre. Achavam que um grupo de rapazes, os dois que assinam esta nota (Édison Carneiro e Aydano Ferraz) mais o secretário do Congresso, aquela época doutorando Reginaldo Guimarães, não conseguiria reunir um conclave científico igual ou, ao menos, parecido com o realizado no Recife em 1934, que vinha precedido de tanta fama. E não eram somente os incrédulos da Bahia que assim pensavam. O principal organizador do Congresso do Recife, o sociólogo Gilberto Freyre, chegou mesmo a dar uma entrevista ao 'Diário de Pernambuco' prevendo o insucesso do Congresso da Bahia. (CARNEIRO e FERRAZ, 1940, p. 7).

os comunistas perseguidos e que conseguiam escapar das prisões em outros locais do país, como explicou João Falcão⁴²²:

A Bahia tomou-se, nesse período, um autêntico refúgio de comunistas. Governava-a o capitão Juracy Montenegro de Magalhães, 31 anos, cearense, que, embora anticomunista, não acompanhava o governo central na caçada aos militantes do Partido. Preocupava-o, antes de tudo, a tenaz oposição dos integralistas ao seu governo (FALCÃO, 1993, p. 83).

O fato de ter se constituído como um refúgio para comunistas não significa que inexistiu repressão no estado da Bahia. Édison Carneiro, por exemplo, devido a ameaça de prisão, não conseguiu terminar o curso na Faculdade de Direito da Bahia no ano de 1935, formando-se no ano seguinte⁴²³. Apesar das narrativas de constantes perseguições, aquele foi um período de intensa produção para Carneiro, que lançou os livros *Religiões Negras* (1936), *Castro Alves* (1937) e *Negros Bantos* (1937), além de atuar intensamente na imprensa como jornalista contratado de *O Estado da Bahia*.

As mesmas condições que permitiram que muitos comunistas perseguidos encontrassem esconderijo na Bahia, contribuíram para o crescimento da importância dos militantes do PCB naquele estado para o funcionamento do partido em nível nacional. Como resultado, vários militantes comunistas baianos, ou que se fixaram na Bahia, foram alavancados para posições de destaque que os conduziu a cargos no Comitê Central (CC) do Partido, especialmente a partir de 1937, quando teve início o Estado Novo⁴²⁴.

O Congresso Afro-Brasileiro realizado em Salvador, em janeiro de 1937, foi um evento marcado pela disputa em nome da ciência, mas também da política. Isso não quer dizer que ciência e política não estivessem intimamente relacionados. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se definiam os temas e formas de endereçamento da questão negra no campo intelectual brasileiro, esses temas estavam sendo reinterpretados no PCB. A confluência dessas duas

⁴²² Para mais detalhes sobre as prisões e sanções direcionadas a membros do PCB depois dos levantes de 1935 ver: (PRESTES, 2001; VIANNA, 2003; WAACK, 1993; SENA JR., 2007). Sobre o movimento integralista na Bahia, ver: (FERREIRA, 2009).

⁴²³ Temendo ser preso, ele teria ficado escondido na casa de parentes de João Ubaldo Ribeiro, na ilha de Mar Grande (NASCIMENTO, 2010, p. 88).

⁴²⁴ Sena Jr (2007) explicou que, a partir de 1936, o PCB baiano começou a dar mostra que se tornaria uma força política, tanto no plano da luta de classe no estado quanto na política comunista em nível federal. Naquele ano, o comitê Regional passou a contar com a colaboração de dirigentes do Partido que fixaram residência em Salvador, capital do estado da Bahia. Dentre eles estavam Leôncio Basbaum, Aldeino Deícola dos Santos (“Tampinha”), Moisés Vinhas, Alberto Passos Guimarães e Corifeu de Azevedo Marques. Para completar o quadro, a Juventude Comunista baiana contava com jovens estudantes e militantes com poucos anos de Partido, como Carlos Marighella, Milton Cayres de Brito, Armênio Guedes, Diógenes de Arruda Câmara, Rui Facó, Édison Carneiro, Aristeu Nogueira, Fernando Sant’ana, entre outros (SENA JR, 2007, p.68). Além dos já citados, faziam parte do grupo comunista baiano: Jorge Amado (1912-2001), João Falcão (1919-2011), Giocondo Dias (1913-1987), e posteriormente, Mário Alves (1923-1970) e Jacob Gorender (1923-2013).

ordens resultou numa simbiose, em que Partido e Academia foram tendo seus espaços ocupados por intelectuais militantes, comprometidos em fazer com que as duas lógicas ganhassem gradualmente um corpo único⁴²⁵.

O Congresso de Salvador contou com a participação ativa de intelectuais comunistas, especialmente na liderança de Édison Carneiro, foi um registro de como o problema negro foi ganhando forma, sob influência tanto de perspectivas provenientes do campo acadêmico quanto do pensamento marxista⁴²⁶. O discurso sobre o negro como uma nacionalidade oprimida, por exemplo, foi se transformando no discurso sobre o negro como formador da nação Brasil. Os responsáveis pela comissão executiva, Carneiro, Martiniano Bomfim, Aydano Couto Ferraz, Azevedo Marques e Reginaldo Guimarães, fizeram a apresentação do evento nesses termos:

Este Congresso tem por fim estudar a influência do elemento africano no desenvolvimento do Brasil, sob o ponto de vista da etnografia, do folclore, da arte, da antropologia, da história, da sociologia, do direito, da psicologia social, enfim, de todos os problemas de relações de raça no país. Eminentemente científico, mas também eminentemente popular, o Congresso não reúne apenas trabalhos de especialistas e intelectuais do Brasil e do estrangeiro, mas também interessa à massa popular, os elementos ligados, por tradições de cultura, por atavismo ou por quaisquer outras razões, à própria vida artística, econômica, religiosa do Negro no Brasil. Assim, no Congresso da Bahia, ao lado das teses de, por exemplo, Melville Herskovits, Arthur Ramos e Gilberto freyre, serão discutidas as teses de Escholastica Nazareth, chefe do ‘terreiro’ do gantois, de Silvino Manuel da Silva, tocador de tabaque nesse mesmo ‘terreiro’, e de Eugenia Anna Santos, chefe do Centro Cruz Santa do Aché do Ôpô Afonjá (CARNEIRO et al., 1940, p.15).

O II Congresso adotou o mesmo modelo do primeiro, realizado em Recife. Segundo os organizadores, teve o mesmo “caráter rigorosamente científico, sem nenhum protocolo nem discursos” (CARNEIRO e FERRAZ, 1940, p. 7). No Congresso da Bahia falou-se bastante em religião, sete das vinte “teses” apresentadas concentraram-se no tema, também falou-se de danças e de outros aspectos da cultura negra. Donald Pierson ficou responsável por tratar da questão “A raça e a classe na Bahia”. O sociólogo estadunidense, então estudante de doutorado da Universidade de Chicago, desempenhou a tarefa de forma rápida, em três páginas, um

⁴²⁵ A repressão por qual passava o PCB também pode ter tido sua parcela de contribuição para uma fala menos proselitista dos militantes e simpatizantes do Partido. Em meados dos anos 1930, “sob a rubrica genérica de ‘comunistas’ [...] todos aqueles que faziam oposição ao governo, tornaram-se alvos da sanha repressiva do Estado” (SENA JR., 2007, p. 45).

⁴²⁶ Quando me refiro a pensamento marxista trato não só dos escritos de Karl Marx (1818-1883), mas do conjunto de intelectuais que se filiaram à corrente de pensamento, especialmente os envolvidos na Revolução Russa, como Lênin e Stalin, e ligados à Internacional Comunista.

esquema com hipóteses da pesquisa que realizaria nos anos a seguir sobre as relações raciais na Bahia⁴²⁷.

A realização do Congresso, em 1937, rendeu prestígio para comunistas, mas não foi a única iniciativa do grupo reunido naquele período no estado da Bahia. Em dezembro de 1938 foi lançada *Seiva*⁴²⁸, a primeira revista do PCB com distribuição nacional e internacional – majoritariamente nos países da América latina. *Seiva* foi definida por João Falcão, um dos seus principais idealizadores, como uma “revista cultural e sociopoliticamente engajada, de larga orientação à esquerda” (FALCÃO, 2008, p. 5). Devido a fiscalização dos órgãos de censura do Governo Vargas e a repressão pela qual passava o Partido, que se encontrava na ilegalidade, a revista evitou utilizar um conteúdo puramente propagandista⁴²⁹. Mas, sua linha de orientação foi definida pelo PCB, como apontou João Falcão:

Ficou-me a impressão de que a ideia coadunava com um desejo do Partido, parecendo que o assunto já fora pensado e amadurecido, pois as deliberações fizeram-se definitivas e prontas para execução imediata. Confesso que me surpreendeu a importância política que os companheiros atribuíram a revista. Segundo eles, esta deveria expressar o pensamento do movimento democrático e antifascista na Bahia e no Brasil, exercer um papel aglutinador da intelectualidade brasileira e, se possível, procurar atingir os intelectuais da América. Seria a primeira publicação antifascista de caráter nacional dirigida pelo Partido, que através dela divulgaria a sua linha política (FALCÃO, 2000, p. 43).

Em seu lançamento, *Seiva* contava com quatro diretores: os estudantes João Falcão, Emo Duarte, Vidigal Sena e Eduardo Guimarães. O primeiro número da revista teve a participação de mais de 20 colaboradores, que foram convidados a enviar uma “Mensagem aos Intelectuais da América”, como vinha na chamada de capa do periódico. Sena Junior explica que, logo em sua primeira publicação, os idealizadores de *Seiva* demonstraram ter a ambição de “lançar uma ponte entre a *intelligentsia* intercontinental que parecia à beira de se defrontar com mais um período de cataclismo bélico-mundial, conforme se pressentia com o avanço dos regimes nazi-fascistas, ou filo fascistas” (SENA JR., 2005, p. 2).

⁴²⁷ Donald Pierson publicou o livro *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*, em 1942. O livro foi resultado da tese de doutorado defendida na University of Chicago, em 1939. Antônio Sérgio Guimarães analisou o contexto da produção de Pierson sobre relações raciais no período (GUIMARÃES, 2008b).

⁴²⁸ Segundo Falcão, *Seiva* foi um nome sugerido por Diógenes Arruda Câmara, para fazer referência a uma revista que tinha existido no começo do século, e também por significar “energia e vitalidade, substância nutritiva que as raízes absorvem do seio da terra para a sua sobrevivência” (FALCÃO, 2000, p. 43).

⁴²⁹ Segundo Sena Junior (2005), “por orientação dos dirigentes do Comitê Regional baiano do Partido Comunista do Brasil, caberia ao jovem militante João Falcão reunir o corpo diretivo do periódico entre indivíduos insuspeitos, preferencialmente sem nenhuma ligação com o PCB, de maneira que estes nem sequer deveriam desconfiar das ligações da revista com o Partido Comunista” (SENA JR., 2005, p. 2). Segundo João Falcão, o responsável pelo departamento de censura na Bahia acreditou que a revista fosse um projeto de “inofensivos jovens que tinham a veleidade de editá-la” e que esta não teria vida longa (FALCÃO, 2009, p. 57).

O número quatro de *Seiva*, publicado em 13 de maio de 1939, foi todo dedicado “ao negro”, como aparecia na mensagem da capa. Colaboraram com textos: Luiz Vianna Filho, Raul Bopp, Américo Albuquerque (Eduardo Maffei), Antônio Osmar Gomes, Aydano do Couto Ferraz, Aristeu Nogueira, B. Machado Filho, Sosigenes Costa, Afrânio Coutinho, Reginaldo Guimarães, Fernando Góes, Nelson Sampaio, Emo Duarte, Luiz Bastos (Leôncio Basbaum), Ascenso Ferreira e Raymundo Britto⁴³⁰.

Encontram-se nesse volume de *Seiva* variadas abordagens sobre a questão negra, com destaque para a exaltação da figura de Castro Alves, cuja foto foi estampada na capa e teve seu poema “Navio Negreiro” republicado⁴³¹. A principal estratégia dos editores da revista para tratar do 13 de maio, data da abolição da escravidão no Brasil, foi a denúncia da discriminação racial, em vez de um discurso comemorativo ou conciliador. Fizeram o que já fazia há algum tempo a imprensa negra, ou seja, expor as barreiras raciais em certas instituições brasileiras:

Está se registrando no Instituto de Educação do Rio um movimento insidioso para vedar aos estudantes de cor a entrada no estabelecimento. Parece que a majestade das instalações, atuando na sensibilidade inferior de meia dúzia de grão-finos catedráticos, inspirou-lhes a ideia de que aquilo é deles e de sua casta, e aniquilou nos seus cérebros a lembrança de que o povo, sem distinção de raça, é que pertencem os mármores, as largas portas trabalhadas, as salas experimentais e tudo quanto ali se encontra comprado com o trabalho dos cariocas brasileiros. O fato é que esse grupo de megalômanos vai barrando, nos exames de cultura ou de saúde, os candidatos de pele escura (*Seiva*, 13/05/1939, s/p).

Seiva manteve seu caráter de revista de tendência literária com a publicação dos poemas “Negro”, do escritor gaúcho Raul Bopp; “Minha noite no candomblé”, do baiano Raymundo Brito; e “Xangô”, de Ascenso Ferreira. Também houve espaço para análise social, como no texto “A influência do negro na sociedade brasileira”, escrito por Antônio Osmar Gomes⁴³². A

⁴³⁰ Rafael Fontes (2011) explicou que “os autores mais conhecidos ou mais publicamente ligados ao PCB ou às causas democráticas ou anti-integralista tinham suas matérias publicadas com pseudônimos. Assim, as matérias assinadas por Carlos de Melo e Ives Peçanha são de autoria de Armênio Guedes; por Clovis Camarão e Carlos Coutinho, são de Clóvis Caldeira; por João Nitão, Nicolau Paraguassu e Moaci Ferreira, são de Diógenes Arruda Câmara; por Antonio B. Dias e João Maia, são de João Falcão; Marcos Pimenta são de Carlos Lacerda; Américo Albuquerque são de Eduardo Maffei; Luiz Bastos são de Leôncio Basbaum (FONTES, 2011, p. 95). A capa da revista *Seiva* e os títulos dos textos publicados na edição de 13 de maio de 1939 estão no Anexo B.5

⁴³¹ Daniela Ferreira (2012) analisou as publicações da revista *Seiva* entre 1938 e 1943 e concluiu que Castro Alves era um símbolo e inspiração de politização no meio intelectual para os envolvidos na realização do periódico. Dessa forma, o uso da figura de Castro Alves e de sua obra literária não se restringia apenas quando a temática era o negro. Segundo Ferreira, eles “apropriaram-se do texto de Castro Alves dando-lhe um novo sentido, ressignificando suas ideias. O poeta muritibano tornou-se legítima inspiração no caminho da liberdade. A absorção da poesia de Castro Alves apareceu nos textos que foram escritos em vários espaços da Revista. Enxergavam na poesia do poeta o caminho para seguirem lutando pela revolução. Deveriam agora não libertar os negros da senzala, mas todos os homens que viviam sob o jugo e o domínio dos modernos senhores, os patrões” (FERREIRA, 2012, p. 86).

⁴³² Gomes era indicado em *Seiva* ora como contador ora como comerciante, sendo que alguns anos depois ele iria se revelar um respeitado folclorista. Em 1941, publicou o livro *A Chegança: contribuição folclórica do*

interpretação de Gomes seguia a linha editorial de *Seiva* de que “a população brasileira miscigenada foi transformada em um dos pilares da nacionalidade, um sustentáculo do Brasil” (FERREIRA, 2012a, p. 90). No texto de Osmar Gomes, a valorização da contribuição negra para a formação do país deveria ser fundada no reconhecimento das “virtudes étnicas para o sentido cada vez mais forte da nossa identidade nacional de raça, de crença e de aspirações”.

Ora, de modo nenhum se poderá compreender uma raça brasileira sem, na sua formação, dar lugar de maior destaque ao negro africano que os traficantes de escravos trouxeram para cá, durante tantos anos, como mercadoria lucrativa, jamais lhes havendo passado pela mente a suposição sequer de que assim estavam concorrendo, nesta imensa oficina, para um caldeamento de raças que, através dos tempos, iriam dar fisionomia própria a uma nação, sob o ponto de vista de sua unidade já hoje indiscutível.

[...]

Nesta compreensão, pois, da influência direta do negro na construção e na evolução da sociedade brasileira e também de uma raça tipicamente brasileira, aliás ainda em processo já muito positivo de unidade, não podemos considerar a Abolição como sendo um fato histórico de interesse imediato apenas para o escravo negro, mas, sim, como uma vitória dos ideais de liberdade que não eram nem só dos negros nem só dos brancos, porque eram ideais comuns, de todos, brancos e negros, ideais do brasileiro propriamente dito, puros ideais de brasilidade. (Antonio Osmar Gomes. *Seiva*, 13/05/1939, s/p).

A imprensa negra paulista teve um representante entre os colaboradores desta edição de *Seiva*, Fernando Góes (1915-1979). Nascido em Salvador, mas radicado em São Paulo, Góes foi descrito por Domingues (2004) como um “mulato extremamente intelectualizado”, versado no que existia de “mais avançado em matéria de conhecimento antropológico”⁴³³. Em relação a afiliações no seio da mobilização negra, o jornalista e poeta era próximo de José Correia Leite.

Apesar de jovem, com apenas 24 anos, Góes já se destacava no meio da militância negra paulista, tendo sido escolhido como um dos oradores no evento em lembrança do Cinquentenário da Abolição, realizado em 1938, na cidade de São Paulo⁴³⁴. Chadarevian

Baixo São Francisco. Foi um dos primeiros membros da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), fundada por Arthur Ramos também no ano de 1941 (MIGLIEVICH RIBEIRO, 2008).

⁴³³ Domingues analisou a trajetória de Fernando Góes no período em que participou da criação da terceira fase de *O Clarim*, junto com outros membros do Clube Negro de Cultura Social, de São Paulo, entre os anos de 1935 e 1938. *O Clarim* tinha “uma linha editorial conciliatória, propondo que os negros abolissem os “ódios e ressentimentos” (*O Clarim*. São Paulo, março de 1935, p.4). Entretanto, as denúncias de casos de discriminação racial eram frequentes, demonstrando que as relações sociais entre negros e brancos em São Paulo eram conflituosas” (DOMINGUES, 2004, p. 72).

⁴³⁴ O Cinquentenário foi realizado pelo Clube Negro de Cultura Social e pela União Negra Brasileira, com apoio do Departamento de Cultura da Municipalidade, então dirigido por Mário de Andrade, entre 28 de abril e 13 de maio. Participaram do evento representantes de organizações do movimento negro e estudiosos das relações raciais no Brasil. A Revista do Arquivo do Município de São Paulo publicou nos meses de maio e junho de 1938 alguns dos textos apresentados, como *O negro no bandeirismo paulista*, de Cassiano Ricardo; *O negro e o folclore cristão do Brasil*, de Arthur Ramos; *O elemento negro na população de São Paulo*, por Samuel H. Lowrie; e *Literatura dos negros e mulatos da Bahia*, assinado por Jorge Amado. A comunicação de Fernando Góes não foi publicada na *Revista do Arquivo* e não há muita informação sobre ela, a não ser uma crítica de Mário de Andrade: “outro

classificou o texto de Góes publicado em *Seiva* como “uma crítica ácida da discriminação no mercado de trabalho” (CHADAREVIAN, 2012, p. 268). Não se sabe os caminhos que colocaram Fernando Góes em contato com os editores da revista, mas a sua presença nesse número de *Seiva*, que representou um significativo esforço do comunismo brasileiro em problematizar a questão negra, apoiando-se em uma variedade de discursos e perspectivas, indica que nem toda militância no meio negro era anticomunista, como sugere parte da literatura que trata do tema⁴³⁵.

Outro indício de proximidade entre o grupo de Góes e militantes do PCB foi a reprodução do texto publicado por Leôncio Basbaum, no quarto volume de *Seiva*, no primeiro e único número de que se tem registro do jornal *O Clarim da Alvorada*, 3ª fase, em 28 de setembro de 1940. O conselho de redação de *O Clarim* era formado por Correia Leite, Fernando Góes e Manoel Antônio dos Santos. Como era um militante comunista bastante conhecido e tinha sido um dos principais dirigentes do PCB durante a década de 1920, Basbaum usou o pseudônimo Luiz Bastos para evitar ter seu texto censurado pelos órgãos de controle da imprensa do Estado Novo.

No artigo, “Para onde vai a Afrologia?”, Basbaum faz uma análise crítica sobre o crescente interesse que as questões negras vinham recebendo no meio acadêmico brasileiro:

De alguns anos para cá, alguns rapazes literatos, ou quase, se puseram a realizar conferências e a publicar trabalhos e estudos sobre assuntos afro-brasileiros, alguns dos quais inegavelmente interessantes. Muito bem. Mas se esses estudos, de futuro, não mudarem de orientação não sairemos de um tereré sem fim, que nada ensina nem resolve.

Lembre-mos de que dois Congressos Afrobrasileiros foram realizados, tendo como único resultado a disseminação de candomblés por toda parte. Além disso, fez conhecer ao Brasil uma porção de candidatos a afrologistas, que se constituíram em sindicato, o qual atualmente domina o mercado em evidente açambarcamento (Luiz Bastos, [Leôncio Basbaum], *Seiva*, 13/5/1939, s/p).

A crítica de Basbaum certamente agradou a Fernando Góes e ao grupo responsável pelo *Clarim*⁴³⁶. O próprio Góes afirmou no texto publicado em *Seiva* que “não houve, ainda, aquele

escritor de origem negra, Fernando Góes, trouxe à balha vários documentos para provar essa inferioridade em que o branco concebe o negro no Brasil. Mas a sua documentação me pareceu na realidade pouco convincente como preconceito de cor, porque quase toda ela podia ser convertida no problema maior de classe. Eram documentação de classe e não de cor” (*Revista Marioscriptor*, nº 2. São Paulo, novembro de 2011).

⁴³⁵ Ver, como exemplo, a análise de Petrônio Domingues sobre o discurso anticomunista da Frente Negra Brasileira (DOMINGUES, 2006).

⁴³⁶ Apesar da significativa presença de intelectuais comunistas entre os estudiosos de religiões afro-brasileiras e dos constantes discursos em defesa da prática religiosa em *Seiva*, o número quatro da revista deu espaço não somente para as críticas de Basbaum, mas também as do médico comunista Eduardo Maffei, sob o pseudônimo Almérico Albuquerque, que escreveu “Como compreendo a religião negra”. Em certo momento Basbaum afirma em seu texto que: “Não confundamos candomblés com cultura negra. O candomblé, apesar de sua entrosagem com o catolicismo, é ainda o fetichismo, e o fetichismo é ainda a mentalidade africana incapaz de desenvolver uma

que se abonasse a estudar a vida, única e simplesmente a vida do negro brasileiro moderno, o negro da cidade” (*Seiva*, 13/5/1939). O ativista negro compreendia que para o negro na cidade as duas questões eram centrais, a “situação econômica mais do que lamentável” e a “posição moral junto ao homem branco do Brasil” (*idem*).

Para Basbaum, os estudos sobre o negro eram reflexo do preconceito de raça e ineficientes em seu combate, pois compreendiam o negro como uma “coisa”, sempre em função do branco. Segundo ele, os estudos eram, com raras exceções, descritivos e superficiais, preocupados com “a influência do negro sobre a língua e os costumes do branco, mas não a influência do branco sobre o negro, como si este não fosse um ser vivo, capaz de ter emoções e de reagir às influências do branco e de sua civilização” (*idem*).

A solução encontrada por Basbaum é bem ao estilo comunista: os estudiosos do negro no Brasil deveriam se engajar também na militância negra. Além disso, a preocupação que demonstra com a necessidade de integração do negro à sociedade brasileira é uma mostra de que naquele período o comunismo já havia abandonado, se não de todo, mais grande parte da luta pela autodeterminação negra:

Os nossos afrologistas, que são tão bem intencionados, deviam a si mesmos impor uma tarefa mais concreta, quiçá mais proveitosa, militando no sentido de reerguer o negro, social e moralmente, dando-lhe a conhecer o seu próprio valor e a sua personalidade, descobrindo as forças que ele guarda dentro de si mesmo e, por fim, incorporando-o à Nação Brasileira. Porque, na verdade, se atentarmos bem para os fatos, veremos que o negro não só não absorveu a civilização branca, como até agora se tem mantido a margem da nossa nacionalidade ((Luiz Bastos, *O Clarim da Alvorada*, 28/09/1940, p. 1).

Em vez de advogar pelo direito da população negra brasileira de constituir sua própria nação, os intelectuais membros do PCB e próximos ao partido, na segunda metade da década de 1930, concentraram-se em participar da formulação de um discurso acadêmico em torno da contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira. Apesar de, por vezes, expressarem diferentes opiniões, especialmente a respeito do valor das contribuições da cultura negra para o Brasil, como fez Basbaum na crítica à excessiva atenção que davam os estudiosos à religião afro-brasileira.

cultura própria e impermeável a qualquer espécie de cultura” (*Seiva*, 13/05/1938, s/p). Maffei escreveu: “E que são as religiões negras do Brasil? Restos de africanismo que devem ser esmagadas pelo rolo compressor do progresso. Não representa tendência de liberdade e autodeterminação. Não são progressistas e sim retrogradadas”. O médico paulista prossegue dizendo que “os pesquisadores de religiões negras foram fagocitados pela barbaria mística e infame das macumbas ou terreiros. Transformaram-se em ogãs com uma facilidade que não deve existir para quem quiser ter a consciência de ação em bem do progresso. As pesquisas a serem feitas devem redundar numa educação intensa dessas massas negras e levá-las para o caminho certo” (*Seiva*, 13/05/1938, s/p).

Os protagonistas dessa significativa mudança eram jovens e, em sua maioria, recém-chegados ao comunismo. Ao atualizar o pensamento comunista, formataram a ideia do negro como agente revolucionário, não somente por causa da opressão que sofriam como proletários e explorados no sistema capitalista, mas também por se apoiarem em uma perspectiva histórica, que deu lugar para ascensão da imagem do negro como aquele que resistiu à condição de escravidão e ainda teve um papel de “construtor” da nação. Esses intelectuais criaram e resgataram figuras para compor uma mitologia negra brasileira, como foi o caso de Manoel Congo, em *O Quilombo de Manoel Congo*, de Claudio Lacerda e Antonio Balduino, em *Jubiabá*, de Jorge Amado, ambos publicados em livros lançados no ano de 1935. Os intelectuais comunistas também contribuíram para a construção da história sobre a resistência escrava, especialmente no que se refere a Palmares (GOMES e REIS, 1996, p. 12).

A ascensão desses jovens intelectuais a posições de destaque no Partido, depois da proletarização que marcou o início da década de 1930, foi possibilitada pelas repercussões dos levantes militares com envolvimento do PCB, em 1935. A repressão daquele momento causou mais do que uma desorganização, ela permitiu a reestruturação do Partido, que já vinha migrando de uma política de “frente única operária” para o incentivo à criação de uma “frente única antifascista”, composta pela união do proletariado com a burguesia “progressista” (SENA JR., 2007b, p. 5). Naquele período, membros do PCB com perfil intelectual e sem histórico operário voltaram a ser dominantes nos cargos de direção e determinar os rumos do Partido abertamente. Com a ascensão da “nova” liderança, ascenderam também os temas priorizados por elas, bem como suas interpretações sobre o Brasil.

A camada de intelectuais orgânicos do PCB, na década de 1930, surgiu da conjunção de fatores que transformaram a Bahia em rota obrigatória dos comunistas brasileiros. Esse grupo foi responsável também por incorporar uma “questão negra” como uma temática integrada ao discurso comunista, sem que esta ficasse apenas confinada às circulares e resoluções partidárias.

Naquele período, um dos exemplos de engajamento militante e intelectual foi dado pelo escritor baiano Jorge Amado (1912-2001), que dedicou boa parte do início de sua carreira à uma “prática literária visceralmente ajustada aos dilemas associados ao seu engajamento no Partido Comunista do Brasil”⁴³⁷ (ROSSI, 2009, p. 23). O esforço que Amado fez em sua obra

⁴³⁷ Segundo Gustavo Rossi, a obra engajada de Jorge Amado, entre os anos de 1933 e 1954, “resultou em páginas da mais alta voltagem ideológica e cujo vigor pode ser atestado pela ampla e volumosa produção no período, distribuída entre biografias, teatro, escritos políticos e, sobretudo, romances: *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar morto* (1936), *Capitães da Areia* (1937), *ABC de Castro Alves* (1941), *O Cavaleiro da Esperança: a vida de Luís Carlos Prestes* (1942), *Terras do sem-fim* (1943), *São Jorge dos Ilhéus* (1944), *Bahia de Todos os Santos* (1945), *Seara vermelha* (1946), *O amor do soldado* (1947), *O mundo da paz* (1951) e a trilogia

foi o de perseguir a ideia de nacionalidade brasileira, com especial atenção para a construção da ideia de povo, marcado pela “miscigenação, alegria, cordialidade, sensualidade, musicalidade, religiosidade e coragem” (CALIXTO, 2011, p. 8). O próprio escritor tratou do assunto em uma avaliação de sua carreira literária e chamou à atenção para o seu compromisso literário associado com sua militância política:

A minha literatura é toda ela, do primeiro livro até o último publicado [...] uma visão do povo brasileiro, colocando-se o autor de acordo com o ponto de vista do povo, contra os seus inimigos. [...] No decorrer do meu amadurecimento como escritor, essa unidade adquiriu esta ou aquela característica mais sensível. Nos meus primeiros livros busquei reforçar a ação através do panfleto político e do discurso doutrinário acentuando a existência dos problemas sociais expondo soluções. (AMADO, 1973, p. 25 apud CALIXTO, 2011, p.19)

Em *Jubiabá*, por exemplo, Jorge Amado construiu, na trajetória do personagem Antônio Balduíno, algo como um tipo ideal do processo de formação de uma liderança operária negra na Bahia. Balduíno, oriundo de uma situação de exclusão social e racial, depois de se empregar como estivador, viria a se transformar em líder operário durante uma greve geral. Na obra de Amado, o impulso de Balduíno para a ação coletiva foi dado pela compreensão de elementos que o acompanhavam ao longo de sua formação. Como posto por Eduardo Duarte, “Ele [Balduíno] cresce tomando ciência de uma memória familiar marcada pela tradição da rebeldia social e de uma memória comunitária que atualiza a tradição do cativo” (DUARTE, 1994, p. 160).

Pensando na proposta de intervenção política de *Jubiabá*, Balduíno seria tanto um símbolo de brasilidade e da mestiçagem, como aparece nas inúmeras análises e críticas literárias realizadas desde a publicação do livro⁴³⁸, quanto uma representação do desejo de um comunista de encontrar um motivo revolucionário “autenticamente” brasileiro.

E vai assim correndo avisar todos os negros que estão na macumba [...] Vocês precisam ver a greve, ir para a greve. Negro faz greve, não é mais escravo. Que adianta negro rezar, negro vir cantar para Oxossi? Os ricos manda fechar a festa de Oxossi. [...] O que é que negro pode fazer? Negro não pode fazer nada, nem dançar para santo. Pois vocês não sabem de nada. Negro faz greve, pára tudo, pára guindastes, pára bonde, cadê luz? Só tem as estrelas. Negro é a luz, é os bondes. Negro e branco pobre, tudo é escravo, mas tem tudo na mão. É só não querer, não é mais escravo. Meu povo, vamos pra greve que a greve é como um colar. Tudo junto é mesmo bonito. Cai uma conta, as outras caem também. Gente, vamos pra lá (AMADO, 1935, p. 223-224).

Subterrâneos da liberdade (1954), com os volumes *Os ásperos tempos*, *Agonia da noite* e *A luz do túnel*” (Rossi, 2009, p. 23).

⁴³⁸ Cito, como exemplo, uma das primeiras críticas literárias que *Jubiabá* recebeu, assinada pelo escritor alagoano Humberto Bastos e publicada no jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. No artigo, Bastos afirmou que “O nosso romance hoje é brasileiro. E ninguém mais brasileiro do que Antônio Balduíno, esse negro extraordinário, fixado pelo sr. Jorge Amado no seu último romance [...] O negro do sr. Jorge Amado não quer ser ‘branco’, não quer ser poderoso. Quer é lutar com a sua gente por um argumento de salário, contra a usura” (*Diário de Notícias*, 3/5/1936, p. 1-2).

5. PCB na legalidade política: a constituição de um partido de massas (1945 – 1948)

Desde seu surgimento, em 1922, o Partido Comunista do Brasil procurou se apresentar na arena política como o verdadeiro representante dos interesses da classe operária. Nas duas primeiras décadas de existência do Partido, a tentativa de ser porta-voz dessa parcela da população se deu quase integralmente fora da legalidade política⁴³⁹. Nessas condições, as entidades de representação dos trabalhadores, prioritariamente os sindicatos, foram um espaço estratégico de atuação para os comunistas do PCB.

Até 1945, o partido conseguiu canalizar atenção na cena política em duas ocasiões, com base em alianças: em 1928, quando organizou a frente político-eleitoral do Bloco Operário e Camponês; e em 1935, na experiência da Aliança Nacional Libertadora (BRANDÃO, 1988; ZAIDAN, 1988). No processo de abertura democrática, após o fim do Estado Novo, o PCB se estruturou de forma a constituir em uma alternativa partidária que pudesse agregar o voto popular, que crescia em número e importância (SOARES, 1974). A transformação do PCB de um partido operário, com restrita atuação na cena política, para um partido de “massas”, com presença na cena política eleitoral, foi um fenômeno de curta duração, de 1945 a 1947, ainda que muito substantivo não só para a história do Partido, como também para história política nacional (PANDOLFI, 1995; VINHAS, 1982).

Como demonstrei no quarto capítulo, o Partido Comunista consolidou, na década de 1930, discursos voltados especificamente para a população negra, como por exemplo: a luta por autodeterminação, uma adaptação de demandas formuladas no contexto da Internacional Comunista, com forte influência da experiência do comunismo negro americano; a caracterização dos negros como a parcela mais explorada da classe trabalhadora, com ênfase para os resquícios da escravidão na organização do trabalho nos centros urbanos; ou ainda a representação dos negros como expressão da nacionalidade brasileira, formulada por intelectuais comunistas inseridos no campo acadêmico em formação e no campo literário.

O discurso antirracista que vinha sendo desenvolvido pelo partido e por intelectuais comunistas, durante os anos anteriores, integrou à prática eleitoral e atuação partidária do PCB no período em que esteve na legalidade, de 1945 a 1947, como argumentarei ao longo deste capítulo. Ainda que a incorporação da dimensão racial na avaliação feita pelo PCB sobre a situação do povo brasileiro, e as estratégias concebidas para a superação do racismo tenham

⁴³⁹ De 1922 a 1945 o PCB esteve na legalidade por 11 meses, entre março e julho de 1922 e entre janeiro e agosto de 1927 (MATTOS, 2012, p. 145).

sido objeto de trabalhos recentes de Pedro Chadarevian (2006; 2008; 2012) e Jessica Graham (2010; 2014)⁴⁴⁰, um aspecto da análise sobre a interpretação no PCB sobre a questão racial brasileira, pouco investigado até o momento, é a influência desses debates na estrutura interna do partido.

A composição dos quadros dirigentes do PCB não é meramente um detalhe na história do partido. Durante boa parte da década de 1930, o seu grupo dirigente se defrontou com críticas sobre seu perfil elitizado. Além disso, no início dos anos 1930, sob pressão da Internacional Comunista, o PCB promoveu uma política de recrutamento nos meios populares que afastou a maior parte dos dirigentes não-operários, responsabilizados por conduzir o partido a uma política pequeno-burguesa (ZAIDAN, 1985; PINHEIRO, 1991).

Logo no início da história do PCB surgiram acusações de que o perfil social de seus integrantes não lhe dava legitimidade na representação da classe operária. Uma das polêmicas foi iniciada por um líder anarquista do Rio de Janeiro. Desde 1922, comunistas e anarquistas, antes próximos, passaram a ter constantes atritos, principalmente na disputa pela liderança na representação dos trabalhadores (DULLES, 1977).

Em 27 de maio de 1924, o líder anarquista negro Domingos Passos⁴⁴¹, publicou no jornal *A Pátria* uma acusação contra o PCB, alegando que a agremiação agia com preconceito de cor contra operários não-brancos (pretos e mulatos), restringindo sua participação principalmente nos cargos de direção. Em resposta a Passos, o comunista Manoel Braúna publicou o artigo “Preconceito de cor?”, no jornal *O Paiz* afirmando que: “O Sr. D. P. [Domingo Passos], anarcóide pretencioso, num artigo – que se limitou a assinar - vem alegar que para pertencer a este é preciso não ser intermediário ethnico”. O articulista colocou a questão: “A que raças se refere o preconceito de cor? A amarela, a malásica e a negra”. Depois de levantar dados que comprovariam que o Partido Comunista agia sem preconceito de cor em vários países do mundo, Braúna concluiu que “no Partido Comunista do Brasil há desde o louro, filho da Germanha (sic), até o preto retinto, descendente das tribos mais caracteristicamente africanas.

⁴⁴⁰ Um trabalho de pesquisa e divulgação sobre a interpretação do PCB para o problema racial no Brasil foi feito por Augusto C. Buonicore, historiador e secretário-geral da Fundação Maurício Grabois. O texto, “O Partido Comunista e o Problema Racial no Brasil (1922-1935)”, publicado no site da Fundação Maurício Grabois, está disponível no seguinte endereço: http://grabois.org.br/porta/revista.php?id_sessao=21&id_publicacao=5726.

⁴⁴¹ Domingos Passos foi um trabalhador no ramo da construção civil no Rio de Janeiro que se tornou líder sindical. Ocupou cargos na secretaria da *União dos Operários em Construção Civil* (UOCC), em 1919, também foi Secretário Excursionista da *Confederação Operária Brasileira* (COB), em 1920. No meio anarquista, Passos ficou conhecido como “Bakunin Brasileiro” (RAMOS e SAMIS, 2009).

É para nós um dever uni-los sob a mesma bandeira, tratá-los fraternalmente como dignos companheiros de lutas”⁴⁴² (*O Paiz*, 30/5/1924, p. 7).

A resposta do PCB à acusação polêmica de Domingos Passos se enquadra na postura geral dos dirigentes do Partido em toda a década de 1920, fundamentada no não reconhecimento de uma especificidade racial na organização dos trabalhadores brasileiros.

Em 1930, a mesma configuração que provocou a proletarização do quadro dirigente e a formulação de questões específicas para a população negra parece ter se refletido na indicação dos comunistas para a disputa eleitoral. Nas eleições realizadas naquele ano, o BOC disputou a presidência com o líder operário negro Minervino de Oliveira⁴⁴³, tornando-se o primeiro candidato comunista à presidência da República (SANTOS, 2013). Dois anos antes de concorrer à presidência, Minervino foi eleito intendente municipal no Distrito Federal (correspondente ao cargo de vereador), junto com o também comunista Octávio Brandão, na legenda do BOC. Na eleição presidencial, os votos que Minervino recebeu foram inexpressivos em relação ao percentual que alcançaram Júlio Prestes e Getúlio Vargas que, mesmo derrotado nas urnas, chegou ao poder com apoio do movimento político-militar, conhecido como “Revolução de 30”.

A experiência do BOC na cena política foi curta. Após as eleições de 1930, o PCB promoveu a desarticulação da frente político-eleitoral, valendo-se da justificativa de que este acabaria por dissolver o PCB, especialmente porque o partido se encontrava na ilegalidade política (SODRÉ, 1984). O Partido Comunista somente voltou a concorrer em disputas eleitorais após o fim do Estado Novo, utilizando sua própria legenda pela primeira vez em 1945.

⁴⁴² A polêmica teve início com a publicação de dois artigos na seção intitulada *No meio Operário*, do jornal *O Paiz*, com a intenção de fundamentar as diferenças entre anarquismo, comunismo e sindicalismo-cooperativista (*O Paiz*, 6/5/1924, p. 9; *O Paiz*, 14/5/1924, p. 7-8). A seção *No meio Operário* ficou sob o comando do PCB entre os anos de 1923 e 1924, quando o partido forjou uma aliança com a Confederação-Cooperativista Brasileira. A coligação entre comunistas e a confederação, que tinha tendência reformista, recebeu muitas críticas dos anarquistas organizados no movimento sindical (PEIXOTO, 1994). Domingos Passos e outros líderes anarquistas passaram a década de 1920 em embates com comunistas e sofrendo repressão do Estado por sua atuação contra o sindicalismo cooperativista (RAMOS e SAMIS, 2009; DULLES, 1977). Passos foi preso em julho de 1924 e confinado na recém-inaugurada Colônia Agrícola de Clevelândia, no Amapá. Quando retornou ao Rio de Janeiro, no início de 1927, voltou a abordar a polêmica da existência de preconceito de cor no PCB em um artigo publicado no jornal *Vanguarda*. A resposta dos comunistas foi publicada em *A Nação*, de 15 de março, com a transcrição integral do texto assinado por Manoel Braúna, publicado originalmente em 1924.

⁴⁴³ Minervino de Oliveira era operário marmorista no Rio de Janeiro e líder operário desde o começo da década de 1910. Filiou-se ao PCB em 1920. Dirigiu o jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do partido, em 1928. No ano seguinte tornou-se secretário-geral da recém-criada *Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil* (CGTB) e foi escolhido para disputar a presidência, tendo como candidato a vice o ferroviário Gastão Valentim Antunes. Além da disputa presidencial, o BOC concorreu a vagas no legislativo nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul (ABREU e BELOCH, 2001; MAZZEO, 2014; BRANDÃO, 1978, p. 67).

Retornando a questão da candidatura de Minervino de Oliveira, os fatores que contribuíram para sua escolha do Bloco Operário estão associados a uma conjuntura política particular, marcada pela maior atenção do PCB para a estrutura racial brasileira e para a desigualdade entre negros e brancos. Para além das particularidades daquele contexto, argumento que nos momentos em que participou do jogo político e se lançou em disputas eleitorais, o PCB utilizou candidatos que pudessem legitimar sua pretensão de tornar-se representante do operariado e do povo brasileiro.

Além de privilegiar a presença operária, o PCB passou por uma mudança em relação à presença de negros no partido. No início de sua formação, a estratégia dos dirigentes era a não admissão de qualquer diferença com base na cor de seus membros, mesmo quando confrontados com acusações da pequena inserção de negros no partido. Já a partir de meados da década de 1930, a condição plurirracial do partido passou a ser tratada de forma mais afirmativa, com a participação de negros, especialmente os que tinham trajetória operária.

Na década de 1940, além de lideranças negras provenientes de setores do operariado, o Partido Comunista também contava com participação de lideranças que atuavam como intelectuais no movimento negro, a exemplo do poeta Solano Trindade, do escritor Raimundo de Souza Dantas e do antropólogo Édison Carneiro.

No período de redemocratização, após o fim do Estado Novo, quando esteve na legalidade política, negros operários do PCB ganharam espaço na estrutura partidária e participaram como candidatos nas disputas eleitorais. Apresentarei nas seções deste capítulo duas dimensões para melhor compreensão de como o PCB mobilizou a cor e a condição social de seus candidatos na procura de se tornar um partido de representação popular. Na primeira seção tratarei da contribuição dos parlamentares comunistas para os debates sobre a situação do negro brasileiro na Assembleia Constituinte de 1946. Na segunda seção, utilizarei o caso das eleições estaduais na Bahia, em janeiro de 1947, para investigar a ascensão de um grupo de negros operários à condição de representantes do Partido na candidatura ao cargo de deputado estadual. O estudo das eleições na Bahia permite investigar como o PCB desenvolveu sua atuação local, quando tanto na população que procurava representar quanto entre os membros do partido a presença negra era acentuada.

Dessa forma, procurarei investigar como militantes comunistas, que passaram à condição de políticos, operaram a experiência do PCB como um partido. Nesse processo, posicionamentos, que estavam formulados na teoria e compunham um programa, passaram a ser vivenciados na prática e processados no campo da negociação política partidária.

Seção 5.1. A bancada comunista na Assembleia Constituinte de 1946

As condições políticas do Partido Comunista na saída do Estado Novo eram bem melhores do que na década de 1930. O PCB era um dos poucos partidos que funcionavam organicamente e era o único, de fato, de abrangência nacional, com estrutura organizacional baseada nas capitais e principais cidades do país (SOARES, 1974). O partido vivia uma fase de grande prestígio popular, o que pode ser explicado por fatores como a propaganda antifascista a que se dedicou no contexto da Segunda Guerra Mundial; o apoio ao Movimento Queremista, que defendia a permanência de Vargas na presidência durante o processo de redemocratização; e a liderança popular de Luiz Carlos Prestes⁴⁴⁴. O PCB cresceu rapidamente desde o momento que conquistou a legalidade política, em outubro de 1945, alcançando em pouco tempo a marca de 200 mil filiados (MAZZEO, 1999, p. 73)

Em dezembro de 1945, as eleições para presidente da República e para a Assembleia Constituinte funcionaram como um primeiro indicador da participação do PCB na dinâmica de forças políticas estabelecidas ou que estavam se estabelecendo, tanto no âmbito nacional, quanto nas realidades regionais. Naquelas eleições, o PCB indicou candidato próprio à presidência, o engenheiro Yedo Fiúza, contudo se concentrou em candidaturas de senadores e deputados, que seriam os responsáveis pela formulação de uma nova Carta Constitucional para o Estado brasileiro.

No cômputo geral das eleições estaduais, assim como na eleição presidencial, o PSD saiu vitorioso, obtendo mais que o dobro de votos da UDN, segunda mais votada. Os quatro maiores partidos (PSD, UDN, PTB e PCB) somaram cerca 92% de votos para deputados e senadores, ficando os 8% de votos restantes divididos entre mais de 20 partidos⁴⁴⁵.

Apesar de não ter sido o partido mais votado em nível nacional, os candidatos do PCB tiveram resultados expressivos em grandes cidades localizadas em áreas urbanas, como Rio de

⁴⁴⁴ Assim que recebeu Anistia do governo brasileiro, em abril de 1945, Prestes foi o principal orador em grandes comícios organizados pelo PCB. Os “comícios-monstro”, como eram chamados na época atraíam milhares de pessoas, os mais famosos foram realizados no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, no estádio do Pacaembu, em São Paulo, e no Parque 13 de maio, em Recife. Os discursos de Prestes e algumas de suas análises podem ser encontrados em: (VINHAS, 1982, p. 86-120; GIOVANETTI NETO, 1986, p. 44-47). Algumas imagens dos comícios podem ser encontradas em: (REIS, 2014). Outro aspecto do PCB no período pós 1945 que começa a receber mais atenção de estudos acadêmicos é a relação do partido no apoio e fomento de expressões da “cultura popular” brasileira. A relação do PCB com escolas de samba no Rio de Janeiro são um bom exemplo das pesquisas que vêm sendo realizadas nessa área, dentre as quais, destaco o livro de Valéria Lima Guimarães. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945-1950)*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

⁴⁴⁵ Os números precisos do percentual de votos recebidos por PSD, UDN, o PTB e PCB para o Senado foram 61,9%, 23,8%, 4,7% e 2,3%, respectivamente; e 52,7%, 26,9%, 7,6% e 4,8% para a Câmara dos Deputados.

Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. No cômputo oficial, Yedo Fiúza recebeu quase 10% dos votos para a presidência e Luiz Carlos Prestes foi eleito senador, com mais de 500 mil votos, em diferentes cidades do país. Além de Prestes, foram eleitos 14 deputados federais na legenda do PCB: Gregório Bezerra, Alcedo Coutinho, Agostinho Dias de Oliveira, por Pernambuco; Carlos Marighella, pela Bahia; Claudino José da Silva e Alcides Rodrigues Sabença, pelo Rio de Janeiro; João Amazonas, Joaquim Batista Neto e Maurício Graboys pelo Distrito Federal; Jorge Amado, José Maria Crispim, Osvaldo Pacheco da Silva, Milton Cayres de Brito⁴⁴⁶, por São Paulo; e Abílio Fernandes pelo Rio Grande do Sul (VINHAS, 1982, p. 88).

Sérgio Braga (1998), em uma análise do perfil dos participantes da Assembleia Constituinte, explicou que, entre os eleitos na legenda do PCB, mais da metade tinha como ocupação atividades manuais. Esse fato ganha mais relevância quando indicado que dos dez deputados federais que declaram exercer profissões manuais, oito pertenciam ao Partido Comunista⁴⁴⁷.

A maioria dos 338 parlamentares que compunham a Assembleia Constituinte atuava como profissional liberal. Médicos e advogados correspondiam a 15,7% e 55,3% dos deputados e senadores da Constituinte, respectivamente. Dos 187 parlamentares diplomados em Direito, apenas um pertencia à bancada do PCB, Jorge Amado, e mesmo assim, não exercia a profissão⁴⁴⁸. Os integrantes da bancada do PCB eram também aqueles com média de idade mais jovem da Constituinte, a maior parte com menos de 40 anos. Além disso, o Partido tinha a menor porcentagem de parlamentares com curso universitário, 62,5%.

Sete dos oito deputados federais do PCB que eram trabalhadores manuais desenvolviam funções do trabalhador urbano – nos portos, na construção civil, em empresas transporte e metalurgia - meios onde o PCB procurou fundamentar sua influência. A eleição deste contingente foi considerada pelo partido como um feito histórico e o assunto era constantemente abordado pelos seus órgãos de imprensa. Dentre os eleitos um nome recebia especial atenção, pois sua eleição foi considerada um feito ainda mais relevante: Claudino José da Silva era

⁴⁴⁶ Milton Cayres não conseguiu votos suficientes para se eleger por São Paulo, ficando com a primeira suplência. Contudo, uma decisão da direção do partido forçou a renúncia de seu companheiro de legenda, Mario Scott, e ocorreu o remanejamento da vaga em favor do primeiro suplente (VINHAS, 1982, p. 91).

⁴⁴⁷ Braga (1998) denominou como profissões manuais aquelas que são socialmente qualificadas como "manuais" e com baixo nível de qualificação educacional formal (p.72). Seguem nomes e profissão dos outros sete deputados federais registrados como trabalhadores manuais na legenda do PCB: Batista Neto, marinheiro; Agostinho de Oliveira, ferroviário e operário mecânico; Gregório Bezerra, camponês; Abílio Fernandes, operário metalúrgico; Alcides Sabença, operário metalúrgico e carpinteiro; Claudino da Silva, ferroviário e carpinteiro; José Crispim, São Paulo, pedreiro e alfaiate; Osvaldo Pacheco, São Paulo, estivador (BRAGA, 1998, p. 142).

⁴⁴⁸ Dos nove partidos que elegeram representantes para Assembleia Constituinte, somente PSP, PTB e PCB não tinha maioria de parlamentares bacharéis em Direito, os maiores percentuais estavam no PR (66,7%) e na UDN (63%) (BRAGA, 1998).

ferroviário e carpinteiro, liderança da Frente Sindical Operária do Rio de Janeiro, tratado por seu partido como o único deputado federal negro da Assembleia Constituinte⁴⁴⁹.

Figura 9- Bancada Comunista na Assembleia Constituinte de 1946

Seguindo a numeração: 1. Luiz Carlos Prestes; 2. Maurício Grabois; 3. Milton Cayres de Brito; 4. Agostinho Dias; 5. José Maria Crispim; 6. Alcides Sabença; 7. Carlos Marighella; 8. Alcedo Coutinho; 9. Gregório Bezerra; 10. Batista Neto; 11. Osvaldo Pacheco; 12. Claudino José da Silva; 13. Jorge Amado; 14. Abílio Fernandes; 15. João Amazonas.

Fonte: Acervo *Jornal O Globo* 03/12/1946.

5.1.1 O negro em questão na Assembleia Constituinte de 1946

Jorge Amado (1977) em um texto célebre que escreveu em memória de seu conterrâneo baiano, Carlos Marighella, fez referência a Claudino da Silva, com ênfase para a sua condição de único negro entre os deputados em 1946:

Juntos [Jorge Amado e Carlos Marighella] escrevemos vários discursos, lidos por outros. Num deles, enorme, passamos em revista todos os problemas do país. Pronunciado com extrema dignidade por Claudino José da Silva, único deputado negro na Assembleia Constituinte de 1946, durou quatro horas. As palavras eram pedras e raios; o tempo passava, o discurso prosseguia, eterno. Mesmo os mais reacionários ouviram em silêncio, não tiveram coragem de abandonar a sala (AMADO, 1977, p. 233).

De acordo com Magalhães (2012), Claudino não era o único a receber ajuda na redação de discursos, todos os componentes da bancada pecebista com “intimidade escassa com as letras” tinham seus discursos redigidos por Marighella e Jorge Amado (MAGALHÃES, 2012,

⁴⁴⁹ Claudino José da Silva nasceu no município de Natividade do Carangola, localizado no extremo-norte do Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1902. Seus pais, Querino José Alfredo e Maximiana Maria da Glória, eram lavradores. Claudino mudou-se para Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, aos dezesseis anos, após ficar órfão e passou a trabalhar como carpinteiro (MEDEIROS, 2013, p. 29; *O Momento*, 7/12/1947, p.3).

p. 166). A situação lembrada por Jorge Amado corresponde ao primeiro discurso proferido por Claudino na Assembleia Constituinte, em 13 de fevereiro de 1946. O texto foi lido durante uma homenagem da Assembleia Nacional Constituintes aos combatentes das Forças Expedicionárias Brasileiras, Forças Aéreas e da Marinha, que lutaram durante a Segunda Guerra⁴⁵⁰.

O mesmo evento narrado por Jorge Amado foi descrito no jornal *O Estado de São Paulo* de forma muito diversa. No trecho a seguir fica expresso o incômodo que a presença de Claudino causava no ambiente da Assembleia Constituinte.

Um deputado comunista, sr. Claudino José da Silva, que leu mal o discurso que, infelizmente, não foi escrito por ele. O orador ocupou a tribuna por um tempo excessivo e lia imperturbavelmente, atrapalhava-se na leitura, cometia silabadas a todo instante.

Não perdoou a Assembleia nem uma vírgula, nem uma sílaba. Ao discurso enorme, com exceção do próprio orador, ninguém resistiu, nem mesmo a claqué comunista das galerias, que no fim já dava evidentes sinais de cansaço. Os oficiais de alta patente, que se sentavam disciplinadamente nas tribunas, seguiram afinal o exemplo dos constituintes, dando sua escapada para os corredores, a procura de ar e de algum refresco.

O orador comunista, um autêntico popular e crioulo, cumpriu o seu dever partidário até o fim, apesar dos tropeços na leitura, cujo texto era rebarbativo, mesmo para letrados, tal o jargão em que estava escrito (*O Estado de São Paulo*, 14/02/1946, p.3).

É curioso que Carlos Marighella não tenha passado pelos mesmos constrangimentos que Claudino enfrentou, sendo ele um mulato que não escondia sua origem, filho de uma mãe negra e pai italiano. Entretanto, diferente do líder ferroviário, Marighella circulava no meio intelectual da época e trabalhava na redação de jornais, a maioria ligados ao Partido Comunista. Quando foram eleitos deputados, Claudino e Marighella tinham militância de mais de uma década no Partido Comunista. O primeiro ingressou nas fileiras do Partido em 1928, na época trabalhava como carpinteiro e foi escolhido primeiro-secretário da Liga Operária da Construção Civil de Niterói. Em 1929, passou a trabalhar na Estrada de Ferro Leopoldina e se engajou na luta operária daquele setor (MEDEIROS, 2013, p. 12 e 30). Marighella ingressou na Juventude Comunista, em 1932, quando era estudante de engenharia da Escola Politécnica em Salvador (NOVA e NÓVOA, 1999, p. 46).

O engajamento no PCB em tempos de ilegalidade do partido e de governo ditatorial foi causa de perseguições e prisões tanto para Marighella quanto para Claudino, que só tiveram trégua com o fim do Estado Novo⁴⁵¹. Os dois também compuseram o Comitê Central do PCB,

⁴⁵⁰ O discurso se encontra na íntegra nos Anais da Assembleia Constituinte (BRASIL, 1946, p. 201-209, v. I).

⁴⁵¹ Durante a Ditadura Vargas, Claudino da Silva foi preso por diversas vezes na década de 1930 e no início dos anos 40 nos locais onde foi designado para atuar em nome do PCB. Ficou recluso alguns meses em Recife (1931),

eleitos durante a Conferência da Mantiqueira, em 1943, que iniciou a reorganização nacional do partido⁴⁵². Ainda assim, quando ascenderam à cena política, durante o processo de redemocratização, Marighella já era conhecido, enquanto Claudino era um virtual desconhecido, que recebia muito pouco crédito por sua atuação política⁴⁵³.

A comparação entre Carlos Marighella e Claudino da Silva revela as diferenças de atuação. Enquanto o primeiro integrou a Mesa da Assembleia como 2º Suplente de Secretário, fez numerosos pronunciamentos na tribuna e apresentou 19 emendas ao Projeto de Constituição; o segundo fez menos pronunciamentos, não participou de nenhuma Comissão e apresentou apenas 5 emendas ao Projeto de Constituição (BRAGA, 1998, p. 230 e 629).

Medeiros (2013) propôs em sua pesquisa analisar a bancada comunista como “duas bancadas em uma”, composta pela “bancada intelectual” e pela “bancada operária” (p.32). De acordo com essa caracterização, a atuação de Marighella se enquadra no padrão dos outros “deputados intelectuais” do PCB, e o desempenho de Claudino pode ser compreendido no conjunto dos outros “deputados operários”.

O desempenho de Claudino da Silva durante os trabalhos da Constituinte, em comparação a outros parlamentares, tanto do PCB quanto de outros partidos, deixa a impressão que ele teve uma atividade parlamentar pouco propositiva⁴⁵⁴. Talvez por seus companheiros de partido acharem que lhe faltava traquejo político, lhe coube uma posição quase sempre marginal. O destaque na atividade parlamentar de Claudino ficou por conta de suas intervenções nos debates sobre o “preconceito de cor” e a situação da população negra no Brasil. Durante a Constituinte, o deputado parece ter sido escolhido como porta-voz da bancada comunista sobre a questão racial no Brasil.

Durante o período de atividade da Assembleia Constituinte, o PCB não foi o único partido interessado em representar demandas em benefício da população negra. Políticos de

João Pessoa (1932), Belo Horizonte (1936 e 1939), e por dois anos no Distrito Federal (1940 -1942) (MEDEIROS, 2013, p. 21 e 30; BRAGA, 1998, p. 629).

⁴⁵² A composição do Comitê Central do PCB, em 1943, era a seguinte: Luiz Carlos Prestes (ainda preso foi escolhido como secretário-geral), Diógenes Arruda Câmara, Pedro Pomar, José Medina Filho, Jorge Herlein, Maurício Grabois, Amarílio Vasconcelos, Francisco Gomes, Leivas Otero, Julio Cesar, Sergio Holmos, Lindolfo Hill, Dinarco Reis, José Militão Soares, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Cayres Brito, Ivan Ramos Ribeiro, Mário Alves, Celso Cabral, João Amazonas, Álvaro Ventura, Carlos Marighella (estava preso na Ilha Grande), Claudino José da Silva, Abílio Fernandes, Agostinho Dias de Oliveira. Fonte: O Comitê Central da Conferência da Mantiqueira. Disponível em: Fundação Dinarco Reis (<http://pcb.org.br/fdr>).

⁴⁵³ Magalhães procurou demonstrar como Claudino era percebido por seus pares da Assembleia Constituinte: “Poucos ali sabiam que Claudino, deputado do estado do Rio de Janeiro, ganhara a vida como ferroviário e marceneiro, amargara prisão e tortura e alcançara o Comitê Nacional do seu partido. A repórter Yvonne Rego de Miranda, fã do brigadeiro Eduardo Gomes, tinha-o como pintor de paredes” (MAGALHÃES, 2012, p. 127).

⁴⁵⁴ A quantidade das emendas apresentadas por parlamentar e a participação nas Comissões da Assembleia Constituinte pode ser encontrada nos Anais da Constituinte (BRASIL, 1946) e no estudo de Sérgio Braga (1998).

outros partidos, em especial a UDN e o PTB, também abordaram o assunto e apresentaram propostas.

Em março, o senador Hamilton Nogueira (UDN/DF) fez a leitura de um texto em que discorria sobre a incompatibilidade da existência de racismo no Brasil com o desejo de construção de uma democracia “não nominal, mas de bases humanistas, na qual devem ser respeitados todos os direitos do homem” (BRASIL, 1946). Nogueira estava em acordo com ativistas negros, na maior parte do Distrito Federal, que tinham realizado a Convenção do Negro na cidade de São Paulo, em 1945, e se organizavam para realizar um novo evento, dessa vez no Rio de Janeiro⁴⁵⁵.

Salvo engano, a primeira vez que Claudino fez um pronunciamento para tratar de aspectos da situação racial no Brasil foi durante a Constituinte, por ocasião da cerimônia em homenagem a Duque de Caxias e a Princesa Isabel, em 13 de maio de 1946. Os responsáveis por representar o PCB na tribuna foram Claudino, com a leitura de um texto tratando do período pós-Abolição, e Marighella, que prestou homenagem à Duque de Caxias. Antes de iniciar a leitura, Claudino avisou que apresentaria o ponto de vista da bancada comunista na Constituinte.

Transcrevi o pronunciamento na íntegra no Quadro 21, a seguir. Apesar de extenso, é uma das poucas declarações registradas sobre a posição do PCB em relação à questão racial brasileira no período em que esteve na legalidade política. A postura naquele momento era menos combativa do que aquela verificada nos documentos da década de 1930, analisados na primeira seção do quarto capítulo.

Cabe, entretanto, atentar para a política de União Nacional⁴⁵⁶ que tinha sido oficialmente adotada pelo partido desde 1938, baseada na aliança e na colaboração para a “reconstrução democrática”, com objetivo de “conquistar as mais amplas massas sociais, desde o proletariado até as camadas da burguesia progressista”⁴⁵⁷. Seguindo esse propósito, o PCB, durante os anos de legalidade no governo Dutra, procurou se apresentar como o partido da “esquerda institucional” (MAZZEO, 1999, p. 71-73).

A necessidade de se apresentar como um partido com viabilidade de funcionamento na democracia brasileira contribuiu para um discurso mais comedido dos parlamentares do PCB

⁴⁵⁵ Tratei com mais detalhes da Convenção do Negro e da relação de ativistas negros com o senador Hamilton Nogueira no terceiro capítulo.

⁴⁵⁶ Sobre a política e o processo de construção da política de União Nacional do PCB, ver: PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “união nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

⁴⁵⁷ Discurso de Luiz Carlos Prestes proferido no plenário da Assembleia Constituinte (BRASIL, 1946, p. 159, v.19)

durante a Constituinte. A maior liderança do PCB, Luiz Carlos Prestes, chegou ao ponto de desestimular movimentos grevistas dos trabalhadores, em nome da “ordem e tranquilidade”⁴⁵⁸ (PRESTES, 2010, p. 87; SANTANA, 2001, p. 44). Entretanto, a postura mais conciliadora não impedia que os comunistas fizessem a defesa das questões que consideravam. Orientados por uma visão etapista do desenvolvimento capitalista, pregavam o avanço “da democracia burguesa no campo político e da emancipação nacional e da reforma agrária no campo econômico”⁴⁵⁹ (*O Momento*, 31/12/1945).

O texto lido por Claudino, em 13 de maio, é um bom exemplo da política de União Nacional. Ao mesmo tempo, reconhecia a luta negra pela abolição da escravidão e condenava o preconceito de cor, com base em um preceito democrático pela não discriminação; e realçava a precariedade da situação social do trabalhador agrícola, “mais de dois terços da população do Brasil, vive abandonada nos campos”⁴⁶⁰. A reforma agrária, uma das principais propostas do PCB na Constituinte, foi apresentada pelo senador Luiz Carlos Prestes no projeto de emenda nº 3.258. O texto propunha que o Estado promovesse “a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras não aproveitadas situadas nas zonas de maior densidade demográfica e/ou beneficiadas por obras públicas” (BRAGA, 1998, p. 290)

Embora a proposta tenha sido rejeitada, demonstrava a preocupação do PCB com uma questão que tinha ficado ausente da agenda política brasileira até aquele momento⁴⁶¹. O historiador José Murilo de Carvalho, em sua análise sobre cidadania no Brasil, explicou que, até a década de 1960, o Estado se eximiu de atuar na regulação das relações de trabalho agrícola.

⁴⁵⁸ Apesar do discurso no PCB, comprometido com a Unidade Nacional e com a manutenção da “ordem e tranquilidade”, não é correto assumir que o movimento operário sob a influência do partido agiu como correia de transmissão em apoio à política adotada pelos comunistas. Alguns estudos nos últimos anos destacam a atuação de trabalhadores e sindicatos, nem sempre em acordo com os ditames da cúpula partidária. Ver, por exemplo: COSTA, Hélio da. *Em busca da memória: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra*. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1995; FORTES, Alexandre [et. al.] *Na luta por direitos: leituras recentes em história social do trabalho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999; SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001

⁴⁵⁹ Para uma análise da ideia etapista na história do PCB, ver: REZENDE, Claudinei Cássio. *Suicídio revolucionário: a luta armada e a herança da quimérica revolução por etapas*. São Paulo: Cultura. Acadêmica, 2010.

⁴⁶⁰ A reforma agrária foi proposta na emenda de nº 3.258 (rejeitada), apresentada pelo senador Luiz Carlos Prestes: “facultando ao Estado a desapropriação, para fins de reforma agrária, das terras não aproveitadas situadas nas zonas de maior densidade demográfica e/ou beneficiadas por obras públicas” (BRAGA, 1998, p. 290). Segundo Angelo Priori (2003) foi na década de 1940 que o PCB começou a mostrar uma preocupação específica com a questão agrária no Brasil. Ainda de acordo com o autor “O breve espaço de tempo de legalidade, entre os anos de 1945 e 1947, possibilitou ao partido ampliar o debate acerca dos problemas da sociedade e inserir o tema do campo entre suas preocupações” (PRIORI, 2003, p. 61)

⁴⁶¹ No geral, as propostas do PCB não foram bem recebidas na Constituinte. A divergência com os políticos que chamavam de conservadores - força opositora aos democratas, dos quais os comunistas compreendiam ser uma fração - foi grande, a ponto da bancada comunista votar contra o projeto de Constituição, voto que foi vencido. Prestes chegou a declarar que o voto do partido foi contrário porque o projeto era uma negação do compromisso que os parlamentares do PCB assumiram naquele trabalho (GIOVANETTI NETO, 1986, p. 122-127)

Dessa forma, “os trabalhadores agrícolas tinham ficado à margem da sociedade organizada, submetidos ao arbítrio dos proprietários, sem gozo dos direitos civis, políticos e sociais” (CARVALHO, 2008, p. 140).

O argumento em favor do trabalhador agrícola também pode indicar a percepção de que, apesar dos entraves da discriminação, existiam mecanismos sociais que davam condições para o negro ascender socialmente. Um dos autores que sintetizou esse pensamento, alguns anos depois, foi Costa Pinto ao afirmar que:

Hoje é menos fácil, como até meio século ou menos atrás, pensar no negro como uma massa homogênea e indiferenciada, que em bloco se distinguia em tudo e por tudo do estrato branco a ela superposto. Depois da Abolição, o funcionamento das instituições republicanas e liberais, a urbanização do negro, a crescente complexidade de uma sociedade de base industrial em desenvolvimento criaram sérias assimetrias e profundas contradições na forma e no conteúdo da estrutura social dentro da qual coexistem e convivem no Brasil pretos e brancos (COSTA PINTO, 1998 [1953], p. 236).

Quadro 21- Pronunciamento de Claudino da Silva na Assembleia Constituinte
sessão de 13.05.1946

Sobre a libertação dos escravos, ocorrida em 1888, muitos autores têm falado e sob as mais variadas formas. O mesmo ocorre com relação ao negro no nosso país.

No meu entender, Srs. Constituintes, a Lei Áurea foi a resultante de uma luta na qual teve papel decisivo o próprio negro.

Já naquela época havia a compreensão de que o mundo passava por uma transformação e o próprio desenvolvimento da Inglaterra, com a consequente ampliação de seus mercados, não podia admitir a mão de obra escrava, que constituía verdadeiro entrave à colocação de suas próprias mercadorias. Por ironia da sorte, hoje se comemora a redenção dos escravos na Assembleia Constituinte. A 13 de maio de 1888, os escravos tiveram abertas as senzalas, mas a esses mesmos escravos não deram terras, com as quais pudessem obter a libertação econômica.

Hoje, temos aqui reunida uma Assembleia Constituinte, após a luta titânica que se travou pela libertação do mundo. Bem poderia ela concorrer, e de maneira decisiva, para completar, no Brasil, a libertação dos escravos. Agora não são apenas os negros cativos, mas toda uma população de trabalhadores agrários que vive em situação muito pior que a dos escravos.

É que os escravos, Srs. Representantes, ao menos tinham a senzala para morar e, como remédio, o purgante de azeite de mamona ou carrapateira, como é conhecido no norte, além de uma indumentária tosca e a criação de seus filhos. Em nossos dias, toda essa imensa massa de trabalhadores, mais de dois terços da população do Brasil, vive abandonada nos campos, mourejando de sola a sol e abraços com toda sorte de enfermidade.

Senhores Constituintes, no texto da Carta que estamos elaborando, onde se trata dos direitos dos cidadãos, bem que poderíamos incluir os homens de côr. E isso porque, conforme já se acentuou nesta tribuna, o negro no Brasil vive acesso, na carreira militar, nos postos mais elevados. Não obstante, a Constituição é a primeira a assegurar a todos o regime de igualdade democrática.

O preconceito de côr ainda predomina no Brasil, e, por desgraça nossa, já vem atingindo o próprio negro, o que poderá redundar num complexo de inferioridade.

A Assembleia Nacional Constituinte, numa homenagem verdadeiramente significativa à data que hoje se comemora, poderia fazer inserir em nossa Carta Magna um preceito democrático, fruto da vontade de todos os partidos aqui representados, sem distinção de ideologia política, segundo o qual, a todos, brancos ou negros, seria assegurada a mais ampla participação na vida nacional.

Fonte: Anais da Constituinte de 1946 (BRASIL, 1946, p. 32,33, v. IX)

O pronunciamento de Claudino na cerimônia da Constituinte em homenagem à Princesa Isabel aconteceu apenas dois dias após a abertura dos trabalhos da Convenção Nacional do Negro Brasileiro, realizada no Rio de Janeiro entre 11 e 13 de maio de 1946. Claudino participou da primeira sessão do evento, em mesa formada por outros parlamentares - o senador Hamilton Nogueira, o deputado Manuel Benício Fontenelle (PTB/J), e Gilberto Freyre, na época deputado federal -, assim como o presidente da Convenção, Abdias do Nascimento, o diretor do jornal *Diário Trabalhista*, Eurico de Oliveira, e outros (*Diário de Notícias*, 12/05/1946, p. 6).

O mandato parlamentar parece ter promovido uma maior aproximação de Claudino, que já tinha longo histórico de militância operária, com lideranças do movimento negro do Rio de Janeiro e de São Paulo, especialmente aquelas interessadas no trabalho da Constituinte. Além de participar da abertura da Convenção do Negro, em maio de 1946, o nome de Claudino foi, junto com o de Hamilton Nogueira, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Manuel Fontenelle, indicado para ministrar conferências em São Paulo com o intuito de promover a “arregimentação de intelectuais negros na capital paulista”. A indicação foi feita por Geraldo Campos de Oliveira, presidente do Diretório Estadual de São Paulo da Convenção do Negro, entidade que estava organizando a campanha (*Diário Trabalhista*, 28/06/1946. In. MACEDO, 2005, p. 142).

Voltando à Assembleia, o debate sobre o “preconceito de cor” voltou a ser realizado, em 28 de agosto, quando o senador Hamilton Nogueira defendeu a emenda constitucional nº 1.089, de autoria do deputado Benício Fontenelle. Apresentada em 17 de junho, a emenda propunha acrescentar ao parágrafo 1 do artigo 159⁴⁶² – “Todos os brasileiros são iguais perante a lei” - as seguintes palavras: “sem distinção de raça e de cor”⁴⁶³.

O senador Hamilton Nogueira também apresentou um projeto de emenda (nº 1.087), na sessão do dia 17 de junho, que versava sobre a não distinção de raça e de cor nas carreiras “Diplomática, Militar e Civil”.

Art. 159:

Acrescente-se:

"Fica assegurado, no espírito da lei e sua redação, sem quaisquer outras exigências, o ingresso de qualquer cidadão, sem distinção de cor, nas carreiras, Diplomática, Militar (Escola Naval, de Guerra e Aeronáutica) e Civil.

[...]

⁴⁶² No texto final da Constituição, o artigo 159 recebeu a numeração 141.

⁴⁶³ A emenda foi assinada por: Sala das Sessões, 17 de junho de 1946. - Manuel Benício Fontenelle (PTB/DF) - José Borba (UDN/CE) - Aureliano Leite (UDN/SP) - Plínio Barreto (UDN/SP) - Antenor Bogéa (UDN/MA). O texto integral com a emenda e a justificação está no Anexo B.3.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1946. - Hamilton Nogueira (UDN/DF) - Gilberto Freyre (UDN/PE) - José de Borba (UDN/CE) - Domingos Velasco (UDN/GO) - Nestor Duarte (UDN/BA) - Dolor de Andrade (UDN/MT) - Paulo Sarasate (UDN/CE) - Aureliano Leite (UDN/SP) - Plínio Barreto (UDN/SP) - Prado Kelly (UDN/RJ)⁴⁶⁴.

Provavelmente, o senador da UDN abriu mão de seu projeto de emenda em nome do projeto apresentado pelo deputado Benício Fontenelle, mais abrangente. O PCB também apresentou um projeto de emenda constitucional (nº 3.600), que não chegou a ser debatido na Assembleia. Encabeçado por Claudino da Silva, o projeto da bancada comunista propunha legislação penal contra a “propaganda de exclusivismo racial”.

Art. Onde convier, de preferência depois do art. 159: “Toda restrição direta ou indireta dos direitos contidos nesta Constituição ou, inversamente, o estabelecimento de privilégios diretos ou indiretos em razão de raça, religião, credo filosófico ou político, assim como toda propaganda de exclusivismo racial ou de luta religiosa serão punidos por lei”.

Justificação

O Projeto é falho por omissão e restrição. Daí a necessidade da manifestação expressa da garantia do cumprimento do estabelecido, determinando obrigatoriamente a punição por lei, para quem fizer restrição aos direitos contidos na Constituição.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1946. - Claudino José da Silva (PCB/RJ) - Alcedo Coutinho (PCB/PE) - Batista Neto (PCB/DF) - Gregório Bezerra (PCB/PE) - Maurício Grabois (PCB/DF) - Alcides Sabença (PCB/RJ) - Trifino Correia (PCB/RS) - Carlos Marighella (PCB/BA).

(BRASIL, 1946, p. 215, vol. XVI)

Os três projetos, apresentados com o objetivo de garantir direitos de cidadania, sem distinção de “raça ou cor”, requeriam modificação do artigo 159 do projeto da Constituição. Apesar disso, os discursos e os textos das emendas não faziam referência a uma situação estrutural de racismo na sociedade brasileira, as propostas visavam “corrigir” situações em que ocorresse a manifestação de discriminação racial.

No plenário, Nogueira e Fontenele defenderam a emenda nº 1.089 em uma perspectiva liberal, pelo respeito à garantia de direitos individuais. A proposta recebeu apares favoráveis e

⁴⁶⁴ O texto da emenda e a justificação foram transcritos integralmente no Anexo B.4.

contrários⁴⁶⁵. Claudino da Silva se pronunciou em favor da emenda, contudo demonstrou algumas restrições à proposta⁴⁶⁶:

V. Ex^a tem toda razão, o preceito deve ficar assegurado no texto, porque quando as pessoas de cor procuram ingressar em algumas escolas superiores, não se lhes dá esse direito e eles não têm a quem recorrer, por falta de dispositivo expresso a respeito na Constituição. Entretanto, acho que a emenda de V. Ex^a é restritiva no que concerne aos demais problemas sociais e de classe (BRASIL, 1946, p. 411, vol. XXII).

Depois dos debates, com diversos apartes, a emenda constitucional nº 1.089 foi votada e rejeitada pela maioria dos parlamentares presentes no plenário da Assembleia. Pouco mais de um mês depois foram finalizados os trabalhos de redação e votação do texto da Constituição, promulgada em 18 de setembro de 1946⁴⁶⁷.

Nos meses seguintes à promulgação da Constituição, os partidos passaram a se organizar para as eleições estaduais que aconteceriam em janeiro de 1947. Assim como outros políticos, os parlamentares eleitos na legenda PCB passaram a circular pelo país, promovendo as campanhas dos candidatos para as vagas no legislativo estadual.

Em alguns estados, como a Bahia, o sucesso eleitoral do PCB dependeria de uma campanha que alcançasse as “massas” que ainda não tinham aderido à proposta comunista. Isso porque, apesar do contexto favorável ao crescimento dos votos no partido, até aquele momento,

⁴⁶⁵ Os parlamentares que fizeram apartes contrários à emenda foram: Jurandir Pires (UDN/DF), Aureliano Leite (UDN/SP), Eduardo Duvivier (PSD/RJ), Nestor Duarte (UDN/BA), Mario Masagão (UDN/SP). Eles defendiam o argumento que o artigo da constituição já garantia o direito de todos os cidadãos, sem a necessidade de discriminar nenhum grupo específico. Os que fizeram apartes favoráveis foram: Aliomar Baleeiro (UDN/BA), Segadas Viana (PTB/DF) e Claudino da Silva (PCB/RJ). O argumento geral consistia em afirmar que a legislação que pregava o direito universal não garantia a efetivação do direito de todos na prática.

⁴⁶⁶ Abdias do Nascimento incluiu em suas memórias um relato de que Claudino da Silva teria se posicionado contra a proposta defendida por Hamilton Nogueira, que foi muito repercutido, mas que parece não condizer com os acontecimentos. Como ficou registrado na ata da sessão, Claudino declarou ser favorável à proposta, mesmo com algumas ressalvas. Abdias, no entanto, reiterou a narrativa construída sobre o episódio em repetidas ocasiões (NASCIMENTO e NASCIMENTO, 1997; NASCIMENTO e NASCIMENTO, 2000; SEMOG, 2006; NASCIMENTO, 1976). Em uma das publicações, a biografia “escrita em quatro mãos” como Éle Semog, Abdias afirmou: “na Constituinte de 1946, o senador Hamilton Nogueira, tomando por base o Manifesto à Nação Brasileira, encaminhou projeto à Constituinte, criminalizando a discriminação racial, que, se aprovado, integraria o texto constitucional de 1946. A proposta do senador Hamilton Nogueira foi detonada, de forma veemente, pelo único representante negro na Assembleia Constituinte, o deputado federal pelo Partido Comunista, Claudino José da Silva. Este, sob a orientação do Partido, afirmou que uma proposta contra o racismo restringiria o sentido mais amplo da democracia; e recebeu, evidentemente, apoio diversos dos demais parlamentares” (SEMOG, 2006, p. 150).

⁴⁶⁷ No texto final da Constituição de 1946 a menção a “preconceito de raça” foi feita no ‘parágrafo 5º do artigo 141 (antigo 159): 5º - “É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe” (BRASIL, 1946).

a penetração do pensamento comunista na sociedade baiana tinha alcançado em maior intensidade os meios intelectual e estudantil do que o operariado⁴⁶⁸.

O Comitê Regional do PCB na Bahia contava ainda com uma particularidade que permitia maior circulação de lideranças provenientes daquele estado durante o período de: a influência no meio comunista nacional, por ter sido um núcleo de resistência durante os anos de repressão do Estado Novo, tornando-se a seção mais importante na recomposição do partido após 1945⁴⁶⁹ (SENA JR., 2007).

Dessa forma, apesar de não ter sido um dos estados onde os comunistas tiveram o melhor desempenho nas eleições de 1945, a campanha eleitoral do PCB na Bahia contou com a participação de algumas das lideranças nacionais mais relevantes, como a do senador Luiz Carlos Prestes e a dos baianos, Jorge Amado e Carlos Marighella. Outra liderança nacional destacada para a campanha eleitoral na Bahia foi o deputado Claudino da Silva, provavelmente menos conhecido na sociedade baiana, mas com um perfil adequado para chamar a atenção da parcela do eleitorado que o partido precisava alcançar⁴⁷⁰.

⁴⁶⁸ Esse argumento era utilizado, inclusive, pelos dirigentes do PCB na Bahia, a exemplo de João Falcão, um dos líderes do partido no pós-Estado Novo, em uma entrevista concedida a Sonia Serra, Ubiratan de Araújo, Mirian Freitas e Petilda Vasques, em 1985, citada em Serra (1987) .

⁴⁶⁹ Uma mostra da importância da seção baiana do PCB foi a eleição de comunistas baianos na legenda do PCB em outros estados, mostra do papel que tiveram na organização do partido em nível nacional. Dos 14 eleitos: Jorge Amado e Milton Cayres de Brito, eleitos eram São Paulo, eram baianos; Maurício Grabois, eleito no Distrito Federal era nascido em Salvador, capital da Bahia. Outra importante liderança do PCB, o número dois do partido, o alagoano Diógenes Arruda, constituíra-se liderança do partido durante passagem pela Bahia no Estado Novo (NEGRO, 2012).

⁴⁷⁰ A participação de Claudino da Silva na campanha eleitoral do PCB na Bahia foi noticiada no jornal *O Momento*: “Especialmente para participar do grande comício da campanha acompanhará o dirigente nacional Giocondo Dias o deputado federal Claudino José da Silva que falará ao povo baiano na Praça da Sé. O dirigente nacional do PCB e o deputado federal Claudino José da Silva foi eleito pelo proletariado e povo do Estado do Rio” (*O Momento*. 13/12/1936, p.1).

Seção 5.2. O PCB baiano no Pós Estado Novo

No dia 15 de novembro de 1946 foi lançada, em Salvador, a Chapa Popular do Partido Comunista do Brasil, com o anúncio dos nomes dos candidatos que iriam concorrer às eleições para a Assembleia Legislativa estadual, em 19 de janeiro do ano seguinte. A lista dos candidatos do PCB era composta por 37 nomes, depois foi acrescida de mais 20⁴⁷¹, dentre os quais advogados, médicos, professores, jornalistas, fazendeiros e trabalhadores de vários setores da indústria e comércio. O trecho a seguir demonstra como o partido relatou o evento que promoveu para lançamento dos candidatos incluídos na legenda:

A apresentação ao povo baiano dos candidatos da Chapa popular, lançada pelo Comitê Estadual do PCB, para as eleições de 19 de janeiro, constituiu uma verdadeira afirmação do apoio que têm os candidatos populares no seio de todas as camadas sociais.

Tomou parte na grande festa do povo, no dia 15 último, uma grande massa calculada em 25 mil pessoas, que aplaudiu entusiasticamente os seus legítimos candidatos, mostrando a sua decisão de esmagar, pacificamente, os reacionários e restos fascistas que ainda tentam sobreviver em nossa terra (*O Momento*, 17/11/1946).

Como já tratei anteriormente, o sucesso eleitoral era naquele momento um fator muito relevante para a consolidação do PCB na cena política. Para alcançar tal intento, os comunistas baianos procuravam intensificar a organização popular e sindical, em especial em Salvador e nos municípios do recôncavo baiano. O fato de o PCB focar suas atenções nas capitais e cidades vizinhas era uma estratégia para atrair os principais afetados pelo descompasso entre crescimento urbano-industrial, ainda que lento, e melhoria das condições de vida da população. O discurso comunista encontrava eco nas demandas do movimento operário e, no caso de Salvador, nos milhares de desempregados ou subempregados migrantes, que chegavam à cidade cada vez em maior número.

A década de 1940 na Bahia foi marcada por uma profunda crise, que se estendia desde os anos 1930, quando teve início um conjunto de modificações da política econômica empreendidas pelo governo Vargas, que dificultou a inserção dos setores produtivos do estado⁴⁷² (GUIMARÃES, 1982, p. 40-41).

⁴⁷¹ *O Momento*, 17/11/1946, p.1; 19/12/1946, p.1.

⁴⁷² Guimarães explica que, mesmo em decadência desde 1850, a economia baiana manteve duas áreas que permitiram a manutenção da classe dominante: agricultura e o comércio exterior. Contudo, a partir de 1930 outros ramos de atividades e áreas de investimento passariam a ser privilegiados, o que serviria para dismantlar ainda mais as bases em que se fundava a economia baiana, que somente voltaria a se rearticular com a ascensão de uma nova classe burguesa, alicerçada em um discurso de regionalismo econômico (GUIMARÃES, 1982).

A conjuntura socioeconômica do pós-Estado Novo fez surgir um discurso que ganhou centralidade no meio político baiano: a pregação da união de forças para a superação da crise. Nas eleições de 1947, o político que conseguiu reunir alianças e se eleger governador na legenda da UDN, apoiado por uma ampla frente, com participação também do PCB, foi Otávio Mangabeira, “um homem de tez mestiça que restaurou os costumes dos baianos da via relacional” (NEGRO, 2012, p. 142).

Envolvidos na produção do consenso político na Bahia, aos comunistas restava construir uma lógica de diferenciação no interior do que denominavam forças democráticas, entre aqueles que representariam a burguesia (PTB, PSD e UDN), e o PCB, que seria o grande representante do operariado e do povo⁴⁷³. Dessa forma, uma das grandes apostas do Partido no processo eleitoral era a indicação de candidatos que representassem a “massa” popular. A imagem construída em torno do candidato comunista era a de que este tinha mais legitimidade em relação aos outros candidatos, por integrar um partido em que “o povo era a maior autoridade”, com poder de controlar os mandatos e retirá-los se não ficasse satisfeito (SERRA, 1987).

O órgão de imprensa do Comitê Regional do PCB na Bahia, na difusão das ideias dos comunistas e na campanha eleitoral de seus candidatos, era o jornal *O Momento*⁴⁷⁴. Criado em abril de 1945, o periódico foi o primeiro jornal de um Comitê Regional do PCB a entrar em circulação durante a rearticulação que aconteceu com o declínio do Estado Novo. A formação de uma imprensa partidária se tornou uma das prioridades do PCB na rearticulação. Assim, nos meses seguintes ao surgimento de *O Momento* foram fundados diversos veículos de comunicação abertamente ligados ao PCB⁴⁷⁵. O intenso controle da imprensa de divulgação, uma prática entre os partidos com influência marxista-leninista, foi posta em prática pelo PCB

⁴⁷³ Nas palavras de um dos líderes do PCB na Bahia, Giocondo Dias: “conclamamos a todos os democratas e patriotas, pertencentes ou não aos partidos políticos, a virem juntamente com o povo e na base do seu apoio, afim de trabalharmos conjuntamente pela realização de eleições livres e honestas. Mesmo porque é necessário que as forças políticas das classes dominantes, o PSD e a UDN, até o PTB, compreendam que nos tempos em que vivemos já não é mais possível fazer política sem ouvir o povo e sem levar em conta a sua vontade de encontrar uma solução pacífica e democrática para a situação desesperadora em que é forçado a viver. É preciso que se compreenda que somente com a participação efetiva das massas populares será possível a resolução dos problemas que aí se encontram há muito tempo, sem solução, e que colocam a Bahia em situação de inferioridade em face aos demais Estados” (*O Momento*, 10/11/1946, p.8).

⁴⁷⁴ *O Momento* funcionou sob a direção de Almir Matos, J. Quintino de Carvalho, Ariovaldo Matos e Aristeu Nogueira. Entre os colaboradores do periódico figuram: João Falcão, um dos principais líderes do PCB na Bahia, os irmãos José e Jacob Gorender, o historiador Luís Henrique Dias Tavares e Jorge Amado.

⁴⁷⁵ O sistema de imprensa do PCB contava inclusive com sua própria agência de notícias, a *InterPress* (MAGALHÃES, 2012). Além de *O Momento*, outros jornais ligados ao PCB criados no período e que conseguiram boa circulação foram: *A Classe Operária* (1946) e *Tribuna Popular* (1945), no Rio de Janeiro; *Hoje* (1945), em São Paulo; *Folha do Povo* (1945), em Pernambuco; e *Tribuna Gaúcha* (1945), no Rio Grande do Sul (MORAES, 1994, p. 65). Uma lista dos jornais surgidos no período, o local e os responsáveis se encontra disponível no site da Fundação Dinarco Reis: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=202:os-jornais-comunistas-e-seus-responsaveis&catid=1:historia-do-pcb

no Brasil no período em que gozava de forte apelo popular. O Partido Comunista compreendia sua imprensa como um instrumento para que suas organizações de base unificassem o momento de luta do operário com a ideologia do proletariado.

Dessa forma, os comunistas reunidos em *O Momento* procuravam fazer com que o jornal cumprisse a função de mobilizador das massas, voltando-se para as demandas populares e sindicais, usando geralmente o tom conciliatório próprio do PCB nos primeiros anos após a abertura democrática de 1945⁴⁷⁶.

Além do jornal, outra estratégia adotada pelo PCB para aproximação com os operários era a disputa por representação nos sindicatos, atraindo lideranças já existentes ou impulsionando o aparecimento de novos líderes que se vinculassem ao comunismo. Entre o operariado baiano, os dois partidos políticos que mais atraíam a atenção das classes trabalhadoras eram o PTB e o PCB. O Partido Trabalhista Brasileiro se beneficiava de ter nascido sob a tutela de Getúlio Vargas, e desfrutava dos lucros de sua política trabalhista. O PCB pleiteava a representação de trabalhadores e disputava o controle de sindicatos desde a sua fundação. Na legalidade, a disputa pela liderança do movimento convivia com um discurso de unidade sindical, que tendia a facilitar alianças entre trabalhistas e comunistas⁴⁷⁷.

A disputa entre PCB e PTB por predominância na influência junto aos círculos operários baianos não se repetia na política. Os dois partidos com maior força eleitoral no estado eram UND e PSD, formados por elites com perfil quase similar, a exemplo de “coronéis”, fazendeiros, políticos de carreira. A diferença entre os dois partidos foi a formação de um grupo de “intelectuais” na UDN, interessados em construir um discurso particular sobre problemas que afetavam o campo político e o campo econômico, dedicados à busca de uma explicação para o subdesenvolvimento do setor industrial do estado⁴⁷⁸ (GUIMARÃES, 1982, p. 102 e 109).

O desenvolvimento das forças produtivas na Bahia fez com que, na década de 1940, a estrutura de desenvolvimento econômico no estado ainda fosse marcadamente agrária, apesar do crescimento modesto de um parque industrial⁴⁷⁹. Ainda assim, o operariado baiano tinha relevância política e social, como explica José Raimundo Fontes:

⁴⁷⁶ *O Momento*, assim como o PCB no período pós 1945, vivenciou diferentes fases. Na fase inicial - que corresponde ao maior período sob o escrutínio de minha análise -, de sua fundação (1945) até maio de 1947, o jornal era um espaço de união de intelectuais antifascistas e de esquerda, não necessariamente comunistas. A união desses intelectuais no período girava em torno da defesa dos trabalhadores e da democracia.

⁴⁷⁷ Sobre alianças forjadas entre PCB e PTB no pós-Estado Novo, ver Santana (2007).

⁴⁷⁸ Nas palavras de Guimaraes: “um discurso... baseando-se nos conquistados direitos de uma constituição federalista, defendia as garantias para que também a burguesia baiana conseguisse atingir o estágio industrial” (GUIMARÃES, 1982, p. 109)

⁴⁷⁹ Na década de 1940, a população ocupada em trabalhos não agrícolas correspondia a pouco mais de 30% dos empregados, dos quais quase 80% eram autônomos. A parcela da população que experimentava a condição

A dimensão sociopolítica decorrente da presença da classe operária no interior da estrutura sociorregional é fato que pode ser observado desde os fins do século XIX. Ao longo desse período, os trabalhadores baianos foram se afirmando enquanto agentes sociais com interesses específicos, desenvolvendo ações reivindicatórias em torno de questões materiais e salariais; estruturando associações e organismos beneficentes, culturais e sindicatos diversos; elaborando e recepcionando discursos de caráter político-ideológico e participando de agremiações e do processo político-eleitoral. Episódios e experiências como a do Partido Operário (1890), da Federação Socialista baiana (1903), da Greve Geral (1919), do Partido Socialista e da Federação dos Trabalhadores Baianos (1920-1921), entre outros, amalgamaram a memória coletiva do proletariado regional, não silenciando batalhas e combates passados (FONTES, 1999, p. 292).

Alguns estudos têm contribuído para a compreensão do processo de formação do operariado baiano. Pesquisas, como as realizadas por João Reis (2000), Wlamira Albuquerque (2004) e Walter Fraga Filho (2006), permitem reconstituir o perfil da classe trabalhadora urbana ainda durante o registro da escravidão e no período pós-abolição. Pretos e mestiços, libertos, livres do 13 de maio e seus descendentes, em sua maioria migrantes do interior do estado, especialmente do Recôncavo, foram os principais grupos na constituição da classe operária baiana⁴⁸⁰.

Nas décadas de 1930 e 1940, o êxito do PCB em se aproximar do movimento operário e sindical lhe rendeu militantes entre as lideranças dos setores produtivos mais relevantes da economia local: portuários, estivadores, tecelões, ferroviários e transviários. Algumas dessas lideranças foram indicadas na legenda do PCB, a “Chapa Popular”, para as eleições estaduais de 19 de janeiro de 1947. Os “candidatos operários” representavam a possibilidade do crescimento da influência do comunismo na Bahia, principalmente entre os setores populares.

operária era o principal alvo das correntes políticas pelo peso social, eleitoral e político-ideológico que tinham na sociedade baiana (FONTES, 1999).

⁴⁸⁰ Reis (2000) comparou a situação da Bahia com a do Rio de Janeiro, que, nas últimas décadas antes da Abolição, também tinha um contingente significativo de escravos e libertos realizando trabalhos urbanos a ganho, e concluiu que: “Ao contrário do que se passou no Rio de Janeiro, onde imigrantes europeus substituiriam, ao longo da segunda metade do século XIX, uma parte dos escravos de rua africanos e afro-brasileiros - embora muito menos na zona portuária -, na Bahia, dessa transição simplesmente não participaram imigrantes europeus. Não encontrei sequer um branco estrangeiro registrado como ganhador. Aqui os ganhadores africanos saíam paulatinamente para dar lugar aos negros e mestiços brasileiros, principalmente a gente de fora de Salvador, mas da província da Bahia” (REIS, 2000, p. 218). Sobre como o processo se deu no Rio de Janeiro, ver: VELASCO E CRUZ, Maria C. Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, v. 24, 2000; _____. Da tutela ao contrato: 'homens de cor' brasileiros e o movimento operário carioca no pós-abolição, *Topoi*, vol. 11, n. 20, 2010.

5.2.1 Os candidatos do povo: operários comunistas nas eleições estaduais da Bahia

Os candidatos do Partido Comunista do Brasil são homens tirados de dentro do próprio povo, de dentro dos próprios trabalhadores, e, por isso, estamos com eles.

(Depoimento de um funcionário da Cia. Circular. *O Momento*, 19/11/1946)

Dos 37 candidatos da “Chapa Popular” apresentados pelo PCB na Praça da Sé, em Salvador, no dia 15 de novembro de 1946, 12 receberam a denominação “candidatos operários”. Em termos de função laboral, alguns eram, de fato operários, outros podem ser classificados de forma mais ampla, como trabalhadores urbanos. Além disso, a maioria exercia cargos de direção em comitês regionais do partido e três deles eram representantes de entidades criadas pelo movimento sindical, com o apoio do Partido Comunista. Na tabela a seguir estão listados nomes, ocupações e cargos que os candidatos tinham dentro do PCB:

Tabela 1- Lista dos "candidatos operários" do PCB baiano nas eleições de janeiro de 1947

Nome do candidato	Ocupação	Cargo no PCB
Antonio Marques	Carregador de trapiches	-
Antonio Rosa	Padeiro e líder sindical	-
Benedito Manoel do Nascimento	Operário da construção civil	integrante da diretoria da união sindical do PCB
Cosme Ferreira	Operário das Docas	secretário de organização do comitê estadual do PCB
Dermeval Araújo	Operário tecelão da fábrica da Boa Viagem	secretário político do Comitê Distrital da Penha (bairro) do PCB
Jaime Maciel	Estivador, representante da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB)	secretário sindical do comitê estadual do PCB
João Cardoso de Souza	Operário marítimo (estivador)	secretário do comitê municipal de Salvador do PCB
João dos Passos	Operário da Cia. Linha Circular, membro da diretoria da União Sindical	dirigente municipal (Salvador) do PCB
Lourival Nascimento	Operário da Cia. Energia Elétrica	-
Saul Rosas	Líder sindical em Juazeiro e na zona do São Francisco	-
Vitório Pita	Ferrovário das oficinas de Alagoinhas da Leste Brasileiro	-

Fonte: (SENA JR., 2007, p. 390-391)

Antes da tentativa de atuar em cargos eletivos do legislativo do Estado, a maior parte dos “candidatos operários” do PCB tinha posição de liderança conquistada em anos de

experiência em suas áreas de trabalho. Durante a campanha, o caráter popular desses candidatos era utilizado como confirmação de que eles exerceriam melhor a representação política, que eram os “mais capazes e dispostos a solucionar os problemas que enfrentava a população mais pobre de Salvador” (*O Momento*, 15/01/1947).

Frequentemente, *O Momento* ouvia colegas de trabalho dos “candidatos operários”. Um deles teria afirmado o seguinte sobre o candidato Dermeval Araújo⁴⁸¹: “é o único que pode defender os nossos direitos na Câmara, pois é um trabalhador, como nós e merece, pelo seu passado, a nossa confiança. Votaremos em massa no seu nome”. Uma tecelã, também companheira de trabalho do candidato, completou: “Todos os nossos graves problemas só poderão ser satisfatoriamente resolvidos na Câmara se lá estiverem verdadeiros representantes dos trabalhadores, homens que tenham vivido com os operários, sentindo as suas necessidades” (*O Momento*, 02/12/1946)⁴⁸².

Uma das alegações mais presentes nas páginas de *O Momento* para justificar a escolha dos “candidatos operários” era o fato de eles sentirem “na própria carne” os problemas que atingiam a população baiana. O apelo à vivência que se revelava nas “dores na carne” foi utilizado, por exemplo, para descrever a condição do candidato Jaime Maciel, em uma das várias vezes que aparece em *O Momento* durante a campanha eleitoral. Maciel tinha 33 anos no período em que se candidatou e era estivador, mas já havia trabalhado como condutor de bondes, soldado do exército e guarda civil. Sua trajetória de vida se confunde com a de muitos moradores de Salvador naquele momento: vindos do interior, de uma existência predominantemente rural, migraram para a capital e ali se estabeleceram, na maioria das vezes em situações muito precárias⁴⁸³.

⁴⁸¹ Sobre a trajetória de Dermeval Araújo foi publicado o seguinte texto durante a campanha: “O operário tecelão Dermeval Araújo Silva nasceu em 1923. Começou a estudar muito cedo, aos quatro anos, terminando com nove anos o curso primário... Aos 15 anos tentou ingressar na Escola de Marinheiros, porém não foi aprovado na inspeção de saúde. Após ter trabalhado em várias profissões, empregou-se como tecelão na Fábrica da Boa Viagem da “Cia. Empório Industrial do Norte”... Ingressou no Partido Comunista do Brasil em 1945, destacando-se como um militante ativo e um dirigente operário acatado pelos seus companheiros de trabalho” (*O Momento*, 02/12/1946, p.2).

⁴⁸² Apesar de considerar os depoimentos que aparecem no jornal *O Momento* indícios importantes para análise, também compreendo que podem conduzir a um olhar enviesado da campanha eleitoral, já que o jornal tinha clara tendência favorável aos candidatos e possuía o poder de edição do material que chegava a redação por meio de seus repórteres. Dessa forma, apresento os depoimentos como mais um recurso discursivo da campanha e menos como uma indicação do apoio efetivo que os candidatos tinham de seus colegas de trabalho e da população baiana em geral.

⁴⁸³ O crescimento populacional na cidade de Salvador foi muito acentuado nesse período. Os dados dos censos demográficos do IBGE indicam um aumento de cerca de 7 mil habitantes na cidade entre os anos de 1920 a 1940. Já entre 1940 e 1950, o crescimento foi de mais de 100 mil habitantes, passando de 290 mil para 417 mil.

Quadro 22 – “A Chapa Popular”: Jaime Maciel (trajetória)

Trabalhador desde a infância, o líder estivador Jaime Maciel nasceu em Santo Estevão do Jacuípe, recôncavo da Bahia, em 1913. Desde criança tomou conhecimento da vida miserável das populações do interior, onde viveu até os 15 anos como trabalhador agrícola e aprendiz de marceneiro.

Emigrando para a capital em 1929, como faz a maioria dos jovens de famílias camponesas, forçados pela miséria do campo, empregou-se na Cia. Linha Circular como condutor de bondes. Em seguida foi soldado do Exército e serviu na Guarda Civil.

Já em 1932, como praça de preto, tornou-se simpatizante do Partido Comunista do Brasil e de Luiz Carlos Prestes, cujo nome ecoava nos quartéis como símbolo da luta do nosso povo pela sua libertação.

Tornando-se trabalhador na Estiva do porto de Salvador, Jaime Maciel destacou-se muito cedo entre os seus companheiros pelas suas qualidades de dirigente operário. Dentro de pouco tempo ganhou a confiança da massa e desempenhou comissões no velho e combativo Sindicato da Estiva, onde se revelou um defensor intransigente e respeitado dos interesses da classe.

Em 1945 participou como delegado da Estiva do II Congresso Sindical dos Trabalhadores Bahianos, tendo uma atuação destacada ao levantar os problemas dos estivadores e da classe operária bahiana em geral. Neste mesmo ano, ingressou nas fileiras do Partido Comunista, trabalhando na célula da Estiva onde foi promovido para o Comitê Estadual do PCB, ocupando hoje a função de Secretário Sindical.

Como líder sindical do proletariado bahiano, Jaime Maciel foi um dos organizadores do III Congresso Sindical do nosso Estado, membro da Comissão permanente do MUT. Em setembro foi eleito pela assembleia do Sindicato da estiva para representar a Classe no Congresso Sindical Nacional, realizado no Rio.

Este autentico lutador da classe operária, devotado inteiramente aos interesses das massas sofredoras da Bahia é um dos candidatos da “Chapa Popular” que o proletariado sufragará nas urnas para a Assembleia Estadual.

Fonte: *O Momento*, 24/11/1946, p.3.

Um exemplo de precariedade na vida da população pobre de Salvador era a alternativa habitacional dessa massa recém-chegada – a invasão coletiva de terrenos alheios, onde várias famílias construíam suas casas. Foi por meio de invasões que muitos bairros nasceram na cidade, estas se constituíram em um espaço de atuação do PCB na busca de se aproximar das lutas populares. Uma “invasão” que se tornou a principal bandeira para representar a demanda popular por moradia foi a Corta-Braço, localizado na Estrada da Liberdade, onde hoje se encontra o bairro de Pero Vaz⁴⁸⁴. No final de 1946, o Corta-Braço tinha cerca de três mil

⁴⁸⁴ O Corta-Braço foi formado em 1946, tendo sido legalizado para moradia depois da desapropriação assinada pelo então governador Otávio Mangabeira, em 1947. No ano passado entre a ocupação e a desapropriação, os moradores do Corta-Braço foram alvo de ações judiciais e policiais, tendo sido o jornal *O Momento* um dos principais porta-vozes em favor da permanência da invasão. Sobre o assunto, ver: SOUZA, Angela Maria Gordilho. Invasões, intervenções e perspectivas: o caso da cidade do Salvador. Caderno CEAS, n. 136, dez. 1991. O jornalista Arioaldo Matos, que trabalhava em *O Momento* no período do surgimento do Corta-Braço publicou um “romance-reportagem”

moradores, que os comunistas procuravam ajudar na organização e na representação legal (SENA JR., 2007, p. 397-404). Durante a campanha eleitoral, a reportagem de *O Momento* encontrou no Corta-Braço moradores que ansiavam pelos “candidatos do povo”⁴⁸⁵:

Estamos perto do dia do Deve e haver, o dia da prestação de contas: as eleições. Precisamos votar nos que estão junto do povo [...] os operários só creem no que veem. O povo exige a verdade e já está farto de ser enganado. Por isto, devemos votar nos candidatos do povo. Já se foi o tempo das plataformas falsas, o povo está unido para lutar pelo que precisa: carne, pão, leite. Só o Partido Comunista apresentou um verdadeiro programa popular. (Julio Aminaí, morador da invasão Corta-Braço, em *O Momento*, 13/12/1946)

João dos Passos, um dos “candidatos operários”, residia na Liberdade, o mesmo bairro do Corta Braço. Líder sindical e representante dos funcionários da Cia Linha Circular, empresa de transportes urbanos na cidade, Passos se destacava pelos discursos incisivos, com denúncias de irregularidades da empresa no cuidado com a segurança e demais condições de trabalho de seus funcionários⁴⁸⁶. Em *O Momento*, sua candidatura se tornou símbolo da luta “contra o imperialismo”, quando a Cia. Linha Circular, a “manhosa raposa de Wall Street”, resolveu instaurar um inquérito administrativo contra Passos, chegando a suspendê-lo de suas funções, durante a campanha eleitoral⁴⁸⁷.

A situação de João de Passos é um exemplo da fragilidade da situação dos operários ligados ao PCB. Sonia Serra, estudando o caso baiano, explicou que o peso da repressão e da opressão social era mais severo para comunistas operários, mesmo em períodos de maior calmaria política⁴⁸⁸ (SERRA, 1987, p. 26).

Depois dos conflitos com a Cia. Linha Circular, em ordem de importância, a campanha de Passos enfatizava a necessidade de união dos operários no combate à exploração das grandes

⁴⁸⁵ A posição favorável ao PCB não era, contudo, uma unanimidade no Corta-Braço. Sena Jr. (2007) acompanhou a cobertura do jornal *A Tarde* sobre o Corta-Braço em 1947 e encontrou matérias do jornal de queixas de moradores contra os comunistas. Vale lembrar que o jornal *A Tarde* foi um dos maiores envolvidos na campanha anticomunista e cassação do registro do PCB na Bahia (SENA JR., 2007, p. 398-399).

⁴⁸⁶ A Companhia Linha Circular era uma subsidiária da Eletric Bond and Share Company, do grupo também fazia parte a Companhia de Energia Elétrica da Bahia. As duas empresas juntas controlavam o fornecimento de luz elétrica, o sistema de telefones, os bondes, o Elevador Lacerda e o Plano Inclinado, que faziam a ligação entre a parte alta e a parte baixa da cidade do Salvador. A Cia Circular envolveu-se em um episódio que marcou o início da década de 1930 em Salvador, o Quebra Bondes, que ocorreu em 4 de outubro. Sobre o assunto, ver: SAMPAIO, Consuelo Novais. “Movimentos Sociais na Bahia de 1930: Condições de Vida do Operariado”. *Universitas* (29), jan./abr. 1992.

⁴⁸⁷ Cf. Toda fúria da Circular contra João dos Passos. *O Momento*, 23/11/1947, p.1; “Minha candidatura significa a unidade de todos os trabalhadores da Circular. *O Momento*, 24/11/1946, p.1; “A Circular não quer que um operário seu seja deputado”. *O Momento*, 28/11/1946, p.1.

⁴⁸⁸ Diferente da situação dos militantes operários do PCB, outros militantes do partido, oriundos das classes médias e elites econômicas, chegavam a ter uma “convivência cordial” com os grupos dirigentes na Bahia. De acordo com Falcón: “Muitas ações da esquerda, então, não apenas eram toleradas, como financiadas pela elite baiana. Facilitava a cumplicidade, laços familiares, de amizade, de apreço e de admiração (FALCÓN, 2007, p. 100).

empresas, que não deveria mais se limitar ao ambiente de trabalho. O próximo passo era pontuar que um espaço propício para a reivindicação por melhorias nas condições de trabalho era a política. Um dos colegas de trabalho de João dos Passos estava convicto que a solução para o triunfo dos trabalhadores sobre a Cia. Circular era a eleição do operário ao cargo de deputado estadual. Disse: “a minha resposta será dada no dia 19 de janeiro. Eu votarei em João dos Passos, porque sei que na Câmara ele continuará a luta pelos direitos dos trabalhadores”⁴⁸⁹.

A leitura de *O Momento* permite observar que boa parte dos militantes operários do PCB tinha ingressado no partido no processo de democratização vivido a partir de 1945. Mas, alguns tinham uma conexão mais antiga com o Partido. Antônio Rosa, líder sindical dos padeiros, participava do Partido Comunista desde 1925, período em que, segundo *O Momento*, ainda “despertava a luta organizada do proletariado” em Salvador. Em 1935, Rosa passou a integrar a Aliança Nacional Libertadora e ocupou o cargo de secretário do núcleo que congregava os trabalhadores de panificação no período. Rosa foi bastante perseguido pela polícia, preso e ficou escondido por vários anos durante o Estado Novo, principalmente por sua atuação na organização de greves por melhoria de salários e condições de trabalho. Apesar das dificuldades que enfrentou por conta da repressão, o candidato se manteve no PCB, lutou pela legalidade do partido e voltou a ser uma das lideranças de sua ala sindical.

Os militantes operários do PCB foram importantes na organização do movimento sindical na Bahia, no pós-1945. Apostando no discurso de unidade sindical, a articulação entre os diferentes sindicatos era crucial, o que poderia render ao Partido a influência em várias categorias de trabalhadores. Não era uma tarefa fácil para os comunistas, pois naquele momento os trabalhistas encontravam mais facilidades na inserção junto ao operariado, e se beneficiavam do corporativismo da estrutura da representação sindical. Uma das maneiras de ganhar visibilidade era a disputa pelo protagonismo. Assim, junto com outras lideranças, os comunistas organizaram o II Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizado em Salvador, no início de 1945, que tinha principal intuito de unificar as pautas de reivindicações dos trabalhadores (SENA JR., 2007, p. 278).

Os comunistas lograram êxito nas propostas expostas durante o congresso e conseguiram criar o Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT)⁴⁹⁰. As lideranças que ingressaram no PCB no processo de estabelecimento das entidades operárias ganharam

⁴⁸⁹ Basílio Bispo dos Santos, trabalhador da Cia. Circular, em *O Momento*, 28/11/1946.

⁴⁹⁰ Outra entidade fundada sob influência dos comunistas foi a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), surgida em 1946, depois de desentendimentos com grupos ligados aos PTB e aos chamados “ministerialistas” (SANTANA, 2001, p. 65).

rapidamente posições de destaque no interior do Partido, muitos deles formaram o grupo dos “candidatos operários” na campanha para as eleições de janeiro de 1947, a exemplo do marítimo João Cardoso de Souza, secretário geral e presidente do MUT em 1945, mesmo ano em que ingressou no Partido Comunista.

Outro “candidato operário”, Cosme Ferreira, trabalhador das Docas no porto de Salvador, indica o conflito que a unidade sindical criava com forças denominadas por ele de ‘a reação’⁴⁹¹. Apesar de a unidade ser crucial para alcançar as demandas do operariado, manter a ordem e a tranquilidade também se fazia necessário. Na avaliação de Ferreira sobre, então, a alternativa política como via de resolução dos problemas.

Eu acho que o movimento sindical, no momento, exige a cooperação de todos, sob uma bandeira de unidade, no sentido de fazer cumprir os pontos básicos das reivindicações de todos os trabalhadores: liberdade e autonomia sindical. Estes direitos soberanos são agora ameaçados pela reação, pois a unidade sindical representa a medula da democracia. É uma prova de desespero da reação, dos inimigos do operariado e da democracia. [...] Mas aos trabalhadores o que interessa é a ordem e a tranquilidade. Não devemos, portanto, aceitar estas provocações e protestar contra estas medidas anticonstitucionais com demonstrações mais altas e vigorosas, defendendo de maneira política os nossos direitos e desmascarando os falsos democratas (Cosme Ferreira. *O Momento*, 22/11/1946).

O Congresso Sindical de 1945 foi um dos espaços para onde antigos militantes operários conseguiram atrair lideranças já constituídas ou em ascensão. Foi o caso de Jaime Maciel, que participou como delegado da Estiva no Congresso e, no mesmo ano, ingressou no Partido Comunista, de onde foi promovido para o Comitê Estadual do PCB, para depois ocupar o cargo de Secretário Sindical no estado da Bahia. Trajetórias de inserção muito parecidas com a de Jaime Maciel foram vivenciadas por Cosme Ferreira e João dos Passos. Com destaque para Ferreira, que tinha tradição familiar na luta operária, pois era filho do líder portuário José Marcelino Ferreira “Xexéu”⁴⁹².

Nas eleições de janeiro de 1947, era comum aos “candidatos operários” terem tido atuação em organizações sindicais antes do ingresso no partido. Entretanto, o fato de serem lideranças reconhecidas pela militância em suas áreas de atuação profissional, não era certeza de que angariariam os votos suficientes para serem vitoriosos. Um fator importante a ser considerado é a desvantagem que tinham por terem um âmbito de influência limitado quase que

⁴⁹¹ O conteúdo dado ao termo ‘a reação’ para denominar o grupo opositor aos interesses dos trabalhadores, variava na medida em que diferentes atores falavam sobre o assunto. Ora estes eram caracterizados como ‘restos fascistas’, ora eram os ‘inimigos da democracia’. A ideia que permanecia era a de que seriam uma força da qual os trabalhadores e o povo em geral deveriam se defender.

⁴⁹² Cf. *O Momento*, 21/11/1946, p.1.

exclusivamente à cidade de Salvador e a poucas cidades vizinhas, onde havia algum tipo de desenvolvimento industrial ou atuação sindical.

Apesar de não ter encontrado nas fontes um documento de comprovação, a leitura de *O Momento* dá indícios que o Partido optou por investir nas campanhas daqueles candidatos que tinham mais chances de serem eleitos. Quando se aproximava o dia das eleições, por exemplo, dois candidatos passaram a aparecer de forma mais destacada: Jaime Maciel e João dos Passos. Ao final do pleito, os dois ficaram entre os mais votados do PCB e um deles, Jaime Maciel, alcançou votação suficiente para ocupar uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia (SERRA, 1987, p. 56; CHILCOTE, 1982, p. 319).

Figura 10- Imagens da Campanha de Jaime Maciel e João dos Passos

Fonte: *O Momento*, janeiro de 1947.

Ainda que no seu conjunto, os candidatos do PCB tivessem perfil muito distinto, na campanha foi construído um discurso unificador em torno da ideia de estes serem “homens e mulheres do povo”. Independente da profissão e posição social – operários, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, professores, fazendeiros – tinham em comum em suas trajetórias o fato de serem democratas e lutadores das causas dos trabalhadores, contra o grande inimigo – “o imperialismo”⁴⁹³. Além disso, era enfatizado o compromisso que tinham, única e

⁴⁹³ Além dos 12 “candidatos operários”, os outros indicados do PCB para a Assembleia Legislativa da Bahia foram: Giocondo Dias, comerciante, ex-cabo do Exército, Secretário político do Comitê Estadual (CE) e membro efetivo do Comitê Nacional do PCB; Eusínio Lavigne, cacauicultor e ex-prefeito de Ilhéus; Mário Alves, jornalista, antigo líder universitário e Secretário de Educação e Propaganda do CE do PCB; J. C. Ferreira Gomes, professor catedrático da Escola de Farmácia da Bahia e Conselheiro da Universidade da Bahia; Egberto Leite, advogado e Secretário de Massas e Eleitoral do CE do PCB; Juvencio Guedes, dentista em Santo Amaro, empregado da Usina S. Carlos e Secretário Político do Comitê Municipal (CM) do PCB; Nelson Schaun, professor secundário, Secretário Político do CM de Ilhéus, suplente do CE do PCB e antigo militante comunista no sul do estado; Maria Lopes de Melo, professora primária no interior do estado; Vale Cabral, agrônomo e funcionário público estadual, suplente do CE do PCB; Jacinta Passos Amado, escritora e militante comunista; João Falcão, diretor de *O Momento* e membro efetivo do CE do PCB; Dagmar Guedes, médica em Maragogipe e secretária Política do CM do PCB;

exclusivamente com o povo e, por isso mesmo, “os únicos com independência para lutar com decisão e coragem contra os inimigos do povo e da pátria, contra os exploradores gananciosos [...] contra todos e tudo que concorra para conservar o país no atraso”. (*O Momento*, 15/01/1947)

Com a aproximação do pleito, alguns nomes foram ganhando mais destaque; o que era refletido na constância com que aparecem no jornal *O Momento* e na presença diária em comícios em Salvador e no interior do Estado. O PCB fazia inúmeros comícios para promover seus candidatos e reunia multidões, principalmente quando contavam com a presença de lideranças ilustres como Luiz Carlos Prestes.

Jaime Maciel era um dos mais presentes nos comícios eleitorais⁴⁹⁴. Segundo as lembranças do historiador baiano Cid Teixeira, um refrão que marcou aquela campanha eleitoral foi o seguinte:

O que é que o povo quer?
É Jaime Maciel.
Contra a carestia,
É Giocondo Dias,
Luiz – Carlos – Prestes:
Leite – Carne – Pão!⁴⁹⁵

O entusiasmo com o bom desempenho de Jaime Maciel ficou expresso na matéria de *O Momento* de 16 de janeiro intitulada: “Jaime Maciel terá uma enorme votação”. O texto dá como certa a sua vitória nas eleições. O secretário político do PCB em Salvador, João da Cruz Freire, manifestou a certeza na vitória de Maciel:

Posso falar com segurança: a Chapa popular será vitoriosa aqui. O candidato Jaime Maciel terá enorme votação entre os moradores de Amaralina, Rio Vermelho, Fazenda Garcia, Campo Santo, Rua da Lama, Teixeira Mendes e todos os bairros compreendidos pelo nosso distrital. O povo desses bairros vive cheio de problemas. Não tem nada, o menor conforto lhe falta [...] nós sabemos quem mora nesses bairros: homens operários submetidos a salários de fome, que não chegam nem para fazer

Francisco Sampaio Neto, fazendeiro e criador em Rui Barbosa, militante do PCB; Aristeu Nogueira, membro efetivo do Comitê Estadual do PCB; Aurelio Rocha, médico e ex-prefeito de Paramirim; Jaime Moura, advogado em Prado e Secretário Político do CM do PCB; Albertino Barreto, trabalhador do Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Urandí; João Martins Luz, advogado e consultor jurídico da União Sindical dos Trabalhadores da Bahia; Oscar Pereira Sobrinho, pequeno comerciante e industrial em Catu e dirigente municipal do PCB; Walter da Silveira, advogado e escritor; Carmosina Nogueira, enfermeira do pronto socorro; Waldir Oliveira, médico; Sebastião Nunes de Oliveira, pequeno industrial em Santo Antonio de Jesus e dirigente municipal do PCB; Edilberto Amaral, agrônomo em Jaguaquara e dirigente municipal do PCB; Delorme Martins, médico em Ipirá e dirigente municipal do PCB (*O Momento*, 17/11/1946, p.1; *A Tarde*, 19/11/1946)

⁴⁹⁴ O PCB anunciava diariamente a realização de comícios nos bairros de Salvador. No dia 02 de janeiro, por exemplo, foi anunciado em *O Momento* a realização de oito comícios, dos quais Maciel estaria presente em três: às 19h no Largo da Preguiça, junto com Aloísio Aguiar; às 16h no Cais Cairú, junto com José Maria Rodrigues; e às 20h na Baixa do campo Santo, junto com vale Cabral (*O Momento*, 2/1/1947, p.4).

⁴⁹⁵ Depoimento de Cid Teixeira a João Falcão, registrado no livro “Giocondo Dias, a vida de um revolucionário”. (FALCÃO, 2000, p. 142)

frente ao que não se pode deixar de comprar, como seja: o feijão para comer e a roupa para vestir. Ante uma situação assim, um candidato como Jaime Maciel, legítimo operário, que tem olhos para ver essas coisas, e que tem coragem para lutar, transforma-se como uma esperança do povo (*O Momento*, 16/01/1947).

Um número grande de militantes do PCB se envolveu diretamente nas eleições como cabos eleitorais do PCB, com a tarefa de divulgar os candidatos e o Programa Mínimo, uma plataforma que os candidatos se comprometeram a cumprir, se eleitos. O mesmo João Freire fala sobre o trabalho dos militantes comunistas, que estavam distribuídos em células por toda a cidade de Salvador.

Nosso partido, que não é nenhum partido eleitoreiro, sempre esteve em contato com o povo, mesmo quando estavam muito longe as eleições. Com a campanha pela vitória da Chapa Popular, entretanto, intensificamos encontros com o povo para lhe mostrar os seus candidatos, dar conhecimento do Programa Mínimo e discutir os problemas de cada bairro (*O Momento*, 16/01/1947).

A maior parte dos eventos da campanha dos candidatos do PCB teve lugar em Salvador, ainda que fossem realizados comícios no interior do Estado. Grande parte dos candidatos vivia na capital e tinha base política e eleitoral em segmentos da população da cidade. O foco do PCB era, portanto, conseguir o maior número de votos entre os quase 84 mil eleitores habilitados a votar na cidade. Contando todos os municípios do estado, o número de eleitores era de 478 mil, segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do estado da Bahia.

Dos “candidatos operários”, um dos poucos que tinha redes de apoio em Salvador e em outras cidades do interior era o próprio Jaime Maciel, que em depoimento se apresentou como candidato dos trabalhadores de “toda a Bahia”:

Sou candidato dos trabalhadores de toda Bahia, e principalmente dos estivadores de Salvador, Cachoeira, Ilhéus, Nazaré, Caravelas, Santo Amaro e Valença, porque tenho uma série imensa de problemas em minha própria carne. Quais são estes problemas? São, por exemplo, a necessidade de uma melhoria progressiva dos salários, caminho básico de nossas reivindicações (*O Momento*, 26/11/1946).

Outro empecilho no caminho do PCB para conseguir a votação que desejava, além da pouca penetração no interior do Estado, era a concorrência com o PTB pelos votos dos trabalhadores. Segundo contou João Falcão, a direção estadual do Partido Comunista pensava que seria melhor não fazer campanha contra o PTB; ao contrário, tentavam construir uma aliança entre os dois partidos, pois esta atrairia mais votos dos trabalhadores para as duas legendas. Mas, a decisão sobre alianças na Bahia coube ao Comitê Nacional do partido, e este

decidiu apoiar para o governo do estado o deputado federal Otávio Mangabeira, candidato da coligação UDN-PSD.

Mangabeira já era o favorito, mas segundo João Falcão (1993), desejava a aliança por que, na Bahia, UDN e PSD estarem na oposição ao PTB. Ademais, apoiando a UDN, o Partido Comunista iria “afastar de sua candidatura qualquer resquício antitrabalhista ou elitista que suscitasse exploração pelo adversário” (FALCÃO, 2000, p. 143).

Em troca do apoio a Otávio Mangabeira, os comunistas negociaram com a UDN e o PSD que apoiassem a legalidade do PCB, que sofria ameaças por conta de um processo de cassação. Além disso, Campello Souza (1976) sugere que parte da motivação do PCB em fazer acordos como esse realizado na Bahia se devia à tentativa de maior inserção na organização sindical, que estava sob o poder do PTB.

Após a aliança com Mangabeira, o PCB subiu o tom contra os petebistas, evidente na forma como o jornal *O Momento* passou a se referir ao partido que havia se tornado “a oposição”. No dia 10 de janeiro, apenas nove dias antes das eleições, a matéria de capa do jornal atacava fortemente o partido trabalhista: “O PTB é um partido de latifundiários e integralistas, inimigo da classe operária”, e prosseguia:

Debaixo da sonora demagogia com que o Partido trabalhista procura enganar os operários é preciso descobrir o verdadeiro (rosto) desse ajuntamento de restos do Estado Novo, de latifundiários ricos ligados ao integralismo.

Ainda há, sem dúvida, trabalhadores e homens do povo sérios e patriotas, iludidos pela propaganda de Getúlio Vargas. [...] Há brasileiros que pensam que o PTB é um partido trabalhista, dedicado a solução dos problemas dos trabalhadores. Esses ainda não abriram os olhos para a realidade ou estão dando mais atenção às palavras do “pai dos pobres” do que aos fatos. (*O Momento*, 10/01/1947)

5.2.2 Jaime Maciel: um filho do povo na Câmara de Deputados

Com os últimos resultados de apuração do pleito de 19 de janeiro último, já está eleito o candidato da Chapa Popular e dirigente comunista, Jaime Maciel. É mais um deputado do povo baiano que se elege, que irá ocupar, juntamente com Giocondo Dias. O primeiro deputado do povo a ser eleito, seu posto de luta pela conquista dos direitos do proletariado, dos interesses das grandes massas, na Assembleia Estadual Constituinte. Será ainda mais um representante do povo, mais um filho do proletariado, que irá continuar na Câmara Estadual a luta intransigente pelos interesses do povo baiano.

(O Momento, 2/2/1947)

Nos primeiros dias de apuração já se desenhava qual seria o resultado das eleições. Quatro dias depois do início da apuração, o PCB já tinha atingido mais de 3.300 votos, com um quociente próximo ao necessário para eleger um deputado estadual. A lista dos quatro mais votados era a seguinte: Giocondo Dias com 543 votos; Jaime Maciel com 467 votos; Mario Alves contava com 180 votos; e João dos Passos vinha a seguir com 168 votos apurados. No final da apuração o PCB conseguiu 12.580 votos, suficientes para eleger dois candidatos, os mais votados foram Giocondo Dias e Jaime Maciel. Mas, o resultado foi aquém das expectativas do Partido, que esperava a eleição de no mínimo quatro candidatos⁴⁹⁶ (FALCÃO, 1993). Abaixo a lista dos seis candidatos mais votados:

Tabela 2 - Os cinco candidatos do PCB mais votados nas eleições de 19 de janeiro de 1947 - Bahia	
Candidato	Votos
Giocondo Dias	1.904
Jaime Maciel	1.174
Mário Alves	718
Eusínio Lavigne	621
José Ferreira de Souza Filho	556
João dos Passos	536

Fonte: (CONOLLY, 2008).

Como já era esperado, a votação foi maior em Salvador. Do total de votos que Giocondo Dias conseguiu, 1.904, quase três-quartos, foram obtidos na cidade, 1.472 no total. O resultado na Bahia foi inferior a outros estados onde o PCB foi muito mais bem sucedido, com destaque para o Rio de Janeiro com a eleição de um contingente que deu ao partido a bancada majoritária.

⁴⁹⁶ Nas eleições de janeiro de 1947 foram eleitos 60 deputados estaduais na Bahia. A UDN foi o partido que conseguiu maior número de votos, um total de 120.049 e 28 deputados estaduais eleitos. Em seguida vieram PSD, PTB e PR, com 19, 7 e 3 candidatos eleitos, respectivamente.

Pouco mais de um mês após a diplomação, em 7 de maio, iniciaram-se os trabalhos na Câmara Estadual, que instalou a Assembleia Constituinte da Bahia. Neste mesmo dia foi feito um arranjo entre os partidos para a composição da mesa diretora, no qual ficou acertado que esta seria formada por representantes de todos os partidos. Jaime Maciel passou a ocupar o cargo de 4º secretário da mesa e Giocondo Dias foi indicado como membro da Comissão Constitucional pela mesa diretora.

Apesar de a bancada do PCB iniciar os trabalhos na Assembleia e comissões específicas com certa tranquilidade, existia um clima geral anticomunista, inclusive com um pedido de cassação do registro do partido em nível nacional, feito pelo PTB. Apenas um mês após a sessão de abertura, no dia 7 de abril, o registro do PCB foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral, as sedes do partido foram fechadas e organizações sindicais ligadas aos comunistas foram interditadas, como a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e a União Sindical.

Em princípio existia uma resistência entre os políticos baianos contra a cassação dos mandatos dos dois deputados comunistas. Entre os pecebistas havia confiança de que os mandatos não estariam ameaçados pela aliança que tinham com o governador eleito, João Mangabeira, da UDN. Mas, ao contrário do que previam, os mandatos foram cassados e extintos em 7 de janeiro de 1948.

No período em que esteve como deputado estadual, Maciel integrou a equipe que elaborou o Regimento Interno, e as comissões de Administração Municipal, Finanças, Orçamento e Contas e Viação e Obras Públicas. Além disso, também foi responsável, junto com Dias, pelo encaminhamento de 16 projetos de lei⁴⁹⁷.

Antes de a cassação ser efetivada, no entanto, Jaime Maciel se candidatou ao cargo de vereador em Salvador, nas eleições de dezembro de 1947, da qual saiu vitorioso. Os comunistas tentaram criar o Partido Popular Progressista para concorrer a essas eleições, porém tiveram o pedido de registro negado e assim lançaram seus candidatos pela sigla do Partido Trabalhista Nacional (PTN). Maciel foi o segundo candidato mais votado nessas eleições, mas não assumiu a vaga por ter sido expulso do PCB. No ano seguinte, conseguiu se eleger vereador pelo PTN, já sem qualquer ligação com o PCB, e cumpriu o mandato entre os anos de 1949 a 1951.

⁴⁹⁷ Conforme balanço das ações da bancada comunista publicado periodicamente no jornal *O Momento*.

5.2.3 O PCB e a questão racial, entre o implícito e o manifesto

Um dos capítulos mais marcantes durante o processo de exclusão dos mandatos dos parlamentares do PCB foi a atuação da comissão de luta contra a cassação, que recebeu a missão de incitar uma “agitação” popular que servisse como frente de resistência contra a perda dos mandatos dos comunistas.

Os apelos ao “povo” feitos pela comissão eram publicados na Bahia pelo jornal *O Momento*, ora tratando de todos os políticos em risco de perder o mandato, ora fazendo menção especial a um nome específico, como o de Luiz Carlos Prestes, Carlos Marighella, Jorge Amado, e os deputados estaduais Giocondo Dias e Jaime Maciel.

A conclamação era feita com argumentos em defesa da democracia e do respeito à vontade daqueles que tinham votado para eleger os seus candidatos. No caso de Maciel indicavam que era “o único operário com assento na Assembleia baiana, saído da parte mais pobre da população, que causava raiva na elite por discutir, votar e exigir respeito aos direitos populares” (*O Momento*, 22/1/1947). O conflito que os pecebistas baianos procuraram explicitar estava assentado na condição de classe de Maciel, que diziam estar sofrendo com as consequências geradas pelo desejo da classe dominante de perpetuar a exploração da população mais pobre na Bahia.

Não encontrei registros de outros apelos publicados, em prol do mandato de Maciel, que utilizassem argumentos diferentes daqueles baseados na condição de classe, na busca da sensibilização do “povo baiano” contra as cassações de seu mandato.

Já para a defesa dos parlamentares que atuavam no legislativo federal, foram abertos variados flancos. Uma comissão foi criada para organizar a defesa dos mandatos, esse grupo publicava textos com uma frequência quase diária em *O Momento* nos meses de novembro e dezembro de 1947. Um dos apelos que mais se destaca dos argumentos geralmente utilizados foi aquele montado para a defesa do deputado federal Claudino da Silva, caracterizado repetidamente como “o único parlamentar negro” na Assembleia Nacional Constituinte. Apesar de Claudino ser líder operário e representante eleito no Rio de Janeiro, *O Momento*, publicou textos direcionados aos negros baianos para que se organizassem em defesa do parlamentar que descreviam como um político comprometido com as “reivindicações da raça negra”.

O chamamento ao “povo baiano” para defesa do mandato de Claudino da Silva permite perceber que, no período em que gozaram de direitos políticos partidários, os comunistas concebiam a representação política negra como uma forma legítima de representação e que

estavam atuando ativamente na construção dessa via política quando se deu a cassação do registro do partido e posteriormente dos mandatos dos parlamentares eleitos.

Ainda em relação a atuação da comissão contra a cassação, não encontrei nas fontes qualquer registro de que a estratégia utilizada para tentar organizar a população na defesa do mandato de Claudino tenha sido estendida a outros parlamentares negros do PCB. No caso de Jaime Maciel, por exemplo, a questão não foi tratada em nenhum momento de forma direta, a negritude de Maciel ou dos outros “candidatos operários” não foi utilizada pelos comunistas baianos para constituir um discurso racial integrado ao da condição social nem durante a luta contra a cassação e nem na campanha eleitoral.

O PCB na Bahia parece ter consolidado em sua organização a presença de negros comunistas trabalhadores em atividades urbanas, pouco versados nos discursos de raça, mas com todos os marcadores sociais que lhe faziam referência. De forma diferente, a composição da direção nacional do partido tinha uma menor participação negra, o que parece ter garantido o destaque para Claudino da Silva.

Além disso, parece que o fato da luta contra a discriminação racial ter despontando na política em nível nacional, durante a Assembleia Constituinte, como resultado da atuação do movimento negro e de partidos políticos, entre os quais o próprio PCB, deu legitimidade aos comunistas para se valer dessa bandeira no seu intento de organização popular.

O desfecho, depois de mais de 20 anos de interpretações no PCB sobre a situação racial no país e suas consequências para a formação da nacionalidade brasileira, mesmo que de forma não sistemática e, por vezes, pouco integrada às demais bandeiras de luta do movimento comunista no país. A questão racial ocupou o Partido Comunista, no tocante à sua política partidária de recrutamento de candidatos e sensibilização dos eleitores, como parte de um jogo de significados complexo, colado à ideia de povo brasileiro, representado na imagem do negro trabalhador.

Quadro 23 - Apelo do PCB aos negros baianos em prol da manutenção do mandato de Claudino da Silva

**Claudino da Silva, o único deputado negro.
A comissão central de Luta contra a cassação dos Mandatos lança aos negros
da Bahia o seguinte apelo:**

Figura 11 - Claudino José da Silva

Negros da Bahia:

Claudino José da Silva é o único representante negro na Câmara Federal. Isto incomoda, sem dúvida alguma, a reação e os falsos democratas, os lacaios do imperialismo, que procuram criar em nossa pátria o preconceito de cor. Daí a indecorosa tentativa de cassar o mandato do deputado negro, filho da classe operária, velho lutador antifascista, dirigente do heróico Partido do Proletariado, o PCB.

Mas é preciso barrar a reação, é tarefa urgente resistir à ditadura. Como? Como defender palmo a palmo o mandato do vosso irmão negro? Unindo-vos, organizando-vos, protestando energicamente, sem descanso, até conseguirmos afastar do poder o grupo dos inimigos do povo, até conseguirmos o respeito à vossa vontade.

Deveis, para tanto, utilizar todas as forças legais de luta contra esta tentativa monstruosa. Organizai imediatamente, sem perda de tempo, comissões nos bairros, nas empresas de protesto contra a cassação do mandato do vosso irmão, do único deputado negro, o carpinteiro Claudino José da Silva, que tem dedicado sua vida toda às reivindicações da raça negra e dos trabalhadores em geral. Comícios, passeatas, cartas, telegramas, abaixo-assinados aos milhares, tudo deveis fazer exigindo que se respeite a vossa vontade, a vontade dos negros! Só assim a reação será derrotada. E a derrota da reação significa a vitória da classe operária, melhores dias para as nossas espoliadas e sofredoras. Significa a democracia, a unidade e o progresso para o Brasil.

Negros da Bahia! Está em vossas mãos a defesa do mandato que o povo confiou a Claudino José da Silva, o vosso irmão negro. Vamos corresponder ao apelo de Prestes: tudo pelo respeito a Constituição, tudo pela defesa do mandato dos parlamentares comunistas.

Salvador, 30 de novembro de 1947.

A comissão central da luta contra a cassação dos mandatos.

Fonte: *O Momento*, 3/12/1947, p.1.

Considerações Finais

Existe um estereótipo de quem pode ter poder, de quem detém a inteligência, a competência. No Brasil, o homem branco e rico representa a cara do poder. Mas seria muito cruel da minha parte acusar o pobre de não votar no pobre, o negro de não votar no negro, a mulher de não votar na mulher e o trabalhador de não votar no trabalhador. Isso até acontece, mas o que quero discutir são os mecanismos que levam as pessoas a não acreditarem em gente igual a elas.

[...]

Durante a minha campanha, estava visitando uma fábrica e vi quando duas operárias olharam para mim com desprezo e jogaram o meu panfleto no chão. Então me abaixei, peguei o panfleto e o devolvi para elas, dizendo: “Eu sou Benedita da Silva, candidata a deputada federal, uma mulher igualzinha a vocês, uma trabalhadora”.

Benedita da Silva, 1997.

No início desta investigação, uma das minhas maiores motivações para buscar informações na leitura detida de jornais e revistas, inicialmente das décadas de 1940 e 1950, era conseguir levantar elementos para responder uma inquietação de como as experiências sobre as quais me debrucei, e me dediquei a narrar, ao longo deste trabalho teriam se inserido na trama da história. Embora atenta ao comportamento dos atores políticos e ao contexto, me encontrava, às vezes, compelida a relacionar os acontecimentos abordados nesta pesquisa com a contemporaneidade, ilustrada na problemática apresentada pela então senadora Bendita da Silva, na citação acima. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, compreendi que essa era uma questão que escapava ao seu alcance, pois, me dediquei a responder e desvendar dilemas mais circunscritos ao período que estava investigando e não a ampliar o escopo da pesquisa. Ainda assim, os pontos de comparação que estabeleci, como a leitura da bibliografia que trata da temática, permitiram situar melhor minha análise e perceber o quão pouco a atuação de negros, ligados ou não a organizações do movimento negro, era integrada à explicação sobre representação política naquele período.

Nesta pesquisa, ao focalizar na atuação de ativistas do movimento negro e de lideranças do PCB, compreendo que a pouca atenção recebida por esses atores nas análises talvez tenha acontecido por se tratar de tentativas de inserção nos espaços de representação política, de certa forma, mal sucedidas ou interrompidas, no caso do PCB em 1947, com a cassação do partido.

Ainda assim, as reflexões desenvolvidas nos capítulos deste trabalho permitem tecer algumas considerações sobre aspectos do cenário político do pós-Estado Novo, a partir do conjunto das experiências, bem como sobre questões particulares, como procurarei esboçar a seguir, ainda que de forma breve.

No geral, as experiências analisadas possibilitam compreender que existiu, no pós-Estado Novo, uma conjuntura que favoreceu a emergência da temática racial na cena política, fruto, em grande parte, da atuação de lideranças negras e da permeabilidade de partidos políticos ao assunto, especialmente os de grande relevância tanto no cenário eleitoral quanto pela possibilidade de intervenção no Estado. É importante destacar que, no caso de partidos como o PTB e a UDN, a relação de políticos com lideranças negras foi fundamental para a incorporação de aspectos do debate que estava sendo realizado no âmbito do movimento negro, por meio de iniciativas para construção de uma agenda comum de reivindicações, nas organizações e nas Convenções do Negro Brasileiro, realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, em 1945 e 1946. Nesse contexto, boa parte das negociações com partidos e atores políticos foi estabelecida por ativistas organizados no Teatro Experimental do Negro. Ainda assim, outros ativistas também empreenderam articulações políticas distintas, como ocorrido em São Paulo com lideranças vinculadas ao Partido Socialista Brasileiro. Com base no discurso e na abordagem dos ativistas negros socialistas foi possível localizar e delinear a existência de uma “tradição política de esquerda” no movimento negro brasileiro naquele período.

A análise do Partido Comunista do Brasil demonstrou que, apesar do interesse do partido no debate da situação do negro brasileiro, houve em sua interpretação certa autonomia em relação ao discurso elaborado por ativistas negros no período. As interpretações do PCB tanto sobre a situação racial e quanto sobre a conjuntura política do país parece ter influenciado no recrutamento político de lideranças negras ligadas ao movimento sindical. Essa estratégia foi bem sucedida em alguns casos, resultando na eleição de representantes em nível nacional e regional, na Bahia e no Rio de Janeiro. Contudo, a trajetória política dessas lideranças, que se apresentava como um fenômeno singular na política partidária brasileira, foi bruscamente interrompida com a cassação dos direitos políticos do Partido.

Da atuação de ativistas negros e de políticos no pós-Estado Novo, o debate em si não se perdeu, parte dele foi, inclusive, institucionalizado na forma da lei Afonso Arinos (Lei 1390/51), que tornou a discriminação racial uma contravenção penal. O que parece ter se perdido foi o discurso sobre representação política negra formulado no período a partir de diferentes perspectivas e, em certa medida, consolidado no cenário político.

Colocando em perspectiva os discursos no interior do movimento negro, parece que a posição de José Correia Leite, de defesa de um associativismo que atuasse em uma esfera independente da influência dos partidos políticos, que analisei no segundo capítulo, foi ganhando legitimidade no decorrer dos anos. Esse fator, associado ao fraco desempenho eleitoral dos ativistas negros que se lançaram na política, pode ter resultado no esquecimento de outras posições no movimento, mais favoráveis a um relacionamento próximo com partidos políticos.

A despeito do lugar que os acontecimentos tratados em detalhes nesse trabalho ocupam na história, é possível revisitá-los, agora que se encontram melhor delineados, de forma a ampliar o leque interpretativo. Uma possibilidade, por exemplo, seria analisa-los à luz dos debates sobre representação política e sobre participação e autonomia da sociedade civil que estão *à l'ordre du jour* (BENJAMIN, 1940 In. LÖWY, 2005, p. 54) nos estudos sobre política nos últimos anos.

Arquivos, acervos e fontes consultados

Arquivo Edgard Leuenroth - AEL - IFCH – Unicamp

Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro – AMORJ – IFCH – UFRJ

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Arquivo Público do Estado de São Paulo - Fundo DEOPS

Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin - USP

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Biblioteca Pública do Estado da Bahia – BPEB – Setor de Periódicos Raros e Valiosos

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – BPSC

Centro de Documentação e Memória – CEDEM – UNESP

Centro de Memória – Unicamp

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC - FGV

Instituto de Estudos Brasileiros – IEB – USP

Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros – IPEAFRO – Rio de Janeiro

Fundação Maurício Graboys – acesso em: <http://www.fmauriciograboys.org.br/portal/>

Fundação Dinarco Reis – acesso em: www.pcb.org.br/fdr/

Fundo Florestan Fernandes – BCo – UFSCAR

Marxists Internet Archive – MIA – acesso em: <http://www.marxists.org/>

Princeton University Libraries Latin American Microfilm Collection

Unidade Especial de Informação e Memória – UEIM – UFSCAR

Jornais e Revistas da Imprensa Negra (local de publicação e período consultado)

A Voz da Raça (São Paulo: 1933-1937)

Alvorada (São Paulo: 1945-1948)

Brasil Novo (São Paulo: 1933)

Clarim d'Alvorada (São Paulo: 1924-1931)

“Problemas e Aspirações do Negro Brasileiro” – Jornal Diário Trabalhista (Rio de Janeiro, 1946-1947)

Evolução (São Paulo: 1933)

Himalaya (Niterói: 1947 -1950)

Mundo Novo (São Paulo: 1950)

Novo Horizonte (São Paulo: 1946-1951)

O Clarim (São Paulo: 1935)

O Quilombo (Rio de Janeiro: 1948-1950)

Progresso (São Paulo: 1928-1931)

Senzala (São Paulo: 1946)

Jornais e Revistas da Imprensa Comunista e da Imprensa Socialista (local de publicação e período consultado)

A Classe Operária (Rio de Janeiro: 1928-1934; 1946-1947)

A Platéia (Rio de Janeiro: 1935)

Folha Socialista (São Paulo: 1947)

O Homem Livre (São Paulo: 1933)

O Momento (Salvador: 1945-1948)

Seiva (Salvador: 1939)

Vanguarda Socialista (Rio de Janeiro: 1946-1947)

Publicações

Programme of the Communist International Adopted at its Sixth Congress, together with the statutes of the Communist International, New York, Workers Library Publishers, 1929.

SECRETARIADO SUL AMERICANO DA IC. *El Movimiento Revolucionario Latino Americano*, Report of the First Conference of Latin American Communist Parties, Buenos Aires, 1929.

Bibliografia

ABRAMO, F.; KAREPOVS, D. **Na Contracorrente da História Documentos da Liga Comunista**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ABREU, A. A. D.; BELOCH, I. (org.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ALBERTO, P. **Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth-Century Brazil**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

ALBUQUERQUE, W. **A exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra** (Bahia, 1880 -1890). Tese (Doutorado em História). Campinas: Unicamp. 2004.

ALMADA, S. **Abdias Nascimento**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ALMEIDA, M. T. D. s Trotskistas Frente à Aliança Nacional Libertadora e aos Levantes Militares de 1935. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, 2005.

ALMINO, J. **Os democratas autoritários – liberdades individuais, de associação política e sindical na constituinte de 1946**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n.76, p. 49-86, 2009.

AMADO, J. **Bahia de Todos Os Santos: Guia de Ruas e Mistérios**. Rio de Janeiro: Record, 1977.

_____. **Jubiabá**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDREWS, G. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-48, 1991.

_____. **Negros e Brancos em São paulo (1888-1988)**. São Paulo: Edusc, 1998.

ANTUNES, R. Os Comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a primeira inflexão stalinista no PCB. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 1, n. 2, 1995.

ARAÚJO, M. C. S. D. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AZEVÊDO, A.; ALBERNAZ, R. O. Alberto Guerreiro ramos, deputado guanabarensense. In: GURGEL, C.; MARTINS, P. E. (.). **Estado, Organização e Pensamento Social Brasileiro**. Niterói: Editora da UFF, 2013.

BAÍÁ, P. Pensamento Social e Político de José de Sousa Marques: Análise da trajetória de vida de um afro-descendente pioneiro das ações afirmativas no Brasil. **Passagens. Rev. Int. de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 102-125, 2013.

BARBOSA, M. **Frente Negra Brasileira: depoimentos**. São Paulo: Quilombhoje, 1998.

BARBOSA, M. S. O TEN e a negritude francófona no Brasil: recepção e inovações. **Rev. bras. Ci. Soc**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 171-184, fevereiro 2013.

BASTIDE, R. A imprensa negra do Estado de São Paulo. **Boletim de Sociologia** (2), São Paulo, 1951.

BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Nacional, 1971.

BENEVIDES, M. V. D. M. **UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BICUDO, V. L. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. **Sociologia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 195-219, 1947.

BOURDIEU, P. Os usos do “povo”. In: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Você disse “popular”? **Rev. Bras. de Educ.** n. 1, p. 16-26, jan-abr. 1996.

_____. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. E. F. M. D. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRAGA, S. S. **Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946**: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, v. 1, 1998.

BRANDÃO, G. M. Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964). **Lua Nova**, São Paulo, n. 15, p. 133-149, 1988.

BRANDÃO, O. **Combates e Batalhas**: memórias. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

BRASIL. **Assembléia Constituinte. Anais da Assembléia Constituinte de 1946**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 26 volumes, 1946.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de Setembro de 1946)**. , 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 15 fev. 2015.

BREITMAN, G. **Leon trotsky on Black Nationalism and Self-Determination**. New York: Pathfinder, 1967.

BUTLER, K. **Freedoms given, freedoms won**: afro-brazilians in post-abolition. São Paulo/Salvador. New Brunswick: Rutgers University Press, 1998.

CABALLERO, M. **Latin America and the Comintern, 1919-1943**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

CALIL, G. G. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP, 1945-1950. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

CALIXTO, C. F. **Jorge Amado: diálogos político-culturais e identidade nacional.** Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF. 2011.

CAMPOS, A. J. M. **Interfaces entre sociologia e processo social: A Integração do Negro na Sociedade de Classes e a pesquisa Unesco em São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, Programa de Pós Graduação em Sociologia. 2014.

CANDIDO, A. Sérgio em Berlim e depois. In: CANDIDO, A. **Vários escritos.** São Paulo: Duas Cidades, 1982.

CARDOSO, I. **A universidade da comunhão paulista.** São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CARDOSO, P. D. J. F. **A luta contra a apatia: estudo sobre a instituição do movimento negro antirracista na cidade de São paulo (1915-19310).** Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1993.

CARNEIRO, E. Situação do negro no Brasil. In: FREYRE, G. (org.). **Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934.** Recife: Massangana, 1988 [1935]. p. 237-257.

CARNEIRO, E.; et. al. Palavras inaugurais do Congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In: AUTORES, V. **O Negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro reunido (Bahia) de 1937.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, E.; FERRAZ, A. C. O congresso Afro-Brasileiro da Bahia. In:, VARIOS AUTORES. **O negro no Brasil: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, M. L. T.; KOSSOY, B. **Imprensa Confiscada pelo DEOPS, 1924-1954.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.

CARNEIRO, M. L. T.; KOSSOY, B. Propaganda e Revolução: Os caminhos do impresso político (1930-1945). In: TORGAL, L. R.; PAULO, H. (org.). **Estados autoritários e totalitários e suas representações.** Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 145-166.

CARONE, E. **O PCB.** São Paulo: Difel, 1981.

CARVALHO, G. L. **A imprensa negra paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências.** Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade e Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ Universidade de São Paulo. 2009.

CARVALHO, J. M. D. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO, R. F. O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade (1933-1934). **Cad. AEL**, Campinas, v. 22/23, 2005.

_____. A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934). **Topoi**, Rio de Janeiro, dezembro 2002. 354-388.

_____. A Frente Única Antifascista (1933-1934). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D. A. (org.). **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 2007. p. 429-451.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. E. A. (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHACON, V. **História dos Partidos Brasileiros: discurso e praxis dos seus programas**. Brasília: Universidade de Brasília, v. 5, 1981.

CHADAREVIAN, P. C. **Des théories du racisme à l'analyse économique actuelle de ses conséquences sur le marché du travail au Brésil**. (Tese de doutorado em Economia). Paris: Université de la Sorbonne, Paris 3. 2006.

_____. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. **Crítica Marxista**, v. 24, 2008.

_____. Raça, classe e revolução no Partido Comunista do Brasil (1922-1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, abril 2012.

CHILCOTE, R. H. **Partido Comunista do Brasil, conflito e integração**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CODATO, A. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 89-105, jun. 2008.

CONOLLY, R. C. Eleições Pós-1945. **Geocities**, 2008. Disponível em: <<http://www.geocities.ws/ricardocostaconolly2>>.

COSTA PINTO, L. D. A. **O Negro no Rio de Janeiro: Relações de Raça numa Sociedade em Mudança**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998 [1953].

CUSTODIO, T. A. S. **Construindo o (auto) exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981**. Dissertação (mestrado em Sociologia). São Paulo: FFLCH/USP. 2011.

D'ARAÚJO, M. C. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DÁVILA, J. **Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950–1980**. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

DEGRAS, J. (ed). **The Communist International, 1919-1943. Documents Volume II 1923-1928**. London: Oxford University Press, 1959.

DEGRAS, J. (ed). **he Communist International, 1919-1943. Documents, Volume III 1929-1943**. London: Oxford University Press, 1964.

DEL ROIO, M. **A Classe operária na Revolução burguesa: A política de alianças do PCB, 1928-1935**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Campinas: IFCH/UNICAMP. 1988.

_____. **A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB, 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. A gênese do Partido Comunista. In: AARÃO REIS, D.; FERREIRA, J. (org.). **História das esquerdas no Brasil: a formação das tradições**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DOMINGUES, . "Paladinos da liberdade": A experiência do Clube Negro de Cultura Social em São Paulo (1932-1938). **Revista de História**, Brasil, n. 150, p. 57-79, junho 2004b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18978/21041>>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. Os Pérolas Negras: a participação do negro na Revolução Constitucionalista de 1932. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 30, p. 199-245, 2003.

_____. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Ed.Senac, 2004a.

_____. **A insurgência de Ébano: a história da Frente Negra Brasileira (1931-1937)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. 2005.

_____. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978): "Viva a nova monarquia brasileira; Viva Dom Pedro III !" **Varia hist**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 517-536, dez. 2006.

_____. Os Descendentes de Africanos Vão À Luta em Terra Brasilis: Frente Negra Brasileira (1931-37) e Teatro Experimental do Negro (1944-68). **Projeto História**, São Paulo, v. 33, p. 131-158, dezembro 2006.

_____. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 28, junho 2007a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2015.

_____. "Constantemente derrubo lágrimas":o drama de uma liderança negra no cárcere do governo Vargas. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 14, p. 146-171, jan-jun 2007b.

_____. **A nova Abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. **Os clubes e bailes blacks de São Paulo no pós-abolição:** notas de pesquisa. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2009.

_____. "O caminho da verdadeira emancipação": a Federação dos Negros do Brasil. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). **Experiências de emancipação:** biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980). São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Como se fosse bumerangue: Frente Negra Brasileira no circuito transatlântico. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 155-170, fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 mar. 2015.

DOMINIQUE, D. **L'Internationale Communiste**. Paris: Payol, 1969.

DRACHKOVITCH, M. M. (org.). **The Revolutionary Internationals, 1864-1943**. Stanford: Stanford University Press, 1966.

DUARTE, E. D. A. Jorge Amado e o Bildullgsrom proletário. **Rev. Brasil. Lit. Comparada**, n. 2, maio 1994.

DULLES, J. W. F. **Getúlio Vargas, bigrafia política**. Rio de Janeiro: Renes, 1967.

_____. **Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FALCÃO, J. **Giocondo Dias: a vida de um revolucionário**. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

_____. **O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade**. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

_____. **Valeu a pena**. Salvador: Ponto & Vírgulas, 2009.

FALCÓN, G. **Um caminho brasileiro para o socialismo: a trajetória política de Mário Alves (1923-1970)**. Tese (Doutorado em História). Salvador: FFCH/UFBA. 2007.

FAUSTO, B. **A revolução de 1930. Historiografia e História**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

FELIX, M. **As práticas político-pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937)**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001.

FERNANDES, F. A luta contra o preconceito de cor. In: BASTIDE, R.; FERNANDES, F. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi Ltda., 1955.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São paulo: Global, 2007.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, v. 1, 2008a [1965].

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, v. 2, 2008b [1965].

_____. **Circuito fechado - quatro ensaios sobre o "poder institucional"**. São Paulo: Globo, 2010 [1976].

FERRARA, M. A imprensa negra paulista (1915-1963). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 10, mar/ago 1985.

_____. **A imprensa negra paulista (1915-1963)**. São Paulo: Edusp, 1986.

FERREIRA, D. D. J. **Tempos de lutas e esperanças: a materialização da revista Seiva (1938-1943)**. Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana: UEFS. 2012a.

FERREIRA, J. **Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)**. The Ninth Congress of the Brazilian Studies Association (BRASA). New Orleans: Tulane University. 2008.

FERREIRA, L. M. R. **Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em O Imparcial 1933-1937**. Salvador: EDUFBA, 2009.

FERREIRA, M. C. C. **Representações Sociais e Práticas Políticas do Movimento Negro Paulistano: as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós-Graduação em História. 2005.

_____. **“Pelo interesse dos Homens Pretos, Noticioso, Literário e de Combate”. O jornal O Clarim d’ Alvorada no pós-abolição (1924-1932)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. [S.l.]: ANPUH. 2011.

FERREIRA, M. G. O PCB e a organização do campo intelectual brasileiro. In: ROXO, M.; SACRAMENTO, I. (org.). **Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012b.

FERREIRA, P. R. O Brasil dos trotskistas (1930-1960). **Cadernos AEL**, Campinas, v. 12, n. 22/23, 2005.

FIGUEIREDO, A. **Novas elites de cor: estudo sobre profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume, 2002.

FLEISCHER, D. Os partidos políticos. In: AVELAR, L.; CINTRA, A (org.). **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. São Paulo: Unesp, 2007. p. 303-348.

FLORES, E. C. Jacobinismo Negro: lutas políticas e práticas emancipatórias (1930-1964). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **As Esquerdas no Brasil** (A formação das tradições: 1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 2007. p. 493-537.

FONER, P. S.; ALLEN, J. S. **American communism and Black Americans: a documentary history, 1919-1929**. Philadelphia: Temple University Press, 1987.

FONTES, J. R. Marighella e o movimento operário baiano (1945-1947). In: NOVA, C. E. N. J. (org.). **Carlos Marighella. O homem por trás do mito**. São Paulo: UNESP, 1999.

FONTES, R. O. **A Seiva de uma Juventude: Intelectualidade, juventude e militância política**. (Salvador, Bahia, 1932-43). Dissertação (Mestrado em História). Feira de Santana: UEFS. 2011.

FRAGA FILHO, W. S. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

FRANCISCO, F. **O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afroamericanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo. 2014a.

_____. A redenção da raça negra em uma perspectiva internacional: discursos do garveysmo no jornal O Clarim da Alvorada. **FACES DA HISTÓRIA**, Assis-SP, v. 1, n. 1, p. 89-105, jan.-jun 2014b.

FREDRICKSON, G. M. **Black Liberation: A Comparative History of Black. Ideologies in the United States and South Africa**. New York: Oxford University Press, 2005.

FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: MOTTA, M. S. D.; FREIRE, A.; SARMENTO, C. E. **A política carioca em quatro tempos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 21-52.

FREYRE, G. A escravidão, a monarquia e o Brasil moderno. **Rev. Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 39-48, dezembro 1956.

GIOVANETTI NETO, E. **O PCB na Assembleia Constituinte de 1946**. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOHN, M. G. M **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOMES, A. M. C. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

GOMES, Â. M. C.; FERREIRA, J. **Jango: as múltiplas faces**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

GOMES, Â. M. C.; ARAÚJO, M. C. S. **Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: Cpdoc, 1987.

GOMES, F. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GOMES, F. D. S.; REIS, J. J. R. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GRAHAM, J. **Representations of Racial Democracy: Race, National Identity, and State Cultural Policy in The United States and Brazil, 1930-1945**. Tese (Doutorado em História). Illinois: The University of Chicago. 2010.

_____. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação integralista Brasileira na década de 1930. In: GOMES, F.; PETRÔNIO, D. (org.) **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e do pós-emancipação no Brasil**. São paulo: Selo Negro Edições, 2014. p. 353-375.

GUIMARÃES, A. S. A. **A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia (1930-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Salvador: UFBA. 1982.

_____. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 121-142, novembro 2001.

_____. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, junho 2003.

_____. Notas sobre raça, cultura e identidade na Imprensa Negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 29-30, p. 247-270, 2003.

_____. Intelectuais negros e modernidade no Brasil. (**working paper**), Oxford, 2004.

_____. Intelectuais negros e formas de integração nacional. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 271-284, maio 2004b.

_____. Depois da democracia racial. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, novembro 2006.

_____. O projeto Unesco na Bahia. In: PEREIRA, C.; SANSONE, L. (org.). **Projeto Unesco no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 25-37.

_____. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea**, São Carlos, v. 2, p. 17-36, Jul.-Dez 2011.

GUIMARÃES, A. S. A.; MACEDO, M. Diário Trabalhista e democracia racial negra dos anos 1940. **Dados rev. ciênc. sociais**, p. 143-182, 2008.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2003.

HANCHARD, M. G. **Orfeu e o poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAYWOOD, H. **Black Bolshevik: Autobiography of an Afro-American Communist**. [S.l.]: Liberator Press, 1978.

HECKER, A. **Socialismo sociável: história da esquerda democrática em São Paulo**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. 91 p.

HENN, L. G. A virada tática comunista do final da década de 1920: do BOC ao obreirismo. **Rev. Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, março 2012.

HILL, R. **The Marcus Garvey and Universal Negro Improvement Papers**. Berkeley: University of California Press, v. 7, 1990.

HIPPOLITO, L. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, jan./dez 2004.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos: O breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: UNESP, 2006.

HUMBERT-DROZ, J. Carta para Sra. Jenny Humbert-Droz. Andes, 2 de maio de 1929. In: HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. (org.). **A Classe Operária No Brasil, 1889-1930: Documentos**. Volume 1- O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

JOHNSON III, O. A. Representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, n. 38, p. 7-29, dezembro, 2000

KAREPOVS, D. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. Tese (Doutorado em História). São Paulo: FFLCH/USP. 2001.

_____. **A classe operária vai ao parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2006.

KENNEDY, T. H.; LEARY., T. F. Communist Thought on the Negro. **Phylon**, v. 8, n. 2, 1947.

LAMOUNIER, B. Raça e classe na política brasileira. **Cadernos Brasileiros**, Rio de Janeiro, v. 47, p. 39-50, 1968.

LEITE, J. C.; CUTI. **E Disse o Velho Militante José Correia Leite**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

LEVINE, R. M. **O Regime de Vargas: Os Anos Críticos - 1934-1938**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LOPES, M. A. D. O. **História e memória do negro em São Paulo**. Tese (Doutorado em História). Assis: Faculdade de Ciências e Letras de Assis –Universidade Estadual Paulista. 2007.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

LOUREIRO, I. **Vanguarda Socialista (1945-1948), um episódio de ecletismo na história do marxismo brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP. 1984.

LOVE, J. **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCINDO, W. Negros e a Cidade: sociabilidades das populações de origem africana e a emergência do Centro Cívico Palmares. **Revista da ABPN**, Brasil, v. 5, outubro 2013.

MACEDO, M. **Abdias do Nascimento: A Trajetória de um Negro Revoltado**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). São Paulo: FFLCH/USP. 2006.

MACHADO, A. **A caminho da revolução operária e camponesa**. Rio de Janeiro: Editora Calvino Filho, 1934.

MAGALHÃES, F. S.; SILVA, V. S. **Raça, religião, política e maçonaria. José de Souza Marques: confluências de uma memória negra, republicana e suburbana**. VII Semana de História Política / IV Seminário nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade - Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História da UERJ. 2012.

MAGALHÃES, M. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIO, M. C. **A história do Projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política). Rio de Janeiro: IUPERJ. 1997.

_____. O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, outubro 1999.

MAIO, M. C.; GRIN, M. O antirracismo da ordem no pensamento de Afonso Arinos de Melo Franco. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 33-45, jan/jul 2013.

MARIÁTEGUI, J. C. **Do sonho às coisas: Retratos Subversivos**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATTOS, J. L. F. R. imprensa comunista e a experiência democrática: cotidiano carioca e programação cultural nas páginas dos jornais (1945-1958). In: ROXO, M.; SACRAMENTO, I. (org.). **Intelectuais partidos: Os comunistas e as mídias no Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2012.

MAZZEO, A. C. **Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil**. Marília/ão Paulo: Unesp-Marília-Publicações/ Boitempo, 1999.

_____. Atrojildo Pereira. In: PERICÁS, L. B.; SECCO, L. (org.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDEIROS, J. **Das profundezas da História: Um comunista negro na Assembleia Nacional Constituinte de 1946**. Monografia. Brasília: Departamento de História/Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília. 2013.

MELLO, J. A. G. D. Apresentação. In: FREYRE, G. (org.). **Estudos afro-brasileiros: trabalhos apresentados ao 1º Congresso afro-brasileiro reunido no Recife em 1934**. Recife: Massangana, 1988.

MICELI, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-1930. In: FAUSTO, B. (org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, Tomo III, v. 10, 1986. p. 557-596.

MIGLIEVICH RIBEIRO, A. M. Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, p. 17-41, junho 2008.

MITCHELL, M. **Racial consciousness and the political attitudes and behavior of blacks in Sao Paulo, Brazil**. Thesis (Ph.D). [S.l.]: Indiana University. 1977.

_____. Os movimentos sociais negros na Era Vargas. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). **Experiências Da Emancipação - Biografias, Instituições E Movimentos Sociais No Pós-Abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

MORAES, D. **O Imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 1953)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, W. R. D. **Escolas de samba de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.

MOREIRA, R. J.; LEITE, J. C. **Movimentos Sociais no Meio Negro**. São Paulo: mimeo, [1951].

MOTOYAMA, S. O saber na sociedade: a Universidade de São Paulo em três tempos. In: MOTOYAMA, S. **USP 70 anos: imagens de uma história vivida**. São Paulo: Edusp, 2006.

MOTTA, M. Rio de Janeiro versus Rio de Janeiro: o lugar da capital no cenário político fluminense. In: GOMES, A. D. C. (org.) **Direitos e Cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MOURA, C. Organizações Negras. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 143-175.

NAISON, M. **Communists in Harlem during the Depression**. Baltimore: University of Illinois Press, 2005.

NASCIMENTO, A. C. **O Sexto sentido do pesquisador: a experiência etnográfica de Edison Carneiro**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Rio de Janeiro: IFCH/UFRJ. 2010.

NASCIMENTO, A. Entrevista. In: CAVALCANTI, P. C. U.; RAMOS, J. **Memórias do exílio, Brasil 1964-19?** [S.l.]: Livramento, 1976.

_____. **O negro revoltado**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

_____. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 209-224, 2004.

_____. Entrevista com Abdias Nascimento. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul/dez 2009.

NASCIMENTO, A.; NASCIMENTO, E. L. Reflexões sobre o Movimento Negro no Brasil, 1938-97. In: NASCIMENTO, A. **Thoth/ informe de distribuição restrita do senador Abdias Nascimento**. Brasília: Gabinete do Senador Abdias Nascimento, 1997.

NASCIMENTO, E. L. O Movimento social afro-brasileiro no século XX: um esboço sucinto. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). **Cultura em Movimento: matrizes africanas e ativismo negro no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, E. L.; NASCIMENTO, A. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil (1938-1997). In: GUIMARÃES, A. S.; HUNTLEY, L. (org.). **Tirando a máscara. Ensaio sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NEGRO, A. L. No Caminho da Areia. Política, coexistência e conflito em Salvador (1945-1949). **Tempo**, Niterói, v. 18, n. 33, p. 141-164, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042012000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 fev. 2015.

NOVA, C.; NÓVOA, J. Genealogias, transversalidades e rupturas de Carlos Marighella. In: NOVA, C.; NÓVOA, J. (org.). **Carlos Marighella: o homem por trás do mito**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

OLIVEIRA, C. L. P. **A Luta por um Lugar: Gênero, Raça, e Classe: Eleições Municipais de Salvador-Bahia**, 1992. Série Toques, Programa A Cor da Bahia-UFBA, 1997.

OLIVEIRA, E. **Quem é Quem na Negritude Brasileira**. São Paulo: Edição do autor, 1998.

OLIVEIRA, F. Negrismo, afrocubanismo e transculturação nas trajetórias de Fernando Ortiz, Nicolas Guillén e Gustavo Urrutia. Reconstituir as condições sociais em que desenvolveram seu labor intelectual e suas contribuições à identidade mestiça da Cuba moderna. **36º Encontro Anual da ANPOCS**. Aguas de Lindoia: [s.n.]. 2012.

OLIVEIRA, L. D. O. **A Frente Negra Brasileira**: política e questão racial nos anos 1930. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2002.

OLIVEIRA, L. L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, Â. M. D. C. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, L. L. D. **Entre a Miscigenação e a Multirracialização**: Brasileiros Negros ou Negros Brasileiros? Os Desafios do Movimento Negro Brasileiro no Período de Valorização Nacionalista (1930-1950) - A Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Tese (Doutorado em História). Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Universidade Federal Fluminense. 2008.

OLIVEIRA, W. F. As pesquisas na Bahia sobre os afro-brasileiros. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, abril 2004.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista do Brasil (1922-1964)**. São Paulo: Alfa e Ômega, 1984.

PANDOLFI, D. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PCB. O Comitê Central da Conferência da Mantiqueira., 1943. **Fundação Dinardo Reis** Disponível<http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=208:comite-central-da-conferencia-da-mantiqueira&catid=1:historia-do-pcb>.

PEIXOTO, M. D. R. D. C. **O trem da história**: A aliança PCB/CSCB/O Paiz, Rio de Janeiro, 1923/1924. São Paulo: Editora Marco Zero em co-edição com o Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, MCT/CNPq, 1994.

PEREIRA, J. B. B.; VALENTE, A. L. E. F. O negro na Revolução Paulista de 32 – Entrevista com Raul Joviano do Amaral. **Revista USP**, Brasil, n. 102, p. 101-109, agosto 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/97627/96490>>. Acesso em: 12 maio 2015.

PHELPS, C. Introduction. In: SHACHTMAN, M. **Race and Revolution**. New Yor: Verso, 2003.

PINHEIRO, P. S. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, R. P. **O movimento negro em São Paulo: luta e identidade**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). [S.l.]: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1993.

PIZZA JUNIOR, W. Trajetória parlamentar de Alberto Guerreiro Ramos. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 5, setembro/outubro 1997.

PRANDI, R. Raça e voto na eleição presidencial de 1994. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 30, 1996.

PRESTES FILHO, U. D. F. Prefeitos e vereadores na Primeira Legislatura: nuances da relação entre os dois poderes. In: MANECHINI, C. **São Paulo na Tribuna: primeira legislatura (1948-1951)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012. p. 97-102.

PRESTES, A. L. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n. 1, junho 2005.

_____. A Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe e os levantes de novembro de 1935 no Brasil. **Rev. Crítica Marxista**, n. 22, 2006.

PRESTES, A. L. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010.

PRIMO, J. **Tempos vermelhos: a Aliança Nacional Libertadora e a política brasileira entre 1934 e 1937**. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: [s.n.]. 2006.

PRIORI, A. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, A. C. E. L. M. I. (org.). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 61-81.

QUARTIM DE MORAES, J. A influência do leninismo de Stálin no comunismo brasileiro. In: QUARTIM DE MORAES, J.; AARÃO REIS, D. (org.). **História do marxismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RAMOS, A. G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda., 1957.

RAMOS, R.; SAMIS, A. **Domingos Passos: o "Bakunin brasileiro"**. Rio de Janeiro: Faísca Publicações Libertárias, 2009. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/160404/domingos%20passos%2C%20o%20bakunin%20brasileiro.pdf>>.

REIS, D. A. **Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REIS, J. J. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. **Afro-Ásia**, v. 24, 2000.

RIOS, F. M. **A institucionalização do movimento negro contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) São Paulo: FFLCH/Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2008.

_____. **Elite Política Negra no Brasil**: Relação entre movimento social, partidos políticos e Estado. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: FFLCH/Programa de Pós-graduação em Sociologia. 2014.

RODRIGUES, L. M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, B. (coord). **História Geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e política (1930-1964)** São Paulo: Difel, Tomo III, v. 10, 1983.

ROMO, A. Rethinking Race and Culture in Brazil's First Afro-Brazilian Congress of 1934. **Journal of Latin American Studies**, v. 39, n. 1, 2007.

ROSEMBERG, F.; PIZA, E. Analfabetismo, gênero e raça no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 28, p. 110-121, dezembro/fevereiro 95/96.

ROSSI, L. G. F. **O intelectual "feiticeiro"**: Édison Carneiro e o campo de estudos da relações raciais no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia). Campinas: IFCH-UNICAMP. 2011.

_____. **As cores da revolução**: a literatura de Jorge Amado nos anos 30. São Paulo: Annablume, 2009.

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores políticos e lutas sociais**: movimentos sociais e partidos políticos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SANTANA, M. A. **Homens Partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boitempo/UFRJ, 2001.

_____. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs). *As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2007.

SANTOS, J. R. O negro como lugar. In: RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995. p. 19-29.

SANTOS, J. R. D. O negro como lugar. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1996.

SANTOS, L. S. D. **Quem eram os militantes comunistas do meio rural campista? Partido político, mediadores e movimentos rurais em Campos dos Goytacazes (1928-1964)**. Xiv Congreso Internacional de Historia Agrária. Badajoz: [s.n.]. 2013.

SCHNEIDER, A. L. **Sílvio Romero, Hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SEGANFREDDO, S. **UNE: instrumento de subversão**. São Paulo: GRD, 1963.

SEGATTO, J. A. **Breve História do PCB**. São Paulo: Livraria Editoras, 1981.

SEMOG, É. **Abdias Nascimento: o griot e as muralhas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SENA JR., C. Z. F. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível. 1936-1948**. Tese (Doutorado em História). Recife: CEFICH/UFPE. 2007.

_____. **Frente Única, Frente Popular e Frente Nacional: anotações históricas sobre um debate presente**. V Colóquio Internacional Marx e Engels. Campinas: IFICH-UNICAMP. 2007b.

_____. **Mensagem aos povos da América Ação cultural, antifascismo e União Nacional na revista Seiva (1938-1943)**. ANPUH - XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina: [s.n.]. 2005.

SERRA, S. **O Momento: história de um jornal militante**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: Universidade Federal da Bahia. 1987.

SEVCENKO, N. **Orfeu Extático na metrópole**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SHACHTMAN, M. **Race and Revolution**. New York: Verso, 2003.

SILVA, F. T. D.; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.) **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, F. A. **A Frente Negra Brasileira Pernambucana e sua Proposta de Educação para a População Negra na Ótica de um dos seus Fundadores: José Vicente Lima – Década de 1930**. Tese (Doutorado em Educação), UFC, Fortaleza, 2008.

SILVA, J. **União dos Homens de cor: uma rede do Movimento Negro após o Estado Novo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Rio de Janeiro, UERJ, 2005.

SILVA, M. A. M. D. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Soc. Estado**, Brasília, v. 26, n. 2, maio/agosto, 2011.

SILVA, M. A. P. **A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.

SILVA, N. V.; SOARES, G. O charme discreto do socialismo moreno. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, p. 253-273, 1985.

SILVA, Z. L. (org.). **Catálogo da Imprensa Negra (1903-1963)**, 2008. Disponível em: <<http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-dedocumentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-impresanegra/>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

SINGER, P. Movimentos de Bairro. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SKIDMORE, T. **Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Brasil: de Geúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

SOARES, G. A. D. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difel, 1974.

SODRÉ, M. **Reinventando a educação: diversidade, descolização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SODRÉ, N. W. **Contribuição à história do PCB**. São Paulo: Global, 1984.

SOUZA, A. D. Raça e política no Brasil urbano. **Revista de Administração de Empresas**, v. 11, n. 4, p. 61-70, outubro-dezembro 1971.

SOUZA, M. D. C. C. D. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

TAVARES, R. R. **A "Moscouzinha" brasileira: cenários e personagens do cotidiano operário de Santos (1930-1954)**. São Paulo: Humanitas: Fapesp, 2007.

ULIANOVA, O.; RIQUELME, A. (org.). **Chile en los archivos soviéticos: 1922-1991**. Tomo II. Komintern y Chile. 1931-1935. Santiago: Centro de Investigaciones Diego Barros Arana/ Lom Ediciones, 2009.

VALENTE, A. L. E. F. Política e relações raciais: os negros e as eleições paulistas de 1982. **Antropologia**, v. 10, São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

VIANNA, M. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2003.

VINHAS, M. **O Partidão. A luta por um partido de massas: 1922-1974**. São Paulo: HUCITEC, 1982.

WAACK, W. **amaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1982.

WEINSTEIN, B. Racializando as diferenças regionais: São Paulo X Brasil, 1932. **REVISTA ESBOÇOS - UFSC**, Santa Catarina, v. 13, n. 16, p. 281-303, 2006.

ZAIDAN, M. **PCB (1922-1929):** na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

_____. **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929.** São Paulo: Vértice, 1988.

Anexos

Anexo A.1 – Fichas de Luiz Lobato no DEOPS/SP.

Cutis Cabelos Bigodes Olhos = <u>Revisão</u> = Estatura = <u>Dulce</u> = Marcas	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL Ficha n.º Nome: = <u>LUIZ HERMENEGILDO LOBATO</u> = Data: <u>16-1-1947</u> Vulgo: Prontuário Delegacia n.º = <u>4.725</u> = Prontuário geral n.º Atividade = <u>COMUNISTA</u> =
Filiação: — Pai: <u>Luiz Augusto Lobato</u> Mãe: <u>Raymunda Lobato</u> Idade: <u>19</u> anos. Nascido em de de 1.º Sexo: <u>masculino</u> Nacionalidade: <u>Brasileira</u> Natural de: <u>Maranhão</u> . Estado civil: <u>Solteiro</u> Profissão: <u>Operário</u> .	
Ordenado: Cr.\$ Local de trabalho:	
Residências: <u>Rua Tavares de Macedo, 194 - Niterói - Estado do Rio de Janeiro.</u>	
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:	

T. D. L. - Mod. 67

Cutis Cabelos Bigodes Olhos Estatura Marcas	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL Ficha n.º Nome: = <u>LUIZ LOBATO</u> = Data: <u>13-2-1951</u> Vulgo: Prontuário Delegacia n.º = <u>107.566</u> = Prontuário geral n.º Atividade:
Filiação: — Pai: <u>Luiz Antonio Lobato</u> Mãe: <u>Raimunda Silvina de M. Lobato</u> Idade: anos. Nascido em <u>16</u> de <u>Maio</u> de 1.º <u>1916</u> Sexo: <u>masculino</u> Nacionalidade: <u>brasileira</u> Natural de: <u>São Bento - Est. Maranhão</u> Estado civil: <u>casado</u> Profissão: <u>industrial</u>	
Ordenado: Cr.\$ Local de trabalho:	
Residências: <u>Estrada do Vergueiro. 2889</u>	
É sindicalizado? Sindicato e locais que costuma freqüentar:	

Anexo A.2 – Ficha de Sofia de Campos no DEOPS/SP.

TEIXEIRA - Sofia Campos

P. C. B.

RESIDENCIA:-

ASSUNTO:- 2º Tesoureiro do Partido Socialista Brasileiro. Ex-candidata à vereança paulista pela legenda do partido "Esquerda Democrática". Em 8 de março de 1949, em uma reunião da Federação das Mulheres de S. Paulo, à rua José Bonifácio nº 39 - 3º andar, sede da U.S.P.E.S.P., foi convidada pela presidente da referida reunião para fazer parte da mesa como secretária. Falaram diversas oradoras todas visando o governo. Ao final da reunião foi deliberado se dirigisse uma mensagem aos poderes constituídos da Nação, por meio de telegrama, solicitando apoio e maior liberdade, para o que foi levada a efeito uma coleta de dinheiro entre os presentes. Outra reunião seria levada a efeito em data previamente marcada. Os trabalhos dessa reunião preparatória se prolongaram até as 23 horas aproximadamente. Em 12/3/1949. Vide Boletim do SS de 10/3/1949.

Fez uso da palavra no 1º Congresso Pró-Paz, realizado no Salão da Escola Gaetano de Campos, em 3 de Abril de 1949. (Doc. 15) - Pasta de Congresso Pró-Paz. - Em 30 de março de 1949, durante o encerramento da I Convenção Feminina Pró-Paz da Federação das Mulheres do Estado de S. Paulo, a fichada foi indicada para Presidente da diretoria ~~mas~~ durante o exercício de 1949. Vide (Doc. 13) - Pasta da Federação das Mulheres do Estado. - Em Convenção Feminina Paulista promovida pela Federação das Mulheres do Estado de S. Paulo, em 16/1/1949, na sede da Associação dos Servidores Públicos, a fichada foi indicada para presidir a mesma, em virtude de Maria Tereza de Souza haver declinado do convite. Vide (Doc. 14) - Pasta de Federação das Mulheres.

Anexo A.5 – Panfleto de convite da Festa da Mãe Preta, organizada por Nestor Macedo, representante da Ala Negra Progressista. DOPS, Prontuário nº 101.018.

Brasileiros, alerta

Festa da Mãe Preta

Dia 31-12-49 — Vespera do dia 1.º, Ano Novo

**DR. ADHEMAR PEREIRA
DE BARROS**
Governador do Estado
de São Paulo

NESTOR MACEDO
Representante da "Ala
Negra Progressista"

Mãe Preta

Mãe Preta, essa divinal mulher que possui algo de Maria Santíssima, generaliza intensidade de seu grande amor e muito de anjo ternura incansável primor de seus cuidados; essa ternura de mulher que, sendo jovem, há nela a solicitude reflexão de uma anciã, e, na velhice, labuta com vigor na juventude, essa mulher que, quando ignorante, deslumhra os mistérios da vida, com mais acerto da celebridade dos sábios, e, quando instruída, se a faz à simplicidade daqueles que ama e sendo opulenta, dá suas opulências com grande prazer, para não macular a alma a ferida da ingratidão; essa mulher que sendo forte, se estremece ante o gemido de uma criança, e na debilidade singe-lhe a bravura de um leão; essa mulher que enquanto vive, não sabemos dedicar-lhe estima, sendo que ao seu lado toda as dores se esquecem; mas que quando essa mulher depois de morta, essa divinal mãe preta a que daríamos tudo o que somos e tudo o que temos para poder vê-la de novo, para receber dela um só abraço e da candura de seus lábios uma só palavra.

Não vos esqueçais deste amor de mãe se não quizerdes magoar a sensibilidade de vossos corações e humedecer com lágrimas vossas almas, porque ela generalizou os vossos caminhos.

E quando ao mundo vossos filhos crescerem e visão virtuosa tiverem lido-lhes esta sonora página, e eles vos cobrindo a fronte de beijos, dir-vos-ão que um humilde viajor, em retribuição de paga de magnífica hospedagem deste mundo recebida, deixou aqui para vós e para eles um grande espelho reflexão sublime de Mãe Preta.

Esta mãe preta, é o singelo manto da Ala Negra Progressista, que conduz ao nobres destinos do nosso país que rido Bandeirante, Dr. Adhemar Pereira de Barros, a Presidência da República pelo bem de São Paulo e do Brasil.

As festas da Mãe Preta, que se realizarão a partir de 1.º de Janeiro a 28 de Fevereiro de 1950, todos os sábados e todos os domingos no Salão da Abolição (antigo Olimpia) na Estrada do Vergueiro, 2870 - 2.º andar ponto final do ônibus 22 - alto do Ipiranga, serão em homenagem ao Ilustre Governador do Estado de S. Paulo, Dr. Adhemar Pereira de Barros, homenagem essa pelos seus grandiosos empreendimentos: amparo à infância — Campanha contra a Tuberculose — Hospitais — Estradas de Rodagem — Escolas — Parques infantis — Retificação do Tietê inclusive as porteiras do Brás, cujas obras estão à vista de todos, graças ao dinamismo e a ação ininterrupta do novo Bandeirante, que é o Dr. Adhemar Pereira de Barros — obras essas que são a própria legenda do Progressismo.

Festa organizada por
Nestor Macedo
o querido progressista

Coordenador da Ala Negra Progressista
Ernestino Paladino

TIPOGRAFIA CENTRAL. — Briz. Tobias, 600 — Tel. 4-3392 — S. Paulo

Anexo A.3 – lista de candidatos e propostas do PSB para eleições municipais de 1947. *O Estado de São Paulo*, 08/11/1947.

VOTE POR SOCIALISMO E LIBERDADE

MUNICIPIOS DO INTERIOR

SANTOS

PARA VEREADORES:

Antonio Gracioso Filho, comerciante
Carlos Anselmo, ensacador
Eliseu José de Oliveira, barbeiro
Geraldo Silva, portuario
João Andrade Camara, portuario
João Carlos de Azevedo, medico
João Gonçalves Neto, motorista
João Moraes Chaves, conferente
Joaquim Augusto de Oliveira, comerciante
Jorge Pacheco dos Santos, portuario
José Abrantes, estivador
José Ribeiro, construção civil
Manoel Correa Junior, radialista
Manoel Portugal Leão, advogado
Rubens Ulhoa Cintra, jornalista
Sylvio Fortunato, advogado
Wilson Camargo Barbosa, escritor

SOROCABA

PARA PREFEITO: José Lozano, contador

PARA VEREADORES:

João Gomes, ferroviario
Germano Francisco Mazulli, alfaiate
Antonio Madeiro, escriturario
Benedito Prestes, industrial
Alberto Baldini, comerciante
Gentil Laino, ferroviario
Benedito B. dos Santos, lavrador
Diego Gomes da Silva, lavrador
Artibano Christino, ferroviario
Bernardino Gomide Bueno, ferroviario
Leopoldino Mascarenhas, operario
Manoel Mestre, comerciante

JUNDIAI

PARA VEREADORES:

Almirando R. de Oliveira, metalurgico
Angelo Soares Nalin, tecelão
Hermogenes B. de Campos, estudante
João Rodrigues, comerciante
Lazaro H. de Castro, tecelão
Romeu Paes, ferroviario
Roque Barros, ferroviario

ELEJA VEREADORES SOCIALISTAS

PORQUE:

- O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO OPOE-SE AO CAPITALISMO, regime em que a democracia, submetida aos interesses e privilegios pessoais, jamais se completará.
- O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO OPOE-SE AS INVESTIDAS TOTALITARIAS que esmagando as liberdades em nome de uma causa que se atribui o direito exclusivo de uma melhor distribuição de riqueza, estão porisso mesmo condenadas a jamais realizarem o socialismo.
- O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO OPOE-SE AOS FALSOS MOVIMENTOS POLITICOS que, inspirados no puro oportunismo eleitoralista, destinam-se tão só a possibilitar a exploração da força do Estado e da organização governamental no provelto material e direito deste ou daquele aventureiro mais ou menos.
- O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, CERTO DE QUE POUCO IMPORTAM OS CHEFES e o assalto ao poder, certo de que, mais do que os homens e os postos, importam os principios, elaborou um programa, fiel e conscientemente observado, que o distingue de todos os demais grupos e partidos e que pode ser resumido no lema: —

SOCIALISMO E LIBERDADE

- O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO, inspirado nesse programma, ao apresentar-se às eleições municipais, elaborou uma plataforma de que constam os seguintes pontos:

- 1 — CAMPANHA, COORDENADA COM A AÇÃO DA BANCADA FEDERAL SOCIALISTA, para que imediatamente sejam revistas as leis opressivas que suprimiram a autonomia do municipio de São Paulo.
- 2 — CAMARA MUNICIPAL PERMANENTE, perante a qual sejam responsáveis os ocupantes dos postos executivos.
- 3 — PROIBIÇÃO DE SUBVENÇÕES MUNICIPAIS A IGREJAS, congregações ou organizações confessionais.
- 4 — ORGANIZAÇÃO RACIONAL DOS SERVIÇOS PUBLICOS e simplificação da maquina burocratica, que os torna morosos, caros e inefficientes.
- 5 — ORGANIZAÇÃO DE UM PLANO DA CIDADE, pelo qual se norteiarão, obrigatoriamente, todas as obras publicas, sendo atacadas, de preferéncia, as que se destinarem á assistência e á educação.
- 6 — ELABORAÇÃO DE UM PLANO ESPECIAL E URGENTE PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA HABITAÇÃO, ligado ao plano da cidade, e cujos gastos de execução poderão ser atendidos pelo aumento dos impostos sobre terrenos vagos ou mal aproveitados.
- 7 — SOLUÇÃO DO PROBLEMA DA CARENÇA DE GENEROS ALIMENTICIOS, pela utilização horticola dos terrenos municipais urbanos, pela abolição dos impostos sobre produtores e distribuidores de artigos de primeira necessidade, pela libertação do mercado municipal da atual exploração dos intermediarios, pela instalação de restaurantes populares e pelo controle municipal da industria e comercio do leite.
- 8 — DISSOLUÇÃO DA C. M. T. C. e reorganização dos serviços de transportes coletivos em bases não-lucrativas.
- 9 — REVERSO DA ATUAL ORGANIZAÇÃO BUROCRATICA DA PREFEITURA, criando-se o quadro unico de servidores municipais.
- 10 — PARTICIPAÇÃO EFETIVA DO MUNICIPIO NA OBRA EDUCATIVA E SANITARIA, reservando-se 20% da receita para a instalação e manutenção de organismos escolares e instituições auxiliares.

Vote contra os reacionarios — Vote contra os caudilhos —
Vote por Socialismo e Liberdade

MUNICIPIO DA CAPITAL PARA VEREADORES:

ANTENOR BETTARELLO
Comerciante

ANTONIETA DE PAULA SOUZA
Professora

ANTONIO ALVES OLIVAL
Operario da construção civil

ANTONIO COSTA MARTINS
Contador

ANTONIO DE CILLO NETO
Medico

ANTONIO COSTA CORRÊA
Advogado

ANTONIO D'ELIA
Funcionario municipal

CID FRANCO
Professor

CIRO TASSARA DE PADUA
Jornalista

EMILIANO NOBREGA
Medico

FERNANDO SELBMANN SOBRINHO
Ferroviario

GERALDO CAMPOS DE OLIVEIRA
Professor

GERSON SAHD
Industrial

HOLDA BOTTO MALANCONI
Enfermeira

IRENE ALOISI
Funcionaria municipal

JOÃO BAPTISTA SALES PACHECO
Funcionario publico

JOÃO GENARI
Comerciante

JOÃO DA COSTA PIMENTA
Operario grafico

JOAQUIM VIEIRA FILHO
Medico

JACOB MIRANDA
Dentista

JOSE DE CARVALHO R. VIEGAS
Funcionario publico

JOSE DUARTE BADARO
Advogado

JOSE GONÇALVES MACHADO
Jornalista

JURANDIR LEITE CAMPOS
Ferroviario

LEO MARTINS FIGUEIREDO
Bancario

LOURIVAL GOMES MACHADO
Escritor

LUCIANO GIARDINO
Alfaiate

LUIS LOBATO
Comerciante

LUIS MARTINS
Escritor

MANOEL NESTOR PEREIRA JUNIOR
Professor

MAURICIO LOUREIRO GAMA
Jornalista

NICOLA CINAPOLI
Alfaiate

OBERDAN SCHIAVO
Contador

OSWALDO MELANTONIO
Estudante

PAULO DE AZEVEDO E SOUZA
Engenheiro

PAULO DE CARVALHO FILHO
Medico

RODOLFO GRANI
Tipografo

SAMUEL FERRAZ CAMARGO
Advogado

SERGIO BUARQUE DE HOLANDA
Escritor

SERGIO MILLIET
Escritor

TELESFORO DE SOUZA LOBO
Funcionario publico

THALMA DE OLIVEIRA
Jornalista

WILSON CURY RAHAL
Advogado

Cedulas: Praça da Sé, 237, 2.º andar - Fone: 3-2520

VOTANDO NOS CANDIDATOS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

Anexo A.4 – Propaganda eleitoral do PSB de São Paulo. *Folha Socialista*, 2/9/1950.

Anexo A.6 - Manifesto do PRD, Jornal Diretrizes, 13/1/1947.

Manifesto de Apresentação e Compromisso Dos Candidatos do Partido Republicano Democrático a Vereadores Nobre Povo Do Distrito Federal:

ARTHUR LINS DE VASCONCELOS LOPES — Industrial

MARIO JOSÉ DA COSTA — Advogado

RUFINO ALVES SOBRINHO — Lameiro e Ourives

ANTONIO GOMES — Químico

IVO PINHO BEATO — Gráfico

IVO PINHO BEATO — Gráfico

IVO PINHO BEATO — Gráfico

IVO PINHO BEATO — Gráfico

ANTONIO CARNEIRO DA SILVA — Funcionário Municipal

ANTONIO CARNEIRO DA SILVA — Funcionário Municipal

ANTONIO CARNEIRO DA SILVA — Funcionário Municipal

NUNO GOMES DOS SANTOS — Funcionário Municipal

NUNO GOMES DOS SANTOS — Funcionário Municipal

NUNO GOMES DOS SANTOS — Funcionário Municipal

JOEL DE OLIVEIRA LIMA — Escrivão e Funcionário Público

JOEL DE OLIVEIRA LIMA — Escrivão e Funcionário Público

JOEL DE OLIVEIRA LIMA — Escrivão e Funcionário Público

NATHANIEL DIAS BATISTA — Contador e Funcionário Público

NATHANIEL DIAS BATISTA — Contador e Funcionário Público

NATHANIEL DIAS BATISTA — Contador e Funcionário Público

OSCAR DA COSTA POSSOLO — Advogado e Funcionário Municipal

OSCAR DA COSTA POSSOLO — Advogado e Funcionário Municipal

OSCAR DA COSTA POSSOLO — Advogado e Funcionário Municipal

LUIZ FERREIRA DOS REIS FILHO — Professor

LUIZ FERREIRA DOS REIS FILHO — Professor

LUIZ FERREIRA DOS REIS FILHO — Professor

NELSON DO NASCIMENTO — Advogado e Jornalista

NELSON DO NASCIMENTO — Advogado e Jornalista

NELSON DO NASCIMENTO — Advogado e Jornalista

JOSE DE SOUZA MARQUES — Educador e Jornalista

pregados públicos e militares;

IV — Amparo à pobreza, com auxílio direto da Municipalidade, evitando a penúria e a sub-alimentação, que predispõe à tuberculose, invalida a juventude e dizima a infância;

V — Gratuidade de ensino de todos os graus aos estudantes pobres, e cuidadosa assistência aos menores desamparados;

VI — Providência dos Poderes Governamentais, para que todo homem válido tenha trabalho de que possa haver o seu sustento, com dignidade, e a manutenção de seu lar, com relativo conforto;

VII — Possibilitação da casa própria ao operário, ao comerciante e ao pequeno funcionário, para ser pago com o próprio aluguel, sem a exploração de juros acumulados;

VIII — Extinção de filias, por meio de medidas que facilitem a distribuição dos gêneros de primeira necessidade, simultaneamente, em todos os bairros da cidade;

IX — Assistência hospitalar, com direito de internação a todos os necessitados, por iniciativa do Governo;

X — Completa lealdade do Estado, garantindo-se o direito de cada um adorar a Deus, de acordo com a liturgia de seu culto; e adoção de medidas que garantam a moralidade social.

Comprometemo-nos, ainda, a ir diretamente ao encontro do Povo, nos bairros, para auscultar-lhe as aspirações e prestar-lhe conta de nossas ações, como é do dever dos mandatários do Povo.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1947

Assinados:
JOSE DE SOUZA MARQUES
NATHANIEL DIAS BATISTA
ANTONIO CARNEIRO DA SILVA
RUFINO ALVES DE SOUZA SOBRINHO
JOEL DE OLIVEIRA LIMA
ANSELMO PASCOA
FRANCISCO CESAR CUNHA
LUIZ FERREIRA DOS REIS FILHO
MARIO JOSÉ DA COSTA
NELSON DO NASCIMENTO GUEDES
OSCAR DA COSTA POSSOLO
HENRIQUE ANDRADE
IVO PINHO BEATO
JOAO DE OLIVEIRA SA
NUNO GOMES DOS SANTOS
ARISTIDES PATRICIO DE ARAUJO
WALFRIDO MONTEIRO
MARCILIO DA SILVA GASPAR
ANTONIO GOMES
ARISTOTELES LEAL ALVES
FRANCISCO GAMA LIMA FILHO
LAURO DE AQUINO SILVA
PERICLES DOS REIS LOPES
FRANCISCO PAULA ALONSO SERODIO
ABDIAS DO NASCIMENTO
MARIO ANTONIO FERREIRA
JOAQUIM NUNES CARVALHO

Mario Antonio Ferreira — Advogado

FRANCISCO GAMA LIMA FILHO — Médico e Educador

LAURO DE AQUINO E SILVA — Dentista

JOAO DE OLIVEIRA SA — Professor

PERICLES DOS REIS LOPES — Professor-Bacharel

ARISTOTELES LEAL ALVES — Funcionário Público

JOAQUIM NUNES CARVALHO — Del do Exército Brasileiro

FRANCISCO DE PAULA ALONSO SERODIO — Físico

IPEROGY DA SILVA VERISSIMO — Pres da Assoc. dos Advogados

FRANCISCO CESAR DA CUNHA — Funcionário Público

NELSON DO NASCIMENTO — Advogado e Jornalista

Anexo B.1

Teses sobre as questões dos negros divulgadas durante o IV Congresso da IC em 1922.
Publicação da *Revista Princípios*, outubro de 1984 – Parte I

TESES SOBRE A QUESTÃO DOS NEGROS*

1 – Durante e após a guerra, desenvolveu-se entre os povos coloniais e semi-coloniais um movimento de revolta contra o poder do capital mundial, movimento que faz grandes progressos. A penetração e a colonização intensa de regiões habitadas pelas raças negras coloca o último grande problema do qual depende o desenvolvimento futuro do capitalismo. O capitalismo francês admite claramente que seu imperialismo, após a guerra, não poderá manter-se senão pela criação de um império franco-africano, ligado por uma via terrestre através do Saara. Os maníacos financeiros da América, que em seu país exploram 12 milhões de negros, se dedicam agora a penetrar pacificamente na África. As medidas extremas tomadas para sufocar a greve do Rand mostram bem o quanto a Inglaterra teme a ameaça criada para sua posição na África. Do mesmo modo que sobre o Pacífico o perigo de uma outra guerra mundial se tornou ameaçador devido à concorrência entre as potências imperialistas, a África também aparece como objeto de sua rivalidade. Ainda mais, a guerra, a revolução russa, os grandes movimentos que sublevaram os nacionalistas da Ásia e os muçulmanos contra o imperialismo, despertaram a consciência de milhões de negros oprimidos pelos capitalistas, reduzidos a uma situação inferior por muitos séculos, não apenas na África, mas talvez mesmo ainda mais na América.

2 – A história atribuiu aos negros da América um papel importante na libertação de toda a raça africana. Há 300 anos os negros americanos foram arrastados de seu país natal, a África, transportados para a América onde foram objeto dos piores tratamentos e vendidos como escravos. Durante 250 anos, eles trabalharam sob o chicote dos proprietários americanos: foram eles que derrubaram florestas, construíram estradas, plantaram o algodão, instalaram os dormentes dos caminhos de ferro e sustentaram a aristocracia do Sul. Sua recompensa foi a miséria, a ignorância, a degradação. O negro não foi um escravo dócil, mas recorreu à rebelião, à insurreição, às fugas astuciosas para recuperar sua liberdade; mas seus levantes foram afogados em sangue; pela tortura, forçaram-no a se submeter; a imprensa burguesa e a religião se associaram para justificar a escravidão. Quando a escravidão concorreu com o salariado e se tornou um obstáculo ao desenvolvimento da América capitalista, teve de desaparecer. A Guerra de Secessão, desencadeada não para libertar os negros, mas para manter a supremacia industrial dos capitalistas do Norte, colocou o negro na obrigação de escolher entre a escravidão no Sul e

* Documento aprovado pelo IV Congresso da Internacional Comunista, realizado em novembro de 1922.

Anexo B.1

Teses sobre as questões dos negros divulgadas durante o IV Congresso da IC em 1922. Publicação da *Revista Princípios*, outubro de 1984 – Parte II

Princípios

35

o salariado no Norte. Os músculos, o sangue, as lágrimas do negro "liberto" ajudaram o estabelecimento do capitalismo americano, e quando, transformada em potência mundial, a América entrou na guerra mundial, o negro americano foi declarado igual ao branco, para matar e se deixar matar pela democracia. Quatrocentos mil operários de cor foram mobilizados nas tropas americanas onde formaram os regimentos de "Jim Crow". Logo que saíram do calor da guerra, os soldados negros, retornados ao lar, foram perseguidos, linchados, assassinados, privados de toda a liberdade e amarrados ao pelourinho. Eles combateram; mas para afirmar sua personalidade deviam pagar muito caro. Perseguiram-nos ainda mais que no período anterior à guerra para lhes ensinar a "ficar em seu lugar". A ampla participação dos negros na indústria após a guerra, o espírito de rebelião neles despertado pelas brutalidades de que são vítimas, colocam os negros da América e sobretudo os da América do Norte na vanguarda da luta da África contra a opressão.

3 — É com grande alegria que a Internacional Comunista vê os operários negros explorados resistirem aos ataques dos exploradores, pois o inimigo da raça negra é também o inimigo dos trabalhadores brancos. Este inimigo é o capitalismo, o imperialismo. A luta internacional da raça negra é uma luta contra o capitalismo e o imperialismo. É sobre a base desta luta que o movimento negro deve estar organizado: na América, como centro da cultura negra e centro de cristalização do protesto dos negros; na África, como reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento do capitalismo; na América Central (Costa Rica, Guatemala, Colômbia, Nicarágua e outras repúblicas "independentes" onde o imperialismo americano é predominante), em Porto Rico, no Haiti, em São Domingos e nas outras ilhas do Mar das Caraíbas, onde os maus-tratos infligidos aos negros pelos invasores americanos levantaram o protesto dos negros conscientes e dos operários brancos revolucionários. Na África do Sul e no Congo, a industrialização crescente da população negra provocou sublevações de formas variadas; na África Oriental, a penetração recente do capital mundial impulsiona a população nativa a resistir ativamente ao imperialismo.

4 — A Internacional Comunista deve indicar ao povo negro que ele não é o único a sofrer a opressão do capitalismo e do imperialismo, deve mostrar-lhe que os operários e os camponeses da Europa, da Ásia e da América são também vítimas do imperialismo; que a luta contra o imperialismo não é a luta de um só povo, mas de todos os povos do mundo; que na China, na Pérsia, na Turquia, no Egito e no Marrocos, os povos coloniais combatem com heroísmo contra seus exploradores imperialistas, que estes povos se levantam contra os mesmos males que se abatem sobre os negros (opressão de raça, exploração industrial intensificada, punição); que estes povos reclamam os mesmos direitos que os negros — liberdade e igualdade industrial e social.

A Internacional Comunista, que representa os operários e os camponeses revolucionários do mundo in-

teiro em sua luta para derrotar o imperialismo, a Internacional Comunista que não é somente uma organização dos operários brancos da Europa e da América, mas também dos povos de cor oprimidos de todo o mundo, considera que é seu dever encorajar e ajudar a organização internacional do povo negro na luta contra o inimigo comum.

5 — O problema dos negros tornou-se uma questão vital da revolução mundial. A III Internacional que reconheceu a preciosa contribuição que as populações asiáticas podiam aportar à revolução proletária nos países semi-capitalistas, encara como essencial a cooperação de nossos camaradas negros oprimidos à revolução proletária que destruirá a potência capitalista. É por isso que o IV Congresso declara que todos os comunistas devem aplicar especialmente ao problema dos negros as "teses sobre a questão colonial".

6 — a) O IV Congresso reconhece a necessidade de apoiar toda forma do movimento negro tendo por objetivo minar e debilitar o capitalismo ou o imperialismo, ou deter sua penetração.

b) A Internacional Comunista lutará por assegurar aos negros a igualdade de raça, a igualdade política e social.

c) A Internacional Comunista utilizará todos os meios à sua disposição para levar as trade-unions a admitirem os trabalhadores negros em suas fileiras; onde os trabalhadores negros tiverem o direito nominal de aderir às trade-unions, a Internacional Comunista fará uma propaganda especial para estimulá-los; se não for possível, ela organizará os negros em sindicatos especiais e aplicará particularmente a tática de frente única para forçar os sindicatos a admiti-los em seu seio.

d) A Internacional Comunista preparará imediatamente um Congresso ou uma conferência geral de negros em Moscou.

Anexo B.2 – Folheto 13 de Maio, ANL Maranhão. Coleção Internacional Comunista, IC/0008, filme 495, assunto 116, dossiê 29, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP.

Salvé, 13 de Maio!

A Aliança Nacional Libertadora não podendo deixar passar despercebido a grande data que para ella representa o 13 de Maio e, por motivos imperiosos não podendo commemorá-la como convinha, lança este apello ás massas laboriosas e populares do Maranhão, especialmente aos homens de côr, para que, despertando a energia da raça, accordem da indiferença com que encaram o momento que atravessamos e venham reunir-se aos seus irmãos que, sob a sua bandeira e sob a égide do seu presidente de honra, o grande Luiz Carlos Prestes, proseguem na luta pela verdadeira liberdade do Brasil.

A Aliança Nacional Libertadora relembrando a maneira brutal e deshumana por que eram arrancados ao seu berço, dominados e por fim escravizados e explorados os homens de côr que fizeram as fortunas dos senhores de engenho, quer fazer resaltar a esses milhares de maranhenses que hoje são escravos do imperialismo nesta parte do Brasil, que não foi sem protestos e com indiferença que elles soffreram o longo captiveiro.

Quanto mais os castigos redobravam e se requintavam em crueldade, quanto mais os senhores os suppunham aniquilados, mais no seu intimo cresceia a indignação e a revolta contra o avilramento a que os forçavam.

E surgiram os primeiros embates, como o que a Aliança Nacional Libertadora ora inicia, quasi encarnécidos a principio, para logo se tornarem vigorosos, audaciosos e violentos.

Com o apparecimento de figuras de um heroismo indomavel, como a de Luiz Carlos Prestes, o invicto luctador contra o imperialismo que nos avassala, quaes as de Henrique Dias, Zumbi, e outros, veio a época dos Palmares e Quilombos, baluartes das reivindicações negras, que, forçando as consciencias, movendo os sentimentos, até empolgar a intelligencia nas luctas pelo abolicionismo, culminou com a calculada assignatura da chamada "lei aurea", que, dando a illusão de uma ephemera liberdade, arrancou esses nossos antepassados de um regimen truculento para entregál-os a outro não menos barbaro—exploração capitalista.

E' contra essa exploração na sua etapa mais alta —o imperialismo— que hoje se levanta a Aliança Nacional Libertadora, indomavel e invencivel como aquelles baluartes, martirio e gloria dos escravos de outróra.

Com um programma claro e definido, guiada pelo patriotismo e dedicação pelo Brasil que dignificam e elevam a figura de Luiz Carlos Prestes, a Aliança Nacional Libertadora assumio o compromisso perante a Patria de que a libertará de uma vez para sempre no proximo dia 13 de maio em que culminará a arrancada desses milhões de brasileiros hoje reduzido á condição de fabricas de lucros para o imperialismo insaciavel.

Maranhense, adheri á Aliança Nacional Libertadora para que o Maranhão, pelas suas tradições, occupe o pôsto que lhe compete no grande movimento que está empolgando o Brasil.

Pela libertação do Brasil!

Pela grandeza de nossa Patria!

Maranhão, 13 de Maio de 1935.

O COMITÉ PROVISÓRIO DE ORGANIZAÇÃO DA A. N. L.

Anexo B.3

Proposta de Emenda Constitucional Nº 1. 087
Anais da Assembleia Constituinte 1946, volume 13, p. 277

Art. 159:

Acrescente-se:

"Fica assegurado, no espírito da lei e sua redação, sem quaisquer outras exigências, o ingresso de qualquer cidadão, sem distinção de côr, nas carreiras, Diplomática, Militar (Escola Naval, de Guerra e Aeronáutica) e Civil.

Justificação

A presente emenda que apresentámos ao plenário, ainda reflete a existência do preconceito de côr, no Brasil, flagelo social que esta Assembléia tem o dever patriótico de combatê-lo, legislando sinceramente em favor dos interêsse coletivos do povo brasileiro, assegurando a todos os cidadãos o direito de serem oficiais do Exército, da Marinha de Guerra, da Aeronáutica e também os cargos de Ministros de Estado, Prefeitos, Govenadores, Membros de Embaixadas, em qualquer parte do Mundo, Parlamentares, Chefes de Polícia, de Gabinetes, em fim, quaisquer funções públicas, quer internas ou externas.

Incoerente é o flagrante descaso em que se encontram os negros e mestiços do Brasil e ninguém pode negar, o empecilho anti-patriótico e até desumano de poderem envergar os galões militares, ou envergarem os fardões de representação diplomática, como se a côr, determinasse quaisquer sentimentos, ou qualidades inferiores.

Bem o inverso, acaba de nos dar um grande exemplo a última guerra, na qual se confundiram, de armas na mão, ou nos comandos, homens de tôdas as raças.

O estoicismo, a bravura, a coragem e a inteligência dos etíopes, marcaram sem dúvida, o alto valor de sua raça, quando da invasão de sua Pátria.

E é ainda na Faculdade de Direito de Paris, que tem assento como catedrático, uma das inteligências daquele povo.

E por mais que se queira negar a existência do preconceito de côr, êle aí está bem vivo, atrofiando uma raça digna e merecedora da maior consideração.

A Assembleia aprovando esta emenda, terá, apenas, cumprido o seu dever.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1946. - Hamilton Nogueira (UDN/DF) - Gilberto Freyre (UDN/PE) - José de Borba (UDN/CE) - Domingos Velasco (UDN/GO) – Nestor Duarte (UDN/BA) - Dolor de Andrade (UDN/MT) - Paulo Sarasate (UDN/CE) - Aureliano Leite (UDN/SP) - Plínio Barreto (UDN/SP) - Prado Kelly (UDN/RJ).

Anexo B.4

Proposta de Emenda Constitucional Nº 1. 089
Anais da Assembleia Constituinte 1946, volume 13, p. 278

Ar.t. 159

"Todos os brasileiros, são iguais perante a lei".

Acrescente-se:

"Sem distinção de raça e de côr".

Justificação

A extinção da escravatura no Brasil, não colocou os elementos afro-brasileiros em posição econômica capaz de acompanhar a evolução social-política de todos os brasileiros, daí o estado atual de inferioridade social em que se encontram os negros e mestiços do País, em relação aos de outras nações civilizadas, como sejam Estados Unidos da América do Norte, França, etc.

Haja visto o que ocorre comumente entre nós, testemunhas, de que é fato notório a existência do preconceito de côr, que não é somente devido a posição econômica, mas obedece às condições gerais da raça no estado paupérrimo em que se encontra.

Podemos sem enfase, afirmar que palavra miséria, muitas vezes é sinônimo de crime.

O negro na miséria está fatalmente no caminho da delinquência, elevá-lo economicamente, significa proporcionar os meios culturais, confortável ambiente social, enfim, acabar com o crime proveniente da miséria.

O preconceito de côr no Brasil, é uma triste realidade, na nossa Marinha de Guerra, principalmente na Escola Naval, de Aeronáutica, do Exército, da carreira Diplomática, comércio, Teatro, meio bancário, colégios religiosos ou não, até mesmo no funcionalismo público, em geral, no que se refere a funções de representação.

São estas as maiores razões e causas, que levam aos negros e mestiços o complexo de inferioridade, impossibilitando a raça, de irmanar-se no alto ambiente social da Pátria, em todos os seus setores, internos ou externos e criando mesmo, uma flagrante diferenciação entre filhos da mesma, com os mesmos costumes, sujeitos as mesmas leis, com as mesmas obrigações, mas, nem sempre com os mesmos diretos.

Inegável é reconhecer e proclamar, sem reservas, que há 446 anos, a economia pública nacional, deve a sua estruturação fundamental e o seu justo desenvolvimento ao braço do homem da senzala.

Citando os Estados Unidos, levou-nos uma legítima intenção de que lá, os negros gozando na maioria de um bem estar econômico conseguiram uma cultura de grande respeito, para isto basta conhecer vários escritores negros e daí serem chamados a desempenhar funções relevantes no Parlamento, no Govêrno, no Exército, na Marinha, Aeronáutica e Diplomacia. Na França, o negro goza de todos os direitos sociais, como ultimamente, os homens gozam do direito da Natureza.

Lá o negro sem as titânicas lutas raciais dos Estados Unidos, alcança a sua justa posição de homem social-política e econômico.

É preciso que isto ocorra em nossa Pátria e para tanto, apresentamos ao plenário esta emenda, que encerra o maior e mais digno sentimento de respeito à dignidade humana. Este é o único itinerário para se extinguir definitivamente o preconceito de côr, integrando a nobre e viril raça negra, dentro da única Pátria - o Brasil.

Sala das Sessões, 17 de junho de 1946. - Manuel Benício Fontenelle (PTB/DF) - José Borba (UDN/CE) - Aureliano Leite (UDN/SP) - Plínio Barreto (UDN/SP) - Antenor Bogéa (UDN/MA).

Anexo B.5 Textos publicados no Número 4 da revista <i>Seiva</i> , 13 de maio de 1939	
Autor	Título
[autor não identificado]	A “piedade branca” do Sr. Câmara Cascudo
[autor não identificado]	Documentos: escrituras de venda de escravos/Negros escravos marcados a ferro em brasa
[autor não identificado]	Racismo ridículo
[autor não identificado]	Reprovados os candidatos que não eram brancos
[autor não identificado]	Tengo-tengo (um episódio das lutas negras)
[autor não identificado]	K. K. K.
[autor não identificado]	“O negro no Brasil” Mais um importante volume da coleção – Arthur Ramos
ALBUQUERQUE, Américo	Como compreendo a religião negra
ALVES, Castro	Navio Negreiro: tragédia no mar (poema)
BASTOS, Luiz	Para onde vai a afrologia?
BOPP, Raul	Negro (poema)
BRITTO, Raymundo	Minha noite no candomblé (poema)
COSTA, Sosigenes	Dudú Calunga (poema)
COUTINHO, Afranio	O negro, elemento diferenciador
DUARTE, Emo	A miragem da abolição
FERRAZ, Aydano do Couto	Volta Á Africa
FERREIRA, Ascenso	Xangô (poema)
GÓES, Fernando	Variações sobre o negro
GOMES, Antonio Osmar	A influência do negro na sociedade brasileira
GUIMARÃES, Reginaldo	A Divinisação da Música Negro-Brasileira
MACHADO FILHO, B	Conversa com negro
NOGUEIRA, Aristeu	Escravos E Trabalhadores Livres no Nordeste Bahiano
SAMPAIO, Nelson	A criminalidade negra no Brasil
VIANNA FILHO, Luiz	Bantos e Sudaneses no mercado de escravos na Bahia